PARA COMEÇAR A ENTENDER O

ESTADO ISLÂMICO

AUGUSTO V. LEÃO
DANILO G. BASSI
ORG.

EDITORA UFRJ

Para começar a entender...

ESTADO

ISLÁMICO

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura Tatiana Roque

Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta Fernanda Ribeiro

Conselho editorial Marcelo Jacques de Moraes (presidente)
Cristiane Henriques Costa
David Man Wai Zee
Flávio dos Santos Gomes
João Camillo Barros de Oliveira Penna
Tania Cristina Rivera

PARA COMEÇAR A ENTENDER O ESTADO ISLÂMICO

ORGANIZADORES
AUGUSTO VELOSO LEÃO
DANILO GUIRAL BASSI

EDITORA UFRJ

© 2023 Augusto Veloso Leão e Danilo Guiral Bassi

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7/1878)

P221 Para começar a entender o estado islâmico [recurso eletrônico] / organizadores, Augusto Veloso Leão, Danilo Guiral Bassi – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2023.
1 recurso eletrônico (399 p.) ; digital.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-88388-08-2

1. Estado Islâmico (Organização). I. Leão, Augusto Veloso. II. Bassi, Danilo Guiral.

CDD: 320.557

Coordenação editorial
Thiago de Morais Lins
Maíra Alves

Preparação de originais
Vânia Garcia

Revisão
Sonja Cavalcanti
Patrícia Vieira

Capa e projeto gráfico
Vanesa Mattos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ
Av. Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160
Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio: Fundação Universitária José Bonifácio

SUMÁRIO

Lista de figuras 10

Lista de quadro, gráficos e tabelas 11

Agradecimentos 13

Mapas 15

Introdução 21
Augusto Veloso Leão e Danilo Guiral Bassi

PARTE I

HISTÓRIA DO ESTADO ISLÂMICO

1. **As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)** 51
José Antonio Lima

2. **O apogeu do Estado Islâmico (2013-2017)** 79
Diogo Bercito

3. **A queda do Estado Islâmico (2017-2019)** 97
César Henrique de Queiroz Porto

PARTE II

ASPECTOS TEMÁTICOS

4. **Estado e economia no Estado Islâmico** 117
Margarita Bautista

5. **As fronteiras ideológicas do Estado Islâmico: o debate e as implicações das ideias defendidas e propagadas pelo EI** 143
Ariel Finguerut

6. **Questão Curda: colonialismo, história e gênero** 161
Flávia X. M. Paniz

7. **A ascensão do Estado Islâmico e o deslocamento forçado das minorias religiosas no Iraque** 183
Igor H. Sabino de Farias

8. **Estado Islâmico, práticas midiáticas e estratégias de propaganda** 209
Fernando Brancoli

PARTE III

ALÉM DAS "FRONTEIRAS" DO ESTADO ISLÂMICO

9. **A quinta onda de terrorismo: radicalização além das fronteiras** 229
Beatriz Buarque

10. **Retóricas sectárias e vazios representativos: o Estado Islâmico como nêmesis dos sunitas no conflito com o Hizbullah** 253
Natália Calfat

11. **Estado Islâmico e violência jihadista na Europa** 283
Augusto Veloso Leão

12. **Ecos jihadistas no Brasil: realidade e possibilidade** 301
Victor Begeres Bisneto

Conclusão 341
Augusto Veloso Leão e Danilo Guiral Bassi

Como utilizar o glossário 351
Augusto Veloso Leão, Danilo Guiral Bassi, Lorenzo C. B. Gontijo e Marco Túlio Silva Ribeiro

Glossário 353

Sobre os autores 397

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1	Territórios conquistados e perdidos pelo Estado Islâmico entre 5 de janeiro de 2015 e 8 de janeiro de 2018	123
Figura 4.2	Territórios do Estado Islâmico em janeiro de 2015, outubro de 2016, julho de 2017 e março de 2019	124
Figura 7.1	Distribuição étnico-religiosa da população do Iraque	192
Figura 7.2	Casa cristã conquistada pelo EI em Mossul, com inscrições em árabe (2014)	194
Figura 7.3	Zona de proteção proposta	200
Figura 9.1	Cena do filme *Flames of war*	243
Figura 12.1	Mapa do impacto do terrorismo no mundo	303
Figura 12.2	Incidentes por terrorismo: mundo e Brasil	304
Figura 12.3	Mapa das mesquitas por estado no Brasil em 2020	318
Figura 12.4	Mapa dos centros, sociedades e assembleias islâmicas por estado no Brasil em 2020	319

LISTA DE QUADRO, GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 1	Linha do tempo	41
Gráfico 4.1	Financiamento do EI para 2015	136
Gráfico 7.1	Religião e etnia dos deslocados internos do Iraque em 2007	189
Tabela 4.1	Financiamento do EI 2014-2016	137
Tabela 9.1	Vídeos produzidos por grupos terroristas disponíveis na página da CNN	246

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e mãos estiveram envolvidas de diferentes maneiras na realização deste livro. Agradecemos especialmente a Peter Demant, coordenador do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GT OMMM) do Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo (LEA/USP), que foi uma força importante para a sua concepção e para a construção do primeiro formato; e a Magno Paganelli, por seu trabalho para a composição do livro em seus estágios iniciais. Somos gratos a todos os membros do GT OMMM pelos debates construtivos e novas ideias, assim como às pessoas que participaram do II Seminário do GT OMMM, especialmente aquelas que apresentaram e discutiram trabalhos, inclusive Cila Lima, Luciana Saab, Rogel Tavares, Sandro Morais e outras.

Agradecemos aos pareceristas que revisaram os diferentes capítulos e que, dessa maneira, contribuíram para aumentar a qualidade desta coletânea e favorecer o diálogo com os pesquisadores de temas correlatos. Os textos foram avaliados pelo sistema duplo-cego, o que significa que os pareceristas não tiveram acesso aos nomes dos autores, e os autores não conhecem os nomes dos pareceristas que avaliaram seus textos. Dessa maneira, buscamos diminuir o peso de diferentes tipos de viés nessa avaliação. Agradecemos o apoio de Aline Sobreira e Lorenzo Gontijo na formatação e na revisão dos textos; de Diego Filipe Cordeiro Alves, com a produção dos mapas; de Maria Marta Nascimento, com as ideias iniciais para o glossário; e de Feliciano Guimarães, com sugestões para o desenvolvimento do livro.

Agradecemos igualmente aos treze autores dos diferentes capítulos desta obra, os quais gentilmente contribuíram para enriquecer os temas e pontos de vista aqui discutidos. A edição de um livro com esse escopo e essa abrangência requer muito trabalho intelectual e "braçal" para alcançar um nível satisfatório de diálogo entre os diferentes capítulos, além da padronização de linguagem e formato. Por isso, agradecemos a cooperação de Ariel Finguerut, Beatriz Buarque, César Henrique de Queiroz Porto, Diogo Bercito, Fernando Brancoli, Flávia X. M. Paniz, Igor H. Sabino de Farias,

José Antonio Lima, Margarita Bautista, Natália Calfat e Victor Begeres Bisneto nas (por vezes intermináveis) rodadas de revisão. Nossos esforços para que o conteúdo do livro se tornasse amplamente acessível culminaram na organização de um glossário de termos para apoiar a leitura e a compreensão de todas as pessoas, e somos muito gratos às contribuições de Lorenzo C. B. Gontijo e de Marco Túlio Silva Ribeiro para a sua construção.

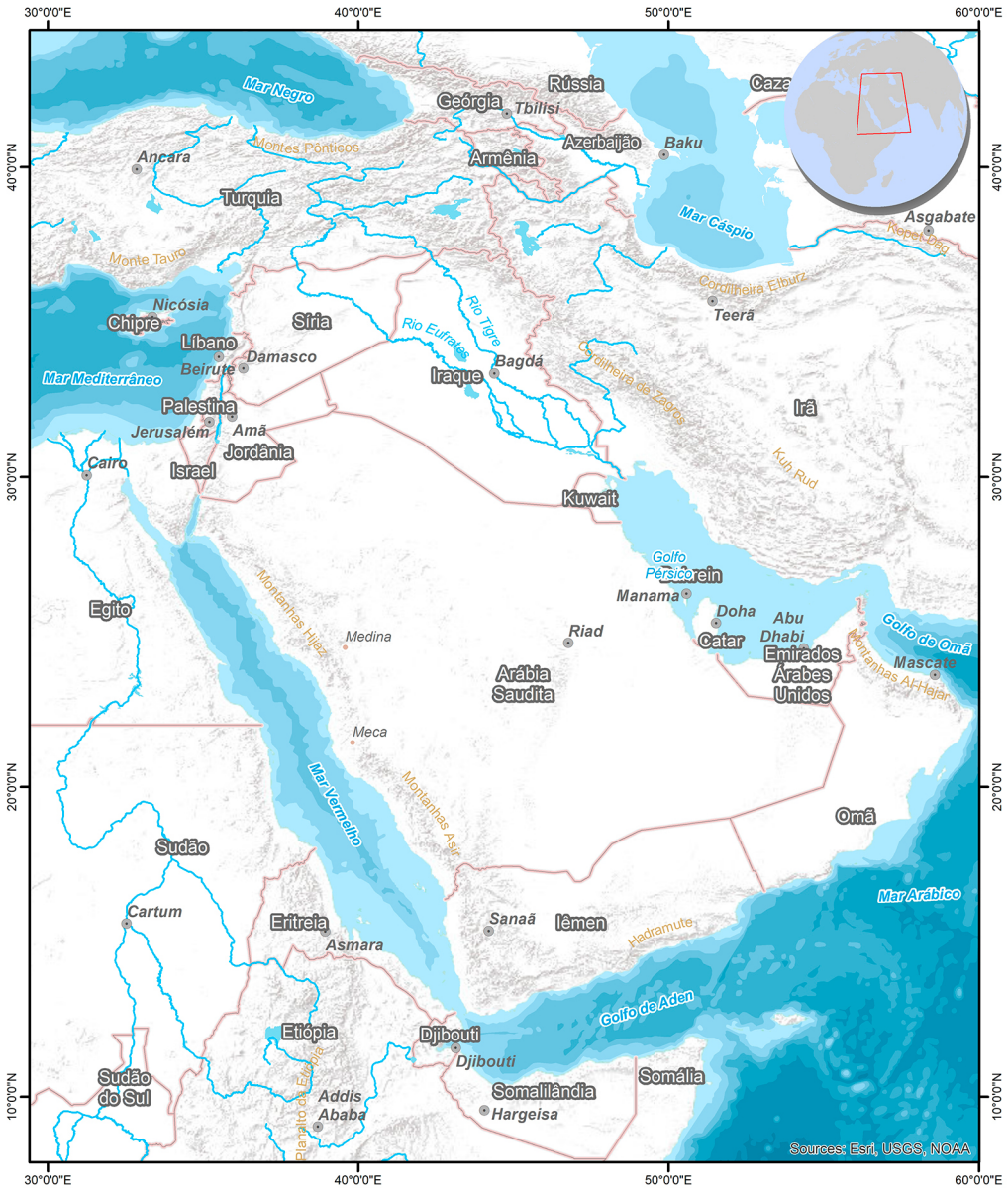
Informamos que as opiniões e as fontes de informação constantes em cada capítulo são de responsabilidade de seus próprios autores e não representam, necessariamente, as visões das instituições às quais esses autores pertencem. A tradução de citações em língua estrangeira também foi realizada pelos autores e organizadores, os quais informam desde já que as ideias aqui apresentadas estão sujeitas a mudanças, revisões e reelaborações. Apesar das numerosas rodadas de verificação e revisão, os editores temem que pequenos erros tenham passado despercebidos ao longo do livro e pedem desculpas pelos transtornos à sua leitura.

Ao longo deste livro, fizemos um esforço especial para que o conteúdo produzido por pesquisadores e acadêmicos fosse acessível a um público mais amplo. Esperamos ter contribuído para uma divulgação de parte do que se tem discutido e debatido nas instituições de ensino brasileiras sobre a atualidade no complexo Oriente Médio. Agradecemos sua leitura e seu engajamento com as questões apresentadas e convidamos a todas as pessoas a iniciarem novas discussões e reflexões sobre o tema a partir do conteúdo exposto.

Augusto Veloso Leão
e Danilo Guiral Bassi

MAPAS

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal: WGS84
Fonte dos dados:
GADM, SRTM-Nasa, Google Maps
Elaboração: Diego F. C. Alves



MAPA 1

ORIENTE MÉDIO

0 150 300 600 Km

N

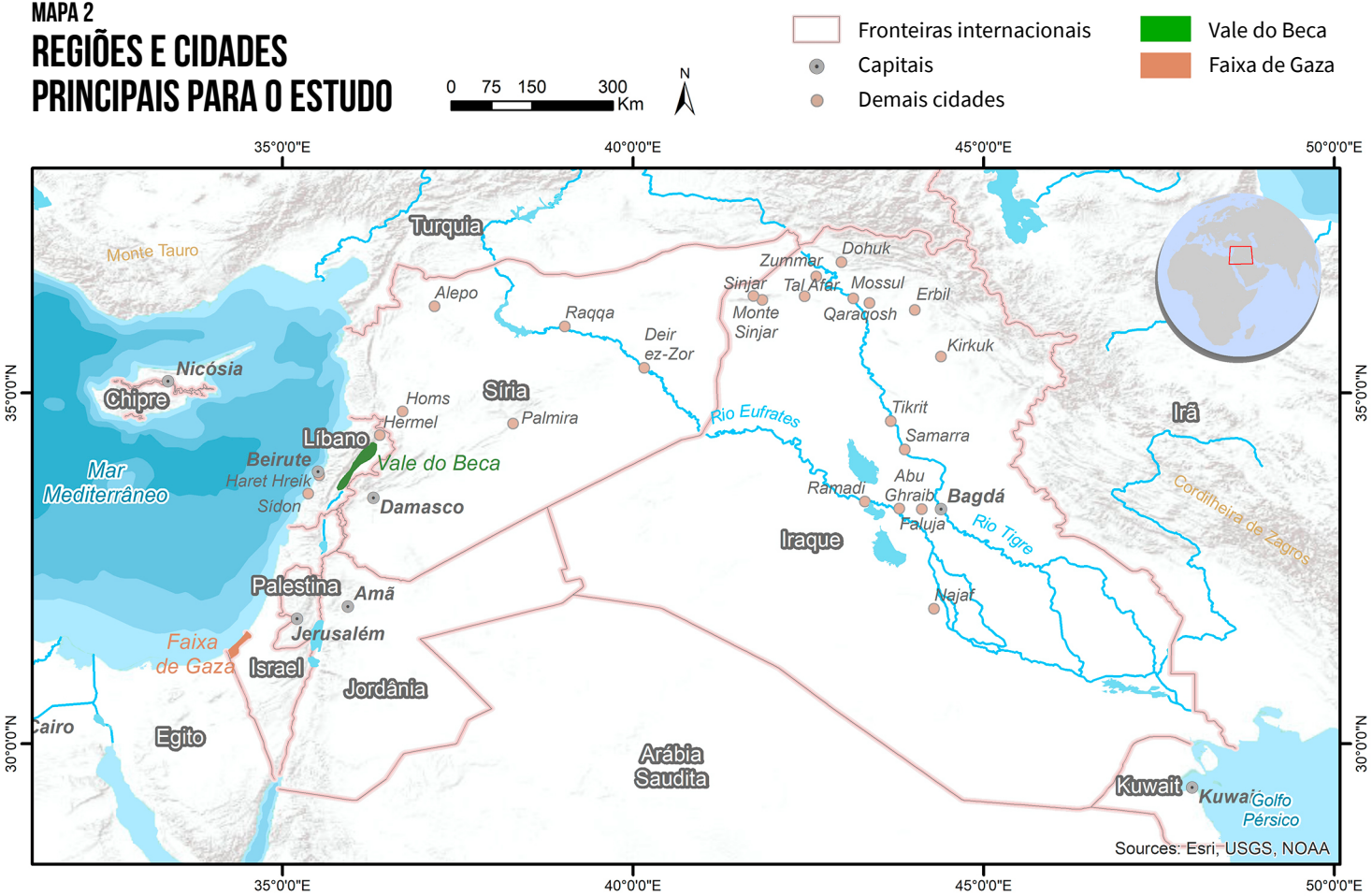
Fronteiras internacionais

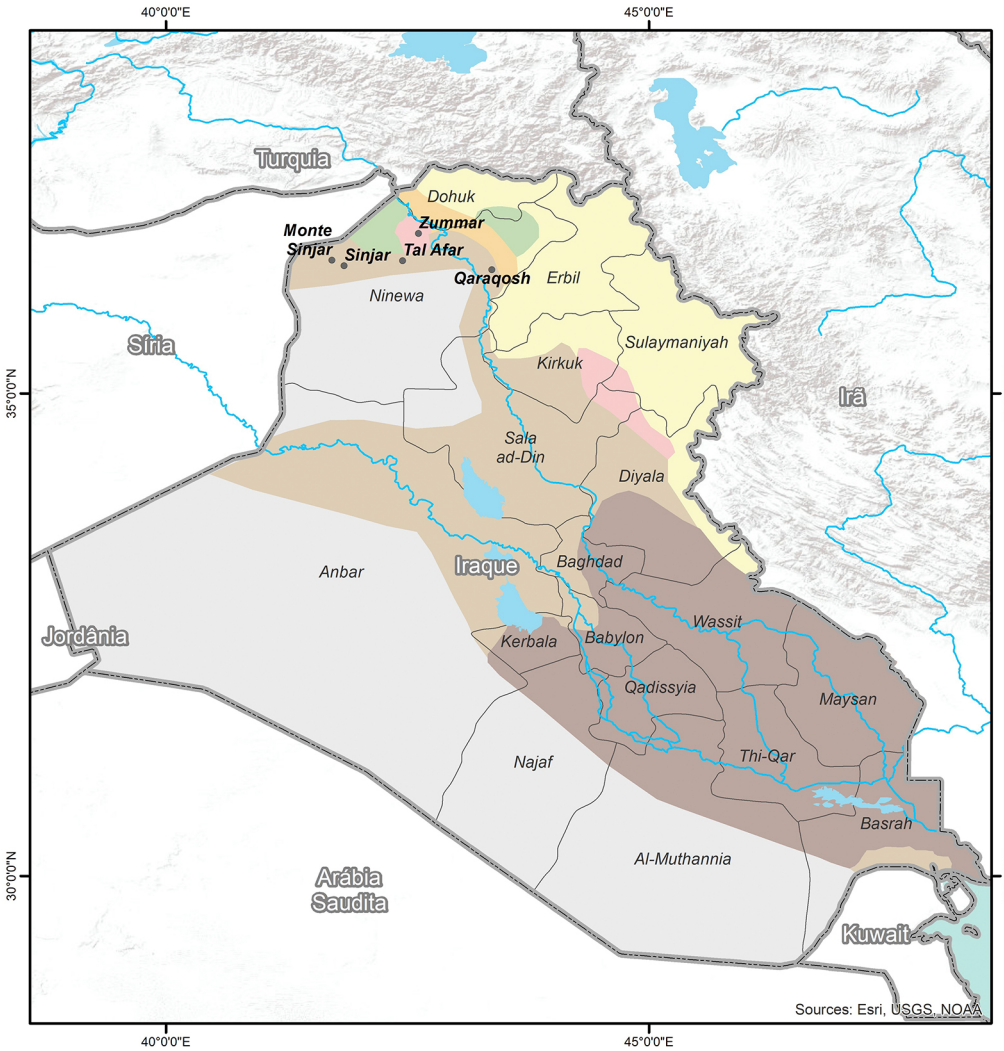
Capitais

Demais cidades

MAPA 2

REGIÕES E CIDADES PRINCIPAIS PARA O ESTUDO





MAPA 3

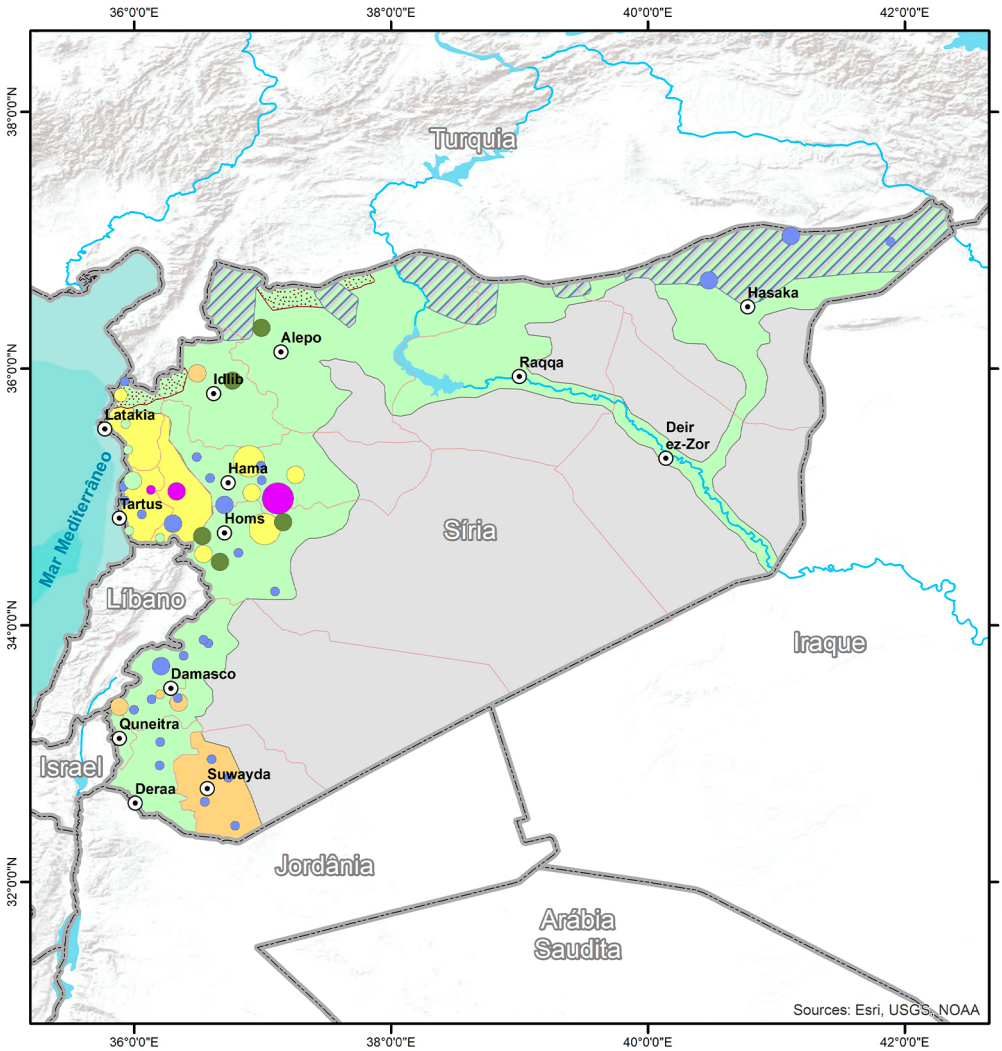
DISTRIBUIÇÃO ÉTNICO-RELIGIOSA DA POPULAÇÃO DO IRAQUE

- Cristãos / shabak
- Curdos
- Turcomanos
- Yazidi
- Árabes sunitas
- Árabes xiitas
- Zonas pouco povoadas

0 50 100 200 Km

N

Adaptado de ILHR; MRG; NPWJ; UNPO, 2015, p.7



MAPA 4

DISTRIBUIÇÃO ÉTNICO-RELIGIOSA DA POPULAÇÃO DA SÍRIA

Centros de província
Divisas nacionais
Divisas de província

Sunitas
Alauitas
Xiitas
Cristãos
Drusos
Xiitas ismaelitas
Turcomanos
Curdos
Beduínos

0 50 100 200 Km

N

Adaptado de Balanche, 2018, p. XIII

INTRODUÇÃO

Augusto Veloso Leão
e Danilo Guiral Bassi

A ascensão do Estado Islâmico (EI) é, ao lado do conflito Israel-Palestina e dos movimentos políticos da "Primavera Árabe", um dos eventos mais importantes para a redefinição das relações entre povos e países no Oriente Médio e em outras regiões do mundo nos anos 2010. Começando já a partir de sua denominação, o EI motivou reflexões sobre o conceito de Estado, sobre o que caracteriza ser islâmico, sobre as formas modernas de terrorismo e insurgência, além de ter tido papel proeminente para orientar as relações entre os países do Oriente Médio e os demais países do mundo. Deve-se também contar os efeitos nefastos das perdas humanas, da destruição dos laços sociais nas comunidades locais, a destruição do patrimônio cultural e o terror que o grupo conseguiu criar com suas ações.

A ideia de publicar um livro começou no início de 2016, quando o Grupo de Trabalho de Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GT OMMM) do Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da Universidade de São Paulo (USP) decidiu dedicar um semestre para a compreensão de aspectos diversos relacionados ao EI. Ao final, o GT OMMM percebeu a importância do tema e as dificuldades para encontrar material em língua portuguesa com reflexões relevantes para os pesquisadores e analistas do assunto, além de ter começado a construir um conhecimento específico, que poderia ser útil para preencher essas lacunas. Pouco depois, em dezembro de 2017, foi dado mais um passo importante para a composição desta coletânea, com a realização do II Seminário de Pesquisa do GT OMMM, em que uma parte dos textos foi apresentada. A própria dinâmica dos momentos de apogeu e queda do EI impôs modificações contínuas às nossas reflexões, as quais se tornaram alguns dos principais motivos para o longo tempo de gestação da publicação.

No momento em que escrevemos esta Introdução, novos desdobramentos – como a retirada das tropas dos Estados Unidos da América (EUA);

a aliança entre os curdos e Bashar al-Assad, que resultou na expansão da influência russa na região; e a escalada do conflito entre Irã e EUA – deixam entrever que mais mudanças significativas podem acontecer na região, com consequências para o fortalecimento (ou enfraquecimento) do EI e de seu projeto de califado global. Dessa forma, este livro se beneficia do tempo que se passou desde as análises mais rápidas sobre o EI e suas consequências, oferecendo outras mais aprofundadas, ao mesmo tempo que reconhece as mudanças que ainda estão em curso. Ainda assim, esta coletânea deve ser compreendida como um passo inicial para a organização dos conhecimentos e das análises de pesquisadores brasileiros sobre o tema e, portanto, um projeto ainda em construção.

Nosso objetivo é apresentar as principais questões e implicações sociais, políticas e acadêmicas do EI para o leitor, com uma linguagem de fácil compreensão; ao mesmo tempo, esperamos que as informações sejam úteis para pesquisadores de língua portuguesa. Desejamos fomentar as discussões sobre o EI e, de maneira mais geral, sobre o Oriente Médio e o mundo muçulmano. Aqueles interessados em se aprofundar no assunto poderão consultar as referências indicadas ao final de cada texto. Ficamos felizes em reconhecer que muitas das lacunas observadas no início do empreendimento estão sendo preenchidas por estudos de alta qualidade, com os quais buscamos entrar em diálogo. Com isso em vista, esforçamo-nos a oferecer resultados de pesquisas originais sempre que possível.

>>NOMES E CONCEITOS PRINCIPAIS

A organização destes textos exigiu trazer à tona discussões de forma e de fundo, especialmente sobre o uso de determinados termos, sobre a harmonização de nomes e transliterações e a inclusão de temas e questões específicos. Graças aos encontros do GT OMMM e às trocas com os autores e colaboradores, pudemos definir algumas diretrizes e recomendações.

O primeiro termo a ter sido longamente debatido foi o próprio nome da organização que é o foco deste livro. Aqui decidimos denominar "Estado Islâmico" (abreviado para EI em diversas passagens do texto) a organização

terrorista que controlou territórios entre o norte e o oeste do Iraque e o norte e o leste da Síria em 2015, época em que ela atingiu sua maior ocupação territorial até o momento. "Estado Islâmico", traduzido do árabe الدولة الإسلامية (*ad-Dawlat al-Islāmiyah*), é uma referência ao nome adotado pelo grupo e pelo qual ficou mais conhecido; anteriormente, o grupo já havia se autodenominado "Estado Islâmico no Iraque e no Levante" (ou "na Síria"). Neste livro, a utilização do nome adotado pelo grupo não significa um reconhecimento explícito de sua condição de Estado, nem mesmo de sua caracterização como islâmico. Como será discutido com mais detalhes no capítulo 4,[1] o EI é uma organização que buscou criar uma estrutura similar a um Estado, no período de 2014 a 2018, controlando um território, uma população (que o EI oprimia como forma de controle), e que tentou estabelecer a provisão de determinados serviços públicos, porém sem ter reunido algumas condições para estabelecer-se como Estado. A já mencionada opressão contra parcelas significativas de sua população é a mais importante das condições que impedem caracterizar o EI como um Estado formalmente constituído; além disso, a organização não obteve o reconhecimento de sua situação por outros países. Sobre sua característica de islâmico, que será debatida mais profundamente nos capítulos 1, 2 e 5,[2] é importante notar que o EI se orientou por princípios salafistas e wahhabistas, duas correntes de pensamento fundamentalistas do islã, cujas interpretações são levadas ao extremismo por alguns grupos que praticam violência. A partir dessas bases religiosas, o EI privilegiou interpretações distorcidas que favoreciam o uso da violência e o relaxamento de diversas tradições dessas correntes como uma estratégia para oferecer um espaço a criminosos em busca de uma narrativa de salvação e de heroísmo. O EI também promoveu uma perseguição severa a dissidentes e considerava apóstatas os praticantes de todas as outras correntes do islã, como os xiitas

1 "Estado e economia no Estado Islâmico", de Margarita Bautista.

2 Respectivamente: "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)", de José Antonio Lima; "O apogeu do Estado Islâmico (2013-2017)", de Diogo Bercito; e "As fronteiras ideológicas do Estado Islâmico: o debate e as implicações das ideias defendidas e propagadas pelo EI", de Ariel Finguerut.

ou os sufistas. Tais marcas reunidas novamente impedem, assim, a caracterização do EI como islâmico.

Outras alcunhas também caracterizaram o grupo: Daʿish ou Daesh (داعش), um acrônimo criado a partir de um de seus primeiros nomes em árabe, الدولة الإسلامية في العراق والشام (*ad-Dawlah al-Islāmiyah fī'l-ʿIrāq wa-sh--Shām*), ou em português: Estado Islâmico no Iraque e no Levante. Os nomes derivados das siglas do grupo na língua inglesa são IS (Islamic State), Isil (Islamic State of Iraq and the Levant) ou Isis (Islamic State of Iraq and Syria). Muitos atores políticos – como o ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon – defendem a utilização de outros nomes como forma de negar ao EI o reconhecimento tácito ou explícito como Estado e como islâmico.[3] Compreendemos essas posições políticas, assim como compartilhamos o entendimento sobre o poder das palavras e expressões utilizadas como definição de um objeto, sujeito ou entidade para criar e naturalizar os conhecimentos (Foucault, 1987). Como afirma Richard Jackson (2005, p. 23), "uma vez que a linguagem afeta a percepção, a cognição e a emoção, ela inevitavelmente afeta as ações concretas". Ao utilizarmos o termo "Estado Islâmico", pretendemos ressaltar que a criação de um Estado teocrático com uma interpretação do islã, mesmo que particular e distorcida, é um dos objetivos estratégicos dessa organização e, ao mesmo tempo, revelamos que buscamos compreendê-la a partir desses dois conceitos. Mesmo descartando a possibilidade de que o EI tenha se constituído como um Estado e de que possa ser caracterizado como islâmico verdadeiramente, sua existência teve repercussões importantes para esses dois conceitos. E, como argumentam Asaf Siniver e Scott Lucas, utilizar esse nome promove o "engajamento com a força política, econômica, militar e ideológica" do EI (Siniver; Lucas, 2016, p. 64).

Assim, da mesma maneira como o EI não foi um Estado completo, também não se pode afirmar que seja completamente islâmico. Discutiremos ao longo do livro como os preceitos estabelecidos no Corão são aproveitados pelo grupo extremista de maneira utilitária e, diversas vezes,

3 Cf. Ki-moon, 2014; Bennett, 2015; Khan, 2016; Stewart, 2018.

com pouca preocupação teológica. Para o EI, que segue a corrente sunita da religião, os seguidores de outras correntes do islã, como os xiitas ou os sufistas, são infiéis ou apóstatas e, frequentemente, se tornam alvo de sua violência. Interpretações fundamentalistas de uma religião (no islã, no cristianismo ou no budismo, por exemplo), ou seja, que almejam o estabelecimento de costumes e modos de vida considerados mais puros, relacionados a interpretações literais dos textos religiosos e inspirados em épocas idealizadas ("de ouro" ou de grande expansão religiosa), são empregadas por grupos que pretendem impor suas práticas sobre todos os outros de maneira forçada, autocrática ou paternalista.

No caso do islã, quando o fundamentalismo é aliado a práticas violentas, o termo "jihadismo" é comumente utilizado. O "*jihad*", conceito que corresponde a "esforço" ou "luta" para o islã, tem dois significados principais. O "*jihad* maior" é o empenho e a luta que todo indivíduo trava consigo mesmo, na busca por aperfeiçoar seus esforços para a crença religiosa; e o "*jihad* menor" é a defesa armada contra ataques diretos. A adição do sufixo "-ismo" ("jihadismo", ou o adjetivo correspondente, "jihadista") normalmente ressalta a adoção de ideologia que promove a utilização de violência baseada em uma interpretação extremista da religião islâmica e é voltada tanto contra grupos não islâmicos quanto contra grupos de outras correntes islâmicas, como é o caso do EI. Esse conceito de *jihad* ofensivo e violento é uma inovação bastante recente dentro dos aproximadamente 1.400 anos do islã e foi criado nos anos 1950 e 1960 a partir das ideias de Sayyid Qutb, que abordaremos com mais detalhes na próxima seção. O político tunisiano Rāshid al-Ghannūshī afirma que os grupos que utilizam a violência aliada ao fundamentalismo religioso adotam uma interpretação seletiva do conceito de *jihad* para forçar a conversão de não islâmicos, ou como justificativa para destruir estruturas e sistemas não islâmicos, a fim de impor sua versão de governança islâmica. Para al-Ghannūshī, não há respaldo para violência contra não islâmicos em leituras textuais e históricas islâmicas, e todas as interpretações que sugerem isso ultrapassam os limites do islã clássico, do islã tradicional ou das correntes principais do islã na atualidade (al-Ghannūshī, 2020, p. 159). Al-Ghannūshī também

ressalta que diversos trechos do Corão afirmam que Deus concedeu a liberdade de escolha para as pessoas e determinou que não haveria compulsão na religião. Ademais, o autor destaca que os califados islâmicos que existiram reconheceram a diversidade e a pluralidade tanto internas ao califado, garantindo direitos para minorias religiosas e étnicas existentes em seu território, quanto externas, engajando-se em relações diplomáticas com nações de outras religiões (al-Ghannūshī, 2020, p. 160).

O EI muitas vezes também é identificado por suas raízes wahhabistas, um movimento conservador e fundamentalista liderado por Muḥammad ibnʿAbd al-Wahhāb, no século XVIII, cuja aliança com Muhammad bin Saud logrou promover a expansão política e religiosa de sua família, culminando na formação do Estado da Arábia Saudita e na manutenção da família real saudita naquele país até os dias de hoje. Um segundo movimento sunita reformista que inspira a teologia do EI é o salafismo, que, por sua vez, foi inspirado no wahhabismo e que igualmente prega um retorno à forma pura do islã praticada nos primeiros anos de sua revelação a Maomé. O salafismo sugere uma aplicação literal da xaria, a lei baseada nas tradições islâmicas, que utiliza como fontes principais o Corão e a Sunnah, prescrevendo costumes e práticas islâmicas a partir do que foi estabelecido por Maomé nos séculos VI e VII. O EI pode ser descrito, portanto, como um grupo salafista-jihadista que utiliza uma visão específica e minoritária desses movimentos para justificar seus atos de violência. É importante notar que lideranças religiosas das diversas correntes do islã – sejam elas sunitas, xiitas, salafistas, entre outras – condenam a interpretação "extremista e militante" do EI, nas palavras do Grande Mufti da Arábia Saudita, Abdul-Aziz ibn Abdullah Aal ash-Sheikh (Reuters, 2014) e, dessa maneira, negam que o grupo possa ser considerado islâmico.

Outro termo muito utilizado neste livro, que por vezes causa confusão, é "islamismo". Decidimos adotar a distinção proposta por Peter Demant entre "islã" e "islâmica(o)", por um lado, e "islamismo" e "islamista", por outro (Demant, 2004, p. 14). Nessa perspectiva, "islã" e "islâmica(o)" se referem à religião, enquanto "islamismo" e "islamista", aos movimentos políticos de inspiração religiosa. O termo "islamismo" evoluiu para

hoje determinar a ideologia que prega a utilização de partes do islã para fomentar ideias extremistas e fundamentalistas com objetivo político e a defesa da utilização da xaria como parte da legislação e do código moral das sociedades. Além disso, essas ideias extremistas e fundamentalistas podem ou não estar associadas a práticas violentas e autoritárias. Há um efeito complicador decorrente da semelhança de "islamismo" com o nome da religião, "islã", e com o adjetivo que descreve o que é próprio do islã, "islâmica(o)". Em alguns casos, essa semelhança é utilizada de maneira preconceituosa para descaracterizar tudo o que é referente à religião islâmica e à cultura muçulmana, identificando-as com os grupos que promovem violência a partir da ideologia islamista.

Assim como em outras publicações brasileiras e internacionais em português, optamos por diferenciar o adjetivo "islamista", referente à ideologia, do termo "islamita", relacionado com o seguidor da religião islâmica (Queirós, 2010). Islamita, por sua vez, tem caído em desuso em português, exatamente pela proximidade que guarda com "islamista". Atualmente o adjetivo mais comum para "aquilo que é relativo ao islã" ou para definir os "seguidores do islã" é "muçulmana(o)", mesmo que seu sentido formal estivesse mais relacionado aos diversos grupos culturais dentro do islã; enquanto "islâmica(o)" se refere mais especificamente à religião. Demant (2004, p. 13-19) nos lembra que o pensamento islamista desenvolve um "projeto para uma sociedade melhor, igual à primeira sociedade islâmica, estabelecida pelo fundador do islã, o profeta Maomé", com base numa leitura específica das fontes religiosas, advogando pela rejeição do modelo ocidental e seus costumes por causa de seu efeito negativo nos costumes tradicionais, cujo abandono causou o enfraquecimento do islã na contemporaneidade.

É importante ainda qualificarmos o conceito de terrorismo, pois, para nós, o termo identifica grupos que promovem ações violentas com fins políticos e se aproveitam do medo e da ameaça de ataques futuros com vistas a alterar a correlação de forças para a consecução de seus objetivos (Diniz, 2004). O termo não está livre de controvérsias, a começar pela existência de grupos subalternos e oprimidos que resistem a ocupações e governos

autocráticos, respondendo à violência estatal com violência. Para uma compreensão do contexto mais amplo no qual o jihadismo floresce, Lorne Dawson (2018, p. 9-10) argumenta explicitando as desigualdades sociais presentes, o sentido de injustiça que esses grupos exploram e a crença na necessidade de ação radical para a mudança da situação existente. As discussões do capítulo 10[4] são especialmente úteis para a reflexão sobre as características que aproximam o terrorismo de uma tática de mobilização política.

Nesse aspecto, o EI teve algum sucesso em captar o sentimento de injustiça e a insatisfação generalizada com os regimes no Oriente Médio provocados pela onda de movimentos de contestação nos países árabes entre dezembro de 2010 e meados de 2012, que denominamos "Primavera Árabe". A guerra civil na Síria é a conexão mais importante entre esses movimentos e a expansão do EI. Os protestos contra o governo de Bashar al-Assad na Síria inspirados pela Primavera Árabe terminaram escalando para a guerra civil no país, que já completou dez anos de duração em 2021. O caos social contribuiu para validar o discurso do EI como uma opção política interessante e também facilitou que o grupo capturasse territórios, recursos e, principalmente, armamentos.

O Estado Islâmico também conseguiu causar repercussões relevantes na política internacional; em 2020 havia registros de mais de vinte grupos terroristas em diferentes regiões do mundo que declararam afiliação ou algum tipo de apoio ao EI. Incluem-se o EI na África ocidental (anteriormente Jamaʿatu Ahlis-Sunna Liddaʿawati wal-Jihad, mais conhecido como Boko Haram); o Estado Islâmico nas Filipinas (anteriormente Grupo Abu Sayyaf); o EI na Argélia (antes Jund al-Khilafa fi Ard al-Jazair); e o EI na Província de Khorasan (ativo no Paquistão e no Afeganistão), entre outros.[5] Além disso, em 2014, uma coalizão internacional foi formada para combater o EI na Síria e no Iraque. Liderada pelos EUA e composta ainda por França, Reino Unido, Turquia e outros dez países (além de receber o apoio de mais de cinquenta), foi determinante para frear o rápido avanço que o

4 "Retóricas sectárias e vazios representativos: o Estado Islâmico como nêmesis dos sunitas no conflito com o Hizbullah", de Natália Calfat.

5 Cf. Terrorism Research & Analysis Consortium, 2020.

EI estava realizando em 2014 e conseguir diminuir o território do grupo para pequenas áreas desérticas em 2019.

Por fim, ressalta-se o trabalho realizado para harmonizar a grafia de termos estrangeiros, sobretudo aqueles que exigem transliteração de outros alfabetos para o latino. Nosso objetivo foi evitar confusões entre termos com o mesmo significado – como Corão, Alcorão, ou *al-Qur'ān*. Para ajudar o leitor nas referências a termos estrangeiros, a atores políticos relevantes no Oriente Médio e às localidades abrangidas pelas análises, foi criado um glossário de breves definições com léxico e nomes de pessoas e locais que surgem ao longo do texto. As diferentes grafias e transliterações para cada entrada estão presentes nesse glossário, o qual também é útil para ajudar os leitores leigos do tema da religião islâmica e da geopolítica do Oriente Médio a se localizarem e entenderem melhor o contexto em que o EI se desenvolveu.

>>PARA COMEÇAR A ENTENDER O EI

O fenômeno do surgimento do EI pode ser compreendido a partir de dois conjuntos de elementos. O primeiro é a situação política, econômica e social no Iraque, na Síria e no Oriente Médio em geral, que criou as condições para que o projeto extremista do EI pudesse se formar, ganhar força rapidamente e se expandir. O segundo conjunto envolve debater como o EI pode ser observado como força política e social.

O contexto de surgimento do EI não está desconectado dos processos de colonização e descolonização experimentados pela região, os quais, por sua vez, foram centrais para a formação dos Estados e nações no Oriente Médio. Entre os séculos XVI e XVIII, o Oriente Médio abrigou pequenas colônias costeiras e entrepostos comerciais de países e impérios europeus, com o objetivo de facilitar o comércio da Europa com essa região, ou servir como ponto de abastecimento para o comércio com regiões mais distantes. É na segunda metade do século XIX, com o acirramento da disputa interna entre movimentos modernizantes e reacionários dentro do Império Otomano – que controlava boa parte do Oriente Médio e do norte

da África –, que a influência europeia na região aumenta consideravelmente. O processo de colonização do Oriente Médio (também chamado de Novo Imperialismo, pelas características em comum que guarda com o processo de colonização das Américas entre os séculos XVI e XVIII) é marcado pela exploração econômica, com viés liberalizante; pela defesa da modernização de costumes tradicionais, baseada em práticas discriminatórias e paternalistas; e pelo uso da violência, especialmente explorando e construindo inimizades entre os diversos povos da região como forma de controle. São elementos muito presentes, por exemplo, na ocupação britânica no Egito (1882-1952) e na Conferência de Berlim (1884), que reuniu doze países europeus, a Rússia e o Império Otomano para a discussão sobre como ocorreria o relacionamento com os países colonizados do Oriente Médio e da África. A derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) vai abrir caminho para que novas colônias e protetorados fossem estabelecidos no Oriente Médio, como acordado no Tratado de Sèvres, de 1920, e no Tratado de Lausanne, de 1922 (Martin, 1924).

Os processos de descolonização da região, por sua vez, vão ocorrer de forma assimétrica e de maneira muito peculiar em cada país. No Líbano, a descolonização se realiza com uma transição liderada pelas elites política e econômica, com relativa manutenção das ligações com a metrópole (França). Na Síria, a independência da França vai desencadear uma forte instabilidade política, marcada pelo intenso envolvimento externo na política doméstica, e causar uma sucessão de mudanças de governo e golpes entre 1946 e 1970, quando o partido Baʿath e a família al-Assad se consolidam no poder (Seale, 1965; Kienle, 2019). Em outros casos, como ocorrido no Egito, no Iraque e na Turquia, a descolonização vai ser impulsionada por movimentos populares e nacionalistas e propor um rompimento ainda mais forte com a metrópole. Ainda mais complexo é o caso do mandato britânico sobre a Palestina, que se tornou, ao longo dos séculos XX e XXI, um fator complicador nas relações entre os países do Oriente Médio e também na relação destes com organizações internacionais e outros países hegemônicos, como os EUA (Visentini, 2014; Bassi, 2016). Em todas essas

situações, os processos de colonização e descolonização estão relacionados com conflitos entre países do Oriente Médio, com conflitos sectários entre grupos étnicos e religiosos e com a disseminação de ideologias jihadistas na região.

Conectadas à questão da colonização e à influência externa no Oriente Médio, é importante também lembrar as intervenções externas ocorridas no período posterior à Segunda Guerra Mundial na região e em outras próximas. Entre muitas situações, podemos citar a invasão soviética no Afeganistão e a guerra subsequente, que durou de 1979 a 1989. Nesse conflito, bastante marcado pelo contexto da Guerra Fria entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), é forte o envolvimento de forças insurgentes sunitas, que contaram com o apoio dos EUA, do Reino Unido e de outros países sunitas vizinhos, como Paquistão e Arábia Saudita, e também forças xiitas, com o apoio do Irã. O conflito no Afeganistão é central para o desenvolvimento do EI, por ser o berço da al-Qaeda, o grupo extremista sunita que forneceu o instrumental ideológico e o suporte logístico para a sua formação, como veremos com mais detalhes no capítulo 1.[6]

Em meio à descolonização e às intervenções externas, três correntes ideológicas desenvolvidas no Oriente Médio – o nacionalismo árabe (e o pan-arabismo), o islamismo político promovido pela Irmandade Muçulmana e o pan-sunismo – têm importância central na definição do contexto político e social em que emerge o EI, porque, em suas interpretações mais extremas, são fonte para a violência jihadista adotada pelo EI.

O nacionalismo árabe é fruto direto do desmantelamento do Império Otomano e das lutas anticoloniais no início do século XX no Oriente Médio. Essa ideologia realça as identidades comuns étnicas e culturais árabes e se constrói em diálogo com o fortalecimento dos nacionalismos turco e armênio (Mattar, 2004, p. 260-262; p. 1.799-1.800), que tiveram relativo sucesso em se constituir como países independentes logo após o final do Império

6 "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)", de José Antonio Lima.

Otomano.[7] O aumento de liberdade de imprensa conquistado com a reimposição da constituição no Império Otomano, por volta de 1908, intensifica o movimento de construção de uma identidade árabe comum, mas é frustrado a meio caminho pelos resultados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o Reino Unido e a França estabeleceram colônias na região e a dividiram em diferentes países e protetorados sob sua influência (Mattar, 2004, p. 260-262). O movimento volta a ganhar força política a partir da criação do partido Baʿath, em 1944, que se estabelece como uma força política secularista, baseada em ideias europeias de nacionalismo. O Baʿath também promove o casamento do nacionalismo árabe com o pan-arabismo, que ia além de afirmar a proximidade cultural dos povos árabes e tinha como programa político o estabelecimento de uma nação comum. Essa união ideológica se fortalece ainda mais com a chegada de Gamal abd al-Nasser à presidência do Egito, em 1956, e atinge seu ápice com a constituição da República Árabe Unida, surgida da união entre Egito e Síria, de 1958 a 1961. O nacionalismo árabe e o pan-arabismo criaram a possibilidade de cooperação entre grupos diversos através das fronteiras do Oriente Médio por meio da abrangente identidade árabe comum. No entanto, a manutenção de estruturas de opressão pelos governos dos países da região, mesmo depois do fim do colonialismo, aumentou a descrença contra as ideologias seculares e causou seu rápido declínio como ideologia política a partir da segunda metade do século XX. As ideologias salafistas, ao defenderem o retorno às práticas dos períodos iniciais do islã, nas quais é forte a dominância dos povos árabes, têm a exaltação da identidade árabe em comum com os movimentos nacionalistas dessa região e utilizaram essa semelhança para ocupar o vácuo criado com o declínio do nacionalismo árabe. No século XXI, essas mesmas ideologias do islã político estabelecem

7 Em resposta ao genocídio do povo armênio promovido pelo Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Armênia vai ser reconhecida como um país independente pelo Tratado de Sèvres, em 1920. Porém, a Guerra de Independência Turca (1919-1923) vai ser bem-sucedida ao evitar a ocupação da Turquia prevista pelo tratado e garantir a independência desse país, mas também força a Armênia a se desmilitarizar e ceder boa parte de seu território a leste para a Turquia. Em 1922, a Armênia é anexada pela URSS e somente vai restabelecer sua independência em 1991.

o secularismo como um ponto de contraste importante com o nacionalismo árabe, identificando no primeiro a falha dos atuais governos e a justificativa da atual situação desprivilegiada dos árabes, na região e no mundo, e galvanizando mais apoio a partir desse contraste. Nenhuma dessas três ideologias – o nacionalismo árabe, o pan-arabismo e o salafismo – propõe a utilização de estratégias violentas para transformar a sociedade, porém vários grupos que se identificam com elas utilizaram a violência com fins políticos em diversos momentos, a exemplo da relação entre o governo do Egito (antes e durante o governo Nasser) e a Irmandade Muçulmana, como veremos a seguir.

Em 1928, Hassan al-Banna funda a Irmandade Muçulmana como uma associação que provê serviços sociais (emprego, educação, proteção social, saúde, etc.) com base nos preceitos islâmicos. Al-Banna defende a substituição de instituições seculares pelas islâmicas como resposta à corrupção e à decadência que percebe na sociedade egípcia e no mundo islâmico em geral. A Irmandade Muçulmana é, desde seu início, uma organização com evidentes inspirações no movimento salafista de reforma do islã e retorno às bases da religião e, portanto, fundamentalista. E, por causa do contexto da ocupação britânica, mesclou a oposição ao secularismo com a retórica anti-imperialista, defendendo também a independência do Egito. Aliando os serviços sociais com a crítica política, al-Banna consegue uma expansão rápida e generalizada de seu movimento e em poucos anos estabelece uma rede que opera através de mesquitas em todo o país. Ao longo dos anos 1930 e 1940, o governo egípcio alterna entre a receptividade às ideias (por causa da oposição da Irmandade à ocupação britânica e sua defesa da independência do Egito, que coincidem com a ideologia nacionalista do país) e a perseguição aberta à Irmandade Muçulmana (por suas divergências com o fundamentalismo islâmico). Em 1949, porém, al-Banna é assassinado pelo governo egípcio e o fato ocasiona a radicalização de alguns grupos ligados à Irmandade. Alguns anos depois, em 1954, após uma tentativa de assassinato por um membro da Irmandade Muçulmana, Gamal abd al-Nasser proíbe a organização, intensifica seu regime autoritário e reforça a perseguição aos membros da Irmandade no governo, aumentando a distância

entre as ideologias nacionalistas e seculares e as ideologias salafistas. Essa divisão vai ampliar a oposição entre os dois movimentos e fortalecer o salafismo a partir do momento em que os governos nacionalistas e seculares (como o partido Baʿath, no Iraque e na Síria, ou o Partido Nacional Democrático, no Egito) não conseguem dar resposta aos problemas sociais enfrentados por seus cidadãos.

A prisão de Sayyid Qutb, um dos líderes mais conhecidos da Irmandade Muçulmana, em 1954, marca o agravamento do radicalismo de suas ideias, assim como a expansão de sua popularidade entre grupos sociais vulneráveis e oprimidos em todo o Oriente Médio. No período em que esteve confinado em um campo de concentração (entre 1954 e 1964; e entre 1965 até seu enforcamento por conspiração, em 1966), Qutb publicou diversos livros e realizou a doutrinação de líderes que passaram a disseminar suas ideias. Tanto a radicalização ideológica quanto a produção de textos extremistas em penitenciárias são práticas que podem ser observadas entre os atuais radicais islâmicos (especialmente quando as condições dentro das penitenciárias são ruins), inclusive entre os mentores e líderes do EI. Em seus escritos, Qutb realiza uma crítica à sociedade contemporânea e descreve o secularismo e o desenvolvimento de leis não islâmicas como sinais de um estado de ignorância e incredulidade (جَاهِلِيَّة, *jāhilīyah*) – no raciocínio de Qutb, todas as leis não islâmicas são, por consequência, não divinas e pecaminosas. Em seu livro mais famoso, *Maʿalim fi al-Tariq* (معالم في الطريق), *Marcos no caminho* (em tradução literal) ou *Milestones* (em inglês), Sayyid Qutb descreve os meios para a construção de uma sociedade islâmica em meio à *jahiliyya* e defende a utilização de *jihad* ofensiva para atingir esse objetivo. As ideias de Qutb são a base para quase todos os grupos islâmicos extremistas contemporâneos, especialmente o aspecto central que ele desenvolve para a excomunhão (تكفير, *takfir*) como forma de justificar ações violentas contra governos e pessoas declaradas incrédulas por discordar das ideias extremistas.

É possível observar que o pano de fundo ideológico entre árabes no Oriente Médio e entre islâmicos em diversos locais do mundo, no começo do século XXI, é composto pelo declínio do nacionalismo árabe e do

pan-arabismo como formas de identificação comum entre os povos árabes, pela ascensão do salafismo e do pan-sunismo, pela identidade comum sunita e pela ideia de atuação política islamizadora para a mudança social, propagada pela Irmandade Muçulmana. O pan-sunismo surge em contraposição à atuação do Irã em favor dos interesses dos xiitas em diversos países do Oriente Médio e se fortalece no contexto das guerras civis no Iraque e na Síria, dando combustível para a forte oposição do EI aos xiitas. A violência contra xiitas é, inclusive, o grande ponto de discordância e a causa da cisão entre o EI e a al-Qaeda, em 2006 (Wilner, 2011).

Observa-se também um sentimento generalizado de revolta contra a situação econômica e política em diversos países do Oriente Médio, que termina por dar força para os movimentos insurgentes chamados de "Primavera Árabe", a partir de 2011. O termo acolhe uma gama variada de protestos, em sua maior parte pacíficos e seculares, liderados por jovens e organizados pela internet e pelas redes sociais. Estes demandavam maior abertura e participação política nos regimes autocráticos e dinásticos que são comuns na região, além de respostas para as dificuldades socioeconômicas que os grupos marginalizados viviam, como a alta taxa de desemprego entre os jovens e a piora das condições de miséria e pobreza. Os movimentos da Primavera Árabe ganharam atenção internacional, e as primeiras análises se mostravam bastante otimistas com a possibilidade de mudanças políticas, focando no apelo popular dos movimentos e em suas demandas democráticas. Em longo prazo, foi possível perceber que os movimentos deram o primeiro passo e desestabilizaram regimes políticos autocráticos da região, porém sem conseguir substituí-los por opções verdadeiramente mais democráticas. Álvaro de Vasconcelos identifica uma forte hesitação de governos europeus e dos EUA para apoiarem alternativas políticas baseadas em partidos islamistas, mesmo aqueles movimentos pacíficos e com propostas democráticas. Ele lembra que muitos dos governos autocráticos seculares existentes no começo do século XXI contavam com o apoio de países ocidentais para impedir os partidos islamistas de aumentarem o seu poder político (Vasconcelos, 2012). É o caso, por exemplo, das eleições na Argélia, em 1991, em que a Frente Islâmica de Salvação

obteve maioria dos votos, mas um golpe militar interrompeu o processo eleitoral e iniciou uma guerra civil no país. A guerra civil na Argélia fortaleceu o Groupe Islamique Armé, que vai se tornar um dos primeiros grupos terroristas islâmicos com atuação na Europa em 1994 e 1995. Vasconcelos lembra também a negativa de reconhecimento do governo do Hamas na Palestina, após as eleições legislativas de 2006.

Os protestos da Primavera Árabe se iniciaram na Tunísia a partir da autoimolação de Mohamed Bouazizi, em dezembro de 2010, e alcançaram a deposição do presidente Zine al-Abidine ben Ali em janeiro de 2011. Depois disso, o país realizou uma transição para um regime democrático, ainda que instável, que se manteve até 2021. A pandemia de covid-19 agravou a situação econômica no país e a má gestão sanitária colocou a Tunísia como um dos países africanos com maior número de mortes proporcionalmente a sua população. Os partidos de oposição convocaram uma série de protestos e greves, que também reclamavam sobre casos de corrupção no governo e foram respondidos com violência policial. Em julho de 2021, o presidente Kais Saied suspendeu as atividades do Legislativo, que tinha maioria do partido opositor, Ennahda, presidido por Rāshid al-Ghannūshī, e, em fevereiro de 2022, dissolveu o Judiciário, redesenhando o sistema político tunisiano para concentrar a maior parte do poder na presidência.

Na Líbia, onde as manifestações resultaram em uma guerra civil, o presidente Muammar al-Qaddafi foi deposto por forças opositoras, que contaram com apoio internacional. As milícias que lutaram em 2011 não se desarmaram depois do término do conflito, contribuindo para que novas tensões emergissem. Em 2022, a Líbia tem seu território dividido entre dois governos em conflito entre si: na região leste, o Parlamento governa a partir de Tobruk; e na região oeste, o Governo de Acordo Nacional governa a partir de Trípoli.

No Egito, as eleições organizadas após a resignação de Hosni Mubarak, presidente entre 1981 e 2011, elegeu Muhammad Morsi pelo Partido da Liberdade e Justiça (حزب الحرية والعدالة), ligado à Irmandade Muçulmana. As medidas autoritárias de Morsi e a forte tendência de islamização de seu governo terminaram por causar manifestações generalizadas no país

e instabilidade política. Os militares, que contam com grande poder no Egito, operaram um golpe de Estado para depor Morsi. Em 2022, o país pode ser caracterizado como um regime autoritário militar, com grande poder concentrado nas Forças Armadas, eleições de fachada e histórico de abusos de direitos humanos pelo governo.

Os protestos da Primavera Árabe também renderam instabilidade política na Síria, onde eclodiu uma guerra civil ainda em curso em 2022. Os conflitos na Síria facilitaram a expansão do EI e o controle de território e de população no país, da mesma maneira como o grupo aproveitou os conflitos no Iraque para se firmar. Até certo ponto, o EI recebeu o apoio de grupos insatisfeitos com os governos estabelecidos, o que facilitou sua expansão inicial e evidenciou que regimes autoritários e a falta de oportunidades políticas são um grande incentivador de ideologias extremistas e de violência sectária. Mais um indicativo da conexão entre os grupos que protestavam durante a Primavera Árabe e os grupos extremistas islâmicos é que líderes da al-Qaeda, como Osama bin Laden e Ayman al-Zawahiri, fizeram declarações de apoio às manifestações; ou seja, os dois grupos confrontavam o mesmo inimigo – os EUA e seus aliados, que criaram os regimes ilegítimos que governavam o Oriente Médio (Wilner, 2011). O que se sucedeu a partir da instabilidade política no Iraque e na Síria é o tema dos capítulos 1 e 2.[8]

Para compreender o EI teoricamente, há dois pontos de partida principais (que podem ser complementares) que debatem a radicalização que participantes de grupos como o EI experimentam para decidir atuar politicamente de forma violenta. Este livro usa como ponto de partida o nível macro, observando o contexto, as instituições e as ideias que conjuntamente influenciaram indivíduos (a grande maioria deles vulneráveis em diferentes sentidos, como veremos adiante) a se mobilizarem em torno do projeto islamista violento do EI. Dentro do nível macro, Daniel Koehler (2020, p. 13-14) identifica estudos que podem ser agrupados pelas análises sociológicas sobre a radicalização e busca identificar as motivações de

8 "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)", de José Antonio Lima; e "O apogeu do Estado Islâmico (2013-2017)", de Diogo Bercito, respectivamente.

um indivíduo em um ambiente compreendido como hostil que o levam a adotar a violência como forma de resposta e atuação política. Há também estudos que focam na maneira como as ideias e a construção da realidade, as redes de contatos, assim como as instituições, criam as condições propícias para a radicalização. Em algumas análises, como as aqui presentes, é a falta de condições propícias para o estabelecimento de um sistema político democrático e inclusivo que torna a radicalização uma opção atraente, na ausência de opções de engajamento político capazes de alterarem o contexto de vulnerabilidade em que os indivíduos se encontram.

Outro ponto de partida possível é o nível micro, que inicia as análises a partir das caraterísticas dos indivíduos que se radicalizam. Nesse grupo, Koehler identifica os estudos empiricistas, que examinam as motivações em nível individual e os perfis socioeconômicos das pessoas que se radicalizam para construir uma explicação, de forma indutiva. Nesse conjunto, também se encontram as análises psicológicas sobre a radicalização. Esses estudos têm sido cruciais para desconstruir a ideia de um perfil psicológico único para as pessoas que se radicalizam – como é comum nas retóricas da "Guerra ao Terror" – e que proliferam imagens de pessoas com desordens ou doenças mentais para aumentar o apoio a ações de retaliação. Da mesma maneira, os estudos psicológicos apontam que as análises que classificam determinados atos políticos violentos como fruto de condições psicológicas temporárias ou permanentes de indivíduos isolados são, na realidade, discriminatórias contra determinadas etnias, religiões, cores de pele e outras formas de identidade social. Os fatores psicológicos relevantes encontrados indicam que as vulnerabilidades emocionais vividas são motivadoras para o engajamento em grupos radicais, como a insatisfação com as formas de atividade política existentes; a crença de que o uso de violência não é imoral (como presente em diversos discursos políticos correntes, inclusive em democracias); e a sensação de recompensa criada pela participação em grupos radicais, por meio da construção de laços sociais que a pessoa não conseguiu estabelecer com outros grupos.

O grande engajamento de combatentes estrangeiros no EI é um sinal de que não são somente regimes ditatoriais ou democracias instáveis que

geram essa insatisfação com as formas de atividade política existentes. A atração de pessoas de democracias consolidadas indica que padrões de discriminação social e sentimentos de injustiça contra indivíduos ou determinados grupos podem exacerbar a sensação de insatisfação, mesmo em situações com garantias formais de participação política. Em um sentido similar, a experiência cotidiana de violência física ou moral nessas democracias consolidadas, aliada à proliferação de discursos políticos que incentivam a discriminação, o medo e a violência como reação a uma situação em que o papel de vítima é generalizado, pode facilitar a crença de que o uso de violência não é imoral. Esses fatores atuam conjuntamente, portanto, para aumentar a atratividade de projetos políticos radicais como os que o EI propunha ou, pelo menos, divulgava.

>>A AMÉRICA LATINA E O BRASIL

Do ponto de vista dos estudos globais sobre terrorismo, a maior parte dos grupos terroristas pesquisados da América Latina remonta aos movimentos políticos violentos observados ou iniciados entre os anos 1960 e 1980. Entre esses se destacam alguns com atuação que persiste no século XXI: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); o Exército de Libertação Nacional (ELN), ambos com atuação mais forte na Colômbia; e o Sendero Luminoso, com atuação no Peru. Durante esse período, a existência de ditaduras civis e militares na região voltou os olhos das pesquisas sobre violência política para a violência praticada por Estados e para os grupos de resistência a esses regimes. É de se notar que a transição de ditaduras para regimes democráticos na América Latina, a partir dos anos 1980, tem sido muito eficaz para desmobilizar a atuação de grupos terroristas na região. Esse é um dos motivos da dificuldade de observar, na América Latina, grupos que pudessem ser identificados com a quarta onda de terrorismo, marcada pela violência com fundo ideológico religioso, ou com a nascente quinta onda de terrorismo (ver no capítulo 9[9]). Nesta, por um lado, o papel dos meios de

9 "A quinta onda de terrorismo: radicalização além das fronteiras", de Beatriz Buarque.

comunicação se torna ainda mais central, especialmente com a utilização da internet. Verifica-se, entretanto, a extrapolação da relação entre religião e terrorismo, observando-se ainda o crescimento de ações terroristas realizadas por outras ideologias radicais, como os grupos neonazistas.

Por outro lado, os recentes estudos que analisam o nexo entre criminalidade e terrorismo oferecem mais formas de compreender a violência na América Latina e, por exemplo, as estruturas criadas pelo narcotráfico, que permitem estabelecer conexões com as ações terroristas realizadas em outros lugares. Como Tamara Makarenko aponta, o fim da Guerra Fria, no final dos anos 1980, determinou a diminuição de um tipo de terrorismo que era financiado por Estados para atuar na política interna em outros locais e tornou menos precisa a diferença entre organizações criminosas e organizações terroristas (Makarenko, 2004). Essa perspectiva não somente elucida a "criminalização" do terrorismo, mas também permite perceber que algumas ações criminosas têm potencial de causar terror e são frequentemente promovidas por organizações criminosas na América do Sul e no Brasil. Assim, pode-se perceber semelhanças na centralidade das penitenciárias como local de radicalização e recrutamento de membros de organizações terroristas no Oriente Médio e no mundo e de organizações criminosas na América Latina, evidenciando a raiz de ambos os fenômenos em problemas sociais.[10] Também é possível verificar que o nexo entre criminalidade e terrorismo encontra semelhanças no Brasil no aumento dos casos de violência, que afetam bairros, cidades ou regiões inteiras. O medo é utilizado como forma de intimidação para a consecução de seus objetivos, ainda que esses objetivos não visem à transformação política, no caso das organizações criminosas, mas sim à maximização de seus lucros e à facilitação de suas atividades futuras. Como exemplos, podemos lembrar a série de 251 ataques promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)[11] em maio de 2006, em São Paulo e em outros estados, ao mesmo tempo que foram deflagradas rebeliões em penitenciárias; ou frequentes sequências de assaltos a bancos

10 Cf. Basra, Neumann e Brunner (2016) e Porto (2007).

11 Em setembro de 2020, uma investigação da Polícia Federal concluiu que um condenado por terrorismo na Operação Hashtag, em 2016, filiou-se ao PCC (Abreu, 2020).

com a utilização de explosivos, como o realizado por uma quadrilha de pelo menos quarenta pessoas, em maio de 2020, em Ourinhos (SP), em que uma base policial também foi alvo de ataques (Bandidos..., 2020).

Esperamos que este livro possa, por um lado, começar a elucidar as questões referentes ao entendimento do EI, seu contexto e suas implicações para o Oriente Médio; por outro lado, possibilitar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema em língua portuguesa.

Quadro 1 – Linha do tempo

2003	Março	Invasão do Iraque pelas forças da Operação Liberdade do Iraque.
	Maio	Estabelecimento da Autoridade Provisória da Coalizão sob Paul Bremer.
2004	Junho	Estabelecimento do Governo Interino do Iraque.
	Agosto	Atentado ao Hotel do Canal em Bagdá, no Iraque.
	Outubro	Abu Musab al-Zarqawi e Abu Ali al-Anbari declaram *baʿya* (declaração de fidelidade a um líder) a Osama bin Laden, transformando a Tawhid wal-Jihad em al-Qaeda no Iraque.
2005	Maio	Estabelecimento do governo de transição do Iraque.
	Outubro	Referendo Constitucional no Iraque aprova a nova Constituição.
	Dezembro	Eleições gerais no Iraque.
2006	Janeiro	Estabelecimento do Conselho Mujahidin Shura.
	Junho	Morte de Abu Musab al-Zarqawi.
	Outubro	Estabelecimento do EI no Iraque. Proclamação de Abu Umar al-Qurashi al-Baghdadi como emir.
2009	Abril	Retirada das tropas do Reino Unido do Iraque.
	Julho	Retirada das tropas da Austrália do Iraque.
2010	Abril	Morte de Abu Umar al-Baghdadi e Abu Ayyub al-Masri. Abu Bakr al-Baghdadi é proclamado novo emir do EI.

(continua)

2011		A série de protestos conhecidos como “Primavera Árabe” se inicia na Tunísia a partir da autoimolação de Mohamed Bouazizi em dezembro de 2010. Protestos se espalham pelo país e por outros países árabes, provocando mudanças de governo e outras alterações políticas.
	Março	Protestos na Síria contra Bashar al-Assad escalam para uma guerra civil.
	Dezembro	Retirada das tropas dos EUA do Iraque.
2012	Janeiro	Abu Muhammad al-Julani forma a Jabhat al-Nusra (posteriormente renomeada para Hayʿat Tahrir al-Sham) na Síria.
2013	Abril	Abu Bakr al-Baghdadi estabelece o Estado Islâmico (EI) no Iraque e na Síria.
2014	Junho	Declaração do estabelecimento de um califado islâmico. Mudança do nome para Estado Islâmico. Autoproclamação de Abu Bakr al-Baghdadi como califa. Ocupação de Mossul pelo EI e declaração de sua capital no Iraque.
	Agosto	No Iraque, conquista de Sinjar pelo EI, com a retirada forçada de duzentas mil pessoas, na maioria yazidis.
	Dezembro	Início da organização de coalizões internacionais contra o EI (EUA e Otan e, posteriormente, França, Rússia e países islâmicos).
2015		Expansão do EI dentro da Síria e apogeu territorial no Oriente Médio. Proliferação de ataques de lobos solitários com relação ao EI. Destaque para o ataque ao voo Metrojet, que saía do Egito para a Rússia e matou 224 pessoas; o ataque à mesquita em Sanaʿa, no Iêmen, que matou 142 pessoas; e os ataques em Paris, na França, que mataram 130 pessoas.
2016		Perdas territoriais do EI se intensificam. Mais uma onda de ataques de lobos solitários, com destaque para o ataque em Nice, na França, que matou 86 pessoas, e o ataque em Cabul, no Afeganistão, que matou oitenta pessoas.
2017	Julho	Retomada de Mossul no Iraque pelas forças do governo do Iraque.
	Outubro	Retomada de Raqqa na Síria pelas Forças Democráticas Sírias.

(continua)

2018	Janeiro	Governo da Turquia organiza a Operação Ramo de Oliveira, com o pretexto de luta contra terroristas, mas ataca milícias curdas no norte da Síria.
2019	Abril	Ataques em Colombo, Sri Lanka, matam 267 pessoas; o EI reivindicou a autoria, mas não houve confirmação.
	Outubro	Abu Bakr al-Baghdadi se suicida durante operação para sua captura. Em seu lugar, Abu Ibrahim al-Hashimi al-Qurashi é apontado como califa do EI.
2020		A pandemia de covid-19 no mundo dificultou os esforços de repatriação de combatentes estrangeiros e de reintegração das populações vulneráveis que viveram sob o controle do EI, aumentando o risco de reorganização local do grupo.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

>>ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

Este livro está organizado em doze capítulos, além da presente introdução e de uma conclusão, separados em três partes. A parte I, "História do Estado Islâmico", apresenta a história do EI e os principais acontecimentos referentes a sua expansão, seu apogeu e sua queda. José Antonio Lima, no capítulo 1,[12] examina as ligações com a al-Qaeda que possibilitaram o surgimento do EI no Iraque e explica como os primeiros líderes do grupo lançaram as bases para o estabelecimento de seu califado. A fase de maior expansão do EI e de proclamação do califado por Abu Bakr al-Baghdadi é explorada por Diogo Bercito no capítulo 2.[13] Já no capítulo 3,[14] César Henrique de Queiroz Porto discute a reação internacional ao EI e as possibilidades de atuação do grupo nesse momento em que não detém mais partes significativas de terra no Oriente Médio.

A parte II discute aspectos temáticos diversos relacionados com as maiores discussões iniciadas pela atuação do EI. Margarita Bautista analisa

12 "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)".
13 "O apogeu do Estado Islâmico (2013-2017)".
14 "A queda do Estado Islâmico (2017-2019)".

o EI à luz da sua capacidade de atuar como Estado no capítulo 4.[15] Já Ariel Finguerut apresenta alguns aspectos ideológicos que baseiam a atuação do EI no capítulo 5.[16] A Questão Curda é o ponto de partida de Flávia X. M. Paniz para as discussões sobre espaço, gênero e tempo no capítulo 6.[17] O capítulo 7,[18] de Igor H. Sabino de Farias, busca compreender a situação das minorias cristãs e yazidis no Iraque com a ascensão do EI. Fechando a segunda parte, no capítulo 8,[19] Fernando Brancoli analisa a presença do EI na internet e nos meios de comunicação.

A parte III, "Além das 'fronteiras' do Estado Islâmico", pretende analisar as repercussões do EI em outros países e regiões, assim como suas principais consequências para a compreensão do terrorismo contemporâneo. No capítulo 9,[20] Beatriz Buarque aprofunda as discussões sobre as diferentes ondas de terrorismo e analisa as inovações que o grupo traz para esse conceito. No capítulo 10,[21] Natália Calfat observa as mudanças nas dinâmicas de poder domésticas e regionais a partir do impacto do EI no Líbano. No capítulo 11,[22] Augusto Veloso Leão explora as consequências da atuação do EI na Europa, especialmente a questão do retorno de ex-combatentes para seus países de origem. No capítulo 12,[23] Victor Begeres Bisneto traz o debate para o contexto brasileiro, analisando as comunidades islâmicas e observando as possibilidades de florescimento de violência jihadista no Brasil.

15 "Estado e economia no Estado Islâmico".

16 "As fronteiras ideológicas do Estado Islâmico: o debate e as implicações das ideias defendidas e propagadas pelo EI".

17 "Questão Curda: colonialismo, história e gênero".

18 "A ascensão do Estado Islâmico e o deslocamento forçado das minorias religiosas no Iraque".

19 "Estado Islâmico, práticas midiáticas e estratégias de propaganda".

20 "A quinta onda de terrorismo: radicalização além das fronteiras".

21 "Retóricas sectárias e vazios representativos: o Estado Islâmico como nêmesis dos sunitas no conflito com o Hizbullah".

22 "Estado Islâmico e violência jihadista na Europa".

23 "Ecos jihadistas no Brasil: realidade e possibilidade".

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan. Do Islã ao PCC. *piauí*, 25 set. 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/do-isla-ao-pcc. Acesso em: 10 out. 2020.

BANDIDOS roubam agência bancária e destroem base da PM em Ourinhos. *G1 Bauru e Marília*, 2 maio 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia /2020/05/02/ourinhos-tem-tiroteio-durante-invasao-a-banco.ghtml. Acesso em: 8 ago. 2020.

BASRA, Rajan; NEUMANN, Peter R.; BRUNNER, Claudia. *Criminal pasts, terrorist futures*: European jihadists and the new crime-terror nexus. Londres: The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence, 2016.

BASSI, Danilo M. G. *A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica*: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082016-130222/pt-br.php. Acesso em: 7 ago. 2020.

BENNETT, Amanda. Daesh? Isis? Islamic State? Why what we call the Paris attackers matters. *The Washington Post*, 25 nov. 2015. Disponível em: https://www.washing tonpost. com/news/in-theory/wp/2015/11/25/daesh-isis-islamic-state-why-what-we-call-the-paris-attackers-matters. Acesso em: 28 fev. 2020.

DAWSON, Lorne. The demise of the Islamic State and the fate of its Western foreign fighters: six things to consider. *The International Centre for Counter Terrorism*, n. 9, 2018. Disponível em: https://icct.nl/wp-content/uploads/2018/06/ICCT-Dawson-2018-The-Demise-of-the-Islamic-State-and-the-Fate-of-Its-Western-Foreign-Fighters.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano.* São Paulo: Contexto, 2004.

DINIZ, Eugênio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. *In*: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA, Domício. *Paz e terrorismo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004. p. 197-222.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

AL-GHANNŪSHĪ, Rāshid. Deradicalisation through religious education. *In*: HANSEN, Stig Jarle; LID, Stian (ed.). *Routledge handbook of deradicalisation and disengagement*. Abingdon: Routledge, 2020. p. 156-162.

JACKSON, Richard. *Writing the war on terrorism*: language, politics and counter-terrorism. Nova York: Manchester University Press, 2005.

KHAN, Zeba. Call it Daesh, not Isil (or Isis). *CNN*, 7 out. 2016. Disponível em: https://edition.cnn.com/2016/10/05/opinions/daesh-not-isil-or-islamic-state-khan/index.html. Acesso em: 28 fev. 2020.

KI-MOON, Ban. Secretary-General's remarks to Security Council High-Level Summit on Foreign Terrorist Fighters. *United Nations Secretary-General*, 24 set. 2014. Disponível em: https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2014-09-24/secretary-generals-remarks-security-council-high-level-summit. Acesso em: 28 fev. 2020.

KIENLE, Eberhard. The new struggle for Syria and the nature of the Syrian State. *In*: MATAR, Linda; KADRI, Ali (ed.). *Syria*: from national independence to Proxy War. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 53-70.

KOEHLER, Daniel. Terminology and definitions. *In*: HANSEN, Stig Jarle; LID, Stian (ed.). *Routledge handbook of deradicalisation and disengagement*. Abingdon: Routledge, 2020.

LASMAR, Jorge Mascarenhas; FONSECA, Guilherme Damasceno. *Passaporte para o terror*: os voluntários do Estado Islâmico. Curitiba: Appris, 2017.

MAKARENKO, Tamara. The crime-terror continuum: tracing the interplay between transnational organised crime and terrorism. *Global Crime*, v. 6, n. 1, 2004.

MARTIN, Lawrence. *The treaties of peace 1919-1923*. Nova York: Carnegie Endowment for International Peace, 1924. v. II. Contém o Tratado de Sèvres (1920) e o Tratado de Lausanne (1922).

MATTAR, Philip (ed.). *Encyclopedia of the Modern Middle East and North Africa*. 2. ed. Farmington Hills: Thomson Gale, 2004.

NESSER, Peter. Chronology of jihadism in Western Europe 1994-2007: planned, prepared, and executed terrorist attacks. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 31, 2008.

NESSER, Peter. Toward an increasingly heterogeneous threat: a chronology of jihadist terrorism in Europe 2008-2013. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 37, 2014.

PORTO, Roberto. *Crime organizado e sistema prisional*. São Paulo: Atlas, 2007.

QUEIRÓS, José. Islamitas ou islamistas? *Público*, 31 out. 2010. Disponível em: http://blogues.publico.pt/provedordoleitor/2010/10/31/islamitas-ou-islamistas. Acesso em: 28 fev. 2020.

REUTERS. Saudi Arabia's Grand Mufti denounces Islamic State Group as un-Islamic. *Reuters*, 25 aug. 2014. Disponível em: http://blogs.reuters.com/faithworld/2014/08/25/saudi-arabias-grand-mufti-denounces-islamic-state-group-as-un-islamic/. Acesso em: 28 fev. 2020.

SEALE, Patrick. *The struggle for Syria*: a study of Post-war Arab politics, 1945-1958. Londres: Oxford University Press, 1965.

SINIVER, Asaf; LUCAS, Scott. The Islamic State lexical battleground: US foreign policy and the abstraction of threat. *International Affairs*, v. 92, n. 1, p. 63-79, 2016. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/ ia/INTA92_1_04_Siniver-Lucas.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

STEWART, Scott. Defining militant groups: why the names matter. *Stratfor*, 24 jul. 2018. Disponível em: https://worldview.stratfor.com/article/defining-militant-groups-why-names-matter. Acesso em: 28 fev. 2020.

TERRORISM RESEARCH & ANALYSIS CONSORTIUM. Islamic State (IS) / Islamic State of Iraq and ash Sham (Isis) / Islamic State of Iraq (Isis or Isil, IS). *Terrorism Research & Analysis Consortium*, 2020. Disponível em: http://www.tracking terrorism.org/group/islamic-state-islamic-state-iraq-and-ash-sham-isis-islamic-state-iraq-isis-or-isil. Acesso em: 6 abr. 2020.

VASCONCELOS, Álvaro de. *As vozes da diferença*: a vaga democrática árabe. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

VISENTINI, Paulo G. F. *O grande Oriente Médio*: da descolonização à Primavera Árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WILNER, Alex. Opportunity costs or costly opportunities? The Arab Spring, Osama bin Laden, and al-Qaeda's African affiliates. *Perspectives on Terrorism*, América do Norte, 5 set. 2011. Disponível em: http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/155. Acesso em: 25 Sep. 2020.

PARTE I
HISTÓRIA DO ESTADO ISLÂMICO

1

AS ORIGENS:

DE AL-QAEDA A ESTADO ISLÂMICO (2003-2013)

José Antonio Lima

Na tarde de 19 de agosto de 2003, um caminhão-plataforma Kamash, de fabricação russa, com cabine marrom e base laranja, percorreu a rua do canal, em Bagdá; às 16h27 entrou à direita em uma via de acesso que corria paralelamente ao perímetro oeste do Hotel do Canal, sede da missão das Nações Unidas no Iraque. Em alta velocidade, o caminhão-bomba atingiu em cheio o canto sudoeste do prédio, imediatamente abaixo do escritório do diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, de 55 anos, que chefiava a missão. Vieira de Mello sobreviveu à explosão, que praticamente demoliu sua sala de trabalho, mas morreu horas depois, enquanto esperava por socorro. Aquele ataque marcaria o início da guerra contra a insurgência iraquiana que os EUA enfrentariam meses depois de invadirem e ocuparem o Iraque para derrubar o ditador Saddam Hussein. Seu desdobramento mais conhecido foi o Estado Islâmico (EI), mistura de insurgência com grupo terrorista que amedrontou o mundo, em especial as populações do Iraque e da Síria. Entender a história do EI é entender as repercussões da invasão do Iraque e as dinâmicas que levaram ao estágio atual das coisas. Este capítulo é uma tentativa de dar nexo a esses eventos.

Este capítulo reconstrói essa história, em termos cronológicos, começando com o calamitoso processo decisório que levou os EUA a se engajarem em uma aventura militar para a qual não estavam preparados; passa pelos trágicos impactos dessas ações para a população iraquiana e culmina nas ações sectárias do primeiro-ministro do Iraque, Nouri al-Maliki (que ocupou essa posição entre 2006-2014), e do presidente da Síria, Bashar al-Assad (que é o presidente do país desde 2000). O fio condutor desse processo são as trajetórias e as ideias de figuras centrais do movimento jihadista, conhecidos pelos nomes de guerra Abu Musab al-Zarqawi, Abu Ali

al-Anbari, o misterioso Abu Bakr Naji, autor de um texto sobre a estratégia de "selvageria" do EI, e Abu Bakr al-Baghdadi, o "califa" do EI. Trata-se de um panorama cujos objetivos são resumir e explicar como foi possível o estabelecimento do EI.

>>O DESASTRE ORQUESTRADO EM WASHINGTON (EUA)

A autoria do ataque contra o Hotel do Canal permaneceu desconhecida durante meses, mas o desastre da ocupação dos EUA no Iraque era notório. Fundada em duas premissas falsas – a de que o regime de Saddam Hussein dispunha de armas de destruição em massa e a de que tinha uma aliança com a rede terrorista al-Qaeda –, a invasão fora planejada de maneira rudimentar e desastrada pela administração de George W. Bush, que, "assustada por suas próprias conclusões falsas [...], apressou sua diplomacia, curto-circuitou seu planejamento de guerra e montou uma ocupação agonizantemente incompetente" (Ricks, 2006, p. 3). Imediatamente após a invasão, ficou evidente que o governo dos EUA havia colocado o país em uma aventura para a qual não se planejara. Um relatório da 3ª Divisão de Infantaria do Exército, uma das que lideraram a ofensiva contra Saddam Hussein, notou que Bush "anunciou que nosso objetivo era 'mudança de regime'. Ainda assim, não havia nenhum plano oportunamente preparado para as óbvias consequências de uma mudança de regime" (Ricks, 2006, p. 151). A ausência de um projeto de ocupação colocou as forças armadas dos EUA em uma rota certeira para um atoleiro.

> O relatório também culpou o pensamento político que fez as forças dos EUA serem declaradas libertadoras em vez de ocupantes, porque isso levou os comandantes militares a operar de um modo distanciado que permitiu o caos crescer em Bagdá. "Como uma questão de direito e de fato, os EUA são uma força de ocupação no Iraque, mesmo que nos caracterizemos como libertadores", dizia o relato [...]. "Por conta da recusa de reconhecer o *status* de ocupante, os comandantes inicialmente não tomaram medidas disponíveis a forças de ocupação, como impor toques de recolher, determinar que os civis voltem ao trabalho e controlar os governos e populações locais.

> A falha ao não agir depois que removemos o regime criou um vácuo de poder que outros imediatamente tentaram preencher". (Ricks, 2006, p. 151)

Agravou de maneira monumental esse cenário a famigerada atuação de Paul Bremer, diplomata dos EUA que liderou a Autoridade Provisória da Coalizão (APC) – o governo invasor –, entre maio de 2003 e junho de 2004. Em 16 de maio de 2003, Bremer lançou sua primeira decisão – o expurgo da liderança do Baʿath, partido único do Iraque, comandado por Saddam Hussein. A medida previa que membros seniores da sigla seriam removidos de seus cargos e proibidos de voltar a ocupar posições públicas novamente. Previa, também, a demissão de qualquer filiado ao Baʿath que estivesse em um dos três cargos mais altos de chefia em ministérios, estatais, universidades e hospitais. No total, cerca de 85 mil pessoas foram objeto do expurgo (Ricks, 2006, p. 160). Uma semana depois, em 23 de maio de 2003, Bremer lançou sua segunda medida administrativa, que previa a dissolução do Exército do Iraque e de todas as corporações ligadas ao Ministério do Interior (polícia, forças de segurança domésticas e unidades de segurança da Presidência), totalizando quase setecentas mil pessoas, sem contar os dependentes. "Em um país rasgado por fraturas sectárias e étnicas – sunitas *versus* xiitas *versus* curdos – e possuidor de poucas instituições nacionais unificadoras, Bremer tinha acabado com duas das mais importantes" (Ricks, 2006, p. 163). Para completar, Bremer rechaçou a possibilidade de o Iraque ter um governo próprio e aplicou no país parte do receituário neoliberal, fechando indústrias estatais não lucrativas, o que teve "o efeito político de alienar ainda mais a classe média, que já havia sido atingida pela 'de-Baʿathificação', e que estava repleta de gerentes dessas indústrias ineficientes" (Ricks, 2006, p. 165).

Nesse cenário, demorou poucos meses para uma insurgência se formar após a derrubada de Saddam Hussein. Despreparadas, as tropas estadunidenses enfrentavam um inimigo "invisível" que se misturava à população iraquiana e utilizava armas automáticas, granadas lançadas por foguete, minas e explosivos contra os soldados. Em sua obra, Thomas Ricks (2006) mostra como essa situação foi agravada pelos conflitos internos entre a administração civil dos EUA – a APC de Bremer – e a liderança

militar. Não havia uma diretriz única para a ocupação, o que deixou a população iraquiana à mercê das decisões dos comandantes de divisão dos EUA responsáveis por cada área do país. Enquanto a insurgência evoluía combate a combate, os militares ocupantes tinham dificuldade para trocar experiências e aprender com seus colegas de outras divisões ou com os contingentes que deixavam o Iraque a cada rodízio de tropas para serem substituídos.

Um revezamento marcante de comando ocorreu na província de Anbar, a maior do Iraque, localizada no oeste do país, na fronteira com a Síria. Em 24 de março de 2004, a 1ª Divisão dos Fuzileiros Navais substituiu a 82ª Divisão Transportada pelo Ar do Exército, prometendo aplicar na região, em específico no chamado Triângulo Sunita (onde ficam cidades como Baqubah, Ramadi, Tikrit, Samarra e Fallujah), uma política "culturalmente sensível" (Ricks, 2006, p. 314). Os fuzileiros não teriam a abordagem dura e opressora do Exército, mas procurariam aprender palavras em árabe, passariam a não usar óculos escuros, deixariam crescer bigodes, seriam mais tolerantes com os discursos inflamados dos clérigos islâmicos e passariam a fazer buscas dentro da casa dos iraquianos sem destruir pertences ou mostrar desrespeito às famílias. Essa política emanava do comandante da divisão dos fuzileiros à época, James Mattis (posteriormente, secretário de Defesa de Donald Trump entre 2017 e 2019), que advogava a adoção de estratégias de contrainsurgência, diferentes das de guerra convencional que o Exército utilizara e que ajudaram a alienar os iraquianos ocupados, jogando muitos deles para a insurgência. Uma semana depois do início do comando dos fuzileiros, um desastre ocorreu em Fallujah. Duas SUVs que carregavam homens da Blackwater, uma empresa privada de segurança (hoje chamada Academi), foram emboscadas em Fallujah com tiros de metralhadoras AK-47 e granadas lançadas por foguete. Os corpos dos quatro ocupantes dos carros foram retirados dos veículos, espancados e esquartejados, e dois torsos foram pendurados em uma ponte sobre o rio Eufrates, antes de serem incinerados em uma fogueira de pneus. Um grupo de pessoas vibrava e cantava enquanto isso ocorria em cenas que correram o mundo.

> Mattis queria realizar uma operação policial. "Vamos descobrir quem fez isso e pegá-los. Essa é uma cidade de trezentas mil pessoas onde algumas centenas fizeram alguma coisa", disse um general dos Fuzileiros Navais. A resposta foi: "Não, vão para lá com todo o poder de uma divisão dos Fuzileiros Navais". Ele argumentou contra isso. Quais seriam as consequências de fazer isso? Mattis sabia que as consequências de enviar uma grande unidade convencional inevitavelmente seriam grandes quantidades de estragos. (Ricks, 2006, p. 332-333)

Em 5 de abril de 2004, os fuzileiros lançaram a maior ofensiva dos EUA desde a tomada do Iraque, um ano antes. Cerca de 2,5 mil homens, auxiliados por tanques, veículos blindados, helicópteros Cobra e aviões C-130, atacaram Fallujah para encontrar um "inimigo que estava mais bem preparado do que os fuzileiros tinham sido avisados para se preparar" (Ricks, 2006, p. 333). Logo, a ofensiva se tornou um pesadelo, com inúmeras mortes de soldados dos EUA em uma guerra não convencional. O conflito se espalhou para Ramadi e, em pouco tempo, a situação em todo o Iraque – da Mossul sunita, no norte, até a Najaf xiita, no sul – estava fora de controle. "A grande diferença dos noves meses anteriores de combate é que, pela primeira vez, ainda que os sunitas estivessem lutando em Fallujah e Ramadi, uma milícia xiita estava atacando em uma ampla área" (Ricks, 2006, p. 336). Tal milícia era o Jaysh al-Mahdi, o Exército de Mahdi, formado pelos seguidores do clérigo xiita Moqtada al-Sadr, um líder que tirava boa parte de sua força política do fato de ser filho do grande aiatolá Muhammad Sadiq al-Sadr, assassinado em 1999, muito provavelmente com auxílio do governo de Saddam Hussein. Sadr trabalhava em coordenação com o Irã, que desde o início da ocupação atuou de maneira firme para descarrilar a iniciativa dos EUA, em especial por meio da Força Quds, a divisão internacional de inteligência da Guarda Revolucionária do Irã. Nessa batalha de Najaf, em 2004, um homem chamado Sheikh Ansari, integrante da Força Quds, ajudou Sadr a coordenar as batalhas contra os estadunidenses, segundo conclusão da inteligência dos EUA (Weiss; Hassan, 2015, p. 50).

Em meio à convulsão que tomava conta do Iraque, o atentado contra o Hotel do Canal foi reivindicado. Em um áudio que se tornou público em

6 de abril de 2004, Abu Musab al-Zarqawi chamou para si os créditos de inúmeros ataques contra as forças da coalizão liderada pelos EUA e pelo bombardeio lançado contra a sede das Nações Unidas no Iraque. Identificado apenas como um "associado de Osama bin Laden", Zarqawi teve sua mensagem perfeitamente compreendida por uma fonte oficial do governo dos EUA ouvida pela CNN.

A leitura do contexto feita pelo oficial dos EUA foi presciente. Naquela fita, Zarqawi expôs características que foram centrais nas organizações que montaram e que até hoje guiam os atos do EI.

> Zarqawi foi especialmente hostil com a maioria xiita, chamando-os de "idólatras" e traidores que se aliaram aos "inimigos do islã" para tomar controle do Iraque sunita. O oficial estadunidense notou como Zarqawi "agrupou os xiitas e a coalizão para justificar os ataques", mencionando referências históricas e citando estudiosos. O oficial disse que isso "sugere que ele tem como objetivo que sua mensagem atraia amplo apoio sunita". (Benson, 2004)

>>ABU MUSAB AL-ZARQAWI

Abu Musab al-Zarqawi é uma figura central para a formação do EI. Nascido em 1966 como Ahmad Fadhil Nazzal al-Khalaylah, em Zarqa, cidade da Jordânia que lhe daria seu nome de guerra, Zarqawi teve uma juventude carregada de ilegalidades, especialmente após 1984, quando abandonou a escola. Ele bebia e contrabandeava álcool, teria sido um cafetão e foi preso pela primeira vez por posse de drogas e assédio sexual (Weiss; Hassan, 2015, p. 2). Tinha o corpo coberto por tatuagens e foi detido também por furto, tráfico de drogas e por atacar um homem com uma faca (Stern; Berger, 2015, p. 14). A aproximação com a religião se deu por conta de sua mãe, que o matriculou em aulas de estudos religiosos em uma mesquita de Amã, na qual Zarqawi teve, pela primeira vez, contato com o salafismo (Weiss; Hassan, 2015, p. 2). O salafismo deve ser entendido como uma doutrina radical dentro do islã sunita, originada a partir do pensamento de teólogos como Taqi al-Din ibn Taymiyya (1263-1328) e Muhammad ibn 'Abd al-Wahhab (1703-1792). A hostilidade aos xiitas, ramo minoritário do islã,

e aos sufistas, corrente mística do islã, é um de seus traços mais marcantes. O jihadismo, por sua vez, é uma derivação do salafismo. Pensadores importantes em sua construção como ideologia foram o egípcio Sayyid Qutb (1906-1966) e o palestino Abdallah Azzam (1941-1989).

Em 1989, Zarqawi rumou para a fronteira do Paquistão com o Afeganistão, um efervescente centro onde o jihadismo acabava de experimentar um importante triunfo com a retirada das tropas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que haviam invadido o país dez anos antes. Zarqawi perdeu os combates contra os soviéticos, mas "treinou e eventualmente lutou em algumas das mais violentas batalhas que emergiram no caos pós-soviético no Afeganistão, quando facções afegãs começaram a lutar umas contra as outras" (Stern; Berger, 2015, p. 14). No Afeganistão, Zarqawi fez inúmeros contatos, entre eles com Abu Muhammad al-Maqdisi, clérigo salafista de origem jordaniana e palestina. Em 1992, já de volta à Jordânia, Maqdisi e Zarqawi passaram a pregar contra a família real jordaniana, "atacando as relações amistosas de seu governo com Israel e a interferência imperialista dos EUA e o seu papel no Oriente Médio" (Weiss; Hassan, 2015, p. 7-8), e também formaram uma célula terrorista. Em março de 1994, foram detidos e condenados a quinze anos de detenção em penitenciária de segurança máxima por tráfico de armas.

O período na penitenciária alterou Zarqawi e o tornou "mais focado, brutal e decisivo". Por desfrutar de um *status* superior atrás das grades, uma vez que pertencia à influente tribo Bani Hassan, Zarqawi passou a se impor e, "por coerção ou persuasão, procurou singularizar sua interpretação da ideologia islamista, com ele próprio no papel de jurisprudente supremo" (Weiss; Hassan, 2015, p. 9). Em 1999, com a morte do rei Hussein e a ascensão de seu filho Abdullah II ao trono da Jordânia, uma anistia colocou Zarqawi nas ruas.

Livre, Zarqawi retornou para a fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão ainda em 1999 e, em 2000, passou a comandar um campo de treinamento da al-Qaeda, a rede terrorista de Osama bin Laden, na cidade afegã de Herat. Em 2003, quando os EUA invadiram o Iraque, Zarqawi já estava posicionado no país para combater as forças invasoras por meio de

um grupo chamado Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad ("Monoteísmo e Guerra Santa"). Seus cartões de visitas foram os atentados contra a sede da ONU, que matou Sergio Vieira de Mello, em 19 de agosto de 2003, e contra a embaixada da Jordânia em Bagdá, doze dias antes. O Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad se notabilizou pelos inúmeros atentados com bomba que praticou contra as forças dos EUA, e Zarqawi, pela violência extrema de suas ações. Em maio de 2004, ele próprio decapitou o empreiteiro estadunidense Nicholas Berg, conforme imagens que correram o mundo. Em outubro daquele ano, a fama de Zarqawi ficou ainda maior, quando ele finalmente jurou lealdade a Osama bin Laden e seu grupo passou a se chamar al-Qaeda na Terra dos Dois Rios, popularmente conhecida como al-Qaeda no Iraque.

>>ABU ALI AL-ANBARI

O número dois da al-Qaeda no Iraque era um iraquiano chamado Abdulrahman Mustafa al-Qaduli, que atendia pelo nome de guerra Abu Ali al--Anbari. Nascido em Mossul, norte do Iraque, em 1959, Anbari era graduado em Estudos Islâmicos pela Universidade de Bagdá e serviu por sete anos no Exército do Iraque, tendo lutado na Guerra Irã-Iraque entre 1980-1988 (Hassan, 2018). Nos anos 1990, Anbari morou na cidade de Tal Afar, também no norte do Iraque, onde atuou como professor e imã, fazendo pregações contra xiitas e sufistas. Após os atentados do 11 de Setembro, que radicalizaram o cenário religioso no Iraque, Anbari passou a pregar também contra a Irmandade Muçulmana (Hassan, 2018), grupo precursor do islã político que renunciara à violência ainda nos anos 1970 (Lima, 2018).

Também inspirado por Abu Muhammad al-Maqdisi e por outros clérigos salafistas-jihadistas, Anbari passou a organizar células jihadistas no Iraque, ainda sob o governo de Saddam Hussein, em busca de armas, dinheiro e recrutas para facilitar suas atividades. Zarqawi, que em 2002 voltara para o Iraque, era um parceiro de Anbari no jihadismo; os dois se conheceram na metade de 2002, em Bagdá, e quando os EUA ocuparam o país, cada um liderava seu próprio grupo (Hassan, 2018). A organização de

Anbari, sediada em Tal Afar, logo após a invasão, tinha como alvo "qualquer um considerado herético ou obstrutivo; [o grupo] atacava xiitas, integrantes da Irmandade Muçulmana e informantes locais, independentemente da tribo à qual pertencessem" (Hassan, 2018).

Em 2004, Anbari e Zarqawi declararam sua lealdade a Osama bin Laden fundando a al-Qaeda no Iraque. A organização teria papel decisivo não apenas na história do país, como também no jihadismo. Analisar a atuação da dupla é importante, pois seus atos estão entrelaçados com a transição entre a segunda e a terceira geração de jihadistas.

>>A INSTALAÇÃO DO SECTARISMO

O EI compõe um fenômeno chamado de jihadismo de terceira geração, ou a terceira onda do jihadismo internacional.[1] A primeira geração dos jihadistas se estabeleceu no Afeganistão, no combate à URSS, que invadiu o país em 1979. Era um movimento que recebia apoio de potências ocidentais (vivia-se a Guerra Fria) e que tinha como figuras de destaque Osama bin Laden, Abdallah Azzam, Ayman al-Zawahiri e Umar Abdel-Rahman (conhecido como "Xeique Cego"), entre muitos outros.

A segunda geração do jihadismo é personificada pela al-Qaeda, organização comandada por bin Laden e Zawahiri. Dois aspectos são essenciais na caracterização da al-Qaeda como a segunda onda do jihadismo: seu alvo prioritário é o "inimigo distante", o Ocidente, particularmente os EUA; e trata-se de uma organização altamente hierarquizada, na qual bin Laden e Zawahiri tinham (e tem, no caso do segundo) grande controle sobre o grupo e na qual líderes regionais também exerciam grande influência.

A transição da segunda para a terceira geração do jihadismo é um processo no qual aspectos ideológicos e estratégicos se confundem. Uma diferença crucial entre a al-Qaeda de bin Laden e Zawahiri e os seguidores

1 A divisão do fenômeno do jihadismo em três ondas distintas é uma convenção das análises a respeito do tema, discutido mais a fundo no capítulo 9 deste livro, "A quinta onda de terrorismo: radicalização além das fronteiras". Também é possível encontrar mais detalhes em Kepel (2015) e em Gerges (2014).

de Zarqawi está no foco central do *jihad*. Bin Laden sempre esteve mais preocupado com o "inimigo distante", enquanto para o terrorista jordaniano as ações contra o "inimigo próximo" deveriam ser a prioridade. Os xiitas eram, assim, um alvo primordial. Muito provavelmente inspirado por Anbari, seu número dois, Zarqawi estabeleceria como prioridade os ataques aos xiitas, uma estratégia para galvanizar o apoio da população sunita no Iraque pós-Saddam (Hassan, 2018).

Em agosto de 2003, no mesmo mês em que o Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad atacou as embaixadas da Jordânia e da ONU em Bagdá, o grupo assassinou o aiatolá Muhammad Baqir al-Hakim, líder do Conselho Supremo Islâmico do Iraque (CSII), um partido político xiita iraquiano fundado no Irã. Al-Hakim foi vítima, junto com ao menos outras 94 pessoas, de um carro-bomba que explodiu em frente à Mesquita Imã Ali, em Najaf, um dos centros mais sagrados do xiismo. Como lembram Michael Weiss e Hassan Hassan, Zarqawi "não fazia segredo de seu ódio patológico" pelos xiitas, como registrado em sua carta escrita a bin Laden em 2004 e interceptada por forças curdas:

> Os xiitas, dizia a carta, eram "o obstáculo insuperável, a cobra à espreita, o escorpião astuto e malicioso, o inimigo a espionar, o veneno penetrante". A carta ia além para dizer que o "observador sem pressa e o espectador inquiridor perceberão que o xiismo é o perigo iminente e o verdadeiro desafio" e que seus praticantes são adoradores de sepulturas, idólatras e politeístas. (Weiss; Hassan, 2015, p. 28)

Na carta, Zarqawi denunciava as Brigadas Badr (hoje Organização Badr), o braço armado do CSII, que haviam passado a integrar organizações como a Polícia e o Exército iraquianos – então em processo de reconstrução após serem dissolvidos por ordem de Paul Bremer. A partir dessas posições de poder, grupos xiitas começaram a "acertar as contas" com a população sunita após décadas de opressão de Saddam Hussein, um sunita, contra a maioria xiita. Zarqawi recomendava ataques a interesses políticos, militares e religiosos dos xiitas, de forma a provocar esse grupo a revidar, criando uma guerra civil sectária que permitiria "despertar os sunitas desatentos" diante do medo de uma "morte aniquiladora" nas mãos dos xiitas

(Weiss; Hassan, 2015, p. 28). A al-Qaeda questionava essa estratégia, mas não tinha controle sobre a organização de Zarqawi. Tanto os seguidores do Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad quanto os do al-Qaeda, no Iraque, continuaram atacando alvos xiitas.

As ideias de Zarqawi se propagavam graças ao cenário sociopolítico que emergiu após a invasão dos EUA no Iraque. Como visto anteriormente, a estrutura de poder de Saddam Hussein foi desfeita de maneira célere, um processo que atingiu desproporcionalmente os sunitas, grupo então dominante. Soma-se a isso o fato de que o empoderamento da maioria xiita foi, de fato, acompanhado de inúmeras ações de represália e punição por parte de xiitas. O papel do Irã nessas ações foi determinante. Uma reportagem publicada em 14 de dezembro de 2015 pela agência *Reuters* revelou que, apenas meses depois da derrubada de Saddam, xiitas instalados em órgãos de segurança iraquianos eram responsáveis por inúmeras violações de direitos humanos (Parker, 2015).

Dois casos dos vários destacados pela reportagem chamam a atenção. Ainda em 2004, como afirma um coronel aposentado de um serviço de inteligência dos EUA, militares estadunidenses detiveram um time de assassinos da Organização Badr que levavam consigo uma lista de alvos composta por oficiais e pilotos sunitas. Os homens não foram presos, pois seus superiores avaliaram que "isso tem de ocorrer", sugerindo que vinganças por parte de xiitas eram esperadas (Parker, 2015). Mais tarde, no fim de 2005, uma incursão de militares dos EUA em uma penitenciária de Bagdá mantida pelo Ministério do Interior encontrou 168 detentos desnutridos, muitos deles com sinais de espancamento. A investigação que se seguiu desvendou uma rede de detenções ilegais, abusos, torturas e execuções extrajudiciais levadas a cabo por figuras de alta patente, inclusive ministros de Estado, ligados à Organização Badr (Parker, 2015). No início de 2006, outra reportagem, do jornal britânico *The Independent*, apontava que integrantes da Organização Badr alocados no Ministério do Interior eram responsáveis por torturas e agiam como esquadrões da morte (Buncombe; Cockburn, 2006). Também o Ministério da Saúde do Iraque foi usado para "virar o jogo" entre xiitas e sunitas, em que o agente do Exército de Mahdi,

Hakim al-Zamili, assumiu a pasta. Sob sua gestão, ambulâncias eram usadas para transportar armas, e os hospitais de Bagdá se tornaram "locais de execução de sunitas, o que fez muitos viajarem para fora da capital para buscar tratamento médico" (Weiss; Hassan, 2015, p. 55).

Como se vê, apenas meses depois da invasão dos EUA, o Iraque havia se tornado um barril de pólvora, no qual se digladiavam: a maioria xiita, oprimida no governo de Saddam Hussein, e a minoria sunita, removida dos espaços de poder pelo governo interino. De lado a lado, projetos de senhores da guerra manejavam essas comunidades para fazer da intolerância e da violência lugares-comuns. O rastilho do barril foi aceso em 22 de fevereiro de 2006, em um ataque atribuído à al-Qaeda no Iraque. Nas primeiras horas daquela manhã, um grupo de pelo menos cinco homens entrou na Mesquita al-Askari, em Samarra, no sul do Iraque, e rendeu os seguranças locais. Uma bomba foi colocada e detonada sob o domo dourado da mesquita, destruindo-o completamente. Ninguém foi morto, mas a comunidade xiita foi atingida por inteiro. A mesquita, erguida em 944, é adjacente a um mausoléu onde estão os corpos de Ali al-Hadi e Hassan al-Askari, respectivamente 10º e 11º imãs da linhagem reverenciada pelos xiitas. Segundo a tradição xiita, nas cercanias do templo estaria o local em que o 12º imã se ocultou e por onde voltará à Terra antes do juízo final.

O ataque à Mesquita al-Askari marcou o início de uma guerra civil no Iraque. Se os ocupantes dos EUA tinham extrema dificuldade para controlar o país até aquela altura, depois do atentado, a missão se tornou impraticável. Ao fim do dia do ataque, 27 mesquitas sunitas tinham sido atacadas em todo o Iraque, três imãs sunitas assassinados e um quarto sequestrado (Worth, 2006). Uma semana depois, a violência sectária entre xiitas e sunitas havia deixado 379 mortos e 458 feridos em todo o país (al-Jazeera, 2006). Em dezembro de 2006, com o caos instaurado, o número de civis mortos por dia era de 53 apenas em Bagdá (Boghani, 2014).

>>GERENCIANDO A SELVAGERIA

Quando eclodiu a guerra civil no Iraque, a al-Qaeda era o ator dominante na insurgência. Contribuiu para isso o fato de que a atuação de Zarqawi para provocar os ânimos sectários no Iraque não se dava apenas no campo militar, mas também no político. Durante o ano de 2004, os militantes islâmicos e os baʿathistas, que crescentemente se confundiam no combate aos EUA e aos xiitas, atuaram para provocar um boicote sunita às eleições de janeiro de 2005. A estratégia deu certo, e o parlamento que emergiu do pleito, responsável por desenhar a constituição pós-Saddam, tinha uma ampla maioria xiita, "realizando" a profecia de Zarqawi a respeito da opressão sobre os sunitas. Zarqawi e seus seguidores não contavam, entretanto, com os efeitos negativos para sua organização da opressão que eles próprios exerciam sobre a comunidade sunita iraquiana.

Uma parte significativa dos sunitas iraquianos está organizada em tribos, que são grandes confederações de famílias. O Baʿath, partido de Saddam Hussein, direcionava oficialmente certa hostilidade ao tribalismo na sociedade iraquiana, mas com o tempo Saddam Hussein foi criando firmes alianças com algumas das principais tribos, que passaram a ser determinantes no sucesso de seu regime. Ainda que houvesse atritos graves entre o governo central e tribos ou facções de algumas delas, muitas "desfrutaram de consideráveis vantagens e privilégios que garantiram pelo menos algum grau de lealdade ao regime" (Baram, 2003). Líderes tribais recebiam dinheiro, armas e facilidade para contrabandear bens na fronteira, além de autorização para aplicar leis e práticas tribais ainda que estas fossem contrárias à legislação iraquiana. Em troca, as tribos forneciam homens para as forças de segurança estatais, impediam que seus integrantes participassem de grupos anti-Baʿath e monitoravam as fronteiras do país (Baram, 2003). Muitas lideranças tribais buscaram parcerias com a Autoridade Provisória da Coalizão (APC), mas não tiveram acenos positivos dos EUA. Como contam Weiss e Hassan (2015, p. 43), "Zarqawi mais uma vez provou estar mais apto a navegar a cultura iraquiana do que a APC e as forças armadas dos EUA" e usou seu relacionamento com as tribos para controlar território

na província de Anbar e no vale do rio Eufrates. O erro fatal de Zarqawi, lembram os autores, foi "transformar o esquema de proteção da al-Qaeda no Iraque em um modo asfixiante de governança jihadista".

> As tribos se irritavam com a implementação de um código civil do século XVII nas áreas governadas pelos fundamentalistas, muitos dos quais eram estrangeiros e se comportavam exatamente da mesma forma que os usurpadores colonizadores que deveriam expulsar. Os negócios tribais foram interrompidos ou tomados por aqueles que queriam um monopólio próprio no contrabando, e a al-Qaeda no Iraque protegia seus interesses confiscados com um zelo de máfia criminosa. [A al-Qaeda] justificava assassinatos na lógica da competição mercadológica. (Weiss; Hassan, 2015, p. 43)

A interferência social e econômica da al-Qaeda no Iraque sobre a vida das tribos locais se uniu à repressão militar contra esses sunitas. Líderes tribais que desafiavam a al-Qaeda eram mortos, e ataques de homens-bomba contra centros de recrutamento de sunitas para as forças de segurança iraquianas passaram a ser comuns. A al-Qaeda no Iraque, precursora do EI, não aceitava divergências e buscava impor sua visão de mundo, um comportamento que persiste até hoje. Um integrante do EI, numa entrevista ao pesquisador Hassan (Weiss; Hassan, 2015, p. 222), disse:

> Se você acha que as pessoas vão aceitar o projeto islâmico [voluntariamente], você está errado. Elas precisam ser obrigadas no começo. Os outros grupos acreditam que podem convencer as pessoas e conquistá-las, mas eles estão errados. Você tem um projeto pronto, você deve colocá-lo sobre a sociedade como uma coroa de um dente e certificar-se de mantê-lo. (*apud* Hassan, 2016)

E qual é a base do uso extremo de violência, inclusive contra sunitas? Em grande medida, a resposta a essa questão pode ser obtida com o exame de um texto central na estratégia do grupo, que até hoje segue como leitura de comandantes do EI (Weiss; Hassan, 2015, p. 41). É o livro *Gerenciando a selvageria: o estágio mais crítico pelo qual a* Ummah *vai passar* (Naji, 2006), escrito em 2004 por um teórico jihadista conhecido como Abu Bakr Naji. Em sua obra, Naji descreve os estágios pelos quais a *ummah* (a comunidade de fiéis islâmicos) deveria transitar, em sua visão, antes de estabelecer um

Estado Islâmico. São quatro estágios no alvo prioritário, formado pelos países de maioria islâmica. O primeiro estágio é o da "vexação e exaustão", no qual a violência tem como objetivos: 1) "exaurir as forças do inimigo", realizando ataques múltiplos, mesmo que de escala pequena, deixando-o "impossibilitado de respirar"; 2) atrair jovens para o *jihad* por meio de operações midiáticas; 3) tirar as regiões escolhidas do controle dos regimes que as governam; e 4) preparar os "grupos avançados" psicológica e praticamente para "gerenciar a selvageria".

O gerenciamento da selvageria é o segundo estágio. A ideia de Naji com a fase de "vexação e exaustão" é implodir a ordem estabelecida e substituí-la por outra, nos moldes dos desejos dos jihadistas. Um exemplo de estado de selvageria citado por ele é o Afeganistão pós-guerra civil, que acabou tomado pelo Talibã. Os objetivos desse segundo estágio são múltiplos; vão desde ações de governança – como providenciar segurança, alimentação, cuidados médicos e justiça – até atos militares – como estabelecer um exército não só capaz de proteger as fronteiras, como também de atacar os inimigos. O terceiro estágio é o estabelecimento de um Estado Islâmico. Os países que estão fora do bloco prioritário também são alvos; eles devem permanecer, entretanto, no primeiro estágio, o da "vexação e exaustão", uma vez que Naji reconhece que não haverá caos e selvageria nesses locais "devido à força dos regimes e à força de sua centralização". A ideia é que os jihadistas presentes nesses locais continuem com a tática de vexação e exaustão enquanto aguardam "a vitória vinda de fora", ou seja, das regiões em que a selvageria foi criada e posteriormente gerenciada.

Tão importante quanto a estratégia dos estágios presente na obra de Naji é a defesa do uso de violência extrema. O teórico afirma que não é possível "avançar de um estágio para outro, a não ser que o começo de um estágio contenha uma fase de massacrar o inimigo e fazê-lo [se sentir] assustado". Há na obra uma seção dedicada a justificar o uso da violência, inclusive contra outros islâmicos, cujo objetivo é combater a "apostasia". "Se não formos violentos no nosso *jihad* e se a suavidade nos tomar, isso será um fator importante na perda do elemento de força", escreve Naji. Nessa seção, o teórico insiste que o inimigo deve "pagar o preço"

por seus atos e que qualquer ataque deve ser respondido, ainda que leve anos. Ao explicar isso, Naji descreve o sequestro de diplomatas egípcios como réplica a um hipotético assassinato de jihadistas. "A política de violência deve também ser seguida se as demandas não forem atendidas, e os reféns devem ser liquidados de uma maneira terrível, que vai colocar medo nos corações do inimigo e de seus apoiadores". Durante todo o texto há, entretanto, recomendações a respeito do uso da violência. Naji diz que os alvos prioritários devem ser de interesses econômicos, principalmente petróleo, mas recomenda a "diversificação" dos alvos na fase de "vexação e exaustão". Entre suas sugestões estão bancos, *resorts* turísticos e autores "apóstatas". Para não deixar dúvidas a respeito da necessidade da violência extrema, Naji afirma que o aumento da violência "não é a pior coisa que pode ocorrer"; na verdade, afirma ele, "o mais abominável dos níveis de selvageria é menos [abominável] que a estabilidade sob a ordem do infiel em vários graus".

Os métodos bárbaros da al-Qaeda no Iraque completaram um quadro desolador para as tribos sunitas iraquianas. A invasão dos EUA provocara a queda do regime de Saddam Hussein, removendo de um dia para o outro a estrutura de poder que guiava a vida das tribos. Diante da ascensão xiita que se seguiu à derrubada do regime, líderes tribais recorreram ao ator que parecia ter mais condições de proteger suas confederações: a al-Qaeda no Iraque. O terror levado a cabo por Zarqawi e seus asseclas deu às tribos, no entanto, a única escolha de recorrer aos EUA. Parcerias entre os dois lados ocorreram desde 2004, mas eram sempre iniciativas embrionárias ou localizadas que nunca chegaram a se tornar parte da política oficial estadunidense. A partir de 2006, no entanto, a situação mudou. Com o estouro da guerra civil após o atentado contra a Mesquita al-Askari, o governo dos EUA também teve de inovar. Sob o comando de David Petraeus, as forças armadas dos EUA, reforçadas por 25 mil homens a mais enviados em janeiro de 2007 (totalizando 165 mil), trocaram suas grandes e isoladas bases por postos de combate de médio porte em meio à população e passaram a buscar ativamente a conciliação com os líderes tribais e entre estes e o

governo central iraquiano, dominado por xiitas e controlado pelo então primeiro-ministro Nouri al-Maliki.

O resultado entrou para a história como o Despertar Sunita Árabe (*Sunni Arab Awakening*) ou como o projeto Filhos do Iraque (*Sons of Iraq*). O chamado Despertar Sunita foi uma mobilização das populações sunitas no Iraque a partir de 2006, quando porções significativas dessa comunidade passaram a perceber a al-Qaeda e as ações do Irã como riscos maiores que a intervenção dos EUA. O Despertar teve duas partes. A primeira é o Despertar de Anbar, província no oeste do Iraque, que consistiu em uma revolta das populações locais contra a al-Qaeda. Originada dentro do Iraque, a iniciativa contou com o apoio dos EUA e o financiamento do governo do Iraque. A segunda parte, o programa Filhos do Iraque, foi criado e financiado pelos EUA, com o objetivo de espalhar o Despertar para outras partes do país (al-Jabouri; Jensen, 2010). Mais de cem mil sunitas iraquianos passaram a lutar ao lado das tropas dos EUA, e a população sunita, confiando na segurança provida pelas forças de ocupação, passou a entregar informações a respeito dos extremistas islâmicos. O resultado foi uma quase que completa destruição da al-Qaeda no Iraque, um processo que incluiu uma troca de liderança no grupo. Em abril de 2006, Abu Ali al-Anbari, o número dois do grupo, foi preso. Em 7 de junho de 2006, após monitorar os passos do clérigo Abd al-Rahman, as forças armadas dos EUA ordenaram o ataque de um caça F-16 a uma casa em Hibhib, pequena cidade a nordeste de Bagdá. As duas bombas, de 227 quilos cada, destruíram o imóvel, deixando uma cratera de doze metros de largura por doze de profundidade, matando três homens, duas mulheres e uma menina de aproximadamente 5 anos de idade (Filkins; Burns, 2006). A garota era um "dano colateral", que morreu sem qualquer destaque. Rahman era, na época, o principal conselheiro espiritual de Zarqawi e levou os EUA até o líder terrorista, que morreu no bombardeio.

>>ABU BAKR AL-BAGHDADI

O Despertar Sunita foi um sucesso do ponto de vista imediato. Três meses depois da chegada de novas tropas dos EUA para embasar as mudanças táticas e estratégicas lideradas por Petraeus, os índices de violência caíram 50% e, em setembro de 2008, já tinham retrocedido 90% (Boghani, 2014). Isso não impediu, entretanto, que a al-Qaeda no Iraque continuasse existindo e, ainda que rastejando, se transformasse no que é hoje o EI.

Meses antes da morte de Zarqawi, a al-Qaeda no Iraque anunciou a formação do Conselho Mujahidin Shura, uma organização guarda-chuva que englobava não apenas a rede terrorista, mas também outros grupos insurgentes iraquianos que combatiam tanto as forças dos EUA quanto as xiitas. A criação da organização era uma tentativa de "iraquizar" a insurgência, tendo em vista o grande número de estrangeiros integrando a al-Qaeda no Iraque. Após a morte de Zarqawi, em junho de 2006, a organização passou ao controle de um egípcio chamado Abu Ayyub al-Masri, que em outubro daquele ano anunciou a dissolução do Conselho Mujahidin Shura e a formação do Estado Islâmico no Iraque, uma pressa explicada pelo fato de que Masri "acreditava que o Mahdi, o salvador islâmico, chegaria dentro de um ano" e, portanto, o "califado já deveria existir para ajudar o Mahdi a lutar as batalhas finais do apocalipse" (McCants, 2015a, p. 32). Ações estratégicas do EI no Iraque foram guiadas pelo calendário do juízo final seguido por Masri, mas algum pragmatismo existia. Quando declarou a criação do EI, Masri não se colocou como líder, mas sim como um iraquiano; o ex-policial e técnico de eletrônicos Hamid al-Zawi, que não tinha nenhuma qualificação religiosa, era desconhecido inclusive dos jihadistas e passou a atender pelo nome de Abu Umar al-Baghdadi (sugerindo que era de Bagdá) e pelo título de "comandante dos fiéis" (McCants, 2015a, p. 32). Sob o comando de Baghdadi e Masri, a situação pouco mudou. O agora EI no Iraque continuou demonstrando sua impressionante brutalidade para com aqueles que não juravam lealdade a seus líderes. Um caso simbólico foi descrito pelo colunista estadunidense Thomas Friedman no jornal *The New York Times* de 5 de setembro de 2007, já com o Despertar em curso.

Em Bagdá, Friedman visitou o bairro de Ameriya, onde encontrou uma pequena milícia sunita que se formou para contrapor-se aos grupos de extermínio xiitas e o EI no Iraque (ainda chamado de al-Qaeda no Iraque pelo colunista). Um dos integrantes da milícia disse que decidiu cooperar com os EUA após ver um integrante da al-Qaeda decapitar uma garota de 8 anos de idade (Friedman, 2007).

Em abril de 2010, com a pior fase da guerra civil deixada para trás e o Iraque concentrado na formação de seu novo governo, os governos dos EUA e do Iraque anunciaram, sem muito estardalhaço, as mortes de Masri e Baghdadi em um ataque de forças especiais em Tikrit. Em junho, o general Raymond Odierno, então chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, anunciou que 34 dos 42 principais líderes da al-Qaeda no Iraque tinham sido capturados ou mortos e que o grupo estava completamente desorganizado. Em entrevista à agência *Reuters*, quando os dois principais líderes do Estado Islâmico no Iraque foram mortos, um morador de Bagdá identificado apenas como Hussein Taher exprimiu o sentimento local: "Abu Ayyub morre e outro Abu Ayyub surge em seu lugar". O "Abu Ayyub" que surgiu era, entretanto, potencialmente muito mais perigoso do que seus antecessores e soube usar as clivagens do Iraque e da Síria para criar o que é hoje conhecido como EI.

Abu Bakr al-Baghdadi, o autointitulado "califa Ibrahim" do EI, é uma figura pouco conhecida. As informações sobre ele são escassas, fragmentadas em diversas fontes diferentes, e às vezes divergentes, mas a melhor tentativa de traçar seu perfil foi feita por William McCants (2015b). Segundo o autor, Baghdadi nasceu em 1971, em Samarra, em uma família de classe média baixa que alegava descendência do profeta Maomé, e era filho de um homem religioso que se dedicava a ensinar a recitação corânica na mesquita local. Baghdadi se destacava pela habilidade no futebol – que lhe rendeu os apelidos de Messi e Maradona –, mas também pelo conservadorismo. Desde cedo participou de grupos religiosos; na mesquita, seguiu os passos do pai, Awwad, e ensinava a recitação do Corão; tinha o costume de advertir aqueles que não cumpriam as estritas regras da lei islâmica. Baghdadi graduou-se na Universidade de Bagdá em estudos sobre o livro

sagrado islâmico e, em 1999, completou um mestrado na Universidade Saddam de Estudos Islâmicos. Sua família tinha ligações com o Baʿath, o partido de Saddam Hussein que dominava toda a vida política e econômica do Iraque, com os militares, mas também com o salafismo. Por influência de um tio, Baghdadi aderiu ao capítulo iraquiano da Irmandade Muçulmana, mas logo gravitou para o bloco dos salafistas jihadistas e passou a ser leitor das obras de irmãos muçulmanos que combateram as tropas soviéticas no Afeganistão. "Sob a tutela deles, tornou-se crescentemente impaciente com o *mainstream* da Irmandade, que era feito de 'pessoas das palavras, não da ação'".

Em 2003, após a invasão dos EUA pelo Iraque, Baghdadi ajudou a fundar um grupo jihadista que integrou a insurgência iraquiana e, em fevereiro de 2004, foi preso em Fallujah por estar na companhia de um amigo que era alvo das forças estadunidenses. Assim como Zarqawi, Baghdadi "se fez" na penitenciária. Detido em Fallujah, foi enviado para Camp Bucca, uma penitenciária militar dos EUA nas cercanias de Umm Qasr, no sul do Iraque, que ganhou o apelido de "Academia" por parte dos detentos pelo sucesso em criar e unir jihadistas. Camp Bucca era um caldeirão no qual fervia um dos principais ingredientes do caos iraquiano, o revanchismo sunita. Baghdadi escondeu sua militância político-religiosa nos dez meses em que esteve detido, mas presos com ele estavam muitos jihadistas declarados, além de ex-militares e ex-integrantes do Baʿath que passaram a sabotar a ocupação dos EUA após os expurgos comandados por Paul Bremer (tratados no início do capítulo).

> Muitos dos 24 mil internos de Camp Bucca eram árabes sunitas que tinham atuado nos serviços militares e de inteligência de Saddam. Quando Saddam caiu, eles foram junto [...]. Se eles não eram jihadistas quando chegaram, muitos o eram quando saíram. Manifestos jihadistas radicais circulavam livremente sob os olhares vigilantes, mas desavisados dos estadunidenses. (McCants, 2015b)

Baghdadi ascendeu nesse cenário, posicionando-se como um homem religioso que era capaz de negociar entre as facções da penitenciária e também entre os detentos e os estadunidenses. Em Camp Bucca, Baghdadi

fez aliados importantes entre os ex-militares de Saddam Hussein, muitos dos quais também eram religiosos radicais. Apesar de liderar o Baʿath, um partido secularista, o ditador iraquiano sempre teve uma relação conflituosa com os ativistas religiosos, nomeadamente os salafistas, um cenário que é lugar-comum no Oriente Médio. Em 1986, o Baʿath reorientou sua política externa para uma aliança com os islamistas da região, uma mudança que acarretou uma islamização doméstica, com a mídia estatal usando o termo *jihad* para se referir à guerra Irã-Iraque e abandonando o termo "Estado secular" (Orton, 2015). Em 1993, pouco depois da derrota na guerra do Kuwait, Saddam Hussein buscou apoio da minoria sunita diante do levante xiita que enfrentou e iniciou a chamada Campanha da Fé, por meio da qual a islamização chegou ao Estado. O regime passou a aplicar punições como decapitar prostitutas, decepar mãos e pés de ladrões e jogar homossexuais do topo de prédios, empoderar religiosos, construir mesquitas e tentar infiltrá-las com agentes de inteligência (Orton, 2015). Com o baʿathismo se despedaçando, ocorreu o contrário: muitos oficiais iraquianos passaram "a ser mais fiéis ao salafismo do que a Saddam" (Weiss; Hassan, 2015, p. 23).

Após deixar Camp Bucca, Baghdadi voltou a seu grupo insurgente, e este passou a integrar o Conselho Mujahidin Shura criado por Zarqawi para "iraquizar" o combate aos EUA. Baghdadi foi enviado para Damasco, onde ajudou a coordenar a campanha de propaganda da al-Qaeda no Iraque e a transferir jihadistas da Síria para lá, graças à política de Bashar al-Assad, ditador sírio, de facilitar as operações terroristas contra os EUA. Com o EI no Iraque declarado, Baghdadi foi nomeado "ministro" de Assuntos Religiosos e, após completar seu doutorado, uma condição rara no movimento jihadista, foi declarado chefe do Comitê de Xaria do grupo (McCants, 2015b). A ascensão continuou com Baghdadi mediando a rivalidade entre os iraquianos e os estrangeiros no EI no Iraque e assumindo um posto no Conselho Consultivo do grupo. Com a morte de Abu Ayyub al-Masri e Abu Umar al-Baghdadi, em 2010, Abu Bakr al-Baghdadi foi alçado ao posto de líder em uma eleição ao que tudo indica manipulada por Samir al-Khlifawi, conhecido como Haji Bakr, um ex-oficial da inteligência de Saddam

Hussein "salafizado" e que servia como líder militar do EI no Iraque (Orton, 2015). Supostamente descendente do profeta, líder religioso e mediador de conflitos, Baghdadi assumiu o grupo e criou uma máquina de propaganda e de guerra (na qual ao menos um terço dos líderes eram ex-militares de Saddam Hussein), aproveitando a instabilidade no Iraque e na Síria para criar seu "califado" (Hubbard; Schmitt, 2014). Um de seus "números dois" seria Abu Ali al-Anbari, que saiu da penitenciária em março de 2012, muito provavelmente graças ao suborno de funcionários públicos iraquianos. Anbari atuaria como governador do EI na Síria, "ministro" das Finanças e um dos principais ideólogos do grupo, até ser morto em 2016 nas vizinhanças da cidade síria de Shaddadi (Hassan, 2018).

>>NOURI AL-MALIKI E BASHAR AL-ASSAD

Da mesma forma como Zarqawi aproveitou a invasão dos EUA para estruturar seu grupo jihadista, Baghdadi se beneficiou das circunstâncias locais para levar o movimento a outro patamar. Nesse caso, foram as ações dos governos de Bashar al-Assad na Síria e de Nouri al-Maliki no Iraque que ajudaram o EI a se tornar uma ameaça tão grave. Nos dois países, uma questão determinante era a relação entre as populações sunitas e os governos centrais em Damasco (Síria) e em Bagdá (Iraque).

Desde o início de sua vida política, Maliki esteve filiado ao Partido Islâmico Dawa, uma proeminente força política xiita no Iraque pós-Saddam Hussein. Depois de décadas de exílio na Síria e no Irã, Maliki voltou ao Iraque após a invasão dos EUA e foi eleito membro do Parlamento em 2005. Em 2006, após a queda de seu correligionário Ibrahim al-Jaafari, assumiu o posto de primeiro-ministro. Sob seu governo foi estruturado o Despertar Sunita, com o comando dos EUA, mas, para Maliki, a "definição de ameaças" a seu governo sempre derivou "de seus próprios preconceitos políticos e sectários" (Weiss; Hassan, 2015, p. 89). No fim de 2008, com o sucesso do Despertar em termos securitários, as tropas estadunidenses estavam basicamente dentro de suas bases e deixavam-nas apenas para proteger as comunidades xiitas e sunitas de milícias extremistas (Weiss; Hassan,

2015, p. 87). Maliki conseguiu naquele ano assinar um compromisso com o governo dos EUA[2] por meio do qual o país retiraria suas tropas de combate e entregaria as responsabilidades de segurança para o governo do Iraque. Visto como uma vitória política de Maliki sobre os ocupantes, o acordo facilitou a reconstrução do EI no Iraque.

Uma vez responsável pelas penitenciárias militares, que haviam se tornado verdadeiros centros de recrutamento de jihadistas (como Camp Bucca), Maliki determinou a soltura da vasta maioria dos detentos, inclusive dos extremistas sunitas (Weiss; Hassan, 2015, p. 88). Eles rapidamente retomaram suas funções nos grupos insurgentes e, apesar de ações esporádicas, passaram a ter como estratégia principal aguardar a saída dos EUA. Curiosamente, muitos integrantes do Despertar Sunita que acabaram atrás das grades não tiveram o mesmo tratamento benevolente. No início de uma política abertamente hostil contra a comunidade sunita, o premiê xiita manteve abertas ações por terrorismo contra muitas dessas pessoas que ajudaram a combater os extremistas. Ao contrário do que havia sido planejado pelos EUA, esses guerrilheiros não foram integrados às forças de segurança estatais iraquianas, muitas das quais estavam repletas de milicianos xiitas. Em muitas ocasiões, Maliki passou a usar leis de "de-Baʿathificação" para perseguir adversários, incluindo ex-oficiais do Exército, sunitas ativistas e devotos (al-Ali, 2014). Em 2011, já com Barack Obama na Casa Branca, o governo Maliki conseguiu outra "vitória" diplomática contra os EUA ao rejeitar a manutenção de bases estrangeiras no país e assinar acordo para a retirada praticamente total das forças ocupantes (MacAskill, 2011). Imediatamente, ficou nítido que a ausência estadunidense abriria as portas para a tensão sectária. Em 19 de dezembro, dia seguinte à saída dos EUA, Maliki ordenou a prisão de seu vice, Tariq al-Hashimi, líder de uma coalizão sunita que compunha o governo. Nesse momento, o Iraque já vivia os efeitos da chamada "Primavera Árabe", e a prisão de Hashimi foi o ponto culminante de uma ofensiva de Maliki contra seus rivais políticos,

2 O Status of Force Agreement (Sofa).

muitos dos quais sunitas, que foram marginalizados, intimidados, presos e assassinados (Healy, 2011).

A Primavera Árabe também modificara o cenário político na Síria. Como vimos brevemente, Bashar al-Assad manteve, desde 2003, o caminho aberto para que militantes extremistas cruzassem a fronteira com o Iraque e atacassem os EUA. Isso ocorria a despeito de Assad ser um alauita (ramificação do xiismo) e os radicais, sunitas. Tratava-se uma ação tática para desestabilizar o Iraque, punir os EUA pela intervenção e desencorajá-los a fazer o mesmo na Síria. Quando Assad se viu diante de manifestações contrárias a seu governo, majoritariamente em setores sunitas da sociedade, agiu rapidamente para tentar confundir as manifestações pacíficas com grupos extremistas que de fato tentavam entrar na Síria, e ele foi o "principal agente possibilitador" da ascensão do extremismo em seu país e na região como um todo (Gutman, 2016). Assad fez isso mantendo presos ativistas pacíficos e soltando militantes extremistas (alguns dos quais se radicalizaram dentro de penitenciárias sírias) e ordenando que sua inteligência permitisse a entrada de terroristas na Síria em 2012 (Gutman, 2016). Esses terroristas eram justamente homens de Abu Bakr al-Baghdadi, que tentava lançar um tentáculo de seu grupo para a Síria. Além disso, Assad evitou combater o EI no início do conflito, "permitindo que ele canibalizasse o grupo mais secular apoiado pelo Ocidente, o Exército Livre da Síria", com o objetivo de "fazer o mundo escolher entre o regime e os extremistas" (Abi-Habib, 2014).

Em um contexto no qual um governo xiita e outro alauita eram vistos como ilegítimos e abertamente hostis por grandes contingentes de sunitas, no Iraque e na Síria, o EI no Iraque se posicionou como o defensor dessas populações e única alternativa aos massacres que elas vinham sofrendo. Era o cenário perfeito para Baghdadi e seus seguidores retomarem suas atividades e colocarem em prática sua ideologia apocalíptica para erguer o califado.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo estabelecer as bases para uma discussão mais aprofundada a respeito das múltiplas características do EI, que serão objeto de estudo ao longo deste livro. Ao mesmo tempo, a intenção é subsidiar discussões de temas relevantes de natureza prática, que afetam o Oriente Médio em particular e o mundo como um todo, mas também de natureza teórica, que concernem às Ciências Sociais, com as Relações Internacionais à frente.

Desde o 11 de Setembro, o jihadismo se tornou um tema central nos debates geopolíticos, não apenas por causa dos ataques contra os EUA, mas também devido à Guerra ao Terror planejada pelos EUA e levada a cabo por países ocidentais. Essa guerra teve repercussões negativas para os EUA e a Europa, mas com consequências ainda maiores para o Oriente Médio e a África. Esse embate, que coloca em lados opostos o "terror" e a "Guerra ao Terror", é fortemente motivado por ideais em ambos os lados. Como vimos neste capítulo, as ações do EI são cuidadosamente calcadas em uma leitura específica do islã, na qual os seguidores do grupo encontram justificativas espirituais, intelectuais e morais para suas ações. Do mesmo modo, o desastre orquestrado pelo governo dos EUA foi firmemente apoiado nas ideias neoconservadoras que vicejavam na administração de George W. Bush. Sem esse conjunto de ideias, as ações de reação ao terrorismo, no início dos anos 2000, seriam concebidas de maneiras diferentes. Isso traz um alerta importante para o estudo das Relações Internacionais, disciplina cujo início é marcado pelas análises materiais e na qual essa tradição teórica conta ainda com grande influência: as ideias importam, e olhar para elas é fundamental para entender os problemas sociais do mundo atual.

Em segundo lugar, este capítulo se insere no debate sobre a natureza do terrorismo. Com a exceção do fator gênero, que revela fortemente o traço masculino do terror, fatores como renda, nível educacional, características de socialização, *status* de cidadania, entre outros, explicam apenas parcialmente a radicalização. Indivíduos de perfis variados aderem ao terrorismo de diversas formas e com motivações diferentes. No século XXI,

em especial a partir da segunda década, esse debate tem se expandido para englobar não apenas o terror inspirado no islã, mas também o terror supremacista branco, que emerge como fator relevante ao mesmo tempo que observamos a ascensão de projetos políticos de extrema direita. Os atentados em Oslo e na ilha de Utoya, na Noruega, em 2011, e em uma mesquita de Christchurch, na Nova Zelândia, em 2019, são os maiores símbolos desse fenômeno, mas estão longe de ser os únicos. Apesar da polarização entre jihadistas e supremacistas brancos, perceptível em seus discursos, esses fenômenos têm semelhanças relevantes cujo estudo conjunto pode ser frutífero.

Por fim, este capítulo diz respeito a questões securitárias do Oriente Médio, onde as dinâmicas regionais são um fator explicativo fundamental. A colonização, o fatiamento do sistema sociopolítico vigente e a formação estatal tardia legaram à região Estados com alto grau de ilegitimidade nos quais as identidades são um fator saliente para compreender conflitos domésticos e transnacionais. A manipulação dessas identidades por atores estatais e não estatais é, portanto, um dado importante para analisar a segurança no Oriente Médio. Em larga medida, as identidades podem ser transformadas em arma de ataque ou mobilizadas para defender um determinado grupo. Aqui vimos como as ações dos governos do Iraque e da Síria produziram a alienação dos contingentes sunitas desses países, abrindo as portas para a instalação do EI. Dinâmicas semelhantes estão presentes em outros conflitos da região e podem vir a ser relevantes no futuro.

REFERÊNCIAS

ABI-HABIB, Maria. Assad policies aided rise of Islamic State militant group. *The Wall Street Journal*, 22 ago. 2014. Disponível em: https://www.wsj.com/articles/assad-policies-aided-rise-of-islamic-state-militant-group-1408739733. Acesso em: 5 mar. 2020.

AL-ALI, Zaid. How Maliki ruined Iraq. *Foreign Policy*, 19 June 2014. Disponível em: http://foreignpolicy.com/2014/06/19/how-maliki-ruined-iraq/. Acesso em: 5 mar. 2020.

AL-JABOURI, Najim Abed; JENSEN, Sterling. The Iraqi and AQI roles in the Sunni Awakening. *PRISM*, v. 2, n. 1, p. 3-18, 2010. Disponível em: www.jstor.org/stable/26469091. Acesso em: 5 mar. 2020.

AL-JAZEERA. Iraq erupts into fresh violence. 1º mar. 2006. Disponível em: https://web.archive.org/web/20060524015917/http://english.aljazeera.net/NR/exeres/A53F5F39-9E34-4918-88B-0-EEA54580E99F.htm. Acesso em: 5 mar. 2020.

BARAM, Amatzia. The Iraqi tribes and the post-Saddam System. *Brookings Institution*, 8 jul. 2003. Disponível em: https://www.brookings.edu/research/the-iraqi-tribes-and-the-post-saddam-system. Acesso em: 5 mar. 2020.

BENSON, Pam. CIA: Zarqawi tape 'probably authentic'. *CNN*, 7 abr. 2004. Disponível em: http://edition.cnn.com/2004/WORLD/meast/04/07/zarqawi. tape/index.html?_s=PM:WORLD. Acesso em: 5 mar. 2020.

BOGHANI, Priyanka. David Petraeus: Isis's rise in Iraq isn't a surprise. *PBS*, 29 jul. 2014. Disponível em: http://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/david-petraeus-isiss-rise-in-iraq-isnt-a-surprise/. Acesso em: 5 mar. 2020.

BUNCOMBE, Andrew; COCKBURN, Patrick. Iraq's death squads: on the brink of civil war. *The Independent*, 26 fev. 2006. Disponível em: http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/iraqs-death-squads-on-the-brink-of--civil-war-6108236.html. Acesso em: 5 mar. 2020.

FILKINS, Dexter; BURNS, John F. At site of attack on Zarqawi, all that's left are questions. *The New York Times*, 11 jun. 2006. Disponível em: http://www.nytimes. com/2006/06/11/world/middleeast/11scene.html?-pagewanted=all. Acesso em: 5 mar. 2020.

FRIEDMAN, Thomas L. Letter from Baghdad. *The New York Times*, 5 Sept. 2007. Disponível em: http://www.nytimes.com/2007/09/05/opinion/05Friedman.html?mcubz=1. Acesso em: 5 mar. 2020.

GERGES, Fawaz. Isis and the third wave of Jihadism. *Current History*, v. 113, n. 767, p. 339-343, 2014. Disponível em: http://currenthistory.com/Gerges_ Current_ History.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

GUTMAN, Roy. Assad Henchman: here's how we built Isis. *The Daily Beast,* 12 jan. 2016. Disponível em: http://www.thedailybeast.com/assad-henchman-heres-how-we-built-isis. Acesso em: 5 mar. 2020.

HASSAN, Hassan. The sectarianism of the Islamic State: ideological roots and political context. *Carnegie Endowment of International Peace*, 13 jun. 2016. Disponível em: http://carnegieendowment.org/2016/06/13/sectarianism-of-islamic-state-ideological-roots-and-political-context/j1iy. Acesso em: 5 mar. 2020.

HASSAN, Hassan. The true origins of Isis. *The Atlantic*, nov. 30, 2018. Disponível em: https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2018/11/isis-origins-anbari-zarqawi/577030/. Acesso em: 5 mar. 2020.

HEALY, Jack. Arrest order for sunni leader in Iraq opens new rift. *The New York Times*, 19 dez. 2011. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/12/20/world/middleeast/iraqi-government--accuses-top-official-in-assassinations.html?mcubz=1. Acesso em: 5 mar. 2020.

HUBBARD, Ben; SCHMITT, Eric. Military skill and terrorist technique fuel success of Isis. *The New York Times*, 27 ago. 2014. Disponível em: https://www.nytimes.com/2014/08/28/world/middleeast/army-know-how-seen-as-factor-in-isis--successes.html?ref=middleeast&_r=1. Acesso em: 5 mar. 2020.

KEPEL, G. The limits of third-generation Jihad. *The New York Times*, 16 fev. 2015.

Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/02/17/opinion/the-limits-of--third-generation-jihad.html?mcubz=1. Acesso em: 5 mar. 2020.

LIMA, José Antonio. Irmandade Muçulmana: da fundação à derrubada de Mubarak. *Tensões Mundiais*, v. 14, n. 27, 2018.

MacASKILL, Ewin. Iraq rejects US request to maintain bases after troop withdrawal. *The Guardian*, 21 out. 2011. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2011/oct/21/iraq-rejects-us-plea-bases. Acesso em: 5 mar. 2020.

McCANTS, William. *The Isis apocalypse*: the history, strategy and doomsday vision of the Islamic State. New York: St. Martin's Press, 2015a.

McCANTS, William. The Believer: How an introvert with a passion for soccer became Abu Bakr al-Baghdadi, leader of the Islamic State. *Brookings Essay*, 1º set. 2015b. Disponível em: http://csweb.brookings.edu/content/research/essays/2015/thebeliever.html. Acesso em: 5 mar. 2020.

NAJI, Abu Bakr. *The management of savagery*: the most critical stage through which the ummah will pass. Transl. William McCants. Cambridge, Mass.: John M. Olin Institute for Strategic Studies, Harvard University, 2006.

ORTON, Kyle W. How Saddam Hussein gave us Isis. *The New York Times*, 23 dez. 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/12/23/opinion/how-saddam-hussein-gave-us-isis.html?mcubz=1. Acesso em: 5 mar. 2020.

PARKER, Ned. Torture by Iraqi militias: the Report Washington did not want you to see. *Reuters*, 14 dez. 2015. Disponível em: http://www.reuters.com/ investigates/special-report/mideast-crisis-iraq-militias/. Acesso em: 5 mar. 2020.

RICKS, Thomas E. *Fiasco*: the American military adventure in Iraq. Londres: Penguin Books, 2006.

STERN, Jessica; BERGER, John M. *Isis*: the state of terror. Nova York: Ecco, 2015.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Isis*: inside the army of terror. Nova York: Regan Arts, 2015.

WORTH, Robert F. Blast destroys shrine in Iraq, setting off sectarian fury. *The New York Times*, 22 fev. 2006. Disponível em: http://www.nytimes.com/ 2006/02/22/international/middleeast/blast-destroys-shrine-in-iraq-setting-off-sectarian.html. Acesso em: 5 mar. 2020.

2

O APOGEU DO ESTADO ISLÂMICO (2013-2017)

Diogo Bercito

Quando a organização terrorista Estado Islâmico (EI) se expandiu no Iraque e na Síria, afirmando-se em 2013 como um ator decisivo nas guerras de ambos os países, aquela facção radical surpreendeu analistas e espectadores, enviando ondas de choque ao mundo. Forças de contraterrorismo haviam avaliado que a organização terrorista estava derrotada. Mas, contrariando prognósticos, suas forças foram capazes de impactar o futuro da região. As fronteiras sírio-iraquianas, traçadas no início do século XX por influência das potências europeias, foram na prática apagadas, permitindo a passagem dos militantes da organização terrorista entre os dois países. Um califado foi declarado em 29 de junho de 2014, e o EI passou progressivamente a planejar, executar e reivindicar atentados no Oriente Médio e em capitais europeias, como Paris, Londres e Bruxelas.

Apesar da surpresa causada por sua rápida e imprevista expansão e pela declaração de seu califado, o EI não era uma nova organização, ao contrário do que pareceu ao público. A milícia remonta a 1999, com encarnações na Jordânia e no Afeganistão, e suas formações anteriores foram, por exemplo, fundamentais ao fomento de uma guerra sectária no Iraque. Mas foram especificamente seus avanços em fortalezas como Raqqa e Mossul, em 2013 e 2014, que moldaram o EI mais do que suas atividades clandestinas anteriores. Foi, afinal, justamente a partir de 2013, como argumenta Charles Lister, analista sênior e diretor de contraterrorismo no Middle East Institute, que o EI provou ser uma organização terrorista mais bem-sucedida do que a al-Qaeda, a rede de Osama bin Laden, considerada responsável pelos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA:

> O Estado Islâmico e seus vários antecessores passaram por um significativo processo de aprendizado operacional e organizacional. Enquanto a primeira tentativa de construir um Estado islâmico de 2006 a 2008 foi considerada

> demasiado zelosa, uma segunda tentativa a partir de 2013 se mostrou mais sustentável. [...] Com impressionantes avanços em grandes porções do Iraque e da Síria em 2013 e 2014, o Estado Islâmico pode ter provado ser uma organização mais bem-sucedida que a al-Qaeda. (Lister, 2014, p. 1)

Lister produziu algumas das análises mais rigorosas desse processo, assim como Cole Bunzel, doutor em Estudos de Oriente Próximo em Princeton, que em 2015 dividiu a gênese do EI em quatro grandes etapas: o prelúdio de Zarqawi, vivido entre 2002 e 2006; o Estado de papel, entre 2006 e 2013; o Estado de desunidade, entre 2013 e 2014; e por fim, o califado desvelado, de 2014 em diante (Bunzel, 2015).

O capítulo 1 já tratou da gênese do EI; neste, trato de sua consolidação a partir de 2013, uma data justificada por ser um marco – a linha a partir da qual essa organização terrorista se solidificou. A abordagem aqui é cronológica, com enfoque nos episódios e personagens fundamentais desse período específico. A primeira parada é 8 de abril de 2013, data do controverso anúncio da fusão entre o EI no Iraque e no Levante e a Jabhat al-Nusra (atualmente chamada Hayʿat Tahrir al-Sham). Em seguida, concentro-me em Haji Bakr, o responsável por trazer ao EI figuras ligadas ao Exército iraquiano e ao regime de Saddam Hussein. Analiso a declaração do califado, em 29 de junho de 2014, e caminho, então, rumo às conquistas territoriais que marcaram o seu período de expansão. Na sequência, discuto a coalizão internacional formada para combater o EI, causando sua progressiva retração, e, por fim, proponho uma relação entre a extensão do território do EI e suas atividades internas e externas.

>>ESTADO ISLÂMICO NO IRAQUE E NO LEVANTE

O período de consolidação do EI começa em 8 de abril de 2013 com o anúncio de uma mudança em seu nome. A organização se chamava até então Estado Islâmico no Iraque e era liderada desde 2010 pelo iraquiano Ibrahim Awad Ibrahim al-Badri, mais tarde renomeado como Abu Bakr al-Baghdadi, um autoproclamado califa.

Em 2013 a facção passou a se chamar Estado Islâmico no Iraque e no Levante, abreviado em inglês como Isis, uma das siglas utilizadas até hoje para se referir ao grupo – em árabe, o nome é abreviado como Daesh, também corrente, apesar de ser controverso.[1]

O termo "Estado Islâmico", em referência à instituição política do califado, já estava presente no nome da organização terrorista desde 2006. Naquela data, a facção deixou de ser conhecida como Majlis Shura al-Mujahidin e passou a adotar o título de Estado Islâmico no Iraque. A decisão, diz Lister (2014, p. 21), está relacionada à intenção de se projetar como um Estado e, assim, controlar a burocracia espalhada em um extenso território.

A novidade em 2013 foi incluir em seu nome o termo "Levante", tradicionalmente associado à região da Grande Síria. A Grande Síria inclui não apenas a atual Síria, mas também os territórios de Iraque, Líbano, Palestina e Israel. A adesão do termo tinha uma razão de ser: militantes do EI haviam recentemente cruzado a fronteira iraquiana rumo à Síria, aproveitando-se do caos causado pela cruenta guerra civil daquele país, e ali se estabelecido. Com o Levante no nome, a organização terrorista deixava evidentes, portanto, os seus planos de expansão para além das fronteiras nacionais.

Além de anunciar a troca de nome da organização, Abu Bakr al-Baghdadi – líder do EI – também formalizou naquele momento a fusão de seu grupo radical com a milícia Jabhat al-Nusra. A proclamação, no entanto, não foi bem recebida pela cúpula da Jabhat al-Nusra, que prontamente rejeitou a união com o EI.

Havia de fato laços entre os grupos. O EI tinha encarregado Abu Muhammad al-Julani, líder da Jabhat al-Nusra, de viajar à Síria e formar

1 Existe um complexo debate sobre a nomenclatura dessa organização terrorista. Alguns líderes internacionais, como o ex-presidente dos EUA Barack Obama, preferem o termo "Daesh" a "Estado Islâmico". Uma das explicações é evitar o uso das palavras "Estado" e "Islâmico", que de alguma maneira reconhecem características políticas e religiosas. Mas a sigla "Daesh" deixa escapar importantes facetas dessa milícia radical, que justamente se projeta como um Estado e se baseia em conceitos religiosos para atrair milhares de militantes. Eu discuti essa questão mais a fundo em outro artigo (Bercito, 2017, p. 68-88).

ali uma célula terrorista para enfrentar o regime de Bashar al-Assad na guerra civil iniciada em 2011. Mas, apesar desses precedentes, a tentativa de Baghdadi de engolir a organização de Julani levou a um embate ideológico entre o EI e a Jabhat al-Nusra. A crise, ademais, foi agravada quando a rede al-Qaeda apoiou Jabhat al-Nusra e pediu que as forças de Baghdadi recuassem até o Iraque. Foram meses de confronto até que o EI se consolidasse como o principal ator entre os grupos terroristas na Síria (Bunzel, 2015, p. 25). Como resultado daquelas disputas de poder, EI, Jabhat al-Nusra e al-Qaeda se tornaram rivais irreconciliáveis.

O confronto ideológico entre EI e al-Qaeda foi especialmente central à história do radicalismo no Oriente Médio, porque marcou as diferentes visões de Estado e de religião defendidas por facções terroristas. A al-Qaeda, por exemplo, insistia em que um califado só poderia ser instituído com o amplo apoio da população sunita, enquanto o EI defendia a ordem inversa: em primeiro lugar haveria um califado, para depois ser imposto à população. Houve também divergência sobre os métodos, com os alertas da al-Qaeda quanto ao uso excessivo da violência, que poderia afastar aliados. A liderança da al-Qaeda progressivamente se afastou de Baghdadi e renegou os laços entre ambas as organizações. Bunzel explica parte desse confronto:

> Em 2 de fevereiro de 2013, a al-Qaeda emitiu uma nota dissociando-se de maneira oficial do Estado Islâmico. A nota afirmava que a al-Qaeda não era responsável pelas ações do EI e que não havia laços organizacionais entre ambas. A declaração colocou o nome do EI entre aspas e se referiu a ele como um "grupo", nitidamente desautorizando sua reivindicação de ser um Estado. As tensões entre a al-Qaeda e o EI pioraram em meados de 2014, quando Zawahiri explicou de maneira pública a relação histórica entre os dois grupos. O EI tinha surgido sem dúvida como uma "franquia" da al-Qaeda, ele disse. [...] Adnani rapidamente respondeu às afirmações de Zawahiri em uma mensagem de áudio acalorada. "O Estado Islâmico não é um braço subserviente da al-Qaeda, e tampouco o foi antes", disse. Somado a isso, afirmou, o EI nunca proclamou a sua *bayʿah* para a al-Qaeda. (Bunzel, 2015, p. 25)

Bunzel se refere, em seu texto, a Abu Muhammad al-Adnani, chefe de propaganda do EI até morrer em 2016. Na terminologia islâmica, *bayʿah* é o nome dado à declaração de lealdade a um líder. Como consequência desses embates, escreve Lister (2014, p. 13), o EI teve de restabelecer seu papel como um ator no conflito sírio. Para se firmar, essa organização – que contava em grande parte com combatentes estrangeiros da Jabhat al-Nusra – começou a expandir-se de maneira agressiva no território sírio.

Enquanto se consolidavam, as forças do EI receberam um importante reforço em 21 de julho de 2013, ao atacarem a penitenciária de Abu Ghraib, libertando aproximadamente quinhentos presos (Lister, 2014, p. 11). O episódio foi o ápice da campanha batizada como Quebrando os Muros, iniciada no ano anterior para libertar membros da organização.

A campanha seguinte, Operação Colheita de Soldado, alongou-se de julho de 2013 até julho de 2014, período em que militantes atacaram as forças de segurança com o objetivo de minar sua confiança, ameaçando comandantes, soldados e policiais (Lister, 2014, p. 12); combatentes bombardearam residências e pontos de controle militar. Nesse contexto, a noção de que o EI era uma organização especialmente violenta, mais ainda do que a al-Qaeda, foi instrumental para a sua expansão: em diversas ocasiões, as forças dessa milícia viram seus inimigos recuarem, incluindo o Exército iraquiano, apavorados em parte pelas notícias da barbárie cometida em outras batalhas.

Uma das pedras angulares desse período foi a tomada da cidade síria de Raqqa – com 220 mil moradores –, que passou a servir de capital ao EI com o estabelecimento do autodenominado califado. Raqqa havia desmoronado aos poucos; foi primeiramente ocupada por diversos grupos radicais em 2013 e, progressivamente, conquistada pelo EI, que declarou seu total controle em janeiro de 2014.

A conquista de Raqqa não foi em si um feito militar, como seria mais tarde a tomada de Mossul, no Iraque. O EI não tomou a cidade em uma batalha, e sim venceu as demais facções empregando estratégias alternativas, como o estabelecimento de centrais de espionagem e a chantagem das tribos sunitas locais. A mente por trás dessa estratégia, o iraquiano

Haji Bakr, é uma das figuras mais importantes na história do sucesso da organização – ao menos da maneira como ela foi estruturada.

>>HAJI BAKR

A extensão da influência de Samir al-Khlifawi, mais conhecido como Haji Bakr, foi tema de uma importante reportagem publicada pela revista alemã *Der Spiegel* em 2015. O texto foi resultado do estudo de uma série de documentos burocráticos encontrados na cidade síria de Tal Rifaat, feito pelo repórter Christoph Reuter, que descreve:

> Tal Rifaat se tornaria uma fortaleza do Estado Islâmico na província de Aleppo, com centenas de soldados posicionados. Foi lá que o "Senhor das Sombras", como alguns o chamavam, rascunhou a estrutura do EI, chegando ao nível local; compilou listas relacionadas à infiltração gradual de vilarejos e determinou quem monitoraria quem. Com uma caneta esferográfica, desenhou as cadeias de comando do aparato de segurança. (Reuter, 2015)

O repórter observa que não se tratava de um "manifesto de fé", mas de um plano preciso para um "Estado Islâmico de Inteligência". Haji Bakr não era, ao contrário do clérigo bahraini Abu Human al-Athari, um dos pilares religiosos da organização, mas seu estrategista.

Reuter compara a estrutura esboçada por Haji Bakr com a agência de inteligência alemã Stasi. Bakr planejou a tomada de cidades na Síria sempre pela mesma estratégia de recrutamento de militantes. Como um primeiro passo, Bakr inaugurava escritórios de pregação, que serviam como uma espécie de centro missionário radical. Ele instruía seus recrutas a encontrar as famílias influentes, listar o nome de seus chefes, descobrir suas fontes de renda, investigar quem comandava cada facção e qual era sua orientação política, etc. Bakr também pedia que os militantes descobrissem que atividades ilegais (segundo o islã) existiam nas vilas, para utilizá-las como instrumento de chantagem (Reuter, 2015).

Haji Bakr empregava ali sua experiência militar. Nascido Samir Abd Muhammad al-Khlifawi, ele havia sido coronel na inteligência iraquiana.

Sua carreira foi encerrada pela invasão de 2003 e pelos planos dos EUA – hoje vistos como um rotundo fracasso estratégico – de reestruturar o Exército iraquiano. Como visto no capítulo 1,[2] Paul Bremer, que liderava a autoridade de ocupação no Iraque, promoveu a política de "des-baʿathizar" as instituições, retirando as figuras ligadas ao partido Baʿath, do ditador Hussein. Haji Bakr perdeu seu posto, em um episódio que o deixou "amargo e desempregado", segundo o relato feito pelo jornalista iraquiano Hisham al-Hashimi (Reuter, 2015).

Haji Bakr se uniu à al-Qaeda e, em seguida, às diversas versões do que depois se tornaria o EI. Detido pelas autoridades dos EUA na penitenciária de Camp Bucca, ele conheceu figuras que seriam centrais à milícia, como Abu Muslim al-Turkmani, Abu Abdulrahman al-Bilawi e o autoproclamado califa, Abu Bakr al-Baghdadi. As biografias de diversos líderes extremistas evidenciam o papel que as detenções tiveram no Iraque para a criação de redes radicais como o EI.[3]

Libertado em 2008, aproveitando-se de contatos no antigo regime e no desmobilizado Exército iraquiano, Haji Bakr reformou as estruturas do EI. Suas estratégias foram fundamentais ao sucesso do EI em 2013 e 2014, segundo Lister (2014), um período marcado por ataques de infantaria leve. Foi Bakr que decidiu, naquele momento, expurgar as lideranças do EI e substituí-las por membros iraquianos experientes do antigo partido Baʿath.

Segundo William McCants, a prioridade de Bakr era livrar-se dos líderes nos quais ele não confiava – quem resistiu à "demissão" foi morto. Bakr e Baghdadi substituíram aquelas pessoas por oficiais iraquianos, muitos dos quais haviam servido no Exército de Saddam Hussein ou em suas agências de inteligência. McCants (2015, p. 78) nota, ademais, que o próprio ex-ditador iraquiano Saddam Hussein tinha conduzido um expurgo semelhante ao chegar ao poder.

Haji Bakr, no entanto, não viveu o suficiente para ver a consolidação de seu projeto: ele morreu em janeiro de 2014, na Síria, em um embate

2 "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)".

3 É o caso de Abu Musab al-Zarqawi, um dos responsáveis pelo surgimento do EI. Esse trecho de sua biografia está descrito em Warrick (2015).

com rebeldes em Tal Rifaat. Quando os rebeldes se deram conta de quem tinham matado, diz Reuter (2015), vasculharam a casa e recolheram computadores, passaportes, *chips* de celular e documentos. O que não encontraram, porém, foi um exemplar do livro sagrado Corão.

Mesmo morto, a visão de Estado de Bakr sustentou a partir de então o EI, que prosseguiu com a extorsão de vilarejos como uma fonte de renda para a organização. Ao contrário da visão de Osama bin Laden e da cúpula da rede al-Qaeda, de que o califado só deveria ser criado após convencer as tribos sunitas, Baghdadi preferia um modelo repressivo em que a sua visão radical do islã seria imposta aos moradores, proibidos nesse território, por exemplo, de ouvir música, consumir álcool e fumar.

Esse mesmo modelo já havia fracassado, quando o EI tentou implementá-lo entre 2006 e 2008. A rigidez de suas regras alienara a população até erodir o seu apoio, que seria essencial ao projeto. Em uma nova tentativa, a partir de 2013, no entanto, a organização terrorista conseguiu enraizar-se por um período mais longo.

>>A DECLARAÇÃO DO CALIFADO

Uma vez consolidado nas linhas dos planos de Bakr, o EI chegou a seu pináculo estratégico e simbólico ao declarar seu califado em 29 de junho de 2014 na cidade de Mossul. Foi a partir daquele momento que o grupo passou a ser conhecido como apenas "Estado Islâmico", retirando o "no Iraque e no Levante" de seu nome. Mossul, que passaria a ser a principal fortaleza do EI, havia sido tomada no início daquele mesmo mês por mil militantes. William McCants descreve a batalha:

> Aliados sunitas – descontentes membros de tribos e ex-apoiadores de Saddam Hussein – estavam com eles. Encontraram pouca resistência. As tropas iraquianas e a polícia que guardavam a cidade fugiram, já tendo assistido a vídeos do que acontecia com quem quer que se opusesse aos guerreiros vestidos com roupas de cor preta. Dias depois, o Estado Islâmico ergueu sua bandeira em cima das construções governamentais da cidade. Dominava,

> então, um território que se esticava de Mossul até a periferia de Aleppo na Síria. (McCants, 2015, p. 121)

A tomada de Mossul foi facilitada por conquistas anteriores, como a expansão do EI em Fallujah e em partes de Ramadi, interior do Iraque, em janeiro de 2014. A organização terrorista também havia se espalhado pelo território sírio de Deir ez-Zor, em abril do mesmo ano, seguindo o curso dos rios Eufrates e Khabur. As operações entre ambos os países, segundo a avaliação de Lister (2014, p. 13-14), tornaram-se progressivamente inter-relacionadas, com a transferência de fundos, militantes e armas pelas fronteiras.

Outra das razões pelas quais o EI foi capaz de tomar Mossul, então a segunda maior cidade do Iraque e um ponto estratégico para o comércio vindo da vizinha Turquia, foi a precariedade do Exército iraquiano. Com a corrupção vigente nas forças armadas, milhares de soldados subornavam seus superiores para não ter de cumprir o serviço militar, pagando em troca uma porcentagem de seu salário militar – esses soldados são sarcasticamente conhecidos no Iraque como seus "astronautas" (Espinosa, 2014).

A declaração do califado em Mossul foi cercada de um intenso simbolismo. A suposta restauração do modelo político implementado pelo profeta Maomé no século VII é, afinal, central ao projeto do EI. A vontade de estabelecer o califado imediatamente era o seu fator distintivo em relação a organizações mais antigas como a al-Qaeda e o Talibã, para as quais aquilo deve ser estabelecido apenas após satisfeitas diversas condições. O autoproclamado califa Baghdadi apelava, assim, ao fervor de seus militantes, como descrito por autores como Graeme Wood e William McCants.[4]

O anúncio foi feito em Mossul, no primeiro dia do mês do Ramadã, pelo então porta-voz do EI, Abu Muhammad al-Adnani, morto em 2016.

4 Segundo McCants, "há impressionantes paralelos entre a revolução Abássida e a revolução do Estado Islâmico. Elas compartilham um nome (*dawla*), símbolos e cores, propaganda apocalíptica, redes clandestinas e uma insurgência na Síria e no Iraque. Elas também reivindicam o direito a governar como descendentes do profeta. Os Abássidas fornecem um mapa que informa como derrubar um governante islâmico, estabelecer um novo califado e justificar as duas situações. Apocalipse, califado e revolução eram inseparáveis [para os Abássidas], assim como são para o EI" (McCants, 2015, p. 27).

Na sequência, Abu Bakr al-Baghdadi subiu ao púlpito da Mesquita de al-Nuri, apelidada "a Corcunda".

> O ex-discípulo de Zarqawi havia evidentemente pensado bastante naquela sua primeira aparição pública, já que colocou em cada momento gestos simbólicos que certamente seriam reconhecidos por um devoto. Baghdadi vestiu um manto de cor preta e um turbante, evocando as vestimentas do último profeta de Deus no dia de seu sermão final. Ele subiu os degraus do minbar devagar, pausando em cada um para emular outro dos hábitos de Maomé. No topo, enquanto esperava para começar seu sermão, tirou de seu bolso um miswak, um graveto de madeira utilizado para a higiene oral, e começou a limpar seus dentes. Outra vez o ato deliberadamente convidava a comparações com Maomé, que de acordo com um antigo hadith, aconselhava seus seguidores a usar o miswak de maneira regular. (Warrick, 2015, loc 5148)

O restabelecimento de um califado, após a extinção dessa instituição histórica pela Turquia, em 1924, vinha sendo discutido nas últimas décadas, sem haver consenso entre as lideranças islâmicas. Já nos anos 1920 o egípcio Ali Abdel Razek (2012, cap. 3) havia escrito em um texto seminal que não havia obrigação religiosa para que muçulmanos fossem governados por um califa: "O califado sempre foi, e continua a ser, um desastre para o islã e os muçulmanos". Mas a escolha do EI por se estruturar dessa maneira provou ser, com os meses, um importante ativo para a sua propaganda e em parte motivou o fluxo de milhares de militantes estrangeiros para seu território, convencidos pela ideia de poder participar da construção de um sistema político alternativo. O jornalista Graeme Wood (2017) reconstruiu em seu livro esse processo por meio de extensas entrevistas com membros e simpatizantes da organização terrorista.

Passaram a circular nos meios de comunicação do EI as imagens idealizadas do suposto califado, em que a propaganda dizia não faltar luxo aos militantes e suas famílias. Um guia turístico divulgado na internet promovia esse território no Iraque e na Síria como um atraente destino para viagens e como um polo que atraía talentos (Bercito, 2016).

>>EXPANSÃO

Como já dito, a declaração do califado em Mossul tinha um importante significado religioso. Em termos simbólicos e estratégicos, foram fundamentais também as conquistas de Sinjar, Anbar e Fallujah, no Iraque, e de Raqqa e Dabiq, na vizinha Síria.

Sinjar, por exemplo, foi um dos episódios de maior repercussão internacional. Foi ali que o EI desalojou milhares de membros da minoria étnico-religiosa yazidi e escravizou outros milhares a partir de justificativas teológicas.[5] A catástrofe humanitária, com a população acuada em uma montanha, amparada pela intervenção dos EUA, ressoou no noticiário, e ativistas yazidis receberam o prêmio Sakharov em 2016. Lamiya Aji Bashar recontou ao diário espanhol *El País* sua história, marcada pela escravidão e pelo constante estupro perpetrado por militantes da facção (Pita, 2017).

Dabiq, apesar de sua pouca importância militar, foi fundamental à propaganda do EI. Essa cidade fronteiriça com a Turquia aparece em diversas profecias apocalípticas que preveem ali uma batalha definitiva entre islâmicos e cristãos, e sua tomada em agosto de 2014 foi celebrada por essa organização. A revista do EI em inglês, que teve quinze números, foi nomeada *Dabiq* em homenagem à cidade (McCants, 2015, p. 140). Segundo William McCants, os investimentos do EI para construir um califado – em vez de tentar derrubar o regime sírio – explicam em parte por que razão o grupo terrorista foi deixado em paz naquele período, o que levou a seu relativo sucesso. A propaganda apocalíptica do EI, mesclando a sua violência extrema com uma mensagem puritana, foi instrumental para trazer hordas de militantes à facção (McCants, 2015, p. 153).

Elliot Ackerman concorda com a avaliação de McCants de que o EI não considerava a derrocada de Assad como seu principal objetivo naquele período – caso quisesse derrubar o regime, não teria investido na conquista

5 Os yazidis cultuam uma entidade chamada Anjo Pavão, um anjo caído semelhante ao Satã do cristianismo. Essa característica de sua fé é utilizada pelo EI para descrevê-los como politeístas e, com base nisso, aplicar punições específicas que não são adequadas, por exemplo, a cristãos. Ver também o capítulo 7 deste livro, "A ascensão do Estado Islâmico e o deslocamento forçado das minorias religiosas no Iraque".

de cidades como Azaz, que eram controladas por outros grupos rebeldes (Ackerman, 2014). Assim, o EI investiu em construir seu Estado (ou a imagem dele); em setembro de 2014, recebia cerca de US$ 2 milhões ao dia, fazendo dessa organização terrorista a mais rica do mundo, diz Lister (2014, p. 2).

Apesar de o EI se embasar em uma interpretação radical do islã, propondo o retorno ao califado do século VII, sua visão de governo é moderna, como já argumentei em outro artigo (Bercito, 2017, p. 68-88). O EI, por exemplo, acredita na ideia moderna de que cabe apenas ao Estado o controle da educação, uma perspectiva ausente no modelo das madraças medievais.[6]

Outros autores descreveram esse processo de expansão, como Hassan Hassan e Michael Weiss (2015) e Javier Martín (2015). Aymenn Tamimi também relacionou a consolidação territorial à emergência de instituições estatais, com a progressiva implementação de uma legislação religiosa (al-Tamimi, 2015, p. 117-129). As duras punições públicas se tornaram notórias em Raqqa, em 2014, com a crucificação dos acusados de tentar matar membros do EI. O uso da violência como ferramenta de propaganda é relacionado à visão do jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, criador das organizações que se tornaram o EI; Zarqawi foi inclusive criticado pela barbaridade de seus métodos por outros líderes radicais, como Osama bin Laden e seu sucessor na al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri. Ao radical Zarqawi se credita, também, a popularização dos vídeos de decapitação.

As punições do EI são baseadas no conceito de *hudud* (حدود, limites) e justificadas pela lei islâmica. A liderança da milícia cita antecedentes, por exemplo, em como o califa Abu Bakr (573-634) teria sugerido que homossexuais fossem arremessados do alto de torres. No caso da queima de um piloto jordaniano em 2015, o EI mencionou um texto do pensador medieval Ibn Taymiyya (1263-1328), apesar de haver consenso religioso proibindo o uso do fogo para punições.

6 Jonathan Berkey explica em sua obra que não havia um esforço sistemático das elites para moldar o sistema educacional medieval a seus interesses. Não havia regulação ou controle comparável ao instituído pelo EI. Veja mais em Berkey (2007, p. 43-45).

>>RETRAÇÃO

A expansão do EI começou a ser interrompida em meados de 2014, com a formação de uma coalizão internacional liderada pelos EUA (Napoleoni, 2014). A subsequente retração territorial, intensificada pelos avanços de forças curdas no norte da Síria, empurrou essa organização terrorista rumo a seu período de 2016 e 2017: o planejamento e a execução de atentados no exterior. Essas ações compensavam as suas derrotas estratégicas, aproveitando-se do alarde causado na imprensa e no debate público pelos ataques, em especial por aqueles realizados em solo europeu para manter sua narrativa de sucesso para seus objetivos políticos e para a atração de combatentes. Em 2015 e 2016, o EI reivindicou atentados no Afeganistão, na Bélgica, no Egito, na França, no Líbano, na Tunísia e na Turquia, entre outros, com centenas de vítimas.

Há uma aparente relação entre a retração do território do EI e a redefinição de suas prioridades, dando ênfase a ações internacionais, mais do que às operações em seu território. Atentados como o de Paris, que deixou 130 mortos, em 11 de novembro de 2015, foram justificados pela facção como a resposta ao envolvimento francês na coalizão internacional. Em termos de propaganda, o enfoque se explica pela necessidade de projetar uma imagem vitoriosa em meses de perdas territoriais. Em um estudo sobre a retração do EI, o espanhol Ignacio Gutiérrez de Téran diz que o EI perdeu em 2016 cerca de 80% de seus territórios no Iraque e 50% na Síria. Com isso, deixou de controlar pontos estratégicos na fronteira turca (Terán, 2017, p. 4).

Enfrentando uma coalizão internacional, e diante dos avanços vitoriosos do regime sírio, a retração territorial do EI foi inevitável. A organização terrorista foi desalojada de diversas de suas bases, tanto simbólicas quanto estratégicas. O Exército turco tomou, em outubro de 2016, a cidade de Dabiq, que dava nome à revista oficial da milícia, desde então descontinuada. Em 2017, forças iraquianas tomaram Mossul, a principal fortaleza da organização, e forças sírias conquistaram Raqqa, a capital simbólica do autoproclamado califado de Baghdadi.

Além das perdas de território, o EI foi privado de boa parte de sua liderança, em especial dos personagens que foram fundamentais na idealização do modelo que permitiu sua repentina expansão e consolidação. Como registrado anteriormente, Haji Bakr foi morto em janeiro de 2014. Ataques aéreos também mataram, desde 2016, o vice-líder, Abu Ali al-Anbari, o ministro da Guerra, Abu Umar al-Shishani, e o chefe de Propaganda, Abu Muhammad al-Adnani, que havia anunciado o califado em 2014. Terán (2017, p. 6) destaca que, além do mais, o EI perdeu seus poços de petróleo e as ruínas arqueológicas com que financiava as suas custosas operações. Foram desmanteladas também as redes de recrutamento na Europa, cortando assim o fluxo de militantes.

Aparentemente ciente de seu destino, a organização decidiu, em junho de 2017, destruir a Mesquita de al-Nuri, que havia sido palco do discurso inaugural do autoproclamado califado de Abu Bakr al-Baghdadi. O gesto coincidiu com os avanços do Exército iraquiano e determinou o fim de um ciclo simbólico. Além disso, com as progressivas derrotas territoriais do EI, minguou o poder persuasivo dessa milícia extremista, que deixou de deter o controle de um amplo terreno, como era o caso em 2013 e em 2014. As vitórias, afinal, tinham sido essenciais para convencer militantes da missão divina da facção radical, e a própria existência de um califado é tradicionalmente associada à capacidade de impor a lei islâmica em um território. As derrotas, portanto, colocam ao menos um ponto de interrogação em cima dessa facção.

A desmobilização do EI não significa, no entanto, o seu fim. Essa organização já sobreviveu, afinal, a diversas outras derrotas em suas várias formações desde o Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad, criado em 1999 por Abu Musab al-Zarqawi. É essencial que a comunidade internacional – amparada por analistas – trabalhe no curto prazo para combater não apenas os militantes restantes, mas também o contexto político que permitiu a consolidação do EI: por exemplo, a alienação de tribos sunitas pelo governo iraquiano depois da invasão dos EUA de 2003, que criou um terreno fértil à

insurgência, e a exportação de visões radicais do islã.[7] Se setores da população continuarem a ser desfavorecidos pelo poder público na Síria e no Iraque, e se não houver nenhum tipo de conscientização em relação ao extremismo religioso, o EI pode seguir ativo, ainda que subterrâneo, na latência de retornar à superfície.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tratou da consolidação do Estado Islâmico a partir de 2013, ano em que a organização terrorista se firmou como um influente ator nos desdobramentos políticos e militares da Síria e do Iraque. Figuras de alto escalão, como Haji Bakr, discutido no início, foram fundamentais para o fortalecimento do EI, trazendo ex-membros do Exército iraquiano para as suas fileiras radicais. A autoproclamação de um califado em 2014, recebida com choque por atores internacionais, marcou o período de expansão territorial da organização terrorista. Esse momento foi interrompido, em seguida, pela criação de uma coalizão internacional, cujos ataques coordenados forçaram o Estado Islâmico a se retrair. O grupo intensificou, em contrapartida, suas ações terroristas no exterior, com a efetuação de uma série de atentados em países europeus (Cockburn, 2016).

Essa transição – em que o Estado Islâmico transferiu o enfoque em seus inimigos internos para os externos – foi discutida pelo cientista político francês François Burgat em 2015. Com uma lente histórica, Burgat centrou o seu trabalho de investigação em grupos como a Irmandade Muçulmana e a al-Qaeda, e não no EI em si. Ainda assim, a sua interpretação pode ser útil nos próximos anos, quando o futuro do EI estiver cada vez mais claro, já tendo perdido os seus territórios.

Em resumo, a teoria de Burgat (2015, p. 43) discute como um "primeiro tempo islamita" no Egito se concentrou no colonizador britânico como um

7 O analista Jacob Olidort (2016), por exemplo, estudou o sistema educacional do EI e publicou uma série de recomendações para as políticas públicas regionais. É o tipo de aporte que pode ser feito por especialistas para enfraquecer o apoio popular a projetos radicais, como o dessa milícia extremista.

inimigo externo, e como o alvo passou a ser o doméstico durante as décadas seguintes de repressão, por exemplo, com a prisão de Sayyid Qutb. A al-Qaeda, por sua vez, formou-se como uma reação a intervenções dos EUA no Oriente Médio e se concentrou em realizar ataques internacionais.

A relação entre a presença externa e a mobilização islamista, como descrita por Burgat, é um importante desafio a ser tido em conta para as políticas internacionais e domésticas no Iraque e na Síria quando o EI tiver sido desestruturado a ponto de não ser mais uma ameaça. A retração territorial dessa facção dependeu, a partir de 2014, de uma coalizão internacional liderada pelos EUA e das intervenções de atores regionais como a Turquia e o Irã. Sua derrota, no entanto, dependerá dos esforços para um desenvolvimento econômico, ampla inclusão social e também de um debate religioso.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Elliot. Watching Isis flourish where we once fought. *The New Yorker*, 17 jun. 2014. Disponível em: http://www.newyorker.com/news/news-desk/watching-isis-flourish-where-we-once-fought. Acesso em: 14 dez. 2019.

AL-TAMIMI, Aymenn J. The evolution in Islamic State administration: the documentary evidence. *Perspectives on Terrorism*, v. 9, n. 5, p. 117-129, 2015.

BERCITO, Diogo. A paper caliphate: understanding the Islamic State through its documents. *Malala*, v. 5, n. 7, p. 68-88, 2017.

BERCITO, Diogo. Guia de viagens ao Estado Islâmico promove califado como bom destino. *Folha de S.Paulo*, 7 jan. 2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/01/1726969-guia-de-viagens-ao-estado-islamico-promove-califado-como-bom-destino.shtml. Acesso em: 14 dez. 2019.

BERKEY, Jonathan. Madrasa, medieval and modern: politics, education, and the problem of Muslim identity. *In*: HEFNER, Robert W.; ZAMAN, Muhammad Q. (ed.). *Schooling Islam*: the culture and politics of modern Muslim education. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 40-60.

BUNZEL, Cole. *From paper State to caliphate*: the ideology of the Islamic State. Doha: Brookings Doha Center, 2015. Disponível em: http://www.brookings. edu/~/media/research/files/papers/2015/03/ideology-of-islamic-state-bunzel/the-ideology-of-the-islamic-state.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

BURGAT, François. *L'Islamisme à l'heure d'Al-Qaida*. Paris: La Découverte, 2015.

COCKBURN, Patrick. *The age of Jihad*. Nova York: Verso, 2016.

ESPINOSA, Ángeles. Los "astronautas" del Ejército iraquí. *El País*, 28 out. 2014.

Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2014/10/28/actualidad/1414523872_353940.html. Acesso em: 14 dez. 2019.

LISTER, Charles. *Profiling the Islamic State*. Doha: Brookings Doha Center, 2014. Disponível em: http://www.brookings.edu/~/media/Research/Files/Reports/2014/11/profiling-islamic-state-lister/en_web_lister.pdf?la=en. Acesso em: 14 dez. 2019.

McCANTS, William. *The Isis apocalypse*. Nova York: St. Martin's Press, 2015.

MARTÍN, Javier. *Estado Islámico*: geopolítica del caos. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2015.

NAPOLEONI, Loretta. *The Islamist Phoenix*. Nova York: Seven Stories Press, 2014. E-book.

OLIDORT, Jacob. *Inside the caliphate's classroom*. Washington: Washington Institute, 2016. Disponível em: http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus147-Olidort-5.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

PITA, Antonio. Seis dueños y 20 meses como esclava del Isis. *El País*, 21 jun. 2017. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/06/21/actualidad/1498055390_175353.html. Acesso em: 14 dez. 2019.

RAZEK, Ali Abdel. *Islam and the foundations of political power*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2012. E-book.

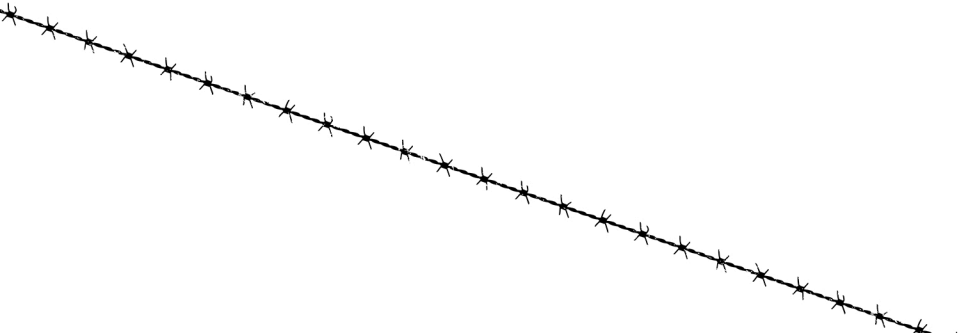
REUTER, Cristoph. Secret files reveal the structure of Islamic State. *Der Spiegel*, 18 abr. 2015. Disponível em: http://www.spiegel.de/international/world/islamic-state-files-show-structure-of-islamist-terror-group-a-1029274.html. Acesso em: 14 dez. 2019.

TERÁN, Ignacio Gutiérrez. *El colapso del Daesh*: un punto de inflexión del yihadismo internacional? Madri: Fundación Alternativa, 2017. Disponível em: https://www.fundacionalternativas.org/public/storage/opex_documentos_archivos/ae3fd6b615e-65729b50701503a9a31e3.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

WARRICK, Toby. *Black flags*: the rise of Isis. Nova York: Anchor, 2015. E-book.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Isis*: inside the army of terror. Nova York: Regan Arts, 2015.

WOOD, Graeme. *The way of the strangers*. Londres: Allen Lane, 2017.



3

A QUEDA DO ESTADO ISLÂMICO (2017-2019)

César Henrique de Queiroz Porto

Este capítulo tem como objetivo analisar a derrocada do Estado Islâmico (EI) e de seu califado a partir do ano de 2017, período que se inicia com a perda da cidade iraquiana de Mossul. A cidade foi retomada em junho daquele ano por tropas iraquianas ajudadas pela coalizão internacional liderada pelos EUA, além de milícias e grupos paramilitares que apoiam o governo iraquiano. Em seu ápice, por volta de 2014, o grupo radical extremista chegou a controlar uma extensa área territorial, ocupando terrenos no Iraque e na Síria com uma população de em torno de dez milhões de habitantes (BBC, 2017). No começo de 2017, o EI já havia perdido mais de três quartos do território tomado, mas ainda controlava uma extensa região que ia do leste da Síria até áreas da fronteira iraquiana.

A perda de Mossul representou um duro golpe para o califado, uma vez que sinalizava o avanço inexorável da retomada do controle do governo iraquiano em uma importante área, erodindo, de forma definitiva, um dos pilares da arrecadação do grupo, especialmente as receitas extraídas de impostos e taxas cobrados da população da cidade e de seu entorno – a população de Mossul, no início de 2014, era estimada em quase dois milhões de habitantes (BBC, 2017).

À medida que o território do grupo foi encolhendo, seus recursos foram comprometidos. Sem dinheiro e com uma área cada vez menor em seu poder, o EI viu seu objetivo central – a manutenção do califado – inviabilizar-se.[1] Diante disso, o grupo teve de rever suas estratégias, adequando-se

1 O EI obtinha receita através de uma série de expedientes que iam desde a cobrança de impostos, taxas, propinas, passando pela venda de petróleo e antiguidades saqueadas nos vários sítios históricos da região, além de extorsões às populações e a venda de pessoas sequestradas. Loretta Napoleoni nos informa que o grupo também operava lucros no negócio de contrabando na fronteira com a Turquia e possuía parcerias comerciais com algumas tribos locais (Napoleoni, 2015, p. 61). Ver também o capítulo 4 deste livro, "Estado e economia no Estado Islâmico".

a uma nova realidade, mais parecida com a de grupos extremistas tradicionais, como a al-Qaeda e o Talibã, que será discutido mais adiante.

O capítulo também analisa as possíveis implicações da morte do líder Abu Bakr al-Baghdadi, violentamente eliminado em uma operação patrocinada por forças especiais dos EUA, no mês de outubro de 2019. Mesmo levando-se em consideração a importância da liderança de Baghdadi para o crescimento e o desenvolvimento da organização do EI, dificilmente sua morte determinará o fim desse grupo extremista.

Este texto está organizado em torno de duas seções. A primeira tem como ponto de partida a perda, por parte do califado, de duas importantes cidades: Mossul, no Iraque, e, pouco tempo depois, Raqqa, na Síria. Mais importante que a queda dessas duas cidades, os eventos assinalam o comprometimento definitivo da capacidade de arrecadar recursos do EI, evidenciando, assim, algumas das contradições da facção que contribuíram para a sua derrota. Pois, conforme o historiador Anthony Celso (2018, p. 114) aponta, o grupo, apesar de sua habilidade operacional, no esforço de promover a luta contra múltiplos atores, prejudicou seu controle sobre os territórios, degradou suas forças e pulverizou sua arrecadação.

A segunda parte do capítulo analisará, a partir da morte do seu líder, estratégias que vão permitir a sobrevivência do EI em uma nova configuração, já mais parecida com as táticas usadas por grupos extremistas do universo islâmico sunita radical. A morte de Baghdadi não significou o fim do grupo, visto que muitas das condições que permitiram a emergência desse tipo de facção radical continuam fazendo parte da paisagem daquela região, tais como pobreza, descontentamento das populações diante dos governos, falta de emprego e de oportunidades, especialmente para as camadas mais jovens da população, além do fenômeno do radicalismo religioso como pano de fundo.

Antes de passarmos ao primeiro tópico, entretanto, importa considerar algumas questões que envolvem a pesquisa e a história do tempo em que vivemos, pois ela faz parte de nossas experiências. Como René Remond coloca, a atualidade persegue os historiadores, e

> tudo isso nos convida a uma profunda reflexão sobre os limites de nosso poder, sobre a relatividade das conclusões às quais chegamos, sobre a exigência de verdade, sobre nossa responsabilidade social. Não podemos proceder, como fazem tantas vezes os intelectuais, sem nos preocuparmos com as consequências de nossos atos. Devemos ser responsáveis na pesquisa da verdade objetiva sobre o tempo presente. Essa é uma das direções nas quais devemos promover, engajar, aprofundar uma reflexão coletiva. (Remond, 2000)

A chamada história do tempo presente se inscreve como uma chave de leitura do universo político contemporâneo, visto que envolve a emergência de uma sociedade midiática atual, de movimentos fundamentalistas e de outras manifestações da contemporaneidade. Escrever uma história que procura jogar luz em eventos recentes cujo desenrolar ainda está em curso é uma história inacabada, em construção. O lado bom disso é que o historiador do tempo recente dispõe de um abundante acervo documental capaz de fornecer uma pluralidade de fontes ao seu trabalho.

Apesar dos desafios na escrita de uma história do tempo presente, não podemos nos abster da necessidade de entender as questões que nosso cotidiano demanda. Como destaquei em outro trabalho:

> A história do tempo presente se apresenta como um instrumento decisivo que inaugura um vasto escopo de possibilidades na tentativa de se buscar inteligibilidade aos acontecimentos atuais, quase sempre massificados pela ação da mídia. Ao inserir os eventos singulares que atravessam o cotidiano na temporalidade significativa, o historiador do tempo presente consegue distinguir o perdurável do efêmero e, ao mesmo tempo, garantir que a realidade vivida e mediatizada acabe sendo explicada dentro de uma problemática que privilegie a duração e as interações entre as diversas temporalidades. (Porto, 2012)

Por outro lado, a história não é feita apenas de continuidades e permanências. O historiador que se confronta com a atualidade deve levar em consideração que seu olhar parte de um raio que, em sua origem, é relativamente curto; por isso ele deve estar mais atento aos detalhes. A História também é feita de peripécias, contingências, surpresas, enfim, de toda uma complexidade de situações e de comportamentos ambivalentes.

Escrever uma história do EI e do contexto que assinalou a sua derrocada é empreitada complexa e perigosa, especialmente por se tratar de eventos cujo desenrolar ainda está em processamento. Além disso, deve-se considerar que muito pouco material bibliográfico está disponível. No entanto, decidimos enfrentar esse desafio com o aporte conceitual e metodológico que a história do tempo presente nos disponibiliza. Percebemos a emergência e o posterior declínio do grupo extremista como a ponta de um *iceberg* que desvela questões mais complexas que estão submersas nas águas revoltas que agitam a história e a geopolítica de partes do mundo e, em especial, do Oriente Médio.

Para lograr nosso intento, nós nos utilizaremos, além da pequena oferta bibliográfica à disposição, do extenso material disponível nos vários tipos de mídia existentes – jornal, revista, televisão e internet.

Como bem destacou Pierre Nora (1976), a sociedade atual é marcada por um ambiente de superinformação permanente. Nunca foi tão fácil informar-se sobre o que se passa nos lugares mais longínquos da Terra quanto nessas últimas décadas (Le Goff, 1999). Porém, o mesmo autor nos alerta para o fato de que o historiador "perde" o controle sobre o acontecimento; ele foi esvaziado de sua significação intelectual a favor de suas atitudes emotivas. Devido ao grande fluxo de informações existentes, o fato por si só impõe-se ao historiador sob a forma de espetáculo, pois os meios de comunicação criam-no constantemente.

Em razão desse estado de profusão de informações, principalmente na televisão e na internet, as pessoas sentem a necessidade de compreender os fatos instantaneamente e de entender suas raízes históricas. Diante disso tudo, a demanda social acaba constituindo-se em um importante vetor para o historiador do presente.

Apesar da banalização do acontecimento via mídia, para o historiador, o acontecimento se apresenta vantajoso, não para dar conta do fato em si, mas para se apropriar do complexo sistema que traduz todo um material de emoções, hábitos, rotinas e representações herdadas do passado e que frequentemente afloram à superfície da sociedade. O acontecimento tem como virtude unir num feixe significações esparsas. Ao historiador cabe

desuni-las para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema (Le Goff, 1999).

O acontecimento testemunha, portanto, menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que ele é do que por aquilo que provoca. Sua significação é absorvida em sua ressonância; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura. Cabe ao historiador perceber as condições históricas nas e pelas quais ele é percebido. René Remond chama a atenção para a necessidade de se reavaliar o papel do acontecimento. O fato é revelador e modificador; ele "não é o acidente e não se limita à superfície das coisas; ele introduz na nossa visão a contingência, e isso é de grande importância" (Remond, 1999, p. 55). Nos últimos anos, o EI foi um dos principais protagonistas nos noticiários das diversas plataformas midiáticas, quando se fala em política internacional. Por isso mesmo, a cobertura jornalística sobre o grupo se inscreve no que Pierre Nora chama de "acontecimento", principalmente se levarmos em consideração o gosto que esses radicais têm pela violência e pelo espetáculo midiático. Além disso, não se pode negligenciar a obsessão jornalística por eventos como a violência terrorista, o radicalismo do fundamentalismo islâmico e outros temas correlatos.

Pieter Lagrou (2007), a partir da afirmação de que o tempo presente constitui uma noção evolutiva, destaca o fato de que essa temporalidade se caracteriza mais por uma continuidade entre o período estudado e o momento da escrita. Contudo, na perspectiva adotada neste capítulo, a história do tempo presente deve ser entendida como uma possibilidade diversificada e como uma prática contemporânea do historiador que procura problematizar a partir do seu cotidiano. Em outras palavras, essa história faz parte da nossa experiência. Deve-se destacar que, para o historiador, o presente que opera com essa perspectiva não se limita necessariamente ao atual e ao imediato, pois não se trata de uma história limitada ao instante; ela abrange também a duração.

Pensando na problemática do radicalismo e do extremismo do tipo sunita na história recente do islã, materializado em grupos como o EI e outros, a história do tempo presente nos oferece uma importante chave

de interpretação, à medida que o presente supervalorizado pela cultura da mídia e do espetáculo também é portador de vasta memória. O fato supernoticiado e midiatizado chamado EI descortina todo um contexto, uma memória ou uma história que remonta às relações entre europeus e os EUA e muçulmanos ao longo de várias décadas. O que se passa na atualidade só pode ser entendido se colocado na perspectiva da duração dentro de determinado contexto histórico.

>>A RETOMADA DE MOSSUL E DE RAQQA

Desde a segunda metade do ano de 2016, foram intensificados os ataques e os bombardeios estratégicos de potências internacionais como os EUA e a Rússia, bem como de oponentes regionais – governo iraquiano, forças leais ao ditador Assad, milícias curdas e outros grupos paramilitares –, aos territórios ocupados e controlados pelo EI na Síria e no Iraque. Já no ano seguinte, em 2017, as forças do governo iraquiano tinham retomado boa parte da área conquistada pelo grupo em 2014. Na Síria, as forças leais a Assad, assim como as milícias curdas apoiadas pelos EUA, também tinham liberado extensas áreas do controle do grupo (Celso, 2018).

Após uma batalha que durou cerca de oito meses, grupos paramilitares xiitas, em coordenação com o Exército iraquiano (que recebeu considerável apoio dos EUA), além da presença de tropas curdas, retomaram o controle de Mossul. A perda dessa grande cidade iraquiana, bem como de grande parte do território adjacente, comprometeu importantes fontes de receita do grupo. O EI arrecadava dinheiro cobrando impostos, propinas, saqueando antiguidades, extorquindo dinheiro das pessoas e vendendo petróleo. À medida que o território do califado ia progressivamente sendo retomado, o enfraquecimento dos extremistas avançava. Para piorar a situação, a tentativa de Baghdadi de manter Mossul acarretou a morte de muitos combatentes que estavam sob seu comando. Mesmo nas áreas em que ainda mantinha alguma estrutura de governo, seu controle se desintegrava em meio a constantes ataques que sofria por parte dos governos da Síria e do Iraque e das várias milícias, grupos paramilitares e tribais que enfrentava.

Talvez a principal contradição do EI resida em sua ideologia extremista de caráter autodestrutivo. Em julho de 2017, o grupo já tinha perdido no Iraque as importantes cidades de Mossul, Fallujah e Ramad. Para Anthony Celso (2018, p. 91), apesar da "liberdade operacional do Estado Islâmico, no intento de lutar contra múltiplos atores, [ele] prejudicou seu controle sobre os territórios, degradou suas forças de luta e diminuiu suas finanças". Baghdadi e os seus comandados, no esforço de colocar em prática um fundamentalismo sunita maximalista, terminaram por afastar possíveis apoiadores e inflacionaram seus oponentes.

Na Síria, ainda em 2017, o grupo perdeu a sua autoproclamada capital regional, a cidade de Raqqa, retomada por tropas curdas apoiadas pela coalizão liderada pelos EUA. Milhares de combatentes fugiram da cidade para outros locais próximos à fronteira sírio-iraquiana e lá permaneceram combatendo até a sua derrota final em 2019. A perda do controle, por parte do califado, de regiões estratégicas, como campos de petróleo no leste do país, enfraqueceu bastante a capacidade de receita do EI, já comprometida pelo encolhimento cada vez maior do território controlado.

Apesar de mais problemática, a eliminação do grupo na Síria avançou em um padrão semelhante ao verificado no Iraque. Os extremistas enfrentaram o Exército sírio e uma grande quantidade de milícias e forças paramilitares. Algumas dessas milícias, inclusive, emergiram desde os primórdios da guerra civil na Síria, iniciada ainda em 2011. É o caso, por exemplo, do Exército Livre da Síria, grupo de tendência democrática que lutava contra o governo de Bashar al-Assad.

Conforme exposto anteriormente, na fronteira do país com a Turquia, os EUA apoiaram a Frente Democrática Síria (FDS), cujo principal contingente de combatentes é formado por forças curdas. À medida que ocorria a intensificação dos ataques aéreos ao longo de 2017, áreas produtoras de petróleo eram abaladas e perdidas pelo grupo, ocorrendo também o enfraquecimento do EI na Síria. A captura da região de Mambij pela FDS privou o EI de um ponto importante para o trânsito de combatentes estrangeiros, já que essa área, próxima à extensa fronteira da Síria com a Turquia, facilitava a entrada de combatentes estrangeiros que vinham engrossar as

fileiras das tropas extremistas. Por outro lado, a proximidade dessa cidade com a fronteira turca levou o governo de Ancara a interferir, forçando os curdos a recuarem para a região próxima ao rio Eufrates (Celso, 2018).

Sabe-se que os turcos andavam preocupados com o desenvolvimento das tropas curdas em sua área fronteiriça já havia algum tempo. A Turquia é possuidora do maior contingente populacional de origem curda do Oriente Médio, e seu governo sempre combateu as pretensões por autonomia dessa população em seu interior. Além disso, desde o começo da guerra civil na Síria, embora contrários ao ditador Assad, os turcos monitoravam a movimentação dos curdos na Síria. Estes, de certa forma, foram considerados aliados naturais dos separatistas curdos. Por isso, em 2018, o país iniciou a chamada Operação Ramo de Oliveira, com suas tropas realizando uma ofensiva no norte da Síria e atacando as milícias curdas (Exército..., 2018).

Apesar da pressão turca, o apoio e a proteção dos EUA continuaram, o que levou a FDS e as milícias curdas a ampliarem a sua expansão na região fronteiriça, eliminando os últimos focos e pontos de apoio controlados pelo EI até o ano de 2019, período que corresponde à completa derrota do califado na Síria.

Desde 2017, quando perderam importantes cidades que haviam ocupado, tanto na Síria quanto no Iraque, os jihadistas já implementavam mudanças em sua estratégia de luta, sinalizando uma adaptação à nova realidade que se apresentava à medida que o califado se esvaía. Ainda em 2017, o grupo ampliou o cenário de execução de operações terroristas ao redor do mundo. Vários apoiadores do EI realizaram atos terroristas em grandes cidades, como Barcelona,[2] Estocolmo, Istambul, Londres, Manchester, Nova York e Teerã.

A derrota do EI e o fim do califado deixam nas regiões libertadas da Síria e do Iraque vários problemas que demandarão algum tempo para a sua solução. Talvez o mais urgente deles seja a reconstrução das cidades duramente castigadas pela violência dos combates e bombardeios. O caso

2 Na capital da Catalunha, os mortos chegaram a treze e os feridos, a cerca de sessenta, muitos deles gravemente (O Atentado, 2017).

de Mossul é revelador da destruição causada pela guerra, pois, após serem bombardeadas por vários meses, regiões da cidade se encontravam praticamente sob escombros – sem falar na questão do retorno de parte expressiva da população urbana que havia se retirado desde a ocupação pelos extremistas, em 2014, questão que se acentuou mais ainda com o início da batalha pela recaptura (Gabriel-Gamal, 2017). Outro ponto sensível se refere às milhares de pessoas que estão encerradas em campos espalhados pela Síria e pelo Iraque.

A população desses campos é formada pelos milhares de refugiados que fugiram ou foram desalojados ao longo das várias batalhas da guerra. Amontoados em condições difíceis, muitos deles sofrem de problemas de saúde variados, além de desnutrição e hipotermia. Para piorar a situação, ainda há milhares de pessoas – em sua maioria mulheres e crianças, viúvas e filhos dos jihadistas, incluindo muitos órfãos – que foram capturadas pelas tropas governamentais, ou pelas inúmeras milícias e forças paramilitares, e que estavam vivendo sob o jugo do EI (Sancha, 2019a; 2019b).

Outra questão complicada é o elevado número de estrangeiros capturados e confinados em alguns desses campos. Novamente, as mulheres perfazem a maioria desse contingente, oriundas de vários países que compõem o mundo muçulmano – sírias e iraquianas, mas também tunisianas, marroquinas, cazaques e outras –, inclusive um número considerável de pessoas provenientes da Europa. Um acirrado debate tem atravessado os países europeus – França, Espanha, Inglaterra, Alemanha e outros – na tentativa de dar encaminhamento a essa questão. A discussão em torno do repatriamento de centenas de mulheres e crianças promete arrastar-se por algum tempo ainda (Sancha, 2019a).

Reconstrução de cidades e infraestrutura destruída, retorno de pessoas deslocadas de seus locais de origem, destinação de milhares de viúvas e órfãos amontoados em campos de refúgio e promoção de repatriação de centenas de indivíduos, em grande parte mulheres, são apenas algumas questões que necessitam de encaminhamento rápido por parte dos governos envolvidos e de agências humanitárias, como a ONU ou o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Outras

necessidades mais complexas, e por isso mesmo mais demoradas, terão de ser enfrentadas no médio e longo prazos. Talvez uma das mais importantes gire em torno da violência jihadista na região, pois, como já apontamos, o fim do califado não determinou a aniquilação do EI, tampouco a eliminação da ameaça extremista.

Na próxima seção, veremos como o EI continua suas atividades em meio a um contexto da perda dos territórios e do fim do sonho jihadista do califado. Mesmo a morte de seu principal líder, Baghdadi, em outubro de 2019, não determinou o encerramento das atividades do grupo. Situação similar já havia acontecido antes, com a morte de Abu Musab al-Zarqawi, o principal líder da al-Qaeda no Iraque. Mesmo levando-se em consideração que sua morte prejudicou sua organização por algum tempo, não foi suficiente para desarticular o radicalismo no Iraque. Apenas alguns meses depois da morte de Zarqawi, Baghdadi conseguiu reorganizar a al-Qaeda iraquiana, expandindo o seu raio de ação e declarando o Estado Islâmico no Iraque (Weiss; Hassan, 2015).

Também apontaremos que boa parte das condições que levaram ao aparecimento do grupo continua a marcar o panorama da região. Pode-se dizer inclusive que vários fatores que colaboraram para o crescimento e o sucesso do EI ainda persistem, sobretudo no Iraque e na Síria.

>>A MORTE DE BAGHDADI E O FUTURO DO JIHADISMO

Conforme já exposto, o EI, nos últimos três anos, vinha incentivando ataques terroristas em várias partes do mundo. Apenas em 2019, o grupo reivindicou uma infinidade de ações variadas – ataques a bomba, tiros, explosões – na Europa e em outros lugares, como Afeganistão, Filipinas, Egito, Austrália e Sri Lanka. Neste último país, uma célula jihadista atuou em nome da agremiação de Baghdadi, lançando atentados contra hotéis de luxo e igrejas, o que ocasionou 359 mortes e deixou mais de quinhentas pessoas feridas (Estado..., 2019).

Em alguns países europeus, o temor do retorno de seus antigos cidadãos que viajaram para o Oriente Médio e foram engrossar as fileiras das

tropas do califado causa pesadelos nos políticos e na opinião pública. O medo é que esses combatentes continuem radicalizando por meio de atentados em seus países de origem – até o final de 2019, nada indicava essa tendência. O ataque no Sri Lanka, embora ocorrido fora do continente europeu, parece demonstrar que o EI busca estimular suas operações a partir de grupos de apoiadores locais, como afirmado por Anthony Celso em texto já citado anteriormente. Tais organizações são compostas em sua maioria por terroristas locais, treinados e radicalizados em suas próprias regiões.

Esse retorno ao terrorismo tradicional pode ser entendido como uma estratégia estabelecida ao longo do contexto da derrota sofrida pelo grupo na Síria e no Iraque. Confrontados por múltiplos adversários com poder de fogo bem superior, o EI vai descentralizando-se e intensificando o chamado à luta jihadista a simpatizantes que podem atuar em pequenos grupos e organizações e até mesmo sozinhos, os chamados "lobos solitários". A figura do lobo solitário pode ser qualquer indivíduo, em qualquer lugar, que age em nome do EI. Esses ataques são incentivados e potencializados pelo uso que o grupo faz da internet e de outras mídias, já que eles se revelam como importantes instrumentalizadores de seu potencial midiático para divulgar a sua mensagem. Diante disso, o que podemos afirmar é que o grupo deve insistir nessa estratégia de descentralização de suas atividades, conforme já observamos e apontamos.

Antes mesmo da morte de seu líder, a organização já vinha se afastando de uma estrutura de comando centralizada. Em abril de 2019, Baghdadi aparece em um vídeo elogiando os ataques no Sri Lanka. Até a sua morte, outra mensagem atribuída a ele – dessa vez uma mensagem de voz – era divulgada, na qual fazia elogios aos "soldados do califado" por insistirem na luta, apesar das perdas e adversidades. E, mais importante para a nossa discussão, afirmava: "A roda do atrito está funcionando sem problemas, pela graça de Alá, diariamente e em diferentes frentes" (Hubbard; Callimachi; Rubin, 2019). Ou seja, considerando essa fala, tudo leva a crer que o próprio Baghdadi estimulava a ação jihadista através dessa estratégia "em diferentes frentes".

Em fins de outubro de 2019, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que o líder do EI, Abu Bakr al-Baghdadi, foi morto em uma operação executada por forças especiais militares (Hubbard; Callimachi; Rubin, 2019). Serviços de informação dos EUA descobriram que Baghdadi estava vivendo em uma casa na região de Idlib, no noroeste da Síria, com sua mulher e filhos. Cerca de uma centena de membros das forças especiais dos EUA, em coordenação com russos, curdos, turcos e o regime de Bashar al-Assad, encurralou o líder do EI em um túnel com três de seus filhos. Acuado, Baghdadi detonou o cinturão de explosivos que vestia, vindo a falecer juntamente com seus filhos. Seus restos mortais, depois de levados para um local onde foi feita a identificação por exame de DNA, foram jogados ao mar pelos militares dos EUA. Especialistas em grupos extremistas, como Hassan Abu Hanieh, apesar de reconhecerem a importância da morte de Baghdadi, destacam que isso não significaria o fim do EI: "O Estado Islâmico criou uma nova estrutura que é menos centralizada e por isso ele continuará mesmo sem Baghdadi" (Redação, 2019).

Independentemente do futuro do EI, após a morte de seu líder, o que pode ser afirmado é que a violência jihadista no Oriente Médio não se extinguirá, principalmente porque as condições que fizeram esse grupo germinar continuam presentes, especialmente na Síria e no Iraque. Além disso, também se verifica em outras partes do continente asiático e da África essa combinação explosiva de um grande contingente populacional, no qual muitos jovens se sentem excluídos e sem perspectivas, e a permanência de governos corruptos e incompetentes no poder. No Iraque, apesar da derrota do grupo, o descontentamento da população sunita com o seu governo tem continuado, especialmente porque essa minoria continua marginalizada. O final de 2019 foi marcado por uma onda generalizada de protestos da população contra o governo e suas políticas, que terminou com uma violenta repressão e dezenas de mortes (Iraque..., 2019). Essa onda de protestos também é uma reação da população iraquiana, independentemente de sua filiação religiosa, à corrupção, à paralisia e à ineficiência do Estado iraquiano.

Outro problema que contribui para o aumento da insatisfação popular é o elevado grau de influência que o Irã desfruta no governo iraquiano. Desde a queda de Saddam Hussein no Iraque e o início da hegemonia da maioria xiita no país, com o advento das eleições, o governo do Irã se tornou um grande aliado do novo governo iraquiano. De 2003 até os dias atuais essa situação foi se ampliando, o que favoreceu a posição iraniana no tabuleiro da geopolítica regional. Para complicar mais ainda essa situação, após a eleição do presidente Donald Trump nos EUA, em 2016, e o início do seu governo, em 2017, ocorreu o recrudescimento da tensão entre o Irã e os EUA, o que levou os iranianos a aumentarem a ingerência no Iraque.

O pano de fundo geopolítico da região é marcado pela rivalidade entre Irã e Arábia Saudita. Patrick Cockburn (2015) demonstrou que desde a época do 11 de Setembro, em 2001, a política saudita financiou o jihadismo sunita como forma de combater a crescente influência iraniana em países do Oriente Médio, como o Iraque e a Síria. Para esse autor, o antixiismo é um dos principais pilares da política dessa monarquia árabe.

Ao que tudo indica, essa rivalidade regional envolvendo sauditas e iranianos deve continuar, uma vez que o Irã continua tendo atuação e envolvimento na política síria e iraquiana. Na Síria, o quadro geopolítico é ainda mais complexo: vários interesses internacionais influenciam no desfecho da prolongada guerra civil que atravessa o país desde 2011. Rússia e EUA são os principais atores externos cujos interesses se opõem, apesar de ter ocorrido algum tipo de colaboração em algumas questões. Irã e Arábia Saudita também projetaram a sua rivalidade ao longo do conflito sírio (Soares, 2018). Temos ainda a Turquia, que possui uma extensa área fronteiriça com a Síria, com a qual compartilha grande contingente da população curda.

Todo esse quadro de rivalidades internacionais e regionais concorre para a permanência de uma situação de instabilidade em uma região já muito afetada pela exploração, pela concentração de renda e pelo empobrecimento de grande parte de sua população. Sírios, iraquianos e outros, espremidos pela miséria, pelo autoritarismo e pela violência de seus governos, apresentam-se como presas atraentes do discurso jihadista, marcado

pelo sectarismo e pela intolerância. Acima de tudo, a população jovem desses países se desespera diante da falta de perspectivas e oportunidades em um mundo cada vez mais marcado pelo consumismo e pelas tentações e facilidades de comunicação oferecidas pela internet e por outras ferramentas midiáticas.

Portanto, é nesse horizonte social pouco promissor que a semente do radicalismo islâmico tem germinado ao longo das últimas décadas. Guerras, sectarismo, pobreza e fanatismo são elementos que continuam a impregnar a paisagem de muitas sociedades no Oriente Médio e mesmo em vários países do mundo muçulmano. Nesses lugares e regiões, grupos jihadistas à semelhança da al-Qaeda e do EI continuam disseminando a semente da violência e do terrorismo, que se tornou cada vez mais globalizado.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte de Baghdadi pode ser considerada uma vitória parcial na longa e dura guerra travada contra as forças do extremismo sunita representadas pelo EI, mas foi apenas uma vitória em uma das batalhas contra o radicalismo islâmico. Não significa o fim e a destruição do EI, despojado da maior parte de seus territórios na Síria e no Iraque; o grupo continua a operar através do terrorismo no Oriente Médio, na Europa e até em regiões mais distantes do continente asiático, como nas Filipinas. Simpatizantes, que podem estar em qualquer lugar do mundo, são capazes de eventualmente se mobilizar e reproduzir o discurso radical e o *modus operandi* do terror.

Mesmo que o EI caminhe para um futuro de enfraquecimento e, porventura, deixe de figurar no cenário jihadista, outros grupos extremistas do universo radical sunita continuam operando e dão sinais evidentes de que prosseguem em suas atividades. Por exemplo, o EI na África ocidental emergiu no início do século XXI, radicalizou-se e expandiu seu raio de ação através de ataques na Nigéria, Camarões, Chade e Níger. Em 2014, o grupo chamou a atenção por promover o sequestro de 272 meninas na cidade de Chibok, na Nigéria (Dez..., 2019). Nos últimos anos, o EI na África ocidental tem se dividido em diversas facções. Em 2015, uma dessas facções

declarou lealdade ao EI e, com isso, trouxe maior visibilidade ao grupo, especialmente porque o EI se encontrava em uma situação de expansão e vitórias militares naquele momento. Além disso, jihadistas na Líbia e na Argélia proclamaram que realizaram juramentos de lealdade ao líder do EI, a exemplo do EI deste último país (Gutiérrez, 2015a; 2015b).

Como já foi destacado na última seção, o panorama de grande parte da região do Oriente Médio pouco mudou. Nesse sentido, a região se assemelha a um caldeirão em vias de ebulição, cujos ingredientes principais são representados por pobreza, descontentamento popular, corrupção, desemprego e falta de oportunidades para a juventude. Soma-se a isso o pano de fundo do fanatismo e das disputas sectárias, em que o fenômeno do fundamentalismo tem assumido cada vez mais importância social.

Todo esse cenário é amplificado em sua complexidade a partir do envolvimento de potências internacionais e também de alguns atores regionais. De um lado, EUA e seus aliados tentam impor políticas e favorecer aliados na região, causando muita insatisfação e levando ao aumento de sentimentos antiestadunidenses e antiocidentais. Por outro lado, os russos também têm seus aliados e interesses próprios, que muitas vezes contrariam os EUA e os países europeus. Por seu turno, Arábia Saudita e Irã encarnam a maior rivalidade da região há mais de três décadas; ambas as nações não dão nenhum sinal de que suas rivalidades e tensões vão diminuir. Por fim, os turcos têm seus próprios interesses e objetivos geopolíticos, como ficou demonstrado após a saída dos EUA da região da fronteira da Turquia com a Síria.

Novos eventos, portanto, ainda serão protagonizados nas terras do Oriente Médio, assinalando a continuidade da luta contra representantes do radicalismo e do extremismo. O futuro da região, especialmente de países como Síria e Iraque, não aponta para a estabilidade e a prosperidade de seus povos, e o horizonte permanece ainda turvo no mar agitado da política e da geopolítica regionais.

REFERÊNCIAS

BBC. Retomada de Raqqa representa o fim do Estado Islâmico. *BBC*, 18 out. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41664071. Acesso em: 30 jan. 2019.

CELSO, Anthony. *The Islamic State*: a comparative history of jihadist warfare. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2018.

COCKBURN, Patrick. *A origem do Estado Islâmico.* São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

DEZ anos de Boko Haram, o grupo "jihadista" que considera "blasfêmia" a educação ocidental. *O Observador*, 27 jul. 2019. Disponível em: https://observador.pt/2019/07/27/dez-anos-de-boko-haram-o-grupo-jihadista-que-considera-blasfemia-a-educacao-ocidental/. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESTADO Islâmico assume a autoria dos atentados no Sri Lanka. *El País*, 23 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/23/ internacional/1556010462_187881.html. Acesso em: 14 nov. 2019.

EXÉRCITO turco inicia ofensiva terrestre na região síria de Afrin. *Folha de S.Paulo*, 21 jan. 2018. Disponível em: http://www1folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1952174-exercito-turco-inicia-ofensiva-terrestre-na-na-região-siria-de-afrin.shtml. Acesso em: 14 nov. 2019.

GABRIEL-GAMAL, Tony. Cidade Antiga de Mossul, um campo de ruínas. *Carta Capital*, 12 jul. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/ cidade-antiga-de-mossul-um-campo-de-ruinas/. Acesso em: 14 nov. 2019.

GUTIÉRREZ, Óscar. A Jihad que ameaça a África. *El País*, 20 nov. 2015a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/20/internacional/1448019205_605784.html. Acesso em: 5 fev. 2020.

GUTIÉRREZ, Óscar. Estado Islâmico faz aliança com grupo terrorista Boko Haram. *El País*, 14 mar. 2015b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/ 03/13/internacional/1426274600_855747.html. Acesso em: 5 fev. 2020.

HUBBARD, Bem; CALLIMACHI, Rukmini; RUBIN, Alissa J. Análise: Morte de líder causará danos, mas não destruirá o Estado Islâmico. *O Estado de S. Paulo*, 29 out. 2019. Disponível em: https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,analise-morte-de-lider-causara-danos-mas-nao-destruira-o-estado-islamico,70003067505, 29/10/2019. Acesso em: 15 nov. 2019.

IRAQUE vive intensos protestos e corre sério risco de desintegração. *Carta Capital*, 7 dez. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/iraque-vive-intensos-protestos-e-corre-serio-risco-de-desintegracao/. Acesso em: 13 dez. 2019.

KARAM, Zeina. ASSOCIATED PRESS (org.). *Life and death in Isis*: how the Islamic State builds its caliphate. Miami: Mango Media, AP Editions, 2016.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. *In*: PORTO JÚNIOR, Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru: Edusc, 2007.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros. *In*: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 101-102.

NAPOLEONI, Loreta. *A fênix islamista*: o Estado Islâmico e a reconfiguração do

Oriente Médio. Trad. Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NORA, Pierre. *História*: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

O ATENTADO em Barcelona e as estratégias do Estado Islâmico. *Carta Capital*, 17 ago. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-atentado-em-barcelona-e-as-estrategias-do-estado-islamico/. Acesso em: 14 nov. 2019.

PORTO, César Henrique de Queiroz. História do tempo presente e mídia televisiva. *In*: DIAS, Renato da Silva (org.). *Repensando o político*: poder, trabalho e identidades. Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 205-232.

REDAÇÃO. Corpo de líder do Estado Islâmico foi jogado no mar, diz Pentágono. *O Estado de S. Paulo,* 29 out. 2019. Disponível em: https://internacional. estadao.com.br/noticias/geral,corpo-de-lider-do-estado-islamico-foi-jogado-no-mar-diz-pentagono,70003067653. 29 out 2019. Acesso em: 15 nov. 2019.

REMOND, René. O retorno do político. *In*: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 51-61.

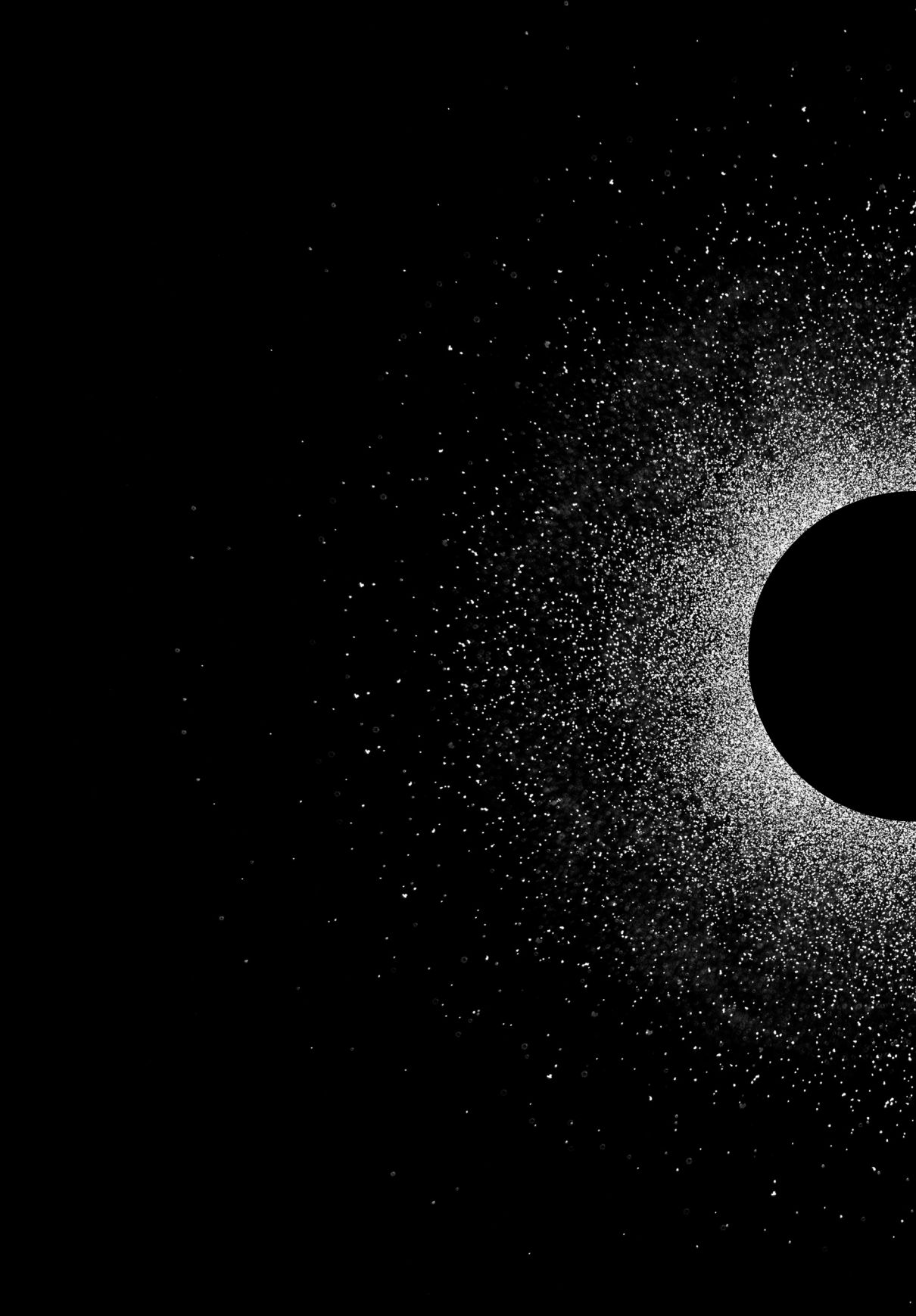
REMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Morais (coord.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

SANCHA, Natalia. O incerto destino das crianças do Estado Islâmico. *El País*, 30 mar. 2019a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/actualidad/1553965001_020876.html. Acesso em: 14 nov. 2019.

SANCHA, Natalia. As três espanholas do Estado Islâmico: "Só queremos ir embora". *El País*, 3 abr. 2019b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/ 2019/04/03/internacional/1554297555_947058.html. Acesso em: 14 nov. 2019.

SOARES, João Victor Scomparim. *A guerra civil na Síria*: atores, interesses e desdobramentos. São Paulo: Observatórios de Conflitos Internacionais, 2018.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Estado Islâmico*: desvendando o exército do terror. Trad. Jorge Ritter. São Paulo: Seoman, 2015.



PARTE II
ASPECTOS TEMÁTICOS

4

ESTADO E ECONOMIA NO ESTADO ISLÂMICO

Margarita Bautista

Em 29 de junho de 2014, o então líder do Estado Islâmico (EI), Abu Bakr al-Baghdadi, anunciou o estabelecimento de seu califado.[1] O grupo definiu as bases de seu governo através do controle territorial de várias regiões da Síria e do Iraque – incluindo mais de 56 mil km^2 –, em setembro de 2014.

O EI tinha certeza de que, para conseguir estabelecer seu propósito de construção de um califado, precisava conquistar um território com acesso a recursos econômicos para se sustentar, assim como deveria impor regras para a população que permitissem a manutenção do seu governo. A proposta do EI baseava-se na aplicação rígida da xaria (lei islâmica) e no estabelecimento de uma sociedade que resgatasse o passado antigo da região, o que seus próprios líderes destacavam como os primeiros dias do islã, como apresentado no capítulo 1, "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)". Inicialmente, o EI declarou o estabelecimento de um Estado que abrangia desde a cidade síria de Aleppo até a província de Diyala, no Iraque, e impôs uma visão própria de política e governança junto da nítida estratégia de aumento da capacidade militar para permitir a manutenção do controle territorial. É importante argumentar que o grupo não pretendia se limitar à criação de um Estado que se integrasse à comunidade de Estados internacionalmente. Pelo contrário, o EI procurava revolucionar o mundo inteiro e, dessa forma, não limitou a sua presença ao Iraque ou

1 Assassinado em um ataque dos EUA, em 27 de outubro de 2019, Abu Bakr al-Baghdadi (Ibrahim Awwad Ibrahim Ali al-Badri al-Samarrai) era descendente da tribo al-Bu Badri, que se localiza em Samarra e Diyala, ao norte e leste de Bagdá. Essa tribo é conhecida por ter os descendentes do Profeta Maomé. Baghdadi era doutor em Estudos Islâmicos pela Universidade Islâmica de Bagdá. De acordo com Chulov e Rasool (2020), Amir Muhammad Abdul Rahman al-Mawli al-Salbi, conhecido como Abu Ibrahim al-Hashimi al-Qurashi, assumiu a liderança do EI após a morte de Baghdadi.

à Síria.[2] Neste capítulo busca-se explicar a organização e a manutenção do governo desde o início do projeto revolucionário do EI em 2014 até 2019.

Seguindo os argumentos sobre a formação e a origem de um Estado do cientista político Charles Tilly, observamos que se trata do controle territorial e de capital através de quatro pontos fundamentais: fazer a guerra, eliminando rivais ou ameaças externas potenciais fora de seu território; estabelecer um Estado, eliminando forças rivais e insurgentes internas dentro de seu território; proteger o espaço, eliminando possíveis ameaças à população; e, finalmente, extrair os recursos, ou garantir os meios para executar as três atividades anteriores através da cobrança de impostos ou da receita de atividades econômicas (Tilly, 2012). Adicionalmente, Tilly dá ênfase à importância da ativação das forças de produção seguindo as mudanças de um marco institucional correspondente ao ideário de formação e estabelecimento de cada Estado. Esse aspecto se refere à criação de um regulamento econômico que faz com que seja possível a continuidade do Estado.

Neste capítulo apresento a forma como o EI se organizou para a realização do seu projeto de Estado. Além disso, apresento a maneira como a organização efetivou a gestão e a distribuição econômica para procurar sustentar seu próprio poder e riqueza, o que levaria a uma rápida expansão territorial. Os primeiros passos foram o controle territorial e a posterior imposição de uma moeda, o dinar, similar às moedas usadas nos tempos do profeta Maomé e fabricadas em ouro, prata e cobre. Segundo a jornalista Lizzie Dearden, não se sabia exatamente como a moeda funcionaria, mas o EI a divulgou em redes sociais, apresentando duas moedas de ouro, três de prata e duas de cobre. O EI também tentou estabelecer suas próprias taxas de câmbio, em que uma moeda de um dinar de ouro valeria US$ 139; uma moeda de cinco dinares de ouro valeria US$ 694; as moedas de três dinares de prata teriam valor que variava entre US$ 1 e US$ 9; e as duas moedas de cobre valeriam alguns centavos cada (Dearden, 2015).

2 Num vídeo divulgado pela rede dos meios de comunicação do EI – a Fundação Al-Furqan –, em 29 de abril de 2019, Baghdadi aparece assumindo a derrota no Iraque e na Síria como parte da guerra, mas anunciando a expansão global do grupo para conseguir a vitória. Em setembro do mesmo ano, a rede divulgou um áudio no qual o líder do EI chama a todos seus afiliados e franquias a fazer atentados no mundo inteiro (Mahmoud; Abdelaty, 2019).

Também exploro, neste capítulo, as diversas razões que facilitaram a expansão territorial do EI. Para Javier Martín, essa expansão foi beneficiada por uma série de fatores: a situação de desamparo social e a demanda por segurança de parte dos habitantes da região que o grupo ocupou; as carências de poder político e territorial em diferentes partes do Iraque e da Síria; assim como a instabilidade e o sectarismo nos territórios sob o controle da organização (Martín, 2015). Vale a pena destacar que o EI teve ainda acesso a diversas fontes de financiamento que permitiram aumentar sua capacidade de atrair combatentes e voluntários. Todos esses elementos, aliados aos processos sociais e políticos falidos que atingiam a região, acabaram favorecendo a instalação do EI.

>>ESTRATÉGIA DE CONTROLE TERRITORIAL: RADIOGRAFIA DO EI

De acordo com documentos internos secretos do EI, obtidos e publicados pelo jornal alemão *Der Spiegel*, já existia um plano detalhado para conquistar a região e criar um Estado na região do Levante antes mesmo da guerra na Síria (Reuter, 2015). Esses documentos, que foram escritos a mão por Haji Bakr, conhecido como "o arquiteto do EI", detalhavam o estabelecimento de um Estado inteligente, organizado, baseado em espionagem, vigilância, assassinatos e sequestros.[3] O plano apontava a importância de se efetuar um serviço de inteligência e espionagem antes da tomada de controle dos territórios. Assinalava que seria fundamental contar com informações que pudessem resultar valiosas para garantir a adesão ou a eliminação de todos esses grupos: uma lista das famílias poderosas e suas fontes de renda; nomes e tamanhos das brigadas de rebeldes dos territórios, suas orientações políticas e uma relação de suas atividades ilegais de acordo com a xaria. Como parte dos planos do EI, espiões se infiltraram no sistema administrativo e nas entidades religiosas do norte da Síria ainda antes do começo da guerra no país.

3 O nome de Haji Bakr era Samir Abd Muhammad al-Khlifawi e ele trabalhou como coronel da inteligência durante o governo de Saddam Hussein, no Iraque, até 2003. Samir foi morto em 2014 por forças rebeldes sírias. O capítulo 2, "O apogeu do Estado Islâmico (2013-2017)", traz mais informações sobre a influência de Haji Bakr para a construção do EI.

Com essas informações privilegiadas, o grupo começou uma campanha militar e política nas diferentes províncias do Levante, tomando controle da vida de milhares de pessoas, assim como de recursos estratégicos, que precisavam ser organizados e supervisionados de maneira efetiva para a concretização de seu projeto de criação de Estado. Podemos perceber uma relação entre o estabelecimento do EI e o conceito de formação do Estado de Tilly (2012) através da guerra por causa dos elementos de extração de capital e monopolização da coerção exercida pelos governantes. O surgimento de estruturas estatais relacionadas ao capital e à coerção permite aos governantes manter o controle sobre a população dentro do território através de suas forças repressivas. Paralelamente, há uma legitimação do governo, seguindo o argumento de Max Weber (1946), para quem o Estado é caracterizado pelas pessoas que são seus governantes, que a qualquer tempo reivindicam para si mesmas o monopólio da força física.

Nessa perspectiva, um exemplo óbvio de coerção foi instaurado em Raqqa, uma das cidades controladas pelo EI. Devastada pelos bombardeios e pela guerra da Síria, Raqqa ficou conhecida como a primeira capital do EI, ficando marcada por um sistema de governo do grupo nos âmbitos político, econômico, militar, religioso e jurídico. De acordo com os jornalistas Rukmini Callimachi e Ivor Prickett (2018), o EI reorganizou seu sistema de governo, utilizando-se inclusive do conhecimento administrativo dos antigos funcionários municipais dos governos da Síria e do Iraque; dentro desse sistema, era importante a existência de um padrão de colaboração entre militantes e civis. Nessa proposta de Estado, o EI utilizava o método do Conselho da Xaria baseado no pensamento salafista-jihadista, estruturado em quatro níveis: o califado como nível central, as províncias (*wilayat*) dirigidas por um governador (*wali* ou *emir*) e os departamentos (*diwan*) com réplicas em nível local ou municipal (al-Tamimi, 2015a).

Da mesma forma, foram encontrados outros documentos secretos do EI, divulgados pelo diário britânico *The Guardian*, nos quais se determinavam outras características importantes para a constituição de seu Estado (Chulov, 2014a). Nesses textos, destaca-se a importância de um sistema amplo que procurava líderes da nação islâmica (*ummah*) para aplicarem os

conceitos islâmicos mais rígidos, um sistema de vida islâmico implacável no qual a lei máxima fosse baseada no Corão. Além de se constituir como organização, o EI procurou instaurar um sistema próprio de governança, compartilhando e procurando gerenciar várias caraterísticas comuns do conceito tradicional de Estado.

Vale a pena mencionar também as condições necessárias para a formação de qualquer Estado nacional, segundo Anthony Giddens (1985), que incluem: as formas institucionais para governar com um monopólio administrativo sobre um território definido; os meios de aplicação do direito; e o controle das violências interna e externa. Cada uma dessas características foi estruturada à maneira do EI, consolidando uma territorialidade similar à dos impérios e da maioria dos Estados absolutistas: fronteiras difusas, formas institucionais de governança determinadas pela lei islâmica e o monopólio da violência mantido a partir do controle repressivo sobre a população. De modo semelhante, retomando o argumento de Tilly (2012), o EI reflete uma tentativa clássica de organização de um Estado em que um grupo toma à força um território, expulsa seus inimigos e busca o controle desse território impondo a sua vontade. É importante ressaltar que o EI não chegou a ser considerado um Estado nacional perante o sistema internacional. Pelo contrário, foi completamente rejeitado pela comunidade internacional, especialmente pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que convocou os Estados-membros a prevenir e suprimir as ações terroristas do grupo, por meio de todas as medidas possíveis.[4]

Assim o EI, durante a proclamação do califado, declarou a expansão de suas províncias, regiões e territórios desde o Magrebe, na África ocidental, até a Malásia e as Filipinas, o que demonstrou sua vontade de aumentar o seu território em grande escala. Podemos perceber que o EI pode ser considerado um projeto revolucionário, que conseguiu atrair

4 A Resolução nº 2.249, aprovada por unanimidade em 20 de novembro de 2015, declara que o EI deve ser combatido, pois constitui uma ameaça sem precedentes à paz e segurança mundiais. O documento insta países e organizações a adotar todas as medidas necessárias conforme o direito internacional e, em particular, os direitos humanos para coordenar esforços para prevenir e suprimir atos terroristas (ONU, 2016).

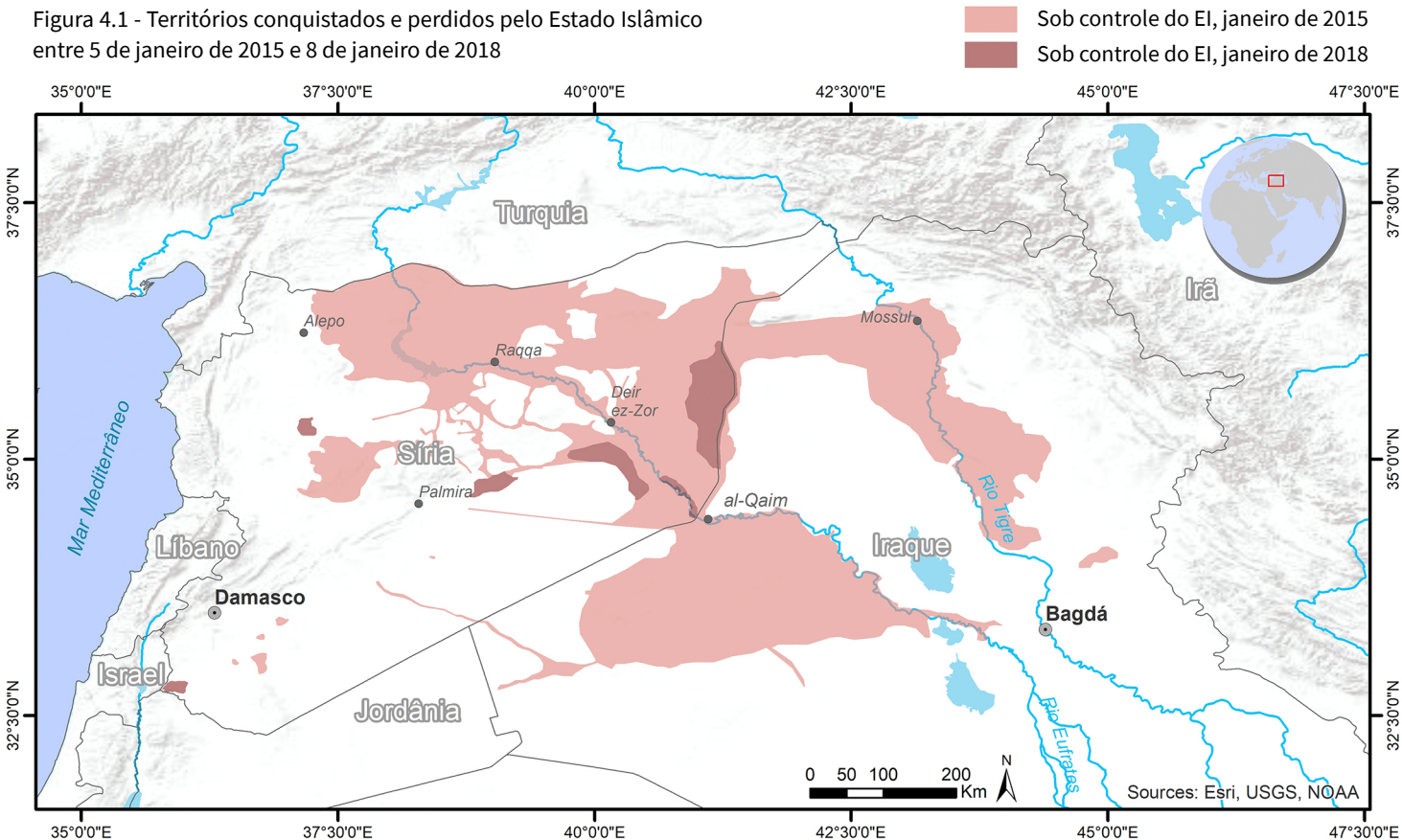
aliados internacionais, ao lado de outras organizações terroristas mundiais. Segundo o ex-secretário-geral da ONU (2016), Ban Ki-moon, em meados de dezembro de 2015, havia 34 grupos de militantes de diferentes países do mundo que tinham declarado fidelidade ao EI, entre eles o Estado Islâmico na Líbia (Líbia); o Estado Islâmico na Argélia (Argélia e Tunísia); o Movimento Islâmico do Uzbequistão (Uzbequistão), Tehrik-i-Khilafat (Paquistão) e Ansar al-Khilafah (Filipinas). A adesão declarada por essas organizações terroristas surpreendeu a comunidade internacional, uma vez que não se esperava que o EI pudesse obter essa quantidade de apoio. A lealdade que tinha sido jurada por esses parceiros tornou ainda mais complicado lutar contra a organização, pois seu grande alcance internacional ampliava sua capacidade militar e expansiva.

>>TERRITÓRIO DO EI

Na Síria, o EI chegou a controlar mais de 90 mil km^2, em janeiro de 2015, incluindo as cidades de Aleppo, Raqqa, Deir ez-Zor, Homs, Hasakah e Damasco; e no Iraque, o EI ocupou as províncias de Saladin, al-Anbar e Nínive. À medida que o grupo ganhava controle sobre uma cidade, estabelecia imediatamente uma polícia, uma administração local e tribunais da xaria. Em janeiro de 2016, o grupo sofreu perdas territoriais, militares e monetárias consideráveis, passando a controlar um território que ocupava 78 mil km^2. A perda de território continuou de forma progressiva, apoiada pelos ataques das Forças Democráticas Sírias (FDS) e das forças da Coalizão Global para Derrotar o EI;[5] em 26 de junho de 2017, o EI tinha o controle de apenas 36,2 mil km^2. Para Tilly (2012), o controle territorial é fundamental para a manutenção do Estado, pois facilita a imposição de estruturas estatais de extração de capital, distribuição e manutenção das forças armadas para proteção. Com a perda territorial, as estruturas estatais desenhadas por Haji Bakr foram consequentemente anuladas.

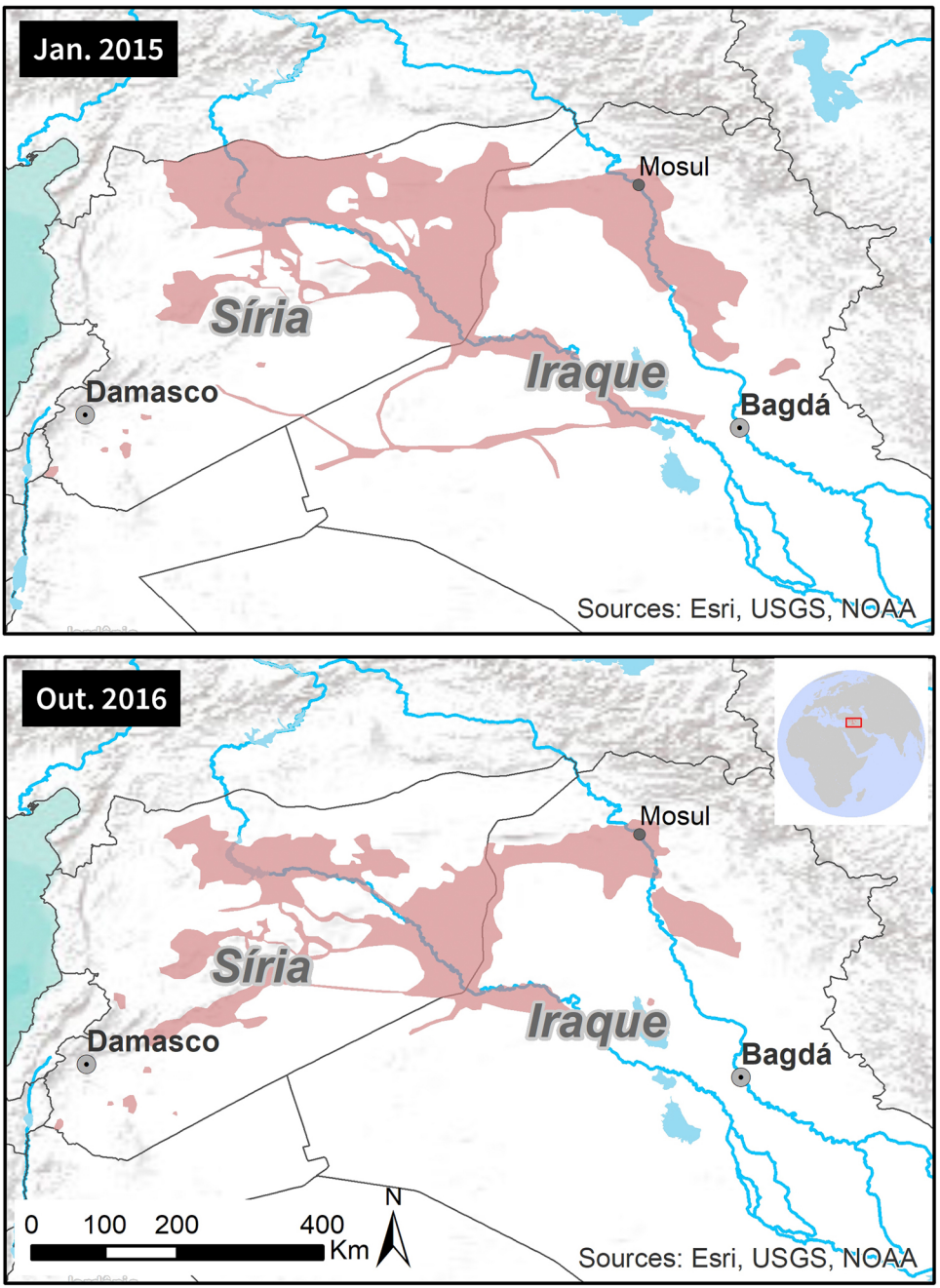
5 Segundo o Departamento de Estado dos EUA, a Coalizão Global envolveu 68 membros e é a maior coalizão internacional da história (USA, 2014a).

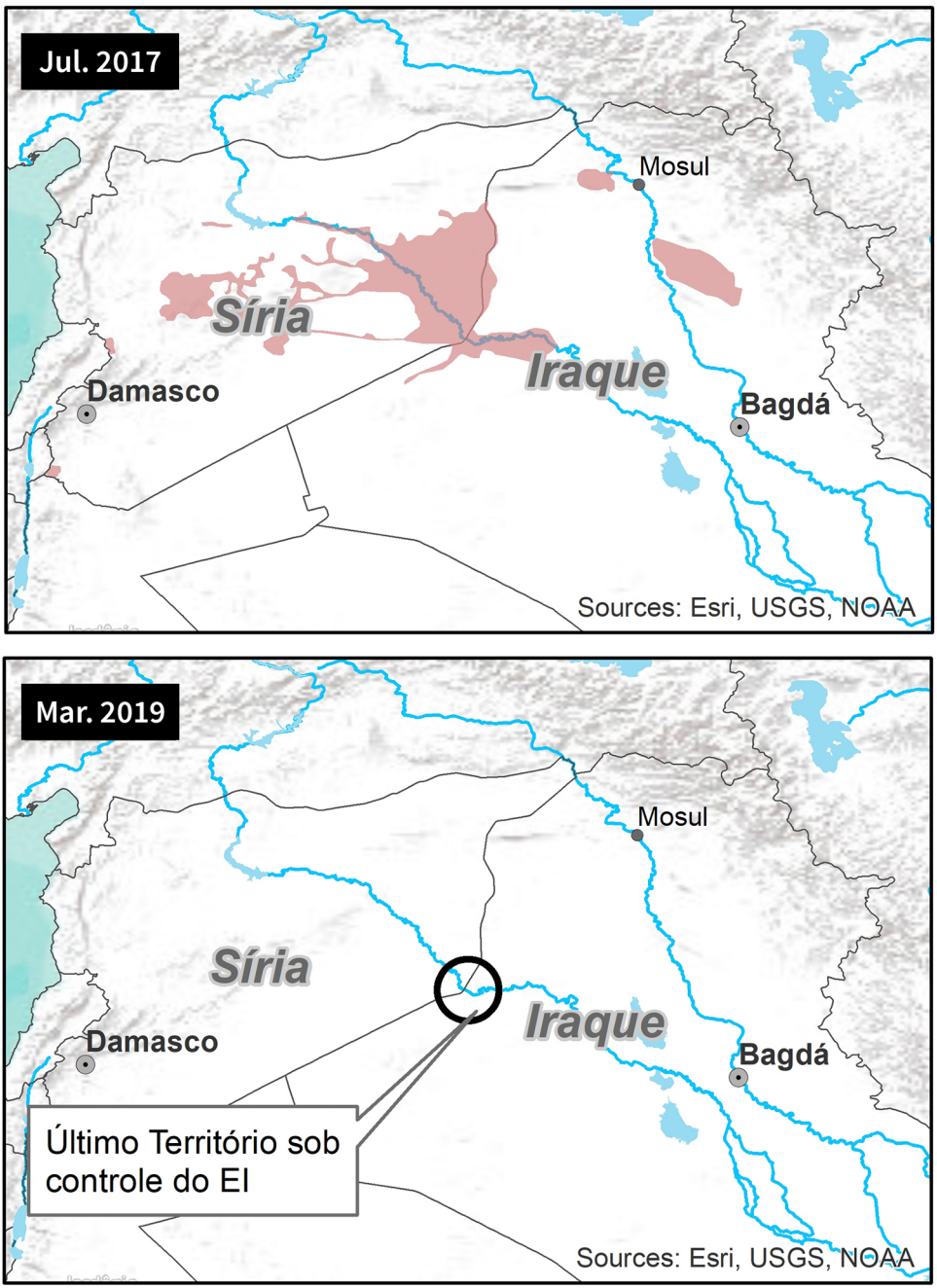
Figura 4.1 - Territórios conquistados e perdidos pelo Estado Islâmico entre 5 de janeiro de 2015 e 8 de janeiro de 2018



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: WGS84. Elaboração: Diego F. C. Alves, adaptado de BBC News, 2018.

Figura 4.2 - Territórios do Estado Islâmico em janeiro de 2015, outubro de 2016, julho de 2017 e março de 2019





Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: WGS84. Elaboração: Diego F. C. Alves, adaptado de BBC News, 2019.

De acordo com o IHS Conflict Monitor (2017), o EI perdeu o controle de 60% do seu território e, com isso, também perdeu 80% de sua receita em 2017. Destacam-se as grandes perdas territoriais no nordeste de seu território, estendendo-se para o sul em direção a Raqqa e Deir ez-Zor. No Iraque, foi relevante a libertação de Mossul pelas forças de segurança do país com o apoio da Coalização Global, em 10 de julho de 2017. Adicionalmente, a província de Nínive também foi recuperada do controle do EI depois que a cidade de Tal Afar foi recapturada no final de agosto de 2017. No outro lado do conflito, combatentes curdos e árabes conseguiram recuperar Raqqa, ao mesmo tempo em que avançaram para o sul e recuperaram Palmira. Em 2019, Baghuz foi o último território resgatado, o que significa que, em dezembro desse ano, o EI já não possuía território sob seu controle.

À medida que o EI foi perdendo o controle territorial, seu projeto de governança era afetado, pois havia uma relação direta entre território e finanças. Por outro lado, destacamos que o projeto revolucionário não tratava simplesmente do estabelecimento de um Estado nacional através de fronteiras tradicionalmente demarcadas. Em consequência disso, Abu Bakr al-Baghdadi continuava proclamando a expansão global do califado, em setembro de 2019, através de suas filiais e franquias, até sua morte em outubro de 2019.

>>O POVO E A GOVERNANÇA DO EI

Diferentemente do conceito de população – que vem do termo em latim *populatĭo* e se refere ao conjunto demográfico numérico de pessoas que habitam uma divisão geográfica –, o conceito de povo emana do termo em latim *populuse*, cuja ênfase está no vínculo da cidadania, ou seja, as pessoas que se encontram engajadas dentro de um Estado. No caso dos territórios que estiveram sob controle do EI, não se encaixa o conceito de povo, pois não houve um vínculo real de cidadania, como o conceito sugere. Muitas das províncias controladas pelo EI foram tomadas à força, e sua população foi reprimida por meio da intimidação violenta.

Em 2014, nos territórios da Síria e do Iraque, havia aproximadamente onze milhões de pessoas (Rand Corporation, 2017). Já no início de 2017, com as perdas territoriais do EI, 7,7 milhões de pessoas foram libertadas; em 2019, já sem territórios específicos, restaram as "filiais" e as "franquias" internacionais do grupo (Isis..., 2017).

Em 2015, momento de maior ocupação territorial do grupo, o EI procurou manter e impulsionar seu governo. Em seu início, foi necessária a realização de muitos gastos, por exemplo, com tarefas de assistencialismo do Estado, que incluíam o pagamento de salários aos seus membros militantes, além de outros gastos para manter a população que habitava esses territórios. Para a organização dessas estruturas, existiam departamentos por meio dos quais o EI promovia o controle de todos os aspectos da vida dos habitantes, incluindo finanças, agricultura, educação, transporte, saúde, serviços públicos, entre outros.

Destaca-se que, a partir do momento em que o EI tomava controle de algum território específico, o grupo procurava apresentar-se como a melhor opção para as pessoas que habitavam essa região, consertando buracos nas vias públicas, pintando faixas de pedestres, reparando fontes de energia, supervisionando folhas de pagamento de funcionários, organizando exames médicos para garantir que os casais pudessem ter filhos e emitindo certidões de nascimento, casamento e até carteiras de motorista (Callimachi; Prickett, 2018). Da mesma forma, a organização tentava atrair adeptos para as fileiras de suas milícias e para apoio a seu projeto. Essa forma de "governar" do EI funcionava porque a população ressentia-se da falta de atenção do governo legítimo nesses territórios esquecidos. Como consequência, o EI conseguia exercer o seu domínio e tinha a aprovação necessária para se manter na região, além de estabelecer um sistema de governo extremamente coercitivo. Essa situação pode ser equiparada com as ideias de Nicolau Maquiavel (1971) e Thomas Hobbes (2013): de acordo com o primeiro, o domínio absoluto do Estado é representado na figura do monarca sobre seus súditos, e o fim justifica os meios; e na visão hobbesiana, em sua análise dos séculos XVI e XVII, o poder está acima de tudo e justifica qualquer tipo de abuso para a prevalência do absolutismo sobre o anarquismo.

Adicionalmente, destacamos o conceito de unificação estatal como passo fundamental para o estabelecimento da governança. Dois dos documentos secretos do EI divulgados pelo *The Guardian* enfatizam a organização do grupo a partir da unificação dos adeptos sob uma mesma bandeira – os militantes eram treinados em acampamentos, e a preparação acontecia em árabe. Desse modo, os costumes da cultura religiosa defendida pelo EI prevaleciam, e promovia-se a unidade como o fundamento principal (Chulov, 2014a). Essa estratégia do EI pode ser equiparada aos movimentos que promovem o resgate da tradição e as disputas da modernidade radicalizada de Anthony Giddens, Josetxo Beriain ou José Casanova, que fundamentam a crise da modernidade de nosso tempo sobre a negação das tradições de secularização.[6] Considerando que vivemos em um mundo globalizado, há coexistência de várias formas de religião, incluindo fundamentalismos que procuram se unificar.

Inicialmente, a população sob controle do EI se encontrava na maior parte em territórios determinados na Síria e no Iraque. Porém, como as fronteiras do EI eram indeterminadas, os líderes do grupo declararam que tinham presença de "filiais" e "franquias" em outras áreas, como Afeganistão, Egito, Líbia, Somália, Iêmen, Arábia Saudita, Argélia, "Grande Coração" (região Afeganistão-Paquistão), Cáucaso, Leste Asiático (principalmente ativo nas Filipinas), África ocidental (principalmente ativo na Nigéria e no Níger), Myanmar, Mali, Tunísia e República Democrática do Congo.

A população estava sob controle do líder máximo, o autoproclamado califa, que seria também o líder de todos os islâmicos no mundo, e outros representantes comandavam os territórios conquistados em pelo menos dezoito províncias organizadas. A liderança e o controle dessas regiões eram mantidos através da eliminação da resistência ou da oposição.

O EI conseguiu eliminar ou enfraquecer as instituições governamentais que funcionavam dentro de seus territórios conquistados na Síria e no Iraque, mas não tinha conseguido substituí-las por alternativas que fossem capazes de sobreviver naquele contexto. Conforme Mara Revkin (2016),

6 Giddens (1990), Beriain (2005) e Casanova (2001, 2007).

desde uma perspectiva teórica, o projeto de governança do EI é uma extensão do que é chamado de *imamah* (ou liderança), mas o grupo não conseguiu organizar e estruturar solidamente essa governança. Porém, há uma delimitação nítida desse conceito de liderança na revista *Dabiq*,[7] produzida por eles mesmos, na qual o *imamah* é explicado como a liderança nas relações religiosas e políticas (Dabiq, 2014).

A organização da governança do EI era dada por diferentes conselhos (secretarias de governo), que tinham diferentes funções políticas, sociais e econômicas. De acordo com o Terrorism Research and Analysis Consortium (The Isis... 2015), o grupo instalou nove conselhos que funcionavam como departamentos ou ministérios: o Conselho Militar, que controlava os combatentes; o Conselho de Inteligência, que estava encarregado de enviar documentos investigativos aos líderes; o Conselho de Segurança, que se ocupava do controle policial dentro do território, incluindo postos de controle, cumprimento de leis e execuções; o Conselho de Liderança, responsável por criar leis e tomar decisões políticas, além de coordenar os trabalhos com cada um dos líderes dos demais conselhos; o Conselho de Mídia, que dirigia as comunicações, redes sociais e difusão de vídeos, e divulgava as execuções públicas; o Conselho Legal, que intervinha nas disputas familiares e infrações religiosas, além de recrutar seguidores e impor castigos ou execuções; o Conselho da *Shura*, que trabalhava com todas as questões militares e religiosas e era composto por nove pessoas versadas na lei islâmica; o Conselho Financeiro, que cuidava dos recursos econômicos da organização; e, finalmente, o Conselho de Assistência a Combatentes, que visava promover o *jihad* em outros países.

Como mencionado previamente, nos territórios controlados pelo EI imperava a xaria, e cada região tinha seus próprios tribunais, juízes, funcionários, registros e arquivos. Dentro desse sistema judiciário, muitas

7 A revista *Dabiq* é produzida pela al-Ḥayat Media Center, braço do EI que detinha uma conta no Twitter, bloqueada em 2019. O EI ainda possui alguns *blogs* na internet, nos quais se difundem suas mensagens, imagens, vídeos e áudios. Quando alguma das contas é bloqueada ou eliminada, o EI distribui seus conteúdos através dos serviços de armazenamento archive.org e justepaste.it.

vezes havia civis que administravam as punições. Uma vez que o grupo tomava o controle de um território, estabelecia-se a lei da xaria e também uma espécie de contrato que promulgava a lealdade ao califa baseada em deveres recíprocos entre as pessoas e seu líder. De acordo com Revkin (2016), esse contrato, ou "documento da cidade", baseou-se em documentos do tempo do profeta Maomé.

Adicionalmente, eram instaladas duas unidades de polícia e um aparelho de segurança, que também atuavam secretamente. Uma dessas unidades é a polícia islâmica, responsável pela aplicação da lei comum e pela segurança pública; a outra é a polícia *hisbah*, uma força policial religiosa. O conceito de *hisbah* poderia ser traduzido como "prestação de contas".

Havia um sistema bem organizado de justiça que tinha penalidades fixas para cada crime. Por exemplo, a punição para quem blasfemava era a morte, de acordo com os critérios do próprio EI, contra Deus, o islã ou o Profeta; para os adúlteros, apedrejamentos; para os ladrões, as mãos cortadas; e os homossexuais eram jogados de edifícios altos. Em contrapartida, a lei positiva (a lei autorizada em qualquer Estado nacional) era totalmente inválida para o EI. Tendo isso em vista, um dos primeiros atos do EI na tomada das cidades de Mossul e Raqqa foi atacar juízes e advogados que simbolizavam esse sistema de lei positiva, por eles considerado ilegítimo.

Segundo o estudo de Revkin (2016), com entrevistas realizadas com pessoas do Iraque e da Síria que viveram ou estiveram em territórios controlados pelo EI, apoiadores e opositores argumentavam que o sistema legal deles era muitas vezes mais eficiente do que as alternativas tradicionais disponíveis. Para vários entrevistados, muitas vezes seus tribunais eram "mais justos" do que os tribunais do regime governamental, pois não eram influenciados por favoritismos, e suas regras eram as mesmas em todos os lugares que o EI ocupava. Dessa forma, existiu uma divulgação efetiva do sistema judiciário do EI, e o grupo fez questão de mostrar o seu sistema de justiça ao mundo através de sua produtora em língua inglesa, a al- Hayat. Em setembro de 2014, por exemplo, foi lançado o filme *Flames of war*, que mostrava ameaças ao Ocidente, mas também apresentava os tribunais estabelecidos pelo EI e o funcionamento do califado. O filme enfatizava a

obrigação da oração dos fiéis e mostrava a aplicação do *hudud* (حدود, literalmente "limites", termo islâmico que se refere aos castigos da xaria) e o *zakat* (dinheiro para ajudar aos necessitados) sendo coletado e distribuído.

>>A ECONOMIA DO EI NA SÍRIA E NO IRAQUE

Existiam várias necessidades econômicas para favorecer a continuidade do projeto do EI. Para isso, instaurou-se um "Departamento de Tesouro" próprio que daria conta das atividades na Síria e no Iraque, e com o qual foram organizadas a economia e as finanças do grupo. A organização recebeu recursos de uma série de atividades legais e ilegais de forma bem diversificada, incluindo cobrança de taxas, tarifas ou impostos à população; exploração de campos petrolíferos, de gás natural e de minas de fosfato; controle de plantas para produção de ácido sulfúrico, de ácido fosfórico e de cimento; roubo e tomada de bancos da região, combinados com operações de extorsão; doações provenientes da região do Golfo; tráfico de mulheres e sequestros extorsivos; produção agrícola de algodão e trigo nas regiões usurpadas; e contrabando de artefatos arqueológicos (Johnston, 2014). Segundo a pesquisa de Callimachi e Prickett (2018), o braço tributário do EI alcançou todas as facetas da vida em Mossul. As famílias no Iraque eram taxadas em 2 mil dinares por mês (menos de US$ 2) para coleta de lixo, 10 mil dinares (cerca de US$ 8) por cada 10 amperes de eletricidade e outros 10 mil dinares pela água municipal. As empresas que desejavam instalar um telefone fixo pagavam uma taxa de instalação de 15 mil dinares (cerca de US$ 12) ao escritório de telecomunicações do grupo, seguida por uma taxa de manutenção mensal de 5 mil dinares.

No início de 2015, de acordo com habitantes de Mossul e postagens na rede social Twitter, o EI emitiu sua própria moeda com imagens aprovadas pelo grupo (Duhaime, 2015). Como argumenta Ferguson, toda sociedade termina respondendo às forças de demanda e oferta, que exigem troca de bens e serviços, portanto, um método para medir valor deve existir (Ferguson, 2008). A moeda do EI como resultado do financiamento de atividades terroristas foi promovida por propaganda em vários lugares de

Mossul, incluindo a universidade da cidade. Na publicidade se anunciava a chegada do novo meio de troca, e os valores do câmbio eram informados, assim como as virtudes e os benefícios de sua utilização eram exaltados.

Conforme diversas dinâmicas econômicas iam pautando o dia a dia do EI, era necessário organizar a situação econômica e financeira para manter o controle, o que para os seus líderes também significava a liberação de um sistema que, em alguns aspectos, contrariava seus fundamentos. As fronteiras na Síria e no Iraque eram fortemente fiscalizadas, e cada caminhão que entrasse ou saísse tinha de pagar uma taxa específica. Além disso, os cidadãos também eram obrigados a fazer pagamentos de diversas tarifas. Desse modo, eram cobrados impostos alfandegários tanto das mercadorias quanto da população.

De acordo com Jean-Charles Brisard e Damien Martinez (2014), do Centro de Análise de Terrorismo, os impostos dentro do território controlado pelo EI incluíam: imposto correspondente a 10% da renda; tributos para negócios no valor de 15% dos lucros; uma pequena porcentagem para pedágios rodoviários; taxas de 5% para retiradas de contas bancárias e taxas de até 35% sobre os medicamentos. Havia também taxas para deixar o território, ainda que temporariamente, e, segundo Jose Pagliery (2016), existia um imposto especial para os cristãos, conhecido como o "seguro de proteção", chamado *jizyah*. Além disso, cristãos e judeus precisavam pagar mais 5% de suas economias para proteção, enquanto as outras religiões deveriam abandonar o território ou se converter ao islã.

Em dezembro de 2015, o EI controlava sete campos petrolíferos da Síria e do Iraque, contudo, com os ataques da Coalizão Global, dos curdos e do Exército sírio, o grupo teve seu controle reduzido a três poços. O jornalista sírio Aymenn al-Tamimi teve acesso a documentos secretos do EI obtidos do Diwan Bayt al-Mal (Ministério das Finanças), na província de Deir ez-Zor, no leste da Síria. Segundo al-Tamimi, esses documentos revelavam que 2 milhões de dólares haviam sido registrados em 2014, resultantes do contrabando de petróleo na província de Deir ez-Zor, a mais importante produtora de petróleo da Síria. O EI conseguia extrair o petróleo por meio de um método básico, que fora proibido anteriormente por causa de seu

potencial destrutivo ao sistema de extração. Eles cavavam um canal que conectava o poço ao ponto de extração e usavam pequenas bombas para encher os caminhões-cisterna. Esse sistema servia como oleoduto; dessa maneira, o grupo conseguia bombear petróleo 24 horas por dia, obtendo uma maior quantidade do que com o sistema tradicional (al-Tamimi, 2015b).

Em termos econômicos, o petróleo era uma das principais fontes de financiamento do grupo; considerando suas vendas diárias no primeiro semestre de 2015, os cálculos financeiros das entradas econômicas ascenderiam aos 2,5 milhões de dólares/dia. Em outubro de 2015, a produtividade no território controlado pelo EI foi estimada entre 34 mil e 40 mil barris de petróleo/dia. O EI vendia seus barris de petróleo por aproximadamente US$ 20 a US$ 35 cada um, enquanto os barris eram vendidos entre US$ 60 e US$ 100 no mercado internacional. Como a maioria dos pagamentos era feita em dinheiro, era difícil controlar esses lucros.

No começo de setembro de 2017, o governo sírio recuperou o controle de Deir ez-Zor, onde se estimava uma capacidade de produção potencial de 75 mil barris de petróleo diários. Adicionalmente, a guerra da Coalizão Global eliminou várias instalações produtoras e tirou do EI o controle de poços petroleiros importantes.

Em 2015, o EI também tinha o controle sobre diversas fontes de gás natural, tanto na Síria como no Iraque. Com a captura da cidade de Palmira, houve um incremento das reservas de gás sob controle do grupo, que equivaliam, naquele momento, a aproximadamente metade das reservas totais da Síria. Além disso, o grupo ainda tinha o controle de Akkas, ao norte da província de al-Anbar, cujas reservas de gás natural são as maiores do Iraque. O grupo, porém, não tinha equipes nem a experiência necessária para a extração adequada do gás, e os lucros econômicos desse recurso foram diminuindo com os ataques da Coalizão.

Outra fonte de recursos importante foi a invasão a bancos da região, como a sucursal de Mossul do Banco Central do Iraque. Com isso, o EI conseguiu parte do capital para promover sua expansão e, ao mesmo tempo, estabeleceu taxas para todas as retiradas de dinheiro em espécie das contas

bancárias. Segundo Matthew Levitt, houve relatos de que as pessoas que queriam tirar dinheiro de suas próprias contas em Mossul precisavam fazer uma doação "voluntária" ao EI (Levitt, 2014).

Paralelamente à cobrança dessas taxas, diferentes operações de extorsão eram realizadas: o EI cobrava dinheiro de empresas e multinacionais para garantir sua segurança, o que podia corresponder a aproximadamente 20% dos benefícios e contratos empresariais locais ou das multinacionais. É importante mencionar que, com a queda dos lucros do petróleo, ocasionada pela perda territorial, o EI aumentou a cobrança dos impostos. Segundo Daniel Glaser (2016), o EI podia obter mais de 350 milhões de dólares/ano a partir dessas práticas extorsivas, provenientes do uso da força e da violência extrema. Vale destacar que a extorsão não era só monetária, mas também podia ser através de trabalhos ou obrigações impostas à população. Os recursos econômicos, por sua vez, eram coletados das pessoas que se encontravam nas regiões sob controle em troca de proteção ou da continuidade dos seus negócios.

Adicionalmente, de acordo com as declarações de David Cohen, subsecretário do Departamento do Tesouro dos EUA, o EI recebeu doações de países da região do Golfo. Apesar de não representar uma quantidade significativa dos lucros do grupo, Cohen destaca a importância dos laços estabelecidos entre o EI e esses países (USA, 2014b; Johnson; Trindle, 2014). Segundo um artigo de Janine di Giovanni, Leah Goodman e Damien Sharkov (2014), entre 2012 e 2014, o EI foi financiado com mais de US$ 40 milhões de recursos públicos e privados de diferentes países, homens de negócios e famílias com recursos, incluindo uma família real não especificada.

O tráfico humano era também uma das fontes de lucro do EI, e existem entrevistas de mulheres da minoria yazidi, do norte do Iraque, que relatam como elas eram compradas e vendidas de maneira análoga à escravidão. Os preços pagos por cada mulher eram bastante baixos: aproximadamente US$ 13. Essas mulheres foram usadas para atender aos combatentes – como forma de um incentivo muito acessível –, que se beneficiavam desse trabalho escravo (Wood, 2014). Do mesmo modo, sequestros eram

realizados para a obtenção de lucros, através de resgates com quantias significativas de dinheiro; alguns deles terminavam em brutal assassinato dos reféns para enviar uma mensagem "política".

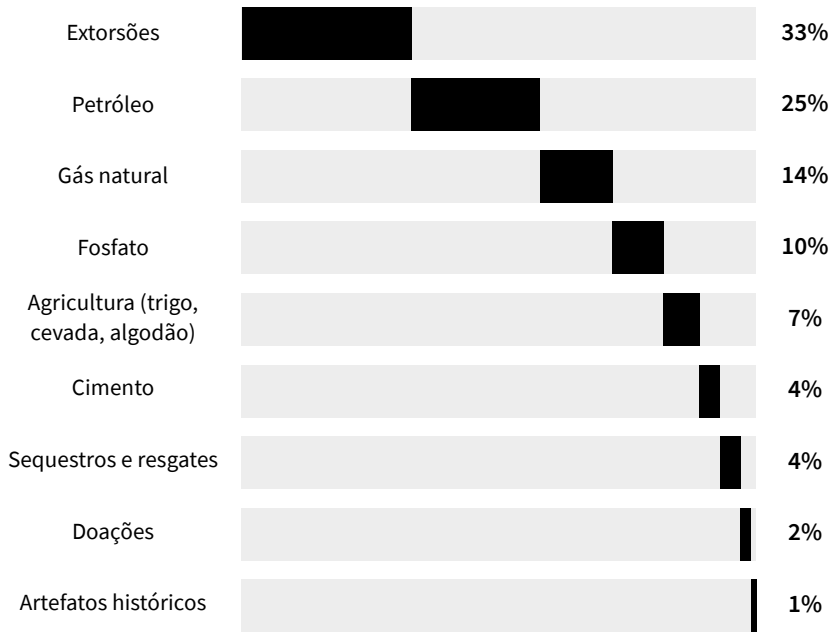
Dentro do território sob controle do EI, ainda, encontrava-se a mina de fosfato de Akashat e a fábrica al-Qaim, que produzia ácido sulfúrico e ácido fosfórico. O EI também possuía o controle de cinco fábricas de cimento, localizadas em Raqqa, na Síria, al-Fallujah, Kubaisa, e al-Qaim, no Iraque (Brisard; Martinez, 2014). Destaca-se ainda o controle de algumas outras fábricas de cimento na Síria, que foram libertadas a partir da ofensiva das forças militares do Iraque em Akashat em setembro de 2017.

O algodão foi responsável por aproximadamente US$ 180 milhões de lucro à organização, favorecido pelo controle de 90% dos campos produtores na Síria. A Síria era um dos principais exportadores mundiais desse produto, com uma produção de aproximadamente quinhentas mil toneladas antes da guerra, segundo estatísticas das ONU em 2010 (UN Comtrade, 2014; 2016). Adicionalmente, o EI controlava grande parte da produção de cevada, lentilha, grão-de-bico e trigo no Iraque, o que representava centenas de milhares de toneladas de grãos. Segundo a pesquisa de Callimachi e Prickett (2018), em um período de 24 horas, em 2015, o EI arrecadava por volta de US$ 1,9 milhão com a venda de cevada e trigo, e mais de US$ 3 milhões em três meses com a venda bruta de farinha a partir de três localidades em Mossul. O EI não deixava de aproveitar nenhum tipo de renda. Os autores descrevem que, em apenas um dia, o EI recebeu mais de US$ 14 mil de um carregamento de trigo descrito como queimado em um bombardeio e US$ 2,3 mil da venda de lentilha e grão-de-bico estragados. Também recebeu mais de US$ 23 mil na venda de grãos que tinham sido raspados do fundo de um tanque, de acordo com uma planilha do grupo. A agricultura também era usada para a extorsão, de modo que se cobravam impostos dos camponeses, cujas porções de cultivos eram tomadas à força.

A região controlada pelo EI era uma das mais ricas do mundo em matéria de recursos arqueológicos, haja vista a divulgação de imagens e vídeos da destruição de templos, mosteiros, igrejas e outras riquezas arqueológicas. Destaca-se como exemplo a destruição do Mosteiro de São Elián, do século V,

na cidade Qaryatain, na província de Homs, na Síria. Em Palmira, também em Homs, foram divulgados vídeos da destruição do Templo de Baalshamin, Apamea, e outros locais com importância história e arqueológica. Em Mossul, no Iraque, foram divulgadas imagens da destruição do Museu da Cidade. Segundo o EI, esses monumentos deviam ser aniquilados por significarem adoração a ídolos, prática totalmente proibida pelo Corão. Porém, nem sempre essas riquezas arqueológicas eram completamente destruídas: parte delas era coletada para posterior venda em mercados ilegais, o que gerava mais lucros para o grupo. Segundo Fiona Rose-Greenland (2016), o EI vendia artefatos que datavam de 9.000 AEC para colecionadores e revendedores, através de intermediários, pelo valor de centenas de milhões de dólares. O comércio ilegal de antiguidades possibilitou ao EI arrecadar entre US$ 4 milhões e US$ 7 milhões. Da mesma forma, de acordo com Martin Chulov (2014b), o grupo arrecadou até US$ 36 milhões em atividades de contrabando, incluindo artefatos saqueados somente em uma região da Síria.

Gráfico 4.1 - Financiamento do EI para 2015



Fonte: Adaptadado do Center for the Analysis of Terrorism (CAT), 2016. Tradução.

Tabela 4.1 - Financiamento do EI 2014-2016

	2014 (em US$m)	2015 (em US$m)	2016 (em US$m)
Impostos e taxas	300-400	400-800	200-400
Petróleo	150-450	435-550	200-250
Sequestro	20-40	Desconhecido	10-30
Antiguidades	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Doações estrangeiras	Insignificante	Insignificante	Insignificante
Saques, confiscos, multas	500-1,000	200-350	110-190
Total	970-1,890	1,035-1,700	520-870

Fonte: Heibner *et al*., 2017.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, ficou evidente que, desde seu início, o EI tinha uma ideia de sistema de governo bem estruturada no âmbito político, econômico, militar, religioso e judiciário. Existia uma visão de governança com uma evidente estratégia de aumento da capacidade militar para permitir a manutenção do controle territorial. Esse modelo de governança se baseou no domínio sobre os recursos das regiões controladas, o que facilitou o acesso a várias outras fontes de lucros econômicos para continuar seu projeto revolucionário.

Desde o início, o EI estabeleceu regras para a manutenção do governo baseadas na xaria e em conceitos islâmicos rígidos, limitando sua visão política de Estado e governança por meio do controle autoritário de território e população. Porém, o EI nunca pretendeu conseguir o reconhecimento dentro do sistema internacional, e seu ideário se fundamentava em promover uma revolução mundial na qual conquistariam territórios e adeptos a seu modelo de Estado internacionalmente. O EI desenvolveu estratégias

de controle muito bem organizadas que incluíam planos detalhados para tomar territórios através de sistemas de inteligência e de espiões que trabalhavam a serviço do grupo. Paralelamente, existia uma campanha militar e política estruturada, baseada no controle sobre os recursos e na coerção de qualquer tipo de força opositora a seus interesses.

A administração estatal do EI procurou aplicar modelos de controle similares aos de qualquer outro Estado reconhecido dentro do sistema internacional. Entre esses modelos, vale a pena assinalar o estabelecimento de diversas polícias e tribunais, modelos assistencialistas de governança que se baseavam em conselhos e departamentos e que, para a população sob seu domínio, aparentavam ser mais eficientes do que os modelos anteriores. Da mesma maneira, a economia do EI era organizada por um Departamento de Tesouro que se encarregava dos recursos econômicos similares aos de outros Estados, tais como impostos e tarifas; recursos advindos da exploração de produtos minerais (como petróleo e gás natural); produção agrícola (como o algodão); mas também obtinha muitos recursos através de doações, extorsões, roubos aos bancos locais, tráfico humano e sequestros, assim como da venda de recursos arqueológicos.

A presença do EI impactou o contexto estratégico e político da região ocupada, tornando explícita a fragilidade das instituições tradicionais e da autoridade dos Estados nesses contextos, assim como evidenciou a influência e o alcance do jihadismo entre as populações que dominou. Ficou claro que os esforços em questões de segurança no nível doméstico não eram satisfatórios e que a autoridade das instituições locais não foi suficiente para conter os grupos radicais que apoiavam o EI, por conta da fragilidade dos Estados onde o EI conseguiu se estabelecer. Essa insegurança no âmbito doméstico ultrapassou os limites nacionais e pôs em xeque a segurança internacional, validando as intervenções de atores internacionais. No caso do EI, uma coalizão de atores do sistema internacional conseguiu recuperar a totalidade dos territórios sob controle dos extremistas. Porém, ainda é necessário que as autoridades internacionais supervisionem os membros do EI sobreviventes, que permanecem leais ao grupo e que continuam promulgando a continuação do projeto revolucionário do EI.

REFERÊNCIAS

AL-TAMIMI, Aymenn. The evolution in Islamic State administration: the documentary evidence. *Perspectives on Terrorism*, v. 9, n. 4, 2015a.

AL-TAMIMI, Aymenn. The archivist: unseen Islamic State financial accounts for Deir az-Zor Province. *Blog* de Aymenn Jawad al-Tamimi, 2015b. Disponível em: http://www.aymennjawad.org/17916/the-archivist-unseen-islamic-state-financial. Acesso em: 19 fev. 2020.

AL-TAMIMI, Aymenn. The archivist: 26 unseen Islamic State administrative documents: overview, translation & analysis. *Blog* de Aymenn Jawad al-Tamimi, 2015c. Disponível em: http://www. aymennjawad.org/17757/the-archivist-26-unseen-islamic-state. Acesso em: 19 fev. 2020.

BBC NEWS. Islamic State and the crisis in Iraq and Syria in maps. BBC News, 28 mar. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-27838034. Acesso em: 19 fev. 2020.

BBC NEWS. Islamic State Group Defeated as Final Territory Lost, US-backed Forces Say. *BBC News*, 23 mar. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-47678157. Acesso em: 19 fev. 2020.

BERIAIN, Josetxo. *Modernidades en disputa*. Barcelona: Anthropos, 2005.

BRISARD, Jean-Charles; MARTINEZ, Damien. Islamic State: the economy-based terrorist funding. *Thomson Reuters Accelus*, n. 3, 2014. Disponível em: http://cat-int.org/wp-content/uploads/2016/06/White-Paper-IS-Funding_Final.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

CALLIMACHI, Rukmini; PRICKETT, Ivor. The Isis files. *New York Times*, 4 abr. 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2018/04/04/ world/middleeast/isis-documents-mosul-iraq.html. Acesso em: 19 fev. 2020.

CASANOVA, José. Religion, the new millennium, and globalization. *Sociology of Religion*, v. 62, n. 4, p. 415-441, 2001.

CASANOVA, José. Reconsiderar la secularización. Una perspectiva comparada mundial. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 7, p. 1-20, 2007.

CAT (CENTER FOR THE ANALYSIS OF TERRORISM). *Isis Financing 2015*. EUA, maio 2016. Disponível em: https://cat-int.org/wp-content/uploads/2016/06/ISIS-Financing-2015-Report.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

CHULOV, Martin. Isis: The inside story. *The Guardian*, 11 dez. 2014a. Disponível em: http://www.theguardian.com/world/2014/dec/11/-sp-isis-the-inside-story. Acesso em: 9 out. 2019.

CHULOV, Martin. How an arrest in Iraq revealed Isis's $2bn Jihadist network. *The Guardian*, 15 jun. 2014b. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2014/jun/15/iraq-isis-arrest-jihadists-wealth-power. Acesso em: 16 out. 2019.

CHULOV, Martin; RASOOL, Mohammed. Isis founding member confirmed by spies as group's new leader. *The Guardian*, 20 jan. 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2020/jan/20/isis-leader-confirmed-amir-mohammed-abdul-rahman-al-mawli-al-salbi. Acesso em: 19 fev. 2020.

DABIQ. *Jihadology*, 5 jul. 2014. Disponível em: http://jihadology.net/2014 /07/05/al-%E1%B8%A5ayat-media-center-presents-anew-issue-of-the-islamic-states-magazine-dabiq-1. Acesso em: 6 set. 2017.

DEARDEN, Lizzie. Isis claims to mint gold and silver coins for currency free

from “satanic” global economy. *The Independent*, 24 jun. 2015. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-claims-to-mint-gold-and-silver-coins-for-currency-free-from-satanic-global-economy-10342632.html. Acesso em: 22 out. 2019.

DI GIOVANNI, Janine; GOODMAN, Leah; SHARKOV, Damien. How does Isis fund its reign of terror? *Newsweek*, 6 nov. 2014. Disponível em: https://www.newsweek.com/2014/11/14/how-does--isis-fund-its-reign-terror-282607.html. Acesso em: 16 out. 2019.

DUHAIME, Christine. Terrorist financing and the Islamic State. *Duhaime Law*, 2015. Disponível em: http://www.duhaimelaw.com/wp-content/uploads/2015/04/ White-Paper-Terrorist-Financing-Methods-2.pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

FERGUSON, Niall. *The ascent of money*: a financial history of the world. Londres: Penguin Books, 2008.

GIDDENS, Anthony. *The Nation-State and violence*. Berkeley: University of California Press, 1985.

GIDDENS, Anthony. *Consecuencias de la modernidad*. Madri: Alianza, 1990.

GLASER, Daniel. *Before the House Committee on Foreign Affairs Subcommittee on Terrorism, Nonproliferation, and Trade and House Committee on Armed Services Subcommittee on Emerging Threats and Capabilities*. U.S. Department of the Treasury, 9 jun. 2016. Disponível em: https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/jl0486.aspx. Acesso em: 16 out. 2019.

HEIBNER, Stefan; NEUMANN, Peter; HOLLAND-McCOWAN; BASRA, Rajan. *Caliphate in decline*: an estimate of Islamic State’s financial fortunes. Londres: International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence, 2017. Disponível em: https://icsr.info/wp-content/uploads/2017/ 02/ICSR-Report-Caliphate-in-Decline-An-Estimate-of-Islamic-States-Financial-Fortunes.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOBBES, Thomas. *Del ciudadano y Leviatán*. Tecnos, 2013.

IHS CONFLICT MONITOR. *Islamic State caliphate shrinks a further 12 percent in 2016*. Londres: The International Centre for the Study of Radicalisation, 2016. Disponível em: http://news.ihsmarkit.com/press-release/aerospace-defense-security/islamic-state-caliphate-shrinks-further-12-percent-2016-ihs. Acesso em: 4 set. 2017.

IHS CONFLICT MONITOR. *Islamic State territory down 60 percent and revenue down 80 percent on caliphate’s third anniversary*. IHS Markit, 29 jun. 2017. Disponível em: http://news.ihsmarkit.com/press-release/aerospace-defense--security/islamic-state-territory-down-60-percent-and-revenue-down-80. Acesso em: 4 set. 2017.

ISIS after the caliphate. Wilson Center, 28 nov. 2017. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/article/isis-after-the--caliphate-0. Acesso em: 19 fev. 2020.

JOHNSON, Keith; TRINDLE, Jamila. Treasury’s war on the Islamic State. *Foreign Policy*, 23 out. 2014. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2014/10/23/treasurys-war-on-the-islamic-state. Acesso em: 16 out. 2019.

JOHNSTON, Patrick. *Countering ISIL’s financing*. Rand Corporation, nov. 2014. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/testimonies/CT419.html. Acesso em: 10 mar. 2020.

LEVITT, Mathew. *Terrorist financing and the Islamic State*. The Washington

Institute for Near East Policy, 13 nov. 2014. Disponível em: https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/terrorist-financing-and-islamic-state. Acesso em: 8 ago. 2017.

MAHMOUD, Nayera Abdallah; ABDELATY, Ali. Islamic State airs video purporting to be leader al-Baghdadi. *Reuters*, 29 abr. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-baghdadi/islamic-state-airs-video-purporting-to-be-leader-al-baghdadi-idUSKCN1S51QB. Acesso em: 3 set. 2020.

MAQUIAVELO, Nicolás. *El príncipe*. Madri: Ediciones Ibéricas; LCL, 1971.

MARTÍN, Javier. *Estado Islámico*: geopolítica del caos. Madri: Catarata, 2015.

ONU. Conselho de Segurança. Relatório do secretário-geral da ONU sobre a ameaça representada pelo EI. *Relatório S/2016/92*. 29 jan. 2016. Disponível em: https://www.un.org/sc/ctc/wp-content/uploads/2016/02/N1602353_EN.pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

PAGLIERY, Jose. Exclusive: Isis makes up for lost oil cash with rising taxes and fees. *CNN Money*, 31 maio 2016. Disponível em: http://money.cnn.com/2016/05/31/news/isis-oil-taxes/index.html. Acesso em: 20 fev. 2020.

RAND CORPORATION. *Islamic State control of people down 83% in Iraq and 56% in Syria from peak levels*. Rand Corporation, 20 abr. 2017. Disponível em: https://www.rand.org/news/press/2017/04/20.html. Acesso em: 19 fev. 2020.

REUTER, Cristoph. The terror strategist: secret files reveal the structure of Islamic State. *Der Spiegel Online*, 18 abr. 2015. Disponível em: https://www.spiegel.de/international/world/islamic-state-files-show-structure-of-islamist-terror-group-a-1029274.html. Acesso em: 23 out. 2019.

REVKIN, Mara. Isis'social contract. *Foreign Affairs*, 10 jan. 2016. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2016-01-10/isis-social-contract. Acesso em: 10 mar. 2020.

ROSE-GREENLAND, Fiona. How much money has Isis made selling antiquities? More than enough to fund its attacks. *The Washington Post*, 3 jun. 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2016/06/03/how-much-money-has-isis-made-selling-antiquities-more-than-enough-to-fund-its-attacks. Acesso em: 16 out. 2019.

THE ISIS papers: a masterplan for consolidating power. Terrorism Research and Analysis Consortium, 2015. Disponível em: https://www.trackingterrorism.org/chatter/isis-papers-masterplan-consolidating-power. Acesso em: 16 out. 2019.

TILLY, Charles. Coercion, capital, and European States (1990). *In*: CALHOUN, Craig; GERTEIS, Joseph; MOODY, James; PFAFF, Steven Pfaff; VIRK, Indermohan. *Contemporary Sociological Theory*. 3. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012. p. 251-265.

UN COMTRADE. *United Nations International Trade Statistics Database (2014-2016)*. UN Comtrade, 2016. Disponível em: https://comtrade.un.org/labs/dit-trade-vis. Acesso em: 23 out. 2019.

USA. U.S. Department State. *About us*: *the Global Coalition to defeat Isis*. U.S. Department of State, 10 set. 2014a. Disponível em: https://www.state.gov/about-us-the-global-coalition-to-defeat-isis/. Acesso em: 21 nov. 2019.

USA. United States Department of the Treasury. Remarks of Under Secretary for Terrorism and Financial Intelligence

David Cohen before the Center for a New American Security on “Confronting new threats in terrorist financing”. United States Department of the Treasury, 4 mar. 2014b. Disponível em: https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/jl2308.aspx. Acesso em: 8 ago. 2017.

USA. United Nations Security Council. S/RES/2.249. *Threats to international peace and security caused by terrorist acts*, 20 nov. 2015. Disponível em: https://undocs.org/S/RES/2249(2015). Acesso em: 23 out. 2019.

WEBER, Max. Politics as a vocation. *In*: MILLS, Wright; GERTH, H. H. (ed.). *Max Weber*: essays in sociology. Oxford: Oxford University Press, 1946. p. 77-128.

WOOD, Paul. Islamic State: yazidi women tell of sex-slavery trauma. *BBC News*, 22 dez. 2014. Disponível em: www.bbc.com/news/world-middle-east-30573385. Acesso em: 10 out. 2017.

5

AS FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS DO ESTADO ISLÂMICO: O DEBATE E AS IMPLICAÇÕES DAS IDEIAS DEFENDIDAS E PROPAGADAS PELO EI [1]

Ariel Finguerut

O Estado Islâmico (EI) teve uma ascensão rápida. Foi numa mesquita em Mossul, no Iraque, em junho de 2014, que Abu Bakr al-Baghdadi, cercado de homens armados, proclamou o califado e foi proclamado o califa. Essa experiência de califado contemporâneo suscitou, e ainda suscita, intenso debate entre pesquisadores do Oriente Médio e do mundo muçulmano. Uma das primeiras reações de especialistas com relação ao EI é negar o caráter religioso do grupo, que poderia legitimar a proclamação de um califado, e desqualificá-lo como grupo "terrorista", sem maiores análises e sem observar sua inspiração em interpretações fundamentalistas do islã. Há também suposições, com argumentos muito frágeis, de que o EI é, em realidade, parte dos interesses geopolíticos de potências ocidentais ou da Turquia com a finalidade de desestabilizar a região, afetando especialmente os interesses de Irã, Líbano e Síria.

A minha proposta neste capítulo é, de forma exploratória, buscar confrontar e entender as "fronteiras ideológicas" do EI para contribuir com um dos debates contemporâneos mais importantes relativos ao Oriente Médio e ao mundo muçulmano. O objetivo é, com base em um recorte geopolítico e em outro, ideológico, organizar os argumentos e entender o EI a partir de diferentes facetas com as quais o grupo foi identificado ou, em algumas situações, se autoidentificou. Para isso, discute-se a

1 Uma versão anterior deste capítulo foi apresentada no XXI Encontro Regional de História da Anpuh em agosto de 2018. Agradeço a César Henrique de Queiroz Porto pela organização conjunta do Simpósio Temático "A geopolítica do mundo muçulmano na sociedade contemporânea".

construção do EI como *grupo terrorista*, como *califado*, como *Estado-nação* e como *califado virtual* em diferentes seções. Busca-se apresentar e explorar as ideias de forma introdutória, mapeando as discussões e apontando referências para aprofundá-las.

Nos poucos mais de três anos desde a declaração do califado até o auge da mobilização política e militar internacional contra o grupo, entre 2014 e 2016, o EI obteve vitórias militares e conseguiu montar alguma estrutura estatal. Sobretudo destacou-se ideologicamente, mantendo um forte apelo entre islâmicos, mas também no Ocidente, seja como ameaça física, seja como um novo inimigo ideológico. Parte-se do pressuposto de que não é útil negar ou evitar o debate ideológico com as bases do EI. A sustentação religiosa dos jihadistas e dos defensores militantes de um califado – ou de outro formato para um Estado nacional que seja islâmico – existe, e ignorar esse fato pode servir apenas para alimentar a desinformação e o preconceito sobre a religião islâmica. Também argumentamos que "grandes explicações" que se baseiam em justificativas simplistas de como o EI é consequência do imperialismo ou do neocolonialismo, ou mesmo de vertentes niilistas, são insuficientes para a compreensão do fenômeno de forma mais global, apesar de terem sua relevância e seu impacto geopolítico. Como conclusão, espero propor um debate sobre militância islâmica e sobre radicalização política e suas consequências geopolíticas.

>>O ESTADO ISLÂMICO COMO GRUPO TERRORISTA

O desenvolvimento do EI como grupo terrorista se inicia com a expansão da influência da al-Qaeda no Oriente Médio, como vimos no capítulo 1, "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)". Porém, a partir de 2012, o EI começa a se diferenciar e passa a propor, além de enfrentar os EUA no Iraque, voltar-se contra o *status quo* político de forma geral no Oriente Médio. O EI vai ressaltar a importância da aplicação da xaria – o conjunto de leis e interpretações jurídicas com implicações na vida dos islâmicos e para a qual existem diferentes tradições – com vistas a uma purificação do islã e também dará ênfase ao combate a todas as formas de politeísmo (Nasser, 2012).

Mesmo antes de se consolidar como uma organização militar que proclamou um califado, a propaganda do EI se destacou ao pregar que o EI representava um renascimento do islã simultaneamente à certeza de sua vitória militar. Esse aspecto militar do discurso do EI tem forte apelo, inclusive com islâmicos na Europa, e se assemelha ao da al-Qaeda, sugerindo uma guerra coordenada em rede para derrotar um inimigo mais forte. O grupo também apregoa um renascimento do islã, que seria alcançado por meio do purismo religioso e que motiva os militantes a expurgarem o mundo muçulmano de seus inimigos externos e, de modo mais importante, dos inimigos internos, especialmente os islâmicos xiitas. Dessa maneira, a luta em situação de desvantagem travada pelo EI ganha maior sentido por estar vinculada aos aspectos ideológicos anunciados pelo grupo.

Como discutido na parte I deste livro, as ligações do EI com a al-Qaeda são intensas, mas algumas diferenças importantes podem ser observadas. A al-Qaeda mantém uma lógica bem demarcada entre o grande inimigo, os países ocidentais com atuação militar no Oriente Médio, e o inimigo menor, próximo, e foca no combate aos inimigos maiores. Já o EI optou por uma atuação mais voltada para o combate aos inimigos próximos, o que foi motivo de discordância com a al-Qaeda, que acreditava que o uso de violência do EI contra xiitas era excessiva e afastava possíveis aliados na região (Bunzel, 2015, p. 29-30). Além disso, apesar de o EI ter se apoiado na estrutura básica da al-Qaeda, suas formas de recrutamento são diferentes. Ambos os grupos buscam jihadistas, islâmicos ou convertidos, dispostos a radicalizar os meios para atingir os fins de seus ideais políticos e religiosos. Porém, como aponta Jesse Morton – ex-jihadista que atuou na organização Revolution Muslim nos EUA –, o EI montou um califado virtual que mescla o discurso triunfalista de vitórias e de incentivo à revolução política em nome do islã, ao mesmo tempo em que se mostra nostálgico, falando em um califado virtual que poderia ser um califado real (CSIS, 2018).

O caminho para recrutar uma pessoa para um grupo terrorista não é simples. Adam Dolnik e Rohan Gunaratna (2008) argumentam que, no caso do terrorismo, a religião funciona como uma fonte de legitimidade entre muitas. Por outro lado, um fenômeno apontado por Olivier Roy (2017)

sugere que o processo passa por uma apropriação do islã pelo discurso radical e nem sempre representa uma radicalização da religião. O discurso do EI é radical, mas não mergulha no fundamentalismo religioso para justificar a radicalização. Nesse processo, a ideia de sacrifício é central para o terrorismo. O terrorista, ao morrer por uma causa, segundo Dolnik e Gunaratna, alimenta um senso de superioridade e acredita nele. A ideia de mártir funciona como uma exaltação do ato de sacrifício e facilita a sua justificação pelos grupos terroristas.

Outro elemento recorrente na narrativa de ex-jihadistas ou ex-extremistas é a manipulação de traumas e frustrações. Ter sido humilhado ou ver pessoas serem humilhadas pode funcionar como uma passagem da teoria para a prática de atos de violência ou para a ação terrorista. O sentimento de injustiça ou mesmo uma desilusão amorosa podem servir de gatilho para uma radicalização que é apenas lapidada por grupos como o EI. O indivíduo frustrado e com a raiva aflorada encontra na ideologia do EI um caminho seguro, uma ponte que o liga a um "guarda-chuva" de motivos, razões, explicações e justificativas para seus atos de violência. É nesse ponto que a religião vai funcionar como uma forma de ideologia que justifica ou mesmo recompensa os atos de violência.

Filmes como *Timbuktu*, de Abderrahmane Sissako (2014), apontam essa contradição e sugerem que não é o religioso, o fundamentalista mais fervoroso, que parte para a ação terrorista. No filme sobre a tomada da cidade de Timbuktu, no Mali, por jihadistas, o líder religioso local é a voz mais forte e mais enfática na deslegitimação do discurso que se faz fundamentalista pregando o *jihad* e na crítica à busca por legitimidade religiosa do grupo armado que tomou a cidade. E se o discurso religioso é instrumentalizado no recrutamento para grupos terroristas, ele também o é como forma de justificativa para intervenções e atos violentos por parte de outros Estados.

Outro argumento que analistas apontam como eficaz no recrutamento do EI é a "tese do apocalipse". A ideia, de cunho religioso, insere-se numa narrativa na qual a morte é vista como algo positivo, uma vez que o jihadismo garante um caminho seguro para um lugar melhor, o paraíso

onde o terrorista será recompensado e poderá até mesmo retornar e seguir lutando em uma luta mítica do bem contra o mal. A ideia de apocalipse, como apontam Dolnik e Gunaratna (2008), serve a grupos como o EI como uma forma de produzir ataques mais letais e com maior impacto midiático. A tese de um viver, despertar ou se preparar para um Armagedom produz o sentimento de ação suicida que rejeita qualquer prerrogativa política, como ocorria nas ações terroristas promovidas, por exemplo, por grupos de esquerda ou de direita nos séculos XIX e XX. O jihadismo incentivado com um discurso apocalíptico não tem freios para ações que podem matar milhares de pessoas. Há uma leitura mais psicológica ou existencialista que interpreta esses jihadistas com um perfil niilista ou solitário que os conduziria a uma adesão a ideias totalitárias. Autores como Manus Midlarsky reconhecem um perfil comum a militantes tanto de extrema direita como de extrema esquerda ou jihadistas. No último caso, há uma ideologia antimaterialista que às vezes aparece no discurso do EI, especialmente com ênfase na "invasão cultural do Ocidente" e na relação entre poder econômico e idolatria (Midlarsky, 2011).

O terrorista filiado à al-Qaeda não carrega símbolos do grupo e age de forma descentralizada contra alvos específicos, com autonomia de ação, mas como se fosse uma franquia, trabalhando a serviço da matriz. Já aquele filiado ao EI carrega os símbolos do grupo; é bombardeado por propaganda; fala e reproduz as ideias do EI; e responde a uma estrutura mais centralizada, com foco específico, que pode ser de cunho religioso (como combater, por exemplo, "seitas consideradas falsas", como os xiitas, o zoroastrismo ou povos nômades) ou na defesa do território do autodeclarado califado.

>>O ESTADO ISLÂMICO COMO CALIFADO

O grupo Hizb ut-Tahrir, fundado pelo palestino Muhammad Taqi al-Din al-Nabhani, em 1953, e atualmente presente em diversos países, já defendia a criação de um califado desde os anos 1950, como nos mostra Emmanuel Karagiannis (2009). O grupo tanto advoga o protagonismo da educação

religiosa como estratégia para "islamizar a sociedade", ou seja, resgatar o protagonismo da religião islâmica, quanto ressalta a urgência de estabelecimento de um califado islâmico e a necessidade de realizar *jihad* contra os infiéis. A atuação do grupo cresceu nos anos 1990, no Uzbequistão e na Rússia. Segundo Karagiannis (2009), em ambos os países o Hizb ut-Tahrir coordena outros movimentos sociais e atua politicamente, organizando manifestações contra os governos locais e protestos anti-EUA, e onde também estão presentes ideias de teor antissemita. O grupo realiza uma articulação entre temas sociais – como educação e saúde – e uma organização de movimento social, sem perder o foco ideológico do islã político, todavia não é considerado uma organização jihadista. Nos termos de Karagiannis (2009, p. 314), "o islã promove um senso de unidade entre islâmicos", portanto, a ideia de um califado canaliza o sentido político islâmico. No caso específico do EI, o califado está emoldurado por uma ideologia jihadista, mas essa associação não ocorre sempre.

As implicações da base política de um califado-Estado no islã estão relacionadas com a promessa de uma vida igualitária, livre de déspotas ou tiranos, anticolonialista e guiada por uma fé pura e viva, delimitada em um território e com plena legitimidade teológica. O governo islâmico estaria livre da influência ocidental e seria o melhor caminho para criar a comunidade de fiéis (a *ummah*). Esse governo – que é, na verdade, uma teocracia – possibilitaria a regulação moral da esfera pública: além de ser uma religião monoteísta, o islã teria uma função, tornar-se-ia a própria definição da moralidade e agiria como seu guardião. Nessa mesma direção, existem argumentos que defendem que apenas com o califado os islâmicos poderiam ser verdadeiramente livres. Segundo essa ideia, a formação da *ummah*, a comunidade dos fiéis que levaria à glória islâmica, só poderia ocorrer sob o governo do califa.

A ideia de um califado contemporâneo se fortalece com uma leitura próxima do wahhabismo. O wahhabismo é um movimento religioso, político e social batizado em referência a Muhammad Ibn Abd al-Wahhab (1703-1793). Autores como Adam Silverstein (2010) apontam o wahhabismo como um movimento que prega a purificação, o zelo religioso e

um renascimento do islã no próprio berço do islã na atual Arábia Saudita. No caso do EI, as interpretações dessas ideias passam pela chamada Escola Hanbali, uma escola de interpretação sunita da jurisprudência islâmica. Segundo o Centro de Estudos Islâmicos da Universidade de Oxford, o wahhabismo propõe interpretações literais dos textos do islã; é mais conservador na aplicação da lei e liberal nas práticas comerciais (Silverstein, 2010).[2] Trata-se de uma leitura nostálgica que remete ao século VII, quando o islã vivia uma afirmação de potência, ainda sob a influência do Profeta, e era, assim como seu reinado, algo puro e sem influências estrangeiras.

O Ocidente é muitas vezes retratado pelo EI como sinônimo de "bárbaros" ou "selvagens", pois, na visão do grupo, são pessoas com valores seculares, materialistas, vivendo seu declínio civilizatório. Por outro lado, esse renascimento do islã proposto pelo EI significaria um retorno aos fundamentos da religião, proporcionando uma vida simples, sem idolatria, com fervor religioso e com garantia de salvação da humanidade. O EI propõe a vitória do espiritual sob o material e a vitória do islã, uma religião universalista, contra o Ocidente, secular e idólatra. Ao se juntar a um grupo como o EI, as pessoas estariam tomando um antídoto para o niilismo e poderiam voltar a viver de forma vibrante e plena. Essas interpretações fazem referências a Sayyid Qutb, idealizador da Irmandade Muçulmana que caracterizava o mundo fora do islã verdadeiro como a barbárie plena. Qutb incentivava o *jihad* como uma forma de superar o egoísmo e a idolatria, e entendia que governos "ocidentalizados", ou seculares, no mundo muçulmano seriam tão nocivos e inimigos como os próprios EUA ou Israel. A Irmandade Muçulmana do Egito e suas equivalentes pelo mundo muçulmano militam politicamente com uma agenda de islamização, ou seja, a priorização do papel da religião na organização da vida social, política e econômica. Nesse ponto, o EI exagera no argumento, presente em muitos partidos islamitas, defendendo que o êxito do califado está em seu resgate religioso e na ênfase do islã como resposta.[3] Partidos políticos islamitas

2 Ver também "Hanbali School of Law" (2020).

3 O debate mais detalhado sobre esse ponto está em Hamid e McCants (2017).

projetam a religião como a solução de temas políticos, como o desemprego, a desigualdade ou o desenvolvimento econômico. O EI busca ir além e projeta uma redenção espiritual, um triunfo das forças de Deus contra as forças do mal.

O califa seria alguém em *jihad*, que luta para proteger os fiéis e, ao mesmo tempo, combate os inimigos (infiéis). Ele reúne por excelência o poder político e o poder religioso. Como líder religioso, ele governa e zela pela moral e pela honra que devem regular a esfera pública; e como líder político, sua preocupação é a proteção e a manutenção de um Estado livre das influências ocidentais, garantindo uma vida igualitária através da observância da xaria. Como mostra Silverstein (2010), a escolha do califa se mistura com o denso debate sobre a sucessão do profeta Maomé. Islâmicos sunitas consideram que o sucessor é Abu Bakr, que foi escolhido por um conselho formado pelos mais velhos entre aqueles que faziam parte da tribo do Profeta. Já os xiitas consideram que o escolhido pelo Profeta foi seu primo e genro, Ali, preterido pelo conselho, mas que depois assumiu o califado como o quarto califa, 25 anos depois da morte de Maomé. Mas há também os que entendem que o sucessor deve ser o mais hábil (Carijitas), ou aquele que consegue controlar o Estado (Omíadas).

São três, em síntese, as preocupações do califa como governante do califado estabelecido pelo EI: 1) o *Ocidente*, como fonte de uma influência indesejada; 2) o *colonialismo*, que os inimigos do islã buscam impor; e 3) o *secularismo*, que deve ser combatido pelo califa enquanto autoridade religiosa. A plataforma anticolonialista, ou mesmo o discurso de crítica ao materialismo com ênfase na purificação da prática e na centralidade da religião, coloca a ideia de califado do EI como antiliberal e bem próxima da dos que defendem um mundo de tribos e religiões fundamentalistas. Peter Demant sintetiza esse caminho ideológico de grupos como o EI da seguinte forma:

> Islamistas são, por definição, universalistas, porém, politicamente, muitas vezes são aliados de relativistas progressistas (na oposição ao imperialismo) ou dos conservadores (na oposição às questões de gênero). (Demant, 2018, p. 89)

A ideia do EI é, portanto, o resgate de um protagonismo religioso e se relaciona com a idealização das tradições tribais pautadas por uma ordem mais orgânica, na qual o "medo da punição" não se separa da ideia de uma "superioridade moral dos governantes". Assim, são os governantes que têm o poder de dizer para sua população o que fazer e como agir. De acordo com Graeme Wood (2017), a principal referência teórica nesse debate do protagonismo religioso para o EI é Abul Aʿla Maududi (1903-1979). Maududi foi um dos fundadores da Jamaat-e-Islami, nos anos 1940, uma organização política do Paquistão, cuja plataforma é copiada em diferentes lugares e países. Sobre o medo da punição, também segundo Wood, as referências do EI são xeiques como Umar Abdel-Rahman, conhecido como "Xeique Cego", Abu Muhammad al Maqdisi e Abu Human al-Athari. Esses pregadores e teólogos defendem ideias similares às da escola de pensamento islâmico Ẓāhirī, que utiliza a interpretação literal do Corão, dos hadiths e do consenso formado pelos seguidores que tiveram contato direto com o Profeta. Como consequência desse literalismo, são a favor das punições mais duras, mesmo que arcaicas, chegando à conclusão de que "apenas algumas coisas são proibidas, mas muitas são permitidas" nos textos islâmicos (Wood, 2017). Esses xeiques também defendem a ideia de um califado, ou jihadismo, que tenha como alvo grupos internos ao islã, como xiitas, sufistas e yazidis.

Nas leituras fundamentalistas das fontes do islã, não há igualdade ou tolerância religiosa, nem de gênero, e a perspectiva é antimoderna à medida que associa a modernidade a ideias como ateísmo e hedonismo. O EI manipula com grande êxito o seu poder ideológico e fala muitas vezes a língua tanto da esquerda quanto da direita ocidentais. Autores como Wood (2017) lembram experiências totalitárias como no Camboja, sob o governo do Khmer Rouge (1975-1979), que matou um quarto de sua população. O ponto central é a ideia de expurgar o califado de seus inimigos, podendo esse processo ocorrer de forma radical, holística ou nacional, com foco em uma ideia de povo (como foi o nazismo); em uma ideia de Estado (como o fascismo); ou, no caso do EI, com apelo à ideia de purificação religiosa, de retorno ao islã verdadeiro e de purificação pelo combate

aos inimigos da religião islâmica (Mann, 2008). Com isso, o EI se aproxima de outros regimes totalitários históricos, especialmente na forma como transforma a morte em espetáculo, abusando da interpretação da lei que justifica uma cultura de violência e criando uma espécie de Superestado. Como argumenta Paul Gilroy (2007), regimes totalitários como o nazismo prometiam tempos de paz e glória, contudo, para chegar a esse ponto, argumentavam que primeiro seria preciso sacrifício, lutas e guerras. O principal argumento era que essas guerras só poderiam ser vencidas com a total submissão ao líder.

A retórica e o incentivo ao combate levam autores como Wood (2017) a discutir a influência das ideias em torno do "fim dos tempos" no islã. A ideia de morrer em batalha como uma forma de purificação e um voto de fé pode ser observada na perseguição do EI a grupos cristãos, na proliferação de acusações de apostasia e também na prática de conversões forçadas. Tanto Olivier Roy (2017) quanto Wood (2017) discutem a ideia de jihadistas como guerreiros que são estranhos às coisas terrenas, como pessoas que não se acomodam e que, por estarem em "movimento" ou em "combate", se aproximariam do "islã verdadeiro" e seriam, como consequência, os únicos islâmicos de verdade.

Por fim, é necessário também considerar o fator geográfico no Oriente Médio. Ao longo da história, a região viveu disputas territoriais que remontam ao Império Bizantino (330 AEC-1453); ainda nos dias de hoje há disputas na Síria, no Afeganistão e no Iraque. Há uma relação muito forte entre a geografia e a ideia de califado, que, ao pregar uma espécie de pan-islamismo, busca justificar a expansão de seu território e da religião islâmica.

A ideia básica que justifica a existência de grupos como o EI é a percepção de que os islâmicos teriam se desviado da verdadeira religião. Segundo o EI, os islâmicos estariam vivendo sob governos de falsos islâmicos ou de infiéis; eles estariam cada vez mais sob a ameaça de uma vida secular, distante da xaria e deixando de idolatrar a Deus, para se esforçarem por outras coisas. O EI enfatiza a ideia de *tawhid* (entendido como monoteísmo puro) e almeja uma vida conservadora sob a lei islâmica, aplicada através

do conceito de *hisbah* (prestação de contas), e precisa de vitórias militares para manter sua legitimidade como califado (Zelin, 2015).

O despertar religioso pregado – mais do que efetivamente praticado – pelos militantes do EI se soma a um oportunismo político que aproveita a volta das forças do islã político trazidas pelos desfechos da Primavera Árabe (2011) e os vácuos de poder no Iraque (2013), na Líbia (2015), além da instabilidade política na Síria (2014) e na Nigéria (2014).

>>O ESTADO ISLÂMICO COMO ESTADO NACIONAL

A guerra fez o Estado e o Estado fez a guerra (Tilly, 1996).

Pensando no conceito clássico de Estado nacional, seria necessário ter população e território definidos e um governo com o monopólio do uso da força.[4] Para reunir uma *população*, a estratégia do EI é agregar todos os islâmicos em um despertar religioso, como defendido pelas ideias do Movimento Sahwa, que está baseado em um monoteísmo literal e propõe uma relação religiosa com o sagrado sem mediações. Nesse ponto, o EI se aproxima das ideias da Irmandade Muçulmana, inspirada em Sayyid Qutb, e das ideias de um "islã autêntico" do wahhabismo.

Com essa base universalista (apesar de restrita aos islâmicos e aos convertidos), o *território* do califado é subjetivo, e sua legitimidade está no *governo*. Na literatura clássica da ciência política, é o governo que garante o direito e a ordem social. No caso do EI, o governo exerceria também o papel de liderança e legitimidade religiosa, ativamente engajado em definir quem é islâmico e quem não é. Além disso, o EI defende o preceito de que somente com um governo islâmico e sob as leis islâmicas poderia haver legitimidade política e *soberania*. Como forma de expandir seu poder e sua legitimidade, o EI impõe o islã aos povos vencidos em batalha, força sua conversão e incentiva denúncias de apostasia e práticas de *takfir* (excomunhão). Entre os motivos utilizados pelo EI para aplicar uma declaração

4 No direito internacional, os requisitos foram estabelecidos pela Paz de Westfália, em 1648, e também foram assunto de uma palestra clássica de Max Weber em 1919 (Weber, 1998).

de excomunhão – ou mesmo para aplicar o poder de expropriar infiéis ou islâmicos descrentes de seus bens e até de matá-los – estão a idolatria, a falta de observação das leis da xaria, deixar de aprimorar a própria fé e não denunciar infiéis. Os islâmicos xiitas são particularmente expostos à declaração de *takfir*, correspondendo aos interesses geopolíticos do EI de minar a influência dos aiatolás do Irã, mas também de outros atores regionais, como a Síria e a Turquia.

Um elemento constante na literatura clássica sobre Estados nacionais que falta ao EI é a ideia de *reconhecimento*. Um Estado, mesmo que possua o monopólio do uso da força, território, governo e soberania, perde sua legitimidade se não for reconhecido por outros Estados como tal. Esse reconhecimento pode vir de países vizinhos, por exemplo, reconhecendo a demarcação das fronteiras, a moeda ou as regras alfandegárias para as transações comerciais. Outro conceito central para a ideia de reconhecimento internacional é a autodeterminação dos povos, de que todos têm o direito de escolher sua forma de governo e tomar decisões sem interferência internacional. No caso do EI, não houve reconhecimento de nenhuma parte, e, como agravante, o EI reivindica territórios que correspondem a áreas em disputa e não têm continuidade entre si. A partir de sua própria concepção de organização política, o EI rejeita o formato westfaliano de Estado-nação, concentrando-se na defesa de um califado que abrange todo o globo.

Além de ter como foco o reconhecimento por outros países, o EI se esforçou para obter a aceitação de sua legitimidade de outros islâmicos, investindo em propaganda e diplomacia pública. O al-Hayat Media Centre, estabelecido em meados de 2014, servia como um centro de comunicação para as imagens das frentes de batalha, como uma forma de propaganda da vida dentro do califado. Várias publicações eletrônicas voltadas para públicos distintos também foram criadas; entre elas, destacam-se: *al-Naba* (em árabe); *Dabiq* (em inglês); *Konstantiniyye* (em turco); *Rumiyah* (em francês e inglês), além de programação em rádio produzida em várias línguas.

Por outro lado, mesmo sem o reconhecimento internacional como Estado, e tendo ficado isolado no campo diplomático, o EI produziu

efeitos no Direito Internacional. Uma coalizão internacional foi criada para enfrentá-lo, realizando mais de onze mil ataques entre agosto de 2014 e abril de 2017. Como um Estado nacional, a tese do califado fundado por al-Zarqawi durou três anos e seis meses.

>>O ESTADO ISLÂMICO COMO CALIFADO VIRTUAL

Com as derrotas militares a partir de 2017, restaram ao EI duas estratégias principais: recuar e ficar invisível para se reorganizar, ou manter uma presença virtual forte. A primeira opção envolveria voltar aos pequenos grupos fragmentados, repensar sua estratégia militar e até mesmo considerar uma reintegração à al-Qaeda. A segunda frente estratégica seria dar ênfase à propaganda e ao apelo produzido pelo grupo na internet para manter uma base importante de apoiadores. Colin Clarke e Haroro Ingram (2018) mostram que houve uma correlação entre a perda de território e o recuo militar com o aumento da propaganda virtual do grupo.

Virtualmente, o EI enfatiza mensagens com promessas de "voltar com força" e faz propaganda nostálgica, lembrando que foi capaz de "vitórias militares fabulosas" entre 2014 e 2017. O cerne da propaganda virtual do EI é composto por tentativas de associar o califado a uma ideia de glória e de triunfo do islã. Nesse ponto, Clarke e Ingram também chamam a atenção para o fato de que a percepção de derrota do grupo está diretamente ligada à motivação jihadista, à motivação de continuar lutando, de seguir em batalha (Clarke; Ingram, 2018). Na internet, o EI trabalha para que os seus simpatizantes entendam que a derrota só ocorre se os militantes perderem a vontade de seguir lutando. O discurso nostálgico e o apelo aos jihadistas no momento de derrota se somam e produzem um discurso de comprometimento com uma causa, com a luta jihadista, mesclada com uma promessa de glória e superação.

Na propaganda virtual do EI há uma tentativa de recontar a história de ascensão e queda do grupo (que durou 42 meses como califado) utilizando especialmente falsas promessas, dando pouca atenção aos fatos concretos e apresentando muitas narrativas distorcidas – deixando de lado,

por exemplo, a miséria e as mortes experimentadas pela população dos territórios que o EI ocupou, como resultado das guerras. E essa narrativa do EI de se apresentar como vitorioso tem um eco virtual muito relevante.

Daveed Ross, Nathaniel Barr e Bridget Moreng (2016) argumentam que, para vencer o EI na luta virtual, é preciso desconstruir a imagem de sucesso que sustenta a propaganda do grupo. Nesse ponto, os autores argumentam sobre a necessidade de dar voz ou mostrar os elementos nos quais o EI foi derrotado – por exemplo, militarmente, como os resultados dos confrontos com os curdos; e dar voz a clérigos e islâmicos que resistiram ou que se opuseram às ideias e interpretações do EI (The Kurdish Project, [s.d.]).

Nas universidades religiosas que formam líderes, como a al-Azhar, no Egito, por onde passam e se formam muitos clérigos sunitas, há também um esforço para condenar e desconstruir o discurso do EI. Outro país-chave na luta virtual contra o EI é a Arábia Saudita, que criou o Global Center for Combating Extremist Ideology, com a proposta de monitorar as atividades virtuais de grupos extremistas e apresentar uma alternativa aos discursos radicais, ainda que o país continue financiando e apoiando sua própria versão de ideologia extremista, o salafismo (Etidal, 2020).

Por meio de seu "califado virtual", o EI segue incentivando ataques de células dispersas pelo mundo e de "lobos solitários", além de exortar os jihadistas que voltaram a seus países de origem e seus filhos a seguirem lutando pelo EI, como veremos no capítulo 11: "Estado Islâmico e violência jihadista na Europa".

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESTADO ISLÂMICO DERROTADO?

Este capítulo analisou os elementos ideológicos e geopolíticos identificados com o EI, buscando evidenciar as diferentes maneiras como essa organização é compreendida e identificada como grupo terrorista, como califado, como Estado-nação e como califado virtual.

As ligações com a al-Qaeda evidenciam o início do EI como um grupo terrorista. Em seu apogeu territorial, a manutenção da estratégia

para recrutamento de combatentes e a retórica do martírio e do sacrifício, além da violência sobre a população que controlava, mantiveram essa identificação. A declaração do califado, em 2014, possibilitou ao EI pregar partes da religião islâmica, especialmente aquelas que auxiliam a justificar a violência sectária. De forma prática, esse reposicionamento de sua identificação para buscar legitimidade dentro do islã teve sucesso limitado e foi fortemente contestado por outras autoridades religiosas. O EI também organizou atividades que o aproximaram do Estado nacional moderno, como serviços e infraestrutura. Por fim, o elemento do califado virtual esteve presente desde o início do estabelecimento do EI, intensificou-se desde 2017 e segue representando uma forma de resistência nesse momento em que o grupo não mais possui grandes extensões territoriais.

É importante destacar alguns pontos que possam ser úteis para evitar a volta ou o recrudescimento do EI e grupos similares. Um dos pontos mais importantes é desenvolver uma estratégia nas esferas públicas e nos espaços virtuais para responder, descontruindo, à narrativa religiosa e política que leva as pessoas à radicalização.

Como argumentei no início, acredito não ser útil evitar o debate ideológico e desqualificar o EI como um grupo não islâmico, deixando, assim, de se engajar com os pressupostos que baseiam as atividades do EI. Além dessa atividade de compreender as origens ideológicas, também é necessário criar estratégias multilaterais para enfrentar os problemas relacionados à governança no Oriente Médio. Combater a corrupção, enfrentar a concentração de renda, diminuir a violência e melhorar os serviços públicos são fundamentais para barrar ou enfraquecer o ambiente de exclusão que permite o fortalecimento do discurso islamista de movimentos como o EI. Como sintetizam Ross, Barr e Moreng (2016, p. 6), "uma realidade inquestionável do mundo muçulmano e do Oriente Médio é que, entre os grandes Estados da região, nunca houve um modelo bem-sucedido de desenvolvimento". Resta debater quem poderia financiar esses projetos de desenvolvimento e como eles seriam executados.

Por fim, como parte de um tema mais amplo, vale pensar a transição no poder global e o papel dos EUA na sustentação da ordem internacional.

Os EUA, ao menos desde o início do governo de Barack Obama, em 2009, sinalizam a intenção de recuo e saída militar do Oriente Médio (Demant; Finguerut, 2015). O início do governo de Donald Trump, em 2017, sinalizou retoricamente um recuo geopolítico, abdicando de sua influência e capacidade de moldar os eventos na região. A Rússia, o Irã, a Arábia Saudita e Israel rapidamente se reposicionaram ocupando o vácuo deixado pelos EUA e redefinindo seus interesses na região.

O recuo dos EUA num primeiro momento desloca a atenção para atores regionais como Israel, Turquia, Irã, Arábia Saudita e Egito, os quais, por sua vez, se voltam para outra potência que avança no vácuo dos EUA: a Rússia. Na política externa de Donald Trump há tendências que sinalizam que o Oriente Médio perdeu importância para a projeção de poder dos EUA, embora a expansão da Rússia não resolva problemas da agenda global. Num momento de transição como o atual, vale sempre a lembrança de uma lição histórica trazida, por exemplo, por Raymond Aron (1979): não há vácuo de poder na política internacional.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora UnB, 1979.

BUNZEL, Cole. *From paper State to caliphate*: the ideology of the Islamic State. Doha: Brookings Doha Center, 2015. Disponível em: http://www.brookings. edu/~/media/research/files/papers/2015/03/ideology-of-islamic-state-bunzel/the-ideology-of-the-islamic-state.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

CSIS. CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES. *The unmaking of jihadism*: the current effort to combat violent extremism. 2018. Disponível em: https://www.csis.org/node/46823. Acesso em: 28 jan. 2020.

CLARKE, Colin P.; INGRAM, Haroro J. *Defeating the Isis nostalgia narrative*. Foreign Policy Research Institute, 18 abr. 2018. Disponível em: https://www.fpri.org/article/2018/04/defeating-the-isis-nostalgia-narrative/. Acesso em: 4 fev. 2020.

DEMANT, Peter; FINGUERUT, Ariel. The United States in the Middle East (2001-2014): from intervention to retrenchment. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/5668. Acesso em: 28 jan. 2020.

DEMANT, Peter. Por que ser jihadista?: a mancha cega dos intelectuais públicos perante o terrorismo islamita. *In*: VICTOR, Cilene; GOKTEPE, Mustafa; CHIACHIRI, Roberto; ELEMEN, Yusuf (org.). *Posições diante do terrorismo*. São Paulo: Labrador, 2018. p. 79-106.

DOLNIK, Adam; GUNARATNA, Rohan. On the nature of religious terrorism. *In*: HAYNES, Jeff (ed.). *Routledge handbook of religion and politics*. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2008. p. 80-88.

ETIDAL. Global Center for Combating Extremist Ideology. 2020. Disponível em: https://etidal.org/en/. Acesso em: 28 jan. 2020.

GILROY, Paul. *Entre campos*: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

HAMID, Shadi; McCANTS, William (ed.). *Rethinking political Islam*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HANBALI School of Law. *In*: ESPOSITO, John (ed.). *The Oxford Dictionary of Islam*. Oxford Islamic Studies Online. 2020. Disponível em: http://www.oxford-islamicstudies.com/article/opr/t125/e799. Acesso em: 28 jan. 2020.

KARAGIANNIS, Emmanuel. *Political islam in Central Asia*: the challenge of Hizb ut-Tahrir. Londres: Routledge, 2009.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MIDLARSKY, Manus I. *Origins of political extremism*: mass violence in the Twentieth Century and beyond. Nova York: Cambridge University Press, 2011.

NASSER, Salem. Direito islâmico e direito internacional: os termos de uma relação. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 725-744, dez. 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322012000200014. Acesso em: 28 jan. 2020.

ROSS, Daveed Gartenstein; BARR, Nathaniel; MORENG, Bridget. *The Islamic State's global propaganda strategy*. The International Centre for Counter-Terrorism – The Hague, mar. 2016. Disponível em: https://www.icct.nl/wp-content/uploads/2016/03/ICCT-Gartenstein-Ross-IS-Global-Propaganda-Strategy-March2016.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

ROY, Olivier. Political Islam after the Arab Spring. *Foreign Affairs*, nov./dez. 2017. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/reviews/review-essay/2017-10-16/political-islam-after-arab-spring. Acesso em: 30 jul. 2018.

SILVERSTEIN, Adam. *Islamic history*: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010.

THE KURDISH Project. *YPG*: People's Protection Units. The Kurdish Project. 2019. Disponível em: https://thekurdishproject.org/history-and-culture/kurdish-nationalism/peoples-protection-units-ypg/. Acesso em: 28 jan. 2019.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TIMBUKTU. Direção: Abderrahmane Sissako. Produção: Sylvie Pialat. França e Mauritânia, 2014.

WEBER, Max. Política como vocação. *In*: WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1998. p. 55-89.

WOOD, Graeme. *A guerra do fim dos tempos*: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

ZELIN, Aaron Y. The Islamic State's model. *The Washington Post*, jan./fev. 2015. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/01/ 28/the-islamic-states-model/?noredirect=on&utm_term=.78c479390498. Acesso em: 24 jul. 2018.

6

QUESTÃO CURDA: COLONIALISMO, HISTÓRIA E GÊNERO

Flávia X. M. Paniz

Em agosto de 2014, a cidade de Sinjar, localizada na província de Nínive, no Curdistão Iraquiano, foi invadida e ocupada pelas forças do Daesh[1] (ou Estado Islâmico). Um ano e três meses após a invasão, em novembro de 2015, militares curdos do Governo Regional do Curdistão (KRG), denominados *peshmergas*, e as Unidades de Proteção Popular – conhecidas como Yekîneyên Parastina Gel (YPG) e Yekîneyên Parastina Jin (YPJ) –, compostas pelos curdos do território autônomo de Rojava, no norte da Síria, conseguiram retomar o controle da região. Além do resgate das pessoas, os curdos promoveram a abertura de estradas e organizaram um corredor humanitário que permitiu o deslocamento de yazidis e demais minorias étnicas que haviam fugido do monte Sinjar para as cidades próximas, como Dohuk, no Iraque.

Conhecidos como povos das montanhas, os curdos são um grupo étnico composto aproximadamente por trinta milhões de pessoas e, no Oriente Médio, habitam historicamente os territórios que atravessam as fronteiras de Irã, Iraque, Síria e Turquia (Mojab, 2001). Em 2014, os curdos obtiveram reconhecimento da comunidade internacional pela forma como organizaram a resistência contra os avanços do Daesh. A especificidade da formação de um exército popular composto por mulheres – o YPJ – chamou a atenção para o presente estado de conflito que, em verdade, estendeu-se por todo o século XX e é atualmente conhecido como Questão Curda.

1 A pedido da autora, o termo "Daesh" será utilizado neste capítulo para denominar o Estado Islâmico (EI). Uma discussão aprofundada sobre a terminologia utilizada para denominar o EI é parte da introdução deste livro.

Apresentarei neste capítulo uma breve introdução sobre a colonização e a formação dos Estados nacionais no Oriente Médio, ao longo do século XX, além das consequências desses processos nas comunidades curdas e em algumas outras minorias étnicas, como armênios, assírios e yazidis. Na segunda seção, apresento um debate sobre o contexto da formação do nacionalismo curdo, discutindo as ideias de povo e de fronteiras territoriais nacionais para esse grupo. Em seguida, discuto os desdobramentos das mobilizações políticas curdas no século XXI e o protagonismo das mulheres na construção das pautas de gênero dessas mobilizações. Por fim, indico a participação da comunidade curda em diáspora nas dinâmicas no Oriente Médio e proponho uma reflexão sobre a abordagem de questões de gênero em narrativas históricas.

>>COLONIALISMO E FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NO ORIENTE MÉDIO

Em 1916, França e Inglaterra assinaram um acordo secreto chamado de Acordo Sykes-Picot, que definia suas esferas de influência no Oriente Médio em caso de uma derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).[2] O acordo é apontado como peça fundamental para a compreensão das disputas por autonomia política e territorial na região, uma vez que representa o marco da colonização europeia na região. A partilha do Oriente Médio prevista no Acordo Sykes-Picot redesenhou as fronteiras existentes na região, desconsiderando as organizações locais, sociais e culturais entre as etnias que ali viviam, como os armênios, os assírios, os árabes, os yazidis e os curdos.

Na primeira metade do século XX, uma agenda política internacional de fomento à formação de Estados nacionais, corroborada pela Liga das Nações (1919-1946), impulsionava a centralização de instituições políticas. Unidades territoriais, culturais e linguísticas, soberania e concepções homogêneas de povo demarcariam os princípios de um modelo moderno de

2 Para compreender os conflitos em torno da queda do Império Otomano e suas consequências políticas subsequentes, ver Hirmis Aboona (2008) e David Fromkin (2009).

Estado-nação que facilitaria a criação de acordos comerciais, econômicos e jurídicos e a resolução de conflitos em âmbito internacional. Nesse processo, a região controlada por França e Grã-Bretanha foi redividida, e quatro países dali emergiriam: Irã, Iraque, Síria e Turquia, ocasionando novos conflitos sociais, territoriais, culturais, religiosos, econômicos e políticos que atravessariam o século XX e as duas primeiras décadas do século XXI.

De acordo com Shazard Mojab:

> Três dos quatro Estados que governam o Curdistão – Turquia, Iraque e Síria – são produtos do desmantelamento do Império Otomano no início da Primeira Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que a República Turca herdou um pedaço do Império Otomano, Grã-Bretanha e França criaram Iraque e Síria a partir de províncias a sudeste do Império quando derrotaram o Sultanato Turco em 1917-1918. O resultado foi uma redivisão dos curdos entre quatro países com um pequeno enclave na União Soviética. (Mojab, 2001, p. 6)

O termo "Questão Curda" é o título do documento redigido e enviado à ONU pelo coronel William G. Elphinston, oficial do serviço de inteligência britânica para o Oriente Médio que atuou na região da Jazira entre 1918 e 1919 na campanha contra Rashid Ali al-Kailani no Iraque e na ocupação britânica na Síria e no Líbano durante a Segunda Guerra Mundial. No documento, o militar reitera o pedido de apoio à independência dos povos curdos e apresenta soluções para a resolução do conflito. Sua fundamentação jurídica se baseia no princípio de autodeterminação dos povos presente na resolução da Carta do Atlântico, assinada em 1941.

Elphinston descreve precisamente a extensão territorial do Curdistão e suas respectivas fronteiras, referindo-se à região como um país, *the country of the kurds*. O texto cita inscrições de sumérios, em 2000 AEC (Antes da Era Comum), e de assírios, em 1000 AEC, sobre uma população que habitava a região do lago Van, na Turquia, considerados os ancestrais dos curdos modernos; menciona ocupações caucasianas e pré-iranianas de 700 AEC, nos vales do Curdistão; e acrescenta uma análise das relações de parentesco nas dinastias curdas entre os séculos X e XII. A utilização conjunta dessas referências demonstra a ancestralidade da presença curda

na região, argumento utilizado por Elphinston na defesa da independência curda – qual seja, a defesa de que o povo curdo já vive naquele território há milhares de anos, o que lhes conferiria o direito ancestral à soberania e autonomia política naquela terra. Assim, segundo Elphinston, o princípio de autodeterminação dos povos (ratificado na Carta das Nações Unidas, em 1946, ano da extinção da Liga das Nações) deveria garantir aos curdos o jamais concedido direito à independência dos Estados de Turquia, Irã, Iraque e Síria (Elphinston, 1946).

O documento de Elphinston aponta ainda as diversas tentativas de retomada das terras por parte dos curdos e a intensificação dos conflitos na região no século XX, ponderando os acordos de paz que foram feitos com as lideranças curdas da Síria durante o período da ocupação britânica. Além disso, Elphinston cita desdobramentos dos acordos bilaterais nos quatro cantões que compõem a região do Curdistão na primeira metade do século XX, entre os quais se destaca o acordo iraquiano com a Liga das Nações, em 1932, para o reconhecimento do idioma curdo como oficial (tal qual o árabe) nas regiões de Suleimânia, Erbil, Kirkuk e Mossul. Elphinston (1946) ressalta que todas as instâncias desses acordos foram cumpridas pelos próprios curdos e que eles deveriam receber sua contraparte: o apoio para a sua independência.

A consolidação dos Estados da Turquia (em 1923), do Iraque (ocupado por forças britânicas até 1939), da Síria (em 1945) e do Irã (que fundou um Estado parlamentarista em 1953) intensificou os processos de controle territorial e populacional sobre os curdos, efetivados com base em projetos políticos que marginalizavam minorias étnicas.

> Desse modo, [a Turquia] utilizou a educação, o censo, a mídia e o serviço militar para forçosamente assimilar os curdos a uma ideia "imaginada" de nacionalidade (*nationhood*, em inglês) turca. Para alcançar essa assimilação, o Estado baniu dialetos curdos, nomes, folclore e ativismo político. Além disso, os curdos eram também explorados por seus chefes tribais, que foram integrados à elite turca governante. Essas políticas de repressão do Estado e exploração interna sempre ordenaram o sentido da ideia de marginalização e de "diferença" para a maioria dos curdos. (Yavuz, 2004, p. 127)

Processo semelhante também ocorreu na Síria: de acordo com Yildiz (2005), o governo sírio implementou um procedimento de contagem populacional e passou a exigir a comprovação de residência e posse de terra no país em período anterior a 1945. Esse processo passou a ser realizado através da apresentação de três documentos: o cartão de identidade síria, o cartão de identidade da família e documentos de posse e escrituras de terra. O registro de identidade era realizado por meio da identificação étnica e religiosa reconhecida formalmente na Constituição síria, o que não era o caso dos curdos. Em razão da ausência de documentação comprobatória que fosse legalmente reconhecida pela Síria, a posse de terras em regiões rurais de maioria curda, como as regiões de al-Hasakeh e da Jazira, não pôde ser comprovada.

Yildiz (2005) afirma ainda que os membros das comunidades curdas que não apresentaram os documentos requisitados tiveram o registro de cidadania síria retirado e foram registrados como *ajnabi* (cuja tradução mais próxima seria "estrangeiros" e/ou "imigrantes"); e os curdos que não foram contabilizados eram chamados de *maktoumeen*, "os sem-registro". Aproximadamente 150 mil curdos teriam perdido o equivalente a 1,374 milhão hectares em terras, entregues ao Estado sírio. Sem documentos, também lhes foi negado o acesso a serviços básicos como eletricidade, água, educação e saúde e, consequentemente, ao trabalho (Yildiz, 2005).

As restrições do reconhecimento da cidadania através de documentos legais com base na etnia e os impedimentos criados pela proibição dos idiomas curdos implicam restrições de acesso à participação na vida pública em geral, acarretando a marginalização das populações curdas através da exclusão étnico-racial e de classe.

Elphinston aponta que cerca de vinte mil curdos passaram a viver nos subúrbios de Aleppo e nas regiões na fronteira com a Turquia (Elphinston, 1946). Estes foram divididos entre curdos indígenas ou tribais e curdos emigrados para a cidade – deslocamento concedido como parte do acordo realizado com a França no final dos anos 1920. No norte da Síria, teriam sido estabelecidas relações amigáveis e pactos de não agressão entre curdos, árabes e armênios durante esse período. Segundo Elphinston, apesar da

falta de coesão e de unidade nas diferentes comunidades, e da opção pela manutenção das estruturas vigentes de suas organizações políticas tradicionais, não haveria razões para se negarem as demandas de independência dos povos curdos.

> [A] liberdade que os nacionalistas curdos mais desejam é a liberdade de educar seus filhos em seus próprios idiomas e tradições. Isso eles não podem fazer na Turquia; no Iraque faltam instalações adequadas; e na Pérsia é ainda mais difícil. Os curdos nacionalistas não são insensatos. Eles simplesmente desejam viver como curdos, falar a língua curda, ler e publicar livros e jornais em seu próprio idioma e não serem assimilados por árabes, persas ou turcos. (Elphinston, 1946, p. 91)

No território reivindicado pelos povos curdos, localizado no oeste da Turquia, oeste da Síria, leste do Irã, norte do Iraque e uma porção da Armênia, vivem curdos, árabes, assírios, caldeus, turcomanos, armênios e yazidis. Diante do caráter heterogêneo dos povos que habitam essas regiões, tornava-se inviável concebê-los como uma unidade política, religiosa e cultural, portanto, na contramão do argumento central para a efetivação de sua independência: a autodeterminação dos povos, que em tese respaldaria a segurança, a autonomia e a integridade étnica dos povos minoritários. Suas demandas específicas se expressam através das formas de organização da vida produtiva e reprodutiva em cada etnia, em cada subdivisão da região e, também, em suas relações com a terra (Mojab, 2001).

Durante o século XX, as terras consideradas ancestrais dos povos curdos, que já haviam sido ocupadas pelos imperadores otomanos, foram colonizadas pela França e pela Inglaterra e redivididas entre quatro novos países. Sua independência dependia do convencimento da ONU e da comunidade internacional sobre seus direitos e capacidades de autogoverno. A colonização no Oriente Médio e os pactos internacionais que delimitam modelos de Estado-nação deixaram como legado um nó, formado pelas disputas em torno da própria ideia de povo, arraigado aos conflitos econômicos, políticos, étnico-raciais e territoriais. Apresentarei a seguir os processos de reorganização das pautas políticas curdas na segunda metade do século XX e suas implicações.

>>ETNICIDADE, TERRITORIALIDADE E NACIONALISMOS: UMA IDEIA IMAGINADA DE POVO

A análise da produção intelectual curda tem indicado que, durante os anos 1940 a 1999, pelo menos, as lutas por independência, reconhecimento e autonomia curda eram pautadas principalmente por duas questões: a defesa de uma ideia de povo e a gestão autônoma do território e suas fronteiras, o que posiciona etnicidade e territorialidade como categorias centrais de estratégia política na luta por suas demandas (Romano, 2006; Bozarslan, 2007; Gunes, 2012).

A produção de uma ideia homogênea de povo curdo foi acompanhada por uma agenda política internacional – impulsionada pela assinatura da Carta das Nações Unidas em 1946 –, que fomentou as expectativas de alcance da independência e autonomia curda. Martin Strohmeier (2003) reconstrói algumas das disputas em torno da constituição de um modelo homogêneo de identidade curda na passagem do século XIX até meados do século XX, destacando o papel cumprido pela imprensa e pela produção literária curda na conformação dessa identidade. O autor aponta uma dinâmica de hierarquização no interior das próprias comunidades, decorrente do acesso ao letramento por parte de diferentes famílias, cujos descendentes realizavam seus estudos no exterior e retornavam em posições de liderança de caráter nacionalista.

> [...] o foco ocorre nos esforços publicitários de curdos nacionalistas para definir, justificar e propagar seus objetivos, especialmente em vários jornais estabelecidos com esse propósito. Escritores curdos tiveram de definir e apresentar os curdos. Seu trabalho era de criar representações textuais que, na melhor das hipóteses, ao mesmo tempo, inspirariam uma identificação curda interna e aprimorariam a percepção das imagens dos curdos no Ocidente. (Strohmeier, 2003, p. 3)

A ideia de aprimorar as imagens dos curdos no Ocidente resulta da busca por apoio da comunidade internacional ocidental em seu reconhecimento como povo minoritário. Apesar da multiplicidade étnica e religiosa, a distinção social e a hierarquização entre letrados e não letrados apontavam

o controle de uma elite intelectual curda sobre as dinâmicas de formação de uma suposta identidade cultural. De acordo com Hakam Yavuz,

> o discurso público dominante presumiu que os curdos eram um grupo homogêneo, de pessoas que compartilhavam a mesma língua, etnicidade e aspirações políticas de independência. Esse nacionalismo totalizado e imaginado é reforçado pela proclamação de alguns dos intelectuais nacionalistas curdos e burocratas dos EUA para enfatizar a uniformidade dos curdos em relação aos turcos, árabes e persas. A realidade é diferente: curdos são diferenciados por uma variedade cultural, econômica e por fatores políticos. (Yavuz, 2004, p. 126)

A formação de uma identidade cultural homogênea, isto é, como uma ideia imaginada de nacionalidade, conflitava com as diferenças de perspectiva política, cultural e social dos diferentes povos nos chamados cantões do Curdistão. Posteriormente, a partir dos anos 1960, a dinâmica de mobilização pela autonomia por meio de uma ideia de povo deu lugar à reorganização das estratégias políticas de pertencimento social de maneira distinta em cada uma das regiões. Na Turquia, deflagraram-se diferentes processos de formação de partidos políticos; movimentos internos de luta por autonomia; movimentos por integração nacional, reconhecimento da etnia curda na constituição e contra a marginalização, que estava vinculada à falta de investimentos e de políticas públicas em territórios curdos; e de luta contra a violência policial promovida pelo Estado (Heper, 2007).

Nesse contexto, em 1970, um grupo de jovens ativistas da capital, Ankara, fundou o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), liderado pelo ativista e cientista político Abdullah Öcalan, cujo propósito era defender a participação ativa dos curdos na política e construir uma oposição ao nacionalismo turco. O PKK passou também a denunciar as intervenções militares realizadas pelo Exército turco em territórios curdos localizados no sudoeste da Turquia (Heper, 2007, p. 114).

Durante os anos 1970 e 1980, a agenda política do PKK estava concentrada em consolidar a resistência curda no interior da política da Turquia através da luta por reconhecimento institucional. Com a intensificação dos processos de violência pelo governo turco, o partido passou a organizar

grupos armados de resistência através da formação de guerrilhas. Além disso, a aproximação com movimentos políticos da esquerda internacional, de orientação marxista-leninista, abriu de vez as portas para uma política de conflito direto pela independência, porém não mais restrita apenas à Turquia, mas como uma crítica ampla ao capitalismo e suas formas de exploração da vida por meio da própria ideia de Estado moderno. Öcalan passou a defender que a implementação de um Estado-nação no Curdistão significaria adentrar "a dinâmica moderna capitalista de exploração". Segundo ele: "Sem oposição à modernidade capitalista, não haverá lugar para a libertação dos povos" (Öcalan, 2016, p. 25).

A ocupação britânica no Iraque terminou em 1932; no entanto, a formação do Governo Regional do Curdistão no Iraque só começaria a se organizar na década de 1970, sendo brutalmente interrompida na década seguinte com o genocídio promovido pelo presidente do Iraque, Saddam Hussein, no contexto da guerra entre Irã e Iraque (1980-1988). Em uma série de ataques, que ficaram conhecidos como Operação Anfal, aproximadamente 180 mil curdos e pessoas de outras minorias étnicas foram assassinados, e milhares foram expulsos da cidade de Kirkuk. Os anos 1990 e 2000 foram marcados por novos conflitos com o Estado do Iraque, entre os próprios curdos e pela intervenção dos EUA, em 2003, que foi determinante para a queda de Saddam Hussein. Em 2005 foi determinada a autonomia federal do território curdo, com capital em Erbil. O kurmancî passou a ser reconhecido como idioma oficial no território do Governo Regional do Curdistão, um Estado autônomo, apesar de não ser independente do Iraque, onde vivem cerca de cinco milhões de habitantes, de acordo com os dados oficiais apresentados pelo Governo Regional do Curdistão (2020).

Os processos de perseguição política e de marginalização dos curdos que viviam na Síria também se intensificaram a partir dos anos 1970, quando Hafez al-Assad assumiu o governo. Ele permaneceu no poder por trinta anos e foi sucedido por seu filho, Bashar al-Assad, que governa o país desde 2000 (Yildiz, 2005).

Como dito no início deste capítulo, as comunidades curdas, que já se organizavam politicamente no norte do Iraque em meio à guerra contra

o EI, impulsionaram de vez o processo de independência, culminando na declaração de autonomia política da Região de Rojava em 2015. Esse passo foi possível graças ao esforço coletivo de diversas organizações de apoio às comunidades curdas e às brigadas armadas que formaram as forças de coalizão, a saber: as Unidades de Proteção Popular formadas por homens curdos, conhecidas como YPG; os combatentes internacionais que integravam as forças curdas; e as Unidades de Proteção Popular formadas por mulheres, conhecidas como YPJ. Veremos adiante os desdobramentos dessas organizações nas duas primeiras décadas do século XXI.

>>CURDISTÃO NO SÉCULO XXI: LIBERDADE NACIONAL E LIBERDADE DAS MULHERES

Durante o século XX, colonialismo, nacionalismo, etnicidade e territorialidade foram as categorias que se destacaram nas disputas políticas ao redor da Questão Curda. Na passagem para o século XXI, o protagonismo das mulheres faria emergir a potência da categoria gênero como um dos elementos centrais da reorientação das campanhas por autonomia curda.

Até os anos 1990, ainda que contasse com a presença ativa de diversas mulheres, a igualdade de gênero no interior das comunidades curdas era projetada como um horizonte pós-independência e não fazia parte da narrativa e da pauta principal do próprio PKK. Segundo Massoud Dryaz, os movimentos de mulheres teriam se amplificado a partir da necessidade de se organizarem de forma autônoma para lidar com as denúncias coletivas de "machismo" e "sexismo" de seus colegas de militância (Dryaz, 2011). Enquanto a etnicidade era uma categoria predominante na pauta política da luta por autonomia, a luta interna pelo reconhecimento da igualdade de gênero e pela simetria de poder entre gênero e etnicidade passou a simbolizar a agenda das mulheres ativistas.

> Feministas curdas também subordinaram o movimento de mulheres aos interesses do nacionalismo curdo. Em todas as partes do Curdistão, a libertação nacional ofuscou completamente a emancipação das mulheres. Outras organizações que lutam pelo autogoverno, com exceção do Partido

> Democrático do Curdistão Iraniano, organização curda do partido comunista do Irã, também buscaram uma agenda de gênero conservadora. Curvando-se à tradição e à cultura, os partidos nacionalistas postergaram a igualdade de gênero ao futuro, para um momento posterior à conquista da independência. O PKK, que se vangloria por recrutar um número alto de mulheres para a luta nacionalista, frequentemente celebra relações tradicionais de gênero. (Mojab, 2001, p. 9)

> Mulheres curdas não apenas começaram a demandar suas próprias identidades curdas, elas também desenvolveram uma consciência feminista como resposta às atitudes chauvinistas dos homens curdos no interior da luta nacional. (Arakon, 2015)

Sob essas circunstâncias, as mulheres passaram a produzir manifestos e a promover encontros em congressos nacionais para discutir essas questões. Em 1987, as mulheres do PKK fundaram a União Patriótica das Mulheres do Curdistão (YJWK), que posteriormente adotaria o nome de Movimento de Mulheres Livres do Curdistão (TAJK). Em 1995, a União das Mulheres Livres do Curdistão (YJAK) tornou-se a primeira organização oficial militar e política de mulheres curdas. Cinco anos depois, em 1999, na ocasião do Encontro Nacional de Mulheres em Marcha, a organização se tornaria autônoma em relação ao PKK, com o nome de Partido das Mulheres Trabalhadoras do Curdistão (PJKK), que, a partir de 2004, passa a ser denominado Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PAJK).

Impulsionado pelas demandas das mulheres curdas, Abdullah Öcalan passou a revisitar seus escritos sobre o movimento e reordenou a orientação do partido para a promoção de uma agenda política igualitária (Dryaz, 2011). O PKK reorientou seus debates para a elaboração de um projeto coletivo que fosse democrático, antinacionalista, anticolonial e transfronteiriço, devendo atender às necessidades das organizações culturais, políticas e sociais dos diversos povos da região, principalmente às das mulheres. O modelo político elaborado recebeu o nome de Confederalismo Democrático. Segundo Öcalan:

> O Confederalismo Democrático está aberto a outros grupos políticos. É flexível, multicultural, antimonopolista e orientado para o consenso. A ecologia

> e o feminismo são pilares centrais. No panorama desse tipo de autoadministração, uma economia alternativa se tornará necessária, o que aumentará os recursos da sociedade em vez de explorá-los, e fará, assim, justiça às múltiplas necessidades da sociedade. (Öcalan, 2016, p. 27)

O alcance produzido pelas mobilizações e organizações de mulheres curdas tornou a condição da liberdade das mulheres uma pauta a ser incorporada ao processo de constituição da nação. A *liberdade* (*azadî*) surge como expectativa de uma categoria abrangente na vida das mulheres, porque deve comportar diferentes perspectivas em diferentes âmbitos. A conjunção entre gênero e etnicidade não se estabeleceria por meio da simples adição das demandas produzidas pelas mulheres às demandas já existentes. É necessário, de acordo com Öcalan, reelaborar o projeto de nação, de organização da vida comunitária e das relações internas nas próprias comunidades. Assim, sob o lema "Mulher, Vida e Liberdade" ("*Jîn, Jîan, Azadî*", em kurmancî), ativistas curdas têm buscado qualificar as categorias de igualdade, gênero, liberdade e nação, além de refletir sobre como as relações entre essas categorias se estabelecem, como serão incorporadas às estruturas das políticas locais, como são promovidas nas organizações e como são mobilizadas no curso da guerra contra o EI (al-Ali; Pratt, 2011; Flach, 2007; Paniz, 2019).

Em termos práticos, os territórios proclamados autônomos em Rojava são administrados pela Tevgera Civaka, Demokratik (TEV-DEM), uma espécie de aliança democrática formada em 2012. A TEV-DEM é responsável pelo estabelecimento dos conselhos populares, que são os espaços de organização comunitária, cuja composição pode variar entre vinte e duzentas pessoas, a depender do arranjo social existente. Para garantir a igualdade de gênero nas organizações, há uma exigência mínima de participação de 50% de mulheres e uma cota de 10% para as demais minorias étnicas não curdas. Há outros órgãos de administração, como o Supremo Conselho Curdo (SKC) e a Autoadministração Democrática (DSA), que possui coocupação de cargo por gênero e rege os ministérios locais.

O ativismo promovido pelas mulheres curdas, no *front* de guerra e por meio de seus escritos, reconfigurou a pauta política em torno do projeto

de nação, promovendo uma luta pela simetria entre gênero e etnicidade enquanto categorias centrais sobre as quais se assentam as lutas por autonomia curda. Essa mudança revelou uma percepção sobre as nuances da subordinação da liberdade das mulheres aos projetos políticos de liberdade anteriormente configurados pelos seus companheiros homens e viabilizou a constituição recente de um projeto de nação que tem a luta anticolonial e a liberdade das mulheres como um de seus pilares. O estabelecimento da conexão direta entre liberdade das mulheres e liberdade nacional amplia os sentidos conferidos à própria noção do que seria liberdade, possibilitando o processo de constituição de uma nação estruturada na perspectiva da igualdade de gênero.

Acerca das relações entre gênero e nacionalismo no Curdistão Iraquiano, Nadje al-Ali e Nicola Pratt (2011) argumentam que o conhecimento produzido nas universidades contribuiu significativamente com as lutas pelos movimentos de direitos das mulheres na região. Segundo elas, entretanto, essa contribuição foi recepcionada de maneiras distintas pelas mulheres das comunidades curdas, desaguando em relações de desigualdade e hierarquização entre as próprias mulheres e marcando uma distinção social entre aquelas consideradas politicamente educadas pela militância formal e as que não estavam familiarizadas com as pautas da militância. As diferenças no interior das próprias comunidades curdas produzem hierarquias e expectativas distintas sobre os sentidos da ideia de liberdade, cujo significado passa a ser disputado a depender de onde, como e por quem é enunciada.

>>DIÁSPORA E SOLIDARIEDADE: O ATIVISMO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

O envolvimento de diversos países, de organizações locais e internacionais, os relatos e os documentos oficiais produzidos por militares europeus e por viajantes na região indicam que a dinâmica política da Questão Curda jamais foi definida como um problema restrito ao Oriente Médio.[3]

3 Cf. Yildiz, Muller e Chomsky (2008); Randal (1999); Engle (2006); Kowarsch e Kilic (2007); Kashi (1994); Euben (2006); e Bois (1966).

A diáspora durante o século XX e a formação de diversos centros de estudos curdos em universidades do Reino Unido, da Europa, dos EUA e do Canadá possibilitaram a ampliação do ativismo para além do espaço físico dos conflitos, de modo que se tornou fundamental buscar compreender como a mobilização das comunidades curdas em diáspora vêm cumprindo esse papel.[4]

O ativismo desempenhado no âmbito acadêmico em organizações políticas e redes de associações de curdos em diáspora forma uma rede de atuação composta por organizações locais, organizações transnacionais, lideranças comunitárias, partidos, ativistas e acadêmicos locais e internacionais, curdos e não curdos. Essa rede tem atuado conjuntamente em diversas frentes: propondo reflexões sobre movimentos políticos no Oriente Médio; obtendo bolsas de estudo por meio da produção e divulgação de dados de pesquisas realizadas sobre a região; publicando livros, imagens e textos que buscam informar sobre as dinâmicas que envolvem as comunidades; e internacionalizando o conhecimento sobre a região.

Livros, artigos, panfletos, vídeos e fotografias estão disponíveis e acessíveis em inglês, espanhol, francês, árabe, grego, italiano, alemão, polonês, entre outros.[5] Essa estratégia identifica que a tradução e a transliteração dos materiais fazem parte de uma das principais estratégias dos ativistas curdos em busca do reconhecimento da comunidade internacional sobre o conflito. As comunidades curdas em diáspora têm se mobilizado para produzir conhecimento e disponibilizar materiais em diferentes canais

4 Alguns exemplos desses centros de estudos são: Regents University, Middlesex University, University of Cambridge, School of Oriental and African Studies (SOAS) e London School of Economics, no Reino Unido; Europäische Zentrum für Kurdische Studien – Berliner Gesellschaft zur Förderung der Kurdologie, Institut für Kurdische Studien, na Alemanha; Instituto de Cultura Curda de Paris, na França; e Instituto de Cultura Curda de Bruxelas, na Bélgica.

5 Algumas fontes de material disponíveis na internet são: Kurdish Project (https://thekurdishproject.org), Peace in Kurdistan (https://www.peaceinkurdistancampaign.com), Kurdistan America Latina (http://kurdistanamericalatina.org), Kurdistan au Féminin (https://kurdistan-au-feminin.fr), Azadî (https://azadiplataforma.wordpress.com), Scottish solidarity with Kurdistan (http://www.sskonline.org.uk), Kurdish Solidarity Cymru – País de Gales (https://kurdishsolidaritycymru.weebly.com), Free Öcalan (http://www.freeocalan.org/main), Books by Abdullah Öcalan (http://ocalanbooks.com).

de comunicação e idiomas. Assim, buscam "traduzir", tanto no sentido da linguagem como no sentido simbólico e cultural, os acontecimentos em torno da resistência curda, e contribuir com a construção coletiva de movimentos de solidariedade.[6]

A respeito do caso específico das mulheres e de como surgiram esses laços, no estudo sobre as experiências de trauma e consequências psicológicas sofridas por imigrantes curdas na União Europeia, Ann-Kristin Kowarsch e Nursel Kilic (2007) apontam que o compartilhamento coletivo das experiências de violência sofrida pelas mulheres produziu um efeito de proximidade e estreitamento de laços entre elas. Esse senso de coletividade pode oferecer suporte para a compreensão dos fatores que conduziram a uma reação conjunta na construção de demandas próprias das mulheres. A nomeação da violência contra as mulheres, segundo elas, teria acendido uma reflexão sobre as assimetrias de poder no interior dos movimentos curdos.

> Não é por acaso que o engajamento do movimento de jovens mulheres curdas nas quatro partes do país dividido, assim como o compromisso emancipatório de muitas mulheres curdas ativistas e em associações, quebrou o silêncio. Ao nomear e desvelar as diferentes formas de violência a que as mulheres eram expostas ao longo das gerações, como imigrantes e como curdas, elas começaram a explorar caminhos e formas de superá-las. (Kilic; Kowarsch, 2007, p. 10)

6 Até 2019 eu havia realizado o mapeamento das atividades de pelo menos quarenta comitês de solidariedade localizados em diversos países, como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, EUA, Canadá, Espanha, Itália, França, Polônia, Alemanha, Inglaterra, Escócia, etc. Alguns desses comitês são Azadî – Plataforma de Solidaritat amb el poble kurd, Chicago Comitte for Solidarity with Kurdistan and Rojava, Comité de mujeres en solidariedad con Kurdistan en Argentina, Comité de solidariedad con Kurdistan Chileno-mapuche, Comité de solidariedad con Kurdistan en Córdoba, Comité de solidariedad con Kurdistan en La Plata, Comitê de solidariedade à resistência popular curda de São Paulo, Comitê solidário aos povos do Curdistão do Rio Grande do Sul, Kurdiscat (Comité Català de solidaritat amb Kurdistan), Kurdistan Solidarity Campaign, Kurdistan solidarity movement international, London Kurdish Solidarity, Novenda Civaka Kurd ya demokratik, Plataforma de solidariedade com os povos do Curdistão de Lisboa, Rojava Solidarity of New York, Scottish Solidarity with Kurdistan, Solidarité Femmes Kobané, Comité de coordinación Bolívia-Kurdistan, Comité de solidariedad Kurdistán de Colombia, Comité de solidariedad Kurdistán de Ecuador, Solidarität mit Kurdistan Düsseldorf, Solidarität mit Kurdistan Stuttgart.

O ato de compartilhar sentimentos pode ser visto como fator que explica a associação coletiva de mulheres que respondem conjuntamente à violência física, política e moral. A relação entre violência, gênero e nação foi concebida por Veena Das (2011), cujo estudo realizado com mulheres paquistanesas vítimas de violência na fronteira com a Índia aponta o sofrimento social como uma categoria analítica. A pesquisadora apresenta a formulação que é aqui utilizada como um dos recursos analíticos no debate sobre o caso das mulheres curdas:

> As violações inscritas no corpo feminino (literal e figurativamente) e as formações discursivas em torno dessas violações, como vimos, tornaram visível a imaginação da nação como uma nação masculina. O que isso fez à subjetividade das mulheres? Precisamos perguntar não só como a violência étnica ou comunal foi perpetrada por atos de violação específicos de gênero, como o estupro, mas também como as mulheres tomaram esses signos nocivos de violação e os reocuparam através do trabalho de domesticação, ritualização e renarração. (Das, 2011, p. 9)

A atuação das mulheres das diversas vertentes dos movimentos curdos tem referenciado mudanças estratégicas no curso da luta por resistência, por autonomia ou pela nação. O estreitamento das relações entre elas teria tido resultado efetivo através das mobilizações coletivas para denunciar as opressões que sofrem, tanto por parte dos Estados que governam seu território como no interior das próprias comunidades curdas, por parte dos homens curdos.

O ativismo desempenhado pelas unidades militares femininas do Exército (YPJ), pelas mulheres que atuam nas organizações transnacionais de apoio a curdos e curdas,[7] por lideranças locais (como Sakine Cansız, Fidan Doğan, Kesire Yildirim e Leyla Şöylemez) e por ativistas na comunidade intelectual curda (Anja Flach, Shazard Mojab, Nadia Murad, Dilar Dirik e Melike Yasar, por exemplo) tem impulsionado diversas discussões,

7 Algumas dessas organizações são: Peace in Kurdistan, Kurdish Women's Rights, Iranian and Kurdish Women's Rights Organization (IKWRO), Kurdish and Middle Eastern Women's Organization (KMEWO), Kurdish Women's Rights Watch (KWRW), PENPeace Mothers, Measuring Anti-Muslams Attacks Organization (MAMA).

sobretudo de gênero, e passou a imprimir novos olhares sobre o debate de gênero, nação e estudos curdos (D'Angelo, 2008; Jawad; Benn, 2003).

>>HISTÓRIA, GÊNERO E TEMPO

O desafio para reelaborar as narrativas históricas curdas reside na reflexão sobre a complexidade das noções de sujeito e da articulação de diferentes forças e poderes envolvidos no conflito. A distinção das pautas produzidas por homens e mulheres possibilita elucidar a dinâmica de desigualdade nas representações. Esse tipo de análise requer o enfrentamento de desafios a respeito do enquadramento temporal na crítica à ausência de debates de gênero em textos produzidos em períodos anteriores à ascensão desses próprios debates. É certo que foram as mulheres ativistas curdas que impulsionaram a luta por igualdade de gênero no projeto nacional, mas os pontos fundamentais de sua perspectiva de igualdade são a aliança, a educação e a reestruturação da vida produtiva e reprodutiva em parceria com seus companheiros homens. Assim, a discussão de gênero no debate curdo e a análise da exposição e da abordagem da guerra podem e devem também englobar a crítica às noções de masculinidade e feminilidade na construção de suas campanhas, sobretudo considerando a inversão que se tornou a peça fundamental de divulgação da luta curda: a construção de um exército historicamente concebido como um lugar ocupado por homens e agora notadamente marcado pela atuação das mulheres.

Apesar da indicação de uma tradição histórica de liderança e protagonismo das mulheres no interior das comunidades curdas, isso não significa dizer que questões de gênero tenham sido historicamente tratadas com um arcabouço teórico específico. Como apontado por Joan Scott (1995, p. 73), a constituição de gênero como categoria analítica implica "o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante" para possibilitar uma nova concepção de História. Na busca pela produção de narrativas sobre a atuação das mulheres nas disputas políticas curdas ao longo do século XX, cientistas sociais e historiadores do campo de estudos curdos contemporâneos passaram a revisitar a historiografia produzida ao

longo do século XX e/ou sobre a época e a imprimir novos olhares sobre o tema.

Apesar da projeção midiática em torno da particularidade recente das Unidades de Proteção Popular Femininas (YPJ), já havia sido assinado em 1935, por Sureya Bedr-Khan, no Instituto de Cultura Curda de Paris, um documento intitulado *La femme kurde et son rôle social*, que sugere que o protagonismo e a liderança das mulheres (inclusive nas forças armadas) são compreendidos como elemento central para a organização da vida social curda já na primeira metade do século XX. Em seu argumento, o autor destaca o protagonismo das mulheres na administração do lar e na gestão coletiva das organizações políticas locais, como também o papel desempenhado no comando de tropas militares, indicando que a formação do Exército não é uma novidade para elas. "Nos combates contra todos os tipos de invasores, aos quais durante séculos os curdos vêm resistindo, as mulheres tomaram o comando das tropas no lugar dos maridos mortos como forma de honrar sua legião" (Bedr-Khan, 1935, p. 3).

Bedr-Khan parece equalizar o protagonismo e a autonomia das mulheres curdas em suas respectivas comunidades através de uma correlação simétrica entre gênero, classe e religiosidade. O autor afirma que mesmo as mulheres curdas ricas aprendem a cozinhar, a limpar e a costurar; que as jovens curdas, apoiadas pela mãe, têm liberdade para escolher seus futuros companheiros; que homens também realizam serviços domésticos; e que mulheres possuem um grande papel na política, acompanhando as reuniões e apoiando seus maridos e respectivos assistentes. Por fim, ele destaca três mulheres, Adilé Hanoum, que dirigiu por quinze anos o enclave de Djaff; Mariam Hanoum de Chemdinam, que dirigiu por longos anos as relações entre suas comunidades; e Hazfé Hanoum, conhecida como "A bela", que substituiu seu esposo em comandos militares quando ele foi exilado (Bedr-Khan, 1935).

A etnografia realizada por Henny Harald Hansen, em 1957, publicada no livro *The Kurdish woman's life* (1961), reporta a relevância do protagonismo das mulheres nas esferas da vida social, política, cultural e religiosa curda. Hansen afirma que o propósito de seu trabalho era realizar um

estudo etnográfico sobre a condição das mulheres curdas e, a partir dos dados, refletir sobre concepções de liberdade mobilizadas por elas. A autora apresenta os modos como as mulheres participavam coletivamente da dinâmica social, cultural, religiosa e política da vila e do espaço da casa. Hansen conclui que não é possível confirmar ou negar que as mulheres curdas sejam livres ou independentes, uma vez que essas noções não são suficientes para articular os diferentes sentidos atribuídos pelas diferentes mulheres à noção de liberdade. E mesmo a ideia de autoridade compartilhada com homens não seria capaz de conferir um sentido de liberdade forjado por elas. Desse modo, a autora busca compreender os múltiplos sentidos da ideia de liberdade para refletir sobre a própria hierarquização entre eles, considerando fatores como posição social, acesso à educação formal e dinâmicas nas práticas religiosas, culturais e sociais (Hansen, 1961).

Com base no documento de Bedr-Khan e no estudo conduzido por Hansen, é possível formular a seguinte questão: se o protagonismo das mulheres – inclusive com armas – no interior das comunidades data da primeira metade do século XX, ou seja, é anterior aos movimentos recentes, então por que essa questão só ganhou visibilidade na comunidade internacional a partir de 2014?

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Questão Curda enquanto objeto de análise tem possibilitado repensar as dinâmicas de espaço, tempo e gênero na abordagem sobre o curso de um conflito, muito embora, historicamente, a própria emergência dos estudos pós-coloniais trate de produzir de maneira geral conhecimento a partir dos movimentos, pessoas, espaços e objetos situados espacial e temporalmente no Sul Global após os respectivos processos de colonização. As dinâmicas de deslocamento e os estudos de gênero na análise desse conflito têm revelado que a circulação de ideias e as relações de força que envolvem as disputas sobre a autonomia curda requerem uma abordagem multidimensional, que possibilite notar a ampliação e/ou a ressignificação do espaço e enquadramentos temporais particulares de uma guerra para além do *front* de guerra

e das disputas de território *in loco*. A rede formada por ativistas, organizações e intelectuais curdos em diáspora, que está comprometida com críticas e reflexões sobre as disputas de ideias que conformam a nação, torna esse conflito um objeto particular de estudos da geopolítica do conhecimento.

Ao longo do século XX, a retórica de defesa da terra compôs a estratégia fundamental de reconhecimento a partir do apoio da comunidade internacional para sua autonomia. As ocupações britânica e francesa, a redivisão de suas fronteiras, a perda de terras na formação dos Estados nacionais do Irã, do Iraque, da Síria e da Turquia, as demandas internacionais criadas pela Liga das Nações e pela ONU e toda a dinâmica de construção nacional e internacional de apoio compõem a rede de forças envolvidas no processo – a astronomia política descrita por Benedict Anderson (2014) – em um verdadeiro cenário de imaginação anticolonial.

A luta por reconhecimento das demandas das mulheres e pela elaboração de um projeto nacional fundado na igualdade de gênero advém de um circuito de ideias que engloba *front* de guerra, diáspora, campo intelectual e mídia como recurso estratégico e plataforma de apoio que transnacionalizou o movimento e, na busca por empatia, tornou coletivo o dever de solidariedade[8] para com esse povo. A superação das fronteiras territoriais e de uma ideia de Estado, defendida por Öcalan, também ocorre no campo da teoria social e impõe a inevitabilidade de falar de etnicidade sem falar de gênero sob uma perspectiva interseccional, como adverte al-Ali (Öcalan, 2016; al-Ali; Pratt, 2011). Os movimentos de mulheres curdas não buscam apenas expulsar as forças do Daesh e do Exército turco de suas terras; eles propõem também a prática da igualdade de gênero como um projeto nacional "sem Estado", ecologicamente orientado, no qual a representação política paritária é apenas o ponto de partida de um projeto que demanda a revisão estrutural da vida coletiva de homens e mulheres, das hierarquias sociais, do trabalho produtivo e reprodutivo.

Isso impõe a tarefa de problematizar os desafios enfrentados pela teoria social: escrever a história de um conflito incorporando as mulheres

8 Refiro-me aos comitês de solidariedade aos povos curdos criados em diversos países.

como sujeitos políticos e as suas demandas, considerando colonialismo, gênero e etnicidade como categorias analíticas – o que requer fundamentalmente a construção de um debate qualificado sobre a diferença entre temporalidade social e temporalidade da teoria.

REFERÊNCIAS

ABOONA, Hirmis. *Assyrians, kurds, and ottomans:* intercommunal relations on the periphery of the Ottoman Empire. Amherst: Cambria Press, 2008.

AL-ALI, Nadje; PRATT, Nicola. Between nationalism and women's rights: the Kurdish women's movement in Iraq. *Middle East Journal of Culture and Communication*, Leiden, p. 337-353, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras:* anarquismo e imaginação anticolonial. Campinas: Editora Unicamp; Fortaleza: UECE, 2014.

ARAKON, Maya. Kurdish women's unknown history of struggle. *Opendemocracy.org*, 2015. Disponível em: http://www.kurdishinfo.com/kurdish-womens-unknown-history-ofstruggle. Acesso em: 21 nov. 2016.

BEDR-KHAN, le Prince Sureya. La femme kurde et son rôle social. *In*: CONGRÈS INTERNATIONAL D'ANTHROPOLOGIE, BRUXELES, IMPRIMERIE MÉDICALE ET SCIENTIFIQUE, 16., 1935, Paris. Arquivo digital do Instituto de Cultura Curda de Paris. Disponível em: http://bnk.kurde.eu/ catalogue/detail_pdf.php?-pirtuk=735&r_total=ok&r_autcode=. Acesso em: 3 set. 2020.

BOIS, Thomas. *The kurds.* Beirut: Khayat, 1966.

BOZARSLAN, Hamit. *La Question Kurde*: états, minorities au Moyen-Orient. Paris: Presses de la fondation nationale des Sciences Politiques, 2007.

D'ANGELO, Alessio. *Kurdish community organisations in London*: a social network analysis. Middlesex: Social Policy Research Centre, Middlesex University, 2008. (Working Paper, n. 2).

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Dossiê Violência: Outros Olhares, n. 37, p. 9-41, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/34d-dpTp8X6GyLJDFyCQ9YwS/?lang=pt. Acesso em: 11 set. 2020.

DIRIK, Dilar. Kurdish women's radical self-defense: armed and political. *Telesur English*, 7 jul. 2005.

DRYAZ, Massoud Sharifi. *Women and nationalism*: how women activists are changing the Kurdish conflict. *In*: MIDDLE EAST. PH.D. STUDENTS CONFERENCE ON STATE, SOCIETY AND ECONOMY IN THE MODERN MIDDLE EAST, 2011, SOAS UNIVERSITY OF LONDON, 7- 8 maio 2011, Londres. *Proceedings* [...]. Disponível em: https://www.soas.ac.uk/smei/events/ssemme/file67896.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ELPHINSTON, William G. The Kurdish Question. *International Affairs*, v. 22, n. 1, 1946, p. 91-103. DOI:10.2307/3017874.

ENGLE, Merry Sally. *Human rights and gender violence*: translating international law into local justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

EUBEN, Roxane Leslie. *Journey to the other shore*. Muslim and Western travelers in search of knowledge. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

FLACH, Anja. *Frauen in der kurdischen guerilla:* motivation, identität und geschlechterverhältnis in der frauenarmee der PKK. Köln: Papyrossa, 2007.

FROMKIN, David. *A peace to end all peace*: the fall of the Ottoman Empire and the creation of the Modern Middle East. Chicago: Holt McDougal, 2009.

GOVERNO Regional do Curdistão. Página oficial, 2020. Disponível em: https://gov.krd/?l=12. Acesso em: 4 abr. 2020.

GUNES, Cengiz. *The Kurdish national movement in Turkey*: from protest to resistance. Londres; Nova York: Routledge, 2012.

HANSEN, Harald Henny. *The Kurdish woman's life.* Denmark: Nationalmuseet, København; Carlsberg Foundation, 1961.

HEPER, Metin. *The State and kurds in Turkey*: the question of assimilation. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

JAWAD, Haifaa; BENN, Tansin. *Muslim women in the United Kingdom and beyond*: experiences and images. Leiden; Boston: Brill, 2003.

KASHI, Ed. *When the borders bleed*: the struggle of the kurds. London: Chatto & Windus, 1994.

KOWARSCH; Ann-Kristin; KILIC, Nursel (ed.). *Psychological consequences of trauma experiences on the development of Kurdish migrant women in the European Union*. Final results and background of a survey in five European countries and Turkey. Rotterdam: International Free Women's Foundation, 2007. Disponível em: https://www.yumpu.com/en/document/read/10622185/psychological-consequences-of-trauma-experiences-on-the-. Acesso em: 1º set. 2020.

MOJAB, Shahrzad. *Women of non-State nation*: the kurds. Costa Mesa/CA: Mazda, 2001.

ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo Democrático*. Rio de Janeiro: Editorial Rizoma, 2016.

PANIZ, Flávia. Mulher, vida e liberdade: gênero, etnicidade e ecologia no movimento de mulheres curdas em Rojava. *Campos – Revista de Antropologia*, v. 19, n. 2, jul. 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/62051. Acesso em: 11 set. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/cra.v19i2.62051.

RANDAL, Jonathan. *After such knowledge, what forgiveness?* My encounters with Kurdistan. Westview: Boulder, 1999.

ROMANO, David. The Kurdish nationalist movement opportunity, mobilization, and identity. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Sociedade*, v. 20, n. 2, 1995.

STROHMEIER, Martin. *Crucial images in the presentation of a Kurdish national identity*: heroes and patriots, traitors and foes. UK: Brill, 2003.

YAVUZ, M. Hakan. Provincial, not ethnic federalism in Iraq. *Middle East Policy,* v. 11, n. 1, p. 126-131, 2004.

YILDIZ, Kerim. *The kurds in Syria*: the forgotten people. Londres: Pluto Press; Kurdish Human Rights Project, 2005.

YILDIZ, Kerim; MULLER, Mark; CHOMSKY, Noam. *The European Union and Turkish accession*: human rights and the kurds. Londres; Ann Arbor: Pluto Press, 2008.

7

A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO E O DESLOCAMENTO FORÇADO DAS MINORIAS RELIGIOSAS NO IRAQUE

Igor H. Sabino de Farias

A ascensão do Estado Islâmico (EI) no Iraque, em 2006, teve uma série de consequências políticas e sociais para o país e para o Oriente Médio como um todo. Uma delas está relacionada ao deslocamento interno de cristãos e yazidis, dois dos principais grupos religiosos não islâmicos do Iraque. De acordo com o Centro de Monitoramento do Deslocamento Interno (IDMC[1]), o país possui uma das situações mais voláteis do mundo quando se trata de migrações forçadas, com cerca de dois milhões de deslocados internos. Segundo a organização, as principais causas desse fenômeno são os conflitos sectários entre 2006 e 2008, as ações do EI a partir de 2013, além dos esforços militares para derrotá-lo (IDMC, 2019).

Estima-se que, em 2013, já houvesse 2,1 milhões de deslocados internos no Iraque. Após a expansão do EI, em 2014, esse número aumentou para 2,2 milhões, a maior taxa mundial naquele ano. Apenas em abril do mesmo ano, durante a batalha pela cidade de Fallujah, capturada pelo grupo três meses antes, mais de quinhentas mil pessoas foram forçadas a deixar suas residências. Em 2017, com a ofensiva para a reconquista de Mossul, ocupada pelo EI desde junho de 2014, mais de um milhão de pessoas – quase a totalidade da população da cidade – encontravam-se em situação de deslocamento forçado (IDMC, 2019).

Diante disso, o presente capítulo busca analisar como a atuação do EI e o consequente fluxo migratório causado pelo grupo afetaram as minorias religiosas no Iraque. Para isso, emprega-se a noção de deslocado interno conforme os Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos (1989) da ONU, segundo a qual

1 Em inglês: Internal Displacement Monitoring Center.

> são pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar as suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em decorrência de, ou com vista a evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado. (ONU, 1989, p. 1)

Este capítulo foca o deslocamento motivado por violações dos direitos humanos, em especial o direito à liberdade religiosa, e está dividido em quatro seções. Na primeira, apresenta-se um breve histórico da situação dos cristãos e yazidis no Iraque de 2006 a 2014 – período de maior atuação do EI no país. Na segunda, destaca-se como as ações do grupo e suas tentativas de genocídio contribuíram para o deslocamento forçado dessas minorias religiosas. Na terceira parte são discutidas algumas das ações da comunidade internacional em relação aos cristãos e aos yazidis vítimas do EI. Na quarta, por fim, é discutido como a criação de uma zona de proteção (*safe haven*) no Iraque poderia contribuir para a proteção dos deslocados internos por perseguição religiosa no país.

>>O DESAPARECIMENTO DAS MINORIAS RELIGIOSAS DO IRAQUE

Como ressaltado nos capítulos 1, "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)", e 2, "O apogeu do Estado Islâmico (2013-2017)", o EI começou a atuar no Iraque ainda em 2006, ganhando maior notoriedade internacional apenas em 2014, com a conquista da cidade de Mossul. Desde os anos iniciais do grupo, islâmicos xiitas foram alvos primários de perseguição religiosa pelo grupo, uma vez que eram considerados por al-Zarqawi como "infiéis". Essa perseguição mergulhou o Iraque em uma série de conflitos sectários que ocasionaram um aumento significativo no número de deslocados internos no país. De acordo com o relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2007, p. 3), entre 2006 e 2007, cerca de 10% dos deslocados internos no Iraque eram minorias religiosas vítimas dos conflitos sectários entre xiitas e sunitas. Entre essas minorias, as mais afetadas foram os cristãos e os yazidis.

Segundo o Departamento de Estado dos EUA, em 2006, havia cerca de um milhão de cristãos no Iraque, um decréscimo de cerca de quatrocentas mil pessoas se comparado a 1987 (EUA, 2006). De acordo com John Allen Jr., em 2010, no entanto, a ONU estimou que o número houvesse caído para setecentos mil, diminuindo ainda mais em 2013, quando, segundo as estimativas mais elevadas, restavam no país apenas 450 mil cristãos (Allen Jr., 2013, p. 134). Em 2016, após o fortalecimento do EI, alguns líderes locais afirmavam que o número de cristãos remanescentes no Iraque havia diminuído outra vez, ficando entre trezentos e duzentos mil (EUA, 2016, p. 100).

Além disso, Sophie Cousins chama a atenção para o fato de que importantes cidades do Iraque, antes com expressivas populações cristãs, viram-se basicamente sem cristãos. Seria essa a situação de Mossul e de Qaraqosh, ambas conquistadas pelo EI em 2014. Segundo a autora, pouco mais de uma década antes da ação do grupo, Mossul possuía uma comunidade cristã de cerca de sessenta mil pessoas. Desde que ela passou a ser controlada pelo EI, no entanto, não se sabe ao certo quantos cristãos ainda restaram, se é que restaram (Cousins, 2014).

Em outubro de 2016, entrevistei informalmente em Beirute, no Líbano, doze cristãos iraquianos que fugiram de Mossul, em 2014, com o apoio de forças da ONU. Segundo os entrevistados, no momento em que deixaram a cidade, já eram os últimos que ainda residiam lá, e não haveria, portanto, mais nenhum cristão restante. Um deles afirmou que, pela primeira vez na história, desde os tempos bíblicos, Mossul – a antiga Nínive – não possuía nenhuma presença cristã. Indagados por que haviam escolhido ir para o Líbano, apesar de o país não lhes conceder o *status* de refugiados, responderam que não tiveram muitas escolhas, uma vez que Erbil e outras partes do território iraquiano controlado pelos curdos já estavam superlotadas de deslocados internos. Dessa forma, esperavam que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) os reassentassem como refugiados em algum país do Ocidente.

Situação semelhante tem ocorrido com os yazidis. De acordo com Jenni Porkka, antes dos ataques do EI, no início de agosto de 2014, a região de Sinjar, no norte do Iraque, era habitada principalmente por yazidis.

Segundo o autor, os yazidis são o grupo étnico-religioso mais antigo da Mesopotâmia, e antes dos ataques a sua população no Iraque era de aproximadamente seiscentas mil pessoas, sendo quatrocentas mil delas habitantes da região de Sinjar e os outros duzentos mil habitantes de localidades nas províncias de Nínive e Dohuk (Porkka, 2017, p. 37). Hoje, com os deslocamentos forçados, também não se sabe ao certo quantos ainda permanecem no Iraque, pois a maioria dos que fugiram da violência do EI permanecera como deslocada interna na região semiautônoma do Curdistão. Outros, porém, buscaram refúgio em outros países.

O caso dos yazidis é pior do que o dos cristãos, porque eles não são considerados "Povo do Livro". Como Porkka argumenta, os yazidis seguem uma religião milenar, com elementos pagãos, judaicos e cristãos; o yazidismo é uma crença dualista, que possui duas figuras centrais: um deus criador passivo e o Anjo Pavão, que seria um órgão executivo da vontade divina. Embora essa seja uma figura pacífica na religião, a pronúncia do seu nome em árabe se assemelha à pronúncia da palavra utilizada no Corão para descrever o Diabo. Isso fez com que muitos islâmicos vissem os yazidis como "adoradores de Satanás", ocasionando uma longa história de perseguição religiosa cuja origem remonta ao período do Império Otomano. Por isso, a única opção que receberam do EI foi a conversão ao islã ou a morte para homens e a escravidão sexual para as mulheres. Entretanto, a situação dessa minoria também é agravada pelo fato de ela ser uma religião fechada, sem a possibilidade de conversão, pois é transmitida apenas por meio do nascimento (Porkka, 2017, p. 38).

Todas essas ameaças à sobrevivência das comunidades cristãs e yazidis no Iraque, embora tenham se intensificado em 2014, tiveram início ainda em 2006, como consequência da estratégia de al-Zarqawi de criar um califado no Iraque. De acordo com o relatório anual de 2006 da US Commission on International Religious Freedom (USCIRF) – principal fonte internacional de informação sobre a liberdade religiosa no mundo –, com o aumento dos conflitos sectários, as minorias religiosas passaram a sofrer um fardo desproporcional de ataques e outras violações de direitos humanos naquele ano. Ainda segundo esse relatório, comunidades

religiosas estariam sendo forçadas a conviver com uma atmosfera de impunidade para atos de violência sectária e sem nenhum grupo armado capaz de lhes proteger. A consequência direta disso foi o aumento dos deslocamentos forçados, ameaçando a existência de minorias religiosas cuja presença no país datava de mais de dois mil anos (EUA, 2006, p. 3).

A USCIRF também relata que, em 2006, a comunidade cristã no Iraque foi vítima de vários bombardeios coordenados. No final de janeiro daquele ano, cinco atentados simultâneos alvejaram duas igrejas em Bagdá, duas igrejas em Kirkuk e a Embaixada do Vaticano. No total, cerca de dezesseis pessoas foram mortas e vinte ficaram feridas em consequência dos atentados. Além disso, houve vários registros de casos individuais de violência contra cristãos, principalmente sequestros e fechamento de estabelecimentos comerciais considerados "não islâmicos", cuja maioria tinha proprietários cristãos e yazidis (EUA, 2006, p. 3).

Paul Marshall, Lela Gilbert e Nina Shea (2014, p. 230) afirmam que, em 2006, milícias sunitas, operando a partir de uma mesquita no bairro de Dora, em Bagdá, conduziram uma limpeza religiosa da região. Eles impuseram uma fátua, ordenando que as duzentas famílias cristãs que lá residiam se convertessem ao islã, pagassem a *jazya* ou deixassem a área. A maioria deles deixou Dora e nunca mais retornou. Acredita-se que essas milícias já fossem parte do EI ou de grupos que, em seguida, juntaram-se a ele.

De acordo com os autores, após esse ocorrido, a violência contra os cristãos intensificou-se ainda mais; até mesmo mulheres e crianças cristãs se tornaram vítimas das ações dos terroristas. Em Mossul, radicais islâmicos invadiram uma casa cristã e assassinaram um menino de 10 anos ao mesmo tempo em que gritavam que era o final do cristianismo no Iraque. Na universidade da cidade, mulheres cristãs foram mortas e estupradas porque ofendiam a sensibilidade islâmica por vestirem calça jeans e participarem de piqueniques com homens (Marshall; Gilbert; Shea, 2014, posição 3997).

Como ressaltam Marshall, Gilbert e Shea, em várias regiões do Iraque, desde o sul de Basra até o norte de Kirkuk, os cristãos foram vítimas de ataques. O motivo foi o fato de eles não se adequarem aos padrões de

comportamento impostos pelos radicais islâmicos. Os cristãos caldeus e assírios foram particularmente alvejados pelos insurgentes sunitas, que os associaram ao Ocidente e os acusaram de colaborar com a ocupação dos EUA (Marshall; Gilbert; Shea, 2014, p. 231). Isso reitera o fato de a perseguição religiosa contra os cristãos no Iraque, em virtude do surgimento do EI, ter sido causada tanto pela guerra civil que o grupo fomentou a fim de estabelecer o seu califado, como por ataques diretos, baseados em convicções religiosas.

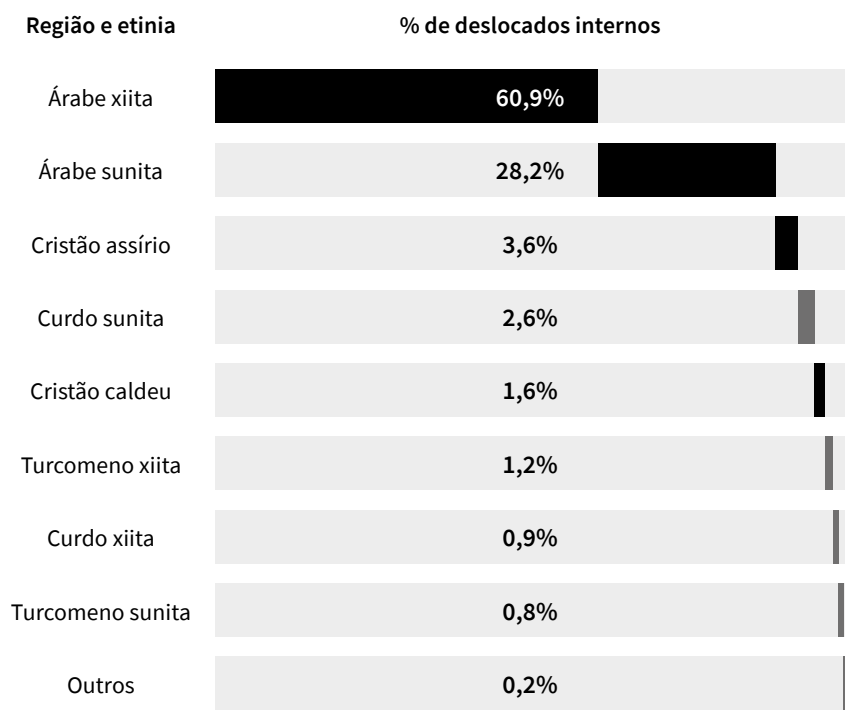
Segundo Mindy Belz, esses atos contra os cristãos se tornaram algo comum no governo de Maliki, tendo em vista que o governo havia começado a patrocinar milícias xiitas para perseguir os sunitas, como visto no capítulo 1, "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)". Esse fato fortaleceu o EI e aumentou a violência sectária no país, afetando principalmente as minorias religiosas. Um exemplo disso, como relata a própria autora, foi o assassinato, em maio de 2007, de dois cristãos assírios que trabalhavam para a Embaixada dos EUA. De acordo com Belz, o EI divulgou uma nota afirmando que os assassinatos haviam sido uma decisão divina contra "proeminentes agentes e espiões adoradores da Cruz" (Belz, 2016, posição 1669). Casos como esses, contra cristãos e yazidis, tornaram-se comuns, ocasionando um grande número de deslocamentos forçados internamente e para países vizinhos ao Iraque.

De acordo com a USCIRF, embora estivessem em um número menor em relação aos cristãos, os yazidis também sofreram abusos semelhantes, principalmente por serem considerados "infiéis". Em abril de 2007, por exemplo, homens não identificados assassinaram 23 yazidis na cidade curda de Bashiqa. Esse ataque foi considerado o pior contra a comunidade yazidi desde a implementação do novo governo no Iraque (EUA, 2007, p. 34). Entretanto, em agosto daquele mesmo ano, a minoria religiosa foi vítima de um ataque ainda mais brutal: quatro automóveis carregados de explosivos destruíram duas cidades yazidis, matando 796 civis, ferindo 1.562 pessoas e deixando mais de mil famílias sem as suas casas (EUA, 2009, p. 40).

>>DA PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA ÀS TENTATIVAS DE GENOCÍDIO

Em virtude do aumento dos conflitos sectários, bem como dos casos de perseguição religiosa, o número de deslocados internos no Iraque cresceu de modo significativo, chegando a 2,4 milhões de pessoas em 2007, de acordo com a OIM. Também segundo a OIM (2007, p. 1-3), 61% dos deslocados internos fugiram em virtude de ameaças diretas à vida, e 86% afirmaram que se tornaram alvos de perseguição devido à sua identidade religiosa. Nessa época, os cristãos correspondiam a 5,2% dos deslocados internos iraquianos (gráfico 7.1). Os yazidis, por sua vez, juntamente com outras minorias religiosas, correspondiam a apenas 0,2% dos deslocados internos, e a maioria dos deslocados internos (60,9%) era de islâmicos árabes xiitas, fato que pode ser explicado pela própria dinâmica demográfica da sociedade iraquiana, em sua maioria composta por esse último grupo.

Gráfico 7.1 - Religião e etnia dos deslocados internos do Iraque em 2007



Fonte: Adaptado de OIM (2007).

Essa onda de deslocamentos forçados, no entanto, continuou também em 2008 e 2009, atingindo seu ápice em 2010. O relatório de 2009 da USCIRF afirma que, em janeiro de 2008, seis igrejas em Mossul e em Bagdá foram bombardeadas em ataques coordenados durante as celebrações do Natal ortodoxo. Durante o primeiro semestre do mesmo ano, foram registrados dezessete ataques e sequestros contra cristãos, incluindo dez assassinatos (EUA, 2009, p. 41). Em julho, cristãos da cidade de Mossul começaram a receber ameaças de morte por parte da al-Qaeda do Iraque (AQI) por meio de cartas. Entre setembro e outubro de 2008, uma onda de ameaças e ataques resultou na morte de catorze cristãos e forçou cerca de treze mil famílias a se deslocarem da cidade para vilas ao norte de Mossul. Outras quatrocentas pessoas buscaram refúgio na Síria. No começo de 2009, no entanto, cerca de 80% dessas famílias já tinham retornado às suas casas (EUA, 2009, p. 41).

O relatório da USCIRF, contudo, também ressalta um aumento da perseguição aos yazidis em 2008. Na primeira metade do ano, pelo menos cinco yazidis foram mortos na cidade de Sinjar, e mais dois em dezembro, em uma loja de licores em Mossul. No mesmo mês, sete membros de uma família do grupo religioso foram assassinados em sua própria casa, em Sinjar. Os ataques isolados também continuaram em 2009: dois corpos de homens foram encontrados em um campo próximo a Mossul (EUA, 2009, p. 42).

Para os cristãos, porém, a situação piorou em 2010. Como ressalta Rupert Shortt, de 2003 a 2011, 66 igrejas foram atacadas no Iraque, sendo 41 em Bagdá, dezenove em Mossul, cinco em Kirkuk e uma em Ramadi. De todos esses atentados, o mais grave ocorreu em Bagdá, no dia 31 de outubro de 2010, quando dez jihadistas da AQI invadiram a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, culminando em mais de cinquenta mortos e um grande número de feridos (Shortt, 2013).

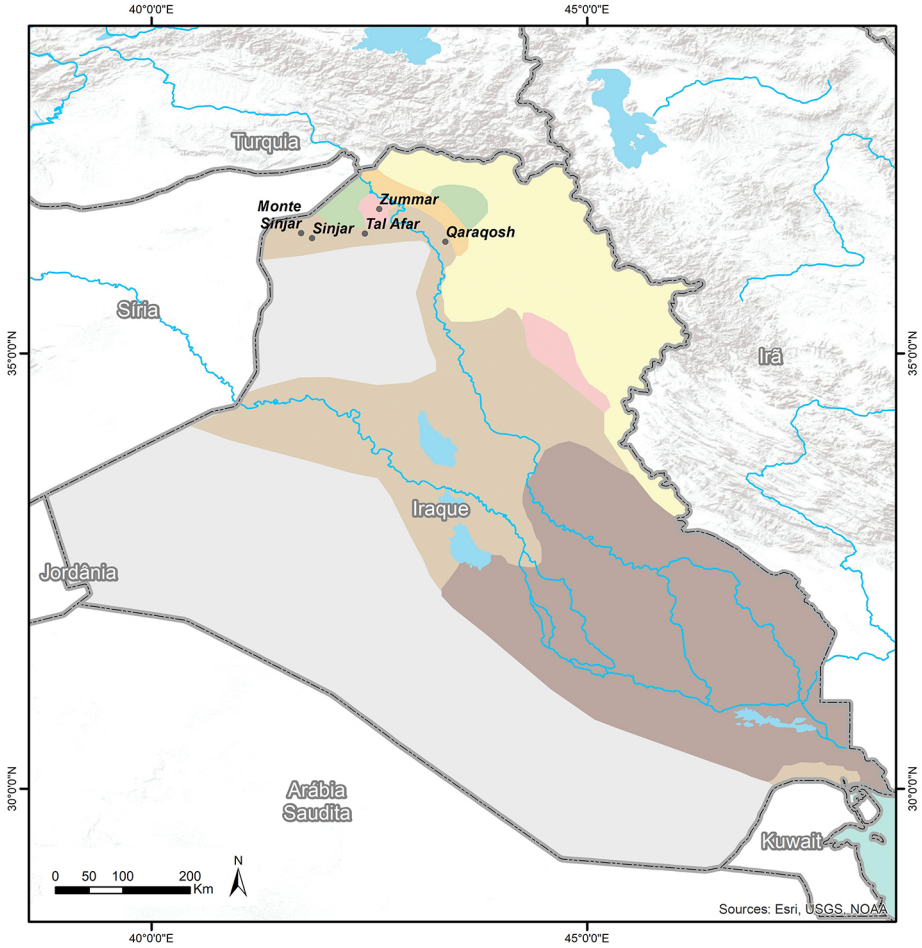
Segundo Marshall, Gilbert e Shea (2014, p. 235), o atentado intensificou o processo de deslocamento interno de centenas de milhares de cristãos que já estavam fugindo da violência das cidades iraquianas, principalmente em Bagdá, Basra e Mossul. A maioria foi para o norte do

Iraque, para as zonas rurais das planícies de Nínive, em uma última tentativa de permanecer no país. Outros, por sua vez, deslocaram-se para a região semiautônoma do Curdistão, onde permaneceram como deslocados internos.

A agência de imigração e refúgio do Canadá reitera esse fato ao apontar que, em fevereiro de 2010, após uma série de atentados, aproximadamente 683 famílias cristãs – cerca de quatro mil pessoas – deslocaram-se de Mossul em apenas uma semana. De acordo com a agência, entre 2011 e 2013, os sequestros e assassinatos contra cristãos e yazidis continuaram, bem como os ataques a estabelecimentos comerciais de propriedade dessas minorias (IRBC, 2014). Em virtude disso, em 2013, já havia 35 mil cristãos vivendo como deslocados internos no Curdistão. Esse número, no entanto, aumentou ainda mais em 2014, quando o EI conquistou Mossul e Qaraqosh.

Como mencionado anteriormente, após conquistar Mossul, a segunda maior cidade do Iraque, o EI realizou uma série de ataques ao norte do país, obtendo todo o controle da região de Anbar, próximo à capital, Bagdá. O relatório *Between the millstones: the State of Iraq's minorities* destaca que, dessa forma, o grupo passou a avançar em áreas com largas populações de minorias étnicas e religiosas (ILHR; MRG; NPWJ; UNPO, 2015, p. 11). Isso pode ser percebido nas conquistas territoriais posteriores do grupo, a saber: a cidade de Tal-Afar, habitada majoritariamente por turcomenos; Qaraqosh, uma cidade historicamente importante para as principais tradições cristãs do Iraque; e Sinjar e Zummar, cidades yazidis (figura 7.1). Essas conquistas militares, no entanto, resultaram em um grande número de deslocamentos forçados, a exemplo das cinquenta mil pessoas impedidas de sair do monte Sinjar.

Figura 7.1 - Distribuição étnico-religiosa da população do Iraque



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: WGS84. Elaboração: Diego F. C. Alves, adaptado de ILHR; MRG; NPWJ; UNPO, 2015, p. 7.

Nesses territórios conquistados, o grupo realizou uma série de atrocidades em massa. Como ressalta Ewelina Ochab (2017), o EI foi responsável por assassinatos, tortura, estupro, violência sexual, tráfico humano e perseguição; ações que podem ser consideradas crimes contra a humanidade e até mesmo genocídio, uma vez que foram perpetradas contra um grupo

específico – no caso, grupos religiosos – com a finalidade de aniquilá-lo em parte ou por completo.

Ressalta-se que o Tratado de Roma (1957) define, em seu artigo 7º, "crimes contra a humanidade" como ataques generalizados ou sistemáticos que visem causar sofrimentos intencionais contra qualquer população civil. Com relação a "genocídio", o tratado define, em seu artigo 6º, como qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal:

a) homicídio de membros do grupo;

b) ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;

c) sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;

d) imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e

e) transferência à força de crianças do grupo para outro grupo.

Ao conquistar Mossul, em junho de 2014, o grupo praticamente forçou todas as comunidades cristãs a abandonarem a cidade. Pouco mais depois de um mês, ao ter obtido o controle por completo de Mossul, o EI criou um novo regime islâmico e impôs a lei da xaria. Com isso, na sexta-feira de 18 de julho, os cristãos foram avisados pelos alto-falantes das mesquitas que teriam até o meio-dia do sábado para partir. Caso contrário, deveriam se converter ao islã ou pagar a *jizyah*, a fim de permanecer como cidadãos de segunda classe; e os que não aceitassem, seriam mortos (Belz, 2016, posição 3281).

Um dia antes, as casas cristãs haviam sido marcadas com a letra ن em árabe, inicial da palavra *nasrani*, termo utilizado pelo grupo para designar os cristãos. Próximo da letra estava escrito: "Pertence ao Estado Islâmico no Iraque" (figura 7.2). Entre junho e julho de 2014, a OIM (IOM, 2014) estimou em cerca de duzentos mil o número de deslocados internos oriundos da região da planície de Nínive.

Figura 7.2 - Casa cristã conquistada pelo EI em Mossul, com inscrições em árabe (2014)

Fonte: Assyrian International News Agency (Aina, 2014).

Em seguida, em 3 de agosto de 2014, o grupo conquistou a cidade de Sinjar. De acordo com o relatório *Between the millstones*, duzentas mil pessoas foram forçadas a fugir, em sua grande maioria yazidis (ILHR; MRG; NPWJ; UNPO, 2015, p. 11); muitos, no entanto, não conseguiram escapar a tempo. Estima-se que cerca de cinquenta mil pessoas buscaram refúgio nas montanhas de Sinjar, onde ficaram cercados pelos jihadistas do EI, sem água, alimentos ou qualquer forma de proteção. Alguns não sobreviveram às condições precárias do verão, e cerca de quinhentas pessoas morreram em uma semana, incluindo quarenta crianças. No dia 5 de agosto, agências humanitárias sobrevoaram a região em aeronaves dos governos dos EUA e do Iraque para distribuir mantimentos. O resgate dos yazidis, no entanto, somente teve início cinco dias depois, quando o exército curdo Peshmerga conseguiu resgatar cerca de cinco mil pessoas. Os demais, porém, somente foram evacuados no dia 14 de agosto, quando as forças curdas, juntamente com forças estadunidenses e iraquianas, criaram um corredor humanitário.

Muitos dos yazidis resgatados se tornaram deslocados internos no Curdistão ou foram para áreas da Síria; entretanto, nem todos os yazidis tiveram esse mesmo destino. Como ressalta Roberts (2016, p. 55-56), cerca de cinquenta mil yazidis fugiram da região de Sinjar após a conquista da área pelo EI. Os que não conseguiram fugir foram sequestrados, inclusive mulheres e crianças, muitas das quais foram vítimas de estupro e abuso sexual, segundo diversos relatos. Quanto aos homens, aqueles que resistiram foram mortos; os demais tiveram três opções: desistir de suas mulheres, de sua religião ou de sua vida. Essas ações cometidas pelo grupo contra

os yazidis, como mencionado anteriormente, baseiam-se na crença do EI de que esses indivíduos são "adoradores de Satanás" e que, por esse motivo, diferentemente dos cristãos, não podem ser mantidos vivos.

A *Dabiq*, revista de propaganda oficial do grupo, disponível *on-line* em inglês, defende, em sua primeira edição, a crença de que tanto o judaísmo quanto o cristianismo são distorções da revelação inicial de Alá aos seres humanos. De acordo com a revista, os judeus são culpados por terem matado Jesus, um profeta enviado por Alá. Os cristãos, por sua vez, são culpados por adulterarem os livros da Bíblia a fim de defender que Jesus é o filho de Deus, sendo, portanto, idólatras. Logo, para corrigir esses equívocos, Alá teria enviado o profeta Maomé com a revelação final da verdade contida no Corão (Break..., 2016, p. 48-63).

Em consequência disso, tanto judeus como cristãos devem ser considerados "Povo do Livro", pois ainda creem em elementos comuns ao islã. Assim, não precisam ser necessariamente combatidos e mortos, podendo conviver com os islâmicos e em terras islâmicas. Para isso, no entanto, teriam de se submeter ao pagamento da *jizyah* e aos seus termos, em uma espécie de acordo. Segundo a *Dabiq*, esses termos se baseiam em

> elevar os verdadeiros crentes, os islâmicos, acima do descrente Povo da Escritura que arrogantemente rejeita a mensagem do Senhor. Esses termos podem ser encontrados em textos autênticos relacionados à ocasião em que o califa Umar ibn al-Khattab fez uma aliança com os cristãos do Levante. (Break..., 2016, p. 63)

De acordo com Martin Gilbert, as chamadas "Condições de Umar", citadas na *Dabiq*, foram um acordo firmado entre o segundo califa, Umar ibn al-Khattab, que reinou entre 634 e 644, e uma comunidade de cristãos conquistados pelos islâmicos, provavelmente em Jerusalém (Gilbert, 2010, posição 749).

Os yazidis, por outro lado, não fazem parte do "Povo do Livro" e, por isso, recebem um tratamento bastante diferente. De acordo com a edição da *Dabiq* de outubro de 2014, em um artigo intitulado "The revival of slavery before the hour", o EI argumenta que os yazidis não possuem nenhuma

relação com o islã, à semelhança do cristianismo e do judaísmo, sendo, inclusive, considerados hereges até mesmo por essas religiões. Segundo o artigo, embora os yazidis se utilizem de termos árabes em seus rituais, as suas crenças são uma mistura de elementos do cristianismo, do judaísmo e de religiões da antiga Pérsia. Desse modo,

> ao contrário dos judeus e cristãos, não havia espaço para o pagamento da *jizyah*. Além disso, suas mulheres poderiam ser escravizadas, diferentemente das apóstatas que, segundo a maioria dos *fuqaha*, não podem ser escravizadas e só podem receber um ultimato para se arrepender ou enfrentar a espada. Após a captura, as mulheres e as crianças yazidis foram divididas de acordo com a xaria entre os combatentes do Estado Islâmico que participaram das operações de Sinjar, depois de um quinto dos escravos ser transferido para a autoridade do Estado Islâmico e dividido em *khums*. (Foreword, 2014b, p. 15)

Assim, o estupro e a venda de yazidis como escravas sexuais não apenas seria algo permitido, como também uma prática recomendada. De acordo com Rukmini Callimach, foi essa "teologia do estupro" formulada pelos clérigos do EI que levou o grupo a conquistar as montanhas de Sinjar em agosto de 2014, semanas após a conquista de Mossul. De acordo com a autora, que entrevistou meninas yazidis vendidas pelo grupo como escravas sexuais, antes de estuprarem as mulheres, os jihadistas faziam orações e diziam a elas que as estavam estuprando somente porque elas eram infiéis e mereciam aquele tratamento. Segundo os relatos, os jihadistas afirmavam que aquele era um ato prescrito por Maomé que os aproximaria mais de Alá (Callimach, 2015). Uma vez estabelecida a relação entre as ações do EI e o aumento dos deslocados internos por perseguição religiosa no Iraque, discute-se o que a sociedade internacional pode fazer para proteger essas minorias.

>>A RESPOSTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Como reitera Ochab, a brutalidade dos atos cometidos pelo EI contra as minorias religiosas no Iraque é um fato sem precedentes no século XXI,

o que fez com que a sociedade internacional atentasse para o sofrimento das minorias religiosas. Em 2017, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu, o Congresso dos EUA, a Secretaria de Estado dos EUA, a Casa dos Comuns do Reino Unido e os Parlamentos de Lituânia, Austrália, Canadá, França e Áustria reconheceram formalmente as ações do EI como genocídio (Ochab, 2017).

Embora esse seja um passo importante para a proteção dos deslocados internos por perseguição religiosa pelo EI, ainda são necessárias mais ações da sociedade internacional a fim de proteger esses deslocados forçados. Como ressaltam Tommy Trenchard e Aurelie D'unienville, em outubro de 2016, após a reconquista de territórios da região da planície de Nínive, região situada entre Erbil e Mossul, algumas famílias cristãs retornaram a cidades como Qaraqosh. A cidade, no entanto, foi alvo de uma destruição sistemática por parte do EI e, em 2019, ainda não possuía infraestrutura física capaz de acomodar novamente os deslocados internos. Além da destruição de casas e igrejas, bem como dos principais símbolos cristãos, os confrontos na cidade ainda não terminaram. Os cristãos temem novos conflitos sectários entre milícias xiitas e sunitas, bem como a presença de habitantes que ainda simpatizem com a ideologia extremista pregada pelo EI. Isso tem feito com que muitos cristãos prefiram permanecer como deslocados internos em campos nas cidades de Erbil (Trenchard; D'Unienville, 2017).

Os yazidis também se encontram em uma situação similar; embora alguns tenham começado a retornar à cidade de Sinjar após esta ter sido retomada pelas forças curdas, em 2016, a maioria ainda permanece em campos nos territórios curdos. Além das dificuldades estruturais, os yazidis que retornaram a Sinjar também se queixam da falta de segurança. Porém, alguns afirmam que não podem mais confiar nos curdos para defendê-los e, por isso, escolheram voltar e tentar recomeçar suas vidas, apesar das incertezas (Palmer; Fidler, 2016).

Nesse sentido, Ochab chama a atenção para o fato de que as derrotas militares que o EI sofreu em 2016 e 2017 não podem ser consideradas uma derrota do grupo. Como relembra a autora, embora o EI tenha

perdido territórios na Síria e no Iraque, ainda não é possível falar de um período "pós-EI". O mesmo se aplica às discussões sobre o período que antecedeu a ascensão do grupo, em 2014, uma vez que a sua criação de fato remonta a 1999, quando Abu Musab al-Zarqawi financiou o Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad (Ochab, 2017). Desse modo, ainda que o grupo seja derrotado militarmente, sua mentalidade e sua ideologia podem permanecer vivas durante muito tempo, vindo a se manifestar novamente assim que haja alguma oportunidade na região – algo que, infelizmente, não é difícil de ocorrer, tendo em vista as instabilidades políticas pelas quais a região tem passado, sobretudo após a realização do referendo de independência do Curdistão em outubro de 2017.

>>A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AOS CRISTÃOS E A OUTRAS MINORIAS NO IRAQUE

Os fatos discutidos neste capítulo ressaltam a complexidade das identidades étnico-religiosas no Oriente Médio; ao mesmo tempo, porém, revelam o quanto elas são fundamentais para a estabilização da região. Como demonstrado na parte I, alguns dos principais fatores que levaram ao surgimento do EI no Iraque, em 2014, foram as políticas sectárias adotadas pelo primeiro-ministro xiita al-Maliki contra a maioria sunita no país. Ainda assim, os cristãos e os yazidis foram diretamente afetados por esses acontecimentos, ao serem vítimas de crimes contra a humanidade e de genocídio por parte do grupo em virtude apenas de sua identidade religiosa, tornando-se "migrantes de sobrevivência" em sua própria terra.

De acordo com Alexander Betts (2013), o termo "migrantes de sobrevivência" pode ser utilizado para descrever pessoas que se encontram fora do seu país de origem em virtude de uma ameaça existencial para a qual eles não possuem uma solução doméstica, seja ela o resultado de perseguição, conflito ou questões ambientais. O que importa não é a causa particular do movimento, mas o reconhecimento de que cabe aos países assegurar certos direitos internacionais que não se encontram disponíveis internamente, permitindo que essas pessoas cruzem fronteiras nacionais

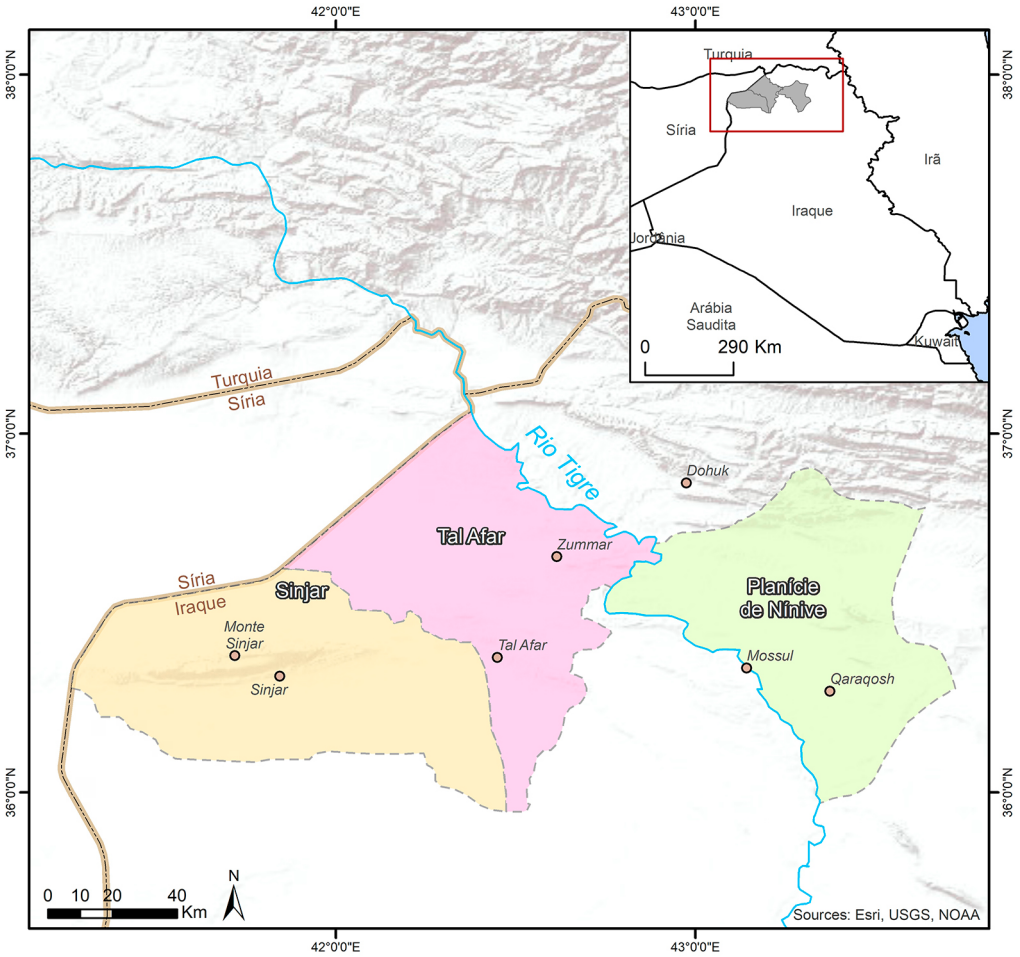
ou tenham acesso a um santuário permanente ou temporário. A diferença de direitos entre os migrantes de sobrevivência e os refugiados é arbitrária; embora na teoria todos os migrantes de sobrevivência possuam os mesmos direitos que os refugiados por meio do Direito Internacional dos Direitos Humanos, na prática, apenas os refugiados possuem um mecanismo institucional que os proteja. Essa lacuna atinge principalmente os deslocados internos.

Por esse motivo, a proteção aos cristãos e aos yazidis se torna um fator essencial para a estabilização do Oriente Médio, uma vez que, quando bem integradas, essas minorias religiosas poderiam servir como um elemento moderador entre sunitas e xiitas. O Iraque talvez consiga restaurar a sua identidade nacional se for capaz de lidar com a diversidade étnica e religiosa de sua sociedade. Essa unidade, porém, não pode ser alcançada por meio de governos autocráticos, no qual apenas uma parcela da população exerce o poder e tenta manter a ordem sobre as demais por meio da força, como fazia Saddam Hussein antes de ser deposto pelos EUA em 2003.

É necessário que o Iraque esteja apto a desenvolver formas de governança nas quais todos os grupos sejam representados, mantendo assim o equilíbrio interno da balança de poder. Para isso, torna-se imperativo que o governo iraquiano busque adotar as medidas necessárias para que os cristãos e yazidis que foram deslocados pelo EI tenham os seus direitos assegurados e alguma forma de proteção. Uma maneira de fazer isso seria por meio da criação de uma zona de proteção (*safe haven*)[2] na região do norte do Iraque, abrangendo as áreas de Sinjar, Tal Afar e a planície de Nínive, de onde saíram, respectivamente, yazidis e cristãos assírios (figura 7.3).

2 Por zona de proteção, considera-se a noção de uma área neutra de proteção segundo os princípios estabelecidos no artigo 15º da Convenção de Genebra (1949) referente à proteção de civis em tempos de guerra. O objetivo dessas áreas seria acolher feridos e doentes, sejam combatentes ou não, e civis que não participaram das hostilidades, mas foram afetados pelos conflitos por estarem situados próximos às zonas de combate.

Figura 7.3 - Zona de proteção proposta



Planície de Nínive
Sinjar
Tal Afar
Divisas nacionais
Cidades

Fonte: Nicholson (2016). | Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: WGS84.
Elaboração: Diego F. C. Alves.

Como ressalta Robert Nicholson (2016), essa solução também já foi proposta pela chanceler alemã Angela Merkel, bem como por importantes representantes das comunidades cristãs e yazidis do Iraque. Segundo o autor, uma zona de proteção englobando Sinjar, Tal Afar e a planície de Nínive seria uma maneira de preencher o vazio deixado pelo EI. Além disso, funcionaria como um modelo positivo para o autogoverno local, ajudando a informar transições políticas em outras partes do Iraque, na Síria e no Oriente Médio.

De acordo com Nicholson (2016), isso possibilitaria o retorno de cristãos e yazidis a áreas que estiveram sob o controle do EI, trazendo benefícios tangíveis para as vítimas de genocídio e para todos aqueles que estiveram subordinados ao governo do grupo terrorista. Ademais, diminuiria as tensões territoriais entre o governo do Iraque e o Governo Regional do Curdistão, uma vez que a área onde seria construída a zona de proteção, embora seja disputada por ambos os governos, não é protegida por nenhum deles. Isso fez com que o EI a conquistasse sem nenhuma resistência, algo que pode ocorrer novamente, se nenhuma medida for tomada.

Após a realização do referendo para a independência do Curdistão, em setembro de 2017, no entanto, essa proposta de proteção parece algo difícil de alcançar, tendo em vista a deterioração das relações entre os governos do Iraque e as autoridades da região do Curdistão. Como destaca David Zucchino (2017), apesar de ter tido um resultado positivo para a independência, o referendo foi considerado inconstitucional pelo governo iraquiano, que se recusou a negociar com os representantes curdos e ordenou o fechamento das fronteiras curdas, bem como de seu espaço aéreo. A independência do Curdistão também não foi reconhecida pelos EUA – seu maior aliado internacional e um dos atores fundamentais para tornar viável a criação da zona de proteção. Somam-se a isso as ameaças advindas tanto do Irã quanto da Turquia de não permitir a existência de um Estado do Curdistão, aumentando ainda mais a instabilidade na região (Zucchino, 2017).

Outra questão a ser ressaltada é que, de acordo com o relatório da USCIRF, embora o Governo Regional do Curdistão tenha tomado medidas que visem assegurar legalmente a liberdade religiosa dos cristãos e dos

yazidis, os deslocados internos por perseguição religiosa ainda se queixam da violação de alguns de seus direitos (EUA, 2017a, p. 166). Segundo o relatório, o governo curdo estaria tentando realizar um processo de "curdificação" de alguns dos territórios retomados do EI, com o objetivo de aumentar a influência curda sobre essas regiões após a derrota final do grupo. Para isso, os curdos estariam proibindo o retorno de deslocados internos a suas casas e cortando a ajuda humanitária de todos aqueles que não apoiassem partidos curdos. Esse seria mais um dos fatores que inviabilizam a criação da zona de proteção, uma vez que a sua localização seria exatamente nesses territórios que o governo curdo tem tentado controlar.

A falta de proteção aos deslocados internos por perseguição religiosa no Iraque, no entanto, não se resume apenas a isso. Ainda de acordo com o relatório da USCIRF, as comunidades cristãs reconhecem os esforços do governo curdo de protegê-los do EI, bem como o dinheiro dado para a construção de igrejas. Alguns cristãos assírios, no entanto, afirmam que, em locais mais distantes dos centros urbanos, como em Dohuk, indivíduos de etnia curda têm desapropriado suas terras, geralmente com o consenso tácito dos oficiais curdos (EUA, 2017a, p. 166).

Com relação aos yazidis, o relatório registra que os casos de discriminação étnica por parte do Governo Regional do Curdistão continuam; muitos yazidis afirmam que são forçados a se identificar como curdos. Além disso, também

> há relatos de que os peshmerga saquearam aldeias yazidis, detiveram ativistas e líderes políticos yazidis e restringiram os prestadores de ajuda humanitária àqueles estreitamente afiliados ao Governo Regional do Curdistão. (EUA, 2017a, p.167)

Esses relatos levaram a USCIRF a preparar um relatório exclusivo sobre a situação da liberdade religiosa nas áreas controladas pelo governo curdo. O relatório, intitulado *Wilting in the Kurdish sun: the hopes and fears of religious minorities in Northern Iraq*, afirma que o governo curdo oferece às minorias religiosas um alto nível de liberdade religiosa em comparação aos governos vizinhos. No entanto, há casos crescentes de discriminação

sistêmica contra minorias étnicas e religiosas, advinda tanto de grupos da sociedade quanto de setores governamentais (EUA, 2017b, p. 3).

Essas queixas são reiteradas pelo relatório produzido pela Assyrian Confederation of Europe. Segundo o documento, embora o Curdistão Iraquiano seja uma região mais progressista do que outros países islâmicos, vários cristãos assírios que antes moravam em Bagdá relatam que a sociedade curda tem demonstrado níveis de intolerância religiosa maiores do que nas partes do sul do país, havendo diversos casos de discriminação motivados pela religião (Hanna; Barber, 2017, p. 48). Alguns desses casos me foram relatados em entrevista informal, em Amã, em agosto de 2017, por quatro cristãos assírios que fugiram da cidade de Qaraqosh em 2014 e se tornaram inicialmente deslocados internos na região do Curdistão. Devido a questões econômicas, no entanto, eles decidiram buscar refúgio na Jordânia, onde têm recebido apoio de organizações cristãs. Em uma igreja católica na capital jordaniana, um deles afirmou que, em áreas da planície de Nínive controladas pelo Governo Regional do Curdistão, são comuns os casos de discriminação social e de apropriação de terras de cristãos assírios por cidadãos curdos. Segundo o entrevistado, embora essas ações não sejam uma política do governo curdo, as autoridades oficiais não têm feito nada para coibi-las ou punir os culpados.

Dois anos após a derrota militar do EI no Iraque, ainda é difícil a situação das minorias religiosas que foram forçadas a deixar suas casas nos últimos anos. De acordo com o relatório mais recente da USCIRF, os cristãos, por exemplo, continuam correndo o risco de desaparecerem do Iraque. Apesar de vários apelos de lideranças cristãs internacionais para que permaneçam no país, muitos têm optado por continuar a fugir, e apenas alguns poucos cristãos assírios e caldeus retornaram às suas casas na planície de Nínive, principalmente em Qaraqosh. A maioria, no entanto, ainda teme voltar, seja pela falta de infraestrutura, seja pelo temor da perseguição religiosa. Quanto aos yazidis, cerca de três mil deles ainda permanecem desaparecidos, principalmente mulheres e crianças vendidas como escravas sexuais em 2014. Grande parte dos demais continua em campos para deslocados forçados na cidade de Dohuk ou próxima ao monte Sinjar (EUA, 2019, p. 189).

Esses fatores tornam a proteção aos deslocados internos por perseguição religiosa no Iraque algo bastante complexo. Diante disso, cabe às agências internacionais, como o ACNUR e outros atores não estatais, bem como aos governos do Curdistão e do Iraque, utilizarem-se dos Princípios Orientadores de 1998, a fim de identificarem as necessidades mais urgentes desses deslocados e, assim, desenvolverem estratégias viáveis para colocá-las em prática. Ao mesmo tempo, é imperativo que os responsáveis pelo genocídio arquitetado pelo EI sejam julgados e punidos por seus crimes contra a humanidade.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perseguição e o deslocamento forçado de minorias religiosas, especialmente de cristãos e de yazidis, tem sido um fenômeno frequente na trágica história recente do Iraque e, como demonstrado neste capítulo, teve um aumento significativo a partir de 2014, após a ascensão do EI na região. Em sua tentativa de genocídio contra essas minorias, o EI obrigou milhares de pessoas a deixar suas residências a fim de manter sua identidade religiosa e proteger a própria vida.

No caso dos yazidis – que, diferentemente dos cristãos, não tiveram a escolha de permanecer em suas casas, mesmo na condição de cidadãos de segunda classe –, a situação foi ainda pior, e essa minoria foi submetida a diversos tipos de abusos e crimes contra a humanidade. Em 2020, seis anos após o cerco ao monte Sinjar, ocorrido em agosto de 2014, e cerca de três anos após a derrota militar do EI, pouca coisa mudou para os cristãos e yazidis que se tornaram deslocados internos no Iraque em 2014. A maioria deles ainda vive em campos de refugiados no norte do país e teme retornar a seus lares. Além da constante ameaça de ressurgimento do EI, acrescentam-se também as ações militares turcas no norte da Síria, que têm causado novos deslocamentos forçados na comunidade yazidi. Esse expansionismo da Turquia naquela região termina por trazer mais insegurança aos yazidis que ainda permanecem no Iraque.

A comunidade internacional, por sua vez, tem falhado em sua resposta. Milhares de meninas e mulheres yazidis permanecem desaparecidas, e apesar do reconhecimento de que houve uma tentativa de genocídio, os culpados continuam impunes. Também não se percebe vontade política da comunidade internacional para a criação de uma zona de proteção, como mencionado neste capítulo. Tudo isso aponta para um futuro bastante incerto para as minorias religiosas do Iraque e para uma situação de deslocamento forçado prolongada, sem previsão de término.

REFERÊNCIAS

AINA. Assyrian International Agency News. Isis in Mosul marks Christian homes, patriarch issues urgent appeal. *Assyrian International Agency News,* 19 jul. 2014. Disponível em: http://www.aina.org/news/20140719115241.htm. Acesso em: 1º fev. 2018.

ALLEN JR., John L. *The global war on Christians*: dispatches from the front lines of anti-christian persecution. Nova York: Image, 2013.

BELZ, Mindy. *They say we are infidels*: on the run from Isis with persecuted Christians in the Middle East. Illinois: Tyndaly Momentum, 2016. E-book.

BETTS, Alexander. State fragility, refugee status and "survival migration". *Forced Migration Review*, 13 maio 2013. Disponível em: http://www.fm review.org/fragilestates/betts.html. Acesso em: 1º fev. 2018.

BREAK the cross. *Dabiq*, n. 15, p. 48-63, 2016. Disponível em: http://clarionproject.org/wp-content/uploads/islamic-state-magazine-dabiq-fifteen-breaking-the-cross.pdf. Acesso em: 1º fev. 2015.

CALLIMACH, Rukmini. Isis enshrines a theology of rape. *The New York Times*, 13 ago. 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/08/14/world/middleeast/isis-enshrines-a-theology-of-rape.html. Acesso em: 1º fev. 2018.

COUSINS, Sophie. The end of days for Iraq's Christians. *Foreign Policy,* 7 ago. 2014. Disponível em: http://foreignpolicy.com/2014/08/07/the-end-of-days-for-iraqs-christians/. Acesso em: 1º fev. 2018.

DABIQ. n. 1, 2014a. Disponível em: https://www.ieproject.org/index.html#wresources. Acesso em: 1º fev. 2015.

EUA. US Departament of State. International Religious Freedom Report 2006. *US Departament of State*, USA, 20 jan. 2006a. Disponível em: http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2006/71422.htm. Acesso em: 26 maio 2015.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *2006 Annual Report*, *US Departament of State*, USA, 2006b. Disponível em: http://www.uscirf.gov/sites/default/files/resources/AR2006/uscirf_2006_annualreport.pdf. Acesso em: 26 maio 2015.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *2007 Annual Report*. *US Departament of State*, USA, 2007.

Disponível em: http://www.uscirf.gov/sites/ default/files/resources/AR_2007/annualreport2007.pdf. Acesso em: 26 maio 2015.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *2009 Annual Report*. *US Departament of State*, USA, 2009. Disponível em: http://www.uscirf.gov/sites/default/files/resources/final%20ar2009%20with%20cover.pdf. Acesso em: 1º fev. 2018.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *2016 Annual Report*. *US Departament of State*, USA, abr. 2016. Disponível em: http://www.uscirf.gov/sites/ default/files/USCIRF%202016%20Annual%20Report.pdf. Acesso em: 25 maio 2017.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *2017 Annual Report*. *US Departament of State*, USA, 2017a. Disponível em: http://www.uscirf.gov/sites/default/files/2017.USCIRFAnnualReport.pdf. Acesso em: 25 maio 2017.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *Wilting in the Kurdish sun*: the hopes and fears of religious minorities in Northern Iraq. *US Departament of State*, USA, 2017b. Disponível em: http://www.uscirf.gov/reports-briefs/special-reports/wilting-in-the-kurdish-sun-the-hopes-and-fears-religious-minorities. Acesso em: 1º fev. 2018.

EUA. US Comission on International Religious Freedom. *2019 Annual Report. US Departament of State*, USA, 2019. Disponível em: https://www.uscirf.gov/sites/default/files/2019USCIRFAnnualReport.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

FOREWORD. *Dabiq*, n. 4, 2014b. Disponível em: https://www.ieproject.org/index.html#resources. Acesso em: 1º fev. 2015.

GILBERT, Martin. *In Ishmael's house*: a history of jews in Muslim lands. Londres: Yale University Press, 2010. E-book.

HANNA, Reine; BARBER, Matthew. Assyrian Confederation of Europe. Erasing Assyrians: how the KRG abuses human rights, undermines democracy, and conquers minority homelands. *Assyrian News*, set. 2017. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/. Acesso em: 1º fev. 2018.

IDMC. Iraq. *Internal Displacement Monitoring Center*, 2019. Disponível em: http://www.internal-displacement.org/countries/iraq. Acesso em: 2 dez. 2019.

ILHR; MRG; NPWJ; UNPO. Between the millstones: the State of Iraq's minorities since the fall of Mosul. Londres: MRG Press Office, 25 fev. 2015. Disponível em: http://minorityrights.org/2015/02/27/between-the-millstones-iraqs-minorities-since-the-fall-of-mosul/. Acesso em: 1º fev. 2018.

IMMIGRATION and Refugee Board of Canada. Responses to Information Requests – IRQ104716.E. Immigration and Refugee Board of Canada, 20 jan. 2014. Disponível em: https://www.justice.gov/sites/default/files/. eoir/legacy/2014/02/04/IRQ104716.E.pdf. Acesso em: 1º fev. 2018.

IOM. *Displacement tracking matrix*: Iraq crisis. 2 jul. 2014. Disponível em: https://reliefweb.int/sites. Acesso em: 27 abr. 2020.

MARSHALL, Paul; GILBERT, Lela; SHEA, Nina. *Perseguidos*: o ataque global aos cristãos. São Paulo: Mundo Cristão, 2014.

NICHOLSON, Robert. The strategic case for a safe haven in Northern Iraq. *Providence: A Journal of Christianity and American Foreign Policy,* 20 out. 2016. Disponível em: https://providencemag.com/2016/10/

strategic-case-safe-haven-northern-iraq/. Acesso em: 20 dez. 2016.

OCHAB, Ewelina U. Religious minorities face uncertain fate in Syria and Iraq. *Providence*: *A Journal of Christianity and American Foreign Policy*, 15 ago. 2017. Disponível em: https://providencemag.com/2017/08/religious-minorities-face-uncertain-fate-syria-iraq-daesh/. Acesso em: 1º fev. 2018.

OIM. International Organization for Migration. *Iraq Displacement 2007 Year in Review.* OIM, 2007. Disponível em: https://www.iom.int/jahia/webdav/shared/ shared/mainsite/media/docs/reports/2007_year_in_review.pdf. Acesso em: 25 maio 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*. Nova York: ONU, 1989. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/ Issues/IDPersons/GPPortuguese.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

PALMER, Gus; FIDLER, Matt. Yazidi refugees return to Sinjar in Iraq: a photo essay. *The Guardian*, 3 mar. 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2016/mar/03/yazidi-refugees-isis-return-sinjar-iraq-photo-essay. Acesso em: 1º fev. 2018.

PORKKA, Jenni. *Terrorism and genocide:* the Islamic State and the case of Yazidis. Independent Thesis Advanced Level (Degree of Master) – The Hugo Valentin Centre, Uppsala, 2017.

ROBERTS, Adam. *The Yazidi and the responsibility to protect.* 2016. Thesis (Master of Arts in International Studies) – Eugene, University of Oregon, 2016.

SHORTT, Rupert. *Christianophobia*: a faith under attack. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 2013.

TRENCHARD, Tommy; D'UNIENVILLE, Aurelie Marrier. Isis is almost defeated in Iraq, but thousands of Christians refuse to return to their homes. *Newsweek*, 27 jun. 2017. Disponível em: http://www.newsweek.com/2017/ 07/07/isis-iraq-thousands-christians-refuse-return-homes-629480.html. Acesso em: 1º fev. 2018.

ZUCCHINO, David. After the vote, does the Kurdish dream of independence have a chance? *The New York Times*, 30 set. 2017. Disponível em: https://www.ny times.com/2017/09/30/world/middleeast/kurds-iraq-independence.html?mtrref =www.google.com.br&gwh=E333E37DB352145A3A-8DEC596639F1C0&gwt=pay. Acesso em: 2 dez. 2019.

8

ESTADO ISLÂMICO, PRÁTICAS MIDIÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE PROPAGANDA

Fernando Brancoli

O presente capítulo tem como objetivo mapear as formas como o Estado Islâmico (EI) utilizou distintas ferramentas midiáticas com o propósito de galvanizar apoio, expandir sua ideologia e construir uma imagem interna e externa. Apontamos que o grupo se insere em um processo histórico complexo que envolve o emprego da mídia por grupos terroristas. Porém, indicamos que o EI é, até o presente momento, o grupo que utilizou de forma mais sofisticada as recentes ferramentas de informação, principalmente aquelas que envolvem mídias sociais e novas tecnologias. Nesse sentido, indicamos como distintos conceitos mobilizados pelo grupo, como a ideia de um "califado global", foram articulados como ferramentas midiáticas. Por fim, fazemos uma breve reflexão sobre os principais pontos abordados pela revista digital criada pelo grupo, a *Dabiq*, argumentando que se trata de um exemplo importante para entender como a organização construiu sua imagem na região do Levante e para uma audiência mais global.

>>TERRORISMO E NARRATIVAS MIDIÁTICAS

A literatura sobre terrorismo e o emprego da mídia tradicionalmente se concentrou, historicamente, na relação entre os agentes de violência e a imprensa como cenário onde explanavam seus discursos.[1] Isso se baseia na premissa de que a ontologia do ato de terror está centrada na intimidação de um público específico. Assim, os alvos seriam escolhidos não por imediata constituição como "inimigo", mas essencialmente pelo impacto simbólico que sua destruição poderia causar (Schmid, 2015). A imprensa, assim, seria instrumentalizada por tais organizações como forma de

1 Cf. Berger (2015), Torres Soriano (2010), Smith e Walsh (2013).

garantir a publicização dos seus atos e, por conseguinte, angariar maior capital simbólico.

No entanto, como organizações clandestinas, grupos terroristas usualmente utilizam a mídia tradicional para ser vetor de sua mensagem. Essa dinâmica criaria a relação entre tais grupos e a mídia: atos violentos contra alvos simbólicos que, consequentemente, obrigam a imprensa tradicional a transmitir a mensagem, galvanizando as ações e criando a "espetacularização do terror" (Rodrigues, 2014, p. 24). As ações de tais grupos violentos, dentro dessa estratégia, são pensadas e articuladas tendo como fim último o impacto midiático, e não necessariamente danos materiais. Isso criaria um curioso paradoxo: ao mesmo tempo em que se veem dependentes da mídia de modo geral, tais grupos violentos não têm, ao mesmo tempo, autonomia para efetivamente moldar o espaço onde suas mensagens seriam enviadas. A transmissão ficaria a cargo de agentes midiáticos externos, que construiriam a narrativa.

Durante muito tempo, o terrorismo foi entendido principalmente em termos de violência política, mas gradualmente a área introduziu reflexões sobre a importância da comunicação e da propaganda, estabelecendo relações causais entre a violência e a propaganda.

> A violência visa à modificação de comportamento por coerção. A propaganda visa ao mesmo por persuasão. O terrorismo é uma combinação dos dois, usando a violência pública como instrumento de guerra psicológica, anunciando, assim, que determinado grupo tem capacidade para causar danos e destruir. (Schmid, 2014, p. 1)

A al-Qaeda foi o primeiro grupo fundamentalista islâmico a empregar práticas midiáticas para construir um movimento global (Ingram, 2016). Durante a primeira insurgência jihadista no Iraque, em 2003, Abu Musab al-Zarqawi apontou que

> estamos em uma batalha, e mais da metade dessa batalha está ocorrendo no campo de batalha da mídia e da internet. [...] estamos em uma batalha na mídia, em uma corrida pelos corações e mentes de nossa *ummah*. (Ingram, 2016, p. 3)

Antes disso, na década de 1990, ficaram famosas as gravações, normalmente distribuídas em fitas VHS, com mensagens religiosas dos líderes da organização. Nesse momento, eram de uso estritamente interno: longos sermões em árabe exortando os membros a atuar desta ou daquela maneira.

O foco da literatura na dimensão espetacularizada da mídia acabou por reduzir a possibilidade de análises que foquem em dimensões menos explícitas do emprego de tecnologias midiáticas. Isso se tornou uma questão com a chegada de ferramentas descentralizadas para envio de conteúdo, sendo a internet seu exemplo mais explícito. Nesse momento, principalmente a partir do início dos anos 2000, consegue-se extrapolar uma literatura que tende a observar que, pela primeira vez, grupos terroristas tentam moldar o cenário no qual suas mensagens serão repassadas. A mídia social difere da mídia tradicional e convencional em muitos aspectos, como nas dimensões de alcance, interatividade, frequência e permanência (Norris; Kern; Just, 2004, p. 49). Ao contrário da mídia tradicional, na qual um pequeno grupo de instituições divulga informações para um público efetivamente ilimitado, a mídia social permite que qualquer pessoa publique ou acesse informações. Com essas novas ferramentas, consumidores de informações também atuam como comunicadores, expandindo amplamente o número de transmissores de informação no mercado das comunicações. Essa comunicação bidirecional promove a criação de conjuntos pequenos e difusos de comunicadores e de grupos.

Os estudos existentes sobre comunicação estratégica de grupos islâmicos examinaram amplamente o conteúdo propagandeado (Ian Ross, 2007; Bergin; Khosa, 2007). Embora as pesquisas sobre as primeiras publicações de grupos islâmicos, na década de 1980, tenham sido reduzidas, principalmente pela falta de acesso, os primeiros sites usados e administrados por grupos terroristas, a partir dos anos 1990, muitas vezes foram ignorados por seu alcance limitado (Wilkinson, 1997). Os primeiros estudos qualitativos desses sites são do início dos anos 2000 e analisavam vídeos *on-line*, mas geralmente forneciam estudos com pequenas amostras, limitando a validade externa dos resultados (Conway; McInerney, 2008; al-Salem, 2008). O advento das mídias sociais nos anos 2010 e seu uso por grupos terroristas

têm sido desde então a pesquisa sujeita a numerosos estudos, que analisam tanto a difusão quanto o conteúdo dessas publicações, especificamente o uso de mídias sociais pelo EI (Zelin, 2013; Berger; Morgan, 2015).

No que diz respeito às suas capacidades de comunicação, os grupos terroristas islâmicos há muito se diferenciam em organizações centrais (como a al-Qaeda), seus ramos subsequentes (como a al-Qaeda na Somália) e outros grupos afiliados (como os Talibãs), e o controle sobre suas publicações diminui do nível central para o nível afiliado (Byman, 2014). No entanto, o EI introduziu um *modus operandi* novo em comparação com outros grupos terroristas islâmicos, visível no objetivo de adquirir território, em vez de apenas aumentar o grupo de apoiadores. O EI também mudou a estrutura de sua rede, introduzindo *Wilayats* (províncias) nas quais grupos terroristas previamente existentes foram anexados, e sobre as quais mantinha controle e comando diretos da comunicação e das publicações (Azoulay, 2015). Existe um componente adicional da rede daqueles grupos terroristas locais que prometeram lealdade, mas não são considerados províncias, onde, portanto, pouca autoridade é executada nas operações, na medida em que esses grupos se governam de maneira independente.

O EI efetivamente empregou uma estratégia midiática que envolvia a internet e suas ferramentas derivadas, como o uso de aplicativos para *smartphone* e a expansão da capacidade de armazenamento de vídeos pela internet. Segundo Clara Pellerin (2016, p. 4), o EI inaugurou, em um primeiro momento, um modelo expansivo de atuação midiática, com foco não em seus correligionários, mas visando atingir possíveis vítimas e governos antagonistas. Assim, o grupo realizava a produção e a divulgação de vídeos e de imagens estáticas, fortemente marcadas pela violência, utilizando as mídias sociais. As análises da estratégia de comunicação do EI, nesse momento, concentraram-se em produções midiáticas pautadas pela violência extremada, com cenas de assassinatos e decapitações que rapidamente viralizaram pelo globo. Sobre os impactos de tais imagens, Jessica Stern e J. M. Berger (2015) apontam que o apelo das mensagens do EI foi amplamente explicado pela sua produção profissional, que, diferentemente de contextos anteriores, objetivava principalmente o público externo.

A estratégia de mídia do EI tinha como principal objetivo estabelecer um monopólio das informações provenientes de seu território, seja com a produção de notícias, seja com o ataque direto a profissionais da mídia. É importante apontar que esses casos se retroalimentam, à medida que assassinatos de jornalistas, por exemplo, podem servir também para a produção de narrativas. O caso mais evidente é do jornalista estadunidense James Foley, que teve sua morte divulgada pela internet.

Pesquisas recentes apontam que terroristas também usam a internet por razões mais prosaicas, como organização e planejamento de ações, proselitismo, entretenimento e educação (Stohl; Burchill; Englund, 2017). De fato, a maior parte da comunicação *on-line* de terroristas é mundana a ponto de parecer inútil. Por exemplo, Mohammed Musawi (2010, p. 18) aponta que o conteúdo de fóruns jihadistas da internet era basicamente formado por discussões sobre doutrina islâmica, além da disseminação de informações sobre os conceitos de "bom" e "mau" no Corão. Assim, raramente se discutem questões operacionais ou existe a troca de manuais para ataques. Uma análise de um computador pertencente à célula responsável pelo atentado a trem em Madri também revelou que a maior parte do material era formada por proselitismo religioso.

>>PRODUÇÃO MIDIÁTICA COMO FERRAMENTA DE "RELAÇÕES EXTERIORES"

Com a declaração do califado sob Abu Bakr al-Baghdadi, o EI inaugurou uma expansiva campanha para comunicar seus objetivos, principalmente a dinâmica de expandir seu controle pela região do Levante e, posteriormente, para o resto do globo. Apesar da centralidade tática no emprego da violência, o emprego de dinâmicas midiáticas se fez presente como maneira de recrutar e legitimar suas práticas (Chaliand; Blin, 2016). Dentro dessa estratégia, o EI criou uma estação de rádio oficial, *al-Bayan*, que divulgava notícias diárias; manteve por três anos uma revista mensal, *Dabiq*; além de diversos setores exclusivos para a produção de vídeos para a internet. Por fim, o EI criou centros midiáticos, principalmente na tentativa de manter coesão sobre o material distribuído sobre o grupo (Callimachi, 2016).

O profissionalismo da estratégia de comunicação do EI se reflete na existência de agências de notícias afiliadas, como a *Amaq*, e de escritórios de mídia em todas as províncias do EI. Segundo Pellerin (2016, p. 5), o controle sobre as agências de notícias facilita principalmente a disseminação, o volume de material produzido e a coordenação das comunicações para melhor atender aos interesses das organizações. Isso corrobora o argumento de que a comunicação é parte integrante da estrutura do EI, principalmente ao reforçar sua relação com uma estrutura nítida de comando e controle.

Além disso, o EI provou uma habilidade particular no uso do Twitter como plataforma; apesar de suas contas identificadas como oficiais terem sido excluídas da rede social, o grupo tem sido particularmente eficiente no desenvolvimento de contas falsas, criadas rapidamente e usadas principalmente para manter o controle sobre os fluxos de informação. Consequentemente, o EI estabeleceu contas com fortes configurações de privacidade, cujo conteúdo é disseminado por várias contas menores, não oficiais, através de *hashtags* (Berger; Morgan, 2015, p. 23). O EI também se mostrou criativo ao sequestrar *hashtags* de tendências durante a Copa do Mundo de 2014 (como #Brazil2014), com o objetivo de aparecer em pesquisas relacionadas ao Twitter e, assim, obter acesso a uma ampla massa para disseminar seus vídeos de propaganda (Milmo, 2014).

Redes de mídia social como o Twitter, no entanto, também apresentam possíveis armadilhas para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, sendo uma faca de dois gumes. Ciente das informações confidenciais transmitidas pelas redes sociais, o EI investe grandes esforços na proteção da identidade e localização de sua liderança, minimizando as comunicações eletrônicas, especificamente entre os mais altos escalões. Portanto, as mídias sociais se concentram principalmente em cumprir seu papel dentro de uma propaganda mais ampla, pois a tecnologia também deixa o grupo vulnerável a ataques cibernéticos (Farwell, 2010).

Por fim, o EI empregou de maneira bastante sofisticada a disseminação de vídeos. Como apontado anteriormente, o grupo ganhou notoriedade pela qualidade dessa produção, com o que Pellerin denominou "uma

produção digna de filmes de Hollywood, com tais gravações incluindo linguagem relacionada ao marketing e sofisticado vocabulário visual" (Perellin, 2016, p. 5).

O EI tem como alvo públicos específicos, como o vídeo lançado em abril de 2014, que apresentava um rapper alemão convertido ao islamismo e um militante do EI brincando na neve. "Vejam, aqui na Síria, também podemos nos divertir! Isso é o *jihad*, o *jihad* é divertido, nos divertimos aqui com as crianças. Venha, convidamos você para o *jihad*!", exclama um deles (Perellin, 2016, p. 5).

Além disso, o EI provou sua capacidade de sincronizar seus esforços de mídia social com seus objetivos estratégicos. Um dos vídeos mais populares, "O choque das espadas", publicado algumas semanas antes da conquista de Mossul, foi um exemplo de esforço de alta produção. O vídeo mostrava vários assassinatos e a promoção da divisão sectária, convocando os sunitas a se juntarem ao movimento e enfatizando a importância da estratégia de mídia do EI para o sucesso no nível operacional (Weiss; Hassan, 2015, p. 170-171).

O EI depende de diversas forças para manter o controle de seu território. Primeiramente, como já mencionado antes, o grupo mantém alianças com tribos sunitas e dissidências sírias e iraquianas. Além dessas alianças, o EI também depende do delicado equilíbrio de rivalidades e alianças na região, como a relação negativa entre os países do Golfo e o Irã, entre os governos locais e os rebeldes, entre atores externos e regionais.

A relação com o Ocidente é essencial para o discurso extremista do grupo. Ocidentais são frequentemente chamados de "cruzados" (Until..., 2014), termo que carrega consigo não só uma longa história de embates entre cristãos e islâmicos, mas também uma espécie de "choque de civilizações", nos termos de Huntington (1994). O grupo usa uma terminologia comum aplicada ao califado, que divide o mundo entre *Dar-al-Islam* (domínio do islã) e *Dar-al-Harb* (domínio da guerra), tendo, portanto, uma visão exclusivista na qual todo domínio fora do seu próprio é conveniente para a guerra e a conquista.

Ao mesmo tempo em que critica o Ocidente, entretanto, o EI utiliza seus artifícios a seu favor, como as mídias sociais e o largo alcance da língua inglesa. O grupo possui grande interesse de recrutar membros de países ocidentais, e o simbolismo de ter estadunidenses e europeus entre seus membros funciona como uma espécie de exibição da vitória moral do islã sobre a sociedade rival.

O EI conseguiu capitalizar também sobre a reação ocidental ao grupo. Em agosto de 2014, os EUA começaram uma série de ataques aéreos a territórios sob controle do EI. Apesar de os ataques terem atingido pontos importantes de retirada de recursos e matado vários militantes, o grupo utilizou a fama negativa que intervenções ocidentais possuem na região para agregar mais membros. Apenas nas três primeiras semanas de ataques, mais de cinco mil sírios e iraquianos se juntaram ao EI, de acordo com o Observatório Sírio para Direitos Humanos (Lyons-Padilla *et al.*, 2015). O próprio discurso do EI se agrava em relação aos inimigos: enquanto inicialmente os discursos focavam no conceito de *hégira* (imigração), chamando pessoas para irem para a Síria e para o Iraque para construir o novo Estado, em 19 de agosto, o grupo liberou o primeiro vídeo da decapitação de um ocidental, o jornalista dos EUA James Foley. Em setembro de 2014, o porta-voz do EI incitou ataques a cidadãos membros da coalizão que se uniu aos EUA contra o grupo, que inclui atores regionais – Jordânia, Egito, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Qatar, Bahrein e o controverso Curdistão Iraquiano – e não regionais – Austrália, Reino Unido, França, Alemanha, Canadá e Holanda (Barret, 2014). Em dezembro de 2014, a revista oficial do grupo louvou os atentados realizados no café Lindt, em Sidney, por um "lobo solitário" que atribuiu seu impulso terrorista à ideologia do EI (The flood..., 2014).

A narrativa construída pelo EI de retorno a um passado glorioso do califado islâmico vem acompanhada de uma realidade local bem mais mundana: a necessidade de governar, estabelecer limites, administrar serviços e reunir recursos. O combate a essa narrativa, entretanto, esbarra na falta de alternativas atrativas a sírios e iraquianos que buscam mudar sua realidade local e dar identidade e propósito à sua luta. É verdade que

o EI tem clareza de que seu governo também depende de um equilíbrio delicado entre medo e consentimento, e que a conquista não é suficiente nem o objetivo final. Entretanto, o EI é um exemplo de como a associação entre nacionalidade, transnacionalidade e islã pode ser bastante complexa, envolvendo diferentes discursos e tipos de organização política. Afinal, a organização se propõe como Estado de fato, assumindo tarefas como prover serviços de infraestrutura, recolher impostos, policiar, julgar e punir, exercendo controle real sobre uma porção considerável de território e população, ao mesmo tempo em que exibe um discurso expansionista e exclusivista envolvendo a ressignificação de diversos aspectos religiosos para aquele determinado contexto político.

>>O CONCEITO DE "CALIFADO" COMO FENÔMENO MIDIÁTICO

Um dos principais elementos de legitimação das ações do EI é sua declaração de restabelecimento do califado. O primeiro califado (em árabe, *khilafah*, que significa "sucessão") se inicia com a morte do profeta Maomé. Por ele não ter deixado herdeiros, o fato gera disputas sobre quem seria seu sucessor (califa). Os primeiros quatro sucessores de Maomé são chamados *rashidun* (bem guiados) e foram seguidos por diversas dinastias de califas, principalmente a Omíada, a Abássida e, a última delas, a Otomana. O califado se pretendia ao mesmo tempo autoridade política e religiosa, representando a união da *ummah*, a nação islâmica. A abolição do Califado Otomano, em 1924, pela revolução nacionalista liderada por Mustafa Kemal Atatürk é bastante representativa da tentativa de secularização e nacionalização da política apresentada como embate à visão da unidade entre política e religião – e foi interpretada por alguns na época como a vitória das ideias seculares ocidentais sobre as ideias religiosas orientais. A declaração do retorno do califado por Abu Bakr al-Baghdadi evoca um discurso histórico e, ao mesmo tempo, profético da volta aos tempos gloriosos do islã. O califado é um dos centros da teoria política islâmica nessa interpretação, na qual a unidade entre política e religião reflete o conceito de *tawhid* (unidade divina), no qual o divino possui autoridade absoluta

sobre o mundano. Assim, a organização da relação entre os seres humanos deveria ser um reflexo da relação entre o ser humano e o próprio Deus, na qual o homem aceita total subjugo (Ardic, 2012).

É interessante notar que diversas declarações emitidas pelo EI condenam o nacionalismo e o secularismo político. São recorrentes as afirmações de que "a Síria não é para os sírios, e o Iraque não é para o Iraque, a Terra é de Deus", e que "chegará o dia em que todo islâmico andará como mestre em qualquer lugar" (Until..., 2014). Por isso, um dos pilares do esforço desse grupo é a *hégira*, a imigração para um Estado islâmico como uma obrigação. As críticas ao nacionalismo frequentemente remontam a medidas tomadas por potências coloniais no Oriente Médio, como os Tratados de Sèvres (1920) e de Lausanne (1923), que dividiram o Oriente Médio em esferas de influência entre Reino Unido e França, em 1916, e o orgulho ferido de uma nação que teria sido subjugada por potências ocidentais – seja França, Inglaterra ou EUA – e que busca eliminar seus "traços restantes de fronteiras nacionalistas e apóstatas do coração dos islâmicos" (Foreword..., 2014). Deve-se notar também a forte associação entre o EI e ex-membros do partido nacionalista laico Baʿath, ao qual pertencia Saddam Hussein (e ironicamente também Bashar al-Assad). Como já mencionado na parte I, Abu Bakr se aliou a vários membros do deposto governo Hussein. Em comum, as ideologias do partido Baʿath e do EI possuem um recomeço político que traria de volta os tempos de ouro já vividos por aquele povo.

O aumento em abrangência dos nomes adotados pelo movimento – Estado Islâmico no Iraque, Estado Islâmico no Iraque e al-Sham (Síria, ou Levante) e, em seguida, apenas Estado Islâmico – demonstra como o grupo conseguiu capitalizar sobre diversos conflitos nacionais. E nota-se que o EI se mostra determinado a ocupar territórios sempre que possível, sob o *slogan* "resistindo e expandindo" (*remaining and expanding*), enquanto os objetivos imediatos pouco foram expandidos para além do Iraque e da Síria (notadamente, para o Líbano e o Sinai). O discurso anticolonial de Abu Bakr busca apelar ao mesmo tempo para tribos locais, nacionalistas árabes e religiosos que acreditam na união da *ummah*. A própria identidade dessa

ummah, entretanto, é vagamente definida, e apesar de demonstrar certas solidariedades com conflitos e temas relativos a islâmicos de outras áreas, como palestinos, o EI limita o lugar dessa *ummah* aos territórios por ele conquistados. Dessa forma, o califado se constitui como uma organização política e religiosa ao mesmo tempo, e a transição do processo de conquista para o de governança é essencial para a sustentabilidade do califado, o que apresenta diversos obstáculos (Barrett, 2014).

>>MENSAGENS HÍBRIDAS: A REVISTA *DABIQ* COMO MANIFESTAÇÃO DE ESTRATÉGICAS MIDIÁTICAS

Produzido pelo Centro de Mídia al-Hayat, do Ministério da Mídia do EI, a *Dabiq* foi uma série de revistas digitais em inglês, focada na propagação de ideias jihadistas, radicalização e recrutamento (Winter, 2015). O título da revista se refere a uma pequena cidade síria, onde ocorreria o fim do mundo em uma batalha que envolveria forças ocidentais e islâmicas. A primeira edição foi lançada digitalmente em 5 de julho de 2014, um mês após a ocupação de Mossul pelo EI, e teve foco em relatórios organizacionais, atualizações no campo de batalha e ideologia extremista (Gambhir, 2014). Devido à distribuição *on-line* da revista e à utilização do idioma inglês, Harleen K. Gambhir observa que a revista era não apenas destinada a possíveis apoiadores do EI no Ocidente, mas também focada em propagandear as ações do grupo no Norte Global. A publicação de números da *Dabiq* foi abortada em 2016, devido ao início das ofensivas combinadas de tropas curdas e dos EUA contra o grupo.

Os artigos da revista, que teve no total quatorze edições, incluem manchetes como "O terror justo", "O *jihad* na África rumo ao Ocidente", entre outros títulos indicativos dos temas de interesse do grupo. A última edição publicada, "A Irmandade Murtadd", traz discussões sobre a legitimidade de se atacarem islâmicos ditos traidores e descrições sobre as ações terroristas em Bruxelas em 2016. A revista seria empregada principalmente, dentro dessa narrativa, para o EI transmitir sua ideologia e visão de mundo. Pesquisas anteriores identificaram forte ênfase da *Dabiq* na

identidade religiosa do grupo, assim como no reforço para a atuação conjunta durante crises. Nessa linha, Haroro J. Ingram (2016) argumenta que a *Dabiq* foi empregada principalmente para enfatizar a identidade do grupo que o EI pretendia formar e o conceito de "Outro", de modo a reforçar uma dicotomia entre o islã e o Ocidente. Em uma análise de conteúdo, Ingram identificou, em praticamente todas as publicações, mensagens de reforço de valores e a dimensão dicotômica entre "Ocidente" e "islã". Ingram também observa que, ao reforçar uma dicotomia cultural e religiosa, a *Dabiq* usa linguagem apocalíptica: "As questões de *Dabiq* mergulham seus leitores em um mundo bipolar, caracterizado por uma guerra divina, predecessora do fim dos tempos, que exige que os sunitas escolham entre as forças do bem ou do mal" (Ingram, 2016, p. 474).

Para promover a radicalização e incentivar ainda mais a ação, como afirma Ingram, a *Dabiq* pretende provocar um suposto "despertar" em seus leitores. Nessa lógica, Pellerin (2016, p. 3) divide os principais temas abordados pela publicação em três conjuntos: no primeiro estão as supracitadas narrativas sobre o fim dos tempos, usadas para lembrar os leitores sobre o papel do grupo no Apocalipse; no segundo, a *Dabiq* baseia-se em explanações normativas, apontando, por exemplo, que a violência contra infiéis seria uma obrigação de todos os islâmicos. Por fim, a revista apontaria dinâmicas essencialmente ocidentais, como a frivolidade da vida europeia.

A mesma autora aponta quatro elementos que subscrevem os temas apontados pela *Dabiq*, que ela define como narrativas de jihadismo global (Pellerin, 2016, p. 15). O primeiro seria a ideia de "narrativa política", que se concentra em reflexões que abordariam uma ontologia exploradora e maligna do Ocidente. Em contrapartida, teríamos a criação de uma comunidade justa e benigna com o EI. Sob tal ponto, isso configuraria a atuação do EI contra todas as pessoas que não são crentes nessa ordem, ou no califado mundial em particular, incluindo todos os islâmicos que não apoiam a sua causa. O segundo elemento seria a "narrativa moral", que se concentraria nas "contradições internas das democracias liberais" (Pellerin, 2016, p. 15), indicando que discursos sobre justiça e igualdade seriam hipócritas, materializando a decadência de tal sociedade. No caso do EI, isso se

daria principalmente em narrativas midiáticas que justificam os ataques terroristas em território ocidental. Locais como praças em Paris ou centros urbanos do Reino Unido seriam representantes de imoralidade, por exemplo, com o consumo de bebidas alcoólicas ou jovens se relacionando de forma supostamente promíscua.

A "narrativa religiosa" seria o terceiro ponto abordado pela *Dabiq*. Intimamente ligado ao anterior, esse enquadramento seria a centralidade no estabelecimento de uma liderança divina legítima para garantir a "defesa do islã contra o cruzado ocidental" (Pellerin, 2016, p. 15). Para o EI, isso não significa apenas a Europa e os EUA, por exemplo, mas todos os Estados que não apoiam o estabelecimento do califado. Na edição número 5, em um artigo intitulado "A verdade", diz-se:

> Ao contrário do equívoco popular, heresia não significa deixar de se chamar islâmico para se chamar judeu, cristão, hindu ou budista. Na realidade, existem apenas duas religiões: a de Deus, que é o islã, e depois a religião de qualquer outra coisa, que é apostasia. (From the battle..., 2015)

A narrativa religiosa, assim, não apenas afirma que o islã é a única religião, mas também argumenta, ao mesmo tempo, que a única maneira como o islã deve e pode ser interpretado e praticado é de acordo com o que o EI entende como práticas e interpretações do islã. Por fim, teríamos a narrativa sociopsicológica, como argumentam Christian Leuprecht, Todd Hataley, Sophia Moskalenko e Clark McCauley, que

> emprega uma estratégia clássica de divisão entre membros de um grupo e pessoas fora do grupo para definir aqueles que não aceitam os argumentos [do EI] como infiéis, ao mesmo tempo em que promovem uma irmandade entre os combatentes como forma de combater a exclusão social e cumprir um anseio de aventura e sacrifício que motiva o "verdadeiro fiel". (Leuprecht *et al.*, 2010, p. 43)

Como discutido anteriormente, com a publicação de sua "atividade" militar, o EI promove a ideia de um exército que, por sua vez, busca ganhar força com os níveis de coesão. A estratégia de comunicação é, portanto, uma ferramenta facilitadora para intensificar e sublinhar a narrativa

sociopsicológica. Assemelhando-se a ritos nos exércitos tradicionais, com o objetivo de aumentar seus níveis de coesão, o EI promove uma identificação positiva no grupo. Isso é particularmente evidente na série de vídeos *Mujatweet* (que mostram membros do EI que auxiliam na administração das cidades) que são "projetados para descrever o EI" (Smith, 2020). A divulgação de imagens do EI mostrando seu trabalho de caridade em Bin Jawad ou a prestação de serviços sociais em Raqqa alimenta ainda mais a narrativa sociopsicológica do grupo (Pellerin, 2016).

Essa identificação em grupo é impulsionada ainda mais pela narrativa sociopsicológica da promoção do sectarismo, que busca identificar o EI como um sistema de apoio exclusivo e, portanto, atraente para todos os crentes no califado. A coesão é facilitada pelo uso de novos meios de participação, nos quais várias campanhas diferentes – como a campanha no Twitter "A sexta-feira de apoiar o EI" – estimulam a participação, carregando fotos com bandeiras do EI. Essa participação está voltada particularmente para aqueles indivíduos que se sentem excluídos de sua respectiva comunidade ou sociedade, ou aqueles que já demonstram propensão à radicalização. A promoção da dinâmica dentro e fora do grupo serve como um forte impulsionador para o movimento e o recrutamento.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa de apontar que o EI é um fenômeno completamente novo acaba por enublar o compartilhamento de estratégias com grupos terroristas anteriores, como a al-Qaeda. No caso do uso da imprensa e de ferramentas de propaganda, nota-se que o EI aperfeiçoou alguns dispositivos midiáticos anteriores, mas efetivamente criou novos elementos, principalmente aqueles que tangem às novas mídias sociais. Outro ponto de interesse é a forma como tais tecnologias foram mobilizadas: a revista do grupo, *Dabiq*, nitidamente possuía objetivos internos e externos. Por ser trilíngue (inglês, árabe e francês), ela não só servia como ponto oficial para o EI construir sua imagem, divulgar recentes batalhas e tornar seus

objetivos mais bem conhecidos, como também impulsionava o grupo internacionalmente, auxiliando nos esforços de propaganda e arregimentação de novos membros.

Apesar de o EI possuir apenas resquícios do seu poder e influência (no momento em que este capítulo foi finalizado), o material produzido por ele, assim como sua estratégia de propaganda, serve como exemplo para entender a maneira como futuros grupos violentos podem empregar tais ferramentas para fins políticos.

REFERÊNCIAS

AL-SALEM, Faoud. The size and scope of the Islamic finance industry: an analysis. *International Journal of Management,* v. 25, n. 1, p. 124, 2008.

ARDIC, Nurullah. *Islam and the politics of secularism*: the Caliphate and Middle Eastern modernization in the early 20th century. Londres: Routledge, 2012.

AZOULAY, Rivka. *Islamic State franchising*: tribes, transnational Jihadi networks and generational shifts. Holanda: Clingendael Institute, 2015.

BARRETT, Richard. *Foreign fighters in Syria.* Nova York: The Soufan Center, 2014.

BERGER, John M. *et al*. [Depoimento]. *In*: US Congress – Committee on Homeland Security and Governmental Affairs. *Jihad 2.0*: social media in the next evolution of terrorist recruitment. Washington: United States. Government Publishing Office, 2015. Disponível em: https://www.hsdl.org/?abstract&did=798565. Acesso em: 12 jun. 2018.

BERGER, John M.; MORGAN, Jonathon. The Isis Twitter census: defining and describing the population of Isis supporters on Twitter. *The Brookings Project on US Relations with the Islamic World*, v. 3, n. 20, mar. 2015.

BERGIN, Anthony; KHOSA, Raspal. *The Australian media and terrorism*. Camberra: Australian Strategic Policy Institute, 2007.

BYMAN, Daniel. The intelligence war on terrorism. *Intelligence and National Security*, v. 29, n. 6, p. 837-863, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0268 4527.2013.851876. Acesso em: 20 dez. 2019.

CALLIMACHI, Rukmini. A news agency with scoops directly from Isis, and a veneer of objectivity. *The New York Times*, 14 jan. 2016.

CHALIAND, Gérard; BLIN, Arnaud (ed.). *The history of terrorism*: from antiquity to Isis. Oakland: University of California Press, 2016.

CONSPIRACY theory shirk. *Dabiq*, n. 9, p. 14-19, 2015.

CONWAY, Maura; McINERNEY, Lisa. Jihadi video and auto-radicalisation: evidence from an exploratory YouTube study. *In*: ORTIZ-ARROYO D. *et al.* (ed.). *Intelligence and security informatics*. EuroIsI 2008. Berlim; Heidelberg: Springer, 2008. p. 108-118. Disponível em: https://link.springer.com/

chapter/10.1007/978-3-540-89900-6_13. Acesso em: 20 jan. 2020.

FOREWORD. *Dabiq*, n. 4, p. 3-5, 2014. Disponível em: https://www.ieproject.org/index.html#resources. Acesso em: 20 jan. 2020.

FROM THE BATTLE of al-Ahzab to the war of the coalitions. *Dabiq*, n. 11, 2015. Disponível em: http://www.clarionproject.org/docs/Issue% 2011%20 %20From%20the%20 battle%20of%20Al-Ahzab%20to%20 the% 20war%20of%20coalitions.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

GAMBHIR, Harleen K. *Dabiq*: the strategic messaging of the Islamic State. Washington: Institute for the Study of War, 15 ago. 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda*: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IAN ROSS, Jeffrey. Deconstructing the terrorism: news media relationship. *Crime, Media, Culture*, v. 3, n. 2, p. 215-225, 2007.

INGRAM, Haroro J. A brief history of propaganda during conflict. *The International Center for Counter-Terrorism – The Hague*, v. 7, jun. 2016.

LEUPRECHT, Christian *et al.* Containing the narrative: strategy and tactics in countering the storyline of global jihad. *Journal of Policing*, *Intelligence and Counter Terrorism*, v. 5, n. 1, p. 42-57, 2010. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/18335300.2010.9686940. Acesso em: 3 set. 2020.

LYONS-PADILLA, Sarah *et al*. Belonging nowhere: marginalization & radicalization risk among Muslim immigrants. *Behavioral Science & Policy*, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2015.

MILMO, Cahal. Iraq crisis exclusive: Isis jihadists using World Cup and Premier League hashtags to promote extremist propaganda on Twitter. *The Independent*, Londres, 23 jun. 2014. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/iraq-crisis-exclusive-isis-jihadists-using-world-cup-and-premier-league-hashtags-promote-extremist-propaganda-twitter-9555167.html. Acesso em: 20 jan. 2020.

MUSAWI, Mohammed Ali. *Cheering for Osama*: how jihadists use internet discussion forums. Londres: Quilliam, 2010, p. 4-80. Disponível em: https://www.media-diversity.org/additional-files/cheering-for-osama.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

NORRIS, Pippa; KERN, Montague; JUST, Marion (ed.). *Framing terrorism:* the news media, the government and the public. Londres: Routledge, 2004.

PELLERIN, Clara. Communicating terror: an analysis of Isis communication strategy. *Science Po Kuwait Program*, v. 11, p. 1-18, 2016. Disponível em: https://www.sciencespo.fr/kuwait-program/wp-content/uploads/2018/05/KSP_Paper_Award_Spring_2016_PELLERIN_Clara.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: Educ-Editora da PUC-SP, 2014.

SCHMID, Alex P. Al-Qaeda's "single narrative" and attempts to develop counter narratives: the state of knowledge. *International Centre for Counter-Terrorism*, Haia: ICCT, p. 1-38, 2014.

SCHMID, Alex P. Challenging the narrative of the "Islamic State". *International Centre for Counter-Terrorism – The Hague* 6, n. 5, jun. 2015.

SMITH, Craig. Challenging the so-called trafficking-terror finance nexus. *Forced Migration Review*, n. 64, p. 56-59, 2020.

SMITH, Megan; WALSH, James Igoe. Do drone strikes degrade Al Qaeda? Evidence from propaganda output. *Terrorism and Political Violence*, v. 25, n. 2, p. 311-327, 2013.

STERN, Jessica; BERGER, John M. *Isis*: the state of terror. Oxford: Oxford University Press, 2015.

STOHL, Michael; BURCHILL, Richard; ENGLUND, Scott (ed.). *Constructions of terrorism*: an interdisciplinary approach to research and policy. Berkeley: University of California Press, 2017.

THE BAYʿAH from West Africa. *Dabiq*, n. 8, p. 14-16, 2015.

THE EXTINCTION of the Grayzone. *Dabiq*, n. 7, p. 54-66, 2015.

THE FLOOD of the Mubahalah. *Dabiq*, n. 2, p. 20-30, 2014. Disponível em: https://www.ieproject.org/index.html#resources. Acesso em: 20 jan. 2020.

TORRES SORIANO, Manuel R. The road to media Jihad: the propaganda actions of al Qaeda in the Islamic Maghreb. *Terrorism and Political Violence*, v. 23, n. 1, p. 72-88, 2010.

TRATADO de Lausanne. Assinado em 24 jul. 1923. Disponível em: https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Treaty_of_Lausanne. Acesso em: 7 ago. 2020.

TRATADO de Sèvres. Assinado em 10 ago. 1920. Disponível em: http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres_ENG.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

UNTIL it Burns – the Crusader Armies in Dabiq. *Dabiq*, n. 1, p. 3-5, 2014. Disponível em: https://www.ieproject.org/index.html#resources. Acesso em: 20 jan. 2020.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Isis*: inside the army of terror. Nova York: Regan Arts, 2015.

WILKINSON, Paul. The media and terrorism: a reassessment. *Terrorism and Political Violence*, v. 9, n. 2, p. 51-64, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09546559708427402. Acesso em: 20 dez. 2019.

WINTER, Charlie. *The virtual* "Caliphate": understanding Islamic State's propaganda strategy. Londres: Quilliam, 2015. Disponível em: https://www.quilliaminternational.com/shop/e-publications/the-virtual-caliphate-understanding-islamic-states-propaganda-strategy/. Acesso em: 20 jan. 2020.

ZELIN, Aaron Y. The State of global Jihad online: a qualitative, quantitative, and cross-lingual analysis. *New America Foundation*, 5 fev. 2013. Disponível em: https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/state-global-jihad-online. Acesso em: 20 jan. 2020.

PARTE III
ALÉM DAS "FRONTEIRAS" DO ESTADO ISLÂMICO

9

A QUINTA ONDA DE TERRORISMO: RADICALIZAÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS

Beatriz Buarque

Desde 2014, cenas de extrema violência se tornaram mais acessíveis e frequentes. O número de pessoas recrutadas pelo Daesh[1] ultrapassou 41 mil,[2] um movimento que atraiu a atenção de autoridades, acadêmicos e membros da sociedade civil e que foi seguido por um tsunami sem precedentes de ataques no Ocidente planejados por "lobos solitários" (Gallagher, 2016). Os três fenômenos citados acima têm duas coisas em comum: o remetente da mensagem (o Daesh, com o objetivo de incitar o medo, recrutar ou instigar ataques no Ocidente) e o meio da mensagem (a internet).

Embora o conceito de terror seja frequentemente associado à publicidade – porque os atos terroristas são planejados para "alcançar publicidade máxima" e eles têm vários alvos que vão além da própria vítima –, ataques reivindicados pelo Daesh e seus vídeos parecem ter colocado em cena um novo tipo de espetáculo de violência (Jenkins, 1980, p. 3; Schmid, 1984; Friis, 2018). Um espetáculo que conseguiu alcançar milhões de pessoas em todo o mundo e convencer milhares delas a se juntarem ao grupo na Síria e no Iraque; que funde a linguagem dos videogames com as imagens usadas pela grande mídia ocidental, com efeitos especiais que são a assinatura dos filmes de Hollywood; um espetáculo que ganhou espaço na grande mídia; e, também, um espetáculo que frequentemente exorta indivíduos a se envolverem com terroristas *on-line* (Neumann, 2009; Patrikarakos, 2017).

1 A pedido da autora, o termo "Daesh" será utilizado neste capítulo para denominar o Estado Islâmico (EI). Uma discussão aprofundada sobre a terminologia utilizada para denominar o EI é parte da introdução deste livro.

2 De acordo com o relatório "Do Daesh à 'diáspora': rastreando mulheres e menores do Estado Islâmico", de Cook e Vale (2018), 41.490 indivíduos de oitenta países se juntaram ao Daesh na Síria e no Iraque entre abril de 2013 e junho de 2018.

Todas essas ações foram potencializadas pela internet, o que nos leva a indagar: será que o meio digital influenciou o surgimento de uma nova onda de terrorismo? Depois que o EI conquistou territórios e estabeleceu um mecanismo de mídia para refinar sua mensagem e ampliar sua distribuição, a estratégia parece ter sido copiada por outros grupos terroristas – por exemplo, Boko Haram (Estado Islâmico na África ocidental) na Nigéria e al-Shabaab na Somália. Essa é a razão principal pela qual considero a declaração do califado o fato que pode ter desencadeado a quinta onda de terrorismo. Obviamente, o assunto não será esgotado neste livro. No entanto, acredito que o debate sobre o surgimento de uma quinta onda de terrorismo é necessário por dois motivos: 1) ele atualiza o conceito de terrorismo como um tipo de estratégia de comunicação, trazendo à tona o papel desempenhado pelas mídias digitais na propagação de ideologias radicais; e 2) ele rompe com o paradigma de que ainda estamos sob a égide do terrorismo religioso que marcou a quarta onda e, desse modo, abre espaço para que também sejam abordados atentados provocados por grupos neonazistas e de extrema direita que possuem características comuns aqui atribuídas à quinta onda de terrorismo.

Embora alguns estudiosos já tenham mencionado o surgimento de uma possível quinta onda de terrorismo, o presente capítulo traz uma abordagem transdisciplinar do assunto à medida que teorias de relações internacionais e de comunicação dialogam entre si para ampliar esse debate para além de uma determinada categoria de saber.

>>AS ONDAS DE TERRORISMO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

À luz da classificação teorizada por David C. Rapoport, a história do terrorismo pode ser dividida em quatro ondas, que foram desencadeadas por um determinado evento. O autor se baseou principalmente nas motivações ideológicas dos diversos grupos para identificar as ondas de terrorismo:

1) a primeira onda, Onda Anarquista, surgiu na década de 1880 como resposta às reformas políticas e econômicas introduzidas pelos czares no Império Russo;

2) a segunda onda, Anticolonial, surgiu na década de 1920 e seu evento desencadeador foi a Primeira Guerra Mundial;

3) a terceira onda, da Nova Esquerda, surgiu na década de 1960, precipitada pela Guerra do Vietnã;

4) finalmente, a quarta onda de terrorismo, Onda Religiosa, começa em 1979 com a Revolução Iraniana (Rapoport, 2001; 2004).

Embora amplamente utilizada, essa teoria apresenta algumas contradições. Para Mark Sedgwick (2007), por exemplo, nem ideologia nem eventos pontuais são suficientes para explicar as ondas de terrorismo. Ele acredita que o sucesso aparente ou real de uma tática terrorista inspira outros grupos a seguirem a mesma estratégia e, portanto, pode desencadear uma nova onda de terrorismo como resultado de um movimento contagioso. Denys Proshyn (2015, p. 105) é mais cético em relação à teoria desenvolvida por Rapoport, pois a considera uma "simplificação errônea" do problema, uma vez que ela prioriza o impulso que forma uma onda específica e ignora a dinâmica de grupos terroristas individuais, fornecendo uma descrição simplificada dos movimentos, que são muito mais complexos. No que diz respeito à comunicação, a teoria das ondas de terrorismo também carece de uma análise mais aprofundada de como os grupos terroristas vêm acompanhando os avanços tecnológicos para perpetrar seus ataques, algo que teve um enorme impacto no alcance de suas mensagens.

Sem desconsiderar completamente a teoria das ondas de terrorismo, se focarmos na interação entre terrorismo e comunicação, é possível identificar como cada onda se baseou em um determinado meio de comunicação para ter sua mensagem amplificada. O telégrafo permitiu a divulgação de notícias em um ritmo nunca antes visto durante a primeira onda. O uso comercial do rádio começou na década de 1920, quase na mesma época em que a segunda onda emergiu. Durante a terceira onda, a televisão estava começando a se tornar uma presença notável nos lares nos EUA e na Europa, e grupos como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) se aproveitavam disso para incitar o medo em um número maior de pessoas. Com a televisão, o terrorismo se tornou visual e passou

a alimentar o apelo por notícias violentas, ganhando cobertura massiva da mídia e formando um sistema simbiótico que existe até hoje. Poucos anos após a Revolução Iraniana, a internet apareceu e mudou para sempre a maneira como as pessoas se comunicam e se comportam, e os terroristas começaram a usar a internet para propagar sua ideologia, recrutar e treinar pessoas, e captar recursos (Weimann, 2006).

A internet foi criada durante a Guerra Fria para descentralizar o sistema de informação dos EUA e, portanto, reduzir sua vulnerabilidade diante de um possível ataque da União Soviética, mas começou a ser usada por um novo inimigo internacional: os jihadistas salafistas na década de 1990 (Weimann, 2006; Jackson, 2005). Embora Rapoport (2002, p. 10) defina a al-Qaeda como "uma organização com um objetivo e um padrão de recrutamento únicos na história do terrorismo", ele não oferece uma abordagem sobre como esse padrão foi amplamente influenciado pela internet, na medida em que esse meio de comunicação permitiu que grupos terroristas reunissem informações, coordenassem operações, realizassem ataques, recrutassem, treinassem e arrecadassem fundos (Weimann, 2006). Proshyn (2015) é um dos autores que criticam Rapoport pela ausência de uma análise do impacto desse meio na quarta onda de terrorismo. Em outras palavras, a internet permitiu que grupos terroristas permanecessem vivos, apesar de sucessivas ações militares que comprometeram sua existência física como um grupo. Foi nesse contexto que surgiu o jihadismo global, utilizando ao máximo a internet para convencer os jovens a se juntarem a grupos terroristas e a planejarem ataques no Ocidente. Em 2003, a internet chegou a ser descrita como uma "universidade de estudos do *jihad* da al-Qaeda" devido à infinidade de vídeos, revistas *on-line* e mensagens de áudio disponíveis nesse meio (Hegghammer, 2006).

Em 2004, a al-Qaeda lançou seu primeiro manual de treinamento *on-line*, *al-Battar* (Weimann, 2006); em 2008, começou a usar a internet para enviar mensagens aos seguidores ocidentais e incitá-los para ataques em seus países de origem como "lobos solitários" – ou seja, atuando de modo independente; e em 2010, o grupo passou a publicar a revista *on-line Inspire*, em inglês, que possuía instruções detalhadas sobre como produzir bombas

caseiras (Neumann, 2016). Anos mais tarde, a revista ficou conhecida por ter inspirado os irmãos Tsarnaev a planejar o ataque durante a Maratona de Boston em 2013.

Para Elisabetta Brighi (2015), a internet facilitou o surgimento de duas tendências: a individualização da violência e a globalização do ressentimento. Alguns autores, como Deborah Touboul (2005), dão um passo adiante: acreditam que a internet permitiu a formação de comunidades virtuais nas quais os indivíduos compartilham crenças religiosas, morais e emocionais, proporcionando-lhes um sentimento de pertencimento que muitas vezes não existe nas comunidades físicas das quais fazem parte. Recentemente, com o aumento do número de combatentes estrangeiros e ataques planejados por lobos solitários, esse senso virtual de pertencimento se tornou um dos elementos fundamentais nos estudos sobre o processo de radicalização.[3]

>>O SURGIMENTO DA QUINTA ONDA DE TERRORISMO

Embora a al-Qaeda tenha começado a explorar esse sentimento para formar comunidades virtuais e, eventualmente, recrutar seguidores, o grupo não conseguiu estabelecer um sistema de governança próprio, ou seja, não declarou um califado (Nacos, 2007). A declaração do califado pode ser considerada crucial para entender os eventos que se desenrolaram no mundo pós-Daesh devido a seus apelos práticos e emocionais. Da perspectiva emocional, o ato de declarar um califado pode ser entendido como uma tentativa de fazer a comunidade islâmica acreditar que o Daesh estava "restaurando o califado que deixou de existir após a Primeira Guerra Mundial" (Bergen, 2015, p. 6). Nesse sentido, todo islâmico sunita foi chamado a se juntar ao grupo para ajudar a construir o califado.

Do lado prático, o califado permitiu ao Daesh delimitar *Wilayats* (províncias), responsáveis pelo desenvolvimento de suas próprias publicações e conteúdo de mídia subordinado a um comando central (Pellerin, 2016).

3 Cf. Institute for Economics and Peace (2019) e Borum (2011).

Isso deu ao Daesh a oportunidade de começar a produzir e distribuir conteúdo audiovisual de uma maneira muito mais sofisticada e organizada, como nenhum outro grupo jihadista conseguiu. Com esse aparato de mídia, o Daesh começou a produzir mensagens diferentes para vários públicos-alvos – nacionais ou estrangeiros – com potencial para atingir milhões de pessoas em questão de segundos (Callimachi, 2016). Esses dois elementos, apelo emocional e meios práticos de amplificar a mensagem do grupo, são suficientes para considerar a declaração do califado o evento que pode ter desencadeado a quinta onda de terrorismo.

Para Jeffrey Kaplan e Christopher Costa (2015), não há dúvida de que o Daesh é um grupo representativo da quinta onda de terrorismo. Para Peter Neumann (2016), o Daesh não apenas representa um novo movimento terrorista, mas também pode ter desencadeado uma nova onda já que o grupo conseguiu alcançar algo que nenhum dos grupos jihadistas anteriores alcançou: o estabelecimento de um califado. Embora o al-Shabaab, outro grupo jihadista-salafista,[4] já tivesse conquistado territórios antes que o Daesh declarasse o califado, ele não estabeleceu um sistema de governança com um aparato ideológico nitidamente focado na manutenção do sistema e na reprodução de sua ideologia (Honig; Yahel, 2017; Althusser, 2006). A combinação entre aspirações de construção do Estado e um mecanismo de mídia responsável por produzir, distribuir e coordenar informações sobre o grupo e o califado é uma das características que distinguem o Daesh de outros grupos terroristas (Chouliaraki; Kissas, 2018).

Embora Kaplan e Costa afirmem que o Daesh teve mais sucesso na propagação de sua mensagem do que qualquer outro grupo terrorista na era moderna, Abdel Bari Atwan é ainda mais assertivo quando se trata da influência da internet nesse novo movimento. Para ele, sem internet, o Daesh nunca viria a existir, que dirá expandir, sobreviver e inspirar outros grupos terroristas a usarem a internet de maneira tão sofisticada

4 O salafi-jihadismo é entendido aqui como a convergência entre wahhabismo e salafismo, com uma enorme ênfase no *jihad* (Kepel, 2011). A vertente mais extrema dessa ideologia influenciou grupos jihadistas transnacionais como a al-Qaeda.

para ampliar sua mensagem e legitimar seu poder (Kaplan; Costa, 2015; Atwan, 2015).

Atwan chamou a atenção para um ponto importante que exemplifica bem a influência da internet nos dias atuais. Os vídeos produzidos pelo grupo durante a invasão do Iraque, em 2003, liderados pelo jordaniano Abu al-Zarqawi (um dos mentores do Daesh), não teriam o mesmo alcance sem a internet. Eles influenciaram centenas de pessoas a deixarem suas casas no Ocidente para se juntarem ao grupo no Iraque. Se não houvesse internet, pessoas de diferentes nacionalidades não teriam acesso a esse conteúdo e, portanto, não entrariam em contato virtualmente com membros do grupo de al-Zarqawi.[5]

De fato, as raízes do Daesh estão na invasão do Iraque, em 2003, principalmente por duas razões. A primeira é que as operações militares no Iraque deixaram mais de cem mil militares iraquianos desempregados, que ficaram vulneráveis à ideologia radical pregada pela al-Qaeda, liderada naquele momento no Iraque por Abu Musab al-Zarqawi (Stern; Berger, 2015). Zarqawi começou a divulgar vídeos de ataques e decapitações na internet, além de começar também a atacar muçulmanos xiitas sob a alegação de que eles seriam apóstatas por adorarem o profeta Ali e seu filho Husayn.[6] Embora os líderes da al-Qaeda tenham pedido a Zarqawi reiteradas vezes que parasse de matar civis muçulmanos, ele permaneceu leal aos preceitos de Ibn Tamiyyah[7] de que os xiitas são apóstatas. Após a morte de Zarqawi, em 2006, o grupo conseguiu se reorganizar sob o nome de Estado Islâmico no Iraque (ISI, na sigla em inglês). Em 2011, o novo líder do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi, decidiu expandir os territórios para a Síria. Foi nesse contexto que surgiu o grupo jihadista Jabhat al-Nusra (atualmente

5 Cf. Atwan (2015); Stern e Berger (2015); Stern e McBride (2013).

6 Segundo Thomas Hegghammer (2006), Zarqawi aplicou *takfir* (excomunhão) para justificar o assassinato de xiitas e alauitas. Após a declaração do califado, em 2014, essa justificativa foi estendida a yazidis, uma minoria religiosa que vive no norte do Iraque.

7 Ibn Tamiyyah foi um teórico medieval (1268-1328) que exerceu grande influência na vertente radical do islã. Ele defendia uma interpretação literal e rigorosa dos livros sagrados islâmicos e pregava uma divisão entre a comunidade islâmica: os xiitas eram considerados seguidores do mal e os sunitas representam o lado puro do islã (Esposito, 2002, p. 45, 58).

chamado Hayʿat Tahrir al-Sham). Em 2013, ele se fundiu com o ISI em uma combinação que ficou conhecida como Estado Islâmico no Iraque e no Levante (e, posteriormente, simplificou seu nome para Estado Islâmico). Devido aos constantes assassinatos de civis muçulmanos, a al-Qaeda rompeu formalmente com o EI no dia 2 de fevereiro de 2014 (Stern; Berger, 2015). A segunda razão pela qual a invasão do Iraque é considerada um dos fatores que ajudaram os grupos jihadistas, em vez de restringir seu avanço, reside no modo como ela aconteceu: fornecendo aos grupos jihadistas material visual para alimentar sua narrativa contra o Ocidente e inspirando mais jovens a se juntarem a eles no Iraque (Rogers, 2008). Curiosamente, o período em que as tropas dos EUA passaram no Iraque coincide com alguns avanços importantes na comunicação – o Facebook surge em 2004; o YouTube, em 2005; e o Twitter, em 2006 – e, como antes, grupos terroristas adotaram rapidamente a nova tecnologia (Thompson, 2011). Durante a invasão de Fallujah, em 2004, as tropas dos EUA assumiram o controle da cidade, matando milhares de pessoas – a maioria civis – e deixando metade da cidade destruída. Segundo Paul Rogers (2008), a cobertura massiva da mídia dos EUA acabou tendo um efeito perverso: se lá as imagens da destruição de Fallujah representavam o poderio bélico do país, no Oriente Médio elas representavam opressão e a disposição ocidental para matar muçulmanos. Esse ressentimento foi amplamente utilizado pelos seguidores de Zarqawi para estabelecer parcerias com tribos locais e recrutar pessoas de diferentes partes do mundo. De modo geral, a invasão do Iraque introduziu muitos símbolos no vocabulário jihadista, como Fallujah[8] e Abu Ghraib,[9] alimentando o imaginário de que havia chegado a hora de lutar por um Estado muçulmano (Hegghammer, 2006). Estavam formadas as bases para a legitimação da necessidade de um califado.

8 Cidade na província de Anbar que foi local de intenso conflito em 2004 durante a guerra no Iraque.

9 Abu Ghraib é um complexo penitenciário localizado na cidade de mesmo nome, no Iraque, que ficou conhecido em 2006 pelas fotos de detentos sendo torturados por militares dos EUA.

Uma vez declarado o califado, o Daesh conseguiu estabelecer um novo tipo de *modus operandi* de comunicação, que por sua vez começou a produzir mensagens personalizadas para diferentes regiões do mundo (Pellerin, 2016; Calchi-Novati, 2017). De acordo com Abraham Wagner, Rand Waltzman e Alberto Fernandez (2015), além de produzir documentários e campanhas na mídia social, os estúdios do Daesh também competiam entre si para produzir a cena mais chocante e, portanto, "melhorar" a experiência do espectador. Gabriella Calchi-Novati (2017, p. 112) argumenta que o Daesh introduziu um novo fenômeno: o "*terrortainment*", ou "terror embalado para consumo prazeroso", que é um conceito que pode ajudar a explicar como a produção audiovisual do Daesh contribuiu para a construção da marca do grupo, provocando medo e ansiedade apenas com o pronunciamento do termo "Estado Islâmico" (Friis, 2018). Em 2015, uma pesquisa realizada pela CNN revelou que 80% dos estadunidenses acreditavam que o Daesh representava uma ameaça muito séria para os EUA (Bergen, 2015). O mesmo material que ameaçava milhões de pessoas conseguiu chamar a atenção de outras, que de alguma forma foram atraídas pelo horror grotesco produzido pelo grupo (Chouliaraki; Kissas, 2018).

Vale a pena destacar aqui que espetáculos públicos de violência parecem exercer um fascínio sobre o ser humano desde a Antiguidade; embora chocantes, as pessoas parecem querer ver os momentos finais da vida de outro ser humano. Na Roma antiga, espetáculos de gladiadores levavam milhares de pessoas ao Coliseu. Além de ser usada como meio de entreter o público, a violência é utilizada por alguns Estados para legitimar seu poder (Friis, 2018). Segundo Rosa Brooks (2015), o "reinado de terror" decapitou mais de trinta mil pessoas em nome da Revolução Francesa. A essa altura, está evidente que os espetáculos de violência, incluindo decapitações, não são completamente novos. A diferença agora é que atores não estatais também podem produzir espetáculos igualmente sofisticados, e as pessoas não precisam sair de casa para vê-los, pois são produzidos e entregues quase em tempo real – um avanço que se tornou possível com o advento da internet, em especial com as mídias sociais. Essa é a razão pela qual autores como Simone Molin Friis (2018) consideram o Daesh não apenas um grupo

terrorista, mas também um fenômeno visual que conseguiu usar a informação como arma, uma estratégia que parece ter sido seguida por outros grupos terroristas, o que reforça a hipótese de que estamos testemunhando uma nova onda de terrorismo.

>>A QUINTA ONDA DE TERRORISMO

Segundo Rapoport (2004), cada onda de terrorismo emergia quando a esperança na mudança de um governo vigente era aguçada após um determinado evento. Tomando a quarta onda como exemplo, ele explica que a Revolução Iraniana em 1979 forneceu elementos para que a religião pudesse ser usada para desafiar os governos no poder. Assim, depois disso, houve uma infinidade de episódios de ataques terroristas perpetrados com justificativas religiosas. Embora a maioria deles tenha origem no islã, também houve ataques perpetrados por cristãos, judeus e também por um grupo que combinou preceitos religiosos budistas, cristãos e hindus, o Aum Shinrikyo, que atua no Japão desde os anos 1980 (Hoffman, 2006). A principal tática empregada durante essa onda foi o atentado suicida, e foi durante esse período também que a internet apareceu e começou a ser usada por grupos terroristas para diferentes fins.

Como a quinta onda de terrorismo parece estar se desenrolando, não existe ainda um consenso sobre suas características. Para Or Honig e Ido Yahel (2017), a quinta onda é caracterizada por "semiestados terroristas". De acordo com eles, esse fenômeno foi primeiramente identificado por Kissinger, em 2006, quando foi visto como a presença de um "Estado" dentro do outro. Honig e Yahel definem semiestados terroristas como porções de território pertencentes a um governo fragilizado que passam a ser ocupadas por grupos terroristas, os quais passam a atacar também territórios vizinhos. Sob essa perspectiva, a ação terrorista está também relacionada à conquista de territórios, à ocupação de espaços onde o governo vigente deixou um vácuo de poder. A ocupação do território não se limita à presença de poderio militar; ao se instalarem, os grupos terroristas também

instalam sua própria lei e passam a oferecer serviços à população, como educação e saúde.

Os autores chamam a atenção para a diferença entre semiestados terroristas e "quase-Estados". De acordo com Honig e Yahel, semiestados terroristas não possuem legitimidade internacional devido a seu caráter terrorista. É por isso que, apesar de controverso, eles consideram governos estabelecidos pelo Hamas, em Gaza, e pelo Hizbullah, no Líbano, exemplos de semiestados terroristas. É importante notar que essa classificação é motivo de intenso debate, uma vez que é influenciada pelo entendimento sobre o que é terrorismo. Dada a inexistência de uma definição universal para o termo, autores que não consideram Hamas e Hizbullah grupos terroristas irão, por razões óbvias, criticar a classificação de Honig e Yahel.

Para eles, além do Hamas, que está no poder em Gaza (Palestina) desde 2007, e o Hizbullah, no poder no Líbano desde os anos 2000, há outros exemplos de semiestados terroristas (dado que seu controle sobre alguns territórios não está oculto, pelo contrário, suas instituições políticas são visíveis, ou chegaram a ser visíveis durante um determinado tempo). São eles: al-Shabaab, que conquistou grande parte da Somália em 2009; Boko Haram, que assumiu o controle do nordeste da Nigéria em 2014; o Tehrik-i-Taliban Pakistan (Movimento Talibã do Paquistão), no Paquistão desde 2007; a al-Qaeda na Península Arábica, que controla parte do Iêmen do Sul desde 2015; e a al-Qaeda no Iraque (que mais tarde se tornou Daesh), que conquistou partes da Síria e do Iraque. Segundo Honig e Yahel (2017), todos esses grupos foram movidos pela busca do poder e não pelo *jihad* (a batalha puramente religiosa). Embora todos tenham antecedentes islâmicos, os autores destacam os assassinatos entre membros da mesma religião como uma característica que não estava na agenda da al-Qaeda, por exemplo, que é o grupo mais notório da onda religiosa. Em vez de buscar a disseminação do islã, os grupos que formaram semiestados terroristas se preocuparam em expandir seu poder e adotaram técnicas que remetem ao tribalismo.

Embora esses grupos possuam semelhanças, a teoria desenvolvida por Honig e Yahel me parece inadequada para entender a quinta onda de

terrorismo. A ideologia e o *modus operandi* de grupos como Daesh, Boko Haram e al-Shabaab são ligeiramente diferentes daqueles verificados em grupos como o Hamas e o Hizbullah, por exemplo. Não obstante todos tenham conseguido implementar um sistema de governança, Daesh, Boko Haram e al-Shabaab buscam a purificação da sociedade e, para isso, usam interpretações religiosas radicais para justificar o uso da violência contra grupos que consideram apóstatas. Outro ponto de diferenciação entre esses grupos é o uso da comunicação para propaganda e recrutamento. Tanto Daesh e Boko Haram quanto al-Shabaab começaram a produzir vídeos de alta qualidade – com imagens de extrema violência mescladas com técnicas de videogame – e a distribuí-las em várias plataformas de mídia social.

Em sua teoria sobre o novo tribalismo, Jeffrey Kaplan (2007) não destaca o papel desempenhado pela internet na quinta onda de terrorismo, mas fornece evidências que distinguem os grupos terroristas modernos dos anteriores. Segundo ele, os grupos da quinta onda procuram criar uma nova sociedade, portanto, eles não estão apenas preocupados em controlar um determinado território, mas também querem purificar a sociedade e estabelecer as bases para um novo mundo. É por isso que os assassinatos deixam de ser apenas um meio de enviar uma mensagem e se tornam também um fim em si, pois são ações que representam o extermínio de pessoas consideradas impuras. Isso explica por que os grupos da quinta onda são genocidas. Com relação ao Daesh, Kaplan e Costa (2015) o classificam como um caso típico de "tribalismo aspiracional maligno", que é o que caracteriza a quinta onda de terrorismo. Em resumo, tribalismo aspiracional maligno é um termo usado para classificar grupos que estão insatisfeitos com a sociedade atual e desejam recriar um novo sistema, livre de indivíduos que consideram impuros. Embora grupos jihadistas-salafistas como Daesh, Boko Haram e al-Shabaab tenham disseminado essa narrativa que enaltece os tempos antigos e retrata a sociedade atual como impura, Kaplan e Costa explicam que o tribalismo aspiracional também é verificado entre os grupos de extrema direita, uma vez que eles também pregam e buscam a pureza de raça.

Voltando à interseção entre ondas de terrorismo e meios de comunicação, Jerrold M. Post, Cody McGinnis e Kristen Moody (2014) inovaram ao destacar o papel desempenhado pela internet na quinta onda de terrorismo. Para eles, essa onda é um fenômeno desencadeado pela revolução das comunicações, porque a internet contribuiu decisivamente para a radicalização *on-line*. Embora a quinta onda ainda esteja se desenrolando, eles a caracterizaram como um movimento descentralizado e transnacional que usa a internet para fornecer aos indivíduos um sentimento de pertencimento e propósito que muitas vezes é inexistente nas comunidades onde esses indivíduos residem. Post, McGinnis e Moody afirmam que a combinação internet e jihadistas moldou uma comunidade virtual de ódio que, em última análise, contribuiu para o aumento no número de ataques terroristas entre 2002 e 2014.[10]

As três teorias descritas aqui fornecem elementos importantes para um entendimento mais abrangente da quinta onda de terrorismo. Após a análise de vídeos produzidos pelo Daesh, de 2014 a 2017, considero grupos terroristas representativos da quinta onda aqueles que:

- conseguiram conquistar territórios e estabelecer um sistema de governança;
- visam à purificação da sociedade;
- com o uso da internet, conseguiram implementar uma estratégia de mídia que se apropriou da linguagem ocidental, dos símbolos e/ou da tecnologia para usar a informação como arma. (Buarque, 2018)

De acordo com essa classificação, Daesh, Boko Haram e al-Shabaab podem ser considerados grupos da quinta onda, mas este capítulo foca apenas no Daesh, porque foi o único grupo que declarou um califado e conseguiu introduzir uma estratégia sofisticada de mídia que parece ter inspirado outros grupos a seguir a mesma estratégia. Com relação às características descritas acima, irei me concentrar na terceira, ou seja, na implementação de uma estratégia de mídia que usa a informação como arma

10 Baseado em dados do Índice Global de Terrorismo divulgado anualmente pelo Institute for Economics and Peace (2019).

de modo sofisticado e institucionalizado. Para Friis, o Daesh introduziu um novo tipo de violência política que foi amplamente influenciado pela internet e permitiu uma ampla divulgação pela mídia convencional através do sistema simbiótico do medo (Friis, 2018; Bassiouni, 1981). De fato, a estratégia de mídia desenvolvida pelo Daesh parece ter contribuído enormemente para o estabelecimento de um monopólio de informações na grande mídia (Pellerin, 2016).

>>O IMPACTO DA INTERNET NA QUINTA ONDA DE TERRORISMO

Embora a internet tenha sido usada por jihadistas salafistas desde os anos 1990, ela deixou de ser uma ferramenta complementar e assumiu uma posição central nas estratégias adotadas não apenas por jihadistas, mas também por neonazistas e grupos de extrema direita.

Para Neumann (2016, p. 123), "nunca na história do terrorismo um grupo se comunicou tanto"; e, para Stern e Berger (2015), as táticas usadas pelo Daesh representam uma evolução em comparação às da al-Qaeda. Para contribuir com essa discussão, é necessário analisar tal evolução sob a perspectiva das redes, e, nesse contexto, o conceito de "armamento de informação" (*weaponisation of information*) pode lançar luz sobre alguns aspectos que permanecem negligenciados na literatura em relação à quinta onda do terrorismo.

Conforme explicado por Haroon Ullah (2017), os atuais grupos terroristas, como o Daesh, não estão apenas produzindo e divulgando propaganda; eles estão usando a informação como arma para incitar o medo e conquistar adeptos. John Arquilla e David Ronfeldt (2001) explicam que a Era da Informação permitiu o surgimento de redes e um tipo de conflito no qual as informações são usadas para gerar alguns efeitos em um determinado público. Nesse contexto, não é surpresa que membros do Daesh tenham comparado o poder da informação com o de bombas atômicas (Winter, 2017).

A internet influenciou a maneira como as informações são produzidas e distribuídas; nesse sentido, é possível argumentar que exerceu uma influência endógena e exógena na quinta onda de terrorismo, que explicarei a seguir.

>>O IMPACTO ENDÓGENO DA INTERNET

O termo "impacto endógeno" é usado aqui para se referir à repercussão provocada por gêneros audiovisuais disponíveis na internet (documentários, filmes de terror, noticiários), videogames *on-line* e ferramentas de pesquisa (como o Google) na construção de mensagens que: 1) desqualificam as autoridades ocidentais e criam as bases para um contradiscurso utilizado pelos grupos terroristas; 2) apresentam o grupo como uma alternativa ao *status quo*, veiculando mensagens positivas sobre o terrorismo; e 3) intimidam o inimigo e ameaçam as pessoas através da reprodução de imagens de extrema violência (Winter, 2017). Nesses três tipos de mensagens descritos por Charlie Winter, a internet parece ter sido usada para coletar informações, símbolos e imagens que foram apropriados pelo repertório visual de grupos terroristas – aqui, no caso, vamos focar no Daesh (Calchi-Novati, 2017). Um exemplo disso é o uso de imagens transmitidas em noticiários ocidentais em peças de propaganda produzidas pelo Daesh, que dificilmente teria acesso a esse conteúdo sem a internet. Embora essa influência tenha sido notada por alguns estudiosos, como Gabriella Calchi-Novati (2017), Lilie Chouliaraki e Angelos Kissas (2018), ela permanece amplamente negligenciada na academia.

Figura 9.1 - Cena do filme *Flames of war*

Cena do filme produzido pelo Daesh, em que o ex-presidente dos EUA, Barack Obama, diz que as tropas retornarão aos EUA e a guerra no Iraque terminará. Fonte: Clarion Project (2014).

Podemos observar como a linguagem visual usada pelo Daesh começou a dialogar com gêneros ocidentais conhecidos, como documentários e filmes de terror. O documentário *Flames of war*, de 2014, é construído de forma a dar ao espectador a impressão de que o Daesh está relatando a verdade. Para isso, ele utiliza recortes de notícias seguidos de frases e palavras de efeito, como "mentira" (no caso acima, após a cena com o ex-presidente dos EUA, aparece um letreiro dizendo "mentiroso").

O grupo também passou a produzir vídeos apresentando novas maneiras de matar, que se assemelham às mostradas no filme de terror *Jogos mortais* (por exemplo, um vídeo mostra uma vítima acorrentada dentro de uma jaula e, em seguida, ela é queimada viva) (Friis, 2018). A diferença entre os filmes de terror e o Daesh é que, em vez de produzir as narrativas com atores, o Daesh utiliza pessoas reais em cena.

>>O IMPACTO EXÓGENO DA INTERNET

O "impacto exógeno" da internet na quinta onda de terrorismo se refere ao modo como esse meio de comunicação afetou a distribuição de informações produzidas pelos grupos terroristas modernos. Para David Patrikarakos (2017), as mídias sociais mudaram a maneira como as guerras são travadas, beneficiando atores não estatais à medida que os tornaram capazes de produzir e reproduzir suas próprias mensagens.

Para Michele Zanini e Sean Edwards (2001), as mídias sociais forneceram aos grupos terroristas uma espada de três gumes, que são capazes de: a) acessar informações que podem ser usadas para manipular a percepção de um indivíduo; b) disseminar informações que normalmente seriam mantidas sigilosas; e c) gerar mais interesse no grupo através da propagação de mensagens com forte apelo emocional. Os mesmos autores afirmam que alguns terroristas usam técnicas de marketing para capturar informações privadas nas mídias sociais e desenvolver uma mensagem personalizada para seus alvos.

Outro recurso enfatizado por alguns especialistas é a forma como a internet (incluindo aplicativos desenvolvidos para facilitar a comunicação)

e as mídias sociais possibilitaram a formação de uma tribo virtual, visto que indivíduos que estão a quilômetros de distância são capazes de se conectar com pessoas de outros países para trocar ideias, crenças e emoções (Kaplan; Lööw; Malkki, 2014).

O objetivo da mídia social, que é aproximar as pessoas *on-line* por meio de frases curtas e vídeos, parece ter beneficiado grupos como o Daesh, que dependem dessas mensagens simples e curtas para transmitir a ideia de que os islâmicos devem defender o islã e reconstruir uma nova sociedade (Patrikarakos, 2017). A maioria dos vídeos de propaganda produzidos pelo Daesh fornece às pessoas interpretações simplificadas do islã que as induzem à violência como um meio necessário para purificar a sociedade.

Embora esses vídeos por si sós não possam ser responsabilizados pela radicalização de 41.490 pessoas de oitenta países que se juntaram ao Daesh na Síria e no Iraque, não há dúvida de que sua disponibilidade na internet contribuiu para construir a marca do Daesh como um grupo impiedoso que está disposto a matar e morrer para construir uma nova sociedade (Patrikarakos, 2017).

A internet teve um papel tão crucial na distribuição das mensagens do Daesh que permitiu o surgimento de um novo tipo de personagem: os "*media mujahidin*", uma espécie de combatente religioso que age virtualmente, que se acredita terem surgido após a publicação do vídeo do Daesh *A message to America* [Uma mensagem para a América] (Patrikarakos, 2017). A principal responsabilidade dos *mujahidin* midiáticos é dar vida ao Daesh no espaço *on-line*, por exemplo, publicando novamente os vídeos que são excluídos das plataformas de mídia social quase imediatamente.

Ao mesmo tempo em que as mídias sociais alteraram o modo como os grupos terroristas comunicam suas mensagens, elas também mudaram o modo de se fazer jornalismo, uma vez que jornalistas são cada vez mais motivados a transformar conteúdos disponíveis nas redes sociais em notícia (Hermida, 2012). O Daesh parece estar ciente dessa tendência, porque uma das primeiras medidas adotadas pelo grupo, assim que conquistou territórios, foi o estabelecimento de uma máquina de mídia para começar a fornecer aos noticiários imagens e informações de lugares que os meios de

comunicação não podiam alcançar (Pellerin, 2016). Nesse sentido, pode-se argumentar que as mídias sociais contribuíram para o fortalecimento do sistema simbiótico formado entre a mídia e os grupos terroristas, em que ambos dependem um do outro e se beneficiam desse relacionamento.

A análise quantitativa de vídeos produzidos por grupos jihadistas salafistas entre 2014 (após a declaração do califado) e 2016, que foram reproduzidos pela rede jornalística CNN e que ainda estão disponíveis no site da empresa de comunicação, reforça a hipótese levantada aqui, já que, após o surgimento do Daesh, outros grupos jihadistas salafistas passaram a produzir vídeos cada vez mais sofisticados e conseguiram ganhar mais espaço na televisão. Ao fazer uma busca no site da CNN para o ano de 2014, é possível encontrar vídeos produzidos por cinco grupos terroristas – al-Qaeda, al-Qaeda na Península Arábica (AQAP, na sigla em inglês), al-Shabaab, Boko Haram e Jabhat al-Nusra. Em 2015, é possível encontrar vídeos produzidos por seis grupos terroristas – al-Qaeda, AQAP, al-Shabaab, Boko Haram, Jabhat al-Nusra e Talibã. Para o ano de 2016, esse número sobe para sete grupos: Abu Sayaaf, AQAP, al-Qaeda no Iraque, al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM, na sigla em inglês), al-Shabaab, Boko Haram e Jabhat al-Nusra (CNN).

Tabela 9.1 - Vídeos produzidos por grupos terroristas disponíveis na página da CNN

	2014	2015	2016	2017
Daesh	136	95	52	26
al-Shabaab	5	6	4	2
Boko Haram	2	4	3	0
Jabhat al-Nusra	6	2	1	0
al-Qaeda	8	12	0	0
AQAP	3	4	2	0

(continua)

Talibã	0	3	0	0
AQIM	0	0	2	0
al-Qaeda no Iraque	0	0	2	0
Abu Sayaaf	0	0	3	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na CNN (2014-2017).

Arab Salem, Edna Reid e Hsinchun Chen (2008) afirmam que a produção de vídeos por grupos terroristas resultou em um "efeito mimético", de cópia, que explica a infinidade de vídeos de alta qualidade produzidos por diferentes grupos terroristas, que também contam com efeitos visuais e sonoros e são produzidos para fornecer uma experiência ao espectador.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o Daesh declarou o califado e começou a produzir vídeos de alta qualidade, Michael Weiss e Hassan Hassan (2015, p. 174) ficaram impressionados ao ouvir integrantes do grupo dizendo: "Não ouçam sobre nós. Ouçam de nós". Essa frase exemplifica o tipo de sociedade em que vivemos atualmente: uma sociedade onde a internet e, portanto, as mídias sociais empoderaram atores não estatais, permitindo-lhes criar e compartilhar sua própria realidade (Patrikarakos, 2017; Arquilla; Ronfeldt, 2001).

É a partir dessa perspectiva que os grupos da quinta onda de terrorismo devem ser estudados, porque, na busca pela construção de uma nova sociedade, eles começaram a usar a internet como a principal ferramenta para enviar sua mensagem visando recrutar seguidores e incitar medo nas pessoas e nos governos, que são, por sua vez, percebidos como inimigos. A internet tem sido crucial não apenas para coordenar ataques, captar recursos e recrutar pessoas (Weimann, 2006). Com o EI, o mundo testemunhou o uso da internet para a construção de realidades de maneira muito sofisticada, em que eles se apropriam dos gêneros ocidentais, reintroduzem

espetáculos políticos de violência e conseguem ganhar espaço em uma mídia tradicional – a TV –, de maneira incomparável. O impacto da internet no modo como o Daesh constrói suas narrativas é tão forte que alguns autores afirmam que o grupo não é apenas um grupo terrorista, mas também um fenômeno visual (Friis, 2018). Embora o Daesh tenha conseguido garantir o monopólio da informação e inspirado outros grupos a seguirem a mesma estratégia de mídia, a maneira como ele engendrou sua realidade permanece amplamente ignorada na literatura, especialmente a forma como usou emoções e gêneros audiovisuais para construir narrativas que, de alguma forma, soam familiares para o público ocidental (Pellerin, 2016).

Espetáculos públicos de violência, que historicamente sempre atraíram a atenção das pessoas, tornaram-se facilmente acessíveis com a internet. Devido a seu apelo, jornalistas são motivados a não pensar duas vezes antes de reproduzir esse tipo de conteúdo, mesmo que seja de forma parcial e, desse modo, acabam amplificando ainda mais a mensagem produzida por grupos terroristas. Em uma sociedade onde a informação passou a ser usada como arma e onde visibilidade passou a ser sinônimo de legitimidade, parece praticamente impossível ou, ao menos, improdutivo estudar a quinta onda de terrorismo sem abordar a influência dos meios de comunicação, principalmente a internet. A conquista de novos territórios começa no campo virtual, com a conquista de corações e mentes através de narrativas que pregam a purificação da sociedade.

A menos que pesquisadores e autoridades comecem a encarar a quinta onda de terrorismo como um fenômeno amplamente influenciado pela internet, será difícil restringir o crescimento e o alcance de grupos extremistas que encontraram um modo de entreter o público e legitimar suas ações, o que pode abrir caminho para um genocídio que vai muito além das fronteiras do Iraque.[11]

11 Referência ao genocídio de yazidis (uma minoria religiosa) no norte do Iraque, reconhecido pelas Nações Unidas em 2016 como o primeiro genocídio cometido por um grupo não estatal, no caso, o Daesh.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideology and ideological state apparatuses (Notes towards an investigation). *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Anil (ed.). *The anthropology of the State*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 86-111.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. *Networks and netwars*: the future of terror, crime and militancy. Santa Monica: Rand, 2001.

ATWAN, Abdel Bari. *The digital Caliphate.* Londres: Saqi, 2015.

BASSIOUNI, M. Cherif. Terrorism, law enforcement, and the mass media: perspectives, problems, proposals. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 72, p. 1-51, 1981. Disponível em: https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?&httpsredir=1&article=6213&context=jclc. Acesso em: 12 jun. 2018.

BERGEN, Peter. *et al*. [Depoimento]. *In*: US Congress – Committee on Homeland Security and Governmental Affairs. *Jihad 2.0*: social media in the next evolution of terrorist recruitment. Washington: United States Government Publishing Office, 2015. Disponível em: https://www.hsdl.org/?abstract&did=798565. Acesso em: 12 jun. 2018.

BORUM, Randy. Radicalization into violent extremism I: a review of social science theories. *Journal of Strategic Security*, v. 4, n. 4, p. 7-36, 2011.

BRIGHI, Elisabetta. The mimetic politics of lone-wolf terrorism. *Journal of International Political Theory*, v. 11, n. 1, p. 145-164, 2015. Disponível em: http://westminsterresearch.wmin.ac.uk/14645/1/Mimetic%20Politics%20of%20Lone-Wolf%20Terrorism.pdf. Acesso em: 5 jun. 2018.

BROOKS, Rosa. Making a State by iron and blood. *Foreign Policy*, 19 ago. 2015. Disponível em: http://foreignpolicy.com/2015/08/19/making-a-state-by-iron-and-blood-isis-iraq-syria. Acesso em: 1º jun. 2018.

BUARQUE, Beatriz. *The impact of the internet on the 5th wave of terrorism.* 2018. Dissertation (Master of Arts Degree in International Relations and Security) – University of Westminster, Westminster, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334454710_THE_IMPACT_OF_THE_INTERNET_ON_THE_5_th_WAVE_OF_TERRORISM. Acesso em: 22 fev. 2020.

CALCHI-NOVATI, Gabriella. The biopolitics of Isis' iconoclastic propaganda. *In*: EMELJANOW, Victor. *War and theatrical innovation*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. p. 101-118.

CALLIMACHI, Rukmini. A news agency with scoops directly from Isis, and a veneer of objectivity. *The New York Times*, 14 jan. 2016. Disponível em: https://www.nytimes.com/2016/01/15/world/middleeast/a-news-agency-with-scoops-directly-from-isis-and-a-veneer-of-objectivity.html. Acesso em: 13 jul. 2018.

CHOULIARAKI, Lilie; KISSAS, Angelos. The communication of horrorism: a typology of Isis online death videos. *Critical Studies in Media Communication*, v. 35, n. 1, p. 24-39, 2018. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/ 10.1080/15295036.2017.1393096. Acesso em: 23 jul. 2018.

CLARION Project. *Isis releases "Flames of war" feature film to intimidate West* (video), 2014. Disponível em: https://

clarionproject.org/isis-releases-flames-war-feature-film-intimidate-west. Acesso em: 15 jun. 2018.

CNN. *Video search*, 2014-2016. Disponível em: https://edition.cnn.com/search?size=10&type=video&category=us,politics,world,opinion,health. Acesso em: 29 abr. 2020.

COOK, Joana; VALE, Gina. *From Daesh to "diaspora"*: tracing the women and minors of Islamic State. Londres: ICSR, 2018. Disponível em: https://icsr.info/2018/07/23/from-daesh-to-diaspora-tracing-the-women-and-minors-of-islamic-state. Acesso em: 23 jul. 2018.

ESPOSITO, John L. *Unholy war:* terror in the name of Islam. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FRIIS, Simone Molin. "Behead, burn, crucify, crush": theorizing the Islamic State's public displays of violence. *European Journal of International Relations*, v. 24, n. 2, p. 243-267, 2018. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1354066117714416. Acesso em: 25 jul. 2018.

GALLAGHER, Martin. J. The 2016 "lone wolf" tsunami – is Rapoport's "Religious wave" ending? *Journal of Strategic Security*, v. 10, n. 2, p. 60-76, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317369589_The_2016_'Lone_Wolf'_Tsunami-Is_Rapoport's_'Religious_Wave'_Ending. Acesso em: 10 jun. 2018.

HEGGHAMMER, Thomas. Global jihadism after the Iraq war. *The Middle East Journal*, v. 60, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/ 4330214. Acesso em: 9 jun. 2018.

HERMIDA, Alfred. Social journalism: exploring how social media is shaping journalism. *In*: SIASPERA, Eugenia; VEGLIS, Andreas (ed.). *The handbook of global online journalism*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 309-328.

HOFFMAN, Bruce. Religion and terrorism. *In*: HOFFMAN, Bruce. *Inside terrorism*. Nova York: Columbia University Press, 2006. p. 81-130.

HONIG, Or; YAHEL, Ido. A fifth wave of terrorism: the emergence of terrorist semi-states. *Terrorism and Political Violence*, v. 31, n. 6, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09546553.2017.1330201. Acesso em: 9 jun. 2018.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. *Global Terrorism Index 2017 – Measuring And Understanding The Impact of Terrorism.* Australia: Institute for Economics and Peace, 2017. Disponível em: http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/11/Global-Terrorism-Index-2017.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. *Global Terrorism Index 2019*: measuring and understanding the impact of terrorism. Australia: Institute for Economics and Peace, 2019. Disponível em: http://visionofhumanity.org/app/uploads/2019/11/GTI-2019web.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

JACKSON, Richard. Writing threat and danger. *In*: JACKSON, Richard. *Writing the war on terrorism*: language, politics and counter-terrorism. Brighton, UK: Manchester University Press, 2005. p. 92-120.

JENKINS, Brian. *The study of terrorism*: *definitional problems.* Santa Monica: RAND Corp Santa Monica, 1980. Disponível em: http://www.dtic.mil/dtic/tr/f ulltext/u2/a103363.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

KAPLAN, Jeffrey. The fifth wave: the new tribalism. *Terrorism and Political Violence*, v. 19, n. 4,

p. 545-570, 2007. Disponível em: https://www.tandfonline. com/doi/pdf/10.1080/09546550701606564. Acesso em: 9 jun. 2018.

KAPLAN, Jeffrey; COSTA, Christopher. The Islamic State and the new tribalism. *Terrorism and Political Violence*, v. 27, n. 5, p. 926-969, 2015. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09546553.2015.1094306. Acesso em: 9 jun. 2018.

KAPLAN, Jeffrey; LÖÖW, Heléne; MALKKI, Leena. Introduction to the special issue on lone wolf and autonomous cell terrorism. *Terrorism and Political Violence*, v. 26, n. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em: https://www.tandfonline. com/doi/full/10.1080/09546553.2014.854032. Acesso em: 9 jun. 2018.

KEPEL, Gilles. The origins and development of the jihadist movement: from anti-communist to terrorism. *In*: VOLPI, Frédéric (ed.). *Political Islam*: a critical reader. Londres: Routledge, 2011. p. 255-270.

NACOS, Brigitte Lebens. *Mass-mediated terrorism*: the central role of the media in terrorism and counterterrorism. Maryland, US: Rowman & Littlefield, 2007.

NEUMANN, Peter R. *Old and new terrorism:* late modernity, globalization and the transformation of political violence. Cambridge: Polity, 2009.

NEUMANN, Peter R. *Radicalised*: new jihadists and the threat to the West. London: I.B. Tauris, 2016.

PATRIKARAKOS, David. *War in 140 characters*: how social media is reshaping conflict in the twenty-first century. Nova York: Basic Books, 2017.

PELLERIN, Clara. Communicating terror: an analysis of Isis communication strategy. *Sciences Po Kuwait Program*, v. 1, n. 17, 2016. Disponível em: https://www.sciencespo.fr/kuwait-program/wp-content/uploads/2018/05/KSP_ Paper_ Award_Spring_2016_PELLERIN_Clara.pdf. Acesso em: 9 jun. 2018.

POST, Jerrold M.; McGINNIS, Cody; MOODY, Kristen. The changing face of terrorism in the 21st century: the communications revolution and the virtual community of hatred. *Behavioral Sciences and the Law*, v. 32, p. 306-334, 2014. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/bsl.2123. Acesso em: 12 jun. 2018.

PROSHYN, Denys. Breaking the waves: how the phenomenon of European jihadism militates against the wave theory of terrorism. *Interdisciplinary Political and Cultural Journal*, v. 17, n. 1, p. 91-107, 2015. Disponível em: https://philpapers.org/rec/PROBTW. Acesso em: 5 jun. 2018.

RAPOPORT, David C. The fourth wave: September 11 in the history of terrorism. *Journal of Terrorism and Political Violence*, v. 100, n. 650, p. 419-424, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287623980 _The_Fourth_Wave_ September_11_in_the_History_of_ Terrorism. Acesso em: 9 jun. 2018.

RAPOPORT, David C. The four waves of rebel terror and September 11. *Anthropoetics*, v. VIII, n. 1, p. 1-19, 2002. Disponível em: http://anthropoetics.ucla.edu/ap0801/terror. Acesso em: 14 out. 2021.

RAPOPORT, David C. Modern terror: the four waves. *In*: CRONIN, Audrey; LUDES, J. (ed.). *Attacking terrorism*: elements of a grand strategy. Washington, DC: Georgetown University Press, 2004. p. 46-73.

ROGERS, Paul. *Why we're losing the war on terror.* Cambridge: Polity, 2008.

SALEM, Arab; REID, Edna; CHEN, Hsinchun. Multimedia content coding and analysis: unravelling the content of Jihadi Extremist Groups' videos. *Studies in Conflict and Terrorism*, v. 31, n. 7, p. 605-626, 2008. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10576100802144072. Acesso em: 10 jun. 2018.

SCHMID, Alex. *Political terrorism*: a research guide to concepts, theories, databases and literature. Amsterdam: North Holland, 1984.

SEDGWICK, Mark. Inspiration and the origins of global waves of terrorism. *Studies in Conflict and Terrorism*, v. 30, n. 2, p. 97-112, 2007. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10576100601101042. Acesso em: 9 jun. 2018.

STERN, Jessica; BERGER, John M. *Isis*: the state of terror. Londres: William Collins, 2015.

STERN, Jessica; McBRIDE, Megan K. *Terrorism after the 2003 invasion of Iraq*. Providence: Group Brown University, 2013. Disponível em: http://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2013/Terrorism%20after%20the%202003%20Invasion%20of%20Iraq.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

THOMPSON, Robin L. Radicalization and the use of social media. *Journal of Strategic Security*, v. 4, n. 4, p. 167-190, 2011. Disponível em: https://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1146&context=jss. Acesso em: 10 jun. 2018.

TOUBOUL, Deborah. Francophone internet forums shed light on concerns and issues of islamists. *PRISM Occasional Papers*, v. 3, n. 6, 2005. Disponível em: http://actualiteit.org/forums/archive/index.php/t-2542.html. Acesso em: 11 jun. 2018.

ULLAH, Haroon. *Digital World War*: islamists, extremists and the fight for cyber supremacy. Cornwall, UK: Yale University Press, 2017.

WAGNER, Abraham; WALTZMAN, Rand; FERNANDEZ, Alberto. The war against Isis through social media. *The American Foreign Policy Council – Defense Technology Program Brief*, v. 12, p. 1-11, 2015. Disponível em: https://admin.govexec.com/media/defense_technology_briefing_-_issue_12_(6).pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

WEIMANN, Gabriel. *Terror on the internet*: the new arena, the new challenges. Washington, DC: United States Institute of Peace, 2006.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Isis*: inside the army of terror. Nova York: Regan Arts, 2015.

WINTER, Charlie. *Media Jihad*: the Islamic State's doctrine for information warfare. Londres: ICSR, 2017. Disponível em: http://icsr.info/2017/02/icsr-report-media-jihad-islamic-states-doctrine-information-warfare. Acesso em: 2 jun. 2018.

ZANINI, Michele; EDWARDS, Sean J. A. The networking of terror in the information age. *In*: ARQUILLA, John; RONFELDT, David (ed.). *Networks and netwars:* the future of terror, crime and militancy. Santa Monica: Rand, 2001. p. 29-60.

10

RETÓRICAS SECTÁRIAS E VAZIOS REPRESENTATIVOS: O ESTADO ISLÂMICO COMO NÊMESIS DOS SUNITAS NO CONFLITO COM O HIZBULLAH

Natália Calfat

Em agosto de 2017 o presidente libanês Michel Aoun declarou "vitória contra o terrorismo", na esteira da campanha das Forças Armadas Libanesas para expulsar militantes do Estado Islâmico (EI) ao longo da fronteira sírio-libanesa (NNA, 2017; USDS, 2018). Nos últimos anos, com frequência significativa, a mídia libanesa reportou a frustração, por parte de seus serviços de segurança, de ataques terroristas com motivação política em solo nacional. Os suspeitos, alega-se, eram em geral vinculados ao EI, ao Hayʿat Tahrir al-Sham (anteriormente chamado Jabhat al-Nusra) ou a grupos jihadistas domésticos. As células locais trabalhariam a pedido do EI através de mediadores situados no Líbano. Atualmente, mais de 1.200 prisioneiros, incluindo setecentos libaneses, estariam na penitenciária de Roumieh por acusações relacionadas a terrorismo (Houssari, 2019). Roumieh, especialmente seu notório bloco B, tem sido descrita como um viveiro de extremismo há vários anos (Kranz, 2019; Tets, 2015). Desde o início da guerra civil síria, em 2011, agora com intensidade significativamente reduzida, grupos extremistas operaram na cidade de Trípoli, nos campos de refugiados palestinos e em áreas próximas à fronteira com a Síria – notadamente nos arredores de Hermel e Aarsal.

Dezenas de ataques terroristas de maior ou menor dimensão foram registradas em solo libanês de agosto de 2013 a junho de 2017. Algumas das explosões mais mortíferas visaram bairros ditos simpáticos ao Hizbullah – como Roueiss, Bourj el-Barajneh e Haret Hreik –, nos subúrbios de Beirute, mas também regiões do vale do Biqa, na região de Hermel e nas cidades portuárias mediterrâneas de Trípoli e Saida, matando

quase exclusivamente civis. Após um longo período de relativa calmaria, em junho de 2019, Trípoli foi novamente alvo de um ataque por um "lobo solitário", que matou três oficiais libaneses. Abdul Rahman Mabsout havia sido libertado após cumprir um ano na penitenciária de Roumieh, entre 2016 e 2017, depois de lutar nas fileiras do EI na Síria (Houssari, 2019; Kranz, 2019).

Em 2015 Layal Abou Rahal escreveu que, no distrito de al-Tawaree, no acampamento de refugiados de Ain al-Hilweh, próximo a Saida, a bandeira de cor preta do EI tremulava ao vento, e Hilal Khashan relatou que comícios pró-EI eram comuns em Trípoli após as preces de sexta-feira (Abou Rahal, 2015; Khashan, 2015). Quatro anos após o auge dos ataques terroristas no Líbano e dois anos após a vitória contra o terrorismo ter sido declarada no país, quais teriam sido as razões para o florescimento do jihadismo no Líbano? De que forma, a partir do contexto regional e doméstico, é possível compreender esse fenômeno em um país que, à primeira vista, parece isento dos grandes dilemas de segurança enfrentados pela região? Este capítulo tem como objetivo compreender as razões para o radicalismo sunita no Líbano e de que forma ele se relaciona com a própria dinâmica política doméstica. Para tanto, o texto se desdobrará em três etapas. Primeiramente recuperaremos brevemente as contribuições dos estudos críticos sobre terrorismo para uma compreensão pormenorizada desse fenômeno. Em seguida, apresentaremos um panorama sobre o terrorismo no país e analisaremos as razões para a radicalidade sunita no Líbano, estabelecendo de que modo ele está relacionado às dinâmicas de poder domésticas e regionais. Concluiremos anunciando os desafios atuais e apontando para as implicações da nossa abordagem para as análises sobre o terrorismo e para a dinâmica securitária regional.

>>O TERRORISMO: ORIGENS E ABORDAGENS

Inúmeros trabalhos vêm sendo escritos sobre as origens e explicações do terrorismo, sobretudo contemporâneo, desde o pós-11 de Setembro de 2001. Longe de ser um fenômeno novo, ele possui suas origens no anarquismo

russo do século XIX e, como instrumento e tática política, já passou por diversas "ondas", sobre as quais discorre o capítulo 9, "A quinta onda de terrorismo: radicalização além das fronteiras". Essa perspectiva de grandes movimentos é mais útil para marcar tendências mundiais gerais do que para entender o fenômeno de forma precisa, uma vez que intercâmbios estão presentes entre as diferentes ondas. Essas análises também suscitam o risco de compreensões errôneas do terrorismo suicida e islâmico como um fenômeno novo, notadamente religioso, radical e irracional, visto que seria desprovido de estratégia política. É mais útil entender que é central para a agenda do terrorismo o questionamento ou o desafio à autoridade estatal como único poder legítimo numa tentativa de desestabilizar o poder institucionalmente constituído através do elemento surpresa e simbólico e do ataque a alvos, que podem ser tanto militares quanto civis.

Notadamente há uma evidente falta de consenso teórico em torno da definição do terrorismo e ausência de uma fórmula única para a explicação das motivações do fenômeno. O debate também já percorreu a diferenciação entre guerreiros por liberdade e terroristas e as disputas das narrativas dela decorrentes. Martha Crenshaw (2007), por exemplo, defende que o terrorismo não possui raízes em uma psicopatologia ou fanatismo, nem sequer está fundamentado em uma única causa exclusiva como privação, crença religiosa ou frustração pessoal. O terrorismo seria uma tática adaptável e controlável que detém valor instrumental para uma organização. Nossa proposta aqui é consonante com o estudo conjuntural caso a caso e que leve em conta os aspectos mais plurais na raiz desse problema. Igualmente, identificamo-nos com a visão do terrorismo como instrumento tático e estratégico tendo como motivação frequente demandas políticas e de resistência à ocupação militar, desvinculando-o, portanto, de análises puramente religiosas, culturalistas ou que apontem para sua irracionalidade (Pape, 2003; Nasser, 2014).

Sobretudo contemporaneamente, as análises do fenômeno devem aliar intimamente questões mais estruturais endêmicas, socioeconômicas e que permeiam o pós-colonialismo às questões identitárias, de falta de pertencimento, de anomia e de disputas político-ideológicas de grandes

narrativas viáveis. Isso nos indica que o terrorismo não somente deve ser abordado a partir de uma teoria crítica de estudos de conflito, como também deve ser visto como instrumento e ferramenta política de diversos grupos e indivíduos com demandas distintas (Franks, 2009; Jackson; Smyth; Gunning, 2009). Para a teoria crítica do terrorismo, existem ameaças políticas e socioeconômicas que galvanizam e estimulam a identidade de grupo. Diversas ideologias políticas, incluindo o nacionalismo, podem mobilizar e, em alguns casos, radicalizar o indivíduo, grupo ou sociedade ameaçado ou privado, já que fornecem um senso de direção e justificativa para a violência: trata-se de uma ideologia de empoderamento ou de capacitação. A própria religião também pode cumprir essa função retórica, catalisadora e legitimadora, a depender de como lhe é atribuído sentido.

A teoria crítica dos estudos de conflito propõe uma aproximação holística, multifacetada e multinível do terrorismo, permitindo que o fenômeno seja examinado, explicado e combatido a partir de perspectivas mais amplas e abrangentes. Essa aproximação permite a compreensão do terrorismo como ferramenta instrumental e estratégica que pode ser aliada a outros recursos e táticas. Como ator não estatal ilícito, o terror reflete uma autoridade de poder que detém a capacidade de empregar recursos – tanto materiais quanto simbólicos – para constranger, contestar e influenciar governos e suas políticas. Perry Cammack, Michele Dunne, Amr Hamzawy, Marc Lynch, Marwan Muasher, Yezid Sayigh e Maha Yahya argumentam que extremismo e terrorismo podem tornar-se mais atraentes para grupos desfavorecidos e marginalizados à medida que queixas econômicas e déficits de governança não podem ser viavelmente superados através de transições democráticas e de novos contratos sociais (Cammack *et al.*, 2017). Assim, em casos significativos, a (semi-)impotência do Estado aparece como sustentáculo para diversas formas de autoridades ilícitas. O capítulo 4, "Estado e economia no Estado Islâmico", fornece exemplos dessas modalidades de governança.

Há inúmeras razões individuais para a adesão a grupos terroristas como o EI, também fortemente dependentes do contexto em que a adesão ocorre, variando em um espectro que vai de questões econômicas,

nacionalistas e políticas até religiosas, identitárias e psicológicas. O revivamento religioso radical nas últimas décadas está relacionado a questões sociais contemporâneas e ao fracasso de discursos anteriores para a região, como o americanismo, o nacionalismo pan-árabe e a alternativa socialista posterior. O radicalismo islâmico contemporâneo, no Ocidente e no Oriente, é um fenômeno tanto social e econômico quanto político – relacionado à marginalização econômica, ao colonialismo e ao fracasso de projetos políticos –, tanto vivido internamente como através do fenômeno subjetivo do supermuçulmano, de Fethi Benslama (2014). Reflete crises identitárias e morais de imigrantes de segunda e terceira gerações no Ocidente, assim como é fruto de choques de universalismos após o processo de descolonização a partir dos anos 1960 e 1970. Oliver Roy (2017) também alerta para o fenômeno da islamização do radicalismo. (O radicalismo islâmico violento possui várias causas e racionalidades, e não é nosso objetivo discorrer aqui sobre elas.) Os estudos críticos do terrorismo têm se debruçado sobre esse tema de forma significativa. O que argumentamos é que a erupção desse fenômeno, nas últimas décadas, possui razões e origens complexas e multifacetadas, que têm pouco a ver com irracionalidade ou com explicações exclusivamente teológicas. De tal forma que não se trata meramente de radicalismo religioso, pobreza ou irracionalidade; uma análise completa do fenômeno deve levar em consideração a múltipla interação entre diversas dimensões sociais, políticas e econômicas e sua relação com o âmbito da narrativa e do discurso. Propomo-nos a isso na próxima seção.

>>UM PANORAMA DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO NO LÍBANO

Ainda que o compartilhamento de poder confessional sob um tênue arranjo de garantia política aos diferentes sectos religiosos mantenha estabilidade relativa no Líbano desde o fim da guerra civil (1975-1990), de 2011 a 2017, o país foi alvo de atentados terroristas como consequência da guerra na vizinha Síria. O Líbano, que permanece sendo um dos países mais seguros do mundo árabe, não raro se viu às voltas com combates em áreas

fronteiriças entre o Hizbullah, que recrutou milhares de combatentes para atuar na Síria, e jihadistas do EI ou do Hayʿat Tahrir al-Sham (Comitê de Libertação do Levante), que reconheceram a autoria de ataques a bomba no país. Estimativas dão conta de que entre oitocentos e mil sunitas do Líbano teriam ido lutar na Síria, de acordo com os xeiques salafistas de Trípoli e do Biqa, que falaram sob condição de anonimato (Alami, 2015). Adicionalmente, há presença pontual – que foi sendo paulatinamente reduzida – do EI sobretudo em áreas fronteiriças com a Síria e em Trípoli, e a Hayʿat Tahrir al-Sham detém posições nos subúrbios do nordeste do país (Lebanon..., 2017). Desde 2015, o Exército libanês intensificou ataques preventivos contra células terroristas, e o país vem empreendendo uma firme luta contra esses grupos.

Alami (2015) traça a evolução da atividade jihadista no Líbano em cinco fases desde o início da guerra da Síria. Em 2012, os sunitas libaneses se concentraram na luta contra o Hizbullah na Síria, usando o Líbano como base de recrutamento e reabastecimento. A segunda fase centrou-se em levar a luta para o Hizbullah em seu solo libanês. Em 2013, por exemplo, jihadistas atacaram membros e escritórios da organização e bombardearam as áreas controladas pelo Hizbullah ao longo da fronteira da Síria. A Hayʿat Tahrir al-Sham e as Brigadas Abdallah Azzam reivindicaram a maioria dos atentados em Beirute e Trípoli. Comboios do Hizbullah foram atacados no vale do Biqa; explosões e atentados suicidas foram executados nos subúrbios e em Beirute, inclusive visando à embaixada iraniana. Vários outros bombardeios seguiram na região de Biqa-Hermel ao longo de 2014. Esse ano, escreve Alami, também houve a ascensão do EI no Líbano, que reivindicou a responsabilidade por um atentado suicida no início de janeiro, entre outros incidentes, incluindo o bombardeio do Duroy Hotel em junho de 2014. A organização terrorista também juntou forças com a Hayʿat Tahrir al-Sham em confrontos contra o Hizbullah na fronteira Síria-Líbano (Alami, 2015).

A terceira fase foi palco de uma crescente inimizade entre salafistas no Líbano e as Forças Armadas Libanesas (LAF), as quais realizaram várias campanhas contra os jihadistas. Isso explica em parte a crescente

convergência de interesse entre as LAF e o Hizbullah na luta contra o inimigo comum. A quarta fase registrou um reagrupamento da Hayʿat Tahrir al-Sham e do EI em Aarsal, na região de Qalamoun, que faz fronteira com o Líbano. No auge da crise, estimava-se que a cidade e seus arredores abrigavam de quarenta a cem mil refugiados sírios, servindo como terreno de preparação e rota de abastecimento de rebeldes no oeste da Síria até 2014, quando o Hizbullah e o regime sírio bloquearam a cidade (Alami, 2015). Como resultado da ofensiva das forças do regime sírio aliadas às forças oficiais libanesas e do Hizbullah, em meados de 2015 grupos jihadistas foram encurralados nessas regiões montanhosas. A conquista do distrito de Minieh-Danniyeh, no norte do Líbano, tornar-se-ia uma espécie de refúgio para militantes do EI e possibilitaria a conexão de Qalamoun à costa libanesa (Ahmad..., 2014). A região teria a capacidade de proporcionar estabilidade e serviços estratégicos, incluindo novas rotas e saída marítima para a venda de petróleo, movimentação de suprimentos e armamento. Como afirmou Esperance Ghanem, a batalha em Trípoli em finais de 2014 permitiu que o Exército dissolvesse células latentes implantadas em toda a região norte, eliminando a esperança do EI de ter controle sobre a tríade Aarsal-Akkar-Trípoli (Ghanem, 2014).

A quinta e última fase, nos meses finais de 2015, testemunhou o EI suplantando outros grupos jihadistas no Líbano, com diminuição acentuada na atividade terrorista da Hayʿat Tahrir al-Sham e aumento nos ataques reivindicados pelo EI, que em seu auge no país cresceu em popularidade dentro de círculos sunitas específicos, afirma Alami (2015). Nos primeiros anos da guerra síria, grupos terroristas detinham controle de áreas com fronteira muito maiores, incluindo cidades fronteiriças estratégicas sírias, como al-Qusayr e Yabrud, atualmente retomadas sobretudo em razão da atuação do Hizbullah (Rizk, 2017). Nos últimos anos, pode-se afirmar que o recrudescimento das campanhas contra o EI e sua perda de influência na Síria surtiram reflexos em território libanês, desgastando sua atuação e seu apelo no país. Atualmente, em 2019, a realidade securitária doméstica é radicalmente diferente do cenário de 2015 e, em que pese o atentado em

Trípoli no verão de 2019, o EI é uma ameaça significativamente reduzida no Líbano hoje.

>>O RADICALISMO ENTRE SUNITAS NO LÍBANO E AS DINÂMICAS DE PODER DOMÉSTICAS E REGIONAIS

O Líbano sempre foi uma espécie de microcosmo da realidade regional. Sobretudo desde a queda do Império Otomano, o país foi palco de internalização das disputas de potências internacionais e regionais recoloridas e apropriadas pelas elites domésticas. Desde 2005, por exemplo, após o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq Hariri, o Líbano polarizou-se entre, de um lado, a Aliança 8 de Março, liderada pelo Hizbullah, contendo o Amal, o Movimento Patriótico Livre e o Partido Socialista Progressista, e apoiada pelos governos do Irã e da Síria; e, de outro lado, a Aliança 14 de Março, liderada pelo filho de Rafiq Hariri, Saad Hariri, apoiada pelos governos da Arábia Saudita e dos EUA e composta pelo Movimento Futuro, as Forças Libanesas e o Partido Kataeb. Após a guerra na Síria, *grosso modo*, a oposição liderada por sunitas obteve apoio significativo entre seus correligionários no Líbano, enquanto o governo do presidente Bashar al-Assad era – e permanece sendo – apoiado pelo Hizbullah, que enviou forças ao país para engrossar as fileiras do regime. É importante notar, contudo, que esse arranjo vai além de oposições meramente sectárias. As alianças (mais ou menos formais e intercambiantes) refletem diferentes projetos ideológicos traduzidos em retórica sectária, uma arma poderosa em um país onde o confessionalismo é institucionalizado politicamente. A ascensão do radicalismo sunita no Líbano, nos últimos anos, com focos significativos em Trípoli e em campos de refugiados palestinos, foi também reflexo dessas disputas tornadas sectárias.

Abou Rahal escreve que a guerra na vizinha Síria transformou partes dos acampamentos de refugiados, como é o caso de Ain al-Hilweh, maior campo de palestinos no Líbano, em um refúgio seguro para os jihadistas viajarem para lutar contra as forças de Bashar al-Assad (Abou Rahal, 2015). Naturalmente, não é suficiente frisar: somente uma pequena minoria de

residentes nos campos de refugiados palestinos está envolvida no conflito da Síria. De acordo com o Pew Research Center (2015), virtualmente, a totalidade dos entrevistados no Líbano afirmou ter uma visão desfavorável do EI, sendo 99% com opinião muito desfavorável. A aversão pelo EI é compartilhada pelos islâmicos sunitas libaneses (98% desfavoráveis) e pelos islâmicos xiitas e cristãos libaneses (100%). Mas, conforme escreve Philip Issa (2017), desemprego, abandono, criminalidade e desafeto com as soluções desempenhadas durante décadas pela Organização para Libertação da Palestina – e também pelas autoridades libanesas – nos campos de refugiados palestinos no país ajudaram a alimentar o surgimento do extremismo islâmico dentro dessas áreas.

De acordo com dados de 2019 do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, dos 5.642.322 refugiados sírios registrados, 924.161 estão no Líbano (UNHCR, 2019). Adicionalmente, além dos refugiados sírios, outros 449.957 palestinos estão registrados no país, representando cerca de 7,5% da população. Segundo a Agência de Socorro e Trabalho das Nações Unidas para Refugiados Palestinos, 53% deles vivem em doze campos como cidadãos de segunda classe (UNRWA, 2019). Desprovidos de inúmeros direitos importantes, inclusive o de propriedade, não podem trabalhar em até vinte profissões (Issa, 2017). Por não deterem cidadania palestina, são incapazes de reivindicar os mesmos direitos que outros estrangeiros que vivem e trabalham no Líbano. Todos os campos possuem graves problemas, incluindo miséria, superlotação, desemprego, condições precárias de habitação e falta de infraestrutura. As Nações Unidas dirigem escolas e subsidiam os cuidados de saúde internos nos campos palestinos, mas não os administram nem os vigiam, sendo responsabilidade das autoridades anfitriãs, que não possuem jurisdição sobre esses campos (UNRWA, 2019). O resultado são áreas fortemente securitizadas, cercadas por muros de concreto e arame farpado e rodeadas por postos de controle (Issa, 2017).

Desse modo, 20% da população libanesa são compostas de refugiados, e o país ocupa a liderança na recepção de refugiados *per capita*. Assim como os palestinos, os sírios frequentemente trabalham em ramos de menor remuneração e por salários significativamente menores. O Líbano, país

que enfrenta graves crises econômicas, fiscais e de segurança, e no qual a dívida pública bruta é estimada entre as mais altas do mundo, esforça-se para lidar com o influxo maciço de refugiados, que aumentaram a pressão sobre sua já sobrecarregada e deficitária infraestrutura e economia. Apesar da afluência maciça de refugiados sírios, não foram criados campos formais de refugiados. Como resultado, estima-se que eles vivam precariamente em inúmeros locais espalhados por todo o país, geralmente entre as comunidades anfitriãs mais pobres. Nas palavras de Hanin Ghaddar (2017), a ausência de ações políticas, sociais e econômicas para a repatriação de refugiados sírios no Líbano, além da pressão e violência contra eles, foi em parte responsável pela escalada dos conflitos.

Vale reforçar que há muitos críticos ao combate ao terrorismo no país, e os refugiados no Líbano (hoje sírios, ontem palestinos) são novamente o bode expiatório para todo o déficit político e estrutural que vem se acumulando há décadas. Maya Mikdashi, por exemplo, afirma que a campanha antiterrorista no país se traduz em uma campanha antirrefugiados, sob alegações securitárias. A lógica de "punição coletiva", sobre a qual concordariam todas as elites políticas e econômicas, argumenta, é familiar também à população do sul do Líbano, que sofreu os efeitos da guerra de 2006 com Israel. Acusações também recaem sobre as batidas e prisões nos campos, toques de recolher noturnos, alegações de tortura e maus-tratos de militantes sírios suspeitos sob custódia libanesa, além de relatos de incêndios criminosos nos campos (Mikdashi, 2017).

As forças de segurança libanesas reportaram que até 2015 pelo menos 46 homens, em sua maioria não maiores de 17 anos, deixaram o campo de Ain al-Hilweh para lutar na guerra da Síria, além de um número móvel que "vai e vem" (Abou Rahal, 2015). Como parte de um acordo anterior, as forças de segurança do Estado não entram nos campos, deixando-os sob o controle de grupos militantes palestinos – e, a partir de 2011, de grupos jihadistas como o EI e o Hayʿat Tahrir al-Sham. Um desses grupos, al-Shabab al-Muslim, estabeleceu-se em Ain al-Hilweh enquanto seus líderes buscaram proeminência na Síria. Jamal Hamad, um clérigo e líder do al-Shabab al-Muslim, chamou o grupo de um mosaico de jihadistas:

"Há empatia no campo com grupos jihadistas [...] Há empatia com a Hayʿat Tahrir al-Sham, e há alguma empatia com o Estado Islâmico", disse Hamad à AFP (In Lebanon..., 2015). O clérigo afirmou que nenhum grupo tinha uma presença "oficial" no campo, mas os adeptos foram galvanizados pela retórica fortemente sectária. O oficial de segurança palestino, Sobhi Abu Arab, insistiu que apenas uma minoria de residentes envolveu-se no conflito na Síria e que muitos dos que foram combater ao lado do EI e de outros grupos jihadistas teriam retornado por "não estarem convencidos do que estavam fazendo" (In Lebanon..., 2015).

A cidade de Trípoli, segunda mais populosa do país, também tem sido um ponto de instabilidade associado ao conflito na Síria desde seu início em 2011. Trípoli é muitas vezes considerada uma cidade perigosa e conservadora no Líbano, devido aos constantes confrontos entre bairros rivais desde a sua guerra civil e à irrupção de ataques terroristas a partir da guerra na Síria (Massena, 2017). Islamitas sunitas travaram uma insurreição armada com o Exército em Trípoli, em 2014, e os combatentes também entraram em confronto com membros das comunidades sunitas e alauitas. A última grande violência antes de junho de 2019 foi um ataque suicida em janeiro de 2015 (Perry; Bassam, 2016).

Nas eleições municipais em 29 de maio de 2016, a vitória da lista apoiada pelo combativo político sunita Ashraf Rifi da maioria dos assentos em Trípoli, por exemplo, demonstrou proeminência do extremismo na região. Derrotando uma aliança milionária apoiada por líderes sunitas tradicionais, incluindo os ex-primeiros-ministros Saad al-Hariri e Najib Mikati, Rifi representou um sinal do crescente sentimento da linha dura na cidade, que é um bastião histórico de grupos islâmicos sunitas. Em fevereiro de 2016, Rifi havia renunciado ao cargo de ministro da Justiça em protesto ao que descreveu como "papel dominante ocupado pelo Hizbullah" (Perry; Bassam, 2016).

Rifi também acusa o Hizbullah de ser responsável pela paralisia institucional no país e se postula como um sunita não transigente, como seria Saad Hariri, pois, após uma longa disputa, este terminou por endossar publicamente o apoio a Michel Aoun para a presidência, em outubro de

2016, candidato do Hizbullah desde o início (Reuters, 2016). A nomeação anterior, em dezembro de 2015, do maronita Suleiman Frangieh para a presidência, político aliado do Hizbullah e líder do Movimento Marada, também foi condenada por Rifi como "inaceitável para os seus eleitores no norte do Líbano". Rifi chama o Movimento Futuro de derrotista e entreguista à vontade do Hizbullah: "Dobrar-se não é ser moderado; é autoanulação" (Harb, 2017). Assim, apesar de o Hizbullah não trabalhar seu discurso de forma sectária, a ascensão do grupo nas últimas décadas representa uma ameaça por vezes lida nessa chave. O Hizbullah, contudo, tem ampliado e fortalecido sua mensagem nacionalista, cujo tom não é novo. Segundo Alexander Corbeil e Abdulrahman al-Masri (2017), "ao se promover como combatente pelo bem libanês, através da promoção da retórica e de símbolos nacionalistas, o Hizbullah busca apoio público de dentro do Líbano, particularmente entre os não xiitas".

Ademais, houve um aumento significativo do apoio de cristãos ao Hizbullah, e o atual presidente cristão Michel Aoun tornou-se um dos principais consortes da coalizão 8 de Março.

Além de desapontar os sunitas domésticos e sauditas em seu trato com o Hizbullah e com as forças políticas da 8 de Março, Rifi afirma que o Movimento Futuro de Hariri não conseguiu satisfazer as necessidades sociais e econômicas da população (Harb, 2017). O fraco desempenho dos candidatos de Hariri durante as eleições municipais de 2016 – sobretudo em seu tradicional reduto em Trípoli –, as adversidades financeiras enfrentadas pela construtora Saudi Oger (empresa de propriedade da família Hariri, que encerrou suas atividades em 2017) e a abalada relação pessoal entre Hariri e o então príncipe herdeiro saudita Muhammad bin Nayef fizeram com que concessões fossem necessárias para garantir a própria sobrevivência política de Hariri em um governo de consenso (French; Arnold; Katie, 2016; Hashem, 2016). Ainda assim, ele está localizado "em uma região cinzenta, onde os intransigentes dizem que ele se compromete demais, e o Hizbullah o vê como um braço dos amargos inimigos do Irã em Riade", afirma Ali Harb (2017). Esse movimento foi

fundamentalmente o que transferiu os votos sunitas a Rifi e o que fomenta sua retórica sectária radicalizada.

Rifi foi anteriormente parte do Movimento Futuro de Hariri, mas desde então tem se distanciado do tradicional líder sunita em virtude do que ele percebe como "apaziguamento de Hariri em relação ao Hizbullah", e, por procuração, ao Irã e à Síria. Rifi se classifica como "ligado ao harirismo", mas não a Saad Hariri (Hashem, 2016). O ex-ministro da Justiça declarou que a sua vitória, nas eleições municipais de 2016, era uma indicação de que "o povo de Trípoli rejeitou o caminho de Hariri" (The New Arab, 2016). A vitória do político em Trípoli foi galvanizada sob o slogan do extremismo. Rifi é popular na cidade, não só por causa de sua linha dura contra o Hizbullah – visto por muitos na comunidade sunita como seu inimigo principal –, mas também porque tem ficado ao lado de militantes islâmicos locais, muitos dos quais estão agora detidos em função de confrontos anteriores na cidade com militantes pró-regime sírio. Adicionalmente, Rifi aparentemente teria se conectado com êxito à classe pobre e trabalhadora de Trípoli. Sua vitória nas eleições locais – apesar de não deter apoio da mídia local nem dos serviços de segurança – representaria um sério desafio aos líderes sunitas tradicionais do país, que precisam do apoio desse bastião sunita libanês para reivindicar representação legítima da comunidade (The New Arab, 2016) – ainda que Rifi seja ele próprio um sunita e que o resultado possa significar um sinal de crescente radicalização de grupos sunitas radicais ou islamistas e, na prática, tenha representado o aumento do extremismo em Trípoli.

Na mesma linha, Ana Maria Luca (2015) argumenta que as raízes da radicalização e mobilização na comunidade sunita de Trípoli, em linhas sectárias, foram forjadas no contexto político e sectário que precedeu em muito a revolta síria, remontando inclusive ao massacre dos combatentes do Movimento de Unificação Islâmica (Harakat al-Tawhid al-Islami) em 1986 pelas forças sírias e milícias alauitas. Sentimentos antissírios entre sunitas em Trípoli consolidaram-se em retórica anti-Hizbullah, principalmente após 2005, com o assassinato de Rafiq Hariri, inclusive com o armamento de milícias sunitas após 2006. Assim, em busca de uma nova forma

de patronagem ou representação, a fratura entre xiitas e sunitas refletiu a disputa por poder dentro do arranjo sectário (Luca, 2015).

Mustapha Allouch, membro vocal da Aliança 14 de Março e que representou o distrito eleitoral de Trípoli de 2005 até 2009, explica o sentimento "minoritário" entre sunitas no Líbano e no mundo árabe nos seguintes termos:

> [...] desde os primórdios do islã, os sunitas estavam no poder e se consideravam parte integral da *ummah* islâmica (nação), em vez de uma comunidade marginal. Mas quando o Império Otomano entrou em colapso no final da Primeira Guerra Mundial, ficaram chocados com a perda de seu centro de poder no mundo. No Líbano, o assassinato de Rafik Hariri e a transformação do Hizbullah na força mais forte do país deixaram os sunitas se sentindo como uma minoria e isso agudizou um senso de vitimização. A guerra na Síria, disse Allouch, promoveu essa percepção. "Dois anos após a revolução, após todos os massacres e a intervenção do Hizbullah, a posição dos sunitas é que eles estão sendo mirados regionalmente, não só no Líbano". [...] Os sunitas sentem que há uma guerra global contra eles envolvendo o Ocidente, a Rússia e o Irã. As teorias conspiratórias sobre o Irã trabalhando secretamente com Washington (EUA) contra os islâmicos sunitas há muito tempo alimentam sentimentos anti-iranianos e antixiitas na região. A frustração dos sunitas no Líbano também faz parte de um sentimento mais amplo de repressão desde o desaparecimento da Primavera Árabe. (Harb, 2017)

Ainda na cidade de Trípoli, há também notícias de participação em batalhas entre apoiadores do presidente sírio Bashar al-Assad no bairro de Jabal Mohsen, majoritariamente alauitas, e seus rivais em Bab al-Tabbaneh, majoritariamente sunitas, além de encontros com outros extremistas em Raqqa e Idlib, juntando-se às suas fileiras na Síria. Os residentes dos dois bairros frequentemente se envolvem em violência desde o início da guerra síria e têm se enfrentado desde a guerra civil libanesa. Divididos em linhas à primeira vista sectárias, seus residentes disputam oposição ou apoio ao governo sírio. Aqui é preciso cuidado com as análises sectarizantes: as clivagens naturalmente existem, mas, como é possível ver tanto pela disputa entre Hariri e Rifi (ambos sunitas) quanto pelo microcosmo de Bab al-Tabbaneh e Jabal Mohsen (pró e contra al-Assad), as disputas são mais

políticas do que alinhadas automática e religiosamente. O próprio arranjo das Alianças 14 e 8 de Março é em grande medida transsectário, por conter em ambos os lados sunitas e cristãos.

Dois dos suicidas dos atentados em Trípoli, em janeiro de 2015 – Bilal al-Mariyaan, de 29 anos, e Taha al-Khayal, de 21 anos –, foram criados no bairro de al-Mankobeen, em Jabal Mohsen, um dos mais pobres de Trípoli. Contudo, o perfil dos suicidas é de pouca ou nenhuma religiosidade. A mãe de al-Mariyaan teria dito que o filho "nunca foi religioso, [que] ele odiava qualquer coisa a ver com religião. Ele gostava de sair, se divertir. Ele nunca orou; ele não era assim" (Samaha, 2015). Somente em 2012, 25 jovens de diversos bairros de Trípoli teriam cruzado a fronteira para lutarem na Síria. Conforme explica Nour Samaha, imersos na pobreza e com a falta de possíveis oportunidades de emprego, homens jovens foram lutar ao lado da oposição síria encorajados por sermões sectários inflamados de figuras religiosas radicais locais.

Nesse sentido, as causas raízes da radicalização podem ser atribuídas a fatores domésticos. Para Ahmad Moussali, trata-se de uma área muito tensa, muito pobre e já envolvida há muito tempo no conflito sírio. É um ambiente propício e conducente ao recrutamento, de privação e marginalização, com impacto significativo sobre as razões da adesão (Samaha, 2015). "Os níveis crescentes de pobreza, marginalização e confronto contínuo com as autoridades nessas áreas fazem dos homens jovens candidatos ideais para grupos radicais. É muito fácil recrutar pessoas descontentes", afirma Moussali. "Muitos recrutas que aderem a grupos radicais vêm de origens muito pouco religiosas, isso não é nada incomum", complementa. Juntamente com a pobreza extrema, há animosidade nesses bairros em relação aos refugiados sírios, que, dizem os moradores locais, recebem ajuda de diferentes organizações, enquanto não lhes é oferecido nada do Estado (Samaha, 2015).

De acordo com o relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 60% dos domicílios de Trípoli sofrem de privações, com quase metade deles (28%) sendo extremamente carentes. A maior taxa de privação doméstica (87%) é alcançada em Bab al-Tabbaneh, dos quais mais

de 52% dos domicílios são extremamente carentes. Em Jabal Mohsen, cerca de 66% das famílias são consideradas carentes (UNDP, 2013, p. 25); 23% da população de Trípoli vive abaixo da linha de pobreza, com menos de US$ 2 por dia, e a taxa de desemprego na cidade ultrapassava os 35% em 2014 (Matta, 2014). O Relatório do Banco Mundial para o período de 2012-2014 já havia alertado que a crise síria aumentaria a pobreza entre a população libanesa, com indicadores sociais, econômicos, de saúde e humanitários em declínio, empurrando os pobres para níveis ainda maiores de pobreza (World Bank, 2015, p. 19). Conforme escreve Florence Massena (2017), "as pessoas se sentem deixadas de fora pelo Estado. Há bairros muito pobres cuja juventude pode ser tentada a se unir a organizações radicais e lutar". Há também uma real demanda por maior igualdade e justiça em regiões majoritariamente sunitas que, igualmente aos bolsões de pobreza nos subúrbios de Beirute e ao sul, majoritariamente xiitas, carecem da devida atenção estatal. Atividades sociais e projetos de desenvolvimento foram lançados em Trípoli, inclusive com o objetivo de abordar as queixas e a pobreza que contribuem para a radicalização (Rizk, 2017).

Para Raphael Lefèvre, o crescente extremismo,

> é fruto da animosidade em relação ao Hizbullah, mas também uma sensação de marginalização dentro da esfera política, levando alguns a buscarem elementos alternativos e mais radicais para buscar segurança e representação. (Lefèvre, 2018)

Para Lefèvre, a influência do principal corpo sunita de representação religiosa no Líbano, a Dar al-Fatwa, também está em constante declínio, de tal forma que o senso de marginalização é político, econômico, securitário e religioso. "Atualmente, há muitos pregadores autoproduzidos que não se submeteram a uma educação islâmica adequada e podem ser facilmente influenciados pela mensagem extremista", devendo a Dar al-Fatwa assumir um papel proeminente em programas de desradicalização voltados para os jovens que retornam da luta na Síria, defende (Lefèvre, 2018).

Outra figura importante para esse embate, o clérigo sunita conservador Ahmad al-Assir ascendeu a maior proeminência a partir de 2011,

à medida que a guerra na Síria tomava corpo. Ele se mostra fortemente crítico à "influência crescente do Hizbullah em Saida e em outros lugares". Envolveu-se em inúmeros incidentes com o grupo em 2012 e com o Exército libanês na Batalha de Abra, de junho de 2013, em Saida, a sudoeste do país (al-Jazeera, 2017). Sua retórica antixiita atraiu forte apoio entre sunitas libaneses e culminou em mais um microcosmo da imbricada disputa de interesses no país. Conflitos entre os seguidores de al-Assir resultaram na morte de dezoito soldados das Forças Armadas Libanesas, mais de trinta apoiadores de al-Assir, dois civis e, segundo algumas fontes, dois homens associados ao Hizbullah (al-Jazeera, 2017). A versão oficial, que nega o envolvimento do grupo, é disputada por al-Assir.

Moussali adverte que muitos na comunidade sunita libanesa sofrem com o que ele chama de "senso de vitimização" em face do que é percebido como crescente poder do Hizbullah e de seus aliados (Rizk, 2017). Ele afirma que "os sunitas nas regiões setentrionais, como Trípoli, bem como na região ocidental do Vale do Biqa – devida ou indevidamente – se percebem como vítimas". E acrescenta que, enquanto existir o sentimento de vitimização, sempre haverá possibilidade de atentados terroristas pontuais no Líbano. Moussali atribui essa sensação de vitimização à "retórica política e midiática usada pelos rivais domésticos do Hizbullah desde o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq Hariri, em fevereiro de 2005, que buscava retratar o Hizbullah como um poder xiita crescente que estava retirando o poder dos sunitas" (Rizk, 2017). E isso se dá, é importante alertar, a despeito do relativo equilíbrio populacional entre sunitas e xiitas no Líbano e da ampla hegemonia sunita em termos globais. Do 1,8 bilhão de islâmicos no mundo, 10-13% são xiitas e 87-90% são sunitas (Pew Research Center, 2009). E ainda que o Líbano não conduza um censo populacional oficial desde o Mandato Francês, em 1932, tendo em vista que os resultados poderiam tensionar sua fórmula confessional, em 2015, dos 3,538 milhões de eleitores registrados (acima de 21 anos), os xiitas constituíam 28,40% da população; e os sunitas, 28,37% (Ifes, 2017, p. 45). Em razão da crescente taxa de natalidade entre o segmento xiita, estatísticas extraoficiais sobre o percentual atual da população xiita informariam 40% ou mais (Hazran, 2009).

Em linha, Hilal Khashan aponta que muitos sunitas libaneses se sentem atraídos pelo EI por cinco diferentes motivos: aversão aos xiitas, sentimento de afastamento do Estado libanês, nostalgia pelo califado, admiração pelo poder em qualquer forma e predisposição ao terrorismo anômico (Khashan, 2015). Em primeiro lugar está a aversão ao que percebem como "longo período de ascendência xiita", desde a expulsão do Exército libanês dos subúrbios do sul de Beirute pelo Amal, em fevereiro de 1984, passando pela perda do apoio da Organização para Libertação da Palestina devido à invasão israelense no Líbano, até o assassinato de Hariri (Khashan, 2015). A consolidação do poder do Hizbullah ocorreu em 2008 sob o Acordo de Doha, que lhe concedeu, ao lado das lideranças sunitas e maronitas, poder de veto sobre as decisões de assuntos estratégicos nacionais no país. Assim, após o que foi percebido como um longo período de ascensão xiita,

> [...] a rua sunita se alegrou quando uma ofensiva do EI rapidamente tomou Mossul e uma grande área do território iraquiano em junho de 2014. [...] Como um líder local em Trípoli afirmou: "O Iraque testemunhou um triunfo sunita contra a opressão xiita. Forçar os sunitas de Trípoli a denunciar o EI equivale a coagi-los a exercer a autossupressão política". (Khashan, 2015)

Em segundo lugar, a fraca liderança sunita, tanto clerical como política, criou um vácuo e fez com que o secto se afastasse e se voltasse para líderes islâmicos radicais, como é o caso do xeique salafista Ahmad al-Assir. Essa deserção também ressalta o eclipse da instituição clerical sunita Dar al-Fatwa, que nos últimos anos tem sido objeto de escândalos financeiros e fraqueza política. "A [percebida] dizimação do cargo do primeiro-ministro sunita, para quem a Dar al-Fatwa reporta, tornou-o sem direção, resultando na perda de seu papel tradicional de manutenção da coesão da comunidade sunita" (Khashan, 2015). O apoio ao grupo como "nêmesis dos sunitas libaneses cresce à medida que lamentam o triste estado de seus correligionários no Iraque e na Síria, comparando-o com sua própria situação", enquanto o Hizbullah continuaria a exercer hegemonia sobre a política libanesa (Khashan, 2015).

Com respeito à nostalgia pelo califado, Khashan escreve que, ao contrário dos xiitas, os sunitas viram no califa seu líder legítimo durante treze

séculos. E que o califado continuou a viver entre sunitas como "o estado da glória e da justiça muçulmana", mesmo após sua revogação, em 1924, por Mustafa Kemal Atatürk, inspirando movimentos como a Irmandade Muçulmana e as políticas neo-otomanas de Recep Erdoğan (Khashan, 2015). Em quarto lugar está a admiração pelo poder: o EI "não é uma exceção à abordagem costumeira do poder islâmico projetada através de uma forte liderança. Só se alguma coisa exagerou no uso da coerção e o levou a novas alturas". O raciocínio do grupo é que apenas o terror extremo e a crueldade podem ajudar a construir o EI sobre as cinzas de "regimes apóstatas degenerados" (Khashan, 2015).

Finalmente, com respeito à predisposição ao terrorismo anômico, é razão que contempla também imigrantes mal adaptados no Ocidente que se voltam para a militância, além de jovens atormentados em busca de liberdade emocional, procurando abrigo na multidão e entregando-se a tais ações. "Socialmente isolados e deprimidos, muitos deles sofrem de falta de propósito em suas vidas diárias", escreve. A adesão ao EI, quando é fruto da alienação, contempla indivíduos de diferentes históricos, inclusive recrutas de um amplo espectro socioeconômico, muitos vindos de famílias bem estruturadas na Europa e pouco ou nada religiosos, por exemplo. Mas o conjunto de jovens alienados e radicalizados não inclui apenas imigrantes islâmicos inadaptados ao Ocidente ou em busca de significado e de grandes vitórias, mas também aqueles presos aos problemas da pobreza, da precariedade e do crime (Khashan, 2015).

O enquadramento do conflito em termos sectários mobilizou muitos seguidores a apoiar grupos extremistas, e a narrativa do EI comportou perfeitamente a dinâmica interna libanesa, mobilizando sentimentos de exclusão e vitimização entre os sunitas. Assim, com a inflamação das identidades sectárias, a apropriação e o enquadramento do discurso fizeram com que o conflito na Síria fosse visto por alguns como um conflito "entre sunitas e infiéis". Adicionalmente, como bem aponta Moussali (Rizk, 2017), os rivais políticos domésticos do Hizbullah, a Aliança 14 de Março – e suas contrapartes regionais e internacionais –, exploraram a crítica ao grupo em bases sectárias. Como resultado, os xiitas libaneses, além dos xiitas do

Irã e da Síria que os apoiam, tiveram sua percepção de radicalidade exacerbada, enquadrados frequentemente como "promotores do terrorismo internacional". Essa modalidade de narrativa, apesar de possuir fundações políticas, assume características sectárias que terminam por se apresentar como justificativa ou fomento ao terrorismo por grupos jihadistas sunitas. E são essa polarização e essa sectarização que alimentaram o radicalismo e que foram capazes de angariar uma pequena minoria de sunitas no Líbano. De tal modo que, ainda que haja um componente sectário concreto na política libanesa e, também, um forte elemento sectário na adesão terrorista – e que ele seja deliberadamente explorado pelas diferentes forças atuantes regionalmente –, elas não podem ser reduzidas ao mesmo.

Embora notadamente nocivo, o sectarismo não parece estar perto de ser abolido no Líbano. Boa parte das demandas e dos movimentos da sociedade civil indica o desejo, sobretudo da nova geração, de abolição do sistema confessional. Mas, como o estudo de caso acima indicou, essa narrativa e sua representação política correspondente ainda são fortes no imaginário nacional e rapidamente surgem à tona na presença de conflitos regionais que transbordam para as fronteiras libanesas. A instrumentalização da religião é extremamente frequente na região como um todo em virtude da própria permanência e continuidade do discurso e, sobretudo, da prática política sectária. Conforme já apontado por Ussama Makdisi (2000), mais do que socioendógeno, o sectarismo no Líbano é uma construção política moderna. Nader Hashemi e Danny Poster também percebem o sectarismo como um processo e não como uma antiga força primordial que informa os conflitos na região. Nesse sentido, não há nenhuma predisposição à violência: "O conflito sectário no Oriente Médio hoje é a perpetuação do mando político através da mobilização identitária" (Hashemi; Poster, p. 5). É de tal forma que o Líbano aparece aqui como um estudo de caso altamente significativo. Não somente a instrumentalização e a manipulação da religião estão presentes na oposição entre Hizbullah e EI, mas também a institucionalização política dessas clivagens, através de seu sistema confessional, que perpetua essa própria dinâmica e reforça padrões que estão longe de ser endógenos ou remontar a origens

históricas. As complexidades da política doméstica e regional libanesa são suficientemente grandes para que nossa análise se limitasse aos aspectos religiosos da ameaça e da tentação terrorista no país.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se propôs a analisar o fenômeno do terrorismo sunita contemporâneo no Líbano e suas relações com as dinâmicas de poder domésticas e regionais, estabelecendo, na primeira parte deste capítulo, nossos marcos teóricos sob o amparo dos estudos críticos. Esse resgate se fez necessário de início, porque as análises sobre o terrorismo frequentemente se concentram no aspecto meramente religioso ou de irracionalidade do fenômeno. Contrariamente, foi nosso objetivo pensá-lo como instrumento político e estratégico e refletir sobre as demandas (materiais ou ideológicas) que suas ações atendem, sobretudo como narrativa que preenche vácuos diversos. A religião, nesse sentido, desempenha um papel secundário e arregimentador para jovens frequentemente sob condições de marginalização, estigma e hostilidade, que a utilizam como forma de dar sentido e valorizar suas ações, enquadrando seu envolvimento em confrontos como heroico e espiritual, por exemplo. A religião, como afirma Rebecca Crozier (2016), não é um motivo em si, mas oferece um senso de propósito, de controle sobre a vida e um meio para canalizar raiva, descontentamento e retaliação.

Na segunda etapa do capítulo, foi feita uma análise do terrorismo contemporâneo no Líbano, que foi um importante microcosmo regional de enfrentamento entre EI, Hayat Tahrir al-Sham e Hizbullah, sobretudo de 2013 a 2017, e igualmente palco de ressonância de forças e disputas regionais, tais como entre Irã e Arábia Saudita. As dinâmicas internas à realidade libanesa foram discutidas, assim como de que forma essas disputas domésticas desempenharam, ao lado da promessa de estabilidade financeira, importante papel no recrutamento e na adesão de jovens libaneses a grupos jihadistas lutando na Síria. Naturalmente, diferentes motivações individuais levaram à filiação, e diferentes contextos refletem diferentes dinâmicas e demandas. Ainda assim, no caso libanês, é possível ressaltar

os elementos econômicos, políticos, identitários/sectários e religiosos facilmente intercambiantes no país. A exclusão e a sensação de marginalização econômica dos sunitas em regiões pobres como Trípoli e Biqa (ou até nos paupérrimos campos palestinos) estavam diretamente relacionadas ao sentimento de exclusão político-sectária em um arranjo tipicamente consociativo confessional, ameaçado pela crescente influência do Hizbullah xiita e que, finalmente, ameaça a própria identidade sunita, já não mais satisfatoriamente representada por forças tradicionais como o Movimento Futuro de Saad Hariri. O caso ainda mais minoritário – é preciso frisar – de sunitas palestinos que aderem a grupos radicais é ainda mais problemático, porque estes não são cidadãos libaneses e, portanto, não são contemplados pelo arranjo confessional, não podendo resguardar-se – política ou sectariamente – sob os líderes sunitas, quer sejam eles tradicionais ou não.

Conforme apontamos, a pobreza não é condição duplamente necessária e suficiente para o fomento ao terrorismo, mas é representativa do quanto determinadas regiões, como Trípoli e Akkar, por exemplo, sentem-se vitimizadas pelo contexto político doméstico e abandonadas pelo Estado. A isso se soma a permeabilidade das áreas fronteiriças militar e ideologicamente, que terminam por encontrar alternativas na adesão a grupos jihadistas. Questões socioeconômicas importam, mas também questões políticas e a narrativa religiosa ou identitária de pertencimento. Jovens normalmente se voltam à violência e à radicalização em virtude da marginalização, da pobreza, da falta de esperança e de identidade, aliadas a um forte sentimento de injustiça. Grupos radicais oferecem alternativas materiais e ideológicas a esses jovens muitas vezes na ausência de quaisquer outras opções. É provável, como também já afirmamos, que não haja uma grande teoria sobre terrorismo que conceda explicações para todos e cada um dos casos onde ele esteja presente.

O terrorismo é multifacetado, uma técnica instrumental colada a uma explicação coerente e moral de mundo, havendo a possibilidade de registro de uma mesma ação violenta com diferentes ideologias e diferentes interpretações e motivações pelo agente que a utiliza. No Líbano, fatores internos geraram um ambiente doméstico tão complexo que se

tornou propício ao recrutamento; e este, por sua vez, tem caráter religioso em geral somente em sua superfície. Para além do terrorismo advindo da anomia social, o senso de vitimização e exclusão entre sunitas é fruto da animosidade em relação à percepção do crescente poder doméstico e regional do Hizbullah. Mesmo que o Hizbullah realize campanhas antissectárias e nacionalistas, é crescente a sensação de marginalização de uma parcela dos sunitas dentro da esfera política, apoiada na ideia de que os sunitas sejam ampla maioria no mundo árabe – mas pareados demografica e políticamente aos xiitas no Líbano. Assim, em vestes e narrativas religioso-sectárias, busca-se nos grupos terroristas jihadistas maior amparo securitário, político-representativo e econômico. O componente identitário e de pertencimento reveste de outro lado esse movimento: encontrados todos esses elementos, a narrativa sectária do EI comportou perfeitamente as dinâmicas internas, os medos e as demandas de uma ínfima – mas relevante – parcela de sunitas libaneses.

Ainda que a ameaça do EI pareça confinada ao passado, boa parte das razões que fomentaram sua ascensão não está. Desse modo, problemas estruturais e endêmicos, sobretudo os relacionados às queixas e frustrações sunitas que os fizeram se identificar com o EI e foram catalisadas pelas ideologias radicais, caso não sejam endereçados, continuarão a incentivar o conflito sectário e poderão estimular novas modalidades de radicalismo. Igualmente, iniciativas que reabilitem extremistas no sistema prisional libanês e ex-combatentes que retornaram da Síria precisam ser continuadas e fortalecidas; e a reestruturação dos sistemas de justiça e prisionais do Líbano, endereçada. A solução, além disso, passará pelo enfraquecimento de lideranças e de interpretações religiosas radicais; pelo resgate da confiança em instituições estatais; pela real capacidade de governos democráticos de proverem necessidades básicas; e, finalmente, pela reconsideração do sistema político sectário que reforça a dinâmica clientelista e encoraja divisões entre comunidades, contribuindo para uma maior polarização sectária.

As implicações da nossa abordagem para as análises sobre o Líbano, sobretudo no que tange ao Hizbullah e ao EI, referem-se prioritariamente

ao papel que desempenham duas narrativas fortemente opostas entre si. As razões para as origens, a ascensão e o apogeu do EI já foram discutidas na parte I deste livro, "História do Estado Islâmico". Aqui nossa proposta foi apresentar um breve panorama de como a ameaça do EI se infiltra no Líbano e adquire adeptos entre uma parcela extremamente pequena de sua população sunita, e como o Hizbullah se opõe a essa presença, inclusive usando-a como razão para sua presença na vizinha Síria. Na disputa entre Hizbullah e EI, alude-se à representação de embates não somente entre Irã e Arábia Saudita, ou Conselho de Cooperação do Golfo, mas também a um aspecto relevante da política doméstica sectária libanesa: entre as forças 14 e 8 de Março. Atualmente, após oito anos de presença na Síria e com seu histórico de luta no sul do Líbano, o Hizbullah é cada vez mais poderoso e capaz. Indiscutivelmente, seu papel político vem se fortalecendo e se estabilizando não somente dentro da política confessional libanesa, mas também como ator regional. Ainda que muitos afirmem que o equilíbrio de poder no Líbano tenha se inclinado a favor do Hizbullah, diminuindo o papel do Estado, na prática, o Hizbullah cresceu como um ator não estatal precisamente em razão da debilidade do Estado libanês, tanto em suas atividades securitárias como nas de assistência social. O Hizbullah parece então ser o grande vencedor da guerra síria, no solo e politicamente (doméstica e regionalmente) contra o EI, tendo-o virtualmente expulsado do território libanês – ainda que haja disputas sobre a natureza de sua atuação no país vizinho.

Estabeleceu-se, portanto, uma disputa ideológica ou, caso se queira, uma batalha de narrativas. Opuseram-se de um lado os xiitas excluídos no Líbano (e no mundo árabe historicamente) – os *mustadhʿafun* e sua resistência (*muqāwama*, em árabe) – e, de outro, o EI, que também explora um senso de vitimização dos sunitas, no Iraque e na Síria, propondo o reavivamento de uma suposta era idílica do islã. Trata-se de duas narrativas extremamente poderosas, com coerência interna e forte apelo externo, que são amplamente exploradas através de suas respectivas propagandas. Ambas as narrativas são igualmente respaldadas por condições socioeconômicas, securitárias e políticas também significativas, à medida que

os xiitas ao sul foram alvo direto das ocupações israelenses, francesas e estadunidenses. Consideravam-se politicamente sub-representados pelo sistema confessional libanês até Doha, em 2008, e possuem um longo histórico de exclusão socioeconômica no país, para não dizer numericamente no mundo árabe como um todo. A narrativa sunita, como vimos, quando contextualizada no Líbano contemporâneo, demonstra apelo e poder semelhantes, mas a disputa também é por governança e, nesse sentido, eminentemente política.

A despeito do caráter fortemente confessional da política libanesa, essa não foi uma disputa meramente sectária; o microcosmo libanês também é vítima frequente dessas formas de leitura, mas é preciso cautela. O embate entre Hizbullah e EI refletiu disputas de poder e de diferentes projetos políticos para a região. A estratégia ou narrativa religiosa, instrumentalizada por ambos os grupos, deteve um papel mais agremiador e legitimador que teológico. Sugerimos que olhemos para o fenômeno do terrorismo de forma mais holística e sob a ótica dos estudos de conflito. Sob essa abordagem, o EI é um ator racional (ilícito e não estatal) que deteve um grau substantivo de autoridade – ainda que pontual ou momentânea – e que agiu conscientemente na política mundial, empregando recursos para constranger e contestar a estratégia de governos e forças opositoras. O Hizbullah, agente lícito e estatal – em que pesem as avalanches de contendas sobre o papel do grupo –, esteve em oposição frontal ao EI em termos militares, ideológicos, políticos e, naturalmente, religiosos. Somente essa abordagem crítica permite que a análise ultrapasse o caráter religioso e seja capaz de alcançar as disputas de poder, de governança e os vazios representativos e institucionais que transitam entre Estados, partidos armados e grupos terroristas.

REFERÊNCIAS

ABOU RAHAL, Layal. Ain al-Hilweh camp becomes Jihadi refuge. *The Daily Star*, 6 abr. 2015. Disponível em: http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2015/Apr-06/293461-ain-al-hilweh-camp-becomes-jihadi-refuge.ashx. Acesso em: 17 ago. 2017.

AHMAD Miqati revela "planos" e intenções. *An-Nahar*, 24 out. 2014. Disponível em: https://www.annahar.com/article/184094. Acesso em: 19 ago. 2017.

AL-JAZEERA. Lebanon: the battle of Abra. *Al Jazeera*, 24 maio 2017. Disponível em: https://www.aljazeera.com/program/al-jazeera-world/2017/5/24/lebanon-the-battle-of-abra. Acesso em: 24 out. 2017.

ALAMI, Mona. The rise of Isis in Lebanon. *Atlantic Council*, 2 dez. 2015. Disponível em: http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-rise-of-isis-in-lebanon. Acesso em: 24 out. 2017.

BENSLAMA, Fethi. *La guerre des subjectivités en Islam*. Fécamp: Lignes, 2014.

CAMMACK, Perry *et al*. *Arab fractures*: citizens, States, and social contracts. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2017.

CORBEIL, Alexander; AL-MASRI, Abdulrahman. Hezbollah re-ascendant in Lebanon. *Carnegie Endowment for International Peace*, 17 ago. 2017. Disponível em: http://carnegie-endowment.org/sada/72856. Acesso em: 23 out. 2017.

CRENSHAW, Martha. Explaining suicide terrorism: a review essay. *Security Studies*, v. 16, n. 1, p. 133-162, 2007.

CROZIER, Rebecca. Why young Syrians are joining Isis. *Newsweek*, 5 nov. 2016. Disponível em: http://www.newsweek.com/religion-not-main-motivator-young-syrians-isis-458653. Acesso em: 24 out. 2017.

FRANKS, Jason. Rethinking the roots of terrorism: beyond orthodox terrorism theory – a critical research agenda. *Global Society: Journal of Interdisciplinary International Relations*, v. 23, n. 2, p. 153-176, 2009.

FRENCH, David; ARNOLD, Tom; KATIE, Paul. Saudi Oger faces huge debt restructuring as rescue talks collapse. *Reuters*, 8 set. 2016. Disponível em: http://www.reuters.com/article/us-saudi-oger-restructuring-idUSKCN11E153. Acesso em: 1º nov. 2016.

GHADDAR, Hanin. Arsal: the last hurdle to Hezbollah's safe zone. *The Washington Institute*, 21 jul. 2017. Disponível em: http://www.washington institute.org/policy-analysis/view/arsal-the-last-hurdle-to-hezbollahs-safe-zone. Acesso em: 6 set. 2017.

GHANEM, Esperance. Tripoli battle foils IS expansion. *Al Monitor*, 5 nov. 2014. Disponível em: http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/11/lebanon-tripoli-battle-islamic-state-project-fails.html. Acesso em: 13 out. 2017.

HARB, Ali. "A feeling of defeat": Lebanon's Sunnis frustrated in face of Hezbollah power. *Middle East Eye*, 30 set. 2017. Disponível em: http://www.middleeast-eye.net/news/feeling-defeat-lebanon-sunnis-frustrated-face-hezbollah-power-1674903272. Acesso em: 23 out. 2017.

HASHEM, Ali. How Lebanon's presidential problem turned into opportunity. *Al Monitor*, 26 out. 2016. Disponível em: http://www.al-monitor.com/pulse/

originals/2016/10/lebanon-president-hariri-aoun-hezbollah-saudi-arabia.html. Acesso em: 27 out. 2016.

HASHEMI, Nader; POSTER, Danny (org.). *Sectarianization*: mapping the new politics of the Middle East. Londres: C. Hurst & Co., 2017.

HAZRAN, Yusri. The Shiite community in Lebanon: from marginalization to ascendancy. *Crown Center for Middle East Studies Publication*, n. 37, p. 1-8, jun. 2009.

HOUSSARI, Najia. Gunman kills 4 in attack on Tripoli security patrol. *Arab News*, 4 jun. 2019. Disponível em: https://www.arabnews.com/node/ 1505981/ middle-east. Acesso em: 17 set. 2019.

IFES (INTERNATIONAL FOUNDATION FOR ELECTORAL SYSTEMS). *Lebanon's 2017 Parliamentary Election Law*, out. 2017. Disponível em: https://www.ifes.org/sites/ default/files/lebanons_2017_parliamentary_election_law_final.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

IN LEBANON, Palestinian camp a jihadist refuge. *Arutz Sheva*, 6 abr. 2015. Disponível em: http://www.israelnationalnews.com/News/News.aspx/193716. Acesso em: 25 set. 2017.

ISSA, Philip. For Palestinians in Lebanon, 69 years of despair. *Washington Post*, 14 maio 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/ middle_east/for-palestinians-in-lebanon-69-years-of-despair/2017/05/14/. Acesso em: 9 jun. 2017.

JACKSON, Richard; SMYTH, Marie Breen; GUNNING, Jeroen (ed.). *Critical terrorism studies*: a new research agenda. Londres: Taylor & Francis; Routledge, 2009.

KHASHAN, Hilal. Why Lebanon's Sunnis support Isis. *Middle East Quarterly Summer*, v. 22, n. 3, 2015. Disponível em: http://www.meforum.org/5316/lebanon-sunnis-isis#_ftn36. Acesso em: 20 ago. 2017.

KRANZ, Michal. After years of calm, Lebanon's Tripoli reels from "lone wolf" terror attack. *Al-Monitor,* 9 jun. 2019. Disponível em: https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2019/06/lebanon-tripoli-lone-wolf-attack-terrorism-islamic-state.html. Acesso em: 17 set. 2019.

LEBANON foils alleged suicide attack in Beirut's Southern Suburbs. *The Daily Star*, 6 jun. 2017. Disponível em: http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2017/Jun-06/408627-lebanon-foils-alleged-suicide-attack-in-beiruts-southern-suburbs.ashx. Acesso em: 17 ago. 2017.

LEFÈVRE; Raphaël. The sociopolitical undercurrent of Lebanon's salafi militancy. *Carnegie Middle East Center*, 27 mar. 2018. Disponível em: https://carnegie-mec.org/2018/03/27/sociopolitical-undercurrent-of-lebanon-s-salafi-militancy-pub-75744. Acesso em: 17 set. 2019.

LUCA, Ana Maria Anastasia. *Sectarian conflict and Sunni islamic radicalization in Tripoli, Lebanon*. Master Thesis, Lebanese American University, 2015.

MAKDISI, Ussama. *The culture of sectarianism:* community, history, and violence in nineteenth-century Ottoman Lebanon. Berkeley: University of California Press, 2000.

MASSENA, Florence. In Lebanon's Tripoli, culture defeats youth radicalization. *Al Monitor*, 2 jan. 2017. Disponível em: http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/12/lebanon-tripoli-radicals-civili-ngos-projects-youth.html. Acesso em: 13 out. 2017.

MATTA, Maurice. Tripoli's poverty hampers development. *Al Monitor*, 16 nov. 2014. Disponível em: http://www.al-monitor.com/pulse/business/2014/ 11/lebanon--tripoli-poverty-development-economy.html. Acesso em: 13 out. 2017.

MIKDASHI, Maya. War is here: the Lebanese political elites unite again. *Jadaliyya*, 25 jul. 2017. Disponível em: http://www.jadaliyya.com/pages /index/26931/war--is-here_the-lebanese-political-elites-unite-ag. Acesso em: 5 set. 2017.

NASSER, Reginaldo. As falácias do conceito de "terrorismo religioso". *In*: SOUZA, André de Mello *et al*. (org.). *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror*: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 65-87.

NNA (NATIONAL NEWS AGENCY). Aoun declares victory over terrorism. *National News Agency*, 30 ago. 2017. Disponível em: http://nna-leb.gov.lb/en/show--news/82901/nna-leb.gov.lb/en. Acesso em: 17 set. 2019.

PAPE, Robert. The strategic logic of suicide terrorism. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 97, n. 3, p. 343-361, 2003.

PERRY, Tom; BASSAM, Laila. Sunni Hawk wins Lebanon vote, risking new tensions. *Reuters*, 30 maio 2016. Disponível em: http://www.reuters.com/article/us-lebanon-politics/sunni-hawk-wins-lebanon-vote-risking-new-tensions-idUSKCN0YL1VI. Acesso em: 6 set. 2017.

PEW Research Center. Mapping the global Muslim population. *Pew Research Center*, 7 out. 2009. Disponível em: http://www.pewforum.org/2009/10/07/mapping-the-global-muslim-population/. Acesso em: 25 out. 2017.

PEW Research Center. Spring 2015 Global Attitudes Survey. *Pew Research Center*, 23 jun. 2015. Disponível em: https://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/11/17/in-nations-with-significant-muslim-populations-much-disdain-for-isis/. Acesso em: 24 set. 2019.

REUTERS. Lebanese justice minister resigns, blames Hezbollah over deadlock, court case. *Reuters*, 21 fev. 2016. Disponível em: http://uk.reuters.com/article/uk-mideast-crisis-lebanon/lebanese-justice-minister-resigns-blames-hezbollah-over-deadlock-court-case-idUKKCN0VU0GA. Acesso em: 23 out. 2017.

RIZK, Ali. Why Lebanon could be spared from recent terrorism bloodshed. *Al Monitor*, 16 jan. 2017. Disponível em: http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2017/01/lebanon-terrorist-threat-syria-neighboring-countries.html. Acesso em: 13 out. 2017.

ROY, Olivier. Who are the new jihadis? *The Guardian*, 13 abr. 2017. Disponível em: https://www.theguardian.com/news/2017/apr/13/who-are-the-new--jihadis. Acesso em: 22 abr. 2017.

SAMAHA, Nour. Why do Lebanon's young men join Isil? *Al Jazeera*, 15 jan. 2015. Disponível em: http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2015/01/why-do-lebanon-young-men-join-isil-20151145367392756.html. Acesso em: 24 out. 2017.

TETS, Fernande van. Lebanon's Isis prison: a rare glimpse inside the jail from which terror attacks have been directed. *Independent*, 8 mar. 2015. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/lebanons-isis-prison-a-rare-glimpse-inside-the-jail-from-which-terror-attacks-have-been-directed-10093580.html. Acesso em: 17 set. 2019.

THE NEW ARAB. North Lebanon local elections dethrone traditional Sunni leaders. *The New Arab*, 30 maio 2016. Disponível em: https://www.alaraby.co.uk/english/news/2016/5/30/north-lebanon-local-elections-dethrone-traditional-sunni-leaders. Acesso em: 20 out. 2016.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). *Lebanon Millennium Development Goals Report 2013*. Dez. 2013. Disponível em: http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/MDG%20Country%20Reports/Lebanon/MDG%20English%20Final.pdf. Acesso em: 24 out. 2017.

UNHCR (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES). *Syria Regional Refugee Response*, 2019. Disponível em: http://data.unhcr.org/syrianrefugees /regional.php. Acesso em: 25 set. 2019.

UNRWA (UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST). *Lebanon*, 1º jan. 2019. Disponível em: http://www.unrwa.org/where-we-work/lebanon. Acesso em: 25 set. 2019.

USDS (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE). Country Reports on Terrorism 2017. *Refworld*, Líbano, 19 set. 2018. Disponível em: https://www.refworld.org/docid/ 5bcf1f9813.html. Acesso em: 16 set. 2019.

WORLD BANK. *Lebanon*: promoting poverty reduction and shared prosperity. A systematic country diagnostic (P151430). 15 jun. 2015. Disponível em: http://documents.worldbank. org/curated/en/698161468179049613/pdf/97498-CAS-P151430-SecM2015-0202-IFC-SecM2015-0073-MIGA-SecM2015-0047-Box391476B-OUO-9.pdf. Acesso em: 6 set. 2017.

11

ESTADO ISLÂMICO E VIOLÊNCIA JIHADISTA NA EUROPA

Augusto Veloso Leão

Alexanda Kotey cresceu na região de Paddington, oeste de Londres, conhecida pelo grande contraste social, entremeada por quarteirões pobres e residências reais e com uma das maiores populações de rua da Inglaterra (Marsh; Greenfield, 2019). Quando era garoto, sonhava em ser um jogador de futebol de seu time favorito, o Queens Park Rangers, e foi um estudante não convencional, que "desafiava bastante", segundo ele próprio (Speckhard; Shajkovci, 2019). Muitos anos depois, Alexanda é hoje suspeito de integrar, entre 2014 e 2016, a célula terrorista "Jihadi Beatles", formada por quatro membros do Estado Islâmico (EI), "John", "Paul", "George" e "Ringo", identificados dessa maneira por seus reféns por causa do sotaque britânico. Ele alega que se mudou para a Síria em 2012, com uma preocupação humanitária com as vítimas do conflito na Síria, e que vendia carros para se sustentar. Preso desde 2018 e sendo processado por terrorismo, tortura e decapitação de reféns, Alexanda denuncia, em entrevista, as "hipocrisias do Ocidente", as ações militares "ilegais e imorais" realizadas no Oriente Médio, o fato de a Arábia Saudita praticar execuções similares às do EI e "ser convidada da Rainha da Inglaterra". Sua história, que, segundo as autoridades, envolve radicalização em uma mesquita local em Londres antes da mudança para a Síria, não é incomum entre os combatentes estrangeiros que se juntaram ao EI, assim como suas posições críticas sobre o "Ocidente" também são bastante frequentes. Este capítulo analisa as principais características do recrutamento de pessoas que o EI realiza fora de seus territórios, seja para se tornarem guerreiros no Oriente Médio, seja para atuarem em seus próprios países.

Apesar de ser evidente que o EI representa uma ameaça muito maior à vida e ao bem-estar das pessoas que estão nos territórios ocupados por ele, um elemento que é considerado uma inovação em ameaça terrorista é

a capacidade de o EI recrutar pessoas e executar atos terroristas em diversos locais do globo sem necessitar de uma estrutura organizacional local muito desenvolvida (Mueller; Stewart, 2016). Além disso, o capítulo analisa duas consequências da atuação do EI que ainda apresentam chances de risco nesse momento em que a organização não controla mais um território extenso e teve suas principais formas de financiamento e sustento ameaçadas (como visto nos capítulos 3, "A queda do Estado Islâmico (2017-2019)", e 4, "Estado e economia no Estado Islâmico"): os guerreiros do EI que retornam a seus países de origem após terem lutado no Oriente Médio e a influência que o grupo pode ter em outros grupos extremistas islâmicos e não islâmicos. Focamos mais especialmente nas questões relacionadas ao continente europeu e buscamos discutir em que condições ocorre a conversão de pessoas ao jihadismo nos países dessa região.

Um argumento que guia este capítulo é de que a ameaça que o EI apresenta em segurança internacional e sua capacidade de operar atividades fora de seu território é, atualmente, assim como foi durante seu apogeu, muito menor do que o propagado pelo próprio EI ou por determinadas autoridades políticas na Europa – esses argumentos inflados, por sua vez, têm um propósito e um impacto político que não podem ser subestimados (Bakker; Zuijdewijn, 2015). Portanto, é necessário apresentar os riscos e informar sobre alguns mitos relativos ao impacto do jihadismo na Europa.

Nesse ponto, é válida uma comparação com a al-Qaeda, associação terrorista cujo poder e impacto também foram largamente propagados e figuraram nos discursos como uma ameaça grave logo após os ataques de 2001, mas que logrou realizar apenas um pequeno número de ataques fora do Afeganistão e do Paquistão, embora trágicos e com um custo humano enorme. Hoje se sabe que o maior controle sobre os fluxos financeiros que financiavam a al-Qaeda, através de medidas previstas na Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento ao Terrorismo (que foi assinada em 1999 e entrou em vigor em 2002) e na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (assinada em 2000, entrou em vigor em 2003), teve uma eficácia importante em atrapalhar o seu sustento. A mesma estratégia pode ser percebida com relação ao

EI, em que duas fontes de financiamento não relacionadas diretamente com a produção de matérias-primas ou industrializadas se tornaram o alvo de repressão de instituições financeiras internacionais, especialmente as relativas às criptomoedas e ao contrabando de arte (FATF, 2015a; 2015b).

Observando as organizações derivadas da al-Qaeda (como o próprio EI), é possível discutir se essas medidas financeiras têm um impacto maior que as medidas de segurança, antiterroristas e militares tomadas após os ataques de 2001, que de certa maneira fazem persistir o conflito, ao inspirarem a continuidade de ações insurgentes e de atos terroristas. Anne Clunan (2006), por exemplo, descreve o histórico da conexão que se estabeleceu nos acordos internacionais entre lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais (como tráfico de drogas ou de pessoas) com o financiamento do terrorismo e as principais ações de combate a esses crimes entre os anos 1990 e 2000. Em um dos documentos que a autora utiliza como fonte – uma comunicação pessoal de Daniel Benjamin, diretor de Ameaças Transnacionais do Conselho Nacional de Segurança dos EUA durante a administração Clinton –, de 27 de setembro de 2004, um ex-participante de um grupo terrorista argumenta que os esforços de combater o acesso de terroristas a recursos financeiros foi a parte mais bem-sucedida do esforço antiterrorismo da comunidade global (Clunan, 2006, p. 569).

Dessa maneira, classificamos o EI como uma organização que teve estrutura similar a um Estado no período de 2014 a 2017, nos limites de seu território no Oriente Médio, e reconhecemos o grande impacto de suas ações violentas nesses territórios e nos países vizinhos, inclusive para desestabilizar os laços sociais das comunidades e os próprios regimes e governos. Também reconhecemos que o EI tem um impacto pontual e menor, mas igualmente violento, em outros países que não são imediatamente vizinhos ao território que ocupou; e que tem potencial para causar vítimas, mas não de desestabilizar os regimes e as formas de governo dos Estados onde ocorrem. Isso se deve, em parte, aos objetivos mais localizados do EI que os da al-Qaeda – que declaradamente tinha como objetivo a destruição dos inimigos distantes – e, em parte, à inexistência de grupos organizados e fortes o suficiente para cumprir essa missão fora do território do EI.

A partir desses conceitos, vamos apresentar o histórico e analisar alguns aspectos da atuação jihadista do EI que causam repercussões nos países europeus. A análise não os abrange, mas é importante notar que outros países e continentes também estão preocupados com a violência jihadista em seus territórios, assim como o retorno e a reintegração de nacionais que possam ter lutado com o EI, como o Líbano – como mostrou Natália Calfat, no capítulo 10, "Retóricas sectárias e vazios representativos: o Estado Islâmico como nêmesis dos sunitas no conflito com o Hizbullah" –, a Turquia, a China, os EUA ou a Austrália (Clarke; Kan, 2017). A primeira seção deste capítulo retoma as principais características do terrorismo jihadista na Europa desde os anos 1970. A segunda seção mostra como o EI explora o nexo entre atividades terroristas e criminosas como estratégia de recrutamento. A terceira seção apresenta informações sobre as pessoas recrutadas pelo EI e discute as principais consequências para os países de origem.

>>HISTÓRICO DO TERRORISMO JIHADISTA NA EUROPA

A atuação de grupos terroristas jihadistas na Europa aumenta gradualmente a partir dos anos 1970, vinculada especialmente ao conflito Israel-Palestina, mas também às diversas intervenções militares internacionais ocorridas em países islâmicos, como as realizadas por EUA, França, Itália e Reino Unido no Líbano entre 1982 e 1984. As atividades da Organização Setembro Negro – organização terrorista palestina ativa no começos dos anos 1970 –, como o ataque à delegação de Israel durante as Olimpíadas de Munique, em 1972; ou da Organização do Jihad Islâmico – organização xiita ativa principalmente no Líbano e países vizinhos entre 1983 e 1992 –, como os ataques à embaixada dos EUA, em abril de 1983, e às forças multinacionais no Líbano, em outubro de 1983, são exemplos de grupos jihadistas contemporâneos que direcionaram ataques contra alvos ocidentais. Naquele momento, forças e grupos ocidentais eram alvo de operações terroristas nos próprios territórios dos grupos jihadistas, como forma de enfrentamento a colonizadores e resistência a uma ocupação (efetiva ou percebida) por forças externas.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, os grupos terroristas jihadistas começaram uma estratégia mais nítida de globalização dos alvos principais de seus ataques. O ataque à Sinagoga em Copenhague, em 1985; a série de ataques em Paris, entre 1985 e 1986; ou mesmo os ataques a Hitoshi Igarashi e William Nygaard, respectivamente tradutor para o japonês e responsável pela edição norueguesa do livro *Os versos satânicos*, de Salman Rushdie, inspirados pela fátua pronunciada por Ruhollah Khomeini, em 1989, são exemplos de ações jihadistas que ocorrem fora do Oriente Médio. Todos esses ataques marcam o início do desenvolvimento de uma estratégia que passa a incluir a Europa como um local de operação para diversos grupos jihadistas. Em 1998, são marcos de uma estratégia de ataques globais os bombardeios às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia por grupos ligados a al-Qaeda. A dimensão global dos ataques terroristas jihadistas aumenta ainda mais a partir do ataque da al-Qaeda em Nova York, em 2001; especialmente a partir do início da Guerra no Afeganistão pelos EUA e Reino Unido, em outubro de 2001 (assumida por uma força multilateral criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a partir de dezembro de 2002); e da invasão ao Iraque em 2003. Esses eventos se tornaram os principais motivadores dos ataques em Madri, em 2004, e em Londres, em 2005, por exemplo.

Na Europa, Peter Nesser sugere a classificação das atividades de grupos terroristas jihadistas em três fases, com diferentes características:

- entre 1994 e 1996, houve um tímido desenvolvimento de atividades de jihadismo na Europa, especialmente a partir do Groupe Islamique Armé, um grupo argelino que tentava impedir o envolvimento da França no conflito entre o governo militar e os grupos jihadistas na Argélia;
- entre 1998 e 2003, a Europa fez parte da arena do *jihad* global, uma vez que redes de terrorismo ligadas à al-Qaeda planejaram e prepararam ataques terroristas, especialmente contra os EUA, Israel e a França;
- entre 2003 até atualmente, a Europa se tornou alvo do *jihad* global, principalmente motivado pelo envolvimento de alguns países europeus na Guerra do Afeganistão e na invasão ao Iraque. Percebe-se uma diferença dos períodos anteriores, porque a maior parte dos grupos terroristas atuantes nesse período é formado por pessoas que foram recrutadas e se

radicalizaram já dentro da Europa, e não por pessoas que se mudaram para a Europa com a intenção de realizar ataques (Nesser, 2008; 2014).

A partir do aumento das tensões de conflitos civis no Iraque e na Síria, nos anos 2010, e do estabelecimento do califado internacional do EI, em 2014, o terrorismo jihadista global consolida e expande a estratégia de radicalização e recrutamento de pessoas na Europa. Duas características dessa estratégia são analisadas a seguir: a conexão mais estreita entre criminalidade e terrorismo; assim como o recrutamento de combatentes e a atuação de "lobos solitários" nas atividades terroristas.

>>NEXO DE CRIMINALIDADE E TERRORISMO

Historicamente, a classificação de um ato como terrorismo depende de uma forte conexão com uma ideologia. A frase clichê "O terrorista para uma pessoa é o guerreiro pela liberdade para outra"[1] – muito utilizada para debater a dificuldade para caracterizar a atividade terrorista[2] – destaca, por outro lado, a centralidade da ideologia e de uma finalidade política para caracterizar um ato terrorista. A existência da ideologia usualmente também ajuda a estabelecer uma diferenciação com o crime organizado, que, por sua vez, não busca uma finalidade política específica com suas ações (exceto, talvez, a maximização de seus próprios lucros).

Tamara Makarenko, porém, argumenta que, com o fim da Guerra Fria e, assim, de uma modalidade de terrorismo financiada pelos Estados, essa diferenciação começa a se dissipar, porque as organizações terroristas se voltam para a atividade criminosa organizada para financiar suas ações. A autora argumenta pela descrição de um contínuo entre crime e terrorismo,

1 "*One man's terrorist is another man's freedom fighter*", no original em inglês. A frase foi provavelmente utilizada dessa forma pela primeira vez em uma história de ficção envolvendo o Exército Republicano Irlandês Interino (IRA), "Harry's game", escrita por Gerald Seymour. Os escritos de Brian Jenkins (1982) e Walter Laqueur (1987) contribuíram para sua popularização e utilização no meio acadêmico.

2 Como descrito na introdução deste livro, argumentamos que a atividade terrorista é definida por ações violentas com fins políticos promovidas por grupos não estatais, que aproveitam o medo e a ameaça de ataques futuros para estabelecer seu poder político sobre um território ou população.

ao longo do qual organizações poderiam transitar, dependendo da forma e do ambiente em que operam (Makarenko, 2004, p. 130-131). Makarenko descreve que as possibilidades de relacionamento entre organizações criminosas e terroristas podem se dar por alianças, motivações operacionais, convergência ou mesmo pela constituição de um "buraco negro", uma organização na qual as atividades criminosas e terroristas estariam tão imbricadas que não seria possível uma diferenciação. Para ela, há ganhos mútuos no relacionamento entre organizações criminosas e terroristas: a instabilidade causada pelos grupos terroristas diminui a legitimidade dos governos na opinião da população, composta pelas pessoas que as organizações terroristas têm interesse em conquistar; ao mesmo tempo que permite aos grupos criminosos maximizarem suas operações (Makarenko, 2004, p. 132).

Rajan Basra, Peter Neumann e Claudia Brunner (2016, p. 8-11) também descrevem que o nexo entre criminalidade e terrorismo não é novo: o Talibã dependeu por vezes da produção de heroína no Afeganistão; o Hizbullah investiu no comércio de narcóticos na América do Sul desde os anos 1980; e o Exército Republicano Irlandês Interino (IRA) esteve envolvido no contrabando de petróleo, cigarros e produtos falsificados. Porém, os autores argumentam que essa conexão atinge níveis não precedentes com o EI, por causa da fusão das redes sociais de criminosos e de terroristas, e não da fusão das respectivas organizações propriamente dita. Para os autores, o EI se torna mais eficiente em recrutar criminosos porque abandona a pretensão de um discurso teológico sério para focar em uma mensagem de redenção através da força, poder e violência (ponto que também é discutido no capítulo 5, "As fronteiras ideológicas do Estado Islâmico: o debate e as implicações das ideias defendidas e propagadas pelo EI").

A estratégia, porém, não é nova. Em 2011, a revista *Inspire*, produzida pela al-Qaeda na Península Arábica, publicou um artigo especial: "As regras sobre desapropriação da riqueza de não crentes em *Dar al-Harb*". Anwar al-Awlaki, religioso ligado à al-Qaeda, escreve que "em vez de islâmicos financiarem o *jihad* de seus próprios bolsos, eles devem financiá-lo dos bolsos de seus inimigos", sugerindo uma série de atividades criminosas direcionadas a não crentes para financiar suas atividades (Joscelyn, 2011).

Com essa fórmula, que junta financiamento por meio de atividades criminosas e recrutamento pelo extremismo, o EI dispensa uma estrutura fortemente hierárquica e com decisões de cima para baixo e vai operar através de células dispersas e, até certo ponto, autônomas. Analisando uma base de dados de 79 jihadistas europeus com fichas criminais anteriores a sua radicalização,[3] Basra, Neumann e Brunner argumentam que:

- a narrativa jihadista articulada pelo EI alinha-se bem com as necessidades pessoais de criminosos e é utilizada para justificar o envolvimento com o crime, assim como funciona como uma "licença" para continuar realizando crimes. A "redenção" oferecida no discurso do EI é um elemento especialmente atraente para criminosos (Basra; Neumann; Brunner, 2016, p. 23-27).
- as penitenciárias se mostram como "espaços de vulnerabilidade" em que extremistas encontram vários "jovens com raiva", "prontos" para a radicalização. Elas também são locais em que criminosos e terroristas se encontram e criam redes de sociabilidade e de transferência de conhecimentos. Ademais, as penitenciárias oferecem poucas oportunidades de reintegração na sociedade (Basra; Neumann; Brunner, 2016, p. 29-33).
- a convergência com atividades criminosas se prova útil para as organizações terroristas por causa da maior facilidade de acesso a armas e para a realização de atividades secretas (Basra; Neumann; Brunner, 2016, p. 35-38).

As conclusões dos autores são que o combate ao terrorismo se tornou, mais do que nunca, um problema social, que coincide com a existência de guetos e de uma classe social de islâmicos excluídos, habitantes e cidadãos da Europa, e que o EI e outras organizações terroristas se aproveitam dessa exclusão para recrutar seus membros e convencê-los a praticar atos terroristas (Basra; Neumann; Brunner, 2016, p. 8-9).

3 A base de dados de Basra, Neumann e Brunner deve, porém, ser analisada com cautela, sugerindo a necessidade de maior pesquisa para os elementos que os autores apresentam do que a possibilidade de encará-los como conclusões finais. As informações da base de dados foram retiradas de documentos diversos, como jornais, documentos judiciais e relatórios governamentais, somadas a entrevistas com funcionários responsáveis por ações antiterrorismo. Basra, Neumann e Brunner (2016, p. 15-20) descrevem a base de dados e o método desenvolvido em um capítulo específico de seu relatório.

O *Global Terrorism Index* de 2018 observa que estudos diversos sobre o nexo entre criminalidade e terrorismo calculam que 40% a 60% dos combatentes estrangeiros do EI tinham histórico de criminalidade (IEP, 2018, p. 60-62). É notório como Abu Musab al-Zarqawi, um dos "fundadores" do EI, teve um extenso histórico criminoso antes de se interessar pelo salafismo e se radicalizou ainda mais no período em que esteve preso no Afeganistão, como descrito no capítulo 1, "As origens: de al-Qaeda a Estado Islâmico (2003-2013)". Dessa maneira, percebe-se que o EI tem relativa facilidade de recrutamento de pessoas que já se encontram em situação vulnerável, muitas delas, inclusive, com um histórico de ações e condenações criminosas. Percebe-se também que as penitenciárias têm funcionado como um ambiente propício para a radicalização. Explorando a exclusão social e a falta de perspectivas para alguns jovens, especialmente islâmicos ou de ascendência muçulmana, o EI alcançou grande sucesso no recrutamento de combatentes e na realização de atividades por "lobos solitários", especialmente a partir de 2014.

>>COMBATENTES RECRUTADOS E OS "LOBOS SOLITÁRIOS"

Como discutido no capítulo 8 deste livro, "Estado Islâmico, práticas midiáticas e estratégias de propaganda", o terrorismo praticado pelo EI poderia ser classificado dentro de uma quinta onda, com características muito ligadas à utilização da internet e das redes sociais e à transnacionalização de suas atividades. Além das motivações psicológicas debatidas na seção anterior, essas duas características possibilitam o recrutamento de combatentes em diversos países do mundo. Elas também tornam possível que pessoas isoladas se inspirem nas atividades do EI para realizar atos terroristas, os chamados "lobos solitários" (*lone wolves*). Esta seção analisa a questão dos combatentes estrangeiros no EI e sua possível reinserção em seus países de origem, discutindo em especial a situação das mulheres, dos jovens e das crianças que estiveram nos territórios do EI durante os conflitos.

O número de combatentes estrangeiros que se motivaram a lutar pelo EI não é fácil de estimar, porém o relatório *Beyond the caliphate: foreign*

fighters and the threat of returnees (Barrett, 2017) calcula que aproximadamente trinta mil pessoas saíram de seus países para se tornarem combatentes no Iraque e na Síria. Segundo os dados do relatório, os países que mais enviaram combatentes são Rússia (3.400), Arábia Saudita (3.244), Jordânia (três mil), Tunísia (2.926) e França (1.910). É possível estimar que o número de pessoas recrutadas pelo EI não tenha aumentado muito depois de 2017 devido às perdas territoriais e militares sofridas, o que freou o ritmo de recrutamento de combatentes estrangeiros pelo EI. Como forma de comparação, o Talibã afegão também recrutou combatentes estrangeiros em número significativo, porém em um ritmo muito mais lento, e tampouco desenvolveu uma estratégia ativa de recrutamento, como o EI realiza (Jawaid, 2017, p. 102).

Esses combatentes estrangeiros do EI atuaram em uma diversidade de funções dentro da estrutura do grupo. A maior parte dos homens se tornou combatente ou trabalhou em atividades de controle e segurança, ou desempenhou funções de apoio de acordo com suas habilidades profissionais e criminais prévias.

Um grupo importante de combatentes estrangeiros é formado por mulheres que se voluntariaram para participar do EI assumindo diversos papéis, principalmente as funções de recrutamento e doutrinação – especialmente de outras mulheres e de crianças –, e também educação, cuidados de saúde, arrecadação de fundos e trabalho social, ao mesmo tempo em que muitas se tornaram esposas de combatentes e mães. Muitas dessas mulheres vivenciaram casamentos arranjados ou forçados ou até mesmo se tornaram escravas sexuais de um combatente ou um grupo de combatentes nos territórios ocupados pelo EI. Mas mesmo nesses casos, não seria possível restringir a atuação dessas mulheres ao papel passivo e simplificado de "noivas *jihadi*" (*jihadi brides*). Joana Cook e Gina Vale (2018, p. 27-28 e 54-55) argumentam que um misto de motivações de atração ao EI e de repulsão das comunidades em que essas mulheres viviam, como exclusão social ou discriminação, pode explicar a decisão de mulheres de se mudarem para os territórios do EI. As autoras também notam como o EI empregou mulheres na função de policiamento moral, como a Brigada

al-Khanssaa, uma inovação com relação a outros grupos jihadistas, e citam o aparecimento de células terroristas femininas, ou mesmo familiares, nas quais o papel das mulheres é significativo. A Brigada al-Khanssaa foi um grupo de policiamento moral do EI especialmente ativo em Raqqa, composto exclusivamente por mulheres, para "aumentar a consciência sobre a religião entre as mulheres e punir as mulheres que não observam a lei" (em uma referência à xaria) (al-Bahri, 2014). A brigada, inclusive, produziu o documento *Mulheres no Estado Islâmico: manifesto e estudo de casos*, em que apresenta argumentos para que mulheres, especialmente da Arábia Saudita, se juntem ao EI, expondo os "malefícios da ocidentalização" e enaltecendo o trabalho social do EI contra a pobreza e a injustiça. No documento, a brigada descreve que a mulher tem um papel primariamente doméstico, exceto as mulheres que pretendem estudar teologia, as médicas, as professoras e as que lutam, em casos extremos, "como as mulheres no Iraque e na Chechênia", em referência aos casos daquelas que foram particularmente ativas nos combates nesses países, inclusive realizando ataques suicidas (Winter, 2015; Bonnet, 2015).

O EI conseguiu bastante sucesso em recrutar jovens por meio de suas estratégias de propaganda em duas frentes principais. Por um lado, o EI estabeleceu uma estratégia de produção de conteúdo utilizando duas revistas oficiais; por outro, também teve um impacto grande a partir da publicação de seus vídeos em plataformas de compartilhamento de vídeos, como o YouTube, como descrito nos capítulos 8, "Estado Islâmico, práticas midiáticas e estratégias de propaganda", e 9, "A quinta onda de terrorismo: radicalização além das fronteiras". Além das revistas oficiais do EI, o conteúdo publicado em mídias sociais, como o Twitter ou o Facebook, era impulsionado principalmente por usuários simpatizantes, que não estavam diretamente ligados às organizações e, na maioria dos casos, nem estavam nas áreas de conflito (Carter; Maher; Neumann, 2014). Muitos desses simpatizantes organizavam, editavam, traduziam e republicavam o material produzido por combatentes ou pessoas nos territórios do conflito, tornando-os mais acessíveis e aumentando seu impacto. Joseph Carter, Shiraz Maher e Peter Neumann (2014, p. 17) realizaram uma entrevista com um

desses simpatizantes, que argumentou que sua motivação era a percepção de excesso de propaganda contrária aos islâmicos e o desejo de destituir governos xiitas para a constituição de governos sunitas. Esse "califado virtual" é, inclusive, uma das preocupações que concernem à resistência do EI e seu reagrupamento, uma vez que a organização poderá continuar recrutando novas pessoas e organizando ações em qualquer ponto do globo, mesmo que tenha perdido o controle sobre o território que ocupava.

Muitos relatos de combatentes estrangeiros que estiveram na Síria e no Iraque descrevem, porém, um cenário muito diferente do que foi inicialmente prometido: as condições de vida nos territórios em conflito não são fáceis, e as promessas de liberdade, heroísmo e senso de aventura não são alcançadas muitas vezes, especialmente agora que o EI não controla mais um território significativo.

Atualmente, depois que o EI deixou de controlar porções expressivas de terras no Oriente Médio, um número importante desses combatentes conseguiu retornar a seus países: entre os cidadãos europeus suspeitos de viajar para se alistarem ao EI, entre 2011 e 2016, a Radicalisation Awareness Network (RAN) estima que uma média de 30% dos combatentes retornaram a seus países (RAN, 2017, p. 15). Essa estimativa chega a quase 50% de combatentes que retornaram a países como Dinamarca, Suécia e Reino Unido. Mesmo que se estime que uma parte dos combatentes morreu em combate, o número de retornados aumentou à medida que o EI perdeu territórios e capacidade de recrutamento. Um grave problema é a reintegração desses combatentes nas sociedades após seu retorno: quanto mais tempo uma pessoa, especialmente jovem, passa em campos de refugiados, ou de outra maneira fora de sua casa e escola, mais vulnerável ela pode se tornar para a radicalização ou o recrutamento em atividades terroristas e criminosas (Barrett, 2014, p. 25-26).

Lorne Dawson sugere que aquelas pessoas que retornam a seus países de origem depois de lutar ou viver no território do EI sejam divididas em três grupos: 1) os decepcionados com o EI e seus ideais; 2) os desmobilizados, mas que ainda concordam com o EI ideologicamente; e 3) aqueles que ainda estão em operação (Dawson, 2018, p. 3). Para cada um desses

grupos haveria uma estratégia diferente, que poderia garantir que eles não consigam realizar mais ataques, ou que não possam apoiar a radicalização de outras novas pessoas.

Apesar de reconhecer que a probabilidade de um ex-combatente estrangeiro, com treinamento específico para perpetrar atos terroristas, tenha maior capacidade de organizar ataques mais eficazes e violentos, Teun van Dongen (2019) analisa diversos cenários para os combatentes estrangeiros depois da queda do EI. Entre esses cenários estão a permanência nas áreas do EI para apoiar seu reagrupamento ou a transferência para outras áreas onde possam continuar o projeto do grupo. Além disso, o autor nota as dificuldades de planejamento de atos terroristas em países com maior vigilância que os territórios ocupados pelo EI e argumenta que, com todas essas probabilidades, o retorno de combatentes estrangeiros não aumenta significativamente o risco de ataques terroristas. Um elemento que Van Dongen não analisa, porém, são as dificuldades de reinserção na família e na comunidade que esses combatentes vão vivenciar, o que pode exacerbar um sentimento de exclusão social e empurrar o ex-combatente para ações criminosas, mesmo quando não cogitar levar atos terroristas à frente ou quando não se identificar diretamente com a ideologia defendida pelo EI (Dongen, 2019).

O EI também ficou conhecido por expor crianças e adolescentes à violência desde muito cedo e, também, por incentivá-los a praticar violência contra inimigos, além de desenvolver material educacional para promover seus objetivos e se engajar na doutrinação de jovens (McCue *et al.*, 2017, p. 22). Segundo Colleen McCue, Joseph Massengil, Dorothy Millbrandt, John Gaughan e Meghan Cumpston, a exposição de crianças e jovens à violência pode ter influência na percepção da criança sobre a vida humana, inclusive para influenciar comportamentos e regras sociais.

Asaad Almohammad argumenta que o EI utilizou as estruturas burocráticas e políticas para criar apoio para seus objetivos teológicos, políticos e sociais, como a utilização dos meios de comunicação ou a transformação de escolas em locais de recrutamento. Para tanto, sua estratégia de recrutamento incluiu a utilização de mesquitas, escolas e também centros

de informação e pregação estabelecidos especificamente para transmitir a ideologia da organização para os mais jovens (Almohammad, 2018, p. 15-16). Os materiais analisados por Almohammad levam a crer que o EI dividia as turmas escolares entre: os estudantes locais; as pessoas do Oriente Médio e do norte da África; outros estrangeiros; e órfãos. A divisão de escolas para crianças estrangeiras das regiões mais próximas e de outras nacionalidades era realizada principalmente para garantir o aprendizado do árabe para aqueles que não o tinham como primeira língua, mas também para oferecer mais proteção e cuidados para os filhos de combatentes estrangeiros. Outro motivo era prepará-los para possíveis ações fora do território do EI. Já as escolas para órfãos tinham um foco ainda mais forte na doutrinação e na preparação para ataques, especialmente os suicidas. As fontes de Almohammad sugerem que, nas escolas para órfãos, enfatizava-se a vingança e difundia-se a possibilidade de reencontrar os pais no paraíso, para facilitar de alguma forma a realização dos ataques suicidas.

A situação de crianças e jovens que retornam a seus países é especialmente difícil, tanto para aqueles que foram levados por seus pais ao local de conflito quanto para os que nasceram lá. Sua reintegração e ressocialização devem levar em conta o trauma severo que eles vivenciaram, a possibilidade de terem sofrido algum tipo de doutrinação que eles vão repercutir ao longo de sua vida, assim como a grande possibilidade de sofrerem com discriminação e exclusão depois do retorno (RAN, 2017, p. 68-80). Porém, ainda mais preocupante é a situação de crianças órfãs, desacompanhadas e apátridas, cujo número aumentou exponencialmente nesse momento de queda do EI. Os dados ainda são escassos sobre esse tema, mas Joana Cook e Gina Vale (2018, p. 52-53) estimam que mil menores russos se tornaram órfãos ou foram abandonados nas zonas de conflito do EI.

Os "lobos solitários" também são uma faceta importante das repercussões do EI nos países europeus. O nexo entre criminalidade e terrorismo, argumentado anteriormente, funciona de maneira que as atividades terroristas se tornaram uma espécie de premiação para os criminosos: são atividades que recebem muita exposição, e os perpetradores são muitas vezes martirizados e se tornam heróis de uma causa.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto pretendeu discutir as estratégias de recrutamento de pessoas do EI e algumas questões sobre a radicalização de europeus e o jihadismo na Europa. Procuramos apresentar os principais elementos decorrentes da conexão mais próxima das atividades terroristas com atividades criminosas organizadas. Além disso, debatemos algumas questões sobre o recrutamento de combatentes e de "lobos solitários" pelo EI.

Os recentes desenvolvimentos do conflito, com a saída rápida dos EUA da Síria, os ataques turcos à região do norte da Síria, a aliança entre as Forças Democráticas Sírias (SDF, na sigla em inglês) com o governo de Bashar al-Assad, presidente da Síria desde 2000, e a escalada do conflito entre Irã e EUA podem modificar bastante o cenário para os combatentes estrangeiros do EI. Em primeiro lugar, porque a continuidade da guerra civil na Síria pode incentivar que esses combatentes permaneçam na região e se engajem em diferentes lados em conflito; ou busquem reagrupar as forças do EI localmente, como forma de dar continuidade à resistência contra as ações militares "ilegais e imorais" realizadas no Oriente Médio, como argumentado por Alexanda Kotey. E, segundo, porque relatos dão conta de que familiares de combatentes do EI estão escapando dos campos montados na Síria, já que as SDF se voltam para lidar com a nova ameaça turca, e é também possível que os ex-combatentes do EI presos na região encontrem mais chances de escapar nesse momento (Regan; Mackintosh, 2019).

Como discutido, mesmo que o impacto do EI seja maior nas áreas ocupadas, o impacto de combatentes na Europa é grande o suficiente para ser debatido em detalhes. Edwin Bakker e Jeanine van Zuijdewijn (2015) analisam os ataques jihadistas na Europa de maneira a compreender o impacto do terrorismo nessa região. Os autores buscam não somente pelas consequências humanas e materiais de cada incidente, mas também pelas respostas institucionais ligadas a eles, as mudanças na opinião pública e as reações anti-islâmicas causadas pelos ataques. Os dois argumentam que os jihadistas atuantes na Europa são uma "ameaça 'de pouca probabilidade e alto impacto'", uma vez que ocorrem raramente e afetam comparativamente menos vítimas do que outros eventos, mas que têm potencial para

provocar alterações significativas nas respostas políticas, na opinião pública e no aumento dos sentimentos anti-islâmicos. Um caso recente sobre o impacto de pessoas retornadas nas respostas políticas é a retirada do partido Fremskrittspartiet (FrP, Partido do Progresso, em português) da coalizão do governo na Noruega, depois que a primeira-ministra, Erna Solberg, anunciou a repatriação de uma mulher suspeita de colaborar com o EI na Síria e seus dois filhos. O FrP era contrário à repatriação da mulher pelas suspeitas de que ela tinha colaborado com o EI enquanto estava na Síria, concordando apenas com a repatriação dos filhos. Quando o governo autorizou a repatriação dos três, o FrP decidiu se retirar do governo, deixando a primeira-ministra Solberg com um governo de minoria no Parlamento.

Como podemos observar ao longo do texto, diferentes elementos das respostas institucionais e sociais ao EI operam para, de um lado, inflar as capacidades reais de danos do grupo na Europa e, por outro, exacerbar sentimentos anti-islâmicos, que, por sua vez, impedem a atuação nas questões sociais de exclusão e de discriminação que servem como fonte para as possibilidades de radicalização e recrutamento de pessoas (especialmente jovens) para grupos terroristas.

REFERÊNCIAS

AL-BAHRI, Ahmad. In Raqqa, an all-female Isis brigade cracks down on local women. *Syria Deeply*, 15 jul. 2014. Disponível em: https://www.newsdeeply.com/syria/articles/ 2014/07/15/in-raqqa-an--all-female-isis-brigade-cracks-down-on--local-women. Acesso em: 11 mar. 2020.

ALMOHAMMAD, Asaad. Isis child soldiers in Syria: the structural and predatory recruiment, enlistment, pre-training indoctrination, training and deployment. *ICCT – International Centre for Counter-Terrorism – The Hague*, v. 8, n. 14, 2018.

BAKKER, Edwin; ZUIJDEWIJN, Jeanine van. Jihadist foreign fighter phenomenon in Western Europe: a low-probability, high-impact threat. *The International Centre for Counter-Terrorism – The Hague*, v. 6, n. 9, 2015.

BARRETT, Richard. *Foreign fighters in Syria*. Nova York: The Soufan Center, 2014.

BARRETT, Richard. *Beyond the caliphate*: foreign fighters and the threat of returnees. Nova York: The Soufan Center, 2017.

BASRA, Rajan; NEUMANN, Peter R.; BRUNNER, Claudia. *Criminal pasts, terrorist futures*: European jihadists and the new crime-terror nexus. Londres: The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence, 2016.

BONNET, Simon. Western women in Jihad, triumph of conservatism or export of sexual revolution? *Diploweb.com: la Revue Géopolitique*, 12 jun. 2015. Disponível em: https://www.diploweb.com/Western-women-in-jihad-triumph-of.html. Acesso em: 11 mar. 2020.

CARTER, Joseph; MAHER, Shiraz; NEUMANN, Peter. #*Greenbirds*: measuring importance and influence in Syrian foreign fighter networks. Londres: The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence, 2014.

CLARKE, Colin; KAN, Paul. Uighur Foreign Fighters: an underexamined jihadist challenge. *The International Centre for Counter-Terrorism – The Hague*, v. 8, n. 5, 2017.

CLUNAN, Anne. The fight against terrorist financing. *Political Science Quarterly*, v. 121, n. 4, 2006.

COOK, Joana; VALE, Gina. *From Daesh to "diaspora"*: tracing the women and minors of Islamic State. Londres: ICSR, 2018.

DAWSON, Lorne L. The demise of the Islamic State and the fate of its Western foreign fighters: six things to consider. *ICCT – International Centre for Counter-Terrorism – The Hague*, v. 9, 6 jun. 2018. Disponível em: https://icct.nl/publication/the-demise-of-the-islamic-state-and-the-fate-of-its-western-foreign-fighters-six-things-to-consider/. Acesso em: 11 mar. 2020.

DONGEN, Teun van. The more things change, the more they stay the same: the post-caliphate jihadist *modus operandi* in Europe. *In*: PEKTAS, Serafettin; LEMAN, Johan (ed.). *Militant jihadism*: today and tomorrow. Leuven: Leuven University Press, 2019. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctvq-2vzmt.10. Acesso em: 11 mar. 2020.

FATF. *Emerging terrorist financing risks*, 2015a. Disponível em: www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/emerging-terrorist-financing-risks.html. Acesso em: 11 mar. 2020.

FATF. *Financing of the terrorist organisation Islamic State in Iraq and the Levant (Isil),* 2015b. Disponível em: www.fatf-gafi.org/topics/methodsandtrends/documents/financing-of-terrorist-organisation-isil.html. Acesso em: 11 mar. 2020.

IEP (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE). *Global Terrorism Index 2018*: *Measuring The Impact of Terrorism*. Sydney, nov. 2018. Disponível em: http://visionofhumanity.org/reports. Acesso em: 13 out. 2019.

JAWAID, Arsla. From foreign fighters to returnees: the challenges of rehabilitation and reintegration policies. *Journal of Peacebuilding & Development*, v. 12, n. 2, p. 102-107, 2017. DOI: 10.1080/15423166.2017.1323 660.

JENKINS, Brian. Statements about terrorism. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 463, 1982.

JOSCELYN, Thomas. Anwar al-Awlaki: jihadists should steal from disbelievers. *Long War Journal*, 17 jan. 2011. Disponível em: https://www.long-warjournal. org/archives/2011/01/anwar_al_awlaki_jiha.php. Acesso em: 14 jun. 2018.

LAQUEUR, Walter. *The age of terrorism.* Boston: Little, Brown, 1987.

MAKARENKO, Tamara. The crime-terror continuum: tracing the interplay between transnational organised crime and terrorism. *Global Crime*, v. 6, n. 1, 2004.

MARSH, Sarah; GREENFIELD, Patrick. Westminster Council boards up area

"to keep homeless people away". *The Guardian*, 19 jun. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/society/2019/jun/19/westminster-council-boards-up-area-to-keep-homeless-people-away. Acesso em: 12 nov. 2019.

McCUE, Colleen *et al*. The Islamic State long game: a tripartite analysis of youth radicalization and indoctrination. *CTC Sentinel*, v. 10, n. 8, 2017.

MUELLER, John; STEWART, Mark. Misoverestimating Isis. *Perspectives on Terrorism*, v. 10, n. 4, 2016.

NESSER, Peter. Chronology of jihadism in Western Europe 1994-2007: planned, prepared, and executed terrorist attacks. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 31, 2008.

NESSER, Peter. Toward an increasingly heterogeneous threat: a chronology of jihadist terrorism in Europe 2008-2013. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 37, 2014.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). *Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento ao Terrorismo*. Adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 9 de novembro de 1999. Entrou em vigor em 10 de abril de 2002. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=-TREATY&mtdsg_no=XVIII=11-&chapter-18&clang=_en. Acesso em: 11 mar. 2020.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.* Adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 15 de novembro de 2000. Entrou em vigor em 29 de setembro de 2003. Disponível em: https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNTOC.html. Acesso em: 11 mar. 2020.

RAN (RADICALISATION AWARENESS NETWORK). *RAN manual*: responses to returnees. Foreign terrorist fighters and their families, 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/ran_br_a4_m10_en.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

REGAN, Helen; MACKINTOSH, Eliza. Kurdish forces backed by us strike deal with Syria's Assad, in major shift in 8-year war. *CNN*, 14 out. 2019. Disponível em: https://edition.cnn.com/2019/10/14/middleeast/syria-turkey-kurds-civil-ians-isis-intl-hnk/?no-st=1571438144. Acesso em: 11 mar. 2020.

SPECKHARD, Anne; SHAJKOVCI, Ardian. Alexanda Kotey: a monster made in Syria? *International Center for the Study of Violent Extremism – ICSVE*, 29 abr. 2019. Disponível em: https://www.icsve.org/alexanda-kotey-a-monster-made-in-syria. Acesso em: 12 nov. 2019.

WINTER, Charlie. *Women of the Islamic State*: a manifesto on women by the al-Khanssaa Brigade. Londres: Quilliam Foundation, 2015. Disponível em: https://www.quilliaminternational.com/shop/e-publications/women-of-the-islamic-state-a-manifesto-on-women-by-the-al-khanssaa-brigade-2/. Acesso em: 11 mar. 2020.

12

ECOS JIHADISTAS NO BRASIL: REALIDADE E POSSIBILIDADE

Victor Begeres Bisneto

A presença de islâmicos no Brasil – que, entre todos os países latino-americanos, é onde estão mais presentes – ainda é um tema pouco explorado. Tal como afirma Peter Demant (2008, p. 187), "o islã na América Latina constitui sem dúvida a parte menor – e menos estudada – do mundo muçulmano". Muitas das obras produzidas são anteriores a 1990, e a maioria delas trata o assunto em termos historiográficos, antropológicos e etnográficos.

Diante dessa premissa, a tarefa de conhecer a forma como as comunidades islâmicas atuam no Brasil e de traçar um perfil dos islâmicos que aqui vivem, identificando suas reações em face dos eventos que implicam sua religião e sua comunidade, transforma-se em um grande desafio, que foi encarado neste capítulo por meio da metodologia oferecida pela História Oral. Utiliza-se uma amostragem de dezesseis interlocutores, dentre os quais metade era liderança em suas comunidades e em entidades islâmicas de oito cidades de quatro estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Norte. As mais de quinze horas de gravações, realizadas entre 2015 e 2019, permitiram saber um pouco mais sobre o que pensam essas pessoas sobre o jihadismo, o Estado Islâmico (EI) e, principalmente, sobre a possibilidade de o Brasil oferecer um ambiente fértil para o estabelecimento de redes de cooperação jihadistas.

Em meio à coleta e organização das entrevistas, houve a aprovação da Lei nº 13.260/2016, conhecida como "Lei Antiterrorismo", em março de 2016, às vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Essa lei deflagrou duas operações realizadas pela Polícia Federal, em 2016 e 2018: Operação Hashtag e Operação Átila, que culminaram, respectivamente, com a

investigação e a prisão de mais de vinte islâmicos supostamente envolvidos com atividades jihadistas no Brasil. As informações obtidas por meios das entrevistas, as repercussões advindas da aplicação da Lei Antiterrorismo e a análise do perfil e da organização das comunidades islâmicas brasileiras são essenciais para compreender se o Brasil poderia fazer parte, de alguma forma, do contexto jihadista.

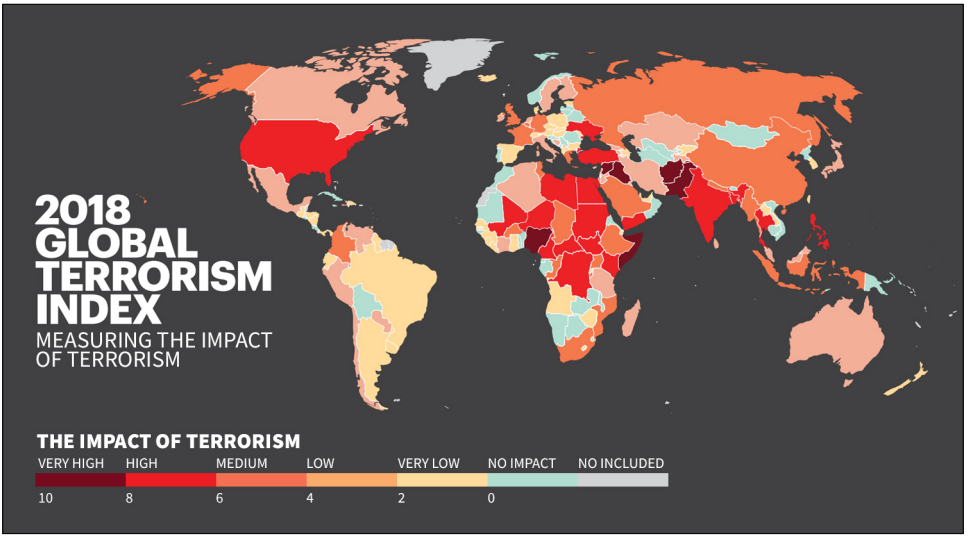
Diante de tantos extremismos, o religioso, em especial o islâmico, tem protagonizado as manchetes dos diversos veículos midiáticos mundo afora nos últimos anos. Paris, Bruxelas, Orlando, Manchester, Mossul, Istambul, Parachinar, Colombo e Cabul são exemplos recentes da grande extensão geográfica que os ataques terroristas têm assumido. Eles também mostram que o Ocidente,[1] contrariamente àquilo que a grande mídia nos faz crer, não tem sido o único e principal alvo dos atentados.

Um exemplo disso é o ano de 2013, em que quase dezoito mil pessoas morreram vítimas de ataques terroristas, e 82% delas estavam concentradas em apenas cinco países: Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão e Síria, países imersos em guerras civis e terrenos dos principais grupos terroristas da atualidade, como al-Qaeda, EI e Estado Islâmico na África ocidental (Gilsinan, 2014).

O ano de 2018 não traz dados muito diferentes, como revela o mapa a seguir (figura 12.1). Os países de coloração vermelha escura são aqueles onde o terrorismo teve maior impacto em 2018, e os países de coloração amarelada, menor impacto. Os países de coloração azulada não tiveram impacto no período analisado.

1 O conceito de Ocidente é bastante debatido e percebido segundo múltiplas variáveis e critérios que nem sempre são suficientes para delimitá-lo. Aqui consideramos como "Ocidente" uma parte do mundo que possui semelhanças político-ideológicas, econômicas e, principalmente, civilizacionais (Demant, 2007; Tibi, 2001; e Harari, 2018).

Figura 12.1 - Mapa do impacto do terrorismo no mundo



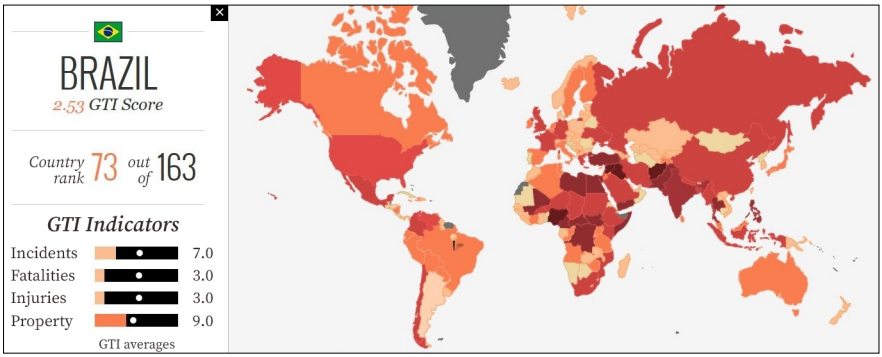
Fonte: Institute for Economics & Peace, 2018.

O mapa expõe o *Global Terrorism Index* (GTI), publicado pelo Institute for Economics and Peace, com base nos dados do *Global Terrorism Database* (GTD), da Universidade de Maryland.[2] Foram compiladas informações de mais de 150 mil incidentes de atividades terroristas globais em 163 países e seus efeitos em número de mortos, feridos e danos a propriedades. Novamente, o centro-norte do continente africano, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático são os locais com maior número de incidentes.

No caso específico da América Latina e, em particular, do Brasil, é praticamente irrisório o número de incidentes. No mapa da figura 12.2 é possível constatar que, entre os 163 países considerados na análise do GTI, o Brasil ocupava a posição 73 em 2019; os países com coloração mais escura tiveram maior número de incidentes de terrorismo em 2019.

2 A definição de terrorismo adotada pelo GTD é "o uso, ou ameaça de uso, de força ilegal e da violência por um ator não estatal para atingir um objetivo político, econômico, religioso ou social através do medo, coerção ou intimidação" (GTI, 2018, p. 6). A definição usada pelo GTD exclui questões polêmicas, como o chamado terrorismo de Estado, e não diferencia ataques contra alvos militares definidos de ataques indiscriminados contra civis – duas questões presentes na maioria dos debates acerca do tema.

Figura 12.2 - Incidentes por terrorismo: mundo e Brasil



Fonte: Institute for Economics & Peace, 2019.

No entanto, é preciso informar que os incidentes declarados pelo mapa para o caso brasileiro não estão relacionados a grupos terroristas, muito menos islâmicos. Uma das hipóteses que ele suscita é a relação desses dados com a instabilidade política e econômica pela qual o país tem passado nos últimos anos e que tem se traduzido, desde 2015, em ondas de protestos e manifestações políticas massivas, em muitas das quais houve interações violentas com a polícia, além de danos ao patrimônio em situações isoladas. O Brasil também desponta como um dos piores países em crimes contra a pessoa. Segundo dados do *Atlas da Violência* divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a violência no Brasil atingiu os maiores patamares de sua história, com mais de 65 mil assassinatos em 2017 e uma taxa relativa de 31,6 homicídios por cem mil habitantes (Ipea, 2019).

O termo "terrorismo", segundo a metodologia usada para a confecção dos mapas aqui apresentados, é bastante discutível do ponto de vista conceitual. É mais fácil nomear e identificar esses incidentes no Oriente Médio, na Ásia e no norte da África do que na América Latina, em razão da reconhecida presença de grupos terroristas que assumem a autoria de ataques, além de estarem engajados em lutas territoriais, étnicas e religiosas, conforme apontam uma vasta bibliografia e dados empíricos (Jalal, 2009; Cockburn, 2015; GTI, 2018). É certo que não podemos escapar do debate que envolve a definição de terrorismo, algo que faremos posteriormente.

Diante desse quadro, é possível que o Brasil, tão distante geograficamente dessas áreas em convulsão, possa abrigar grupos extremistas islâmicos? Ou, ainda, ser alvo de futuro terrorismo e ações jihadistas? Existe um ambiente no país que propicie a radicalização de islâmicos? Para Márcio Buzanelli (2013, p. 9-10), ex-editor da *Revista Brasileira de Inteligência*, esse risco é provável, diante da extensão, vulnerabilidade e porosidade das fronteiras nacionais e pela presença de alvos potenciais, como representações diplomáticas, estabelecimentos religiosos e até mesmo eventos esportivos de grande visibilidade, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas em 2016.

A Lei Antiterrorismo, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, às vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, seria uma resposta a essa possibilidade hostil? Sob os auspícios da recente lei, a deflagração da Operação Hashtag pela Polícia Federal, que deteve, entre julho e agosto de 2016, quatorze suspeitos de envolvimento com organizações terroristas e ofereceu denúncia a outros onze brasileiros, em maio de 2018, implicados em uma organização criminosa e de suporte ao EI, seria o maior indício de que o país pode estar na rota do terrorismo? Existe uma maior tendência para recusarmos essas ilações, visto que no Brasil, um estado laico, segundo a Constituição de 1988, não há grandes divisões religiosas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, cerca de 65% da população brasileira se declara católica, e outros 22% se declaram evangélicos, portanto, os cristãos somariam mais de 85% da população no Brasil. Além disso, as religiões e suas comunidades não mantêm atos de hostilidade flagrantes e permanentes. Elas possuem uma convivência até certo ponto harmoniosa, como apontam relatos de alguns de meus informantes do Centro Cultural Brasil-Turquia (CCBT) – que conta com atividades ligadas ao diálogo inter-religioso, envolvendo judeus, islâmicos e cristãos – e Ahmad Abdul, xeique da Mesquita de Salvador. No entanto, eventos de intolerância religiosa têm sido registrados com maior frequência nos últimos quatro ou cinco anos, em particular contra religiões de matrizes africanas, com agressões e destruição de terreiros; e islâmica, especialmente quando esta se torna notícia das páginas policiais em outros continentes (Bustamante, 2017; Terreiro..., 2019).

Além disso, no plano político das relações internacionais, o país não exerce um protagonismo agudo nos temas sensíveis que permeiam as disputas que ocorrem no Oriente Médio e alhures e que, portanto, não devem reverberar internamente a ponto de tornar o país um alvo de grupos jihadistas. Cabe, entretanto, ressalvar a recente aproximação do governo do presidente Jair Bolsonaro com o governo de Israel, inclusive com a criação de um escritório de negócios em Jerusalém, gerando reações de desconfiança por parte da comunidade árabe, ao mesmo tempo em que infla os ânimos de vertentes evangélicas que assumem um protagonismo cada vez mais relevante, inclusive na política do país (Bolsonaro..., 2019).

Diante desse quadro, há vozes que entendem que a América Latina e o Brasil devem estar atentos à presença de organizações terroristas em face do crescimento do número de islâmicos na região e dos problemas de controle e fiscalização de fronteiras, e também às possíveis influências de instituições, grupos e governos de países do Oriente Médio nas comunidades daqui. Se, por um lado, essas conjecturas trazidas por alguns autores, como David Grantham (2017), Emanuele Ottolenghi e John Hannah (2016, 2017), possuem suspeitas com fraco embasamento, por outro, essas visões ajudaram a alimentar nossa investigação sobre algumas situações discutidas em seus trabalhos e a confrontá-las com as informações que obtivemos com comunidades islâmicas no Brasil.

Desde os atentados à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992 e 1994, as comunidades islâmicas situadas na Tríplice Fronteira, formada por Argentina, Brasil e Paraguai – onde, no lado brasileiro, Foz do Iguaçu (PR) se destaca como a cidade que abriga a maior comunidade islâmica no país em termos relativos – passaram a ser objeto de investigação, inclusive com a suposição infundada, para a qual não se encontram provas concretas, de que o próprio Osama bin Laden teria transitado pela região (Pinto, 2010).

Além disso, é listado um conjunto de atividades que poderiam oferecer suporte ao terrorismo internacional, desde o aliciamento de pessoas feito pelo EI em diversos países da América do Sul e do Caribe, até a construção de uma rede de suporte ao Hizbullah, que por sua vez estaria

associada ao Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa presente em diversas penitenciárias brasileiras e que sustenta uma série de ações ligadas ao tráfico de drogas e violência em algumas partes do território. Essa relação simbiótica foi apontada por alguns veículos de comunicação desde 2014, que revelaram indícios de que libaneses ligados ao Hizbullah, detidos porque operavam o tráfico de entorpecentes para a obtenção de recursos para o grupo, seriam protegidos pelo PCC em troca de favores como a obtenção de armas por meios ilícitos (Leali, 2014; Redação, 2014; Cavalcanti; Souza, 2017).

Outro exemplo dessas suspeitas é encontrado em um texto de Ottolenghi e Hannah, em que a Venezuela estaria auxiliando o Irã a propagar um virulento antiamericanismo pela América Latina. Isso porque, desde a chegada ao poder de Hugo Chávez, no final dos anos 1990, e recentemente com Nicolás Maduro, as relações entre EUA e Venezuela se tornaram cada vez mais fragilizadas. Para Ottolenghi e Hannah (2017, p. 3), "de fato, a Venezuela tornou-se cada vez mais um centro para a agitação revolucionária do Irã no hemisfério ocidental".

A combinação entre fronteiras porosas e deficiência em sua fiscalização, governos centrais fracos e carência de legislação de combate ao terrorismo facilitaria o estabelecimento de redes terroristas no território. Além disso, esses autores levantam suspeitas de que o financiamento para a construção de mesquitas e centros culturais em países latino-americanos por Arábia Saudita, Irã ou Egito possa viabilizar uma transposição de correntes islâmicas mais extremistas para este lado do Atlântico. Esse conjunto de elementos dispostos em artigos e relatórios produzidos por autores como Grantham serve de alerta às autoridades estadunidenses, ao mesmo tempo em que as aconselha a adotar mecanismos desde o suporte estratégico até a imposição de sanções aos governos dos países da América Latina, para viabilizar o desmantelamento de supostas redes extremistas, especialmente em países do grande Caribe, como Suriname e Trinidad e Tobago, de onde teriam partido dezenas de pessoas aliciadas pelo EI em direção às áreas de conflito (Grantham, 2017).

De forma antagônica, é importante sublinhar a posição das principais lideranças islâmicas das comunidades que conheci. Elas convergem no seguinte ponto: as vozes que insinuam a presença de organizações terroristas na América Latina e no Brasil possuem mais convicções do que provas e usam a mídia como veículo propagador de fatos mais interesseiros do que interessados em informar e apurar a verdade. Com o intuito de contrapor essas suspeitas, cabem algumas ponderações:

a) Ainda que se comprovem as ilações feitas quanto à participação de indivíduos e grupos ligados a organizações jihadistas em território brasileiro ou na América Latina, elas aparentemente se dão no âmbito econômico-financeiro, e não na militância armada, no aliciamento e na radicalização de pessoas que poderiam ameaçar outros grupos religiosos ou instituições governamentais no país. Os supostos crimes imputados a essas quadrilhas são crimes financeiros como tantos outros praticados nos países da região. Em alguns casos, os crimes estão relacionados com enriquecimento ilícito e, em outros, com o narcotráfico. Nesse caso específico, alimentariam a violência, a luta armada e o terrorismo em outras partes do mundo, mas sem indicativos de que essa violência poderia ocorrer na região ou no Brasil. É necessário que se combatam esses crimes, mas não somente por supostamente terem um viés islâmico radical.

b) Os relatórios publicados por Ottolenghi (2016) e Grantham (2017), que investigam tais associações criminosas com grupos extremistas, oferecem diversas recomendações aos órgãos governamentais competentes dos EUA, servindo de subsídio para hipoteticamente ampliar a influência dos EUA nas áreas política, de segurança e econômica na América Latina. Quanto aos países citados, objeto desses relatórios, não são feitas proposições concretas para que as autoridades locais possam administrar medidas de combate ou que coíbam práticas criminosas dentro dessa esfera específica. A materialidade dos argumentos expostos pelos autores não sustenta – e não condiz com – a realidade histórica ordeira e pacífica das comunidades islâmicas brasileiras e da América do Sul.

Essas publicações, não se preocupando em tratar do assunto de modo mais ponderado a fim de também considerar vozes locais e sua organização

no território, acabam por aumentar a desconfiança sobre essas comunidades já estigmatizadas pelos meios de comunicação e por alguns segmentos da sociedade.

>>O BRASIL COMO IMPROVÁVEL – MAS NÃO IMPOSSÍVEL – ABRIGO DA RADICALIZAÇÃO

Uma notícia divulgada no Portal G1, em 2010, alertava que o Brasil abrigava "genuínos" radicais islâmicos em São Paulo e em Foz do Iguaçu (Guimarães, 2010) – denúncia feita por meio de relatório do consulado dos EUA em São Paulo. O cônsul-geral do Líbano na cidade, Joseph Sayah, e o vice-presidente da World Association of Muslim Youth (WAMY), xeique Jihad Hammadeh, são apontados pelos relatórios como os principais promotores de uma linha islâmica fortemente fundamentalista; além disso, integrariam uma rede de contatos de outros xeiques que destilam críticas aos EUA.

O xeique Jihad Hammadeh, um dos interlocutores com quem pude ter mais contato e proximidade, de fato é um grande defensor dos rituais, costumes e comportamentos islâmicos, mas está longe do fanatismo. Ele desqualificou, inclusive, as descrições contidas nos relatórios divulgados. Ao acompanhar suas redes sociais, trabalhos junto à WAMY, aulas e palestras, nota-se que ele está distante disso; mostra-se muito aberto à troca de ideias e contemporizador de situações, mas sem abrir mão dos ensinamentos islâmicos. No fim, a notícia acaba trazendo um assunto importante de forma superficial, além de misturar, sem a devida reflexão, conservadorismo com radicalismo. De forma desnecessária, isso ajuda a cimentar ainda mais os estigmas sobre a população islâmica no Brasil, cujo povo, em geral, sabidamente não detém o conhecimento e o discernimento necessários para compreender os temas que envolvem o islã e seus seguidores.

Em abril de 2011, a revista *Veja*, uma das maiores hebdomadárias do país, publicou uma edição com o seguinte título: "A rede: o terror finca raízes no Brasil" (Azevedo, 2020). A porosidade da Tríplice Fronteira foi destacada pela reportagem, afirmando que Osama bin Laden e Khalid Shaikh Muhammad, que o ajudou a planejar os ataques ao World Trade

Center (WTC), em 2001, estiveram em Foz do Iguaçu em 1995. Essa informação foi ridicularizada pelos xeiques Abdul Nasser e Muhammad Khalil, da Mesquita Imam al-Khomeini, também em Foz do Iguaçu.[3] Ele acrescentou que ficou feliz quando um promotor federal condenou a notícia publicada pela *Veja*, que dizia que "Bin Laden teria passado pela Tríplice Fronteira e frequentado a mesquita". O xeique lembrou que, em 2002, o secretário de Turismo da cidade acionou a promotoria do município para pedir explicações ao canal de notícias CNN, depois dos atentados do WTC, por ter insinuado a presença de terroristas no Brasil e que a *Veja* teria vinculado isso em uma de suas reportagens. Também questionou, com um ar de insatisfação: "Sabe qual a porcentagem de turistas que diminuiu? Bastante!" (Valle, 2003).

O jornalista que assina a reportagem da revista, Leonardo Coutinho, aponta os eventuais estágios dessa "ancoragem do mal" em território nacional. Primeiro, o Brasil serviu de rota de passagem de supostos terroristas pela Tríplice Fronteira após os atentados com bomba na embaixada de Israel em Buenos Aires. Em seguida, esses indivíduos iniciam o processo de estabelecimento no Brasil por meio do casamento com brasileiras e da concepção de filhos. O terceiro estágio cuida do processo de aliciamento, enviando brasileiros para serem doutrinados em alguns países do Oriente Médio. Por fim, na quarta etapa, o Brasil passa a servir como base de financiamento e centro de propagação de ataques terroristas.

Esse roteiro hollywoodiano estaria amparado por investigações da Polícia Federal, que em 2009 prendeu Khaled Hussein Ali (apelidado de "Príncipe"), libanês que vivia no Brasil havia vinte anos e que era considerado coordenador do Jihad Media Batallion (JMB). Além de cuidar da propaganda da al-Qaeda em cerca de dezessete países, seria ele quem autorizava a divulgação de vídeos do grupo a partir de sua base em São Paulo. Ali foi indiciado pela incitação de crimes diversos e formação de quadrilha, mas não por terrorismo, pois não havia legislação sobre isso à época; ele ficou detido por cerca de vinte dias, quando então foi solto.

3 Entrevista realizada em 8 de junho de 2015 na Mesquita Imam al-Khomeini.

O Ministério Público não ofereceu denúncia, e as investigações da Polícia Federal foram encerradas (Farah, 2009). Não foi possível provar se ele de fato pertencia a alguma organização terrorista, nem havia antecedentes ou motivações que exigissem sua prisão. Entre os eventos que foram relevantes à sua detenção constava o fato de que Ali teria publicado comentários no site da JMB – algo muito parecido com o que se passou durante a Operação Hashtag, da Polícia Federal, mas já enquadrada na recente Lei Antiterrorismo que discutiremos em breve. De acordo com Paulo Pinto, tais acusações eram infundadas e serviram apenas para colocar a comunidade de Foz do Iguaçu sob pressão. Mais uma vez leva-se à tona um tema delicado para toda a comunidade islâmica, que novamente fica sob o olhar desconfiado da população (Pinto, 2010).

Em outra situação, após alertas feitos pelo Federal Bureau of Investigation (FBI, a polícia federal estadunidense) às autoridades brasileiras sobre a existência de uma célula terrorista internacional do EI, em 2016, a quinze dias da abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, a Polícia Federal brasileira deflagrou a chamada Operação Hashtag. Ela culminou com a investigação e a prisão de quatorze suspeitos (treze deles são convertidos) por envolvimento, especialmente via redes sociais, com o EI. Oito deles foram condenados e se encontram presos em penas que variam de cinco a quinze anos de detenção, de acordo com a Lei Antiterrorismo, usada pela primeira vez.

Para a aplicação da Lei Antiterrorismo, serviram de base trocas de mensagens via internet e aplicativos de comunicação, uso de redes sociais com supostas apologias às ações do EI, além da detenção de um indivíduo que havia comprado armas no Paraguai. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* de 22 de junho de 2016, essas pessoas participavam de um grupo virtual chamado de "Defensores da xaria" (Matais; Serapião; Lindner, 2016).

As notícias à época diziam que os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e a Parada Gay de São Paulo poderiam ser oportunidades para que ataques pudessem ser realizados, em razão de serem eventos com grandes aglomerações de pessoas e visibilidade. O fato é que a interceptação desse grupo teria se dado em fase inicial e preparatória das supostas

agressões. Contudo, apesar do tom grave dessas informações, houve certo senso comum de que o grupo era extremamente amador, com pouca ou nenhuma organização ou qualquer experiência prévia para concretizar tais pretensões.

Mais recentemente, outro caso lançou novamente os holofotes sobre a existência de radicais islâmicos brasileiros. Em 17 de maio de 2018, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma nova sequência de reportagens noticiando que, por meio da Operação Átila, da Polícia Federal, o Ministério Público Federal (MPF) havia denunciado onze pessoas por organização criminosa e promoção do EI, algo muito semelhante ao caso anterior (Kruse, 2018b). As investigações começaram em 2016, a partir de alertas feitos pela Guarda Civil da Espanha, que revelou que foram encontrados números telefônicos de brasileiros em grupos de WhatsApp. Duas dessas comunidades virtuais se chamavam "Estado do Califado no Brasil" e "Revolucionários Islâmicos"; entre os suspeitos, apenas dois foram presos provisoriamente, enquanto os outros respondem em liberdade.

O grupo foi interceptado pela Polícia Federal com base em conversas via aplicativos de mensagens e redes sociais, visando ao recrutamento de pessoas para se juntarem a terroristas na Síria e à promoção de atentados durante o Carnaval de 2018. Além disso, o jornal apontava que as conversas mantidas entre eles e com outras células na Espanha e na Síria indicavam planos para formar uma célula terrorista no Brasil, além de obter informações sobre táticas de guerrilha, instruções sobre fabricação de explosivos e como promover e propagandear as ações do EI em solo nacional. Ainda através dessas conversas, teria sido possível identificar as formas como pretensos ataques se dariam: por meio de atropelamento de multidões, tal qual em Nice, em 2016, e em Londres, em 2017; esfaqueamentos; e até mesmo sequestro de turistas.

Em relação aos investigados pela Operação Hashtag, os da Operação Átila parecem ter relações mais estreitas, especialmente com pessoas de outros países e com projetos e ações mais delineados. No entanto, há algumas características em comum: a maioria dos envolvidos são convertidos

ao islã e muitos vivem em Estados com pouca organização e presença islâmica do ponto de vista institucional.

Em um recente desdobramento das investigações da Operação Átila, Wellington Moreira de Carvalho – único réu mantido em prisão preventiva até então –, afirmou em cartas direcionadas a juízes e em depoimentos à polícia que, na verdade, estaria infiltrado em salas de oração islâmicas no Rio de Janeiro (RJ) a serviço da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Sua missão seria identificar possíveis extremistas, especialmente estrangeiros, nas comunidades islâmicas e em redes sociais. De acordo com as informações publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 14 de outubro de 2018, ele tinha anotações com nomes e endereços dos frequentadores, bem como sobre rixas entre os diversos segmentos islâmicos. Segundo essa reportagem do jornal, em seu depoimento ao juiz, quando questionado sobre as acusações, Wellington afirmou: "Vossa Excelência, isso não passa de 'bravata', até porque não existem condições financeiras nem *know how* para tal empreendimento" (Kruse, 2018d).

Na edição de 10 de novembro de 2018, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe a informação de que Wellington havia sido absolvido pelo juiz Alderico Rocha Santos, da 5ª Vara Federal de Goiânia, da acusação de promover terrorismo (Kruse, 2018e) – foi a primeira sentença da Operação Átila. Sua prisão preventiva, que durou onze meses em penitenciária federal, foi revogada; no entanto, ele foi condenado por outras acusações: a de apologia ao crime e de corrupção de menores, cuja pena imputada foi de dois anos e quatro meses, das quais a mais pesada é a segunda (dois anos).[4] Além disso, quanto às afirmações de que Wellington estava cooperando com a Abin, o juiz entendeu que não houve esse vínculo e que sua versão não era convincente.

4 Na sentença que o absolveu da promoção de terrorismo, o juiz alegou que o Ministério Público não conseguiu comprovar que o réu se preparava para um ataque ou que treinava grupos paramilitares para tal. Admite que houve a exaltação de atos terroristas, porém, nenhum plano foi posto em prática. O próprio Wellington confirma que cogitou muitas coisas, como tráfico, prostituição [para arrecadar dinheiro, segundo a denúncia], sequestro e assalto a banco, mas nada foi planejado. Diante disso, o próprio juiz viu que não havia substância para uma condenação.

Destarte, de alguma forma isso revela que a Lei Antiterrorismo possui brechas na presunção de inocência. Em sua decisão, o juiz deixou nas entrelinhas que não se poderia responsabilizá-lo por algo que ainda não tinha acontecido, tanto a materialidade dos planos quanto suas execuções. Abre-se uma jurisprudência que pode flexibilizar o entendimento da lei e não punir com rigor extremo aqueles que "curtem" ou "compartilham" mensagens, vídeos e afins ligados a grupos extremistas ou atentados terroristas. O caso de Wellington destaca a importância das redes sociais e dos aplicativos de comunicação nesse processo de conformação de intencionalidades e de uma rede solidária de projetos comuns voltados para um *protocyberjihad*.

Os casos listados são recentes e aos poucos vão se tornando frequentes na mídia nacional, que oferece todo o descritivo das situações, mas ainda é pouco amparada por análises sérias e aprofundadas (usando o conhecimento de pesquisadores brasileiros sobre o assunto) sobre os motivos e as repercussões que isso pode ocasionar no país, especialmente em relação ao conjunto das comunidades islâmicas brasileiras.

O próprio ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) à época, general Sérgio Etchegoyen, reconheceu que há brasileiros ligados a jihadistas, mas que "não dá pra falar em célula terrorista" no Brasil, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* de 19 de maio de 2018 (Monteiro, 2018). Ele também afirmava que o Brasil estava preparado para enfrentar esse novo desafio e buscava antecipar-se aos possíveis atentados, especialmente com o aporte da inteligência, do monitoramento virtual e da Lei Antiterrorismo então recém-sancionada.

Em algumas entrevistas realizadas com diversos membros de comunidades islâmicas de norte a sul do Brasil, as pessoas foram unânimes em dizer que é evidente que o Brasil tem de prevenir-se contra qualquer ameaça terrorista. No entanto, essas mesmas pessoas e comunidades ponderam que a prevenção deve ser contra todo tipo de violência e não apenas o caso específico do terrorismo, que frequentemente está ligado ao islã e, portanto, gera desconforto nessas comunidades, que se tornam vulneráveis a atos preconceituosos da população.

Apesar de haver lacunas nos fatos noticiados, especialmente quando remetem a possíveis redes terroristas que estariam usando o Brasil para desempenhar suas atividades, ao menos esses casos fomentam uma importante discussão que tira das sombras as comunidades islâmicas que aqui habitam, mas que muitos desconhecem quem são, onde estão, o que fazem e quais suas respostas em face desses novos desafios. Nesse caso, as consequências de tratar o terrorismo como um tema separado de outras formas de violência engendram o perigo de estigmatizar tais comunidades, especialmente em uma sociedade muito fiel à grande mídia e portadora, ainda, de muitos preconceitos, justamente pela carência de mais informações sobre temas que envolvem o islã e os islâmicos.

As comunidades islâmicas brasileiras não aceitam "colocar a população contra a comunidade muçulmana com falsos alarmes, por coisa que não existe", como afirmou meu informante Ahmad. O xeique xiita Muhammad Khalil, de Foz do Iguaçu, também expôs sua preocupação sobre notícias e eventos negativos que envolvem islâmicos, pois diz que a cidade inteira sofre, uma vez que o turismo decai em razão do medo e do preconceito fomentado na população. A secretária-geral da Escola Árabe-Libanesa de Foz do Iguaçu, Khouloud El-Birani, também mostrou preocupação com isso, afirmando que as crianças e os jovens também se sentem por vezes constrangidos quando se vinculam os islâmicos a atentados ou quaisquer atividades ilegais e criminosas.

Todas as pessoas entrevistadas por mim são uníssonas em afirmar que não enxergam um preconceito flagrante, sistemático e estrutural no Brasil contra islâmicos. Entendem que o país acolhe muito bem a todos, que estão bem assimilados e que compartilham da boa convivência com os diversos segmentos da sociedade e das correntes religiosas. Mas, lamentavelmente, justamente pela ignorância de parte da população e pelo viés midiático quase sempre portador de miasmas, membros dessas comunidades confessam que, em casos isolados, seja nas ruas ou, mais comumente, pelas redes sociais, já constataram agressões islamofóbicas. Essas agressões ficam ainda mais patentes sempre que há um evento de comoção mundial envolvendo terrorismo e, agora, em situações envolvendo islâmicos no

próprio país (Balloussier, 2015), pois grupos e minorias radicais praticam atos que respingam em todos da *ummah.*

O xeique Jihad Hammadeh confirma esse raciocínio, afirmando que o preconceito que ele observa no Brasil advém da falta de conhecimento, quase que de modo inconsciente.[5] Para ele, o problema começa quando isso se torna consciente e impede uma aproximação com o intuito de elucidar pontos de confusão que causam discriminação. É fato que, em tempos em que tudo se difunde velozmente e de forma cada vez mais líquida e capilar, a preocupação com o terrorismo sempre deve estar em pauta. A existência de poucos estudos e autores que se dediquem a investigar as ramificações e atividades jihadistas na América Latina e Brasil, aliada às frequentes notícias dos últimos anos sobre supostas atividades de suporte ao terrorismo no país, reflete essa sensação de preocupação das autoridades e de certo receio das comunidades islâmicas em face de novos estigmas.

Quando se trata de indivíduos e grupos isolados, de recém-convertidos com pouca vivência religiosa, inclusive com problemas psiquiátricos (caso de alguns dos investigados na Operação Átila), a conformação – embrionária ou não – de células radicais que possam usar a religião como uma pretensa forma de justificar seus atos e intenções pelo caminho da violência é uma possibilidade patente (Kruse, 2018c). Não obstante, é reconfortante afirmar que não se encontram indícios de que haja radicalização de islâmicos em solo brasileiro *dentro* das comunidades islâmicas institucionalizadas. Essa assertiva se baseia em minha participação em pregações em mesquitas, eventos sociais e religiosos, bem como nos meus dezesseis interlocutores islâmicos nascidos ou convertidos em algumas comunidades islâmicas no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, onde se concentram as maiores e mais importantes delas.

A questão levantada por Olivier Roy, se o que existe é uma radicalização do islã ou se há uma islamização do radicalismo, parece ser pertinente no caso brasileiro (Roy, 2017), mas a segunda opção parece

5 À época da entrevista, Jihad era vice-presidente da Wamy e vice-representante da Comunidade Islâmica no Brasil. A entrevista foi realizada em 29 de julho de 2015 na sede da Wamy, em São Bernardo do Campo.

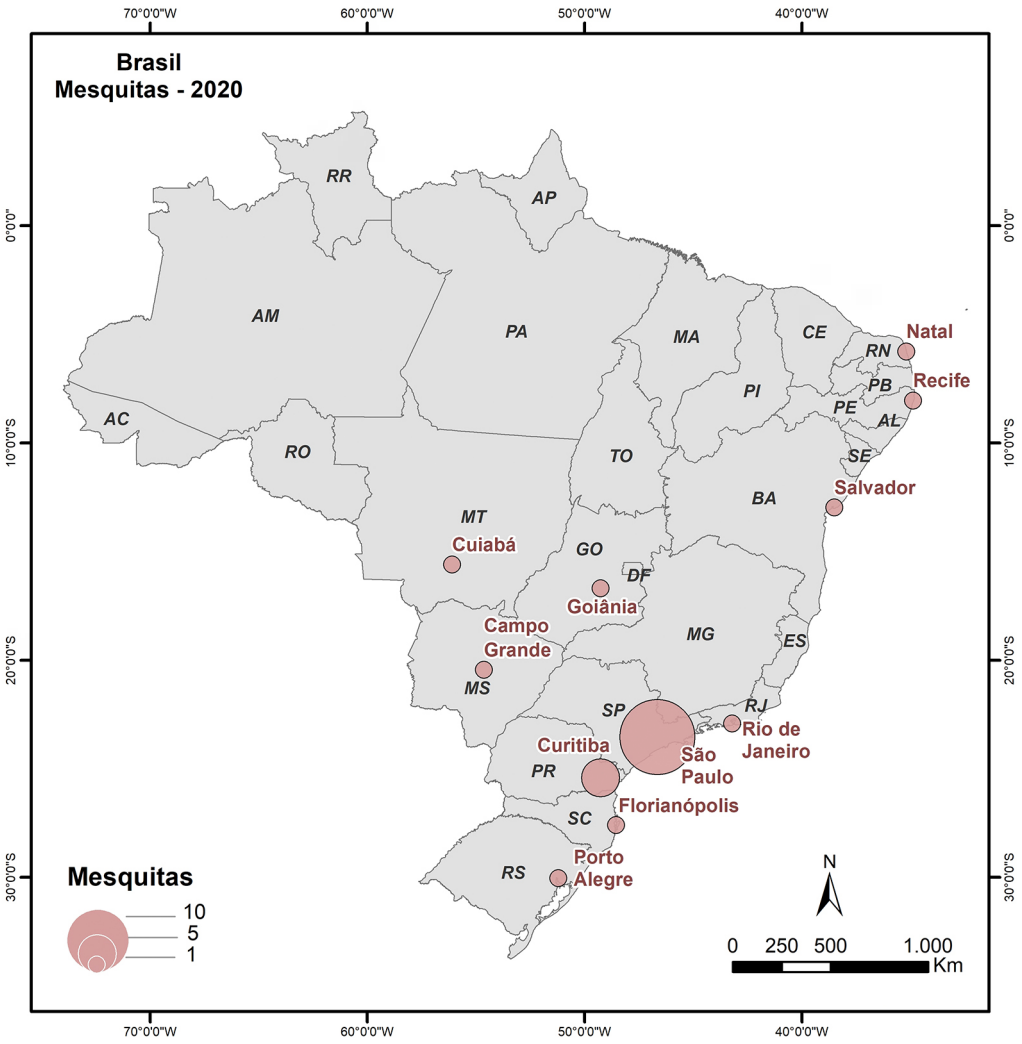
ser mais adequada. Nas próximas três seções, são propostos alguns eixos que edificam a reflexão e a confiança nessa tese: 1) o perfil da população islâmica no Brasil; 2) a integração das comunidades islâmicas e suas redes de cooperação; e 3) o uso do espaço religioso para propagação de ideologias jihadistas.

>>O PERFIL DA POPULAÇÃO ISLÂMICA NO BRASIL

O Brasil abriga grandes colônias de sírios e libaneses que imigraram para o país em ondas no começo do século XX, com a desintegração do Império Otomano e, depois, a partir dos anos 1960 e 1970, com os conflitos no Oriente Médio entre Israel, Síria e Líbano. Contudo, grande parte deles é de religião cristã e já foi assimilada à cultura brasileira. A presença de islâmicos no Brasil é mais antiga – data do século XIX –, com a vinda dos escravos malês para o Nordeste (Reis, 1987). Já no século XX, muitos islâmicos também vieram para o Brasil acompanhando os cristãos sírios e libaneses. Mais recentemente, embora a imigração tenha se reduzido, o número de brasileiros que se converteram ao islã tem crescido (Oualalou, 2010; Aumenta..., 2015).

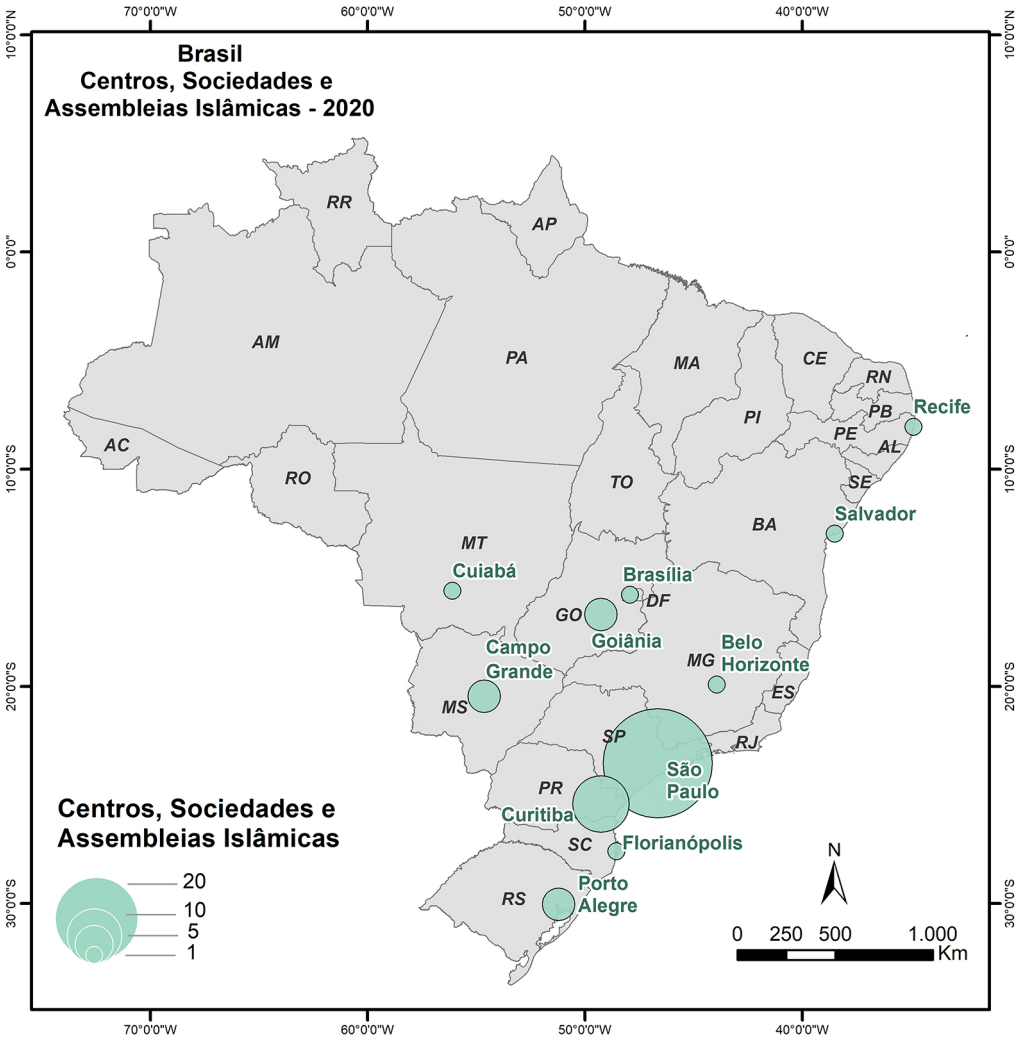
Do ponto de vista socioeconômico, é possível afirmar que grande parte dos islâmicos brasileiros pertencem à classe média alta, embora existam registros de crescimento de convertidos em periferias mais pobres, como em Embu das Artes (SP), que adquiriram notoriedade por meio da música (hip-hop e rap) para a divulgação do islã e sua reflexão como fé, como é o caso do grupo Jihad Brasil (Neves, 2017). De qualquer forma, não é possível associar a condição social ao radicalismo. Geograficamente, os lugares que concentram a maior parte dos islâmicos são Foz do Iguaçu (a maior em termos proporcionais), São Paulo e sua região metropolitana, com ênfase em São Bernardo do Campo (as maiores em termos absolutos), conforme apontam os mapas a seguir (figuras 12.3 e 12.4) por meio da existência de mesquitas e sociedades islâmicas.

Figura 12.3 - Mapa das mesquitas por estado no Brasil em 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fambras (Entidades..., 2020). | Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: SIRGAS, 2000. Fonte de dados: FAMBRAS, 2020. Elaboração: Diego F. C. Alves.

Figura 12.4 - Mapa dos centros, sociedades e assembleias islâmicas por estado no Brasil em 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fambras (Entidades..., 2020).| Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: SIRGAS, 2000. Fonte de dados: FAMBRAS, 2020. Elaboração: Diego F. C. Alves.

No Brasil, os dados referentes ao número exato de islâmicos são bastante conflitantes; somente na região metropolitana de São Paulo existem cerca de onze mil. O IBGE apontava em seu último censo de 2010 que havia pouco mais de 35 mil islâmicos no país. Esse número contrasta em demasia com os mais de um milhão de islâmicos apontados pelas principais instituições islâmicas do Brasil, entre elas a Wamy, conduzida pelo xeique Jihad Hammadeh e sediada em São Bernardo do Campo. Um número um pouco mais realista, entretanto, é de cerca de quatrocentos mil.

Importante lembrar que os mandados de busca e apreensão que foram cumpridos durante a Operação Hashtag localizaram-se em Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No caso da Operação Átila, os investigados são de oito estados diferentes: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Dos estados listados em ambas as operações, apenas São Paulo e Paraná se destacam pela presença de islâmicos, como mostram os mapas das figuras 12.3 e 12.4. Nos demais estados, além da pouca presença de islâmicos, a organização dessas comunidades é quase inexistente, e não há elos com as principais instituições islâmicas do país. Essa "invisibilidade" também auxilia a entender a radicalização de certas pessoas nesses estados.

O provável autodidatismo em estudos da religião islâmica, especialmente entre os convertidos e os desprovidos de uma liderança erudita, no caso um xeique, pode ajudar a entender o seu mau uso em relação aos interesses político-ideológicos, considerando que essas pessoas se dispuseram a compreender a religião que abraçaram. Contrariamente, a impressão que se tem é de que a religião se torna um engodo para ações que se baseiam em outros princípios e valores, sem correlação alguma com a fé declarada. O xeique Abdul Nasser sustenta essa reflexão, ao insistir: "A religião muçulmana não tem nada com o terrorismo. [...] Assim, a religião jamais pratica ou orienta para o terrorismo". Se é fato que o número de islâmicos tem aumentado, especialmente os convertidos, isso implica diretamente a construção de novas mesquitas, mussalas e centros islâmicos (Costa, 2015). Concomitantemente, o número de xeiques (líderes religiosos das

comunidades islâmicas) também aumenta, seja pela vinda deles de outras partes do mundo, seja por brasileiros convertidos que vão estudar em renomados centros de formação de religiosa (como a famosa al-Azhar do Egito, ou em Qom no Irã, no caso dos líderes xiitas), os quais, em seguida, retornam para atuar com suas comunidades.

Em face disso, essas tendências poderiam representar uma ameaça iminente ao Brasil? A resposta é não. Primeiramente, do ponto de vista geográfico, as comunidades estão concentradas em apenas uma pequena fração do imenso território nacional; elas são "microscópicas", em termos quantitativos, e já estão bastante assimiladas ao modo de vida brasileiro. O número de brasileiros convertidos, bem como seus líderes, tem assumido cada vez mais o protagonismo nessas comunidades, não estabelecendo um vínculo marcante com a cultura árabe e com os problemas vigentes no Oriente Médio, o que ajuda a eliminar em parte motivos para radicalizações indesejáveis.

Ainda que muitos xeiques e lideranças de associações islâmicas neguem, é importante ressaltar que autores como Francirosy Ferreira (2007, 2009), Gisele Chagas (2006), Vitória Oliveira (2006) e Paulo Pinto (2013) descrevem alguns desconfortos e desconfianças entre os brasileiros convertidos e os árabes dentro das comunidades. Em algumas, como em Foz do Iguaçu, o caráter étnico (árabes) é mais marcante. Já no Rio de Janeiro, a presença de brasileiros que visam se distanciar da identidade árabe criando um islã "nacional" é mais proeminente. Diferenças linguísticas e concepções religiosas seriam alguns desses possíveis pontos de divergência entre eles, mas que não resultam em conflitos e tensões mais graves. É evidente que, como provam as notícias que listamos, apesar da distância étnica, cultural e até mesmo política, o que poderia afastar os brasileiros da agenda jihadista, em alguns casos brasileiros convertidos se apropriam das lutas e da ideologia política de locais e grupos com os quais não possuem nada em comum, exceto o gosto pela violência.

Um fato interessante é que um dos investigados da Operação Hashtag frequentava uma pequena mussala em João Pessoa (PB) e teria sido expulso por defender o EI e se mostrar com ideias radicais e incompatíveis com a

religião islâmica, de acordo com membros da comunidade local. Muito antes, havia quinze anos, o presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro também expulsou de sua comunidade um dos acusados na recente Operação Átila, por demonstrar atitudes e falas agressivas. Ambos eram convertidos.

A maior parte dos investigados nas operações da Polícia Federal é convertida e muitos não têm conexões com mesquitas e/ou sociedades islâmicas. Isso sustenta o argumento de que, por desconhecer a religião e por sua pouca ou distorcida vivência, algumas pessoas fazem uso dela para fins próprios e contrários aos ensinamentos do islã, como muitas comunidades que entrevistei sustentam. Do universo de quatrocentos mil islâmicos, 25 deles são investigados por organizarem ações terroristas e por buscarem criar vínculos com grupos extremistas. Apenas dez deles estão presos, e nenhuma ação terrorista foi perpetrada. Esses números mostram-se tímidos para colocar a sociedade em alerta iminente, no entanto, jamais devemos ignorar os riscos, que não têm respaldo no argumento meramente quantitativo. O atributo assimétrico do terrorismo é justamente o que faz com que poucos possam causar prejuízos a muitos (Stepanova, 2008), por isso devemos ponderar mais elementos nessa discussão.

>>INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES ISLÂMICAS E SUAS REDES DE COOPERAÇÃO

As comunidades islâmicas brasileiras não possuem fortes vínculos entre si; elas atuam como organismos isolados, cada uma cuidando e conduzindo suas atividades de forma independente. Há instituições como o CDIAL (Centro de Divulgação do Islam para a América Latina), a Wamy e a Fambras (Federação das Associações Muçulmanas do Brasil), que promovem a divulgação do islã, distribuem material publicitário, auxiliam financeiramente algumas comunidades, promovem acampamentos, palestras, aulas, entre outras atividades. Contudo, elas não atuam como porta-vozes da comunidade em geral.

Sobre a questão do financiamento externo de comunidades islâmicas e mesquitas, algo que poderia criar uma dependência doutrinária religiosa,

Ferreira (2007) não nega que instituições como a Wamy sejam financiadas por órgãos sauditas, por exemplo. Ferreira ainda acrescenta que a formação de xeiques, como o caso de Jihad Hammadeh, foi realizada na Arábia Saudita, onde ele estudou durante onze anos. Contudo, em entrevista realizada com o xeique, ele se assume como moderado, estimula o estudo e o conhecimento de outras escolas islâmicas e alega que a associação entre wahhabismo e radicalismo é um estereótipo que foi criado no Ocidente. A melhor relação seria com o tradicionalismo. Pinto afirma que

> a proliferação de mesquitas, em geral, contou com financiamento da Arábia Saudita e do Irã, cuja disputa pelo controle da imaginação religiosa islâmica passava pelo estabelecimento de canais de influência em comunidades muçulmanas no mundo inteiro. (Pinto, 2010, p. 208)

A mesquita mais antiga do país, a Mesquita Brasil, em São Paulo, foi construída com doações da monarquia egípcia. Inclusive, a maioria dos xeiques que passaram por essa mesquita, como o atual xeique Abdelhamid Metwally, veio do Egito e foi formada na prestigiada e conservadora universidade al-Azhar.

O xeique Ahmad Abdul, meu informante da comunidade islâmica de Salvador (BA), aborda esse tema em sua entrevista. Eu o questiono se o fato de haver financiamento de governos ou entidades de outros países, como a Arábia Saudita, poderia influenciar a maneira como o islã é pregado nessas comunidades, adotando, em certos casos, visões mais conservadoras, como a wahhabita. Ele assevera que não há nenhuma relação forte com outros países e que, se houvesse, as comunidades menores, como a dele, não passariam por dificuldades financeiras, por exemplo.

Parte das comunidades islâmicas brasileiras, de mussalas a mesquitas, não conta com ajuda saudita ou de qualquer outro país, centro religioso ou instituição;[6] muitas são fundadas e mantidas com recursos dos

6 A diferença entre mesquitas e mussalas não diz respeito apenas à arquitetura (presença ou não de salão, minaretes, sala de ablução, etc.), mas também ao fato de que as mussalas, pequenas salas de oração, que podem se localizar em residências ou em qualquer edifício, não possuem um xeique nem "salat al-jumuah", a oração da sexta-feira, dia religioso mais importante da semana.

próprios membros ou com ajuda de órgãos públicos nacionais. A imponente Mesquita Omar ibn al-Khattab foi construída em um terreno cedido pela Prefeitura de Foz do Iguaçu. Seu xeique, Abdul Nasser, é brasileiro, e toda a sua formação foi realizada no Líbano.[7] A Mesquita Anoor, fundada em 2013, em Campinas (SP), e a Sociedade Islâmica de Campinas, com sua mesquita (a terceira mais antiga do estado), foram construídas e são mantidas por famílias de islâmicos e alguns comerciantes.

Em outro exemplo, de acordo com Muhamad Tawfiq, presidente da Associação Muçulmana Beneficente de Natal (RN) (AMBRN), sua modesta comunidade usa o espaço cedido por um de seus membros e se mantém com a colaboração dos próprios fiéis e de singelos 800 reais mensais enviados pela Fambras.[8] Trata-se de uma instituição filantrópica fundada em 1979, que também está ligada a atividades de produção e certificação de alimentos *halal* e que auxilia muitas comunidades islâmicas no Brasil por meio de parcerias.

Do ponto de vista institucional, todos os xeiques e lideranças com que tive contato assumem que não há uma união das comunidades islâmicas. Entretanto, o xeique Jihad Hammedeh se lembra da União Nacional das Entidades Islâmicas (UNI), que é, segundo ele,

> uma entidade-mãe que congrega teoricamente as entidades islâmicas. É ela que vai reger, cuidar, zelar administrativamente das instituições islâmicas. Então ela vai ser um representante político, administrativo da comunidade e que fala em nome das entidades.

Ele acrescenta que existe um trabalho com mais de cinco anos que visa criar uma "instituição-mãe" para fortalecer os laços entre as diversas comunidades, e que a UNI deve ser a base para isso. A razão encontrada para a falta de união, com base nas entrevistas, é a existência de uma pluralidade de ideias que muitas vezes não convergem para um senso comum. Conforme apontou Mustafa Göktepe, presidente do CCBT, há algumas

7 Entrevista realizada em 7 de julho de 2015 na Mesquita Omar ibn al-Khattab.
8 Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2017 na AMBRN.

divergências de caráter cultural, ideológico e, inclusive, religioso, que ajudam a explicar a frágil interação entre as comunidades.[9]

Sob o viés religioso, o Conselho Superior dos Teólogos do Brasil, em 2019, presidido pelo xeique Abdulhamid Metwally, seria o espaço, ainda que seletivo, de um maior estreitamento dessas relações e de discussões religiosas entre os xeiques.[10] O grau de interação entre as comunidades islâmicas no Brasil reflete de certa forma a colcha de retalhos políticos, ideológicos, culturais e religiosos que configura o Oriente Médio e o mundo muçulmano. O local é cada vez mais, à sua maneira, a síntese do mundo. Diante desse quadro fragmentado, tanto na organização como na composição dessas comunidades, não é possível pensar em uma rede articulada, com uma proposta que aponte direções e agendas comuns para os islâmicos no Brasil. Isso, de certa forma, pode inviabilizar conexões jihadistas, que sofreriam com descontinuidades em suas redes, impedindo que seus projetos escusos pudessem ganhar amplitude e número de militantes.

Por outro lado, esse isolamento celular pode sugerir a existência dos chamados "lobos solitários", indivíduos com propostas que destoam do restante da comunidade à qual pertencem e que vão em busca de projetos que compactuem com uma visão religiosa distorcida. Conforme foi possível observar até aqui, essa possibilidade é real; basta observar que a maior parte dos lugares onde viviam os acusados pelas operações da Polícia Federal tem pouca ou nenhuma estrutura institucional, além de ser numericamente incipiente.

>>USO DO ESPAÇO RELIGIOSO PARA PROPAGAÇÃO DE IDEOLOGIAS JIHADISTAS

Esse item se relaciona com os dois anteriores em alguns aspectos. Primeiramente, como dito no perfil da população islâmica no Brasil, o aumento no número de mesquitas, mussalas e de pessoas convertidas e a maior presença de xeiques estrangeiros e de brasileiros que se dedicam ao estudo

9 Entrevista realizada em 13 de junho de 2016 na sede do CCBT.

10 Entrevista realizada em 8 de janeiro de 2017 na Mesquita Brasil, em São Paulo.

da religião no intuito de se tornarem líderes em suas comunidades não supõem uma doutrinação religiosa de cunho radical. As pregações em quase todas as situações são feitas em árabe e em português, de modo que a compreensão possa ser a melhor possível, e não possuem conteúdo beligerante e incitador de ideias jihadistas. Ao contrário, dedicam-se a relembrar passagens do Corão e da vida de alguns profetas para oferecer exemplos de boa conduta de sua fé. Em algumas situações, relembram fatos que acontecem no mundo e condenam aqueles que usam o islã como pretexto para violência e intolerância. Como exemplo, as comunidades islâmicas no Brasil se recusam a reconhecer o EI como grupo islâmico. Ao menos foi isso que pude presenciar nas vezes em que participei de suas orações, festas religiosas e jantares de *iftar* no mês do Ramadã.

Nesses contatos, também ficou nítido que muitos interlocutores sustentam teorias conspiratórias para explicar os problemas no Oriente Médio e no mundo muçulmano, apontando como causas o sionismo, a presença "imperialista" europeia e dos EUA em países islâmicos e a mídia como reprodutora de preconceitos. Com certo ressentimento, questionam os motivos de um ataque terrorista na Europa ganhar tanta atenção da mídia e causar tanta comoção popular, e não existir o mesmo tratamento quando ataques e violências de todos os tipos ocorrem em países islâmicos.

Muitos xeiques, ainda que tenham estudado em instituições conservadoras e tenham sido formados sob um discurso mais tradicional, não alimentam cismas geradores de conflitos que poderiam servir de base para uma radicalização de islâmicos dentro das mesquitas. A moderação é a senda adotada de forma geral. Em comunidades menores, que não possuem um xeique, como observado em Natal, o presidente da associação e os mais antigos membros se encarregam de fazer os sermões. Muhamad Tawfiq explica que os recursos escassos da comunidade dificultam a participação de seus membros em palestras e encontros com demais associações islâmicas, assim como o convite a xeiques que possam ministrar cursos e transmitir algum conhecimento para eles. Como foi constatado, ainda que fosse uma sexta-feira de Carnaval e dia da oração mais importante, não houve menção alguma que eventualmente condenasse as práticas

carnavalescas mundanas e muito menos algo que estimulasse qualquer visão mais radical sobre outros assuntos.

Portanto, se dentro das mesquitas e das próprias comunidades islâmicas não se observam indícios de radicalização ou da apropriação de um discurso que possa conduzir indivíduos para o caminho do jihadismo, haveria alguma outra possibilidade? Ao final da seção sobre a integração das comunidades islâmicas, aventamos a possibilidade da existência de "lobos solitários" atuando de forma autônoma com ideais jihadistas. Nesse caso, o autodidatismo e o uso indiscriminado das redes sociais e de sites suspeitos podem ser um caminho alternativo a contribuir com essa possibilidade.

Indivíduos que possuam tendências mais "político-ativistas" e que não se enquadrem nos discursos pregados nas mesquitas ou não encontrem uma liderança religiosa que possa responder aos seus anseios podem buscar respostas nas escrituras sagradas sem a devida orientação, com o risco de se apoiarem em interpretações equivocadas. O xeique Jihad Hammadeh explica que a falta de conhecimento conduz a interpretações particulares tomadas sem o auxílio de xeiques e eruditos em estudos corânicos, que seriam aqueles capazes de ajudar a compreender melhor a religião. Isso vai ao encontro do que outro xeique pensa: Muhammad Khalil atesta que a fraqueza do islã se deve à multiplicidade de interpretações, tornando a mensagem do islã fragmentada e atrasada. Outro relato é de Fatih Ozorpak, para quem o autodidatismo deve ser visto com cuidado, pois se "você vê uma pessoa que não lê, não estuda, só de falar o que ele tá ouvindo, ele é a pessoa mais perigosa de todos. Então a religião não tem problema, os muçulmanos têm culpa".

Por fim, o xeique Abdelhamid Metwally é categórico em dizer que a *ijtihad*, a interpretação, não é para qualquer pessoa, mas para aqueles que são qualificados para a função. É necessário, segundo ele, que se questione onde as pessoas rezam, com quem e como aprenderam os ensinamentos. Se de fato essa autonomia excessiva pode ser complicadora, ela poderia minimamente explicar alguns dos motivos que inspiraram ao menos algumas das pessoas investigadas na Operação Hashtag? Segundo Ahmad Alkhatib – que foi uma das pessoas investigadas pela Polícia Federal durante a Operação Hashtag e que conhecia e trabalhava com duas pessoas

que foram presas na operação –, o autodidatismo, a indignação com problemas que ocorrem no mundo e no Brasil e o protagonismo que as redes sociais assumem nesses tempos recentes tornam essa hipótese plausível.[11]

A implicação do meu informante nas investigações se deve, segundo ele próprio, ao crescimento do número de islâmicos no Brasil, os quais, por consequência, buscam lideranças com experiência e conhecimento em assuntos islâmicos para orientá-los. Isso, aliado ao seu bom trato com brasileiros convertidos, possibilitou que ele criasse vínculos e que essas pessoas passassem a vê-lo como uma liderança, ainda que ele desconhecesse as intenções dos demais investigados, nesse caso específico. Para ele, entre as causas possíveis de radicalização, reside a indignação dos jovens com as injustiças que se sucedem em assuntos fora do contexto nacional, envolvendo as comunidades islâmicas em locais como Iraque, Síria, Iêmen e Palestina.

Além disso, muitos deles se apresentam em condição de vulnerabilidade social no país e escolhem a "saída errada" para a solução de seus problemas. Diante disso, o que publicam em redes sociais poderia ser mal interpretado. Por outro lado, as mesquitas não podem ser vistas como locais férteis para o radicalismo, porque muitos dos brasileiros convertidos são pouco assíduos nesses espaços em razão da dificuldade com o idioma (muitos xeiques usam o árabe nas pregações, mesmo que, na maioria dos casos, haja tradução), e porque não há, por parte dos brasileiros, uma boa relação com os árabes dessas mesquitas. De um lado, apontam-se possibilidades de radicalização no Brasil, especialmente entre brasileiros convertidos, em que a religião se torna um caminho "justificável" para demonstrações de hostilidade e pervertendo o caráter essencial do islã. Por outro lado, segundo meu informante, é nulo o interesse do EI ou de grupos afins pela América Latina e pelo Brasil. Ele sugere enfaticamente que as pessoas, especialmente os convertidos, busquem informações sobre a religião com lideranças reconhecidas, com capacidade para promover ensinamentos que conduzam para a senda correta.

11 A entrevista aconteceu no dia 23 de julho de 2016, via Skype. Até o dia da entrevista os equipamentos eletrônicos de Alkhatib ainda estavam de posse da Polícia Federal para averiguação, sem data para devolução.

>>A LEI ANTITERRORISMO E O ENGODO NORMATIVO

Como a Lei Antiterrorismo, que foi a base para a denúncia de quatorze suspeitos em junho de 2016 e, novamente, em maio de 2018, pode ajudar a compreender algumas das preocupações dos autores citados, que praticamente a ignoram em seus postulados? É possível afirmar que essa lei foi criada por uma preocupação com a possibilidade de atentados ou com a presença de grupos terroristas?

O Brasil era um dos poucos países no Ocidente a não ter uma Lei Antiterrorismo até a proposta do Projeto de Lei do Senado nº 762, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB), em 2011. A lei foi apreciada por diversos relatores na Comissão de Cidadania e Justiça durante seu processo de tramitação até ser aprovada em plenário e sancionada pela então presidente da República, Dilma Rousseff, em março de 2016. Objetivamente, a Lei Antiterrorismo visa definir os crimes de terrorismo e criar procedimentos investigatórios e processuais para tratá-los. Todavia, sua tramitação foi marcada por polêmicas e discussões ao seu conteúdo, seus objetivos e sua aplicação. Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Associação de Procuradores Federais da República, além de movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST),[12] manifestaram-se com desconfiança, sob a alegação de que a lei poderia limitar liberdades civis fundamentais e criminalizar movimentos sociais, além de apontar problemas na tipificação dos crimes de terrorismo que violam convenções, como a Convenção Americana de Direitos Humanos.[13]

Além desses problemas de ordem técnica, há outros de caráter conceitual, como a definição do que é terrorismo. O texto da lei é vago, definindo como terrorismo (2º artigo) qualquer ato que cause "terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a

12 Ver Fernandes, Carvalho e Peron (2015), *O Estado de S. Paulo* (2015) e Terenzi (2016).

13 Também conhecida como Pacto de San José, de 1969, e que representa todos os membros da OEA. Como exemplo de regras desse pacto, que poderiam ser violadas pela Lei Antiterrorismo, veja os artigos 15 e 16, que tratam, respectivamente, do "direito de reunião" e da "liberdade de associação" (OEA, 1969).

incolumidade pública". O próprio ato da incitação ou divulgação de ideias mais radicais já habilita a aplicação da lei, especialmente se pensarmos na questão do compartilhamento via redes sociais de conteúdos que possam sugerir ações terroristas. Em outras palavras, isso significa que não é necessário que o ato se concretize de fato, basta a intenção.

Guilherme Gonçalves e Marta Machado apontam incertezas quanto à aplicação da lei, como a dificuldade de tipificar a apologia ao terrorismo quando o próprio conceito de terrorismo é vago (Gonçalves; Machado, 2015). Essas questões refletem uma preocupação de Walter Laqueur (1997), que argumentava pela necessidade de maior uniformidade na definição de terrorismo. No caso brasileiro, a partir da promulgação da Lei Antiterrorismo, é mandatório que também esteja evidente a concepção de terrorismo adotada e sobre quais fundamentos se ampara. Como foi levantado no início desta seção, há um problema em se tipificar o crime de terrorismo: como criminalizar um ato que não está bem definido de antemão?

O primeiro juiz a fazer uso dessa lei, na Operação Hashtag, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 17 de maio de 2018, elogiou a lei justamente por seu caráter antecipatório de crimes que envolvam o terrorismo, permitindo aos magistrados adotarem medidas cautelares (Kruse, 2018a). No entanto, o juiz também admite que a lei merece ajustes, especialmente na ampliação das motivações do terrorismo, bem como da salvaguarda para que movimentos sociais não sejam enquadrados nessa lei.

Isso significa que o princípio da presunção da inocência, base da doutrina jurídica e constitucional, possa ser pervertido – algo que lembra o filme *Minority Report*, do diretor Steven Spielberg, lançado em 2002, em que três pessoas com poderes visionários previam os crimes antes mesmo de eles acontecerem. A defesa dos réus na Operação Átila usa argumentos que vão ao encontro dessa crítica: para eles, as provas do crime são trocas de mensagens, que não configuram nada concreto para a promoção e a execução de atos terroristas. O uso do termo "promover" o terrorismo é criticado pelos advogados por ser genérico. Independentemente das interpretações jurídicas, é certa a existência de inconsistências na lei.

O que acaba de ser citado foi exatamente aquilo que levou a Polícia Federal a investigar quatorze islâmicos e a condenar, em 4 de maio de 2017, oito deles, com penas que variaram de cinco a quinze anos de detenção (Fonseca; Dionísio; Gimenes, 2017). Meu informante, Ahmad Alkhatib, foi um deles e relata os motivos que os investigadores lhe apontaram para justificar sua condição de suspeito: o compartilhamento de vídeos de pessoas que fugiram de seus países para lutar ao lado do EI. Para Ahmad, essa operação e as detenções efetuadas serviram para justificar a Lei Antiterrorismo. Em nossa entrevista, argumentei que dois dos detidos – entre eles El Kadre, que foi condenado com a maior pena (quinze anos em regime fechado) – estiveram implicados na compra de armas no Paraguai como indício de uma possível atividade criminosa.

O que chama a atenção, para além dos aspectos ambíguos da lei e a real motivação para sua formulação e aprovação, é a notável relação da Lei Antiterrorismo com compromissos internacionais firmados pelo país com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que abriga o Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), órgão criado em 1989 para coibir a lavagem de dinheiro do crime organizado e as fontes de financiamento do terrorismo (A lei..., 2015; Lupion, 2016). Como afirmam Gonçalves e Machado,

> o Gafi integra uma rede de proteção que busca atuar em relação a padrões institucionais que possam produzir efeitos negativos sobre a "integridade" do sistema financeiro. O objetivo do grupo é reagir às ameaças advindas da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, o Gafi desenvolve uma série de recomendações baseadas em seu julgamento a respeito de vulnerabilidades no âmbito nacional e, em seguida, monitora a aplicação dessas medidas em seus países membros. [...] se o fim social último do Gafi é proteger a integridade do sistema financeiro, quando tal integridade está associada à promoção de um megaevento esportivo, seu foco de oposição – os movimentos políticos e sociais – torna-se fatores de insegurança para os negócios. Nesse contexto, não é difícil justificar o temor por parte dos movimentos sociais de serem considerados os "terroristas", alvo dessa lei. A análise dos aspectos técnicos e jurídico-penais

> do PL nº 2.016/2015 mostra que esse risco não é apenas uma elucubração conspiratória. (Gonçalves; Machado, 2015, p. 2-3)

Muito mais que uma preocupação com a possibilidade da formação de grupos terroristas no território nacional e suas prováveis conexões, a aprovação dessa lei foi fundamental para evitar que o país não sofresse eventuais sanções econômicas ou prejudicasse sua avaliação pelas agências de classificação de risco para investimento. A busca por certificação internacional que avalize um investimento seguro, especialmente perante o período de crise política e financeira que o país tem atravessado nesses últimos anos, pode ter sido o principal motivo para a aprovação da Lei Antiterrorismo. Sendo assim, a crítica levantada por algumas instituições, movimentos sociais e alguns veículos de comunicação sobre o possível uso da lei para criminalizar aqueles contrários à agenda política e econômica do país passa a ter fundamento, ainda que sob o disfarce da preocupação com o terrorismo islâmico.

>>CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que é ventilado pela mídia e por alguns estudos, em grande parte embasados em investigações policiais e jornalísticas, a metodologia da História Oral – realizada em trabalhos de campo, entrevistas, participação em eventos religiosos e sociais, e o contato mais próximo com as diversas comunidades islâmicas no Brasil – permite sustentar a tese de que o Brasil não é terreno fértil para radicalização e, muito menos, para a constituição e atuação de redes terroristas islâmicas. O caráter moderado das comunidades islâmicas, as quais, por sua vez, não possuem articulação entre si e compartilham discursos semelhantes, sem viés político, não permite supor uma contribuição institucionalizada para o radicalismo. Apesar dessa fragmentação territorial e institucional, há um consenso em rechaçar e querer se distanciar daquilo que vincula o islã e os islâmicos a atividades jihadistas, de intolerância e violência.

Ainda que exista a participação econômica de outros países para a manutenção de algumas comunidades islâmicas no Brasil, o que implicaria

supostas influências ideológicas e religiosas mais conservadoras, essa presença não é o suficiente para levantar suspeitas sobre radicalização e o patrocínio de atividades jihadistas em solo nacional. Cabe lembrar que grande parte dessas comunidades sobrevive com recursos próprios e escassos, sendo isentas de qualquer obrigação com governos e organizações nacionais e estrangeiras. Suas atividades são principalmente eventos religiosos e sociais (celebrações, festas, palestras, encontros de jovens, acampamentos, filantropia, entre outros), e não o incentivo e condução de movimentos politicamente engajados.

Também é importante lembrar que as comunidades islâmicas brasileiras estão cada vez mais povoadas de brasileiros convertidos, inclusive contam com a formação de xeiques nativos. Desse modo, muitas dessas comunidades se afastam de um islã mais étnico, associado à cultura árabe, e se aproximam de um "islã nacional". Isso, de certa forma, pode amenizar eventuais tendências em se apropriarem dos problemas e das lutas que fazem parte da agenda do Oriente Médio e de alguns países islâmicos.

No caso da Lei Antiterrorismo, percebe-se que seu processo de criação e seu conteúdo refletem primordialmente o contexto político-econômico do país e, em menor medida, as ameaças latentes de organizações terroristas. A falta de um consenso e de maior precisão na definição de terrorismo por parte dos legisladores por si só reflete a pouca intimidade com o tema e com o vínculo com situações reais. A inserção competitiva do país no mundo globalizado e a busca por confiança junto aos agentes financeiros, diante de sua maior crise econômica e política, despontam como motivos balizadores dessa norma.

Ainda que tenha sido aplicada pela primeira vez na investigação de ações terroristas de viés islâmico (já que todos os presos e investigados eram islâmicos) e, coincidentemente (ou seria convenientemente?), próxima ao início dos Jogos Olímpicos, os casos suscitados são pontuais no tempo e no espaço. Eles não adicionam novas e graves preocupações além daquelas já tão conhecidas pela sociedade por meio da violência urbana – latrocínios, homicídios, sequestros, entre outros. Contudo, diante da dinâmica do mundo moderno, não podemos fechar os olhos e arriscar todas as

fichas no axioma de que o Brasil e a América Latina estão imunes a qualquer possibilidade de desenvolvimento de redes jihadistas ou de envolvimento de certas pessoas e comunidades com organizações terroristas no futuro.

Nesse sentido, estudos mais acurados sobre os caminhos do "autodidatismo" islâmico são importantes e desejáveis. Se os líderes religiosos atuais não dão sinais de qualquer comprometimento com ideais beligerantes e com um islã político exacerbado, indivíduos convertidos que se responsabilizam por leituras corânicas sem a devida orientação teriam que tipo de posicionamento? As comunidades islâmicas mais modestas e que carecem da presença de um xeique poderiam fortuitamente fazer germinar tendências mais extremistas? Além disso, se no espaço concreto não se identificam traços contundentes de radicalização, o espaço virtual, através das redes sociais e demais possibilidades que a tecnologia oferece, se constituiria em uma brecha para futuras atividades jihadistas na região? A Lei Antiterrorismo é um instrumento que atenta para isso, mas necessita ainda de um maior refinamento que só deve acontecer por meio de um debate mais amplo.

O suposto jihadismo que vemos de forma opaca no Brasil, a partir das operações policiais deflagradas e em outros depoimentos, caracteriza-se por motivações e projetos aparentemente difusos e desarticulados, amadores em termos de organização institucional e financeira, e cujos partícipes se mostram com questionável conhecimento da religião islâmica como suporte para seus projetos. A aparente "revolta" que muitos alegam ser combustível para o compartilhamento de ideias mais extremadas se aproxima de uma forma pseudoniilista em que o uso e a propagação da violência falam mais alto que a existência de um projeto religioso como resposta aos problemas existentes. O jihadismo "à brasileira" mostra-se incompleto e povoado por "homens-absurdos", como diria Albert Camus (1950).

REFERÊNCIAS

A LEI antiterrorismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. 2015. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-lei-antiterrorismo,10000001041. Acesso em: 12 fev. 2020.

ATLAS da Violência 2019. Ipea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

AUMENTA número de brasileiros convertidos ao Islã. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 maio 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia /nacional/2015/05/31/interna_nacional,653301/aumenta-numero-de--brasileiros-convertidos-ao-isla.shtml. Acesso em: 12 fev. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. O terrorismo islâmico finca bases no Brasil. *Veja*, 31 jul. 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-terrorismo-islamico-finca-bases-no-brasil/. Acesso em: 20 jan. 2020.

BALLOUSSIER, Anna. Islamofobia à brasileira. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2015. Disponível em: https://religiosamente.blogfolha.uol.com.br/2015/01/15/ islamofobia-a-brasileira. Acesso em: 12 fev. 2020.

BOLSONARO anuncia criação de escritório de negócios em Jerusalém. Brasil e Israel assinaram acordos de cooperação nas áreas de segurança, tecnologia e piscicultura. Globo.com, 31 mar. 2019. Fantástico. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/03/31/bolsonaro-anuncia-criacao-de-escritorio-de-negocios-em-jerusalem.ghtml. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. *Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016*. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BUSTAMANTE, Luisa. "Em nome de Jesus", bandidos destroem terreiro no Rio. *Revista Veja*, São Paulo, 8 out. 2017. Disponível em: https://veja.abril. com.br/brasil/ em-nome-de-jesus-bandidos--destroem-terreiro-no-rio/. Acesso em: 12 fev. 2020.

BUZANELLI, Marcio Paulo. Porque é necessário tipificar o crime de terrorismo no Brasil. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília: Abin, n. 8, set. 2013. Disponível em: http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2018/05/RBI-8-Artigo-1-PORQUE-%C3%89-NECESS%C3%81RIO-TIPIFICAR-O-CRIME-DE-TERRORISMO-NO-BRASIL.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

CAMUS, Albert. *Les justes.* Paris: Folioplus, 1950.

CAVALCANTI, Leonardo; SOUZA, Renato. PCC firma parceria comercial com o Hezbollah e amplia poder financeiro. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 jul. 2017. Disponível em: https://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/brasil/

2017/07/23/interna-brasil,611759/pcc-brasileiro-tem-parceria-com-o-hezbollah.shtml. Acesso em: 12 fev. 2020.

CHAGAS, Gisele Fonseca. *Conhecimento, identidade e poder na comunidade muçulmana sunita do Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

COCKBURN, Patrick. *A origem do Estado Islâmico*: o fracasso da Guerra ao Terror e a ascensão jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

COSTA, Camila. Número de centros islâmicos sobe 20% em 2015 em São Paulo. *BBC* Brasil, São Paulo, 17 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portu guese/noticias/2015/09/150911_mesquitas_saopaulo_cc. Acesso em: 12 fev. 2020.

DEMANT, Peter Robert. *Choque dos universalismos*: estudos sobre a interação Ocidente-Islã. 2007. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEMANT, Peter Robert. *O mundo muçulmano.* São Paulo: Contexto, 2008.

ENTIDADES islâmicas. *Fambras – Federação das Associações Muçulmanas do Brasil*, 2020. Disponível em: https://www.fambras.org.br/entidades. Acesso em: 18 fev. 2020.

FARAH, Tatiana. Libanês acusado de ligação com al-Qaeda não pode deixar o Brasil; investigação é encerrada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 maio 2009. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/libanes-acusado-de-ligacao-com-al-qaeda-nao-pode-deixar-brasil-investigacao-encerrada-3123005. Acesso em: 12 fev. 2020.

FERNANDES, Talita; CARVALHO, Daniel; PERON, Isadora. Procuradores criticam projetos sobre terrorismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2015, p. A10. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,procuradores-criticam-projetos-sobre-terrorismo---imp-,1723189. Acesso em: 19 fev. 2020.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. *Entre arabescos, luas e tâmaras:* performances islâmicas em São Paulo. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Redes islâmicas em São Paulo: "nascidos muçulmanos" e "revertidos". *Revista Litteris*, n. 3, nov. 2009.

FONSECA, Alana; DIONÍSIO, Bibiana; GIMENES, Erick. Justiça condena oito réus da Operação Hashtag. *G1*, 4 maio 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/justica-condena-oito-reus-da-operacao-hashtag.ghtml. Acesso em: 18 fev. 2020.

GILSINAN, Kathy. The geography of terrorism. *The Atlantic*, 18 nov. 2014. Disponível em: https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/11/the-geography-of-terrorism/382915. Acesso em: 8 maio 2019.

GONÇALVES, Guilherme Leite; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Por uma lei antiterrorismo de Estado. Ou não sobrará ninguém. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 7 dez. 2015. Disponível em: http://diplomatique.org.br/por-uma-lei-antiterrorismo-de-estado-ou-nao-sobrara-ninguem. Acesso em: 12 fev. 2020.

GRANTHAM, David. Terrorism in Latin America (Part One): the infiltration of islamic extremists. *National Center for Policy Analysis*, n. 206, mar. 2017. Disponível em: http://www.

ncpathinktank.org/pdfs/ib206.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

GTI. *Global Terrorism Index 2018*. Institute for Economics & Peace, 2018. Disponível em: http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/12/Global-Terrorism--Index-2018.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

GUIMARÃES, Thiago. Brasil abriga "genuínos radicais" islâmicos, diz governo dos EUA. *G1*, São Paulo, 29 nov. 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/ 2010/11/brasil-abriga-genuinos-radicais-islamicos-diz-governo--dos-eua.html. Acesso em: 12 fev. 2020.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo Demográfico 2010.* 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas--novoportal/sociais/ saude/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: 12 fev. 2020.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. *Global Terrorism Index 2018 – Measuring and Understanding the Impact of Terrorism*. Australia: Institute for Economics & Peace, 2018. Disponível em: https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2020/08/Global-Terrorism-Index-2018.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. *Global Terrorism Index 2019 – Measuring and Understanding the Impact of Terrorism*. Australia: Institute for Economics & Peace, 2019. Disponível em: https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2020/08/GTI-2019web.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

JALAL, Ayesha. *Combatentes de Alá*: a *jihad* no sul da Ásia. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

KRUSE, Tulio. MPF acusa brasileiros de promover Estado Islâmico e planejar ataque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 maio 2018a, p. A15.

KRUSE, Tulio. Denúncia mostra plano de atentado no carnaval. *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 17 maio 2018b, p. A16.

KRUSE, Tulio. Um esquizofrênico que se converteu ao Islã e quase se juntou ao EI. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 2018c. Disponível em: https://internacional. estadao.com.br/noticias/geral,um-esquizofrenico-que-se-converteu-ao-isla-e-se-tornou-um-radical,70002313326. Acesso em: 12 fev. 2020.

KRUSE, Tulio. Réu preso por terrorismo diz que trabalhava como espião para a Abin. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 2018d, p. A16.

KRUSE, Tulio. Brasileiro escapa de acusação de terrorismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2018e, p. A15.

LAQUEUR, Walter. *A history of terrorism.* Nova York: Little, Brown and Co., 1997.

LEALI, Francisco. Polícia Federal aponta elo entre facção brasileira e Hezbollah. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 nov. 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/ brasil/policia-federal-aponta-elo-entre-faccao-brasileira-hezbollah-14512269. Acesso em: 12 fev. 2020.

LUPION, Bruno. O que a lei antiterrorismo tem a ver com a saúde do mercado financeiro. *Nexo Jornal*, São Paulo, 24 fev. 2016. Disponível em: https://www.nexo jornal.com.br/expresso/2016/02/29/O-que-a-lei-antiterrorismo-tem-a-ver-com-a-sa%C3%Bade-do-mercado-financeiro. Acesso em: 12 fev. 2020.

MATAIS, Andreza; SERAPIÃO, Fabio; LINDNER, Julia. PF prende dez

suspeitos de terrorismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 2016, p. A16.

MINORITY Report. Direção: Steven Spielberg. Los Angeles: Amblim Entertainment, 2002. 145 min.

MONTEIRO, Tania. Ministro admite ação de radicais no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 2018, p. 21.

NEVES, Felipe. Adeptos do islã, rappers aliam música e religião na periferia. *Veja*, São Paulo, 1º jun. 2017. Disponível em: https://vejasp.abril.com.br/cidades/adeptos-do-isla-rappers-aliam-musica-e-religiao-na-periferia/. Acesso em: 12 fev. 2020.

O ESTADO de S. Paulo. ONU vê ameaça à liberdade em lei antiterrorismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2015, p. A11.

OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS). *Convenção Americana sobre Direitos Humanos.* Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

OLIVEIRA, Vitória Peres de. Islam in Brazil or the Islam of Brazil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, 2006.

OTTOLENGHI, Emanuele. *The enemy in our backyard*: examining terror funding streams from South America. Washington, DC: Foundation for Defense of Democracies (FDD), 8 jun. 2016.

OTTOLENGHI, Emanuele; HANNAH, John. In Venezuela's toxic brew, failed narco-State meets Iran-Backed terrorism. *Foreign Policy*, 23 mar. 2017. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2017/03/23/in-venezuelas-toxic-brew-failed-narco-state-meets-iran-backed-terrorism/. Acesso em: 12 fev. 2020.

OTTOLENGHI, Emanuele; HANNAH, John. To combat illegal immigration, Trump should target Latin America's Hezbollah-Narco nexus. *Foreign Policy*, 23 dez. 2016. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2016/12/23/to-combat-illegal-immigration-trump-should-target-latin-americas-hezbollah-nacro-nexus/. Acesso em: 12 fev. 2020.

OUALALOU, Lamia. L'islam gagne du terrain au Brésil. *Le Figaro*, Paris, 1º fev. 2010. Disponível em: https://www.lefigaro.fr/international/2010/02/01/01003-20100201ARTFIG00135-l-islam-gagne-du-terrain-au-bresil-.php. Acesso em: 12 fev. 2020.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Islã*: religião e civilização. Uma abordagem antropológica. Aparecida, SP: Santuário, 2010.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Islã em números: os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *Religiões em movimento*: o Censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 267-282.

REDAÇÃO. Polícia Federal aponta elo entre PCC e Hezbollah, diz jornal. *Veja,* São Paulo, 9 nov. 2014. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/policia-federal-aponta-elo-entre-pcc-e-hezbollah-diz-jornal/. Acesso em: 12 fev. 2020.

REIS, João José. *A revolta dos malés.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROY, Olivier. Who are the new Jihadis. *The Guardian*, 13 abr. 2017. Disponível em: https://bit.ly/2p07rfA. Acesso em: 10 maio 2019.

STEPANOVA, Ekaterina. *Terrorism in asymmetrical conflict*. Ideological and

structural aspects. Nova York: Oxford University Press, 2008. (SIPRI Research Report, n. 23). Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/files/RR/SIPRIRR23.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

TERENZI, Gabriela. ONU critica aprovação do projeto da Lei Antiterrorismo pelo Congresso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 fev. 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1743863-onu-critica-aprovacao-do-projeto-da-lei-antiterrorismo-pelo-congresso.shtml. Acesso em: 12 fev. 2020.

TERREIRO de candomblé é depredado em Nova Iguaçu e religiosos são expulsos. *G1*, 29 mar. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/ 03/29/terreiro-de-candomble-e-depredado-em-nova-iguacu-religiosos-foram-expulsos.ghtml. Acesso em: 12 fev. 2020.

TIBI, Bassam. *Islam between culture and politics.* Nova York: Palgrave, 2001.

VALLE, Maristela. Bin Laden vira garoto-propaganda de Foz. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ fsp/turismo/fx2403200301.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

CONCLUSÃO

Augusto Veloso Leão
e Danilo Guiral Bassi

Este livro tem como consequência principal demonstrar que não há uma característica única ou principal que permita classificar o Estado Islâmico (EI) exclusivamente dentro de uma classe de fenômenos. Desde as fases iniciais da concepção deste trabalho, perseguimos a ideia de que há uma conjunção complexa de fatores para o surgimento e a expansão do EI que vai além do crescente preconceito segundo o qual a religião islâmica tem uma predisposição intrínseca para a violência. No extremo oposto, também não propomos a adoção de uma explicação abrangente e simplista que relacione o EI dentro de uma série de eventos causados por um interesse geopolítico externo para promover instabilidade política no Oriente Médio com a finalidade de explorar o petróleo da região. Ao longo das três partes do livro, "História do Estado Islâmico", "Aspectos temáticos" e as discussões "Além das 'fronteiras' do EI", procuramos evidenciar alguns dos fatores que acreditamos possibilitar que um projeto político como o do EI tenha se estabelecido no Oriente Médio. A força deste livro vem do fato de seu grupo diverso de autores poder abordar com profundidade essas perspectivas diferentes.

Ao optarmos por nos embrenhar em questões ligadas ao Oriente Médio, entendemos rapidamente que é impossível compreender a complexidade dessa região do mundo sem levar em conta sua imensa diversidade. Aos poucos, preconceitos, visões simplificadas e esquemas dualistas vão se transformando em um mosaico de povos e de religiões e num emaranhado de redes de ideias em circulação. Mais do que divisões rígidas, há ali uma combinação de nuances e uma diversidade impressionante.

No Brasil, quando oferecemos uma introdução rápida ao Oriente Médio, é comum que recorramos a simplificações para começar a incorporar algumas ideias: um Iraque dividido entre sunitas, xiitas e curdos; um Oriente Médio povoado por árabes e não árabes (como judeus, persas,

turcos); as diferenças entre religião e etnia, etc. Com este livro, procuramos dar um passo a mais. Abordamos aqui as minorias cristãs e yazidis no Iraque, comumente esquecidas nesses mapas simplificados de três cores, e cujo deslocamento e perseguição estão no centro da questão do EI. Turcomenos e assírios são alguns dos outros povos que complementam o mosaico étnico iraquiano. Também abordamos os impactos do EI para outros povos além do Oriente Médio.

Além da diversidade étnica da região, procuramos mostrar que, dentro do sunismo e do xiismo – esses dois grandes blocos muitas vezes mostrados como simples antagonistas e imaginados como homogêneos em seu interior –, a diversidade de interpretações e correntes é imensa. Assim, exploramos a ideia de que o EI é um movimento dentro do ramo sunita, mas com especificidades que o distanciam da enorme maioria dos muçulmanos: funda-se numa interpretação fundamentalista da religião, numa leitura do mundo atual na qual a proximidade do apocalipse tem um papel central e onde a violência é um dever dos seus seguidores.

>>IDEOLOGIAS EXTREMISTAS: MAIS POLÍTICA DO QUE RELIGIÃO

Um trabalho árduo dos que tentam entender e explicar o Oriente Médio é fugir das análises baseadas em explicações religiosas simplórias. As identidades e as tensões dessa região não se resumem a embates religiosos, ainda que a religião seja um elemento importante e explorado politicamente. Nesse sentido, os capítulos que trataram das origens e do apogeu do EI trouxeram à tona a importância dos aspectos políticos envolvidos em sua história.

Sem a ocupação do Iraque (2003) e o desastrado processo de "de-Baʿathificação" levado a cabo durante o governo da Autoridade Provisória da Coalizão (APC), liderada pelos EUA, o (autoproclamado) califado do EI não existiria. As medidas tomadas pela APC "jogaram no colo" do que viria a se tornar o EI uma multidão desempregada e ressentida formada pelos burocratas e militares do regime de Saddam Hussein, que ademais tinham extensa experiência em combates e atividades de inteligência.

Procuramos evidenciar que essas ideologias extremistas tampouco são um fruto da religião islâmica; em vez de terem sua origem no estabelecimento ou na expansão do islã, elas são uma invenção relativamente recente, do século XX, com origens em correntes de pensamento que datam do século XVIII.

No período em que essas ideologias começaram a se desenvolver, no início do século XX, o declínio do Império Otomano no contexto da Primeira Guerra Mundial contou com grande envolvimento de países externos ao Oriente Médio. Essa presença externa fortaleceu a ideia romantizada de um califado bem-sucedido em promover a união entre os povos islâmicos e em ampliar seus domínios sobre territórios de outras culturas e religiões, ao mesmo tempo em que exacerbou a percepção sobre os malefícios da intervenção externa na região. Logo depois, a substituição do regime político islâmico do califado pela exploração colonialista na região, baseada em princípios de secularização forçada e utilizando a construção de inimizades entre os povos do Oriente Médio, criou ou restabeleceu diversos conflitos étnicos na região, que passaram a ser percebidos como sinal do declínio das formas políticas que se instalavam naquele momento e que não tinham inspiração no islã.

A interrupção da reflexão interna sobre as alternativas para o Império Otomano e a impossibilidade de se desenvolverem projetos políticos construídos por atores locais determinaram que os projetos secularistas surgidos no século XX, a exemplo do nacionalismo árabe e do pan-arabismo, fossem fortemente identificados com a intervenção externa e rechaçados por uma parcela grande da população do Oriente Médio. Isso tem como consequência, a partir da metade do século XX, o fortalecimento de ideologias salafistas como contraponto político e social para o secularismo. A persistência de condições socioeconômicas adversas dentro de regimes autoritários e pouco democráticos identificados com os projetos colonialistas e com o secularismo deu ainda mais força para o projeto político salafista. Nota-se como o autoritarismo e a violência política dos regimes secularistas foram centrais para o desenvolvimento de ideias extremistas a partir dos trabalhos da Irmandade Muçulmana no Egito, por exemplo.

No final do século XX, o sucesso econômico advindo da exploração do petróleo na Arábia Saudita e no Irã modificou a posição desses dois países no Oriente Médio. A melhoria da qualidade de vida nesses países tornou-os fontes de inspiração para regimes islâmicos contemporâneos, mesmo com as fortes críticas de autoritarismo e repressão de minorias. Esses dois países também se tornaram propulsores de ideologias pansunitas (no caso da Arábia Saudita) e pró-xiitas (no caso do Irã) em outros países. A Arábia Saudita passou a promover as ideias wahhabistas, que são a inspiração para o salafismo, e indiretamente promoveu também as ideologias extremistas que fundamentaram as ações do EI e de outros grupos terroristas no século XXI. Para as ideologias extremistas sunitas, o Irã e os xiitas se tornaram o "inimigo próximo", que, na ideologia da al-Qaeda, tem relevância menor que os "grandes inimigos" dos países ocidentais, mas que, para o EI, deveria ser o alvo principal de seus ataques.

>>EI E DEMOCRACIA

Já contando com uma base ideológica extremista definida e um grupo formado por ex-militares experientes, o EI explorou também outro elemento político: a insatisfação com relação aos governos existentes no Oriente Médio. O sentimento generalizado de revolta contra a situação econômica e social ficou evidente quando os protestos iniciados na Tunísia, em dezembro de 2011, rapidamente alcançaram quase todos os países do norte da África e do Oriente Médio (com a exceção importante da Arábia Saudita, que tinha uma situação econômica mais confortável naquele momento). Esse movimento, posteriormente denominado de "Primavera Árabe", ressaltou a insatisfação com os regimes seculares e autoritários no Oriente Médio e demandou mudanças políticas radicais. De maioria pacífica, identificados com uma parcela mais jovem da população que não encontrava chances de melhoria de vida e que protestava por maior abertura política, os protestos da Primavera Árabe representavam a vontade de ampliação de mecanismos democráticos no Oriente Médio e conseguiram transformações importantes na Tunísia, na Líbia e no Egito.

Por outro lado, a intensa repressão sofrida por aqueles que protestavam abriu a oportunidade para que grupos extremistas fossem bem-sucedidos em incitar a violência, e na Síria, por exemplo, os conflitos escalaram para uma guerra civil, que facilitou a expansão do EI na região. É marcante, portanto, que um projeto autoritário e extremamente violento como o do EI tenha se beneficiado de protestos pacíficos que demandavam maior abertura política e participação.

Além de ser um movimento antidemocrático e violento, a expansão do EI também teve como consequência o fortalecimento da repressão contra minorias políticas na Síria e na Turquia. Ao longo de 2019 e 2020 pudemos perceber como o governo turco intensificou sua campanha de perseguição política contra os partidos de oposição, substituindo prefeitos e governadores opositores por seus próprios candidatos, prendendo membros dos partidos contrários ao governo federal e, inclusive, promovendo incursões militares na Síria, com o objetivo de enfraquecer o projeto de autonomia curda naquele país. O fortalecimento do projeto curdo no Iraque e em Rojava está também diretamente conectado com o contexto do EI na região. Esses grupos conseguiram utilizar o apoio militar internacional que receberam para estabelecer novas formas políticas no Oriente Médio. No Iraque, a região do Curdistão conquistou maior autonomia dentro do sistema político estabelecido após a invasão pelas forças internacionais em 2003. Em Rojava, no norte da Síria, vemos até o momento uma transformação importante das estruturas políticas existentes.

O papel central das Unidades de Proteção Femininas (YPJ) curdas no combate ao EI fortaleceu as tendências democráticas de reforma propostas dentro do projeto de autonomia curda. A atual ideologia política dominante nesse processo coloca o confederalismo democrático, o feminismo curdo (jineologia), a coeleição de gênero e a preocupação com o meio ambiente no centro das discussões políticas. As notícias do projeto político de autonomia curda são relativamente positivas, mas ainda têm um potencial de desestabilização dentro da guerra civil síria, o que pode alongar a duração e a violência desse conflito. Há também notícias de um processo de "curdificação" liderado pelas autoridades autônomas curdas,

com a expulsão e a prática de discriminação contra outras minorias, como os yazidis, presentes no Curdistão.

>>OUTROS TEMAS RELEVANTES

Explicar, ainda no calor dos acontecimentos, um fenômeno tão complexo quanto o surgimento, o fortalecimento, a consolidação e, agora, o quase desaparecimento do EI permanece um objetivo ousado. Ainda que o EI esteja reduzido a seu "califado virtual", suas consequências sociais e políticas ainda estão se desenrolando. Elas demonstram fazer parte de um processo histórico maior e mais complexo do que o advento da violência islamista no século XX e sua releitura em um mundo globalizado e interconectado, marcado pela centralidade da internet em nosso cotidiano.

Já era evidente desde nossas primeiras discussões que o objeto desta obra estava em constante mutação, e, mesmo em um grupo diverso e heterogêneo como o que participou da produção deste livro, muitos aspectos do fenômeno não puderam ser abordados com a atenção ou a abrangência que mereceriam. Um dos aspectos que mereceriam uma abrangência ainda maior é a repercussão do EI no Oriente Médio e nas relações entre os países da região. Como vimos, o EI teve grande impacto para as políticas internas e com os países vizinhos na Síria e na Turquia. No conflito Israel-Palestina, o surgimento do EI criou espaço para o aumento das ações de controle contra a população árabe e a ocupação do território palestino. A posição do Irã no Oriente Médio também foi modificada profundamente, e a violência sectária contra xiitas aumentou as preocupações de segurança do país, ampliando as ações que este promove para a proteção das populações xiitas em outros países.

Essa nova posição do Irã pode, inclusive, ser o ponto central de mudanças nas relações entre os países da região e outros países no mundo. A escalada das inimizades entre o país e os EUA em 2020 pode reverter radicalmente um processo de aproximação que, em 2015, foi marcado pela assinatura do Plano de Ação Integral Conjunto entre os dois países e a Alemanha, a China, a França, o Reino Unido, a Rússia, mais a União

Europeia, também conhecido como Acordo Nuclear Iraniano. O acordo estabelecia limites para o programa nuclear iraniano e admitia a fiscalização pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o que aumentou a segurança de que o Irã utilizaria seus materiais atômicos apenas para fins pacíficos.

Desde 2017, o governo de Donald Trump vinha criticando o acordo e se retirou formalmente em 2018, ao restabelecer sanções dos EUA contra o Irã. Apesar de os outros países do acordo terem se comprometido em mantê-lo, as sanções dos EUA tiveram impacto em empresas de outros países, porque elas temiam ser alvo das sanções estadunidenses se continuassem se relacionando com o Irã. Em janeiro de 2020, depois de um ataque dos EUA ao general Qasem Soleimani, o Irã anunciou que não iria mais seguir as limitações do acordo, apesar de manter a cooperação com a AIEA, e as relações entre os dois países se tornaram bastante conflituosas.

Nos anos 2010, a Rússia voltou a se colocar como ator importante em seu relacionamento com os países do Oriente Médio, retomando uma posição que não ocupava ativamente desde o final dos anos 1980. Identifica-se a proeminência de interesses econômicos, especialmente pelo fato de a Rússia e alguns países do Oriente Médio serem grandes produtores de petróleo e gás, e sozinha exportar grande quantidade de armas para a região; e interesses securitários, com destaque para a realização de atividades diplomáticas e militares, como o envolvimento russo na guerra civil síria em favor do governo de Bashar al-Assad. Nesse aspecto, a Rússia tem conseguido forjar relacionamentos com países diversos no Oriente Médio, inclusive aumentando sua cooperação com o Irã.

A história ao longo dos séculos XIX a XXI nos mostra como as intervenções externas no Oriente Médio deixam marcas profundas e criam movimentos políticos de resistência e ativismo, que apelam muitas vezes para ações violentas. Assim, ainda é cedo para analisar quais serão as repercussões do intenso envolvimento internacional na coalizão para derrotar o EI, desde 2014, no conflito sírio, que ainda está em andamento, e em outras ações nos anos 2010. Porém sabemos que a atuação do EI através de seu califado virtual continua a mobilizar muitas pessoas e grupos.

Há ainda um elemento importante localizado na conexão entre religião e política que não foi abordado neste livro. Observar as formas como grupos religiosos fundamentalistas (como o EI e a al-Qaeda e outros grupos fundamentalistas islâmicos que não utilizam a violência, como o Hizb ut-Tahrir e setores da Irmandade Muçulmana) controlam o poder político e quais são suas ações para modificar as estruturas sociais, uma vez que detenham poder, pode oferecer perspectivas novas e contribuir para as pesquisas e a produção de conhecimento sobre o tema na América Latina. Evidentemente há uma distância gigante entre o EI e os grupos religiosos que buscam o poder político no Brasil e na América Latina, especialmente por não se tratar de grupos religiosos extremistas. Mas os aspectos ideológicos, as estratégias de persuasão – de eleitores, no caso da América Latina, ou de combatentes, no caso do EI –, assim como as estratégias de desenvolvimento de estruturas políticas e sociais baseadas na religião, podem oferecer novas chaves de entendimento para o fenômeno no contexto latino-americano.

Por fim, vemos que, mesmo que o EI não tenha mais territórios importantes sob seu controle em 2020, dois tipos de ameaça ligados ao grupo ainda persistem. O mais forte é que o EI conseguiu estabelecer ramificações em diversos países e continua inspirando novos grupos e indivíduos a atuarem de forma autônoma através de seu califado virtual. Além disso, a pandemia da covid-19 criou novos desafios para a repatriação de combatentes estrangeiros capturados na Síria e no Iraque e para a reintegração das populações vulneráveis que estiveram sob o controle do EI no Oriente Médio. Essa situação aumenta as chances de reorganização dos grupos ligados ao EI ou de novos grupos serem inspirados por sua narrativa apocalíptica. As desigualdades sociais exacerbadas pelo impacto socioeconômico da pandemia também aumentam o sentimento de injustiça e insatisfação das populações em situação de vulnerabilidade, o que, por sua vez, aumenta o risco de que grupos e pessoas em novas localidades enxerguem a violência como a única forma para mudar sua situação de privação.

COMO UTILIZAR O GLOSSÁRIO

Augusto Veloso Leão,
Danilo Guiral Bassi,
Lorenzo C. B. Gontijo e
Marco Túlio Silva Ribeiro

Este glossário apresenta conceitos importantes que são apresentados ao longo deste livro e explicações resumidas de personalidades (membros do EI, personalidades políticas, religiosas e outras), localidades, instituições e fatos relevantes mencionados nos capítulos, além dos termos em língua estrangeira ou relativos à religião islâmica. A intenção é lançar luz sobre alguns termos que podem ser pouco conhecidos do público em língua portuguesa, ou que tenham muitos significados possíveis.

Cada entrada do glossário apresenta o nome do conceito em letra maiúscula e seu possível complemento e está organizada em ordem alfabética. Em árabe, muitos substantivos e nomes são grafados com o artigo "*al-*" (ال) em seu início; nesses casos, considera-se a primeira palavra depois do artigo para a organização alfabética. Personalidades são apresentadas pelo seu sobrenome ou nome mais conhecido. Outras grafias utilizadas para o mesmo conceito são apresentadas separadas por uma barra oblíqua. As entradas de personalidades são seguidas do ano de nascimento e de falecimento entre colchetes; localidades são seguidas do país entre parênteses; e outros tipos de delimitação aparecem entre colchetes logo depois do nome do conceito. Quando relevante, apresenta-se o nome do conceito na língua original entre parênteses logo abaixo do nome em português. As entradas, portanto, se assemelham ao seguinte modelo:

NOME DO CONCEITO / GRAFIAS ALTERNATIVAS, Complemento [Ano de Nascimento – Ano de Falecimento] (País) [Delimitação]
(Nome do conceito na língua original e transliteração)
Explicação do conceito

Para a construção da explicação dos conceitos, utilizamos as informações dos capítulos em que são mencionadas, além de fontes externas indicadas na lista de referências. A metodologia de seleção das entradas do glossário envolveu leituras e busca de termos no texto dos capítulos do livro e observou os seguintes critérios: a) inclusão de todas as palavras, em qualquer língua, relacionadas com o EI, com o Oriente Médio ou com a religião islâmica; b) inclusão das palavras em árabe mencionadas no livro; c) inclusão dos nomes de personalidades relevantes para o tema do Oriente Médio e do EI; d) inclusão dos termos referentes a estruturas, órgãos e instituições relacionadas ao EI; e) inclusão dos locais e regiões no Oriente Médio e norte da África que auxiliam a localizar os acontecimentos descritos neste livro.

REFERÊNCIAS

ADAMEC, Ludwig W. *Historical Dictionary of Islam*. 3. ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2017.

ALVES, Ieda M.; ANJOS, Eliane D. dos. Uma experiência terminológica: a elaboração do Glossário de termos neológicos da economia. *Alfa*, v. 42, p. 205-221, 1998. Número especial.

COUNTER Extremism Project. *Counter Extremism Project*, 2020. Disponível em: https://www.counterextremism.com. Acesso em: 13 ago. 2020.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano.* São Paulo: Contexto, 2004.

ENCYCLOPÆDIA Britannica. *Encyclopædia Britannica*, 2020. Disponível em: https://www.britannica.com. Acesso em: 13 ago. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2014.

HASSAN, Hassan. The sectarianism of the Islamic State: ideological roots and political context. *Carnegie Endowment of International Peace*, 13 jun. 2016. Disponível em: http://carnegieendowment.org/2016/06/13/sectarianism-of-islamic-state-ideological-roots-and-political-context/j1iy. Acesso em: 13 ago. 2020.

MATTAR, Philip (ed.). *Encyclopedia of the Modern Middle East and North Africa*. 2. ed. Farmington Hills: Thomson Gale, 2004.

OXFORD Islamic Studies Online. *Oxford Islamic Studies Online*, 2020. Disponível em: http://oxfordislamicstudies.com. Acesso em: 13 ago. 2020.

TERRORISM Research & Analysis Consortium. *Terrorism Research & Analysis Consortium*, 2020. Disponível em: http://www.trackingterrorism.org. Acesso em: 6 abr. 2020.

GLOSSÁRIO

A

AAL ASH-SHEIKH, Abdul-Aziz ibn Abdullah [1943].
Grande Mufti da Arábia Saudita desde 1999, é membro da família Aal ash-Sheikh, que descende diretamente de Muhammad ibn ‘Abd al-Wahhab e tem grande tradição de formação de religiosos islâmicos no país. Abdul-Aziz é conhecido pelas declarações fortes contra atos e grupos terroristas, mas também por declarações controversas sobre o xiismo e o cristianismo, chegando a sugerir a destruição de igrejas na Península Arábica.

AARSAL (Líbano).
Cidade na província de Baalbek-Hermel, situada no nordeste do Líbano.

ABÁSSIDA, Califado.
O Califado Abássida foi o terceiro califado islâmico e o segundo califado dinástico. Foi fundado em 750 por Abu al-ʿAbbās ʿAbdu’llāh ibn Muhammad al-Saffāḥ (أبو العباس عبد الله بن محمد السفّاح), que retirou a dinastia Omíada do poder e existiu até 1258. Em seu auge, se estendia, no Oriente Médio, entre o Iêmen e a Geórgia, além de ter influência sobre zonas autônomas no norte da África, até o Emirado de Córdoba, na Espanha, e na região que compreende o Afeganistão, Paquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

ABDALLAH AZZAM, Brigadas.
Organização terrorista atuante no Líbano desde 2005 e também conhecida como al-Qaeda no Líbano.

ABD AL-RAHMAN, Abu [?-2006] (أبو عبد الرحمن العراقي).
Xeique Abu Abd al-Rahman foi conselheiro religioso de Abu Musab al-Zarqawi, líder da al-Qaeda no Iraque.

ABDEL-RAHMAN, Umar [1938-2017] (عمر عبد الرحمن).
Também conhecido como “Xeique Cego”. Membro importante da al-Qaeda e de outras organizações terroristas no Egito e no Afeganistão. Foi investigado por declarar a fátua (*ver*) que culminou no assassinato do presidente do Egito, Anwar Sadat, e cumpriu prisão perpétua nos EUA pelo envolvimento no ataque ao World Trade Center, de 1993, até sua morte em 2017. É considerado uma inspiração para o EI.

ABDULLAH II, rei da Jordânia [1962].
Rei da Jordânia desde 1999 e membro da dinastia Hashemita. Abdullah apoiou os esforços dos EUA no combate ao terrorismo, autorizando a manutenção de bases na Jordânia, na invasão do Iraque, em 2003.

ABRA, Batalha de.
Batalha entre forças do Hizbullah e o exército libanês no bairro de Abra, em Saida, no Líbano, em junho de 2013.

ABU ARAB, Sobhi [?].
Chefe das Forças de Segurança Nacional da Palestina.

ABU GHRAIB (Iraque).
Cidade na província de Bagdá, Iraque,

onde funcionou um complexo penitenciário entre os anos 1950 e 2014. Documentos indicaram a ocorrência de abusos contra detentos e tortura por oficiais do exército dos EUA em 2003.

ABU SAYYAF, Grupo.
Ver *Estado Islâmico nas Filipinas*.

ACADEMI.
Empresa privada militar dos EUA, também conhecida como Blackwater e Xe Services.

AL-ADNANI, Abu Muhammad [1977-2016] (أبو محمد العدناني).
Porta-voz do EI, também conhecido como Taha Subhi Falaha.

AIATOLÁ / AYATULLAH / AYATOLAH. (آيت‌الله , āyatollāh).
Título honorífico para clérigos xiitas. Sua tradução pode ser "sinal de Deus". É o maior título para um *mujtahid.*

AIN AL-HILWEH (Líbano).
Campo de refugiados palestinos na Província de Saida, no Líbano.

AJNABI (أجنبي , ajnabi).
Estrangeiro.

AKASHAT, mina de fosfato de (Iraque).
Mina de fosfato na cidade de Akashat, na província de Anbar, no Iraque.

AKKAR (Líbano).
Província no norte do Líbano.

AKKAS (Iraque).
Reserva de gás natural na província de Anbar, no oeste do Iraque.

ALÁ / ALLAH (الله , Allāh).
Deus.

ALEPPO (Síria).
Cidade e província no norte da Síria.

ALAUITA / ALAWITA (علوية , Alawīyah).
Seita derivada do ismaelismo, que por sua vez é uma divisão do xiismo. A divisão com o xiismo se dá sobre a sucessão do sexto imã, Ismael, do qual os ismaelitas se consideram descendentes. Atualmente os alauitas estão concentrados na região de Hatay, na Turquia, e na região costeira da Síria. Desde o Mandato Francês na Síria, os alauitas têm buscado aproximar sua doutrina ao xiismo. Os alauitas mais conhecidos são a família al-Assad, no poder na Síria desde 1963.

ALI, Profeta [601-661] (علي بن أبي طالب).
Ali ibn Abi Talib era primo e genro de Maomé. Foi escolhido como quarto califa em 656 e foi assassinado em 661. Ali é considerado pelos xiitas o sucessor de Maomé por direito. A escolha de Abu Bakr pelo Conselho da Shura como primeiro califa depois da morte de Maomé, ao invés de Ali, é um dos motivos da divisão entre sunitas e xiitas dentro do Islã.

ALIANÇA 8 DE MARÇO.
Aliança política formada no Líbano, em 2005, em oposição à Aliança 14 de Março. A aliança mobilizou apoiadores que agradeciam à Síria por ajudar a encerrar a guerra civil libanesa, no começo dos anos 1990, pelo apoio na estabilização do país, bem como pelo apoio à resistência libanesa à ocupação israelense. Atualmente a Aliança 8 de Março é composta pelo bloco (apoiado pelos governos do Irã e da Síria) dos partidos Hizbullah, Amal, Movimento Patriótico Livre, Partido Social Nacionalista Sírio, Marada e Federação Revolucionária Armênia.

ALIANÇA 14 DE MARÇO.
Aliança de forças políticas libanesas formada a partir da Revolução dos Cedros, em 2005, após o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq Hariri. A aliança pedia a retirada das tropas sírias do território libanês, o estabelecimento de uma comissão internacional para investigar o assassinato de Hariri, além do desarmamento do Hizbullah. A coalizão "anti-Síria" é liderada por Saad Hariri, filho de Rafiq, e atualmente é composta pelos partidos Movimento Futuro, Forças Libanesas e Falanges Libanesas (Kataeb). O bloco é apoiado pelos governos da Arábia Saudita e dos EUA.

ALLOUCH, Mustapha [1958]
(مصطفى علوش).
Político libanês, é membro do partido Movimento Futuro e da Aliança 14 de Março no Líbano.

AMAL [Partido político].
Partido político no Líbano ligado à comunidade xiita.

AMAQ.
Agência de notícias do EI. Utiliza o aplicativo de mensagens Telegram para distribuir suas reportagens.

AMERIYA (Bagdá, Iraque).
Bairro da cidade de Bagdá, capital do Iraque.

AL-ANBAR (Iraque).
Província localizada na região leste do Iraque. Grande parte de seu território esteve ocupado pelo EI entre 2014 e 2017.

AL-ANBARI, Abu Ali [1957/1959-2016]
(عبد الرحمن مصطفى القادولي).
Abdulrahman Mustafa al-Qaduli, também conhecido como Abu Ali al-Anbari, foi membro da al-Qaeda no Afeganistão. Anbari era o segundo na linha de comando do EI na Síria e foi considerado um possível sucessor na liderança do grupo, depois de Abu Bakr al-Baghdadi.

ANFAL, Operação.
Codinome de uma operação liderada pelo governo de Saddam Hussein, entre 1986 e 1989, no Curdistão Iraquiano. Durante esse período, aproximadamente 180 mil curdos e pessoas de outras minorias étnicas, como os yazidis e assírios, foram assassinados na região norte do Iraque.

ANJO PAVÃO / MELEK TAUS
(تاووس مەلیک , Tawusê Melek).
É uma das sete divindades cultuadas pela religião yazidi, também chamadas de "Anjos". Segundo a teologia yazidi, Deus criou o mundo, mas depois escolheu o Anjo Pavão para ser o responsável por sua criação e o tornou uma figura-chefe entre as divindades. O Anjo Pavão é erroneamente associado com Satã para o islã ou o cristianismo e, por causa disso, os yazidis sofrem perseguição religiosa e tentativas de conversão em massa. Argumenta-se que a figura mais próxima do Anjo Pavão para as religiões abraâmicas seria o Anjo Gabriel. Para mais informações sobre a religião e o grupo cultural, ver *yazidis*.

ANKARA (Turquia).
Capital da Turquia.

ANOOR, Mesquita (Brasil).
Mesquita fundada em 2013 em Campinas, São Paulo.

ANSARI, Sheikh [?].
Membro da Força Quds, a divisão internacional de inteligência da Guarda Revolucionária do Irã.

ANTISSEMITISMO.
Doutrina ou movimento de oposição aos judeus.

AOUN, Michel [1935] (ميشال نعيم عون).
Michel Naim Aoun ocupa o cargo de presidente do Líbano desde outubro de 2016. É membro do partido Movimento Patriótico Livre.

APAMEA (Síria).
Ruínas de antigas cidades grega e romana na província de Hama, na Síria. Possivelmente destruída pelo EI.

ÁRABE (idioma).
Língua de origem semítica surgida entre os séculos I e IV. Atualmente é falada no Oriente Médio, boa parte da Península Arábica e no norte da África.

ÁRABE (povo).
Natural, habitante ou cidadão da Península Arábica (Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Omã e Kuwait), o termo também é aplicado aos cidadãos de países cuja língua oficial é o árabe (além dos já citados, Argélia, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Síria, Sudão e Tunísia). Os árabes eram pastores nômades que habitavam a região do Oriente Médio e que utilizavam a poesia como sua maior expressão artística. Maomé foi membro da tribo árabe dos coraixitas (قريش , Quraysh), e diversos outros clãs árabes participaram das conquistas para expandir o domínio islâmico ao longo dos primeiros séculos do islã.

ARMÊNIO.
Relacionado ou pertencente à República da Armênia, localizada na região do Cáucaso. O platô armênio é ocupado desde a Pré-história e foi o local de origem do Império Hitita (1600 AEC-1100 AEC) e do Reino de Urartu (1000 AEC-600 AEC). No século XX, os armênios foram vítimas de um extermínio sistemático e expulsão em massa pelo governo otomano, que durou entre 1915 até o fim do Império Otomano, em 1923, com a morte de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas e milhares de pessoas forçadamente deslocadas para os países vizinhos, para a Europa e para a América. A República da Armênia foi anexada à URSS em 1922 e conseguiu sua independência em 1991. A Armênia foi o primeiro Estado a adotar a religião católica, no século IV, e atualmente a maioria dos armênios são membros da Igreja Apostólica Armênia, uma denominação da Igreja Ortodoxa Oriental.

ARAMAICO (idioma).
Idioma da subfamília semítica. Atualmente é falada por grupos dispersos na região do Levante, Crescente Fértil e Arábia Oriental, no Oriente Médio.

AL-ASKARI, Hasan [846-874] (الحسن ابن علي العسكري).
Hasan ibn Ali al-Askari, filho de Ali al-Hadi, é considerado o décimo primeiro imã pela corrente duodeciana do xiismo.

AL-ASKARI, Mesquita (Iraque).
Mesquita em Samarra, na província de Saladin, no sul do Iraque. Foi construída em 944 e nela está também localizado o mausoléu de Ali al-Hadi e de Hasan ibn Ali al-Askari. A mesquita foi bombardeada por extremistas em 2006 e 2007.

AL-ASSAD, Bashar [1965] (بشار حافظ الأسد).
Bashar Hafez al-Assad ocupa o cargo de presidente da Síria desde julho de 2000. É membro do partido Baʿath da Síria.

AL-ASSAD, Hafez [1930-2000]
(حافظ الأسد , Ḥāfiẓ al-ʾAsad).
Hafez al-Assad ocupou o cargo de presidente da Síria entre 1970 até sua morte em 2000. Participou de três golpes de Estado na Síria, em 1963, que levou seu partido, o partido Baʿath da Síria, ao poder. Em 1966, concentrou o poder na ala militar radical do partido. Em 1970, se consolidou como presidente do país.

AL-ASSIR, Ahmad [1968].
Xeique salafista, ex-imã da mesquita Bilal bin Rabah em Saida, Líbano, ficou conhecido por incitar a violência sectária, especialmente contra apoiadores do Hizbullah. Foi condenado à morte em 2017 por seu envolvimento na Batalha de Saida, que resultou na morte de 38 pessoas.

ASSÍRIO.
Grupo étnico de maioria cristã, presente principalmente no norte do Iraque, sudeste da Turquia, noroeste do Irã e nordeste da Síria. Entre 1915 e 1918, os assírios foram vítimas de perseguição e extermínio sistemático por forças turcas e curdas.

ATATÜRK, Mustafa Kemal [1881-1938].
Estadista e reformador, foi o fundador e o primeiro presidente da República da Turquia entre 1923 e 1938. Atatürk foi o líder dos nacionalistas turcos durante a guerra de independência do país (1919-1923). Eles não concordavam com os termos de rendição do Império Otomano estabelecidos no Tratado de Sèvres (1920). Durante seu mandato presidencial, Atatürk modernizou os sistemas legais e educacionais do país e incentivou a secularização da Turquia.

AL-ATHARI, Abu Human [1984-2017]
(تركي بن مبارك البنعلي).
Turki ibn Mubarak al-Binali, mais conhecido por Abu Human al-Athari, foi um membro do EI, ocupou o cargo de chefe de investigações e estudos e tinha grande influência religiosa dentro do grupo. Foi responsável por organizar leituras e fátuas para os treinamentos de novos recrutas. Al-Binali foi um aluno de Abu Muhammad al-Maqdisi.

ÁTILA, Operação.
Operação da Polícia Federal realizada nos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo em 2018 contra suspeitos de crimes de terrorismo no Brasil.

AUM SHINRIKYO (オウム真理教).
Culto baseado em preceitos budistas, cristãos e hindus, responsabilizado pelo ataque com gás sarin no metrô de Tóquio em 1995, além de ataques com armas químicas e outros crimes no Japão. O ataque em Tóquio matou treze pessoas e feriu 1.034. Seu líder, Shoko Asahara, e outras doze pessoas foram condenadas à pena de morte em 2018. Em 2007, a organização se dividiu em duas, *Aleph* e *Hikari no Wa*.

AUTOADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA (DSA).
Órgão administrativo regional em Rojava, no nordeste da Síria, no território também denominado Curdistão sírio.

AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA.
Governo autônomo palestino que opera em partes de Gaza e Cisjordânia desde 1994, como resultado das decisões do Acordo de Oslo (1993) entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o governo de Israel.

AUTORIDADE PROVISÓRIA DA COALIZÃO (APC).
Governo de transição criado após a invasão do Iraque pelos EUA, Reino Unido e pela

coalizão internacional formada para depor Saddam Hussein. A APC funcionou entre 21 de abril de 2003 a 28 de junho de 2004.

AZAZ (Síria).
Também grafada como Aʿzāz, a cidade está localizada na província de Aleppo, no norte da Síria.

AL-AZHAR, Universidade.
Universidade associada à Mesquita al-Azhar, no Egito, fundada no século X, durante o Califado Fatimida.

AZZAM, Abdallah Yusuf [1941-1989].
Teólogo sunita e fundador da al-Qaeda, em 1988, junto com Osama bin Laden e outros.

B

BAʿATH [Partido político] (البعثية , Baʿath).
Partido político que defende uma ideologia nacionalista árabe, rejeitando o pluralismo político, com base nas ideias de Michel Aflaq, Salah al-Din al-Bitar e Zaki al-Arsuzi. Tem ramificações em grande parte dos países com maioria árabe. É o partido do presidente da Síria, Bashar al-Assad, e foi o partido do presidente do Iraque entre 1979 e 2003, Saddam Hussein.

BAB AL-TABBANEH (Trípoli, Líbano).
Bairro na cidade de Trípoli, no Líbano, de maioria islâmica sunita. Há um histórico de conflitos com o bairro vizinho, Jabal Mohsen, de maioria islâmica alauita.

BADR, Organização [Partido político].
Anteriormente conhecida como Brigadas Badr, é uma organização política e militar fundada no Irã, em 1982, por dissidentes iraquianos que lutaram ao lado do Irã na guerra contra o Iraque, entre 1980 e 1988. Até 2003, as Organizações Badr eram o braço militar do Conselho Supremo Islâmico do Iraque (ver *Conselho Supremo Islâmico do Iraque*), com base no Irã. Depois da invasão do Iraque por uma coalizão internacional em 2003, a organização se tornou um partido político e se desvinculou do conselho.

BAGDÁ (Iraque).
Capital do Iraque no coração da antiga Mesopotâmia, maior cidade do Iraque e uma das aglomerações urbanas mais populosas do Oriente Médio.

AL-BAGHDADI, Abu Bakr [1971-2019] (أبو بكر البغدادي).
Ibrahim Awad Ibrahim Ali al-Badri al-Samarrai (إبراهيم عواد إبراهيم علي محمد البدري ال امرائي), também conhecido como Abu Bakr al-Baghdadi, foi o líder do EI (e de sua precursora, EI no Iraque) entre 2010 até sua morte em 2019. Baghdadi foi escolhido pelo Conselho da Shura do EI como califa do EI, adotando o nome de califa Ibrahim em junho de 2014. Durante uma operação para sua captura, em outubro de 2019, Baghdadi se suicidou com um colete explosivo. O Conselho da Shura do EI indicou Abu Ibrahim al-Hashimi al-Qurashi como seu sucessor em outubro de 2019.

AL-BAGHDADI, Abu Umar al-Qurashi [1959-2010] (أبو عمر القرشي البغدادي).
Hamid Dawud Muhammad Khalil al-Zawi (حميد داود محمد خليل الزاوي), também conhecido por Abu Umar al-Qurashi al-Baghdadi, foi o líder do EI no Iraque entre 2006 até sua morte em 2010. O Conselho da Shura indicou Abu Bakr al-Baghdadi como seu sucessor.

BAGHUZ (Síria).
Cidade na província de Deir ez-Zor, no leste da Síria.

BAKR, Abu (califa) [573-634]
(أبو بكر عبد أالله بن عثمان).
Abu Bakr Abdullah ibn Uthman foi o primeiro califa do Califado Rashidun entre 632 até sua morte em 634. Escolhido pelo Conselho da Shura composto pelos companheiros de Maomé, a sucessão criou a primeira divisão no islã entre os sunitas – que concordam com a indicação de Abu Bakr – e os xiitas – que acreditam que o sucessor deveria ser Ali ibn Abi Talib.

BAKR, Haji [1958/1964-2014] (حجي بكر).
Bakr é um dos responsáveis pela estratégia que garantiu a expansão e a consolidação do EI entre 2013 e 2014, utilizando alianças locais, táticas de inteligência e espionagem.

BAALSHAMIN, Templo de.
Templo cananeu dedicado a Baalshamin construído no século II e parte do complexo arqueológico de Palmira, na província de Homs, na Síria. É um dos sítios arqueológicos destruídos pelo EI durante a ocupação da região entre 2015 e 2016.

AL-BANNA, Hasan [1906-1949]
(حسن البنا).
Quando fundou a Irmandade Muçulmana, Hasan al-Banna era professor em Ismaʿiliyya, uma cidade na região do canal de Suez com grande população imigrante inglesa e francesa. Hasan defendia que o islã era a solução dos problemas enfrentados pelo Egito e o mundo islâmico e fundou a organização para oferecer serviços sociais baseados nos preceitos islâmicos. Hasan também defendia a substituição das instituições seculares pelas instituições islâmicas. A Irmandade Muçulmana rapidamente se tornou uma grande força política no Egito, e o governo egípcio alternava em considerar a organização uma aliada e uma inimiga de seus interesses. Hasan al-Banna foi assassinado pela polícia egípcia em fevereiro de 1949.

BANI HASAN (Tribo).
Tribo seminomádica de origem beduína do norte da Jordânia. A tribo é apoiadora da família real Hashemita da Jordânia e ocupa cargos militares e políticos, com certa influência e renome no país.

BAQUBAH (Iraque).
Cidade na província de Diyala no leste do Iraque.

BASHAR, Lamiya Aji [1998]
(لمياء حجي بشار).
Ativista de direitos humanos yazidi. Entre 2014 e 2016, Lamiya foi sequestrada pelo EI e forçada a se tornar uma escrava sexual e a costurar coletes explosivos.

BASHIQA (Curdistão Iraquiano).
Cidade na província de Nínive, no Curdistão Iraquiano, no norte do Iraque.

BASRA (Iraque).
Cidade na província de mesmo nome, no sudeste do Iraque.

AL-BATTAR.
Manual de treinamento *on-line* produzido pela al-Qaeda.

AL-BAYAN.
Rádio oficial do EI, transmitida a partir de Mossul entre 2015 e 2017. A programação era transmitida em árabe, curdo, francês, inglês e russo.

BAYʿAH (بيعة , bayʿah).
Declaração de fidelidade a um líder. Historicamente, foi praticada por Maomé para indicar a conversão ao islã. É utilizada também no contexto da al-Qaeda

e do EI para se referir à declaração de filiação ou apoio por outros grupos.

BEDUÍNO.
Grupo árabe habitante dos desertos na Península Arábica e norte da África, historicamente nômade e envolvido com atividades de pastoreio. O termo ainda é utilizado na atualidade, porém, para indicar as tribos e famílias com origem beduína. É estimado que aproximadamente 5% da população da Arábia Saudita viva de forma nomádica.

BENJAMIN, Daniel [?].
Diretor de Ameaças Transnacionais do Conselho Nacional de Segurança dos EUA durante a administração Clinton.

BERG, Nicholas [1978-2004].
Empresário, natural dos EUA, decapitado por Abu Musab al-Zarqawi, em 2004.

AL-BILAWI, Abu Abdulrahman [1971-2014].
Adnan Ismail Najm al-Bilawi al-Dulaimi (عدنان إسماعيل نجم البيلاوي الدليمي) foi um comandante do EI que realizou o planejamento do ataque a Mossul no Iraque.

BIN ALI, Zine al-Abidine [1936-2019] (زين العابدين بن علي).
Presidente da Tunísia entre 1987 e 2011, bin Ali foi deposto em consequência dos protestos conhecidos como Primavera Árabe. Após sua deposição, exilou-se na Arábia Saudita.

BIN JAWAD (Líbia).
Cidade no distrito de Sirte, na Líbia.

BIQA / BEQAA, Vale do (Líbano).
Vale localizado na província de Baalbek-Hermel, no Líbano, que compreende a região mais importante para a agricultura do país.

BIZANTINO, Império.
Também conhecido como Império Romano Oriental, o Império Bizantino foi a continuação do Império Romano, mesmo após a tomada dos territórios do sul da Europa, no século V, pelos povos germânicos. O Império Bizantino continuou a existir até 1453, quando Constantinopla, sua capital, foi tomada pelos Otomanos.

BOKO HARAM.
Ver *Estado Islâmico na África ocidental*.

BOURJ EL-BARAJNEH (Beirute).
Município localizado nos subúrbios de Beirute, capital do Líbano. Desde 1948, o município abriga um acampamento de refugiados. Criado para receber refugiados palestinos vindos do norte de Israel, atualmente o acampamento também abriga sírios.

BREMER, Paul [1941].
Administrou a Autoridade Provisória da Coalizão (APC) no Iraque, entre 2003 e 2004, até a formação do Governo de Transição do Iraque. Entre as primeiras medidas tomadas por Paul Bremer enquanto era administrador da APC estão a proibição do partido Baʿath no Iraque e o desmantelamento do Exército iraquiano.

BRIGADA DOS SUNITAS LIVRES DE BAALBEK (أحرار السنة بعلبك, Ahrar al-Sunna Baalbek).
Grupo terrorista ativo no Líbano, declarou fidelidade ao EI em junho de 2014.

AL-BU BADRI [Tribo].
Tribo árabe no Iraque, localizada em Samarra e Diyala e em Bagdá.

BUSH, George W. [1946].
Ocupou o cargo de presidente dos EUA entre 2001 e 2009. Durante seu governo,

os EUA liderou a coalizão que invadiu o Iraque em 2003. A partir de 2003 foi organizada a Autoridade Provisória da Coalizão (APC), até a organização do Governo de Transição do Iraque. A retirada total das tropas da coalizão ocorreu em 2011.

C

CABUL (Afeganistão).
Capital do Afeganistão.

CAIRO (Egito)
Capital do Egito.

CALDEU.
Natural ou habitante da Caldeia, região primitivamente pantanosa às margens dos rios Tigre e Eufrates, ao sul da Babilônia.

CALIFADO / KHILAFAH (خلافة , khilāfah).
Modo de organização territorial islâmico. Termo empregado por Abu Bakr, o primeiro califa, para denominar os territórios islâmicos após a morte de Maomé.

CAMP BUCCA.
Penitenciária militar no sul do Iraque administrada pelos EUA, conhecida por ter abrigado diversas pessoas que se radicalizaram durante o período de detenção. Posteriormente, tornaram-se membros do EI e de outras organizações extremistas.

CANSIZ, Sakine [1958-2013].
Cofundadora do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e ativista da causa curda. Foi encontrada morta junto com Fidan Doğan e Leyla Şöylemez no Centro de Informação do Curdistão de Paris em 2013.

CARIJITA / KHARIJITE / KHAWARIJ (الخوارج , al-Khawārij).
Seita islâmica que surgiu no contexto da crise de liderança provocada pela sucessão de Maomé. Em 657, os carijitas discordaram da possibilidade de o Profeta Ali arbitrar o conflito com Moáuia I, que, como rebelde, deveria ser punido. Essa revolta dos carijitas terminou em derrota em uma batalha contra Ali em 658. Posteriormente, em 661, Ali foi assassinado por um carijita.

CÁUCASO.
Região do sudoeste da Europa entre o mar Negro e o mar Cáspio.

CENTRO DE DIVULGAÇÃO DO ISLAM PARA AMÉRICA LATINA (CDIAL).
Organização fundada em 1987 para apoiar a divulgação da religião islâmica no continente latino-americano.

CHECHÊNIA (Rússia).
Antiga república da ex-URSS localizada entre os mares Cáspio e Negro.

CHIBOK (Nigéria).
Cidade localizada ao sul da Nigéria.

COALIZÃO GLOBAL PARA DERROTAR O EI.
Coalizão formada em 2014 e liderada pelos EUA que reuniu 82 países na luta contra o EI.

COLHEITA DE SOLDADO, Operação.
Operação organizada pelo EI entre 2013 e 2014 com foco na intimidação das forças de segurança iraquianas. O nome se refere aos métodos utilizados pelo EI, que incluíam a destruição das casas de oficiais de segurança.

COLOMBO (Sri Lanka).
Capital do Sri Lanka. Está localizada no lado oeste do país e é um dos principais portos do oceano Índico.

CONFESSIONALISMO [Sistema político].
Um sistema político confessional representa a institucionalização da religião dentro do jogo político de um país. Geralmente significa a adoção de regras de proporcionalidade entre diferentes grupos religiosos. O sistema político confessional libanês estabelece proporcionalidades para a representação no Executivo, no Legislativo e nas Forças Armadas, buscando equilibrar a força política de cada grupo religioso do país. No Líbano, a divisão confessional estabelece que o presidente e o comandante das Forças Armadas sejam maronitas cristãos, o primeiro-ministro seja islâmico sunita, o porta-voz do Parlamento seja islâmico xiita, o vice-porta-voz do Parlamento seja cristão grego ortodoxo e o chefe das Forças Armadas seja druso. No Iraque, apesar de não ser um requerimento constitucional, convencionou-se que o presidente seja curdo, o porta-voz do Parlamento seja árabe sunita e o primeiro-ministro seja árabe xiita.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO.
Organização de integração regional, política, econômica e social criada em 1981. Reúne seis países do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Kuwait.

CONSELHO MUJAHIDIN SHURA.
Ver *Estado Islâmico*.

CONSELHO SUPREMO ISLÂMICO DO IRAQUE (CSII) [Partido político].
Partido político islamista xiita do Iraque. Em sua origem, foi uma organização política insurgente para os xiitas iraquianos, fundada no Irã, em 1982, com o nome de Conselho Supremo da Revolução Islâmica no Iraque. As Brigadas Badr atuaram como milícia do CSII até 2003 (ver *Badr, Organização*).

CORÃO / ALCORÃO / AL-QUR'ĀN
(القرآن , al-qurʾān).
Livro sagrado do islã, organizado em 114 capítulos, ou surahs (سورة). Segundo a crença islâmica, o livro foi escrito a partir das revelações de Deus a Maomé e representa literalmente a palavra de Deus.

CRUZ VERMELHA E CRESCENTE VERMELHO, Movimento Internacional.
Movimento empenhado na ajuda humanitária a povos que estejam enfrentando períodos de guerra ou tragédias naturais. O termo Cruz Vermelha é usado em países cristãos e Crescente Vermelho em países islâmicos.

CURDISTÃO.
Área no sudoeste da Ásia, habitada pelo grupo étnico curdo. Está atualmente dividida entre cinco países: Armênia, Irã, Iraque, Síria e Turquia.

CURDO (idioma).
Idioma utilizado principalmente no Curdistão, o curdo é uma língua indo-iraniana pertencente ao tronco linguístico indo-europeu. Devido à divisão do Curdistão entre países diferentes, a língua curda é escrita no alfabeto latino na Turquia e na Síria, com o alfabeto arábico no Irã e no Iraque e com o alfabeto cirílico na Armênia.

CURDO.
O povo curdo é um grupo étnico de origem ariana que habita a região do Curdistão desde o século VII AEC. A maioria dos curdos é islâmica sunita com uma pequena parcela islâmica xiita. O sufismo também é tradicionalmente forte entre os povos curdos. Ao longo do século XX e XXI, o povo curdo foi vítima de diversos ataques genocidas, de limpeza étnica, de remoção

territorial e de apagamento de traços culturais pelos governos de Irã, Iraque e Turquia. Por causa da perseguição, atualmente se percebe uma forte mobilização da diáspora curda em favor de maior autonomia ou independência para o povo curdo.

CYBERJIHAD.
O termo *cyberjihad* é utilizado para identificar a atuação de jihadistas extremistas na internet, por exemplo, a atuação de *hackers* contra alvos percebidos como contrários a seus objetivos. O EI desenvolveu uma nova forma de atuação e presença na internet que também tem sido identificada como parte do *cyberjihad*, ou ligada ao estabelecimento de um califado virtual, ou cybercalifado. Essa presença do EI serve para transmitir suas mensagens para um grande público e visa facilitar as atividades de recrutamento de combatentes, ou mesmo de radicalização de lobos solitários para atuarem em seus próprios países.

D

DABIQ [Revista].
Revista eletrônica do EI em inglês publicada entre 2014 e 2016. O nome da revista faz referência à cidade de Dabiq, no norte da Síria, que é mencionada em um *hadith* sobre o Armagedom, na qual a luta final entre forças islâmicas e infiéis aconteceria. A revista publicou quinze números, e seu objetivo era apresentar as ideias do EI para reforçar sua legitimação religiosa entre os muçulmanos.

DABIQ (Síria).
Cidade ao norte da Síria e província de Aleppo.

DAʿISH / DAESH.
Ver *Estado Islâmico*.

DAMASCO (Síria).
Localizada na parte sudoeste do país, a cidade é a capital da Síria.

DAR AL-FATWA.
Instituição governamental libanesa criada em 1922 e encarregada de emitir decisões legais específicas para a comunidade sunita, administrar escolas religiosas e supervisionar mesquitas. Ver *Confessionalismo*.

DAR-AL-HARB (دار الحرب).
Em tradução literal, significa residência da guerra. O termo foi criado em 732, durante o Califado Omíada, para indicar um território que não é governado pelas leis islâmicas ou com o qual não há tratado de não agressão. Sua existência atual pode ser considerada limitada, uma vez que os países islâmicos participam do sistema internacional (inclusive como membros da ONU), o que em tese cria um tratado de não agressão com os países não islâmicos.

DAR-AL-ISLAM (دار الإسلام).
Em tradução literal, significa residência do islã. O termo indica um local ou país em que os islâmicos podem praticar sua religião e viver sob leis islâmicas. A opinião majoritária compreende que é necessário que o governo seja islâmico e adote as regras da xaria para se encaixar nesse conceito. Há também entendimentos de que os locais seculares em que os islâmicos podem praticar sua religião livremente podem ser considerados *Dar al-Islam*.

AL-DAWLA / AD-DAWLA (الدولة , ad-dawla).
Refere-se à sucessão dinástica, principalmente após o início do período do Califado Abássida. Desde o século XIX, o termo passou a ser utilizado como o conceito de Estado, em especial o Estado secular.

DEIR EZ-ZOR (Síria).
A maior cidade na região leste da Síria.

DESPERTAR SUNITA ÁRABE.
Movimento caracterizado pela revolta de populações locais no Iraque contra as atividades da al-Qaeda, iniciado em 2006, na província de Anbar. O movimento contou com apoio do governo do Iraque.

DINAR.
Moeda de ouro cunhada pelos árabes desde o final do século VII e também na Península Ibérica no século XII.

DIRIK, Dilar [?].
Ativista do Kurdish Women's Movement, doutora em Sociologia, escreve sobre o movimento de libertação do povo curdo para a imprensa internacional.

DIWAN
(ديوان , dīvān).
Departamento ou ministério.

DIWAN BAYT AL-MAL.
Historicamente, uma instituição financeira responsável pela administração de impostos, que também gerenciava as finanças pessoais dos califas e sultões e os gastos do governo.

DIYALA (Iraque).
Província na região leste do Iraque.

DOĞAN, Fidan [1982-2013].
Ativista curda, trabalhou no Centro de Informação do Curdistão em Paris. Foi encontrada morta junto com Sakine Cansız e Leyla Şöylemez em 2013.

DOHA (Qatar).
Capital do Qatar. A cidade fica ao longo de uma baía do golfo Pérsico.

DOHUK (Curdistão Iraquiano).
Capital do Governo Regional do Curdistão, com maioria populacional de assírios.

DORA (Bagdá, Iraque).
Um dos distritos da cidade de Bagdá.

E

ELPHINSTON, William. G. [1886-1952].
Coronel e oficial do Serviço de Inteligência do Reino Unido. Desempenhou diversos trabalhos na região do Oriente Médio, como Iraque e Síria, e teve um papel importante na divulgação da causa da independência curda para a ONU em 1946.

EMIR (أمير , ʾamīr).
Em tradução literal, comandante, líder, rei. O termo é utilizado para fazer referência a um título aristocrático ou militar. Atualmente é utilizado para fazer referência a líderes de organizações islâmicas ou chefes de Estado em Emirados.

ESTADO ISLÂMICO
(الدولة الإسلامية , ad-Dawla al-Islāmiyah).
Organização terrorista extremista que ocupou territórios entre o norte e oeste do Iraque e o norte e leste da Síria, entre sua fundação, em 2014, e 2019. Formada a partir de grupos afiliados à al-Qaeda no Iraque, o EI foi também chamado Estado Islâmico no Iraque e Estado Islâmico no Iraque e no Levante (ou na Síria). Entre as organizações que o precederam, estão o Conselho Mujahidin Shura (Majlis Shura al-Mujahidin) e a Coalizão Mutayibeen.

ESTADO ISLÂMICO NA ARGÉLIA.
Grupo terrorista atuante na Argélia e na Tunísia. O grupo era anteriormente conhecido como al-Qaeda no Magrebe Islâmico e atuava desde 2007

na região. Em 2014, o grupo declarou *bayʿah* ao EI. É também conhecido como Jund al-Khilafah fi Ard al-Jazair.

ESTADO ISLÂMICO NAS FILIPINAS.
Grupo terrorista jihadista atuante nas ilhas de Basilan e Jolo nas Filipinas. Também é conhecido pelo nome de Grupo Abu Sayyaf. O grupo declarou *bayʿah* ao EI em 2014.

ESTADO ISLÂMICO NA ÁFRICA OCIDENTAL.
Anteriormente chamado Jamaʿatu Ahlis Sunna Lidda'awati wal-Jihad (جماعة أهل السنة للدعوة والجهاد) e conhecido também como Boko Haram, o grupo declarou *bayʿah* ao EI em março de 2015. O Estado Islâmco na África ocidental busca a imposição da xaria no norte da Nigéria e foi incluído na Lista de Sanções da ONU por relacionamento com o EI e a al-Qaeda desde 2014.

ERBIL (Curdistão Iraquiano).
Cidade situada no norte do Iraque e uma das mais antigas do mundo. Erbil é hoje um importante centro comercial e rota de mercadorias entre Turquia e Iraque.

EUFRATES (rio).
Rio com aproximadamente 2,7 mil quilômetros de extensão, nasce nas montanhas a leste da Turquia e forma, junto com o rio Tigre, a maior bacia hidrográfica do sudoeste da Ásia.

EXÉRCITO LIVRE DA SÍRIA.
Grupo formado em 2011 por oficiais das Forças Armadas Sírias e população civil, para proteger a revolução e derrubar o regime na Síria.

EXÉRCITO REPUBLICANO IRLANDÊS INTERINO (IRA) (Óglaigh na hÉireann / Sealadaigh).
Grupo paramilitar formado em 1969 na Irlanda, que demandava autonomia da Irlanda do Norte da Inglaterra e a reunificação das duas Irlandas. O nome Exército Republicano Irlandês foi utilizado por muitos grupos na Irlanda e na Irlanda do Norte com objetivos políticos diversos desde a fundação do grupo original em 1917.

F

FALLUJAH (Iraque).
Cidade a oeste de Bagdá, às margens do rio Eufrates.

FÁTUA / FATWA (فتوىٰ , fatwā).
Decisão jurídica tomada por um especialista em legislação islâmica (xaria), denominado *mufti.* Uma tradução possível é "opinião legal". Fátuas declaradas por juristas importantes podem formar precedentes para casos futuros.

FILHOS DO IRAQUE, Projeto.
Inspirado no movimento Despertar Sunita Árabe, o projeto, patrocinado pelos EUA a partir de 2007 e depois adotado pelo governo iraquiano, criou parcerias com xeiques tribais e oficiais militares para ampliar a resistência contra a al-Qaeda.

FLACH, Anja [?].
Etnóloga e ativista da causa curda, passou dois anos acompanhando grupos de mulheres guerrilheiras curdas.

FOLEY, James [1973-2014].
Fotógrafo do *GlobalPost*, o vídeo de sua decapitação foi divulgado pelo EI em 2014.

FRANGIEH, Suleiman Bey [1965].
Político libanês, cristão maronita e presidente do Movimento Marada. Suleiman Bey

Frangieh é neto de Suleiman Bey Kabalan Frangieh, presidente do Líbano entre 1970 e 1976. Entre 1967 e 1991, o Marada funcionou como a milícia pessoal de Kabalan até se tornar um partido político. Atualmente é participante da Aliança 8 de Março.

MOVIMENTO DE MULHERES LIVRES DO CURDISTÃO (TAJK) (Tevgera Azadîya Jinên Kurdistan).
Nome adotado, após 1993, pela União Patriótica das Mulheres do Curdistão (Yekitiya Jinên Welatparezên Kurdistan, YJWK). O YJWK foi um movimento político fundado na Alemanha que existiu entre 1987 e 1993 e foi uma das primeiras organizações de mulheres curdas. O movimento emergiu de coletivos de mulheres do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK).

FREMSKRITTSPARTIET (FrP), [Partido político].
Partido político da Noruega fundado em 1973. A tradução para o português seria "Partido do Progresso da Noruega".

FORÇAS DEMOCRÁTICAS SÍRIAS (FDS).
Aliança entre milícias curdas, árabes e assírias estabelecida em 2015, com o propósito de criar um Estado secular, democrático e descentralizado na Síria. É liderado pelas Unidades de Proteção Popular (YPG).

FUQAHA (فقهاء , fuqahā)
Plural de *faqīh* (فقيه), identifica os juristas islâmicos, especialistas em *fiqh* (فقه), a jurisprudência islâmica. *Fiqh* é comumente descrita como o entendimento humano da lei islâmica (xaria).

AL-FURQAN, Fundação.
Produtora de mídia associada ao EI e fundada em 2006 para a produção de propaganda e declarações oficiais do grupo. O nome da fundação faz referência a um dos capítulos do Corão, "al-Furqan", que significa "critério", e refere-se ao fato de o Corão ser o fator decisivo entre o que é o bem e o mal.

G

GAZA, Faixa de (Palestina).
Região no sudoeste palestino e nome do principal centro urbano ali localizado. Desde 2005 está sob o controle palestino. Anteriormente, a cidade foi a sede administrativa das forças militares israelenses na ocupação da Faixa de Gaza.

AL-GHANNŪSHĪ, Rāshid [1941].
Político da Tunísia e cofundador do Partido Ennahdha, um partido islamista que defende a compatibilidade de um sistema democrático com a religião islâmica.

GOVERNO REGIONAL DO CURDISTÃO (Iraque).
É o governo oficial da Região Autônoma do Curdistão no norte do Iraque. Foi formado com apoio internacional, após anos de luta por autonomia do povo curdo. Em 1991, os EUA anunciaram a criação de uma zona de proteção no norte do Iraque em resposta aos atos de genocídio e limpeza étnica organizados pelo governo do Iraque, dos quais se destaca o ataque com armas químicas, na cidade de Halabka, em 1988. Algumas áreas ao sul do Curdistão Iraquiano permanecem em disputa com o governo central do Iraque.

GROUPE ISLAMIQUE ARMÉ.
Grupo terrorista argelino ativo na Argélia e na França entre 1993 e 2004. Um grupo dissidente, chamado Grupo Salafista para Pregação e Combate, declarou apoio a al-Qaeda em 2003 e, em

2007, passou a se chamar Organização al-Qaeda no Maghreb Islâmico.

GUARDA REVOLUCIONÁRIA DO IRÃ.
Divisão das Forças Armadas do Irã, nasceu após a revolução iraniana, em 1979, para proteger o sistema político da República Islâmica do Irã.

H

AL-HADI, Ali [829-868].
Foi o décimo imã para o xiismo e sucedeu seu pai Muhammad al-Jawwad em 835.

HADITH (حديث , aḥādīth).
Hadith é um relato que transmite o que o Profeta Maomé falou e fez. Os *haditHs* podem se referir a relatos do que Maomé falou (*qawli*) ou fez (*fi ̇li*) enquanto estava inspirado por entidades divinas (*qudsi*). Fazem parte da xaria (lei islâmica), a segunda fonte de legislação depois do Corão, uma vez que o livro recomenda obediência ao Profeta em termos legais e rituais.

HAMAD, Jamal [?].
Clérigo e líder do grupo al-Shabab al-Muslim, com forte atuação no campo de refugiados de Ain al-Hilweh.

HAMAS.
Movimento nacionalista palestino islâmico, surgido em 1987 na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, para estabelecer um Estado palestino independente. Em sua origem, está ligado à Associação da Irmandade Muçulmana. Ao longo dos anos, utilizou diversas táticas de confronto com o governo de Israel, como atentados suicidas a bomba e bombardeios a ônibus, na maioria das vezes direcionados contra as tropas israelenses na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Também realizou ataques contra civis em territórios israelenses. Os ataques do Hamas a alvos israelenses são considerados um dos principais motivos para a eleição de Benjamin Netanyahu para primeiro-ministro de Israel no período 1996-1999. A eleição de Netanyahu causou o colapso do frágil processo de paz entre Israel e a Autoridade Palestina. O Hamas possui um braço que provê serviços sociais (*Dawah*) e um braço militar (Brigadas Izz ad-Din al-Qassam). Atualmente é a autoridade governante na Faixa de Gaza desde 2007.

HANBALI, Escola Jurídica Islâmica.
Iniciada pelos estudos de Ahmad ibn Hanbal, no século IX, a Hanbali é uma das quatro escolas jurídicas islâmicas sunitas mais importantes junto com as Escolas Maliki, Shafi ̇i e Hanafi. É considerada uma escola tradicionalista que influenciou movimentos reformistas, como a Irmandade Muçulmana e o salafismo. Taqī ad-Dīn Aḥmad ibn Taymiyya é um dos teólogos mais famosos da Escola Hanbali e é conhecido por seus escritos contra o xiismo, o sufismo, os filósofos e os especialistas em lógica.

AL-HAKIM, Muhammad Baqir [1939-2003].
Cofundador e líder do Conselho Supremo Islâmico do Iraque até sua morte em 2003. Al-Hakim foi uma das 95 vítimas do ataque à Mesquita Imã Ali, em Najaf, no Iraque, cuja responsibilidade foi reivindicada pela al-Qaeda no Iraque.

HARET HREIK (Líbano).
Cidade ao sul de Beirute, no Líbano, com população xiita e maronita cristã. A sede do partido Hizbullah está localizada em Haret Hreik.

HARIRI, Rafiq [1944-2005].
Primeiro-ministro do Líbano nos mandatos

de 1992-1998 e 2000-2004 pelo Movimento Futuro. Teve papel importante na assinatura do acordo que criou as bases para o término da guerra civil no Líbano, em 1989. Rafiq e mais 22 pessoas foram mortas em um ataque com um carro bomba suicida, em 2005, com consequências políticas importantes para o Líbano, como a formação das Alianças 14 de Março e 8 de Março e a acusação de quatro membros do partido Hizbullah na organização do crime. Um Tribunal Especial instituído pela ONU concluiu, em 2020, que não havia indícios de envolvimento da liderança do Hizbullah no crime, considerou Salim Ayyash (membro do Hizbullah) culpado de conspiração para ato terrorista e absolveu os outros três membros do partido por falta de provas.

HARIRI, Saad [1970].
Primeiro-ministro do Líbano no mandato 2009-2011 e 2016-2020 pelo Movimento Futuro. É filho de Rafiq Hariri. Saad abdicou de seu mandato como primeiro-ministro em outubro de 2019, motivado por uma série de protestos no Líbano que demandavam melhorias econômicas, transparência política e reformas no sistema político confessional libanês. Seu governo sofreu diversas acusações de corrupção.

AL-HASAKEH (Curdistão sírio).
Cidade no nordeste da Síria às margens do rio Khabur.

AL-HASHIMI, Tariq [1942]
Vice-presidente do Iraque pelo Partido Islâmico do Iraque entre 2006 e 2012.

HASHTAG, Operação.
Operação da Polícia Federal do Brasil sobre o suposto ramo do EI no período dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016.

AL-ḤAYAT MEDIA CENTER.
É o braço midiático do EI e produz material em diversos idiomas. Produziu revistas e vídeos que funcionam como propaganda para o EI, como o *Flames of war*, que mostra o funcionamento do EI em 2014.

HAYʿAT TAHRIR AL-SHAM
(هيئة للتحرير الشام).
Grupo militante sunita atuante na guerra civil síria, cujo nome pode ser traduzido por Organização para a Libertação do Levante. É formado a partir da combinação de diversos grupos sírios, como Jabhat Fatah al-Sham, Frente Ansar al-Din, Jaysh al-Sunna, Liwa al-Haqq e Nour al-Din al-Zenki. O Jabhat Fatah al-Sham, que anteriormente se chamava Jabhat al-Nusra, ou Frente al-Nusra, tem ligações fortes com a al-Qaeda e chegou a receber a denominação al-Qaeda no Levante (ou na Síria), além de ter ligações com o EI. O atual comandante da Hayʿat Tahrir al-Sham e fundador da Jabhat al-Nusra, Abu Muhammad al-Julani, foi enviado, em 2012, por Abu Bakr al-Baghdadi, emir do EI, para liderar a expansão do EI na Síria.

HERAT (Afeganistão).
Região de áreas agrícolas e férteis, densamente povoada e um importante centro econômico na região oeste do Afeganistão.

HERMEL (Líbano).
Cidade de maioria islâmica xiita no norte do Líbano.

HIZBULLAH / HEZBOLLAH [Partido político]
(حزب الله , Ḥizbu ‘llāh)
Partido político xiita no Líbano, cujo nome pode ser traduzido como “Partido de Deus”. Foi criado por volta de 1982 como uma milícia para resistir à ocupação de Israel no sul do Líbano e colocar um

fim em entidades colonialistas no país. O Hizbullah contou com o apoio do governo do Irã e acompanha em muitos pontos as linhas políticas e teológicas do governo do Irã. Tornou-se um partido político e participou de suas primeiras eleições em 1992, conseguindo eleger oito representantes. Sua posição política se ampliou consideravelmente após a retirada das tropas israelenses em 2000, em especial no sul do Líbano.

HIBHIB (Iraque).
Vilarejo na região norte do Iraque.

HÉGIRA / HIJRAH (هجرة , hijra^{h}).
Refere-se à migração de Maomé de Meca a Medina em 622. A data marca o início do calendário islâmico.

HISBAH (حسبة , ḥisbah).
O conceito se refere a uma responsabilidade individual ou coletiva de intervir para "ordenar o bem e proibir o mal" e manter o respeito à xaria. Uma possível tradução poderia ser "prestação de contas". Atualmente o conceito de *hisbah* é utilizado para justificar a criação de polícias religiosas islâmicas.

HIZB UT-TAHRIR (حزب التحرير).
Movimento político fundamentalista pan-islamista criado com o objetivo de restabelecer um califado islâmico e unir a comunidade muçulmana. Foi fundado em 1953 por Muhammad Taqi al-Din al-Nabhani em Jerusalém. É considerado um movimento radical, mas não se engaja em atividades violentas. Seu nome significa "Partido da Liberação" e está atualmente presente em diversos países, porém não está registrado como partido. É proibido em alguns países islâmicos (Egito, Indonésia ou Turquia), nos quais seus membros se reúnem em círculos de estudos privados.

HOMS (Síria).
Cidade situada no extremo leste da Síria, ocupa a antiga cidade de Emesa.

HUDUD (حدود , ḥudūd).
O significado de *hudud* é "limites" e há aplicações diversas para o termo. Os *hudud* estabelecem, por exemplo, os limites entre as esferas pessoal e pública e os limites dentro de cada esfera. Na esfera pessoal, os *hudud* definem as formas de vestimenta, o contato entre homens e mulheres e outras práticas cotidianas. Em sua aplicação para a esfera pública, o termo poderia ser comparado à lei criminal contemporânea; *hudud* são as leis islâmicas, estabelecendo os limites ordenados por Deus e incluindo as punições por ultrapassá-los. Interpretações extremistas de *hudud* estabelecem uma diferença entre crimes contra pessoas e crimes contra Deus. Para os crimes contra Deus, o significado do conceito se aproxima de "pecados" e há relatos de punições severas em *hadiths*, ainda que aplicadas pouquíssimas vezes no islã pré-moderno. A jurisprudência islâmica convencionou requerimentos muito altos para a aplicação dessas penas e, mesmo em países que os incorporaram aos códigos criminais contemporâneos, esses castigos raramente ou nunca são utilizados.

HUSAYN / AL-HUSAYN [626-680] (حسين).
Al-Husayn ibn Ali ibn Abi Talib é filho do Profeta Ali e neto de Maomé, através de sua filha, Fátima. É considerado o terceiro imã xiita.

HUSSEIN, Saddam [1937-2006].
Presidente do Iraque entre 1979 e 2003, foi também o líder do partido Baʿath no país. O partido chegou ao poder a partir de um golpe de Estado que depôs o

presidente Abdul Rahman Arif em 1968. Saddam foi escolhido vice-presidente de Ahmed Hasan al-Bakr, seu primo, e ficou responsável pela segurança do país. Saddam foi gradualmente conquistando mais poder e assumiu a presidência com a renúncia de Ahmed em 1979. Seu governo suprimiu movimentos dissidentes de forma violenta, especialmente os movimentos xiitas e curdos, e contabilizou ao menos 250 mil pessoas mortas pelas forças de segurança. Externamente, Saddam também se envolveu em guerras e conflitos com países vizinhos, como o Irã (1980-1988) e o Kuwait (1990-1991, na chamada Guerra do Golfo), que resultaram em milhares de mortos. Saddam foi deposto como resultado da invasão do Iraque por tropas dos Estados Unidos, do Reino Unido e de uma coalizão de países em 2003. Depois de sua captura e prisão, Saddam foi julgado por crimes contra a humanidade pela morte de 148 xiitas iraquianos, em 1982, e condenado à morte em 2006.

HUSSEIN ALI, Khaled [1970].
Preso em uma operação da Polícia Federal em 2009, acusado de coordenar o Jihad Media Batallion (JMB), que distribuía propaganda da al-Qaeda para cerca de dezessete países. Foi condenado por crimes de racismo, incitação ao crime e formação de quadrilha.

HUSSEIN, rei da Jordânia [1935-1999].
Hussein bin Talal foi rei da Jordânia entre 1953 e 1999 e membro da dinastia Hashemita.

I

IDLIB (Síria).
Cidade a noroeste da Síria, é um importante centro têxtil no país. Em 2018, a região se tornou a última fortaleza de vários grupos rebeldes sírios.

IFTAR
(إفطار , ʾifṭār).
Refeição realizada após o pôr do sol que marca a quebra do jejum no período do Ramadã, o período de um mês de reflexão e jejum para os islâmicos. O jejum (*saum*) é um dos cinco pilares da religião islâmica, e as refeições de *iftar* são momento de celebração entre familiares e amigos.

IGARASHI, Hitoshi.
Tradutor para o japonês do livro *Os versos satânicos*, de Salman Rushdie. Foi assassinado em 1991, possivelmente motivado por duas fátuas, declaradas pelos líderes supremos do Irã Ruhollah Khomeini e Ali Khamenei, em 1989 e 1991, respectivamente, que tratavam da morte do autor de *Os versos satânicos* e daqueles envolvidos na publicação do livro.

IJTIHAD
(اجتهاد , ijtihād).
Literalmente, significa esforço mental. Compartilha a mesma raiz com a palavra *jihad*, جهد . É utilizada no contexto islâmico para a interpretação dos textos religiosos para aplicação em situações que não foram descritas de maneira precisa no Corão, em *hadiths* ou nos consensos estabelecidos (*ijma*). Pode ser visto como o oposto do conceito de *taqlid*, que significa imitação ou conformidade com a tradição. Determinadas correntes do islã, como os sunitas, acreditam que as portas para a reinterpretação da lei islâmica se fecharam por volta do século X ou XII. Também há dissenso entre as correntes religiosas se a prática de *ijtihad* está aberta a todas as pessoas ou é restrita àquelas autorizadas (*mujtahid*, na tradição xiita).

IMÃ ALI, Mesquita.
Mesquita localizada na cidade de Curitiba, no Brasil.

IMAM AL-KHOMEINI, Mesquita.
Mesquita localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil.

IMAMAH (إمامة , imāmah).
O termo significa "liderança" e também pode se referir a um departamento ou Estado governado por um imã.

INSPIRE [Revista].
Revista eletrônica da al-Qaeda em inglês publicada entre 2010 e 2016.

INSTITUTO DE CULTURA CURDA DE PARIS.
Criado em 1983 com o objetivo de fomentar o conhecimento sobre a cultura, a língua e as tradições curdas nas comunidades em diáspora e contribuir positivamente para a integração de imigrantes curdos na Europa.

IRMANDADE MUÇULMANA
(الإخوان المسلمون , al-Ikhwān al-Muslimūn).
Organização política e religiosa fundada em 1928 por Hasan al-Banna. É inspirada no movimento salafista de reforma do islã e retorno às bases da religião (fundamentalismo). Seus propósitos eram o de utilizar o retorno fundamentalista do islã para combater corrupção, frouxidão moral, exploração econômica e opressão pela criação de uma rede centrada nas mesquitas que oferece emprego, educação, proteção social, saúde e outros serviços sociais. Por causa de seu apelo popular, foi combatida no Egito. No contexto da ocupação britânica do país, a Irmandade Muçulmana também defendia a independência do Egito e usava uma retórica anti-imperialista. A partir dos planos de criação do Estado de Israel, a organização se dividiu em duas, uma focando em reformas graduais e diálogo, a outra iniciando uma resistência com uso de força. Assim, a Irmandade Muçulmana começou a inspirar muitos grupos fundamentalistas, especialmente a partir das ideias de Sayyid Qutb.

ISLÃ / ISLÃO / ISLAM
(الإسلام , al-'Islām).
Religião monoteísta que descende do judaísmo e do cristianismo, reconhecendo Maomé como um profeta que veio ao mundo para completar a religião que tinha sido revelada por meio de profetas anteriores, como Abraão, Moisés e Jesus. Utiliza o Corão como livro sagrado e principal fonte de conduta ética e legal. Está baseada em cinco pilares: chahada (*shahadah*), fé e aceitação dos credos (não há outro Deus além de Deus, e Maomé é seu profeta); salá (*salah*), orações cinco vezes ao dia; *zakat*, caridade; *saum* (*sawn*), jejum durante o Ramadã; e *hajj*, a peregrinação a Meca.

ISTAMBUL (Turquia).
Maior cidade da Turquia, localizada no estreito de Bósforo.

J

AL-JAAFARI, Ibrahim [1947].
Político do Iraque que serviu como primeiro- ministro do país durante o governo provisório em 2003 e o governo de transição entre 2005 e 2006. Atualmente é membro do partido xiita Movimento de Reforma Nacional, fundado por ele.

JABAL MOHSEN (Trípoli, Líbano).
Bairro na cidade de Trípoli, no Líbano, de maioria islâmica alauita. Há um histórico de conflitos com o bairro vizinho, Bab al-Tabbaneh, de maioria islâmica sunita.

JABHAT AL-NUSRA.
Ver *Hayʿat Tahrir al-Sham*.

JAHILIYYA
(جاهلية , jāhilīyah).
Estado de ignorância, incredulidade e, consequentemente, desordem moral em que se encontrava a sociedade antes da revelação do islã para Maomé no século VII. No século XX, Sayyid Qutb aplica o conceito de *jahiliyya* às sociedades modernas, especialmente por causa da criação e utilização de legislação não islâmica (ou seja, não divina). Para Qutb, as sociedades que não vivem sob leis islâmicas vivem em *jahiliyya*, sejam elas sociedades seculares, judaicas, cristãs ou mesmo as sociedades islâmicas de sua época, por causa dos modos de vida modernos que adotam. Essa situação de desordem justifica a aplicação de *takfir* (تكفير) (*ver*) contra líderes islâmicos e *jihad* ofensivo para o estabelecimento de uma ordem islâmica verdadeira, segundo os argumentos de Qutb.

JAMAAT-E-ISLAMI.
Movimento islâmico fundado em 1941 na Índia colonial por Abul Aʿla Maududi.

JAYSH AL-MAHDI
(سرايا السلام , Sarāyā as-Salām).
Grupo armado xiita do Iraque, foi criado em 2003 por Muqtada al-Sadr e ficou ativo até 2008. Foi refundado em 2014.

AL-JAZEERA.
Rede de notícias de televisão a cabo estatal do Catar fundada em 1996. Tem programação em árabe e em inglês.

JAZIRA.
Região no nordeste da Síria, aproximadamente onde hoje está a província de al-Hasakah.

JIHAD (جهاد , jihād).
Conceito que corresponde a "esforço" ou "luta". No contexto religioso islâmico, *jihad* tem dois significados principais. O "*jihad* maior" é o esforço que todo indivíduo trava consigo mesmo na busca por aperfeiçoar sua diligência religiosa; e o "*jihad* menor" é a defesa armada contra ataques diretos.

JIHADI BEATLES.
Grupo formado por quatro membros do EI identificados dessa maneira por causa de seu sotaque britânico. Os nomes de cada um deles, "John", "Paul", "George" e "Ringo", faz referência aos membros do grupo de rock inglês da década de 1960 The Beatles. Um vídeo divulgado pelo EI mostra o grupo decapitando o jornalista James Foley.

JIHADISMO.
A adição do sufixo "-ismo" à palavra *jihad* criou um neologismo para identificar uma ideologia que promove a violência em nome de uma interpretação extremista da religião islâmica. O termo foi popularizado após os ataques ao World Trade Center (WTC) e ao Pentágono nos EUA, em 2001, e é pouco frequente na língua árabe. Na maioria dos casos, o jihadismo é associado a interpretações minoritárias de ideias existentes no salafismo, wahhabismo e aquelas promulgadas por Sayyid Qutb.

JIHAD MEDIA BATALLION (JMB)
Organização que distribuía propaganda da al-Qaeda para cerca de 17 países. Khaled Hussein Ali foi condenado, em 2009, por crimes associados à promoção das informações do Jihad Media Batallion.

JIZYAH
(جزية , jizyah)
Imposto pago por populações não

islâmicas em Estados governados por autoridades islâmicas.

AL-JULANI, Abu Muhammad [1975/1979?]
Comandante do grupo Hayʿat Tahrir al-Sham desde sua fundação, em 2017. Foi membro do EI no Iraque até 2011, quando foi enviado por Abu Bakr al-Baghdadi para a criação de uma ramificação do EI na Síria. Al-Julani fundou, então, o Jabhat al-Nusra, que conseguiu manter uma grande extensão de território sob seu controle na Síria.

K

KHABUR, rio.
Importante afluente do rio Eufrates na Síria. O vale do rio Khabur é hoje o principal produtor de trigo do país e uma importante fonte de algodão e cevada.

AL-KHANSSAA, Brigada.
Unidade de policiamento religioso criado pelo EI exclusivamente composto por mulheres que atuou em Raqqa e em Mossul.

AL-KHATTAB, Umar ibn [583?-644].
(عمر بن الخطاب)
ʿUmar ibn al-Khaṭṭāb sucedeu Abu Bakr no Califado Rashidun, governando entre 634 até sua morte, em 644. Umar era considerado um especialista em jurisdição islâmica e obteve grande sucesso na expansão do Califado, conquistando territórios controlados pelo Império Bizantino, inclusive parte do Levante e Jerusalém. As chamadas "Condições de Umar" são um tratado que inspiraram a forma de relacionamento entre islâmicos e o "Povo do Livro", especialmente cristãos e judeus, reconhecendo as semelhanças entre as três religiões a partir da prática do monoteísmo e o registro escrito (o "livro"). As "Condições" estabelecem liberdade de culto e segurança para cristãos e judeus, apesar de criarem a necessidade do pagamento de *jizyah* eoutras restrições. As "Condições" restabeleceram a liberdade de culto de judeus em Jerusalém, que haviam sido implementadas pelos cristãos no Império Bizantino.

AL-KHAYAL, Taha [1993/1994-2015].
Um dos perpetradores do atentado contra um café no bairro de Jabal Mohsen, em Trípoli, no Líbano, em 2015.

KHMER ROUGE.
Movimento comunista radical que governou o Camboja de 1975 a 1979, após conquistar o poder depois da guerra civil no Camboja (1967 e 1975).

KHOMEINI, Ruhollah [1902-1989].
Clérigo xiita iraniano que liderou a revolução que tirou Muhammad Reza Shah Pahlavi do poder e se tornou líder supremo do Irã entre 1979 e 1989.

KHUMS
(خمس , khums)
Literalmente "quinto", refere-se a uma obrigação religiosa islâmica de pagar um quinto de sua renda para causas determinadas.

KI-MOON, Ban [1944].
Diplomata e político sul-coreano que atuou como o oitavo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) entre 2007 e 2016.

KIRKUK (Curdistão Iraquiano).
Cidade localizada ao norte do Iraque e capital da província de mesmo nome. Apesar de fazer parte da região do Curdistão, a província de Kirkuk está sob controle do governo central do Iraque.

KONSTANTINIYYE.
Revista eletrônica do EI em turco, publicada entre 2015 e 2016. Faz referência ao antigo nome da cidade de Istambul desde sua refundação em 330 até 1923.

KOTEY, Alexanda [1983].
Cidadão britânico, acusado de ser membro do EI, que foi capturado pelas Forças Democráticas Sírias em 2018. Alexanda é acusado de ser o responsável por diversas decapitações divulgadas em vídeo pelo EI. Ele foi identificado como membro do grupo Jihadi Beatles.

KURDISH AND MIDDLE EASTERN WOMEN'S ORGANIZATION (KMEWO).
Organização especializada na ajuda a mulheres de origem curda, do Oriente Médio e norte da África. Foi fundada em 1999 após o assassinato por honra de Sobhia Nadir, em Suleimânia, no Curdistão Iraquiano.

KURDISH WOMEN'S RIGHTS
Organização que busca o cumprimento dos direitos de mulheres curdas, tanto na Região Autônoma do Curdistão quanto no exterior.

KURDISH WOMEN'S RIGHTS WATCH (KWRW)
Rede sem fins lucrativos e não política de ativistas, acadêmicos, advogados e jornalistas, criada em junho de 2004, com sede no Reino Unido. A KWRW trabalha para melhorar a saúde e a educação das mulheres curdas, em cooperação com grupos de mulheres e organizações de direitos humanos no Curdistão e na diáspora curda. O atual presidente é Nazand Begikhani.

KURMANCÎ (idioma)
É a variante mais falada do idioma curdo, encontrado no sudoeste da Turquia, nordeste e noroeste do Irã, norte do Iraque e da Síria e nas regiões do Cáucaso e Coraçone.

L

LADEN, Osama bin [1957-2011].
Um dos fundadores da organização militante islâmica al-Qaeda e mentor de numerosos ataques terroristas contra os Estados Unidos e outros países, incluindo o atentado suicida em 2000 ao navio de guerra estadunidense *Cole* no porto Aden, no Iêmen, e o atentado de 11 de Setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, nos EUA.

LAUSANNE, Tratado de.
Tratado de paz assinado ao final da I Guerra Mundial, em 1923, que definiu as fronteiras da República da Turquia e a reconheceu como sucessora do Império Otomano. O Tratado de Lausanne substitutiu o fracassado Tratado de Sèvres, de 1920, que foi o estopim para a Guerra de Independência Turca.

LEI ANTITERRORISMO (Brasil).
Lei n. 13.260/2016, que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5° da Constituição Federal, disciplina o terrorismo, trata de disposições investigatórias e processuais e reformula o conceito de organização terrorista.

LEVANTE.
Região geográfica que compreende os territórios de Israel, Jordânia, Líbano, Palestina, Síria e a maior parte do território da Turquia abaixo do médio Eufrates.

LOBO SOLITÁRIO.
Nome dado ao perpetrador de atos

terroristas que atua individualmente, sem um comando ou apoio material de uma organização ou grupo. Lobos solitários podem se inspirar na ideologia de um ou mais grupos para desenvolver suas ações.

M

MABSOUT, Abdel Rahman [?].
Perpetrador de um tiroteio em Trípoli, Líbano, em 2019. Mabsout tinha sido membro do EI e participado da guerra civil síria. Ele ficou preso por um ano no Líbano em 2016.

MADRAÇA (مدرسة , madrasa).
Palavra utilizada para se referir a todos os tipos de instituição educacional.

MAGREBE.
Região que engloba cinco países do norte da África: Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia.

MAHDI (المهدي , al-mahdīy).
Literalmente "o guiado" é, no imaginário islâmico, um libertador messiânico que preencherá a terra com justiça e equidade, restaurará o islã como a religião verdadeira e dará início a uma idade de ouro que durará sete, oito ou dezenove anos antes do fim do mundo.

MAJLIS SHURA AL-MUJAHIDIN.
Ver *Estado Islâmico*.

MAKTOUMEEN.
"Sem registro", grupo de pessoas de origem curda que não foram contabilizados no censo realizado em 1962 na Síria.

AL-MALIKI, Nouri [1950].
Primeiro-ministro do Iraque de 2006 a 2014. Esse período foi marcado por ondas de violência entre milícias sunitas e xiitas, além de desenfreada insurgência antiamericana e antigovernamental, que trouxe instabilidade e falta de segurança no país.

MAMBIJ (Síria).
Cidade curda localizada no norte da Síria.

AL-MANKOBEEN (Trípoli, Líbano).
Bairro em Jabal Mohsen, na cidade de Trípoli, no Líbano.

MAOMÉ / MUHAMMAD (محمد), Profeta [570-632].
Fundador da religião islâmica. Seus seguidores acreditam que ele recebeu mensagens de Deus, reunidas no Corão, o livro sagrado do islã.

AL-MAQDISI, Abu Muhammad [1959].
Inspirado pelas ideias de *jihad* de Sayyid Qutb, al-Maqdisi difundiu muitos temas do islã radical contemporâneo, como a justificativa de resistência violenta em regimes muçulmanos considerados infiéis. Foi o mentor intelectual de Abu Musab al-Zarqawi, líder da al-Qaeda no Iraque.

AL-MARIYAAN, Bilal [1985/1986-2015].
Um dos perpetradores do atentado contra um café no bairro de Jabal Mohsen, em Trípoli, no Líbano, em 2015.

MARONITA.
Ramificação da Igreja Católica praticada no Chipre, em Israel, na Jordânia, no Líbano e na Síria. No Líbano, faz parte do arranjo político confessional, que estabelece que o presidente e o comandante das Forças Armadas sejam maronitas cristãos.

AL-MASRI, Abu Ayyub [1967-2010] (أبو أيوب المصري).
Al-Masri substituiu Abu Musab al-Zarqawi

como emir da al-Qaeda no Iraque e do Conselho Mujahidin Shura depois de sua morte em 2006. Ainda em outubro de 2006, as duas organizações vão se fundir para o estabelecimento do EI no Iraque, no qual al-Masri passa a atuar como ministro da Guerra. Al-Masri é morto junto com o emir do EI no Iraque, Abu Umar al-Baghdadi, em uma operação conjunta de forças do Iraque e dos EUA em 2010.

MATTIS, James [1950].
James Mattis atuou como fuzileiro naval nas Forças Armadas dos EUA e comandou tropas na Guerra do Golfo (1990-1991) e na Guerra do Afeganistão (2001-atualmente). Durante a invasão do Iraque (2003-2011), comandou a 1ª Divisão dos Fuzileiros Navais e promoveu treinamentos de sensibilidade cultural para os oficiais, mudando as táticas de guerra utilizadas por táticas de contrainsurgência. Mattis se aposentou da Marinha em 2013 e atuou como secretário de Defesa entre 2017 e 2019 durante o governo de Donald Trump.

MAUDUDI, Abul Aʿla [1903-1979] (أبو الأعلى المودودي).
Filósofo islamista na Índia colonial, defendia que o islã era essencial para a política e recomendava a adoção da xaria como forma de combater "os maus" do secularismo, do nacionalismo e do socialismo, vistos como influência do imperialismo ocidental no mundo muçulmano. É o fundador do movimento Jamaat-e-Isami e teve importância central na construção do Paquistão como um Estado islâmico, após a independência da Inglaterra em 1947.

MECA (Arábia Saudita).
Cidade localizada na província de mesmo nome no leste da Arábia Saudita. Junto com Medina e Jerusalém, é considerada uma das cidades sagradas para o islã, por ser o local de nascimento de Maomé. Em Meca está localizada a Grande Mesquita (Masjid al-Haram), que abriga a *Kaaba*. A peregrinação a Meca (*hajj*) é considerada um dos pilares do islã.

MEDINA (Arábia Saudita).
Cidade localizada na província de mesmo nome no leste da Arábia Saudita. Em 622, Maomé emigra de Meca para Medina, evento também conhecido como hégira e que é central para a consolidação do islã como religião. Medina é também o local de sepultamento de Maomé e dos dois primeiros califas Rashidun, Abu Bakr e Umar.

MERKEL, Angela [1954].
Primeira mulher a ser eleita chanceler da Alemanha, Angela Merkel assumiu o cargo em 2005 e foi reeleita três vezes, com o fim do atual mandato previsto para 2021. A Alemanha aprovou sua participação na intervenção internacional contra o EI em 2015, principalmente como reação aos ataques terroristas em Paris em novembro daquele ano. Em 2020, a Alemanha segue participando da intervenção, mencionando que o EI continua a ser uma ameaça, apesar das perdas territoriais e a assimetria entre as forças em conflito.

MESOPOTÂMIA.
Região histórica situada entre os rios Eufrates e Tigre. A região corresponde aproximadamente ao Iraque, Kuwait e oeste da Síria.

MESQUITA (مسجد , masjid).
Templo destinado ao culto do islã. Pelas leis islâmicas, qualquer lugar pode ser feito de mesquita, não sendo necessário um edifício especial para isso.

MIKATI, Najib [1955].
Político libanês sunita que atuou

como primeiro-ministro do país em 2005 e entre 2011 e 2014. Atualmente é filiado ao partido Movimento Azm, participante da Aliança 8 de Março.

MINBAR (منبر , minbar).
É o púlpito de onde o sermão (*khutbah*) é realizado nas mesquitas.

MINIEH-DANNIYEH (Líbano).
Região localizada no norte do Líbano.

MISWAK (مسواك).
Graveto de madeira feito da árvore de Arāk (*Salvadora persica*). É mencionada em *hadiths* que recomendam a higiene oral em diversas situações, inclusive antes das práticas religiosas.

MUQĀWAMA
(مقاومة).
Literalmente, "resistência".

MORSI, Muhammad [1951-2019]
(محمد مرسي).
Presidente do Egito entre 2012 e 2013 pelo Partido Liberdade e Justiça (حزب الحرية والعدالة), quando foi deposto por um golpe militar. Morsi era membro da Irmandade Muçulmana e, durante sua presidência, promulgou medidas para aumentar seus poderes como presidente e ter controle sobre a Constituição a ser formulada, de modo a torná-la mais alinhada com seus princípios islamistas.

MOSSUL (Iraque).
Mossul é a segunda maior cidade do Iraque e constitui o principal centro comercial da parte noroeste do país. Esteve sob o controle do EI entre 2014 e 2017 e era a maior cidade no território do grupo. Durante esse período, era considerada a capital do EI no Iraque.

MOVIMENTO DE UNIFICAÇÃO ISLÂMICA / HARAKAT AL-TAWHID AL-ISLAMI [Partido político].
Partido político sunita do Líbano, ativo durante a guerra civil do país nos anos 1980, na qual atuou politicamente e com um braço miliciano. Surgiu de uma dissidência do partido al-Jamaʿa al-Islamiyya, que adotou uma posição moderada e de não violência depois da invasão de Israel no Líbano em 1982. Está próximo ideologicamente da Irmandade Muçulmana, defendendo o pan-islamismo e a adoção da xaria. Participa da Aliança 8 de Março.

MOVIMENTO FUTURO [Partido político].
Partido político sunita do Líbano, fundado em 2007. Foi idealizado por Rafiq Hariri, primeiro-ministro do Líbano em dois mandatos. Atualmente, o Movimento Futuro é liderado por Saad Hariri, primeiro-ministro do Líbano entre 2016 e 2020 e filho de Rafiq. Participa da Aliança 14 de Março.

MOVIMENTO MARADA [Partido político].
Partido político cristão maronita do Líbano, fundado em 1991. O grupo surgiu em 1967 como a milícia pessoal de Suleiman Bey Kabalan e somente em 1991 se tornou um partido político. Participa da Aliança 8 de Março.

MOVIMENTO PATRIÓTICO LIVRE [Partido político].
Partido político cristão maronita do Líbano, fundado em 1994 por Michel Aoun, atual presidente do Líbano desde 2016. Participa da Aliança 8 de Março.

MUFTI (مفتي).
Especialista em questões jurídicas e qualificado para declarar fátuas. O título "Grande Mufti" é utilizado para designar o chefe de muftis regionais em um país.

MUJAHIDIN / MUJAHIDEEN
(مجاهدين , mujāhidīn).
Historicamente utilizado para designar as pessoas engajadas em *jihad*, inclusive o "*jihad* maior" (consigo mesmo). Atualmente é mais utilizado para designar combatentes que usam a violência em nome do islã e corresponde gramaticalmente ao termo jihadista.

MUJATWEET.
Série de vídeos publicada pelo EI em 2014 que mostram membros do EI realizando ações sociais. Os vídeos demonstram alta qualidade de produção, tendo sido filmados em alta definição e com gráficos sofisticados.

MUJTAHID (مجتهد , mujtahid).
Literalmente significa "diligente" e compartilha a mesma raiz (جهد) que as palavras *ijtihad* e *jihad*. Na tradição islâmica xiita, descreve as pessoas que são autorizadas a praticar o *ijtihad*, ou seja, a intepretração dos textos religiosos, e a declarar fátuas. O título "aiatolá" se refere à posição de maior importância que um *mujtahid* xiita pode alcançar.

MUSSALA (مصلى , muṣallá).
Designa espaço para oração no exterior de algumas mesquitas. Também pode significar sala de práticas religiosas para poucas pessoas, maneira como o termo é mais utilizado no Brasil.

MUSTADHʿAFUN / MOSTAZAFAN
(مستضعفان , mustaḍʿafīn).
Do farsi "mostazafan", é o nome dado a uma classe de pessoas oprimidas e excluídas.

MYANMAR.
País no Sudeste Asiático. Anteriormente conhecida como Burma, ou Birmânia.

N

AL-NABA.
Jornal eletrônico semanal do EI em árabe publicado desde 2014.

AL-NABHANI, Muhammad Taqi al-Din [1909-1977].
Estudioso do islã que fundou o movimento político fundamentalista Hizb ut-Tahrir em 1953. Al-Nabhani defendia que a situação política precária dos islâmicos devia-se à abolição do Califado Otomano, em 1924, e criticava especialmente a maneira como as comunidades islâmicas tinham sido divididas em Estados nacionais. Al-Nabhani também era crítico quanto ao fato de o Império Otomano ter declarado o fechamento das portas do *ijtihad*.

NAJAF (Iraque).
Situada em uma cordilheira a oeste do rio Eufrates, na região central do Iraque, é uma das principais cidades sagradas do islã xiita, por ser o local de sepultamento de ʿAlī ibn Abī Ṭālib.

NAJI, Abu Bakr [?-2008].
Possível pseudônimo de Muhammad Hasan Khalil al-Hakim (محمد حسن الحكيم خليل).
Al-Hakim foi o chefe de mídia e propaganda da al-Qaeda. É autor de diversos livros sobre a utilização de violência para atrapalhar as operações de forças de ocupação. Em suas publicações, al-Hakim enfatiza a necessidade de se considerar a opinião pública no planejamento de operações. Sob o pseudônimo de Abu Bakr Naji, publicou o livro *Gerenciando a selvageria: o estágio mais crítico pelo qual a* Ummah *vai passar*, que descreve ações para a tomada de construção de um califado islâmico e que inspirou as estratégias do período inicial do EI.

AL-NASSER, Gamal abd [1918-1970].
Presidente do Egito entre 1954 até sua morte, em 1970, Nasser foi um dos líderes da revolução que derrubou a monarquia egípcia em 1952. Durante seu mandato, foi o responsável por uma extensa reforma agrária e fundiária no Egito e ficou particularmente famoso pela nacionalização do canal de Suez e a subsequente vitória na resolução da "crise de Suez". Nasser também encabeçou um amplo movimento por unidade pan-arabista, que culminou na criação da República Árabe Unida em união com a Síria entre 1958 e 1961. Seu governo também ficou conhecido por um forte autoritarismo, violação de direitos humanos e perseguição à oposição. Nasser morreu em decorrência de um ataque cardíaco em 1970.

NAYEF, Muhammad bin [1959].
Sobrinho do rei Salman da Arábia Saudita, Nayef foi considerado príncipe herdeiro do trono saudita entre 2015 e 2017, até ser substituído pelo filho de Salman, Muhammad bin Salman, e destituído do cargo de ministro do Interior. Em março de 2020, Nayef, seu irmão Nawaf e seu tio Ahmed foram presos sob acusação de traição.

NÍNIVE (Curdistão Iraquiano).
Cidade mais antiga e mais populosa do antigo Império Assírio, está situada na margem leste do rio Tigre no Iraque. Na margem oeste do rio está a cidade de Mossul. É também o nome da província localizada no norte do Iraque.

NOIVAS JIHADI.
É um termo utilizado para descrever mulheres que voluntariamente se transferiram para o território do EI. Algumas dessas mulheres se tornaram guerrilheiras, enquanto outras assumiram papéis de progenitoras e esposas dos combatentes do EI.

NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, Igreja de.
Igreja cristã siríaca em Badgá, no Iraque, atacada pelo EI durante uma missa dominical em 2010. Pelo menos 52 pessoas morreram com os ataques de seis terroristas suicidas.

AL-NURI, Mesquita.
Mesquita em Mossul, no Iraque, finalizada entre 1172 e 1173. Por causa da inclinação de seu minarete, rendeu o apelido de "corcunda" (*al-Hadba*) para a cidade. A mesquita serviu de cenário para o estabelecimento do califado do EI, em 2014, por Abu Bakr al-Baghdadi. Em 2017, durante a batalha para recuperação do controle da cidade pelas forças iraquianas, a mesquita foi destruída pelo EI.

NYGAARD, William [1943].
Diretor da editora norueguesa Aschehoug. Foi vítima de uma tentativa de assassinato, em 1993, após sofrer ameaças relacionadas com a fátua, que condenava a publicação do livro *Os versos satânicos*, de Salman Rushdie.

O

OBAMA, Barack [1961].
Ocupou o cargo de presidente dos EUA entre 2009 e 2017. Durante seu governo, os EUA retiraram as tropas da coalizão que ocupavam o Iraque desde 2003. As tropas dos EUA retornaram ao Iraque a partir de 2014 como parte da intervenção internacional em resposta à atuação do EI na Síria e no Iraque.

ÖCALAN, Abdullah [1949].
Fundador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), uma organização nacionalista curda militante fundada em 1978, famosa por defender a soberania curda. Foi capturado pela agência de inteligência turca em Nairóbi, em 1999, e está preso até hoje, condenado à prisão perpétua por traição e separatismo. Da penitenciária, Öcalan continua publicando livros e segue como líder honorário do PKK. É considerado a fonte de inspiração para a formação da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria, também conhecida como Rojava.

ODIERNO, Raymond [1954].
General aposentado do Exército dos EUA. Durante a ocupação do Iraque, Odierno comandou a 4ª Divisão de Infantaria, responsável pela captura de Saddam Hussein, em dezembro de 2003.

OMAR IBN AL-KHATTAB, Mesquita.
Mesquita sunita localizada em Foz do Iguaçu, no Paraná, em homenagem ao segundo califa do período Rashidun, Umar, que governou entre 634 e 644.

OMÍADA / UMAYYAD, Califado (الأموية).
O Califado Omíada foi o segundo de quatro califados islâmicos (sunitas), fundado na Península Arábica após a morte do Profeta Maomé. Os Omíadas governaram o mundo islâmico de 661 a 750 e sua capital se localizava na cidade de Damasco. Em seu apogeu, o Califado Omíada ocupava toda a Península Arábica e se estendia a leste até o Paquistão e a região de Coraçone, no sul da Ásia; a oeste por todo o norte da África e a região do Magrebe; e também toda a Península Ibérica, com exceção da região das Astúrias e Cantábria, no norte da Espanha. Ao norte, chegava até o sul do Cáucaso e fazia fronteira com o Império Bizantino, aproximadamente nos limites da atual Turquia. Os Omíadas foram depostos do controle do califado na revolução Abássida, mas continuaram no controle de um califado na Península Ibérica, com capital em Córdoba, até 1031.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).
A ONU é uma organização internacional fundada em 1945 e, atualmente, é composta por 193 Estados-membros, com mandato para atuar sobre questões que necessitam de coordenação internacional, como paz e segurança, mudança climática, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, assim como terrorismo.

ORGANIZAÇÃO DO JIHAD ISLÂMICO.
Grupo militante xiita ativo durante a guerra civil no Líbano, que durou de 1975 a 1990.

ORGANIZAÇÃO PARA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP).
Grupo político formado em 1964, com a reunião de vários grupos palestinos em uma mesma organização e o propósito comum de libertar a Palestina. Até o começo dos anos 1990, empregou majoritariamente violência e luta armada para seus objetivos, gradualmente adotando mais estratégias políticas ao longo dos anos. É reconhecida como a representante do povo palestino por Israel e internacionalmente.

ORGANIZAÇÃO SETEMBRO NEGRO.
Grupo armado militante palestino que foi ativo entre 1970 e 1988. Foi responsável pelo ataque ao time olímpico de Israel nas Olimpíadas de Munique, em 1972, que terminou em dezessete mortes.

ORIENTE MÉDIO.
Território que compreende as margens sul e leste do mar Mediterrâneo,

abrangendo também a Península Arábica e, em algumas classificações, o Irã.

OTOMANO, Império.
O Império Otomano se iniciou por volta de 1300 no território onde hoje está localizada a Turquia e chegou a abranger boa parte do Oriente Médio, do sudeste da Europa e do norte da África. No século XVIII, já em contexto de declínio, a disputa interna entre movimentos modernizantes e reacionários, dentro do Império Otomano, vai exacerbar a defasagem de organização e poderio militares, abrindo espaço para o aumento da influência europeia na região. Depois de o Império Otomano ser derrotado na Primeira Guerra Mundial, seus territórios vão ser divididos entre os países vencedores (especialmente França, Itália e Inglaterra), dando início a um período de novo imperialismo no Oriente Médio.

P

PALESTINA.
Território histórico na região leste do Mediterrâneo, compreende partes de Israel moderno e os territórios palestinos da Faixa de Gaza (ao longo da costa do mar Mediterrâneo) e da Cisjordânia (a oeste do rio Jordão).

PALMIRA (Síria).
Cidade semítica no centro-sul da Síria, abriga diversas construções do período do Império Romano e anteriores, até chegar ao Período Neolítico, quando foi fundada, compondo um importante sítio arqueológico. Como resultado dos confrontos com o EI na região entre 2013 e 2017, a cidade e o sítio arqueológico sofreram danos.

PAN-ISLAMISMO.
Movimento religioso e político que procura reunir num só Estado todos os povos de religião islâmica. No século XX, a ideia de pan-islamismo é defendida pelo governo do Paquistão e ganha mais força no restante do mundo islâmico com a percepção de falha das ideias seculares de pan-arabismo e de nacionalismo árabe.

PAQUISTÃO.
País populoso e multiétnico do sul da Ásia. Tem população predominantemente indo-iraniana e adota o sunismo islâmico como religião oficial.

PARACHINAR (Paquistão).
Cidade localizada no noroeste do Paquistão.

PARTIDO DAS MULHERES LIVRES DO CURDISTÃO (PAJK) [Partido político]
(Partiya Azadiya Jin a Kurdistan).
Denominação adotada, a partir de 2004, pelo Partido das Mulheres Trabalhadoras do Curdistão (Partiya Jinên Kerkaran Kurdistan, PJKK). O PJKK foi constituído em 1999, na ocasião do Encontro Nacional de Mulheres em Marcha, pela União das Mulheres Livres do Curdistão (YJAK), organização que se tornou, naquele momento, um partido autônomo em relação ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK).

PARTIDO DE UNIÃO DEMOCRÁTICA (PYD)
(Partiya Yekîtiya Demokrat).
Partido político constituído pelas bases armadas curdas no norte da Síria, em 2003. Defende o confederalismo democrático, o feminismo curdo (jineologia) e a coeleição de gênero como modelos políticos fundacionais da autonomia curda.

PARTIDO DEMOCRÁTICO DO CURDISTÃO
[Partido político].
Partido curdo do Iraque criado em 1945 por Mustafa Barzani. Atualmente é liderado por Massoud Barzani, filho de Mustafa.

PARTIDO DEMOCRÁTICO DO CURDISTÃO IRANIANO [Partido político].
Partido independentista curdo fundado em 1942, atualmente em exílio no norte do Iraque por estar banido no Irã. Antes de 1942, o partido se chamava Komeley Jiyanewey Kurd, ou Komele.

PARTIDO DOS TRABALHADORES DO CURDISTÃO (PKK) [Partido político].
Partido político fundado em 1978 por um grupo de estudantes curdos liderados por Abdullah Öcalan. Sua ideologia é uma fusão de socialismo revolucionário e nacionalismo curdo. Em seu início, o partido utilizou estratégias de insurgência, mas foi gradativamente substituindo a violência pela atuação política. Ao longo dos anos, o PKK também fomentou uma forte rede internacional de solidariedade à causa curda e se tornou bem-sucedido ao chamar atenção para a causa da autonomia curda e por aumentar a pressão internacional sobre a Turquia para o diálogo e o reconhecimento de suas demandas. Atualmente o PKK tem ligação forte com as Unidades de Proteção Populares (YPG) e com as Unidades de Proteção Populares Femininas (YPJ) atuantes nos conflitos sírio e iraquiano.

PARTIDO ISLÂMICO DAWA [Partido político].
Partido político xiita no Iraque fundado em 1958 e atualmente liderado pelo ex-primeiro-ministro Nouri al-Maliki.

PARTIDO SOCIALISTA PROGRESSISTA [Partido político].
Partido político libanês fundado em 1949 e associado à Aliança 14 de Março.

PEACE IN KURDISTAN.
Organização criada em 1994, formada por delegações de representantes do Reino Unido e da Turquia, com o objetivo de defender os direitos do povo curdo e buscar uma solução política para a Questão Curda.

PESHMERGA.
Forças militares ligadas ao Governo Regional do Curdistão. O nome literalmente significa “aqueles que encaram a morte”.

PETRAEUS, David [1952].
General aposentado do Exército dos EUA, chefiou as forças multinacionais no Iraque entre 2007 e 2008.

PÉRSIA.
Região histórica do sudoeste da Ásia associada à área que hoje é o Irã moderno.

“POVO DO LIVRO”.
Termo em árabe para denominar judeus, cristãos e sabeístas. A referência a esses grupos no Corão reflete o reconhecimento de continuidade da mensagem entre judaísmo, cristianismo e o islã para os islâmicos. A referência também justifica que esses povos usualmente tenham mais direitos e sejam tratados de maneira diferente por grupos islâmicos radicais do que outras religiões, especialmente as politeístas.

PRIMAVERA ÁRABE.
Onda de protestos e revoltas que reivindicaram reformas políticas que ocorreu no Oriente Médio e norte da África a partir de 2010 e 2011, desafiando alguns dos regimes da região. A Primavera Árabe pode ser analisada por suas demandas por maior participação social na política e suas críticas a governos autoritários, mas teve, por outro lado, um poder desestabilizador que causou conflitos e guerra civil na região, o que facilitou a proliferação de grupos extremistas.

Q

AL-QADDAFI, Muammar [1942-2011].
Presidente da Líbia entre 1969 e 2011, al-Qaddafi foi deposto em consequência das manifestações da Primavera Árabe. As manifestações no país escalaram rapidamente para um conflito de grandes dimensões, e as forças opositoras a al-Qaddafi receberam apoio internacional. Al-Qaddafi foi capturado e morto em Sirte em outubro de 2011.

AL-QAEDA.
Organização islâmica militante fundada por Osama bin Laden e Abdullah Azzam e outros no final dos anos 1980. A al-Qaeda se iniciou como uma rede logística para apoiar os islâmicos que lutavam contra a União Soviética durante a Guerra do Afeganistão. Quando os soviéticos se retiraram do Afeganistão, em 1989, a organização se dispersou, mas continuou se opondo ao que seus líderes consideravam regimes islâmicos corruptos e à presença estrangeira em terras islâmicas. Sediado no Sudão por um período no início dos anos 1990, o grupo acabou restabelecendo sua sede no Afeganistão, em 1996, sob o patrocínio da milícia do Talibã.

AL-QAEDA NA PENÍNSULA ARÁBICA.
Grupo terrorista jihadista atuante no Iêmen e na Arábia Saudita, especialmente ativo durante a guerra civil no Iêmen (entre 2015 e os dias de hoje). A guerra civil eclodiu como uma das consequências das manifestações da Primavera Árabe no Iêmen, que reivindicava mudanças na Constituição do país e reformas econômicas.

AL-QAEDA NA SOMÁLIA.
Grupo terrorista jihadista atuante na Somália, também conhecido por Harakat al-Shabaab al-Mujahideen, ou, simplesmente, al-Shabaab. O grupo declarou *bayʿah* à al-Qaeda em 2012.

AL-QAEDA NA TERRA DOS DOIS RIOS.
Ver *Estado Islâmico*.

AL-QAEDA NO IRAQUE.
Ver *Estado Islâmico*.

AL-QAEDA NO MAGREBE ISLÂMICO.
Ver *Estado Islâmico na Argélia*.

QALAMOUN (Líbano).
Pequena cidade do norte do Líbano, ao sul de Trípoli.

QARAQOSH (Iraque).
Cidade ao norte do Iraque.

QARYATAIN (Síria)
Cidade localizada no centro da Síria.

QOM (Irã).
Cidade localizada no centro-norte do Irã.

QUDS, Força.
Ala clandestina de elite da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), responsável principalmente por operações no exterior. Organizada logo após a Revolução Iraniana (1978-1979), suas atividades se concentraram na organização, apoio e, às vezes, liderança de forças locais no exterior de maneira favorável aos interesses do IRGC e do estabelecimento clerical do Irã.

QUEBRANDO OS MUROS, Operação.
Operação organizada pelo EI em 2013 para a libertação de presos do complexo penitenciário de Abu Ghraib no Iraque.

AL-QURASHI, Abu Ibrahim al-Hashimi [1976-2022] (أبو إبراهيم الهاشمي القرشي). Pseudônimo de Amir Muhammad Abdul Rahman al-Mawli al-Salbi (المولى الصلبي أمير محمد عبد الرحمن). Ele foi escolhido pelo Conselho da Shura do EI como califa em outubro de 2019. Al-Qurashi foi o sucessor de Abu Bakr al-Baghdadi na liderança do EI. Após sua morte, em 2022, Abu al-Hasan al-Hashimi al-Qurashi foi escolhido como novo líder do EI.

AL-QUSAYR (Síria).
Cidade na região oeste da Síria, próxima à fronteira com o Líbano.

QUTB, Sayyid [1906-1966] (سيد قطب).
Membro da Irmandade Muçulmana e um dos principais pensadores contemporâneos sunitas, Qutb defendia a unidade entre a religião e o EI. Suas ideias principais envolvem a necessidade de um despertar da religiosidade islâmica sunita e a doutrina da excomunhão, que considera legítimo o uso de violência contra apóstatas e líderes islâmicos corrompidos (ver *takfir*). Durante o período em que esteve preso, entre 1954 e 1964, as ideias de Qutb se radicalizaram e ele passou a escrever panfletos e livros que lançaram as bases para o pensamento islamista radical contemporâneo. Em 1966, Qutb foi condenado e enforcado pelo envolvimento na tentativa de assassinato de Gamal abd al-Nasser.

R

RAMADÃ / RAMADÃO / RAMADAN (رمضان , ramaḍān).
Nono mês do calendário lunar islâmico, ao longo do qual os islâmicos fazem suas refeições somente à noite, jejuando desde o nascer até ao pôr do sol e se abstendo de diversas atividades como forma de reflexão.

RAMADI (Iraque).
Capital da província de al-Anbār no Iraque. Encontra-se às margens do rio Eufrates, a noroeste do lago al-Ḥabbāniyyah.

RAMO DE OLIVEIRA, Operação.
Organizada pelo governo da Turquia em Afrin, na Síria, em janeiro de 2018. Sob o pretexto de empenhar esforços na luta contra o terrorismo, as forças atacaram indiscriminadamente milícias do EI, mas também do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), das Unidades de Proteção Popular (YPG) e do Partido da União Democrática. O governo da Turquia temia que a maior autonomia nos países vizinhos Iraque e Síria aumentasse a força de reivindicação do povo curdo no país. O sucesso da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (Rojava) é visto com maus olhos pelo governo turco.

RAQQA (Síria).
Cidade no norte da Síria. Durante a guerra civil na Síria, Raqqa foi ocupada pelo EI e, a partir de 2014, funcionou como sua capital. Foi recuperada pelas Forças Democráticas Sírias (FDS) em 2017.

RASHIDUN, Califado.
Nome utilizado para definir o período de governo dos quatro primeiros califas que sucederam à morte de Maomé: Abu Bakr (632-634), Umar (634-644), Uthman (644-656) e Ali (656-661). O nome significa "bem guiados". A sucessão durante o Califado Rashidun era definida por um conselho (*Majlis-ash-Shura*), ao contrário dos Califados Omíada e Abássida, que adotaram a sucessão hereditária.

RIADE / RIYADH (Arábia Saudita).
Capital da Arábia Saudita.

RIFI, Ashraf [1954].
Diretor da Força de Segurança Interna do Líbano de 2005 a 2013 e ministro da Justiça de 2014 a 2016. Rifi é islâmico sunita e bastante crítico das ações do partido xiita Hizbullah.

ROJAVA (Curdistão Sírio).
Região no nordeste da Síria que conquistou autonomia, na prática, em 2012, no contexto dos conflitos da guerra civil na Síria. O nome oficial da região é Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria, sua capital é Ayn Issa e sua maior cidade é Raqqa. A região é dominada pelas Forças Democráticas Sírias (FDS), cujo principal grupo é formado pelas Unidades de Proteção Popular (YPG). Rojava está se constituindo como uma região secular, governada com democracia direta e que busca promover descentralização do poder, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental e tolerância para a diversidade religiosa, cultural e política. Por outro lado, a administração tem sofrido críticas por autoritarismo, "curdificação" e práticas de crimes de guerra.

ROUEISS (Beirute, Líbano).
Bairro na região sul de Beirute, no Líbano.

ROUMIEH, Penitenciária de (Líbano).
Uma das maiores penitenciárias do Líbano, localizada no distrito de Matn.

RUMIYAH [Revista].
Revista eletrônica do EI publicada entre 2016 e 2017 em alemão, indonésio, inglês, francês, russo e uyghur.

RUSHDIE, Salman [1947].
Autor do livro *Os versos satânicos*, alvo de fátuas declaradas pelos líderes supremos do Irã Ruhollah Khomeini, em 1989, e Ali Khamenei, em 1991. Foi considerado blasfêmia por ter se inspirado parcialmente na vida do Profeta Maomé e fazer referência a uma série de versos do Corão que menciona deusas pagãs cultuadas em Meca.

S

AL-SADR, Muhammad Sadiq [1943-1999].
Líder xiita iraquiano considerado uma das figuras políticas mais poderosas do Iraque no início do século XXI.

AL-SADR, Moqtada [1974].
Líder xiita iraquiano, fundador do Movimento Sadrista, partido político que tem o objetivo de estabelecer uma sociedade guiada por uma combinação de leis islâmicas e costumes tribais. Moqtada é filho de Muhammad Sadiq al-Sadr.

SAHWA, Movimento.
Termo utilizado para indicar um movimento de despertar islâmico observado a partir dos anos 1970 na Arábia Saudita. Essa corrente é o resultado da combinação da ideologia salafista com as ideias promulgadas pela Irmandade Muçulmana, especialmente Sayyid Qutb. Para o movimento *Sahwa*, são centrais a prática de excomunhão (*takfir*) e a soberania exclusiva de Deus e suas leis.

SAIDA / SIDON (Líbano).
Cidade localizada no sudoeste do Líbano.

SALADIN (Iraque).
Província iraquiana localizada próximo de Bagdá.

SALAFISMO.
Movimento sunita fundamentalista surgido no século XIX, na Mesquita al-Azhar, no Egito. O nome sugere um retorno às tradições dos *salaf*, as primeiras três gerações

de islâmicos que praticavam uma forma pura da religião, de acordo com essa ideologia. Isso significa que os salafistas sugerem que as fontes da religião devem ser o Corão, as *sunnah* e os consensos estabelecidos pelos *salaf*, recusando todas as outras fontes posteriores. Atualmente, diversos grupos jihadistas utilizam interpretações extremistas do salafismo para justificar suas ações violentas.

SALAT AL-JUMUAH
(صلاة الجمعة , Ṣalāt al-Jumuʿah).
Prece da sexta-feira, realizada logo após o meio-dia, de importância especial para o islã e obrigatória para os muçulmanos.

SAMARRA (Iraque).
Cidade localizada na região central do Iraque, que é destino de peregrinação para os xiitas islâmicos por abrigar a Mesquita al-Askari e os mausoléus de Ali al-Hadi e Hasan al-Askari.

SÃO ELIÁN, Mosteiro de.
Monastério católico siríaco construído no século X, na cidade de al-Qaryatayn, e destruído pelo EI em 2015.

SAUD, Muhammad bin [1685-1765]
(محمد بن سعود).
É o fundador da dinastia Saud na Arábia Saudita. Conseguiu expandir e consolidar seu poder na região através de guerras e invasões e também com uma aliança político-religiosa com Muhammad ibn ʻAbd al-Wahhab, que suplantou a obediência aos costumes tribais pela predominância da xaria. Por causa da centralidade da religião para o regime saudita e do sucesso econômico causado pela extração de petróleo no país, a Arábia Saudita é bastante ativa na defesa dos interesses dos islâmicos sunitas no Oriente Médio, como o apoio à Aliança 14 de Março, no Líbano, e o envolvimento na guerra civil síria.

SAYAH, Joseph [?].
Embaixador do Líbano no Brasil.

SÈVRES, Tratado de.
Acordo de paz assinado em 1920 entre o Império Otomano e os países do Bloco Aliado ao final da Primeira Guerra Mundial. Esse tratado dividia os territórios do Império Otomano entre os países vencedores (especialmente França, Itália e Inglaterra), dando início a um período de novo imperialismo no Oriente Médio. O tratado dividia, inclusive, os territórios da atual Turquia, o que foi o estopim para a Guerra de Independência Turca de 1919 a 1923. Em 1923, o Tratado de Lausanne redefiniu as fronteiras da Turquia.

AL-SHABAAB.
Nome pelo qual é conhecido o grupo Harakat al-Shabaab al-Mujahideen (حركة الشباب المجاهدين), ativo no leste da África. Em 2012, o grupo declarou *bayʿah* à al-Qaeda.

AL-SHABAB AL-MUSLIM.
Grupo militante com origem no campo de refugiados Ain al-Hilweh, liderado por Jamal Hadad.

SHADDADI (Síria).
Cidade localizada no nordeste da Síria.

AL-SHISHANI, Abu Umar [1986-2016].
Pseudônimo de Tarkhan Tayumurazovich Batirashvili, georgiano de origem chechena, que foi um dos comandantes do EI desde seu início até ser morto em combate em 2016.

SINAI, Península do (Egito).
A península do Sinai é a extremidade

nordeste do Egito e faz fronteira com Israel e com a Faixa de Gaza, a leste.

SINAGOGA.
Templo onde os judeus se reúnem para o exercício de seu culto.

SINJAR (Iraque).
Cidade ao sul do monte Sinjar, localizada na Região Autônoma do Curdistão. A cidade é majoritariamente habitada por comunidades yazidis.

SOCIEDADE ISLÂMICA DE CAMPINAS.
Grupo islâmico em Campinas, São Paulo.

ŞÖYLEMEZ, Leyla [1989-2013].
Ativista política curda, coordenadora de área da organização jovem do Partido dos Trabalhadores do Cudistão (PKK). Foi encontrada morta junto com Sakine Cansız e Fidan Doğan, em Paris, em 2013.

STASI.
Agência policial secreta da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental).

SUFISMO (التصوف , taṣawwuf).
Refere-se a uma tradição filosófica e prática do islã que se relaciona com o espiritualismo e o misticismo. Tem suas bases na relação direta e pessoal que é estabelecida com Deus no islã, especialmente através do Corão. Pode-se considerar que o movimento do islã, oscilando entre o espiritualismo sufista e as interpretações legalistas, foi capaz de prevenir o enrijecimento da consciência religiosa e, por outro lado, ligar a fé com as fontes textuais e com o ativismo moral. Os praticantes do sufismo são chamados sufistas, ou sufis.

SULEIMÂNIA (Iraque).
Cidade na região histórica do Curdistão Iraquiano na fronteira com o Irã.

SULTANATO.
País governado por um sultão, que é um título que remete a uma posição de autoridade e poder. Dois exemplos de sultanatos contemporâneos são Brunei e Omã.

SUMÉRIO.
Natural ou habitante da antiga região da baixa Mesopotâmia chamada de Suméria.

SUNISMO (سني , sunni).
Maior ramo do islã, que compreende cerca de 85% da população islâmica do mundo. Seu nome completo significa povo da *sunna* (exemplo, costumes) e do consenso (em árabe, أهل السنة والجماعة , ahl as-sunnah wa l-jamā'ah), indicando que esse ramo tem uma leitura ortodoxa da religião e enfatiza o Corão e os hábitos de Maomé como fontes da religião. Sua divisão com o segundo maior ramo do islã, o xiismo, se refere à sucessão de Maomé depois de sua morte. Os sunitas acreditam que os costumes de Maomé indicariam a realização de eleições no Conselho da Shura, que indicou Abu Bakr como o primeiro califa. Já os xiitas acreditam que Ali ibn Abi Talib deveria ser o sucessor de Maomé. A forte prevalência dos juristas sunitas em *taqlid* (continuação de consensos) enrijeceu o pensamento jurídico e as leis, dando início a uma série de movimentos reformistas no século XVIII, como os propostos por Muhammad ibn 'Abd al-Wahhab e Muhammad ibn Ali al-Sanusi. Historicamente, esse processo foi interrompido pelo imperialismo ocidental sobre os países islâmicos, o que impediu que as reformas fossem debatidas com maior profundidade e implementadas. A imposição de Constituições seculares nos países islâmicos criou, por um lado, uma preocupação em tornar a lei islâmica compatível com a vida contemporânea e, por outro, uma percepção da necessidade de retorno às origens, inclusive com a restauração da lei islâmica

pré-moderna. Essa segunda tendência pode ser vista atualmente em diversos movimentos fundamentalistas e extremistas.

SUPREMO CONSELHO CURDO (SKC).
Fundado pelo partido União Democrática Curda (PYD) e pelo Conselho Nacional Curdo (KNC), em 2012, possui um ramo armado que é dirigido pela Unidade de Proteção Popular (YPG) e pela Unidade de Proteção Popular Feminina (YPJ).

SYKES-PICOT, Acordo.
Documento secretamente acordado entre os governos da França e da Inglaterra, em 1916, que pautava a divisão de países do Oriente Médio que se tornariam áreas administradas pela França e Inglaterra e respectivas áreas de influência desses dois países no Oriente Médio.

T

TAKFIR
(تكفير).
Excomunhão; declaração de que alguém é um incrédulo (كافر , kāfir). Sayyid Qutb tem grande influência na concepção moderna de excomunhão, especialmente a partir da constatação de que existem sociedades em estado de ignorância e incredulidade (جاهلية , jāhilīyah). Segundo Qutb, a violência contra líderes de Estados corruptos e apóstatas é legítima. A declaração de *takfir* foi ostensivamente utilizada pelo EI para legitimar a violência contra indivíduos e grupos.

TAL AFAR (Iraque).
Cidade na região norte do Iraque.

TALIBÃ / TALEBÃ
(طالبان , ṭālibān).
Facção política e religiosa ultraconservadora que surgiu no Afeganistão em meados da década de 1990 e que subiu ao poder após a retirada das tropas soviéticas, o colapso do regime comunista do Afeganistão e o subsequente colapso da ordem civil no país.

TAL RIFAAT (Síria).
Cidade na região noroeste da Síria.

AL-TAWAREE (Líbano).
Região próxima ao acampamento de refugiados de Ain al-Hilweh, em Saida, do Líbano.

TAWHID
(توحيد , tawḥīd).
Unidade de Deus, representa o monoteísmo islâmico.

TAWHID WAL-JIHAD.
Ver *Estado Islâmico*.

TAYMIYYA, Taqī ad-Dīn Aḥmad ibn
[1263-1328]
(تقي الدين أحمد إبن تيمية).
Jurista da Escola Hanbali, pregava um retorno às fontes centrais do islã e influenciou pensadores fundamentalistas contemporâneos. Taymiyya era especialmente crítico ao xiismo, ao sufismo, aos filósofos e aos especialistas em lógica.

TEERÃ (Irã).
Capital do Irã.

TEHRIK-I-KHILAFAT.
Grupo jihadista atuante no Paquistão, baseado em Karachi, que declarou *bayʿah* ao EI em 2014.

TEHRIK-I-TALIBAN PAKISTAN (Movimento Talibã do Paquistão).
Grupo jihadista atuante no Paquistão,

baseado ao longo da fronteira com o Afeganistão, que está ligado à al-Qaeda.

TEVGERA CIVAKA - DEMOKRATIK (TEV-DEM).
Organização curda fundada em 2011 na Síria. Busca a implantação de um sistema político confederalista no país.

TIKRIT (Iraque).
Cidade no centro-norte do Iraque.

TRIÂNGULO SUNITA.
Nome dado a uma área povoada majoritariamente por comunidades islâmicas sunitas entre as cidades de Bagdá, Ramadi e Tikrit. O termo foi usado principalmente durante a ocupação do Iraque pelos EUA.

TRÍPOLI (Líbano).
Localizada na região norte do Líbano, é a segunda maior cidade do país. Uma curiosidade é que essa cidade fundada no século XIV AEC compartilha o mesmo nome com a capital da Líbia (fundada no século VII AEC), e com a capital da região de Peloponeso, na Grécia (conhecida por esse nome desde a Idade Média). Entre as duas cidades do mundo árabe, a diferença é mais perceptível na língua original. A Trípoli libanesa é chamada طرابلس الشام (Tarablus al-Sham, literalmente, Trípoli do Levante) e a Trípoli líbia é chamada طرابلس الغرب (Tarablus al-Gharb, literalmente Trípoli ocidental).

TRUMP, Donald [1946].
Ocupou o cargo de presidente dos EUA entre 2017 e 2021. Durante seu governo, os EUA intensificaram a participação na intervenção internacional em resposta à atuação do EI na Síria e no Iraque.

TSARNAEV, irmãos.
Tamerlan [1986-2013] e Dzhokhar [1993] Tsarnaev foram condenados por seu envolvimento no ataque durante a Maratona de Boston em 2013.

TURCOMANO.
Grupo étnico que habita o Turcomenistão, o Irã e o Afeganistão. Originalmente pastores nômades, atualmente existem minorias turcomanas no Iraque, na Síria e na Turquia.

TURCOMENO.
Natural ou habitante do Turcomenistão.

TURCOMENISTÃO.
País da Ásia central. Sua capital é Ashgabat.

TURCO.
Habitante ou natural da Turquia e da Ásia central.

AL-TURKMANI, Abu Muslim [1959-2015] (أبو مسلم التركماني).
Pseudônimo de Fadel Ahmed Abdullah al-Hiyali, foi um membro do EI considerado um de seus principais líderes no Iraque.

U

UMMAH (أمة).
Literalmente, quer dizer comunidade. É também utilizado como sinômino para se referir à comunidade islâmica.

UNIÃO DAS MULHERES LIVRES DO CURDISTÃO (YJAK) [Partido político] (Yekîtiya Jinên Azad a Kurdistan).
Formada em 1995 a partir de coletivos de mulheres do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), foi a primeira organização oficial militar e política de mulheres curdas.

UNIÃO NACIONAL DAS ENTIDADES ISLÂMICAS (UNI).
Organização fundada por entidades

islâmicas de todo o Brasil para representar a comunidade islâmica no país.

V

VAN, Lago (Turquia).
Lago na região leste da Anatólia, na Turquia, próximo à fronteira com o Irã.

VIEIRA DE MELLO, Sergio [1948-2003].
Diplomata brasileiro que se empenhou no trabalho humanitário, sobretudo a refugiados, e em resolução de conflitos. Morreu no atentado a bomba no Hotel do Canal, quartel-general da ONU em Bagdá, em 2003.

W

AL-WAHHAB, Muhammad ibn 'Abd [1703-1792] (محمد بن عبد الوهاب).
Teólogo sunita que inspirou boa parte das interpretações fundamentalistas islâmicas contemporâneas. Al-Wahhab advogava por um retorno às fontes originais do islã, enfatizava a unidade de Deus (*tawhid*) e defendia a obediência ao Corão e aos *hadiths*. A aliança político-religiosa entre al-Wahhab e Muhammad bin Saud, na Arábia Saudita, criou um sistema político que colocava a obediência à xaria acima dos costumes tribais, constituindo a base de sustentação da família real saudita no poder por muitos anos. Na atualidade, a Arábia Saudita é uma grande propagadora dos ideais wahhabistas e salafistas. Ver *salafismo*; *Muhammad bin Saud*.

WALI (ولي).
Pode ser traduzido como autoridade, protetor ou amigo. É também utilizado para indicar um santo, "amigo de Deus".

WILAYAT (ولايات).
Forma plural de *wilayah* (ولاية), identifica uma divisão administrativa ou província.

WORLD ASSOCIATION OF MUSLIM YOUTH (WAMY).
Uma organização islâmica global com objetivos educacionais voltados ao apoio aos jovens no sentido de superar os desafios da sociedade moderna.

WORLD TRADE CENTER (EUA).
Complexo de dois edifícios no centro de Nova York que, em 2001, foi alvo de um ataque terrorista reivindicado pela al-Qaeda. O episódio desencadeou uma política antiterrorista desenvolvida por George W. Bush, chamada Guerra ao Terror, na qual se enquadram a invasão ao Afeganistão, em 2001, e a invasão ao Iraque em 2003.

X

XARIA / SHARIA (شريعة , sharia).
Conjunto de leis islâmicas que deriva principalmente do Corão e de *hadiths*. O termo xaria se refere às leis divinas imutáveis e difere de *fiqh*, que são as leis baseadas em interpretações do islã por estudiosos. A teoria islâmica reconhece quatro fontes para a xaria: o Corão, os *hadiths* autênticos (também chamados de *sunnah*), a racionalidade por analogia (*qiya*) e os consensos estabelecidos (*ijma*). Distintas escolas jurídicas islâmicas (as mais conhecidas são Hanafi, Hanbali, Maliki e Shafi'i) desenvolveram diferentes métodos para derivar a xaria das fontes legais, por exemplo, o *ijtihad*. A partir da maior influência do imperialismo em países islâmicos desde o século XIX, desenvolveram-se tentativas de harmonizar o sistema de códigos de leis ocidental com a xaria.

XEIQUE / XEQUE / SHEIKH (شيخ , šayḫ).
Título honorífico que designa um chefe

tribal, membro de uma família real ou um estudioso da religião islâmica.

XIISMO (شياع , Shīyāʿ).
O nome faz referência à disputa que motivou a divisão com o maior ramo do islã atualmente, o sunismo: seus seguidores, os xiitas, são do "Partido de Ali" (شيعة علي , Shīʿatu ʿAlī). Os xiitas acreditam que Ali ibn Abi Talib deveria ser o sucessor de Maomé, ao passo que os sunitas acreditam que os costumes de Maomé indicariam a realização de eleições no Conselho da Shura, que indicou Abu Bakr como o primeiro califa. Apesar de algumas diferenças internas, os xiitas acreditam que a linhagem de Maomé deveria continuar a guiar a religião. Um desaparecimento (ocultamento) de um dos imãs, porém, vai criar a crença de que seu eventual retorno restabelecerá uma liderança sobre toda a comunidade muçulmana. O ocultamento do imã criou a necessidade da presença de especialistas religiosos que pudessem guiar a comunidade. Mohammad al-Majlisi foi central para a criação da atual forma do xiismo, criando uma estrutura legislativa formal e dogmática. Dessa maneira, no xiismo, o papel dos *mujtahid*, as pessoas autorizadas a realizar a interpretação dos textos religiosos (*ijtihad*), é bastante relevante e estimado.

Y

YABRUD (Síria).
Cidade da área rural de Damasco.

YASAR, Melike [?].
Representante internacional do Movimento de Mulheres Curdas e membro do Congresso Nacional do Curdistão.

YAZIDI.
Minoria étnico-religiosa com presença no leste da Turquia, norte da Síria e do Iraque e oeste do Irã, aproximadamente na mesma área do Curdistão. A maioria dos yazidis fala línguas curdas. Os yazidis praticam uma religião que apresenta elementos judaicos, cristãos e islâmicos e que se baseia em preceitos do zoroastrismo. Em sua origem, o yazidismo também guardava proximidade com a tradição sufista do islã. Os yazidis muitas vezes são erroneamente conhecidos como devotos de Satã por causa de uma associação incorreta da divindade cultuada pelos yazidis, o Anjo Pavão, com a personificação do mal. Na realidade, argumenta-se que o Anjo Pavão seria mais próximo à figura do Anjo Gabriel. Por conta dessa associação errônea, os yazidis têm sido alvo frequente de tentativas de conversão em massa, perseguição religiosa e limpeza étnica.

YEKÎNEYÊN PARASTINA GEL (YPG).
As "Unidades de Proteção Popular" são uma milícia curda que faz parte das Forças Democráticas Sírias (FDS) e que atua na guerra civil síria desde 2011. A Turquia e o Catar as consideram organizações terroristas, principalmente por conta de temores do fortalecimento da luta curda por autonomia.

YEKÎNEYÊN PARASTINA JIN (YPJ).
As "Unidades de Proteção Popular Feminina" são uma milícia curda composta exclusivamente por mulheres, atuantes na guerra civil síria, especialmente em Rojava, desde 2012. As YPJ têm um papel central na consolidação da luta por igualdade de gênero dentro do movimento por autonomia curda.

YILDIRIM, Kesire.
Membra do Partido dos Trabalhadores do Cudistão (PKK).

Z

ẒĀHIRĪ (ظاهري).
Escola de jurisprudência islâmica baseada na leitura literal do Corão, dos *hadiths* e do que foi consensuado pelos seguidores que conviveram diretamente com Maomé. A Escola Ẓāhirī se baseia no princípio de que tudo o que é necessário para definir as leis e os modos de vida islâmicos está escrito e que, para pessoas comuns, buscar a essência ou a motivação dos mandamentos de Deus não é somente uma tarefa infrutífera, mas também presunçosa. A Escola Ẓāhirī foi fundada no século IX e floresceu no califado de Córdoba, no século X, mas atualmente tem influência limitada.

ZAKAT (زكاة).
Contribuição para fins sociais ou beneficentes. Por ser um dos cinco pilares do islã, é obrigatória para os islâmicos.

AL-ZAMILI, Hakim [1962].
Político xiita iraquiano filiado ao movimento sadrista.

ZARQA (Jordânia).
Cidade na região noroeste da Jordânia.

AL-ZARQAWI, Abu Musab [1966-2006] (أبو مصعب الزرقاوي).
Pseudônimo de Ahmad Fadeel al-Nazal al-Khalayleh (أحمد فضيل النزال الخلايلة). Foi o líder de diversas organizações terroristas precursoras do EI, como a al-Qaeda no Iraque, a Jamaʿat al-Tawhid wal-Jihad e o Conselho Mujahidin Shura, entre 1999 até a sua morte, em 2006. Zarqawi também é responsável pelo foco na luta contra os xiitas, diferenciando o EI da al-Qaeda, que está focada na luta contra os países ocidentais.

AL-ZAWAHIRI, Ayman [1951] (أيمن الظواهري).
Líder da al-Qaeda e sucessor de Osama bin Laden após sua morte pelo Exército dos EUA em 2011. A discordância entre Zawahiri e Zarqawi sobre os ataques contra xiitas motivou a cisão de Zarqawi com a al-Qaeda e a posterior fundação do EI.

ZOROASTRISMO.
Religião fundada entre 1400-1200 AEC na Ásia Central e que foi a principal religião no Irã até o surgimento do islã. A religião é fundamentada no dualismo das forças do bem e do mal. Atualmente os praticantes do zoroastrismo estão espalhados internacionalmente, com comunidades importantes no Irã, Índia, EUA e Inglaterra.

SOBRE OS AUTORES

ARIEL FINGUERUT
Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano da USP e professor preceptor em Educação Superior no Sesi São Paulo. Trabalha com os temas de conservadorismo estadunidense, polarização política nos EUA, e as relações contemporâneas entre EUA e o Oriente Médio. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3515075741483144; e-mail: arielfing@gmail.com.

AUGUSTO VELOSO LEÃO
Doutor em Relações Internacionais pela USP e pesquisador do Grupo de Estudos em Distribuição Espacial da População da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Atua no tema migrações internacionais, com interesse especial pelas regiões do Oriente Médio e do norte da África. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0297839466524263; e-mail: gutovl@ufmg.br.

BEATRIZ BUARQUE
Doutoranda em Política pela Universidade de Manchester e fundadora da ONG Words Heal the World (www.wordshealtheworld.com). Trabalha com os temas de mídia digital, discurso de ódio e democracia. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7688529098996190; e-mail: beatriz.lbuarque@gmail.com.

CÉSAR HENRIQUE DE QUEIROZ PORTO
Doutor em História Social pela USP e professor efetivo do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Atua nas áreas de história moderna e contemporânea, com ênfase no Oriente Médio. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5291819504978006; e-mail: cesarqueirozporto@gmail.com.

DANILO GUIRAL BASSI
Mestre em História Social pela USP, graduado em relações internacionais pela USP, em história pela Universidade Paris Nanterre e em ciências da educação pela Universidade Paris 8. É membro do GT Oriente Médio e Mundo Muçulmano da FFLCH-USP. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5427700968800220; e-mail: daniloguiralbassi@gmail.com.

DIOGO BERCITO
Doutorando em História do Oriente Médio pela Universidade Georgetown, onde concluiu o mestrado em Estudos Árabes. É mestre em Estudos Árabes pela Universidade Autônoma de Madri. Pesquisa a imigração sírio-libanesa para o Brasil. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6247071137720148; e-mail: diogo.bercito@gmail.com.

FERNANDO BRANCOLI
Professor adjunto de Segurança Internacional e de Geopolítica do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP). Realizou pesquisa de campo no Oriente Médio e no norte da África, com ênfase em Síria, Afeganistão e Líbia. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3406943273224326; e-mail: fernando.brancoli@ufrj.br.

FLÁVIA X. M. PANIZ
Doutoranda em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e pesquisadora do Grupo de Trabalho em Oriente Médio e Mundo Muçulmano da USP. Desenvolve pesquisa nas áreas de gênero, nação, diáspora e teorias pós-coloniais, com foco no Oriente Médio, e realizou pesquisa de campo com comunidades curdas na Inglaterra (2018-2019). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7844471132977594; e-mail: flavia paniz@gmail.com.

IGOR H. SABINO DE FARIAS
Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0864308953558891; e-mail: igorhsabino@hotmail.com.

JOSÉ ANTONIO LIMA
Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e integrante do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano da USP. Atua nos temas de Segurança Internacional e Geopolítica, com interesse especial pela história e pela política externa dos países do Oriente Médio. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4388962761876870; e-mail: zeantonio lima@usp.br.

LORENZO C. B. GONTIJO
Mestrando em Estudos do Desenvolvimento Internacional e Estudos Globais pela Universidade de Roskilde, Dinamarca, e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). Atua nos temas de migração e a interseção entre política, identidade e cultura, com foco nas regiões do Oriente Médio e Norte da África. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5102961575114887; e-mail: lorenzocbg@gmail.com.

MARCO TÚLIO SILVA RIBEIRO
Mestrando em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). Está interessado pelos temas de injustiça ambiental, espaço geográfico, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Estudos Ecológicos nas Relações Internacionais e Teorias Verdes. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4351537308856651; e-mail: sribeiro.tulio@gmail.com.

MARGARITA BAUTISTA
Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e integrante do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (Nupri/USP). Atua nos temas de conflitos e segurança, com interesse também pelas questões de cooperação internacional. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3921172473350601; e-mail: margaritamaria.bautista@gmail.com.

NATÁLIA CALFAT
Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano da USP. Atua nas áreas de Relações Internacionais e Política Comparada, concentrando-se na análise de conflitos etnorreligiosos e estudos de caso no Oriente Médio, partilha de poder, sectarismo, veto de minorias e pós-colonialismo. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3406753169328881; e-mail: nnahascalfat@alumni.usp.br.

VICTOR BEGERES BISNETO
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano da USP. Trabalha com os temas de comunidades islâmicas no Brasil, fundamentalismo religioso e modernização, geopolítica e mundo muçulmano. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8373481291335146; e-mail: victor.bisneto@gmail.com.

Este livro é uma coletânea de textos dedicados à compreensão do Estado Islâmico (EI), grupo terrorista que ocupou partes da Síria e do Iraque entre 2012 e 2019, redefinindo as relações entre povos e países no Oriente Médio e sendo responsável por inovações em táticas de terrorismo, especialmente no uso da internet. Mesmo após sua derrota territorial em 2019, o EI continua um ator político importante e influencia outros grupos terroristas no mundo inteiro. A obra investiga a história do EI, sua organização e implicações no Oriente Médio e em outros países, sendo composta de pesquisas originais realizadas pelo Grupo de Trabalho de Oriente Médio e Mundo Muçulmano do Laboratório de Estudos da Ásia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).